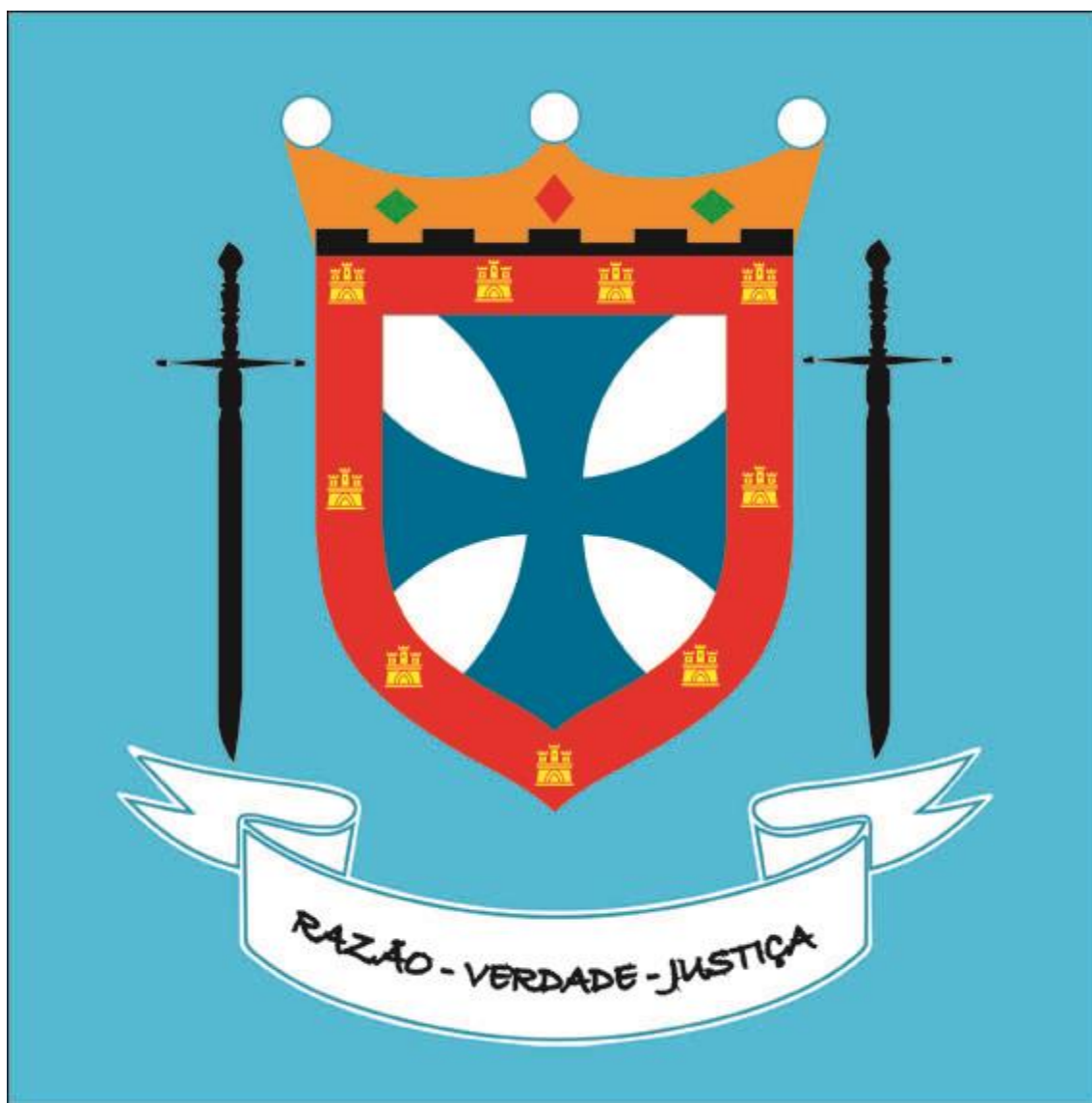


CASA IMPERIAL PORTUGUESA
COLECÇÃO
ÓRGÃOS DE SOBERANIA



CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA 1

PREÂMBULO

PORTUGAL

Portugal, é um ESTADO SOBERANO uno, independente e indivisível, com oitocentos e oitenta e nove anos de história presente no universo terreno, definido e constituído ao longo dos tempos, marcado pelo hino que entoa, pela magnitude da sua haste, pelo tom firme com que no ar se expõe, com uma cultura universal presente, traduzida pelo idioma, pela formação vocabular, oral e escrita, por uma cultura de tradições, usos e costumes, adaptados no tempo ao espaço próprio, nacional e mundial, municipal, concelhio e regional, uma nação com território demarcado no mapa-mundo, aéreo, terrestre e marítimo, constituído por 10 milhões de cidadãos, Portugueses e exteriores à nação a habitar no território e por uma comunidade internacional grandiosa, presente em cada uma nação definida no espaço mundo, uma nação plena de conhecimentos, de observação, análise e decisão no cumprir o rigor da constituição nacional Portuguesa, no território nacional e no mundo, a salvaguarda dos valores territoriais nacionais, peninsular, europeu, mundiais, na ordem, prevenção e segurança, do espaço nacional, dos cidadãos no território e dos cidadãos Portugueses no mundo, uma nação secular real, de rigor, respeito e entendimento no dia-a-dia da nação mundial, pela correcção de actos e atitudes, de conhecimentos, que transmite em toda a sua acção, na orgânica global, em prol do homem, dos ciclos de biodiversidade terrestres e do planeta Terra, uma nação unida por consensos, por valores tradicionais culturais, pelos princípios básicos, com que se rege na relação com cada uma nação presente no mapa mundial e com todos os cidadãos, no prevalecer a unidade orgânica mundial a constituir por todas as nações culturais presentes, a unidade Portuguesa a cumprir no tempo, os valores Portugueses a constituir legislativos, em prol da estruturação, orientação e organização do homem no espaço, de forma rigorosa, correcta e justa aos interesses da nação, a todos os cidadãos presentes no território nacional e aos portugueses residentes no espaço mundial, uma nação com realidades superiores do futuro, no ser, estar e existir, no elevar o conhecimento orgânico mundial preservador de um viver presente, consciente, equilibrado, em termos económico, humano e cultural, definidos por cada uma nação, pelo espaço, capitais e homens, pelo movimento tradutor da razão de ser do homem e do meio natural planetário, aliando a acção humana ao meio físico natural envolvente, num mundo de inúmeras nações soberanas independentes. Reflectir sobre a nação portuguesa, sobre toda a sua história, como uma das nação mais antiga da Europa e do mundo, dos dias de hoje, analisa e avalia o progresso presente da história de Portugal envolta da história universal, o progresso da civilização no tempo, observa e analisa o espaço, os homens que no território habitam, todos os cidadãos portugueses e todas as comunidades exteriores fixadas, as necessidades de cada uma comunidade no território presente, a capacidade produtiva de cada uma, a acção conjunta dos homens e dos meios tecnológicos, sobre o espaço que actuam, de modo a todo um elaborar de soluções tendo em vista o bem-estar físico e humano, retirando a mais-valia do esforço de todos em cada arte bastonária, sector ministerial, em cada área presidencial de acção.

A nobreza da cultura Portuguesa, vive da unidade, identidade e igualdade no ser, estar e existir de toda a população residente no território, do bem-estar presente de todos os cidadãos no território e de todos os cidadãos portugueses residentes no exterior, da uniformidade de acções a empreender por todos em prol da continua progressão, secular, evolutiva da nação, do cumprir de cada cidadão, sem excepções, do aproveitamento

integral do território nacional, das riquezas naturais, vegetais e animais, da observação e análise, da investigação, como base a todo um encontro de soluções e resoluções duradouras, capazes de por fim aos diversos problemas. A unidade e união da nação portuguesa, produz a vitória da nação no amanhã, a glória e a honra do dever cumprido, no combate às dificuldades presentes, no precaver a realidade futura, no evoluir da condição humana e natural, na definição dos objectivos delineados, nos direitos e deveres cumpridos e a cumprir, na acção construtiva, traduzindo o viver de toda uma cultura de tradições, usos e costumes, adaptados no tempo ao existir de cada uma região administrativa, à realidade de cada concelho de administração e município, à salvaguarda do ser Português, do homem e da sua correcta acção, no movimento colectivo da nação. O amanhã começar hoje, recria um entendimento nobre, envolvendo o ser da nação, com união, igualdade, liberdade, com rigor, respeito, justiça, pelo valor e competências de cada cidadão, renasce a vontade de todos, a capacidade de exercício das funções a cumprir por cada um cidadão, o rigor responsável a empreender pelo colectivo nas acções a impor, de forma ordenada, coordenada, orientada, na defesa dos valores humanos e naturais, de forma una, no elevar, existir e valorizar a acção produtiva de cada cidadão, no cumprir o respeito pelas diversas artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais de acção, no empreender da capacidade de movimento e de conhecimento de cada um, em prol da acção colectiva a desenvolver, no estabelecer de toda uma identidade cultural, não distorcendo a acção individual de cada um cidadão. A identidade da cultura portuguesa, cultiva a união do esforço produtivo total de todos os cidadãos residentes no território português e de todos os Portugueses presentes no exterior, o total do produto elaborado pelos diversos sectores de actividade económicos, pelas artes em laboração, no elo de ligação à nação, reflecte a união das forças produtivas, económicas, humanas e culturais, o entendimento com respeito, no cumprir do dia-a-dia, a unidade de movimentos, no elevar, implantar e desenvolver a uniformidade colectiva, toda uma sabedoria cultural evolutiva, em toda a sua acção e movimento produzido, no território e no mundo, é o respeito e o alerta pelo ser de cada um português, a responsabilidade, o compromisso, sempre presente, o cumprir do bem-estar da comunidade portuguesa mundial, o seguir da orientação colectiva, no desempenho da acção produtiva elevada, ontem, hoje e amanhã, na resolução dos problemas reais de cada um, em prol da nação, no elevar da acção produtiva.

Só uma acção de todos para com todos, definem um novo acordar da nação portuguesa mundial, mais forte e unido em termos económicos, humanos e culturais, na defesa da unidade e uniformidade de acções a desenvolver, em prol dos valores, humanos e naturais, permitindo o exemplo a seguir às diversas nações do mundo, definindo o verdadeiro sentido orgânico, legislativo, administrativo e produtivo, na ordem a impor ao mundo, de forma una, funcional e correcta, na criação das áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias, na evolução uniforme das acções, e em todo um elevar da capacidade produtiva. A acção individual e colectiva das artes produtivas, sectores administrativos, e áreas legislativas, que envolvem a acção total da nação portuguesa, traduz a unidade de acção económica, humana e cultural, municipal, concelhia, regional, nacional, preconiza uma só acção colectiva, económica, humana e cultural em prol da Nação, soluciona os problemas de cada um, no país e das comunidades portuguesas em todo o mundo, traduz a voz de todos os cidadãos, nas artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais, uma só vontade de vencer cada dia, com a liberdade no ser de cada um. A quantificação e qualificação dos recursos humanos e naturais, a valorização dos recursos humanos e naturais, renova a cultura produtiva, traduz a satisfação das necessidades básicas de todos e de cada um cidadão, renasce, um futuro sempre presente, produtivo de movimento e de acção no universo terreno. Portugal

crescer como nação no mundo, é elevar, valorizar e impor o pensamento Português, o conhecimento adquirido ao longo dos tempos, por todos os cidadãos portugueses, traduzido para o seu estado actual, repondo o respeito pelos valores culturais de cada um nobre povo, de cada uma nação, reforçando a relação e unidade de acções a movimentar pela comunidade portuguesa, nos territórios em que residem, estreitando laços de união, amizade, cooperação, no cumprir da legislação em vigor nos territórios onde a comunidade Portuguesa reside, elevando a constante evolução dos territórios que ao longo da história da humanidade foram pertença da nação e que ainda hoje, transportam e fazem viver a história de Portugal, pelo idioma que adoptaram e o transmitem, por todo o mundo, é renascer o império português, em toda a sua linha constituinte, a nação portuguesa, as comunidades imperiais portuguesas no exterior, as embaixadas do império português no mundo, todas as nações soberanas que elevam a cultura portuguesa, no idioma, nos hábitos, usos e costumes adaptados no tempo, ao espaço próprio de acção, todo um coordenar de esforços colectivos, no adoptar uma só estruturação, orientação e organização, na salvaguarda de toda a cultura portuguesa, humana, viva, passa por toda uma inovação hierarquia orgânica, por todo um existir e ser construtivo, de união, das áreas presidenciais, dos sectores ministeriais, das artes bastonárias, legislativas, administrativas e produtivas em exercício, por todo um cumprir uniforme do espaço de acção, económico, humano e cultural, por toda uma identidade e identificação na forma de ser e de estar da cultura produtiva portuguesa presente no mundo. O impor a base económica, humana e cultural da nação Portuguesa no mundo, o idioma português, toda uma orientação orgânica, é constituir o princípio da observação, análise e investigação, como base de actuação do homem, no espaço inerente ao domínio de cada uma nação do império português, o consenso de opiniões e reflexões, de entendimento e amizade profunda, o prevalecer toda uma unidade económica, humana e cultural, colectiva, representando o idioma no seu todo crescente.

O respeito pelos valores da nação portuguesa no mundo, é o protagonizar de todo um elevar histórico, passado e presente, de orientação e cumprimento face às leis internacionais, a imposição orgânica legislativa da nação portuguesa no mundo ao longo dos tempos, o conhecimento e pensamento colectivo em prol dos valores humanos e naturais, o respeitar e dignificar cada uma nação, os homens que as constituem, toda a sua acção no continuo elevar a razão de ser do homem, dos ciclos de biodiversidade terrestres e do planeta terra, na união e cooperação do império português, em todos os continentes presentes, formulando a evolução futura, impondo uma imagem positiva, evolutiva, respeitadora, dos valores económicos, humanos e culturais de cada um nobre povo, no envolver orgânico mundial, cooperando, no fixar, enquadrar e organizar, de forma ordenada as comunidades imperiais portuguesas, cumprindo as leis das nações de destino, com segurança, ordem, protecção, presente em todo o movimento. A atenção, o conhecimento e reflexão da cultura portuguesa em todo o mundo, das comunidades imperiais portuguesas no exterior, dos homens em todo o seu movimento, a colaboração e cooperação com os nobres povos com os quais habitamos dia a dia, torna possível todo um evoluir de afirmação e de reconhecimento da nação Portuguesa no mundo, elevando o nível de desenvolvimento dos estados soberanos por nós abrangidos em toda a sua acção, o respeito de cada uma nação face às demais nações, na criação de condições a um evoluir progressivo e presente de infra-estruturas necessárias ao desempenho dos valores culturais de cada uma nação, o conhecimento do existir de cada um cidadão português no mundo, da sua condição económica, humana e cultural, da profissão desenvolvida e a desenvolver, o reforço da acção a empreender, o conciliar a acção produtiva, em todas as áreas de acção, no encontro de resoluções imediatas, de soluções, no combate às necessidades diárias a satisfazer, tendo em conta o enquadramento da acção a desenvolver

pelo homem no espaço físico, a capacidade produtiva do espaço na acção, a forma rápida e precisa a todo um estabelecer e empreender a unidade como modo de actuação mundial, uma orientação única da nação portuguesa e do império português, no solucionar problemas internos e externos, casos de catástrofes naturais, de problemas sociais, a prevenção, a ordem e a segurança, em todo o momento, na protecção da comunidade imperial portuguesa e das populações locais, dos bens humanos e materiais, o elevar efectivo e consciente, a união dos cidadãos do império português no exterior às embaixadas do império português, aglomerando todo e qualquer um cidadão de cada uma nacionalidade do Império português.

A elevação consciente da nação portuguesa no mundo, estabelece a base diplomática como forma de todo um existir presente, no mundo, no sustentar a capacidade de acção e de actuação dos cidadãos portugueses no globo, todo um legislar, coordenar e organizar a acção de cada um cidadão, em prol dos objectivos a cumprir, todo um desenvolvimento e crescimento económico, nacional e mundial, observando o contacto presente da nação com todos os estados soberanos mundiais, na satisfação das necessidades de cada um estado soberano, na evolução dos acordos comerciais estabelecidos, produzindo o bem-estar da população e do meio ambiente, o reforço de intensidade nas relações a estabelecer para a elevação da condição cultural de cada uma. A diplomacia é a base fundamental ao cumprir dos acordos estabelecidos com os estados soberanos com os quais mantemos relações diárias em todas as áreas de acção, tendo em vista o reforço da acção da comunidade imperial portuguesa nesses territórios, a sua protecção e segurança, no existir próprio da cultura portuguesa, permitindo com o evoluir da acção nestes territórios, o contemplar no imediato, o desenvolvimento destes estados soberanos, dada a criação por parte da comunidade portuguesa de infra-estruturas necessárias a todo um evoluir económico, humano e cultural. O entendimento e o reforço da diplomacia tem que observar a representação das comunidades exteriores no território fixadas, a embaixada de cada uma nação no território presente, traduzindo o estar e existir das comunidades exteriores residentes, a realidade na acção, o cumprimento das leis da nação portuguesa, o elevar da sua acção, a progressiva satisfação de desenvolvimento económico, humano e cultural, no seu crescer e existir, na recuperação efectiva de um existir próprio. O respeito pela nação Portuguesa no exterior, é ter uma só cara, uma só opinião no mundo, uma só imagem de nobre povo evoluído, que somos, não em termos de espaço territorial, mas da sua correcta valorização, traduzida em termos orgânicos e produtivos, na acção colectiva dos homens, do pensamento produtivo, na capacidade de possuir condições necessárias à elaboração de um conhecimento real colectivo, elevando o existir de toda uma cultura, própria portuguesa, passa por a nível internacional, nos organismos onde estamos presentes, reforçar a condição de nobre povo pacífico, de nobre povo cooperante, com as nações do mundo, aberto no fazer face às dificuldades no imediato, cumprindo os acordos estabelecidos, pela ordem mundial, em defesa dos valores humanos e naturais, em defesa da razão de existir dos estados soberanos, na ajuda humanitária, no prevenir e solucionar catástrofes naturais e humanas, que dia a dia surgem um pouco por toda a parte, provocadas pela acção humana mundial.

O elevar orgânico, legislativo, administrativo e produtivo da nação Portuguesa no mundo, demarca posições, face às exigências humanas e terrenas a ter em conta no progredir do globo terrestre, face à sobrevivência do ser no meio ambiente natural, recria uma outra orientação mundial, uma outra posição das nações envolvidas, alerta para a forma de estar e ser da cultura portuguesa no mundo, progressiva, evolutiva, consciente, pacífica, termina com o desrespeito pelas opiniões próprias de cada um nobre povo, pelas observações, pela actuação de cada uma nação, pondo cobro a toda esta instabilidade, que não permite o evoluir da condição humana presente, termina com a falta de cumprimento

de cada uma nação face às outras nações. Demonstrar toda uma acção da nação portuguesa no campo orgânico, legislativo, administrativo e produtivo, na construção de um mundo novo, é termos uma só mão e uma só voz activa e participativa nos organismos nos quais temos palavra, dando a conhecer os princípios e valores de toda a cultura portuguesa mundial, o idioma, o modo de fazer prevalecer a razão, cumprindo os objectivos propostos. A imagem da nação portuguesa no exterior vive do cumprimento dos valores e princípios, do inovar as funções nos organismos mundiais dos quais fazemos parte, do modo de legislar, administrar, produzir, do entendimento da acção humana com o meio ambiente, do modo como exigimos o cumprimento dos valores humanos, culturais e económicos, por parte dos diversos intervenientes, das diversas nações. Elevar a acção da nação em termos orgânicos internacionais, não é a receber ordens, dos diversos representantes constituintes dos organismos, dos quais fazemos parte e no qual temos que prestar contas de toda a acção da nação no cumprimento dos acordos estabelecidos, mas sim na exigência da nação portuguesa, face ao exterior, no cumprir os acordos propostos e aceites pelo conjunto de nações presentes, em cada organismo, no cumprir de toda a ordem mundial, na manutenção dos diversos acordos de paz, no respeito pelo evoluir cultural de cada um nobre povo, no respeito pelo existir do espaço próprio de cada nação, no elevar de toda uma acção efectiva conjunta de condições humanas necessárias a toda uma evolução humana terrena digna de cooperação, colaboração e ajuda mútua, entre todos, na permanente sustentabilidade da acção económica, entre as nações soberanas mundiais.

O reforço da condição de nação portuguesa nos organismos internacionais, dos quais fazemos parte integrante, é o impor do respeito, da igualdade, do poder de decisão de cada uma nação, de modo a que os interesses de algumas potências não se sobreponham aos interesses próprios de outras potências, por mais pequenas que sejam em tamanho, pela diferença dos conhecimentos elevados na produção e sustentação de cada um nobre povo, pela elevação de cada uma cultura soberana viva. A posição da nação portuguesa, face à desordem em que o mundo mergulhou, ao desrespeito e à falta de cumprimento das nações dos acordos estabelecidos a nível mundial, tem que pela razão, verdade e justiça do diálogo colocar em causa nos organismos mundiais próprios os países que dia após dia combatem o mal, da mesma forma, prejudicando os interesses e a condição do homem, dos ciclos de biodiversidade e do planeta terra, tem que alertar as nações que não cumprem os acordos, envolvidas ou não em conflitos militares, para a saída momentânea ou definitiva dos organismos mundiais aos quais pertencem, de modo a não colocar em causa os estados soberanos que cumprem os acordos estabelecidos e a ordem mundial, os próprios organismos mundiais nos quais estão representados e as comunidades no exterior, de modo a que não sofram as consequências destes actos, que colocam em causa todas as nações soberanas mundiais, tem que no imediato responsabilizar os organismos para as funções para as quais estão criados, dotados e estabelecidos, colocando em causa as suas posições no fazer face a todo um elevar consciente do homem e do meio ambiente, tem que impedir a utilização e o uso do espaço territorial português, marítimo, aéreo e terrestre, por parte dos países envolvidos em acções de força, em guerras e em conflitos, de bens e serviços com fins militares que não sejam para a nação portuguesa ou para o reforço da unidade mundial, para cumprir os acordos estabelecidos em cada uma área, da prevenção, ordem e segurança, na manutenção da paz e da ordem mundial, de forma a um reforço da condição da nação, com as potências mundiais, tem que cancelar no imediato todos os compromissos estabelecidos no mundo diplomático com todas as nações agressoras, impondo a não circulação e a não presença dos representantes orgânicos das nações em conflito no território nacional, mantendo sempre presentes a relação diária com todos os outros

cidadãos da nação agressora e sempre que alguma das violações se consumir por parte dos equipamentos militares, o que poderá ser uma realidade, por falta de uma posição definitiva da nação, não é necessário o obedecer a todo um impor à força, mas sim ao conciliar de outras posições que permitam em termos humanos, em termos dos diversos movimentos, produtivos, comerciais, em termos de restrições a impor, a estes países, tornar possível, o reconsiderar da atitude face ao existir de toda uma ordem mundial a cumprir, no respeito pela nação portuguesa, relevando posições diplomáticas em prol das suas embaixadas no espaço territorial português, do alerta constante e permanente da posição da nação face aos seus dirigentes orgânicos, na entrada e na partida de cidadãos destes países, do termino das relações, produtivas, Económicas, humanas e culturais, mesmo traduzindo um aperto para o futuro desenvolvimento da nação, mas realçando o respeito e a força da nação portuguesa e de todos os seus cidadãos face ao mundo.

A acção da nação portuguesa face ao exterior tem que fazer sentir o cumprimento das leis da nação, tem que fazer observar a quebra dos compromissos assumidos pelas diversas potências e o rigor de toda a sua razão de ser, existir e de cumprir, na satisfação das necessidades humanas presentes, tem que alertar para o ser e existir correcto, para as posições, unidas, justas, sérias, presentes de todas as nações, empreendida pela realidade de cada espaço de acção, pela observação dos homens, a sua capacidade de conhecimento produtivo, tem que primar pelo empreender a acção de cada uma nação, no tempo presente, em defesa dos valores culturais, no todo de organismos mundiais, do reunir de todos os cidadãos do mundo, da amizade profunda, entre as nações, das desculpas face a atitudes empreendidas ao longo de toda uma história recente, resultado de nomenclaturas específicas e decisões menos unidas. Acabar com a má imagem da nação portuguesa nos organismos dos quais a nação faz parte integrante no mundo, é acabar com os sucessivos apertos da comunidade internacional face à ordem e ao cumprimento da nação Portuguesa, é corrigir a orientação da nação Portuguesa, o modo de organizar as actividades em curso, o cumprir das responsabilidades estabelecidas e definidas, em todas as áreas de acção, tendo como base de toda a orientação e entendimento, a acção a protagonizar pela nação em toda a sua acção económica, humana e cultural, é a recusa e o não assumir responsabilidades e orientações de acordos protagonizados pelos interesses culturais exteriores, que não dignificam a evolução humana e natural, o ser cultural da nação Portugal, os interesses nacionais, os cidadãos e os nossos sectores de actividade económicos, o domínio do espaço de acção da nação no mundo, a voz de um povo universal, no empreender do seu movimento planetário, no evoluir do seu ser criativo. A falta de uma só orientação nos organismos internacionais, em defesa dos valores culturais portugueses, a falta de uma só decisão, em prol dos cidadãos portugueses, de toda uma história evolutiva secular de descobertas, em prol do conhecimento do globo, dos valores humanos e dos povos que o constituem, traduz o mal-estar em que o país e a nação Portuguesa mergulhou, produz a nível internacional o mal-estar de todos os cidadãos portugueses, dos representantes máximos orgânicos da nação, a falta de uma só lei Portuguesa a cumprir, empreender e defender em prol dos valores culturais portugueses e mundiais, a falta de decisões, de estudos que dia a dia a nação e todos os cidadãos produzem em todas as áreas de acção do conhecimento, mas que não se dá valor, em termos económicos, humanos e culturais, torna possível esta não vontade de querer vencer, de continuar a apoiar as decisões exteriores, em tudo o que é internacional. A falta de verdade em tudo o que são reuniões mundiais do conhecimento, da capacidade consciente e física de cada um nobre povo, a falta de honra e glória no representar a nação, nos diversos acontecimentos em todos os organismos internacionais, na defesa dos interesses nacionais, na imposição de toda uma cultura elevada ao longo dos tempos da história universal, no território português e no mundo. O compactuar em nome da nação

portuguesa com as orientações exteriores prejudiciais à nação, devido à falta de imposição da orientação da nação, sem o sentido da responsabilidade a cumprir, provoca o mal-estar e o alheamento dos intervenientes em todo o processo de acções legislativas a desenvolver com o exterior, apagando e deturpando o conhecimento próprio de toda uma cultura e soberania Portuguesa.

IMPÉRIO PORTUGUÊS

A desculpa pelos actos portugueses no exterior, resultado de nomenclaturas mundiais específicas, face às colónias e às nações no qual a comunidade portuguesa reside, é o mote para um entendimento presente e futuro, de colaboração e ajuda mútua, da nação portuguesa no mundo, no reforço da acção e elevação do império português no mundo. A vontade de imperar, é cumprir as responsabilidades de cada uma nação constituinte do império português, de cada um nobre povo imperial português, com a nação portuguesa, passa pelo investimento da nação, nestes estados soberanos, no traduzir as condições necessárias a todo um evoluir conjunto da comunidade imperial portuguesa no exterior, passa pelo respeito e amizade, pelos nobres povos portugueses, no constante e presente intercâmbio cultural, no potenciar e elevar o esforço colectivo de cada uma nação num todo português e deste com o mundo. O impor a base orgânica no império português, a legislação, orientação e organização do homem no espaço em termos municipais, concelhios e regionais, é reforçar a identidade de cada um nobre povo de idioma português, salvaguardar os valores culturais, delinear estratégias colectivas, enaltecer o bem-estar presente de toda a população do império português, destinar funções e competências a cumprir, implementar formas de unidos solucionarmos os graves problemas causados pela imposição de interesses exteriores ao império português no espaço pelas nações do império português, hoje definido, é estreitarmos laços de união efectivos, em paz, com cooperação e ajuda mútua efectiva, permanente e justa, no estabelecer a condição do império em todo o seu pleno existir, com a correcção dos movimentos a impor e a suportar por todos os estados soberanos envolvidos. O esforço colectivo do império português no seu todo constituinte, no território imperial português e no mundo, proporciona o elevar de toda a observação necessária a toda uma identidade cultural, nas acções a realizar em cada espaço de acção tendo em vista a satisfação das nações imperiais portuguesas no seu todo, na cooperação em termos económicos, humanos e culturais, no apoio e protecção, face às imposições externas.

O respeito pelas nações imperiais portuguesas, no espaço mundial, não necessita de ser imposto, mas legislado, pelo organismo máximo imperial português, na união dos estados soberanos lusófonos, de que fazem parte os reinos soberanos de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, por todos os ESTADOS SOBERANOS que do idioma imposto em tempos remotos, o conservaram e o preservaram até aos dias de hoje, com todo um elevar das palavras, toda uma progressão de uma cultura linguística evolutiva, o respeito e a amizade destes nobres povos pela nação portuguesa, pela mãe de cada um dos oito estados soberanos imperiais portugueses, é inalterado, apesar dos conflitos e das atrocidades empreendidas, por causas alheias à condição do império português. Nunca as imposições à força de uma orientação, produziram resultados válidos, sem o respeitar os valores culturais de cada nação, permitindo acima de tudo, uma deturpação das

orientações defendidas por cada cultura, o atraso do território e o aproveitamento sucessivo pelo exterior da massa humana e do meio ambiente, terminando com a realidade a que hoje se assiste, com fome, conflitos, com as sucessivas mentiras na procura de um bem-estar remediado, ineficaz, no seu empreender, pelos organizações mundiais, envoltos de interesses no seu todo de caridade, traduzidos, no explorar do homem e do espaço físico, no não respeito pelos valores humanos. Os países de língua oficial portuguesa, as ex. colónias portuguesas, não necessitam de caridade, por parte da nação portuguesa, mas sim de toda uma actuação em prol das comunidades portuguesas nestes territórios, de todo um investimento a protagonizar tendo em vista o reforço da condição da nação, no transpor as condições necessárias a todo um empreender construtivo, possibilitando um encontro de soluções conjuntas, tendo em vista o desenvolvimento a satisfazer correcto e concreto das necessidades do império português, económicas, humanas e culturais, prevalecendo o fortalecer a relação destes nobres povos com a nação portuguesa. Fortalecer a comunidade portuguesa a residir nos estados soberanos constituintes do império português, permite um outro entendimento na salvaguarda dos valores humanos da nação imperial Portuguesa, o elevar das relações económicas, humanas e culturais internas e externas, prevalecendo o respeito por toda a cultura evolutiva dos nobres povos imperiais portugueses, no reforço da sua condição mundial, no cumprir dos compromissos face ao exterior.

É inadmissível que os territórios que ao longo da história da humanidade foram pertença da nação portuguesa, nos diversos continentes, que adoptaram o idioma português, como forma de comunicação verbal e escrita, no dialogo e entendimento, na comunicação a impor ao mundo, hoje se encontrem em situação de debilidade, por guerras consecutivas, por interesses que não visam os interesses desses nobres povos, nem da nação portuguesa, mas sim interesses exteriores ao existir próprio de toda uma acção cultural. A progressiva orientação do império português no mundo, é reforçar, criar e construir a unidade de acções a empreender por cada uma nação constituinte do império português no solucionar os problemas com que nos deparamos e vivemos confrontados, é terminarmos com as orientações exteriores, que se traduzem, na realidade em que hoje, habitamos e permanecemos por falta de união, organização e orientação dos estados soberanos que compõem o império português. O prevalecer o idioma português no mundo, eleva a cooperação e a ajuda mútua, entre os nobres povos que constituem o império português na superação das adversidades com que nos vemos confrontados, evolui o movimento de acção a realizar tendo em vista o evoluir das condições de habitabilidade de todos os estados soberanos que o compõem, constitui uma elevação das condições humanas, económicas e culturais, a colaboração sempre presente no tempo e no espaço, no apoio às decisões impostas pelos estados soberanos constituintes, na orientação a prosseguir pelo mundo imperial português. A adopção de medidas na procura da defesa dos interesses portugueses no mundo, com os países que do seu idioma, fazem o da nação portuguesa, é todo um cumprir colectivo do império português no mundo, no elevar das acções económicas, humanas e culturais presentes, um prosseguir constante das necessidades colectivas de cada um nobre povo, na procura de soluções conjuntas a todo um elevar imediato, do respeito e do valor de todas as culturas. O repor a acção da comunidade portuguesa nos países constituintes do império português, eleva a nação portuguesa mundial, o conjunto dos estados soberanos de língua oficial portuguesa, as nações que transportam o idioma no evoluir dos tempos, em cada espaço de acção, a

cooperação da nação, plena de orientação, compromisso, na defesa dos valores culturais, tradicionais, no elevar a defesa e preservação, dos valores impostos, a coordenação dos esforços necessários à constante defesa dos valores culturais imperiais portugueses, à cooperação salutar entre os estados soberanos que constituem o império português, no respeito pelos valores de cada um nobre povo.

A acção da nação portuguesa face aos estados soberanos oficiais de língua portuguesa, não se proporciona pela imposição à força da ordem da nação Portuguesa, mas sim pelo reforçar, aprofundar e estreitar os laços e traços de todo um existir económico, humano e cultural próprio dos estados soberanos constituintes do império português, por todo um evoluir a imagem e a marca de toda uma habitabilidade a demarcar no mundo, pela observação, divulgação e pelo demonstrar toda a acção, económica, humana e cultural necessária e precisa a constituir um mercado inesgotável de acções exigidas a superar as necessidades de todo o nosso mercado de consumo imperial português, pelas acções concertadas a empreender pelo império português no afirmar e cumprir os acordos face ao mundo, pela colaboração no todo de acções económicas a empreender, superando o reforço da condição soberana de cada um nobre povo português, proporcionando um elevar novo, consciente, dotado, das infra-estruturas necessárias para o estabelecer das condições a todo um evoluir do desenvolvimento económico de cada um nobre povo imperial português e a sua imposição no mundo. Portugal tem como responsabilidades o fazer prevalecer o idioma português, toda uma cultura elevada um pouco, por todo o mundo, necessitando salvaguardar como princípios e valores elementares os interesses nacionais e dos nobres povos, que da sua fazem a nossa voz, dos nobres povos que por nós foram colonizados e que ainda hoje, com as diversas falhas de entendimento protagonizados ao longo da história, possibilitam todo um respeito, responsabilidade e compromisso profundo, no coordenar de esforços e unificar toda uma amizade, para uma elevação constante e permanente, do esforço efectivo, de responsabilidade a elevar por cada um estado soberano constituinte, na satisfação do todo imperial português, de inúmeras nações soberanas, privilegiando a consciência própria e as riquezas naturais próprias de cada um estado soberano, a razão de toda uma satisfação das necessidades próprias de cada uma estado soberano e dos agentes económicos que o compõem.

COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS

As comunidades imperiais Portuguesas no mundo exterior ao império português, são a base de sustentação das diversas acções a empreender pelas nações constituintes do império português nos estados soberanos onde esta se encontra e reside, como intermediários sempre presentes, em todo o momento, no movimento a impor pelas nações imperiais portuguesas nestes estados soberanos e pela comunidade imperial portuguesa local com as diferentes áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias dos estados soberanos envolvidos, no processo produtivo e comercial, deste modo possibilitamos a unidade das nações imperiais portuguesas, o contacto presente, permanente e efectivo às comunidades imperiais portuguesas, a mesma orientação a empreender no mundo, a responsabilidade a cumprir face aos acordos comerciais a estabelecer na constante satisfação das necessidades do nobre povo imperial português a

residir no mundo, tornamos possível o reforço dos laços das comunidades imperiais portuguesas no exterior, com a base económica, humana e cultural de cada uma nação, o enquadramento necessário a todo um existir e coabitar pacífico e ordeno, para todos os cidadãos do mundo, traduzindo um constante evoluir das relações comerciais e da necessidade de sustentação de cada um nobre povo face aos demais, tornando possível no respeito pelo cumprimento da base legislativa em vigor em cada estado soberano, pelo respeito pelos valores e princípios de cada um nobre povo, a base a todo um estabelecer o entendimento, a colaboração e cooperação, da comunidade imperial portuguesa com cada nação mundial, traduzimos os valores da cultura portuguesa nestes estados soberanos, os valores culturais de todo um existir as condições necessárias e precisas a todo um evoluir dos estados soberanos imperiais portugueses no todo mundial.

As comunidades imperiais portuguesas, são a base no traduzir a imagem da acção das nações constituintes do império português no mundo, a capacidade produtiva nacional de cada um estado soberano imperial português, reforçando a condição de nobre povo residente, activo, participativo, impulsionador de uma consciência própria, no traduzir os valores imperiais portugueses no seu todo, económico, humano e cultural, são a base a todo um estabelecer rigoroso da união das nações imperiais portuguesas às inúmeras nações no mundo, o empreender das orientações, económicas, humanas e culturais, o implementar das posições e das marcas imperiais portuguesas, no mercado de consumo destas, o exercício das acções a empreender por todos os cidadãos, tendo presente as orientações definidas pelas nações do império português e orientadas pelas embaixadas do império português estabelecidas em todo o estado soberano mundial onde estejamos presentes, reforçando pela via do diálogo e do entendimento, o respeito por todos os cidadãos do império português e por todas as nações constituintes do império português, no seu actuar colectivo no mundo. As comunidades imperiais portuguesas são toda uma base diplomática da nação imperial portuguesa estabelecida no mundo, que como função tem a de reforçar toda a nossa identidade imperial portuguesa, reflectir toda a nossa história imperial portuguesa, honrar toda a nossa acção, restabelecer e reforçar as trocas comerciais com os estados soberanos com os quais habitamos e residimos, observar a realidade do império português em todo o momento, estabelecer os contactos económicos, humanos e culturais, a existir, são o intermediário no espaço exterior, necessário e preciso a todo um empreender da capacidade produtiva das nações constituintes do império português no seu estabelecer económico, humano e cultural no mundo, sendo a observação direccionada para um mercado de consumo de elevados recursos económicos.

Elevar e reforçar a imagem da comunidade imperial portuguesa no exterior, é fazer face à sua constante satisfação, o desenvolvimento colectivo enquadrado, no espaço exterior, o reconhecimento dos valores culturais de cada um nobre povo, o manobrar consciente e efectivo da acção das comunidades imperiais portuguesas, o empenho e a vontade no solucionar os problemas, do estado soberano e das nações exteriores no seu próprio espaço, é a palavra e o respeito, pelo movimento a impor por cada uma nação no mundo, permitindo pela observação da capacidade de actuação face à mão-de-obra e toda a sua acção no meio envolvente, um empreender correcto e continuo na busca da resolução e concretização constante dos diversos problemas. Desenvolver todas as áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias do conhecimento legislativo, administrativo e produtivo, passa pelo reanimar e ressurgir as comunidades imperiais

portuguesas residentes no mundo, pelo reavivar memórias, passadas e presentes, pelo traduzir as ambições futuras, no cumprimento correcto das nações constituintes do império português e das comunidades imperiais portuguesas no mundo, pelo cumprimento dos valores culturais, pelo reforço da condição de existência de cada uma nação, dos seus hábitos, usos e costumes, realçando os imperiais portugueses e toda a nossa história nas comunidades imperiais portuguesas no exterior, traduzindo a cultura histórica activa do nobre povo imperial português das festas populares, um pouco por todo o mundo, mostrando a cultura imperial portuguesa mundial, representando os hinos que compõem todo o império português, mostrando a todo o momento as bandeiras das nações que constituem o império português, erguendo a imagem da nação imperial portuguesa unida, fortalecida, pelo ser de cada um cidadão imperial português.

A orientação rigorosa e correcta das nações imperiais portuguesas no mundo, da comunidade imperial Portuguesa mundial, possibilita a criação das infra-estruturas necessárias e precisas a todo um elevar económico das nações imperiais portuguesas em cada um estado soberano presente, um reforço da acção cultural com os nobres povos no mundo presentes, a realização de toda uma unidade económica, humana e cultural de satisfação no uso e utilização, no consumo dos investimentos por nós produzidos, estreitando laços necessários com todas as nações de modo à segurança da comunidade imperial portuguesa no mundo. Reforçar a comunidade imperial portuguesa no exterior, eleva as receitas da acção produzida, reforça o investimento necessário ao elevar financeiro das nações imperiais portuguesas nestes territórios, no prosseguir sucessivo da acção, nasce e implementa os reais bancos de cada um estado soberano constituintes do império português no mundo, a capacidade de prevalecer e rentabilizar o investimento produzido pelas comunidades imperiais portuguesas nos estados soberanos no qual residem, na orientação correcta dos nobres povos, com os quais estabelecemos uma ligação diária presente, o investimento da comunidade imperial portuguesa, na criação e desenvolvimento de toda a acção, possibilita o ressurgir das actividades económicas, das condições humanas necessárias a todo um habitar conjunto digno. Com o reforço da acção das nações imperiais portuguesas no mundo, com a elevação das comunidades imperiais portuguesas, possibilitamos um mercado concorrencial vasto, numa primeira fase abrangendo todo o espaço territorial imperial português, evoluindo para 500 milhões de cidadãos no decurso de toda a nossa capacidade produtiva e de afirmação imperial portuguesa no estabelecer das orientações, tendo presente o abranger de todos os cidadãos do império português no mundo, alargamos as necessidades da comunidade imperial portuguesa, o reforço de toda uma cultura imperial portuguesa activa, o elevar e reforçar das relações económicas, humanas e culturais com o exterior, com todas as nações soberanas mundiais, salientando traços e laços comuns, definindo apoios e colaboração, ajudas mútuas em cada momento preciso, salvaguardando interesses imperiais portugueses e a cultura dos estados soberanos externos, conquistamos pelo impor da qualidade, comodidade e funcionalidade dos produtos e serviços, pela educação imposta, pela acção elaborada, uma outra imagem no mundo, de nobre povo imperial português consciente do seu existir, no bem-estar humano e natural mundial.

Rentabilizar toda a acção das comunidades imperiais portuguesas no exterior, produz o respeito pela acção da comunidade imperial portuguesa, no desempenho das funções a exercer, tendo em vista as nações externas, prevalecendo o reforço da segurança e da protecção das populações no existir da cultura imperial portuguesa, a cooperação nas

acções a impor nas áreas de acção, nas orientações, no crescimento das orientações colectivas, das nações imperiais portuguesas com os demais estados soberanos mundiais. O rosto dos cidadãos imperiais portugueses, são a imagem das nações imperiais portuguesas, no território imperial português e no mundo, o conhecimento da cultura imperial portuguesa mundial, o modo de ser, estar e existir o respeito, honra e a dignidade das acções elevadas, permitindo com a evolução cultural das nações imperiais portuguesas no exterior, com os imigrantes imperiais portugueses, mostrar o modo de ser, estar e de existir da cultura imperial portuguesa, o nível de desenvolvimento de habitabilidade por nós conquistado, nas tradições, usos e costumes, no modo de vestir, alimentar, habitar, na educação, na saúde, no existir uniforme humano imperial português, são o criar condições para que os estados soberanos externos pela acção das nações imperiais portuguesas, encontrem na diplomacia orgânica, um suporte forte e condigno, ao respeito que todas as nações mundiais necessitam e precisam a todo um reforço da sua cultura, sem o recurso à força ou a imposições de orientações exteriores, pela via do dialogo, são a visão do mundo que representamos, todo um existir da cultura imperial portuguesa mundial, de respeito e cumprimento pelos valores e princípios próprios de cada uma cultura mundial, com colaboração, ajuda, entendimento, permitindo esquecer um passado recente, reforçando toda uma consciência de soluções conjuntas futuras.

A orientação e o correcto exercício de cada um cidadão imperial português em cada um pedaço de mundo onde nos encontramos, o seu constante conhecimento da sua nação imperial portuguesa em toda a sua acção económica, humana e cultural, traduz o desenvolvimento da nação imperial portuguesa, o desenvolvimento sustentado pelo erguer da voz das nações imperiais portuguesas, no conciliar os interesses com o exterior, são os próprios cidadãos imperiais portugueses, os emissários de toda uma mensagem económica, humana e cultural, os intermediários necessários a todo um protagonizar do entendimento necessário ao estabelecimento dos diversos acordos com os estados soberanos no qual residem com as nações imperiais portuguesas. Representar as nações imperiais portuguesas em qualquer acção conjunta com as nações do mundo, é sermos representantes de uma só voz, de uma só cultura imperial portuguesa, o melhor do esforço de todos os cidadãos imperiais portugueses, no contributo para a definição da realidade em mãos, no cumprir de cada uma acção, é a presença de uma mais-valia, traduzindo a observação, análise e conclusão das nações imperiais portuguesas face ao respeito pela acção a impor, em cada área presidencial, sector ministerial e arte bastonária de acção produtiva. Os cidadãos imperiais portugueses no exterior, têm que deixar de tomar partido, nos diferentes movimentos de acção legislativos nos estados soberanos exterior ao império português, de participarem em manifestações com a referencia e o uso das bandeiras imperiais portuguesas, dado que as leis a impor são as tomadas de posição da cultura e do nobre povo onde nos encontramos, onde a comunidade imperial portuguesa reside e habita e as negociações face à defesa dos seus valores e princípios são efectuadas pela base legislativa imperial portuguesa, pelas embaixadas do império português, através da diplomacia e dos diferentes acordos estabelecidos, entre as nações imperiais portuguesas e as inúmeras nações mundiais, para o bem-estar dos cidadãos imperiais portugueses presentes, para a sua própria segurança humana e protecção de todos os bens e haveres pessoais e não com acções pessoais, tendo em vista o prejudicar da acção de todo um império português e das suas comunidades imperiais portuguesas nos territórios onde as nações imperiais portuguesas se encontram.

As comunidades imperiais portuguesas a residir no espaço soberano exterior ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, vivem NECESSITADAS de APOIO, de CONFIANÇA, de LAÇOS INSPIRADORES e GERADORES do SENTIDO de PÁTRIA, ORGULHO e HONRA, a viverem a crise económica, humana e cultural dos ESTADOS SOBERANOS próprios no qual residem confrontadas com o fecho de consulados e embaixadas do império português, com a extinção das escolas da língua portuguesa nos seus territórios, sem esperança de regressarem e terem uma vida digna no espaço territorial imperial português. As embaixadas do império português, são a base da unidade diplomática do poder orgânico, legislativo, administrativo e produtivo, das nação soberanas constituintes do império português a cada uma nação cultural mundial, o respeito por todos os nobres povos soberanos mundiais, a colaboração e ajuda mútua, económica, humana e cultural, o intercâmbio mundial, são a base de ligação das nações constituintes do império português ao mundo, todo um conhecimento da cultura imperial portuguesa presente no mundo, dos homens, do espaço, do movimento preconizado pelos cidadãos imperiais portugueses, no espaço mundial, onde residem, habitam e produzem, o coordenar de esforços ao implantar a evolução presente das nações constituintes do império português no empreender de toda a sua acção económica, humana e cultural, o cumprimento das leis das nações do império português, nos seus próprios territórios nacionais e no mundo, o valorizar e progredir da cultura imperial portuguesa mundial, são o criar e desenvolver da observação, análise e investigação sobre o espaço detentor de todos os cidadãos imperiais portugueses presentes no globo terrestre, a sua formação educativa e qualificação profissional, no actual e no futuro, o alertar para o conhecimento dos valores e princípios, direitos e deveres económicos, humanos e culturais, das nações imperiais portuguesas a cumprir face ao respeito e cooperação com os nobres povos com os quais habitamos, são a presença efectiva do império português nas nações culturais onde a comunidade portuguesa habita, reside e está representada.

É fundamental e preciso estabelecer e empreender as embaixadas no território imperial português das comunidades externas residentes em cada um estado soberano imperial português, como base de todo um princípio de unidade mundial presente de entendimento, paz e cooperação, de amizade profunda com todos os nobres povos e todas as culturas vivas do mundo, de modo a tornar visível a todos os cidadãos imperiais portugueses no mundo, dos acordos estabelecidos pelas embaixadas do império português no exterior e pelos organismos máximos da soberania imperial portuguesa, com os demais nobres povos mundiais, a unidade, o respeito, a realidade presente a cumprir por todos face ao compromisso pela condição económica, humana e cultural de cada um nobre povo, por todas as culturas vivas planetárias, pelo seu existir no espaço territorial imperial português, são o reforço do estabelecer diplomático necessário e preciso, presente e efectivo com as comunidades externas residentes no espaço territorial imperial português e das comunidades imperiais portuguesas a residirem no exterior, são a base necessária e precisa ao reforço do contacto dos imigrantes imperiais portugueses no exterior às respectivas nações imperiais portuguesas, o modo correcto de restabelecer toda uma relação recíproca perdida ao longo dos vários anos com todos os cidadãos do império português dispersos pelo mundo e com todos os nobres povos, traduzindo uma recuperação efectiva da nossa mão no mundo, são o suporte necessário ao reforço dos contactos em todas as áreas de acção, todo um reforço da condição da nação imperial no exterior, são o suporte a todo um elevar consciente da cooperação efectiva entre as nações

com o qual mantemos relações, na procura da criação das condições humanas desejadas, na procura de uma acção segura, no tempo e no espaço, que medeia entre as diversas orientações orgânicas de cada um nobre povo, o respeito pelo constante evoluir cultural de cada um nobre povo, o cumprimento de toda uma orientação tendo em vista a acção a protagonizar pelos cidadãos imperiais portugueses, em toda a sua acção com o meio envolvente.

As embaixadas do império português no mundo, são um reforço significativo na acção da nação imperial portuguesa, porque fazem existir as áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias, económicas, humanas e culturais, possibilitando uma só legislação, orientação e organização, imperial portuguesa, nos territórios imperiais Portugueses e no espaço territorial mundial, o existir do espaço, dos meios financeiros e humanos, presentes na criação de condições a todo um desenvolvimento humano, a todo um reforço da cultura imperial portuguesa, um outro entendimento com as diversas nações soberanas, alertando para a forma de actuação, para a salvaguarda da razão de ser, estar e de existir, de cada uma nação soberana, para a responsabilidade de toda uma acção, em torno de cada um território, dos seus homens e da sua acção com o meio ambiente envolvente, possibilitando no exterior, a criação de infra-estruturas que apesar de serem imperiais portuguesas visam não só a comunidade imperial portuguesa, mas também a de cada uma nação, onde a comunidade imperial Portuguesa estiver presente, tornando possível acabar com atrocidades que se sucedem nas diversas comunidades imperiais portuguesas no exterior, que colocam em causa a condição dos cidadãos imperiais portugueses, dos seus bens e haveres e de todo o seu movimento, são o entendimento correcto face à salvaguarda dos valores culturais de cada um nobre povo, relançando todo um reforço da condição financeira, das nações imperiais portuguesas no mundo, são o reforço a todo um estabelecer da unidade imperial portuguesa, o criar condições para que todos os cidadãos imperiais portugueses estabelecidos no mundo, que por motivos, não tenham o conhecimento da sua nação imperial portuguesa presente, se possam deslocar à sua nação, restabelecendo todo um conhecimento no concreto da realidade da acção presente, não quebrando o elo de origem, da sua história, renascendo uma outra atitude no cumprir da ordem e da base de todo um conhecimento elevado, são o retorno dos nossos imigrantes imperiais às suas nações soberanas.

As embaixadas do império português no mundo, são a integração correcta da comunidade imperial portuguesa no exterior, são a base de todo um suporte orientador e fixador em todo o espaço mundial onde a comunidade imperial portuguesa reside, habita e produz, a unidade, uniformidade e identidade, no preservar a condição dos cidadãos, em cada um território soberano mundial e toda a sua acção, a estruturação, organização e orientação correcta das comunidades imperiais portuguesas no exterior, dignifica o esforço colectivo da nação imperial portuguesa, o empreender e erguer do património dos cidadãos imperiais Portugueses, não fazendo notar a acção nas orientações orgânicas colectivas de cada um nobre povo, mas alertando para as mesmas e para todo um evoluir da capacidade de actuação conjunta em prol dos valores humanos e naturais, não colocando em causa os valores culturais de cada um nobre povo, de cada um existir soberano próprio, a condição de imigrante, mas uma libertação da sua acção a empreender em prol do desenvolvimento da comunidade imperial portuguesa e do movimento imposto no sustentado progresso colectivo da nação onde habita. A constituição das embaixadas do império português, produz no imediato o retorno dos cidadãos imperiais

portugueses no exterior, às nações do império português, a actualização no modo de ser, na forma de estar, no representar, existir e cumprir as acções a empreender pelas nações, no criar as condições necessárias à progressiva elevação da nação imperial portuguesa no mundo, possibilitando a todos o representar da nação imperial portuguesa, o efectivo desempenho e cumprir dos princípios e valores em cada uma acção a empreender, legislativa, administrativa e produtiva, possibilitando o criar das condições necessárias ao desempenho correcto da nação imperial portuguesa, em prol do homem e dos diversos interesses da nação imperial portuguesa, cumprindo as leis e orientações deliberadas pela nação imperial portuguesa, salvaguardando toda uma cultura imperial portuguesa.

As embaixadas do império português tem que existir em todo o espaço mundial onde residam e habitem cidadãos imperiais portugueses, em todas as nações soberanas definidas no mapa-mundo, permitindo por via da diplomacia uma cooperação das nações imperiais portuguesas a nível mundial, na procura de entendimentos vantajosos para todos os intervenientes, em todas as áreas de acção produtivas, salvaguardando os valores culturais de cada uma nação soberana e a defesa e protecção dos interesses das nações imperiais portuguesas e das suas comunidades. As embaixadas do império português no mundo, representam a união, unidade e identidade do império português no espaço territorial mundial, o representar de todos os cidadãos do império português no mundo, acabando com as embaixadas no mesmo estado soberano das embaixadas de dois ou mais estados soberanos do império português, são constituídas no seu todo pelos cidadãos do império Português residentes equitativamente em cada um território soberano, terminando as embaixadas de cada uma nação constituinte do império português fixadas nos demais estados soberanos constituintes do império português, dado a unidade, igualdade e identidade do império Português e de todo o nobre povo imperial português dentro das fronteiras de cada uma nação constituinte do império português e na equiparação das certezas nas decisões, respeito e no compromisso de todos no responder perante o império português, possibilitando o contribuir para uma actualização correcta dos valores do império português, no empreender de toda a sua acção no mundo. As embaixadas do império português têm que possuir a unidade orgânica nacional, todas as áreas presidenciais de acção existentes no território nacional, sectores ministeriais e artes bastonárias presentes, têm que obedecer a toda a orgânica imperial portuguesa, de forma a uma actualização imediata das constituições das nações constituintes do império português, das leis das nações imperiais portuguesas, de todas as informações evolutivas, a nível económico, humano e cultural, de forma correcta e devidamente presente, possibilitando uma rápida e eficaz solução no combate dos diferentes problemas, uma interacção das comunidades imperiais portuguesas presentes no exterior, uma uniformidade de acções, possibilitando em todo o momento o enquadramento de cada um no ciclo orgânico imperial português, no espaço territorial imperial português e no mundo.

As embaixadas do império português em termos orgânicos, são estruturadas no espaço de cada uma nação soberana presente, não se separando em termos regionais e locais, em termos de estruturação, no espaço por regiões e concelhos, dado que estamos em território pertença de um estado soberano que não o território imperial português. É função das embaixadas do império português, estabelecer a ligação das áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias, económicas, humanas e culturais, com os diversos estados soberanos, de modo a todo um produzir e evoluir correcto das

responsabilidades a cumprir por cada uma nação, face aos acordos presentes firmados entre as nação constituintes do império português e todas as demais nações soberanas, colocando fim a todo o tipo de conflitos diplomáticos, entre as nações constituintes do império português e as demais nações soberanas, impondo o conhecimento das acções a empreender por cada um cidadão imperial português, em territórios alheios de modo a possibilitar um conjunto de acções empreendidas pela comunidade imperial portuguesa local, na tradução do idioma, na orientação, na organização de toda a acção a impor, na preparação e coordenação das diversas acções e providencias a impor face a todo um alojamento, transportar e alimentar de cada um cidadão do império português, precavendo a segurança, protecção e o bem-estar de todos os cidadãos do império português, desde o primeiro momento em que pisamos o território soberano exterior à nação imperial portuguesa, são o orientar e organizar o conjunto de todos os cidadãos imperiais portugueses residentes nestes estados soberanos, de todos os visitantes imperiais portugueses, em todo o momento, fazendo prevalecer o respeito pela cultura da nação onde nos encontramos.

As embaixadas do império português no mundo, têm que possuir a organização dos meios que tornem possível todo um implementar das condições na satisfação dos diversos cidadãos e da sua ínfima integração no meio, a construção da escola portuguesa, o existir do hospital português, salvaguardando os interesses da comunidade e dos cidadãos, tirando proveito do existir dessas mesmas condições para rentabilizar a acção da comunidade imperial portuguesa no território, no reforço da acção face ao combate às necessidades dos estados soberanos e das suas populações, proporcionando no território exterior o existir das forças da prevenção, ordem e segurança, de modo a acautelar os cidadãos e os bens e haveres por estes detidos, os meios de produção, as instalações e as infra-estruturas necessárias a toda a acção, os equipamentos necessários ao empreender da sua acção colectiva. A área da prevenção, segurança e ordem, tem que existir em toda a acção das comunidades imperiais portuguesas no exterior, de modo a uma salvaguarda dos interesses da nação imperial portuguesa, de forma pacífica, impondo o respeito desejado e merecido, pelo valor cultural do império português, terminando com os sucessivos roubos e pilhagens dos haveres da comunidade imperial portuguesa no exterior, com as sucessivas atrocidades verificadas no dia-a-dia, dos nossos cidadãos, em termos humanos e materiais. As embaixadas do império português no mundo, permitem o existir de toda uma base de dados, em todo o momento, traduzindo o conhecimento dos cidadãos imperiais portugueses no exterior, residentes nas diversas nações ou em visita, toda a sua acção económica, humana e cultural, a desenvolver, o modo rápido de estabelecer contactos, o conhecimento da cultura imposta por cada nação, bem como a condição humana exigida, para a estadia nos territórios exteriores. Erguer as bandeiras imperiais portuguesas nas diversas instalações dos estados imperiais portugueses, no território imperial português e no mundo, é primarmos com cor, rigor e alegria a acção protagonizada nas diversas acções empreendidas pela comunidade imperial portuguesa mundial, no território e no globo, o estado de desenvolvimento cultural, o estado de conservação do património, produtivo e habitacional, dos bens e haveres da comunidade imperial portuguesa, a rentabilização dos meios, o dignificar a existência de toda uma ordem da nação imperial Portuguesa, reflectindo o conhecimento por parte dos demais nobres povos, da existência de um império português constituído por oito nações

soberanas, unas, independentes e indivisíveis no mundo, é o respeito pela sua própria identidade, pela sua própria existência pacífica.

MUNDO

A democracia, constitui-se com os pontos de vista diferentes de cada um cidadão, com a sua análise, razão de ser, estar e existir, com seriedade, justiça, unidade, amizade e coragem, com vontade de crescer, unida da liberdade de expressão construtiva de cada uma nação soberana, de cada um nobre povo, do sentir e reflectir colectivo, problemas, origens, causas, consequências, define o que cada um homem pensa e projecta para benefício de todos, nunca o contrário. As bases económicas, humanas e culturais hoje presentes, serviram o modo de os cidadãos pelo dialogo se submeterem, segundo interesses que não dignificam o conhecimento de cada uma cultura, nem de nenhum homem, esquecendo a identidade cultural de cada um nobre povo, as raízes, as tradições, os usos e costumes, a consciência de valores próprios elevados no tempo, o que cada um nobre povo acredita e pensa em prol da defesa dos seus valores económicos, humanos e culturais, desenvolveram mecanismos inferiores de pelo conhecimento, traduzir o evoluir das culturas vivas presentes no planeta, pela desigualdade produzida, esquecendo formas de pensar, estar e ser presentes, no inovar do amanhã, renasceram o que de inferior existe em toda a humanidade, ódios, vinganças, retaliações, para o fim definitivo da guerra como solução à paz na terra, lembrando a cooperação, a evolução humana no tempo, esqueceram os homens que em cada um estado soberano nascem e habitam, cumprem o exercício da sua função, a razão de ser de cada um sonhador, repondo o pesadelo como forma de nos aproximar de um futuro mais justo e correcto, esquecendo a verdade, de forma a continuarmos a viver num mundo egoísta, que combate para não pensar, por falta de razão, para ser solidário com todas as injustiças que produz no dia-a-dia, matando, desalojando, deslocando, amontoando, sem as condições precisas a uma sobrevivência condigna, sem ter que dar abrigo ou qualquer tipo de existência, promissora dos conhecimentos de cada um homem, de modo ao evoluir natural planetário, das espécies presentes no universo terreno e da dignidade da vida humana.

A evolução do sistema estadual, a república nas suas vertentes governativas como forma de impor a paz, a ordem mundial, a unidade, equilíbrio e a igualdade entre todas as nações, o que é mentira, a continua diversidade do espaço, dos ciclos de biodiversidades terrestres, vegetais e animais, a imposição de toda uma orgânica legisladora mundial, a cumprir, respeitar e preservar por todas as nações soberanas presentes no mundo vivo, na orientação das acções empreendidas no território de cada uma nação soberana, do espaço mundo, em prol da orientação e organização, dos capitais, homens e do espaço, dos sectores produtivos, produziu o desrespeito pelas constituições nacionais de cada um nobre povo, pelo organismo mundial constituído em defesa dos valores culturais de cada nobre povo, colocou em causa o poder de participação, decisão e orientação das várias culturas vivas planetárias, desvalorizou a soberania das nações soberanas, a liberdade de expressão condicionada à falta de decisão na acção, todo o tipo de injustiças, inerentes à separação do homem do seu espaço, proporcionou o abuso do poder, sem justificação, ordem, leis e direitos, sem deveres a cumprir, sem o conhecimento da razão de ser das acções a empreender em prol de interesses exteriores, sem a continua progressão dos ideais vivos presentes em cada uma nação planetária. Sucedeu a um poder injusto, pela soberania das metrópoles face às colónias, pelo alheamento do poder de decisão dos

nobres povos e da sua razão de ser, pela falta de condições a todo um progredir humano de habitabilidade, pelo estagnar dos meios de conhecimento produtivo no evoluir consciente das nações, o poder incorrecto, no manter subjugados os nobres povos, na sua pressão real constante, na continua rejeição das decisões e das deliberações de cada cultura soberana, na incorrecta valorização das orientações exteriores, em detrimento das nacionais, não observando o espaço físico e humano que constitui cada uma nação soberana, o movimento cultural de cada um estado membro mundial.

O termino do ciclo económico global, dia a dia presente, a razão, imagem, ser, orientação, a atitude de cada uma nação no mercado internacional, em defesa dos interesses próprios, de grandes grupos internacionais, proporcionou uma evolução terrena no espaço desconhecido, enfraqueceu a camada de ozono, o escudo de protecção do planeta, o manto essencial a todo um existir, a todo o manter o espaço terrestre habitável, distorceu e acabou com as actividades produtivas nacionais, com a diversidade de cada uma nação empreendida na satisfação das necessidades humanas de cada um espaço de acção, no fim dos mercados culturais, na constante e progressiva liquidação das reservas naturais, no continuo explorar a força humana produtiva e consequentemente no progresso do desemprego verificado, traduziu o desequilíbrio do próprio sistema, o retrocesso, permanecendo à beira de uma rotura profunda, dado ser um fenómeno económico, que esqueceu as componentes humanas e culturais, os valores humanos, o respeito pela condição humana, pelo existir próprio das diversas culturas planetárias, não traduzindo o modo natural, de ser, estar e existir de cada uma nação, primando pelo desrespeito pelos valores tradicionais até então traduzidos em termos económicos, humanos e culturais. O fim da república como forma de legislação, orientação e organização do homem no espaço, dá início à RESTAURAÇÃO do ciclo MONÁRQUICO em todo o GLOBO TERRESTRE, onde os estados, a base orgânica de cada um nobre povo, de cada uma cultura soberana se torna o representante legal da manutenção e preservação das raízes e origens, na procura de novas orientações, voltadas para dentro de cada uma nação e destas para com a nação mundial, nos objectivos a cumprir, no fazer face aos diferentes problemas, no encontro de soluções imediatas, a todo o estabelecer a ordem mundial, a paz entre todas as nações, a unidade, respeito, rigor, a preservação de toda e qualquer identidade cultural definida ao longo dos tempos, constituída ou não, a mesma igualdade na decisão orgânica a empreender por cada um nobre povo no mundo terrestre.

O homem no presente, esquece as razões, de ser, estar e de existir, do mundo planetário, do espaço em movimento, do universo que nos circunda e sustenta, em busca de algo que não a verdade de cada um nobre povo, a sua afirmação no mundo, a autonomia e autodeterminação de cada uma nação cultural, traduzida pelos idiomas, hábitos, usos e costumes próprios expansivos no universo terreno, em defesa dos princípios e valores conscientes de conhecimento, de atitudes e responsabilidades produzidas no tempo e no espaço por cada uma nação, definindo prioridades a preservar, recuperar e renascer como base presente, a observação, análise e investigação das funções a cumprir por cada um dos elos compostos orgânicos vivos, do conhecimento como mais-valia essencial ao elevar a acção humana sobre o meio físico natural, aprofundando a utilização das matérias-primas, prejudiciais ao homem e ao espaço, produzindo matérias e materiais recicláveis, completando o ciclo das transformações, a decomposição das matérias finais, em matérias-primas, matérias que o planeta transforma em todo o processo de crescimento diário, humano e natural, traduzindo o perfeito rigor dos movimento de todos os ciclos de vida presentes, terreno, aéreo e marinho, animal e vegetal. O desrespeito pelos valores planetários, são a falta de respeito pelo próprio ser humano, pelo progredir do homem no meio físico natural, pelo evoluir dos diversos ciclos vivos presentes, o abate

das ideias sobre o preservar do meio ambiental, o continuo ciclo de desgaste produzido, o acabar com a humanidade no planeta e o prosseguir natural num outro espaço que não o planeta terra, faz com que se acabe com a humanidade por um largo período de tempo em todo o universo, já que esta só existe no planeta terra, é de uma inconsciência total pensar, no ser, estar e existir do homem fora do planeta terra, separado do espaço físico que o fez nascer, envolve, suporta e movimenta, esquecendo as razões, o cumprir, a evolução de ser, estar e existir do planeta.

O desastre ecológico cada vez mais presente, mais a descoberto, no dia-a-dia da nação mundial, levanta questões a todos os momentos sobre a razão de existir do universo, do mundo que nos rodeia, do homem, da vida no estado físico em que esta se encontra, gasoso, sólido ou liquido, permitindo com a observação e análise das matérias e dos compostos presentes no meio envolvente, com a composição de cada uma matéria a investigação das mesmas, o desenvolver teses e teorias em defesa dos valores produtivos de cada um nobre povo, da definição dos territórios de cada uma cultura, do organizar o homem no seu espaço próprio de acção, da união e ligação de cada uma nação ao mundo, do criar um organismo mundial preciso, com uma só legislação, orientação e organização, com a presença de todas as culturas vivas presentes no universo terreno, afirmando o equilíbrio de acções económicas, humanas e culturais, necessárias à unidade do espaço mundial, à satisfação correcta das necessidades a cumprir e a definir por cada uma nação soberana na orientação orgânica dos seus próprios recursos humanos e naturais, da unidade, uniformidade, igualdade de conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos, no suporte para um mundo presente, consciente de responsabilidades, na procura de resoluções, que permitam dar respostas às perguntas que se produzem. A observação do meio físico natural, dos homens, a análise da capacidade humana produtiva, a Investigação do espaço, a demarcação das reservas naturais, das matérias-primas em uso, da função a cumprir pelo espaço e pelos homens, valoriza a razão de ser, estar e existir dos diferentes compostos vivos presentes, cria condições para que todos os cidadãos possam desenvolver os atributos naturais, o instinto criador, a função plena de correcção, em prol do movimento a impor por cada uma Nação no mundo.

É Tempo, de uma nova realidade mundial, consciente, responsável, progressiva no bem-estar de todos os cidadãos, no movimento de cada cultura soberana presente no globo, é tempo do respeito por cada uma Nação soberana, pelos homens que a constituem, pelo cumprimento do pensamento cultural colectivo, em prol de um todo de coabitação presente, do respeito pelo movimento de libertação da consciência, como forma de acção educada de cada uma nação, do existir evolutivo, no ser, estar e existir, do produzir em união o verdadeiro sentido de cada uma nação, é tempo do respeito pelo espaço próprio, pela vontade livre de cada um nobre povo, pelo desejo de ser, estar e existir de cada uma cultura soberana viva elevada ao longo dos tempos da história universal, tornando efectivo o renascer dos idiomas, hábitos, usos e costumes, a continua realização do planeta, a evolução progressiva do movimento universal terreno, o desenvolvimento correcto dos homens face ao espaço físico, na adaptação e evolução das infra-estruturas, instalações, equipamentos, máquinas, ferramentas, instrumentos, utensílios e acessórios em uso, dos modos, métodos e técnicas presentes, a união da força económica, humana e cultural, legislativa, administrativa e produtiva, na transformação a impor no conciliar os interesses próprios orgânicos de cada uma nação soberana, todo um existir perfeito de vontade, verdade, seriedade, ordem e de justiça mundial. É tempo, da razão de ser do homem, da realeza de todo o existir, da essência na função a cumprir, da realização e progressão para um futuro seguro e presente, produtivo, no interesse de todos os cidadãos, do respeito pelo esforço, vocação, pelo Dom criativo de cada um cidadão, de valorizarmos os conhecimentos elevados por todo e cada um cidadão nas diferentes artes bastonárias,

sectores ministeriais e áreas presidenciais de acção produtiva, de forma a melhorar e aprofundar a acção colectiva de todos, elevando a construção de um amanhã superior, com união, vontade, esforço e vitórias, é tempo de valorizar os homens, de enaltecer as artes, o exercício da função a desempenhar, representar e cumprir por cada um cidadão, do reunir os conhecimentos do mundo presente, a correcta, identidade, unidade e uniformidade da acção produtiva a impor, repondo o conhecimento planetário, o movimento do universo profundo, em busca da sua razão de existir, da salvaguarda dos valores humanos, da família, da cooperação e colaboração, da unidade ao evoluir humano e natural, tornando possível uma evolução presente, progressiva, constante, produtiva de cada uma nação no mundo, traduzindo origens, evolução e actualidade, de forma à obtenção de resultados válidos num futuro que já começou. É tempo de uma nova ordem mundial, com a voz de todos os cidadãos, de cada uma nação soberana presente no espaço mundial, da diversidade de opiniões, soluções e decisões, a empreender no espaço próprio definido por cada uma nação, por cada uma cultura soberana produtiva, do aprofundar a capacidade de conhecimentos elevados, no colmatar as falhas presentes de cada uma população, de cada um território soberano de acção, no comunicar, transportar e iluminar, na forma de ser, estar e de existir, de produzir o conhecimento, com realidade na procura de observações e análises, que proporcionem a investigação de matérias-primas renováveis no tempo e no espaço, a evolução técnica dos homens e das bases energéticas, a inovação tecnológica, a continua adaptação do homem à progressiva renovação do espaço, de forma a todo um minimizar as dependências de cada uma nação face ao exterior, tornando a auto-suficiência o princípio a desenvolver e a empreender na união dos nobres povos do globo. A revolução possível nos dias de hoje é a do conhecimento, do pensamento, individual e colectivo, do consciente de cada um cidadão, da razão de ser, estar e existir, da evolução humana terrena, no desenvolvimento e progresso de toda uma realidade crescente de conhecimentos, individuais e colectivos, permitindo a procura de soluções imediatas, na resolução dos graves problemas, que a humanidade enfrenta, na falta de definição da independência construtiva de cada uma nação, na falta de uma rigorosa observação, análise e investigação dos problemas inerentes a cada um Estado soberano mundial, na falta de opinião, responsabilidade, igualdade e liberdade de cada um cidadão, de cada uma nação soberana nos organismos nacionais e internacionais, em busca de uma verdade sem imposições, sem interesses, reforçando o estudo como base de toda uma investigação, pesquisa e formulação, de resoluções imediatas, o conhecimento como a determinação do homem para o seu crescer natural progressivo.

A unidade orgânica da nação mundial, constitui um organismo sólido, uno, vivo, denominado por nações unidas, NU, organismo máximo mundial constituído no tempo e no espaço por todos os nobres povos mundiais, por todas as culturas soberanas planetárias vivas, com idioma próprio ou não, definidas ou por constituir no tempo presente, com sede estabelecida no território continental Português, legislada e aprovada na primeira união das nações a realizar em Portugal por todos os líderes mundiais presentes no planeta terra, liderada por SUA MAJESTADE, com a função, de observar os diferentes movimentos de guerrilha presentes no mundo, de modo a definir os novos territórios soberanos a constituir no tempo presente no espaço mundial, para que cessem todos os movimentos de guerrilha presentes no globo terrestre e se restitua a paz, como base de toda uma razão de ser, existir e viver do homem no planeta terra, organismo presidido diariamente e alternadamente por cada um dos representantes máximos de cada uma soberania mundial, tendo como sequência o maior número de cidadãos de cada uma soberania no planeta terra, com a função de liderar o organismo máximo mundial, comandar os líderes mundiais na marcação dos acordos e tratados mundiais a empreender por todas as nações soberanas, exigir o rigor e o cumprir da lei mundial, a todas as nações

no espaço de cada uma, sobre o universo, o planeta e o homem, imposta por maioria em cada uma reunião mundial, económica, humana e cultural, em cada uma área presidencial, sector ministerial e arte bastonária de acção produtiva e composta por um líder representante de cada uma nação soberana constituinte do espaço mundial, com a função, de constituir todos os organismos da pirâmide orgânica mundial, os organismos mundiais presentes de cada uma área presidencial, sector ministerial e arte bastonária mundial a constituir no tempo, com sede em todo o espaço mundial, com a função de legislar, administrar e produzir todos os acordos e compromissos a empreender no tempo e no espaço entre todas as nações mundiais, económicos, humanos e culturais, pelos interesses implantados, a observação, análise, conhecimento, a unidade do movimento económico, humano e cultural mundial, a exigir por cada uma das nações no seu espaço próprio, a constituição dos acordos e dos compromissos, económicos, humanos e culturais mundiais, a definir, estabelecer e constituir, por todas as nações soberanas mundiais presentes no organismo e no mundo, pelos representantes máximos de cada uma soberania, primeiro ministros de cada uma nação, pelos representantes máximos de cada uma área presidencial, sector ministerial e arte bastonária.

Um organismo que produza e constitua no imediato o conhecimento humano global, tradutor dos valores económicos, humanos e culturais da nação mundial, da base humana produtiva presente no mundo, em cada um território nacional, com a função de legislar, administrar e produzir no espaço e no tempo, a reunião de todas as identidades mundiais, a composição do organismo máximo mundial, a constituição mundial, a lei fundamental à paz, os acordos e os compromissos a firmar por todas as nações no organismo mundial no fazer face às necessidades presentes de cada um nobre povo, a defesa da soberania própria de cada uma nação, a definição de toda e cada uma nação viva presente no espaço mundial, a independência de todas as nações presentes no mapa-mundo, subjugadas no tempo e no espaço por interesses alheios à própria cultura, a todo um nobre povo, à nação mundial, o direito à liberdade de expressão própria de cada um nobre povo, à constituição de cada uma nação, detentora de todo um existir secular, respeitando a vontade expressa de todos os cidadãos do mundo, a afirmação, a decisão, rigor e rectidão no ser, estar e existir presente de cada uma cultura no espaço e no movimento imposto, renascendo todas as culturas vivas planetárias, os dialectos vivos, a forma de ser, estar e de existir de cada uma cultura planetária universal, produzindo o fim dos movimentos de libertação defensores da independência de cada um nobre povo, dos ódios e dos conflitos armados diários presentes, que torne possível uma solução de paz definitiva para o mundo, constituída com a independência de cada uma cultura viva, com a voz própria de cada um nobre povo, de cada uma cultura planetária no organismo mundial, com a presença, análise, a decisão de todos os cidadãos em cada um espaço mundial presentes.

Um organismo mundial que defina de forma integra, séria e justa todo o espaço mundo, terrestre, aéreo, marítimo, fluvial, nacional e internacional, a definição do território de acção de cada uma nação cultural viva presente, constituída ou por constituir, a definição da estrutura do espaço nacional a constituir, regional, concelhio e municipal por cada uma nação, a empreender face ao organizar do homem no mundo vivo, proporcionando um novo mapa-mundo, actual, rigoroso, pacifico, defensor dos valores culturais de cada um nobre povo, dos conhecimentos e valores humanos a elaborar, projectar e ordenar na construção de um novo espaço, no qual a razão de ser, estar e de existir, humana, vegetal e animal, encontram novas formas de conhecimento, reforçando o equilíbrio dos espaços próprios definidos por cada uma nação soberana, pelas diferentes culturas vivas presentes, constituintes do espaço, a uniformidade orgânica a constituir, definir, exigir e cumprir pelo organismo mundial, por cada uma nação mundial no ordenar

de forma uniforme o espaço definido pelas suas fronteiras, povoando o território total de cada uma nação, produzindo o crescer de identidade mundial no tempo e no espaço próprio de cada uma nação, a constituição pelo organismo máximo mundial dos valores e princípios orgânicos reguladores, económicos, humanos e culturais, a cumprir por todas as nações presentes no organismo e no mundo, sem excepções, na preservação, do movimento cultural consciente de cada um nobre povo, da história humana universal no espaço e no tempo, passada, presente e futura, do movimento económico progressivo de cada nobre povo no espaço mundo, da observação, análise, investigação, do estudo dos valores universais, naturais e humanos próprios de cada uma nação, do movimento humano a constituir de forma a uma só identidade mundial no espaço e no tempo, legislando a unidade de acções e de actuações a realizar por cada uma cultura, em defesa dos valores culturais próprios, universais, humanos e naturais, em cada uma arte bastonária, sector ministerial e área presidencial presentes, a unidade, compreensão e ajuda mutua entre os nobres povos, constante, presente, com todos os cidadãos que constituem as nações soberanas mundiais, com idioma próprio ou não, com toda uma cultura de tradições, de usos e costumes, adaptados no tempo e no espaço, com uma liberdade capaz de fazer renascer um outro sempre em frente.

Um organismo pleno de rigor, identidade, de razão no existir, estar e ser, no cumprir as posições diárias presentes de todas as nações, a uniformidade orgânica legislativa mundial, em prol da diversidade de valores vivos a cumprir, pleno de verdade, de composição, no reunir todos os conhecimentos presentes no universo planetário, com idioma próprio ou não, com uma cultura secular de tradições, usos e costumes adaptados no tempo ao espaço próprio, ao evoluir consciente de cada um nobre povo, perfeito, de razão, movimento, funcionamento, produtivo de conhecimento, definido, constituído e representado em todo o espaço terrestre, um organismo integro de igualdade entre todos os estados membros, aproximando os interesses conjuntos da nação mundial, na continua progressão do ciclo vivo, não sendo a imposição da constituição própria de cada uma nação, o colocar em causa a orgânica, legislativa, orientadora e organizadora que define o ser, estar e existir de cada uma cultura soberana viva presente no globo, mas o compromisso de cada uma nação face à ordem mundial, no cumprir os valores constituídos por todas as nações, um organismo com sentido de idoneidade, abertura, cooperação e amizade profunda, de respeito pela orgânica constituinte de cada um nobre povo, de consensos, verdadeiro no movimento, nas posição a empreender, no tempo e no espaço, por cada uma nação, produzindo um sentido evolutivo de união, amizade e cooperação, de correcção na definição dos valores culturais de cada uma nação, correcto no reunir e consciencializar os interesses culturais próprios de cada um nobre povo, o direito de ser, estar e existir, na definição de princípios e valores a impor por todos os estados membros, no empreender soluções de forma a uma só acção legisladora mundial, unida de estruturação, orientação e organização, do homem no espaço, a um só cumprir mundial.

Um organismo uno, da razão de ser, estar e existir, do espaço, do homem e do movimento do planeta terra, legislativo dos valores e princípios fundamentais a uma evolução de cada uma cultura soberana na defesa dos seus valores, tradições, usos e costumes, um organismo sólido, da razão de ser, estar e existir, do movimento económico humano mundial, legislativo, dos valores e princípios, de todo o movimento produtivo financeiro, espaço, matérias-primas, infra-estruturas, equipamentos e homens, capaz de produzir, criar e traduzir no tempo presente, a observação da acção empreendida e a empreender face ao solucionar, origens, causas e consequências da acção presente, universal, natural e humana, que estude a capacidade produtiva de cada uma nação, o movimento dos homens e do espaço, os conhecimentos que preparam a evolução dos

meios, técnicos e físicos, dos bens produzidos, dos excedentes produzidos necessários à ajuda e cooperação entre os nobres povos, no alimentar, financiar, preservar, formar, orientar, organizar, o equilíbrio do homem no espaço, um organismo mundial presente, que estabeleça a observação e a realidade presente de cada uma nação soberana, a definição dos meios produtivos e humanos, no espaço definido por cada cultura, o movimento preciso ao satisfazer as necessidades elementares de toda a população mundial, as quantidades produzidas, os excedentes de cada um espaço, as mais-valias de cada uma nação no constituir a defesa da nação mundial, face à ordem de movimentos produtivos a existir, à responsabilidade mundial a constituir e cumprir, um organismo que consagre a paz como base de todo um princípio essencial e elementar, ao ser, estar e existir do homem no planeta, a guerra como o combate às necessidades humanas e naturais presentes em cada um espaço, a colaboração, ajuda, a cooperação entre os nobres povos soberanos, que termine com o fim da busca nunca acabada do poder pelo poder, sem objectivos ou fins a estabelecer e a firmar, pelos interesses humanos presentes no mundo, que não traduzem, nem dignificam a condição humana e planetária e proporcionam o desgaste do planeta e a exploração da humanidade produtiva, a progressiva deterioração natural necessárias à sobrevivência do homem no espaço.

Um organismo que coordene, ordene e produza uma orgânica consciente, defensora do esforço colectivo de cada um nobre povo, evolutiva no espaço e no tempo, no equilíbrio, do espaço e da acção colectiva das nações, no cumprir os acordos, as metas, os objectivos estabelecidos a empreender, de forma a acabar com os graves problemas presentes, com faltas, de conhecimento, opinião e decisão de todas as nações mundiais, face às posições a exercer no dia-a-dia mundial, rentabilizando uma base de evolução progressiva, do movimento económico, humano e cultural mundial, a capacidade de cada uma nação apresentar a evolução, passada, presente e futura, legislada, orientada e organizada, para o bem-estar de todos os cidadãos, para o empreender correcto, uniforme e rigoroso das acções a representar, pelos homens e pelos sectores produtivos, no espaço e no tempo, no cumprir os valores evolutivos de cada uma nação, de modo fiel e imperativo, no legislar as acções e os procedimentos legais a cumprir por cada uma nação, face ao movimento deliberado e constituído no mesmo organismo, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial mundial, o progredir da acção mundial presente, em prol de cada uma nação, que realize união, consensos, convergências, realidades profundas de conhecimento, respeito, igualdade, identidade, compromisso de cada uma nação soberana face às demais nações soberanas, que termine com a continua exploração do espaço físico e do homem, como forma de evolução das acções económicas, estabelecendo a decisão presente de cada uma nação soberana nos organismos mundiais, o progressivo evoluir do globo a uma só voz por todas as nações, na união, colaboração e inovação dos interesses próprios, a solidariedade, cooperação, a ajuda mutua entre todas as nações, o fim da exploração do homem e do meio ambiente, no cumprir a razão de ser, estar e existir dos compostos vivos, terrenos, aquosos e gasosos, a salvaguarda da condição planetária, a satisfação presente e constante dos elementos necessários a todo um evoluir do globo.

Um organismo que cumpra a paz no mundo, a ordem de movimentos a impor pelas diferentes nações e culturas vivas presentes no espaço, a preservação e manutenção da paz no presente, o cumprir os acordos rubricados pelas nações no organismo mundial, em todas as áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias de movimento económico, humano e cultural, legislativo da cooperação, colaboração e ajuda mútua no imediato, dos direitos e deveres a cumprir, por todos os cidadãos e por todas as nações soberanas sem excepções, a igualdade de opinião, solução e decisão, no cumprir a unidade mundial, a defesa da identidade cultural própria de cada um nobre povo, a base

constitutiva da legislação, orientação e organização de cada um estado soberano, a igualdade de direitos e deveres ideológicos e físicos a cumprir, em prol da preservação dos valores humanos e naturais, que realize o progresso das acções a empreender, o rigor em toda a unidade e uniformidade a cumprir com as leis impostas por toda e cada uma nação soberana, com justiça, liberdade de expressão própria de cada uma nação, com a observação correcta, rigorosa, específica, do espaço, dos homens, do movimento definido por cada uma nação no espaço, que constitua no mesmo organismo a mesma unidade das áreas presidenciais, sectores ministeriais e artes bastonárias presentes mundiais, a presença no mesmo organismo do conhecimento, análise e investigação presentes, no actual de cada uma nação soberana, a acção mundial no tempo presente, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial de movimento económico, humano e cultural, fundamental ao reforço da unidade mundial, à unidade de cada nação, ao progressivo movimento de definição de valores culturais próprios de cada um nobre povo, que reúna os interesses individuais e colectivos próprios de cada uma nação, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial de acção, segundo a lei orgânica de cada uma nação, o modo de organizar toda uma evolução do homem no espaço próprio definido, as acções protagonizadas por cada um cidadão, o desenvolvimento, evolução e crescimento, da progressão física do globo, a evolução demográfica, a progressiva mutação da base de sobrevivência a todo um existir terreno.

A unidade da nação mundial, realiza soluções para que cada uma nação planetária, o conhecimento do globo, nos idiomas impostos no universo terreno, se encontrem com a mesma igualdade de decisão, com o mesmo desenvolvimento, económico, humano e cultural, defensor dos valores humanos e naturais, coordena o movimento em prol do homem e do meio ambiente, a vontade e o evoluir do movimento natural físico do globo, a acção preservadora do meio ambiente, evolui a vida na forma e condição, a razão de ser, estar e existir, do homem, do movimento humano, terrestre e universal, imposto por cada um cidadão, por cada uma cultura humana presente no universo planetário, eleva a cultura tradicional de cada um nobre povo, o movimento de cada uma cultura soberana, as acções a implementar na defesa e salvaguarda dos valores próprios, cumprindo os objectivos, na forma de ser, estar e existir, no progredir, traduz a imagem de cada um nobre povo de inúmeros pensamentos, o respeito por cada uma nação, evolui e aprofunda as diferentes culturas soberanas vivas presentes, cumprindo a independência das nações que vivem subjugados por interesses impostos no tempo, a progressiva elevação do ser cultural de cada uma nação viva mundial, a independência cultural, obedecendo à concordância definitiva dos homens, à reunião individual e colectiva de cada um nobre povo, ao respeito e à salvaguarda dos valores culturais próprios de cada uma nação, no inovar do tempo presente, à análise dos recursos humanos e naturais, do espaço, capitais e da mão-de-obra presente, ao consenso unilateral dos interesses de cada uma nação, na união da acção humana ao meio ambiente, produz a participação, decisão e vontade de todos os cidadãos no espaço mundial, preservando a condição humana e natural, elevando a luta do homem integro, sólido, justo, firme, correcto, rigoroso, nobre e honrado, a capacidade de actuação, movimento e de conhecimento, a unidade humana com o meio natural envolvente, a função por cada um homem a cumprir, no todo compacto, vivo, uno, legislativo dos valores tradicionais de cada um nobre povo no espaço mundial, não sendo a imposição de um só pensamento, de uma só crença no infinito, mas um conjunto de princípio e valores, num espaço próprio definido por o planeta terra, a consciência humana terrena, passada, presente e futura, a igualdade de todos os homens, independente da condição física e material, da cor, nacionalidade, da crença, da função a cumprir por cada cidadão nas artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais, produtivas, administrativas e legislativas, elevando o caminho correcto, justo, preciso, rigoroso, em

defesa dos valores e conhecimentos adquiridos por cada um cidadão, por cada nação em todo o processo evolutivo mundial, com justiça, igualdade e liberdade, o cumprir do movimento diário mundial de satisfação das necessidades, fazendo prevalecer o crescer uniforme de identidade e igualdade mundial, em defesa dos diferentes ciclos de biodiversidade, o evoluir da condição viva.

O mundo é de quem o habita, se preservadas as suas origens, se respeitado o seu cumprir natural, se envolto de toda uma cultura histórica, de tradições, usos e costumes, de idiomas adaptados no tempo ao espaço próprio definido por cada uma cultura mundial, traduzindo a superioridade de cada um nobre povo, a vontade colectiva de cada uma nação soberana na acção a empreender face ao consenso mundial, à maturidade real para superar pelo dialogo o entendimento global dos nobres povos, rumo à paz, progresso e futuro, à evolução, ao desenvolver acções, de ajuda, cooperação e colaboração, no satisfazer imediato das condições necessárias e precisas a todo um respeito, responsabilidade e compromisso de todas as soberanias para com todas as demais soberanias no erguer produtivo, de satisfação das necessidades básicas dos nobres povos, relevando a identidade cultural colectiva de cada uma nação, as origens, a história universal, passada e presente, os sinais de evolução para um futuro promissor de intensidade humana consciente. A unidade mundial, soluciona com toda uma orientação, o bem-estar futuro, na ordem pacífica dos povos, orienta e organiza o homem em toda a acção, o conhecimento, a valorização de todos os cidadãos, o respeito por nós próprios, por toda uma liberdade de conhecimentos e de acções em prol de uma unidade mundial de valores a cumprir, com rigor, honra e respeito, alarga as visões mundiais, económicas, humanas e culturais a impor por todas as nações, o existir as infra-estruturas necessárias ao exercício de cada uma nação soberana, o movimento dos homens, dos meios produtivos, em cada arte bastonária, sector ministerial e área presidencial de acção, empreende a defesa dos valores produtivos, restituindo os centros de decisão próprios de cada uma nação soberana, a capacidade produtora de satisfação das populações em cada um espaço territorial soberano, mantendo as tradições vivas nas comunidades externas de cada um nobre povo no mundo, constitui a presença, reflexão, análise e decisão de cada uma nação nos organismos internacionais, a posição responsável, presente, precisa e efectiva, nos acordos estabelecidos no mercado internacional, reforçando a cooperação entre todos os nobres povos no mundo, as transacções comerciais a empreender, o satisfazer as necessidades presentes em cada uma nação, económicas, humanas e culturais.

A unidade mundial estabelece o equilíbrio, a união, colaboração e cooperação presentes, a identidade, unidade e igualdade dos meios materiais, técnicos e tecnológicas, precisos a um evoluir no tempo e no espaço, a observação, análise e investigação dos homens, do espaço, dos meios de transformação de cada um espaço territorial soberano, produz um outro bem-estar presente no mundo para todos os cidadãos, com soluções cumpridoras dos princípios humanos e naturais, evolui o conjunto de acções individuais e colectivas a cumprir por cada uma nação face às demais nações, valoriza a capacidade produtiva de cada uma nação, pelo que cada uma representa, em termos de Matérias-primas e da capacidade de transformação das mesmas, do homem e da sua qualificação, soluciona os vários e diferentes problemas de satisfação das nações, no conciliar as dependências de cada uma face ao exterior, colmatando as falhas inerentes a cada um território de acção, reúne os meios financeiros de cada uma nação, capazes de suportar e superar as diferentes necessidades populacionais de cada território, sem que com esta acção se traduza na dependência de cada uma nação face ao exterior, às imposições externas, permitindo toda uma acção capaz de por cobro a todo o tipo de males que hoje proliferam derivado de acordos, permitidos de forma à continua exploração do homem e do espaço, ao continuo prosseguir de uma cultura incorrecta de submissão, de umas

nações face a outras nações, reforça o movimento comercial a constituir no mundo, no fazer face às necessidades presentes de cada uma nação soberana, em termos humanos, técnicos e tecnológicos, produz o investimento das populações nos territórios onde residem e habitam, resultando mais-valias, fundamentais à criação de infra-estruturas necessárias e precisas a todo um estabelecer do movimento produtivo territorial no espaço, tornando efectivo a fixação das populações locais e o empenho para um futuro prospero de intensidade humana, estabelece as leis e as ordens a impor por todos os estados membros, de forma a todo um progredir saudável entre todas as nações no espaço mundial, no satisfazer as necessidades humanas presentes, no concorrer entre nações, concilia a realização da força humana criativa de cada um nobre povo com o seu meio envolvente, convergindo esforços, de modo a uma só orgânica mundial, legisladora, orientadora e organizadora, do homem no espaço mundial, restabelece a unidade energética precisa ao movimento protagonizado pelos cidadãos e pelos sectores produtivos, no preservar a condição futura do homem e do espaço de acção, do meio ambiente, no seu todo vegetal e animal.

A unidade mundial evolui o ciclo natural presente, a actuação das diversas forças actuantes sobre o espaço, corrige e elimina o que de pior existe na realidade hoje presente, de mortalidade gratuita, de fome e miséria, do desrespeito pela ordem mundial, da Não-aceitação dos conhecimentos, análises e decisões que cada uma nação transporta no seu todo cultural, de tradições, usos e costumes, evolutivos no tempo, adaptados ao espaço, ao movimento imposto pelo universo terreno, empreende os princípios activos reguladores do desenvolvimento progressivo de satisfação das necessidades humanas em cada um espaço de acção, produz a observação da realidade produtiva mundial presente em cada espaço, nacional, continental e mundial, a análise da população, a investigação dos bens essenciais a todo um evoluir humano natural, a capacidade de sustentação necessária a todo um habitar conjunto, ao crescer evolutivo de cada uma cultura soberana, ao desenvolvimento sustentado no tempo, reflecte a observação completa e rigorosa do espaço e dos homens, a reciprocidade da acção humana sobre o espaço, a observação do plano terreno, a análise dos intervenientes em todo o processo produtivo, produz uma realidade activa presente em cada território nacional, em todas as artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais de acção legislativas, de forma a acabar com o terreno ao abandono, com o sob aproveitamento da massa humana, permite a resolução das tomadas de posição, económicas, humanas e culturais, uma previsão completa das necessidades e mais-valias produtivas de cada uma nação soberana, renasce a capacidade produtiva de cada uma nação, estabelece mercados de consumo, tendo como base a capacidade de sustentação das necessidades de cada um nobre povo, no seu estabelecer no mundo, a capacidade de ajuda e cooperação, com os povos, aos quais estão ligados, por via do idioma e dos laços e traços culturais elevados no tempo, permite a efectivação dos diferentes impérios no mundo, sem que com esta se altere a independência própria de cada um estado soberano mundial, permite uma outra observação mundial nos acordos estabelecidos em todas as áreas produtivas, ligadas à recolha das Matérias-primas, à plantação e criação, à renovação das espécies, terrenas e marinhas, põem fim às constantes preocupações humanas no renovar dos ciclos naturais, no continuo evoluir do espaço físico natural, no preservar a continua satisfação da condição humana, a qualidade dos bens e dos produtos em todo o processo, define as quotas de produção dos bens a produzir para cada nação, em cada ano, traduzindo rigor no empenho e dedicação, no empreender acções, face às necessidades diárias a satisfazer e a corresponder, permite acordos com todas as nações mundiais, decisões e resoluções a empreender no imediato.

A unidade mundial constitui uma evolução de reflexões mundiais, corrigindo deformações, solucionando causas e males profundos, que culminam na realidade hoje

presente, na falta de diálogo e de entendimento, no atropelo pelos valores culturais, humanos e ambientais, no desrespeito à ordem mundial, ao conjunto de todas as nações presentes num organismo que ainda hoje não existe, por não constarem todas as nações soberanas, por falta de reflexão séria dos nobres povos, na sua autodeterminação, na sua definição de soberania cultural e pela falta de cumprimento do organismo mundial na responsabilidade que afirma, no todo global, a falta de autoridade no cumprir as responsabilidades para as quais foi constituído, no pós guerra, as obrigações, a lei, a ordem, a justiça a cumprir por todos os estados membros, no espaço definido, a unidade como prova de consenso, a convergência, a igualdade de direitos e deveres a cumprir, em defesa da paz mundial, da razão de ser humano e natural, do equilíbrio de valores, económico, humano e cultural entre todos os nobres povos, a estabilidade presente e constante da história civilizacional universal, o terminar com as quebras de confiança, de responsabilidade, de respeito de umas nações face às demais nações, com falhas nos compromissos estabelecidos, originando o prosseguir incorrecto no tempo e no espaço, o exemplo a seguir às demais nações. Os organismos mundiais, sob tutela das nações unidas com a função de colmatar falhas presentes em cada uma nação, em termos de saúde e de alimentação, causa de catástrofes naturais e humanas, a guerra e os males que transporta na contaminação dos solos, das redes hidrográficas, do ar, traduzem o retrocesso da unidade do globo, a falta de entendimento entre os nobres povos em defesa dos valores definidos por cada uma nação, no combate ao desrespeito pelos valores culturais, naturais e humanos, pela constituição de cada um território soberano de acção, pela constituição orgânica de cada uma nação soberana, de cada um estado soberano no empreender, legislativo, administrativo, produtivo, do homem em toda a sua acção, individual e colectiva, do movimento cultural, premiando a exploração das riquezas naturais e humanas de cada um espaço, por interesses exteriores, individuais e colectivos externos a cada um estado membro mundial. A observação, análise e conclusão real do espaço de acção e dos homens, a definição da capacidade produtiva e das necessidades da população, nas diversas nações presentes no globo, são a base a todo um implementar e reforçar a condição comercial entre as diversas nações mundiais, a satisfação concreta das necessidades reais a superar por cada um nobre povo, conciliando os diversos interesses produtivos culturais mundiais em prol da continua sustentabilidade do homem no espaço envolvente, a progressiva pacificação do planeta, o progressivo crescimento e desenvolvimento económico, humano e cultural a todos os níveis presente em cada uma nação soberana.

Os surtos migratórios, verificados dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, para os países desenvolvidos, do continente africano, asiático, para o continente europeu e americano, a movimentação migratória dentro do espaço mundial, a imigração e os problemas que transporta para o equilíbrio do planeta, para os países de origem e para os países de acolhimento, são uma causa natural, da falta de condições dos países de origem, do nível de desenvolvimento, da sua situação de paz actual, podendo por vezes não corresponder, por interesses estratégicos, demonstrando a capacidade evolutiva de um nobre povo, no seu método de orientação no espaço mundial, a resolução deste problema, não passa por impor fronteiras, por deliberar sanções aos países de origem, por exigir de todos os imigrantes esforços acrescidos e riscos até ao país de destino, mas pelo fim da exploração humana e natural como forma de actuação produtiva, pelo fim das guerras como solução à paz, pela capacidade de evolução do homem no meio, pela criação de condições a todo um assegurar a todos os constituintes mundiais, uma dignidade presente no espaço próprio e no tempo, passa pelo reforço da independência de cada uma nação soberana no espaço mundial, pela progressiva movimentação das forças económicas, humanas e culturais de cada uma nação, pelo

constituir a funcionalidade produtiva dos estados soberanos, pelo não quebrar os meios de produção, pelo constituir os centros de decisão nacionais, pela criação de condições necessárias ao cumprir do ciclo cultural evolutivo mundial, produtivo de satisfação, das necessidades elementares, passa pelo cumprir acções de modo a tornar possível o reforço da capacidade de satisfação de cada um nobre povo, no evoluir constante de cada uma nação soberana, por reforçar todo um movimento capaz de segurar pelos valores produtivos culturais, a população local, traduzindo o evoluir presente constante e progressivo dos estados soberanos de origem, acabando com a transmissão de massas humanas de nação para nação, que originam a emigração e a imigração entre nações e continentes, a desertificação dos territórios e dos espaços nacionais e proporcionam cada vez mais a diminuição, da capacidade produtiva de cada um nobre povo, das condições de vida dos cidadãos de origem e uma diminuição das condições de vida dos países acolhedores, no distorcer as diversas fases do processo produtivo, na alienação da mão-de-obra nacional e todas as consequências humanas e naturais que com esta se verificam, com o não aproveitamento do espaço terrestre total, com o consecutivo abandono do espaço de acção arável e com a desertificação dos solos, passa pelo enquadrar diplomático das comunidades exteriores em cada uma nação, pelo reforço das comunidades nos países onde residem, possibilitando o exemplo a cumprir, pelas nações nos organismos representados, passa por todo um reforço das comunidades externas nestes estados soberanos, na criação de infra-estruturas necessárias a toda uma evolução da acção produtiva, económica, humana e cultural das comunidades e da população local, sendo o resultado do esforço de todos o investimento nestes mesmos territórios de acção, passa por todo o crescer mundial uniforme, unido e presente, de conhecimento, igualdade, progresso e respeito, de afirmação dos valores económicos, humanos e culturais de cada uma nação, na criação das condições a todo um existir, a todo um evoluir da acção económica, humana e cultural no tempo e no espaço.

PRINCÍPIOS DO ESTADO DE DIREITO MONÁRQUICO PORTUGUÊS

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – MONARQUIA PORTUGUESA.

1 – PORTUGAL é um REINO SOBERANO, baseado na DIGNIDADE do SER HUMANO e na VONTADE e CRENÇA da POPULAÇÃO, EMPENHADA e DEDICADA à CONSTRUÇÃO e CONSTITUIÇÃO de uma SOCIEDADE DIA a DIA mais UNA, JUSTA, INTEGRAL, LIVRE, SOLIDÁRIA e PRÓSPERA.

ARTIGO SEGUNDO – ESTADO DE DIREITO MONÁRQUICO.

1 – O REINO de PORTUGAL, é um ESTADO de DIREITO MONÁRQUICO CONSTITUCIONAL, CONSAGRADO na SOBERANIA de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL e nos ÓRGÃOS de SOBERANIA INSTITUÍDOS, sendo REGIDA pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, BASEADA na IDENTIDADE, UNIDADE e RESPONSABILIDADE, na CORAGEM,

AFIRMAÇÃO e INICIATIVA dos CIDADÃOS, IMPOSTA desde o ANO MIL CENTO e VINTE e OITO, EXPRESSO pelo PLURALISMO, RESPEITO e JUSTIÇA da EFECTIVAÇÃO dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, pela EXIGÊNCIA do RIGOR, JUSTEZA e RAZÃO dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS a CUMPRIR por todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e pela CONSCIÊNCIA da AUTONOMIA, INTERDEPENDÊNCIA e COOPERAÇÃO dos PODERES CONSIGNADOS, visando a REALIZAÇÃO de uma MONARQUIA SÓLIDA, MATURA e FIRME ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL, PROFUNDAMENTE PARTICIPADA e UNA.

ARTIGO TERCEIRO – SOBERANIA E LEGALIDADE.

1 – A SOBERANIA PORTUGUESA, é UNA e INDIVISÍVEL e RESIDE em SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL e nos ÓRGÃOS de SOBERANIA CONSIGNADOS, que a EXERCEM segundo as FORMAS previstas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – O ESTADO SUBORDINA-SE à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e FUNDA-SE na LEGALIDADE MONÁRQUICA.

3 – A VALIDADE das LEIS e dos DEMAIS ACTOS do ESTADO PERPETRADOS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA CONSIGNADOS, DEPENDEM da sua OBEDIÊNCIA e CONFORMIDADE com a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO QUARTO – CIDADANIA PORTUGUESA.

1 – São CIDADÃOS PORTUGUESES, todos os DESCENDENTES das RELAÇÕES AFECTIVAS entre CIDADÃOS PORTUGUESES, todos os DESCENDENTES das RELAÇÕES AFECTIVAS verificadas entre um dos CÔNJUGES PORTUGUESES que o SOLICITAREM e todos os DESCENDENTES das RELAÇÕES AFECTIVAS entre CIDADÃOS de NACIONALIDADE EXTERIOR ao REINO de PORTUGAL, que BROTEM em SOLO TERRITORIAL PORTUGUÊS, podendo estes CIDADÃOS possuir DUPLA NACIONALIDADE.

ARTIGO QUINTO – TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

1 – PORTUGAL, abrande o TERRITÓRIO TERRESTRE, CONTINENTAL, HISTORICAMENTE definido na PENINSULA IBÉRICA COMPREENDIDO a NORTE pelos MUNICÍPIOS de CAMINHA, VILA NOVA de CERVEIRA, VALENÇA, MONÇÃO, MELGAÇO, CASTRO LABOREIRO, LINDOSO, CALDAS DO GERÊS, PARADELA, MONTALEGRE, VILAR de PERDIZES, CHAVES, OUCIDRES, CANDEDO, SEIXAS, PARÂMIO e AVELEDA, a ESTE pelos MUNICÍPIOS de QUINTANILHA, VIMIOSO, CONSTANTIM, MIRANDA DO DOURO, VILA CHÃ, URROS, PEREDO DA BEMPOSTA, LAGOAÇA, FREIXO de

ESPADA À CINTA, BARCA D'ALVA, FIGUEIRA de CASTELO RODRIGO, ALMEIDA, CASTELO MENDO, ALDEIA da RIBEIRA, ALDEIA VELHA, PENAMACOR, MONSANTO, MONFORTINHO, ZEBREIRA, ROSMANINHAL, MONFORTE da BEIRA, MONTALVÃO, CASTELO de VIDE, MARVÃO, ARRONCHES, CAMPO MAIOR, ELVAS, OLIVENÇA, ROSÁRIO, CAPELINS, MOURÃO, GRANJA, AMARELEJA, BARRANCOS, SOBRAL da ADIÇA, VILA NOVA de SÃO BENTO, CORTE do PINTO, SANTANA de CAMBAS, ALCOUTIM, GUERREIROS do RIO, CASTRO MARIM e VILA REAL de SANTO ANTÓNIO, a SUL pelo MAR MEDITERRÂNEO, a OESTE pelo OCEANO ATLÂNTICO e no CONTINENTE EUROPEU, situado na zona temperada do norte continental com localização absoluta entre 36° e 42° Norte e 6° e 11° Oeste, ARQUIPÉLAGO dos AÇORES com localização absoluta entre 36° e 39° Norte e 25° e 31° Oeste e o ARQUIPÉLAGO da MADEIRA com localização entre 33° Norte e 17° Oeste e com localização relativa a Sudoeste da EUROPA, a Oeste da PENÍNSULA IBÉRICA, a Norte de ÁFRICA, a Nordeste do BRASIL e a Este dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

2 – PORTUGAL abrande o TERRITÓRIO MARINHO, CONSTITUÍDO pela ÁREA MARÍTIMA do OCEANO ATLÂNTICO e pela ÁREA MARÍTIMA do MAR MEDITERRÂNEO, definidas nos termos da legislação INTERNACIONAL do domínio territorial marinho, pela ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA PORTUGUESA, sendo de 1 656 181 KM2 e de 6 milhões de KM2 a responsabilidade INTERNACIONAL de BUSCA e SALVAMENTO MARÍTIMO, estando em curso um processo INTERNACIONAL de expansão da extensão dos limites marinhos e consequente responsabilidade sobre o mesmo DOMÍNIO.

3 – PORTUGAL abrange o TERRITÓRIO AÉREO, definido pela sua área TERRESTRE e pela sua área MARINHA.

4 – A LEI define a EXTENSÃO e o LIMITE da ÁREA de SOBERANIA PORTUGUESA e a COMPETÊNCIA e RESPONSABILIDADE que sobre esta EXERCE e CONSTITUI a ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA PORTUGUESA e os DIREITOS de PORTUGAL sobre a DETENÇÃO e EXPLORAÇÃO dos seus DIFERENTES DOMÍNIOS TERRITORIAIS.

5 – O ESTADO não ALIENA quaisquer PARCELAS do TERRITÓRIO PORTUGUÊS, nem ABDICA do DOMÍNIO e dos DIREITOS de SOBERANIA que sobre ele EXERCE, sem PREJUÍZO da RECTIFICAÇÃO de FRONTEIRAS.

ARTIGO SEXTO – ESTADO UNITÁRIO.

1 – O ESTADO PORTUGUÊS é UNITÁRIO e RESPEITA e COMPREENDE na sua FUNÇÃO, ORGANIZAÇÃO e FUNCIONAMENTO o PRINCÍPIO da SUBSIDIARIEDADE, da CENTRALIZAÇÃO MONÁRQUICA e da AUTONOMIA, face às NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, aos QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e aos QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS que COMPÕEM a ESTRUTURAÇÃO, ORDENAÇÃO e ORGANIZAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e ao DESEMPENHO de

FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES do EXERCÍCIO da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ARTIGO SÉTIMO – RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

1 – PORTUGAL rege-se nas suas RELAÇÕES INTERNACIONAIS, pelos PRINCÍPIOS da INDEPENDÊNCIA NACIONAL, do RESPEITO pelos VALORES HUMANOS, PLANETÁRIOS e UNIVERSAIS, dos DIREITOS dos POVOS à sua SOBERANIA, da IGUALDADE de OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e DECISÃO entre os ESTADOS, do RESPEITO como SOLUÇÃO PACÍFICA dos CONFLITOS INTERNACIONAIS, da NÃO INGERÊNCIA nos ASSUNTOS INTERNOS dos DEMAIS ESTADOS, da COOPERAÇÃO, AJUDA-MÚTUA, COLABORAÇÃO, AUXÍLIO e UNIDADE, face à EMANCIPAÇÃO e PROGRESSO da DIGNIDADE da VIDA HUMANA no GLOBO TERRESTRE e pela PROGRESSÃO dos CICLOS de VIDA SÓLIDOS, LIQUIDOS e GASOSOS, VEGETAIS e ANIMAIS presentes no PLANETA TERRA.

2 – PORTUGAL, preconiza a ABOLIÇÃO da REPRESSÃO, AGRESSÃO, DOMÍNIO, EXPLORAÇÃO e todas as FORMAS de SUJEIÇÃO e SUBMISSÃO aos POVOS, o DESARMAMENTO GERAL, SIMULTÂNEO, CONTROLADO e EFECTIVO, a DISSOLUÇÃO dos BLOCOS MILITARES e a IMPLEMENTAÇÃO de uma ORDEM de SEGURANÇA MUNDIAL, UNIDA de RAZÕES no ASSEGURAR, PRESERVAR e CONSERVAR a PAZ e a JUSTIÇA nas RELAÇÕES entre os POVOS e na COOPERAÇÃO, COLABORAÇÃO, AJUDA-MÚTUA e AUXÍLIO no IMEDIATO a INSTITUIR face às CATÁSTROFES HUMANITÁRIAS e NATURAIS resultantes em cada MOMENTO, nos VÁRIOS ESTADOS que a COMPÕEM.

3 – PORTUGAL reconhece o DIREITO dos POVOS à sua INDEPENDÊNCIA e AUTODETERMINAÇÃO, ao seu PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO e EVOLUÇÃO, bem como o DIREITO de DEFESA contra todas as FORMAS de OPRESSÃO.

4 – PORTUGAL, sendo um dos OITO REINOS SOBERANOS que CONSTITUEM o IMPÉRIO PORTUGUÊS, imposto com a CORAGEM, AMIZADE e LEALDADE dos ANTEPASSADOS dos POVOS que o CONSTITUÍRAM, ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, ao longo de SÉCULOS de PRESENÇA, INTERCÂMBIO e HISTÓRIA da CIVILIZAÇÃO HUMANA, produzindo toda uma IDENTIDADE, UNIDADE e RESPONSABILIDADE de LAÇOS e TRAÇOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS, que ENTOA no IDIOMA o seu EXISTIR mais EXPRESSIVO, mantém LAÇOS PROFUNDOS, PRIVILEGIADOS e ETERNOS de AMIZADE, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os POVOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS.

5 – PORTUGAL, EMPENHA-SE no REFORÇO da IDENTIDADE, UNIDADE e RESPONSABILIDADE do IMPÉRIO PORTUGUÊS e no FORTALECIMENTO da ACCÇÃO e MOVIMENTO dos seus ESTADOS MEMBROS, a FAVOR da

MONARQUIA, da PAZ, PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO, FUTURO, ORDEM e JUSTIÇA nas RELAÇÕES entre os POVOS que o CONSTITUEM.

6 – PORTUGAL pode, em condições de RECIPROCIDADE, com RESPEITO pelos PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS do ESTADO de DIREITO MONÁRQUICO e pelo PRINCÍPIO da SUBSIDIARIEDADE e tendo em vista a REALIZAÇÃO de uma COESÃO, ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL e a UNIFORMIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO do ESPAÇO TERRITORIAL, DEFINIR, CONSTITUIR e EXECUTAR a ORIENTAÇÃO de um ESPAÇO COMUM de LIBERDADE, ORDEM, PREVENÇÃO, SEGURANÇA e JUSTIÇA, em COOPERAÇÃO e COLABORAÇÃO com as INSTITUIÇÕES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e dos PODERES INSTITUÍDOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à ELABORAÇÃO, CONSTRUÇÃO e APROFUNDAMENTO da IDENTIDADE e UNIDADE do IMPÉRIO PORTUGUÊS.

7 – PORTUGAL pode, tendo em vista a REALIZAÇÃO de uma JUSTIÇA INTERNACIONAL que PROMOVA a RAZÃO, o RESPEITO e a IGUALDADE dos SERES HUMANOS e dos POVOS, cujas suas NORMAS JURÍDICAS tenham tido a CONCORDÂNCIA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES, ACEITAR a JURISDIÇÃO do TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.

ARTIGO OITAVO – DIREITO INTERNACIONAL.

1 – As NORMAS JURÍDICAS e os PRINCÍPIOS de DIREITO INTERNACIONAL, são VÁLIDOS para o EXERCÍCIO do DIREITO PORTUGUÊS, quando CONSTEM e façam parte INTEGRANTE da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e do REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

2 – As NORMAS constantes de CONVENÇÕES INTERNACIONAIS regularmente RATIFICADAS e APROVADAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES COMPETENTES, VIGORAM na ORDEM INTERNA do REINO de PORTUGAL após a sua PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO OFICIAL e enquanto VINCULAR INTERNACIONALMENTE o ESTADO PORTUGUÊS.

3 – As NORMAS, EMANADAS dos ÓRGÃOS COMPETENTES das ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS do qual PORTUGAL CONSTE e faça parte INTEGRANTE, VIGORAM directamente na ORDEM INTERNA do REINO, após a sua PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO OFICIAL, sempre que se envolva da CONCORDÂNCIA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES COMPETENTES nas MATÉRIAS e de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES para os quais foram INSTITUÍDOS e ESTABELECIDOS nos respectivos TRATADOS CONSTITUTIVOS.

4 – As DISPOSIÇÕES dos TRATADOS que REGEM o IMPÉRIO PORTUGUÊS e as NORMAS EMANADAS das suas INSTITUIÇÕES, no EXERCÍCIO das respectivas COMPETÊNCIAS, são APLICÁVEIS na ORDEM INTERNA do REINO, após a APROVAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES nas MATÉRIAS, nos TERMOS DEFINIDOS pelo DIREITO da UNIÃO, COOPERAÇÃO

e AJUDA-MÚTUA dos OITO REINOS SOBERANOS, com RESPEITO pelos PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS do ESTADO de DIREITO MONÁRQUICO.

ARTIGO NONO – FUNÇÕES FUNDAMENTAIS DO ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

1 – São FUNÇÕES FUNDAMENTAIS do ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS:

a) GARANTIR a DEFESA da SOBERANIA PORTUGUESA e ZELAR pela sua INDEPENDÊNCIA face ao MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS, CRIANDO os MECANISMOS de toda uma ORIENTAÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL que a PRESERVE, PROTEJA e PROMOVA;

b) PROTEGER, CONSERVAR e PRESERVAR as RAÍZES, os PRINCÍPIOS e VALORES e o PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS INSTITUÍDOS ao LONGO de toda uma RAZÃO HISTÓRIA CIVILIZACIONAL HUMANA;

c) GARANTIR a AUTONOMIA, INTERDEPENDÊNCIA e COOPERAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA CONSIGNADOS;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e DEFENDER os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, GARANTIR, ASSEGURAR e FIRMAR a EXIGÊNCIA do RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS e DEFENDER o RESPEITO pelos PRINCÍPIOS do ESTADO de DIREITO MONÁRQUICO;

e) DEFENDER a MONARQUIA LEGISLATIVA, INCENTIVANDO a PARTICIPAÇÃO dos CIDADÃOS e ASSEGURANDO a SUPREMACIA dos ELEITOS, na RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS sempre PRESENTES na VIDA do REINO;

f) ASSEGURAR, GARANTIR e PROMOVER, o BEM-ESTAR e a QUALIDADE de VIDA dos CIDADÃOS e a EFECTIVAÇÃO dos DIREITOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS, baseado na COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO ESTATAL com os MEIOS ESTRUTURAIS PRODUTIVOS CONSTANTES, na sua PROGRESSÃO, TRANSFORMAÇÃO e MODERNIZAÇÃO;

g) ASSEGURAR, GARANTIR e PROMOVER a IDENTIDADE, UNIDADE e IGUALDADE entre os CIDADÃOS PORTUGUESES e os CIDADÃOS EXTERNOS residentes em SOLO PORTUGUÊS;

h) PROTEGER, CONSERVAR e PRESERVAR a NATUREZA, o MEIO AMBIENTE e os RECURSOS NATURAIS em toda a sua COMPOSIÇÃO e VIDA, SÓLIDA, LIQUIDA e GASOSA, VEGETAL e ANIMAL e

ASSEGURAR e GARANTIR a RAZÃO do CORRECTO e PERFEITO ORDENAMENTO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO de todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, tendo PRESENTE a REALIDADE e o CARÁCTER ULTRAPERIFÉRICO dos ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a IGUALDADE entre HOMENS e MULHERES no EXERCÍCIO das FUNÇÕES a CUMPRIR;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e PROTEGER a RAZÃO de toda uma FUNÇÃO e DESEMPENHO a CUMPRIR no CICLO de VIDA HUMANO de cada um CIDADÃO, desde o seu BROTAR CRIANÇA, à INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA e LIDERANÇA, toda a FASE de ADULTO e de RESPONSABILIDADES LABORAIS, à PAUSA da REFORMA e aos CUIDADOS quando ANSIÃOS.

ARTIGO DÉCIMO – SUFRÁGIO UNIVERSAL.

1 – Os CIDADÃOS exercem o PODER LEGISLATIVO, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL LEGISLATIVO, INDIVIDUAL ou COLECTIVO, do REFERENDO e das DEMAIS formas previstas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA de PARTICIPAÇÃO nos ACTOS LEGISLATIVOS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SÍMBOLOS NACIONAIS E IDIOMA OFICIAL.

1 – São SÍMBOLOS NACIONAIS a BANDEIRA NACIONAL PORTUGUESA, REPRESENTATIVA de SÉCULOS de HISTÓRIA UNIVERSAL PLANETÁRIA MONÁRQUICA PORTUGUESA, da CONQUISTA, FORÇA e CORAGEM da SOBERANIA, INDEPENDÊNCIA, UNIDADE, IDENTIDADE e INTEGRIDADE de PORTUGAL no MUNDO VIVO e o HINO NACIONAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS a SUPREMA.

2 – O IDIOMA OFICIAL do REINO de PORTUGAL é o PORTUGUÊS, em todo o seu ESPLendor, MAGNITUDE e RAZÃO de SER, ESTAR e EXISTIR VIVO, sendo CONSTITUÍDO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA como SEGUNDO DIALECTO OFICIAL o MIRANDÊS como uma forma da EXPRESSÃO do IDIOMA PORTUGUÊS no ESPAÇO DEFINIDO pelas suas ORIGENS TRANSMONTANAS.

MATÉRIA PRIMEIRA

DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE.

1 – Todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e todos os CIDADÃOS EXTERNOS presentes em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, usufruem dos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – Todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES, usufruem dos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

3 – Todas as EMPRESAS PORTUGUESAS e todas as EMPRESAS EXTERNAS, presentes em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, usufruem dos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, exceptuando às EMPRESAS EXTERNAS os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS EXCLUSIVAS para as EMPRESAS PORTUGUESAS.

4 – Todas as INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS e todas as INSTITUIÇÕES EXTERNAS, presentes em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, usufruem dos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA IGUALDADE.

1 – Todo o CIDADÃO OBEDECE à mesma DIGNIDADE da RAÇA HUMANA, sendo considerado IGUAL perante a LEI e a JUSTIÇA.

2 – Nenhum CIDADÃO, ÓRGÃO DE SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, pode ser PRIVILEGIADO, BENEFICIADO, EXCLUÍDO, PREJUDICADO, PRIVADO ou ISENTO de quaisquer DIREITO, IGUALDADE, LIBERDADE e GARANTIA, em RAZÃO da sua ASCENDÊNCIA, SEXO, COR, NATURALIDADE, NACIONALIDADE, IDIOMA, PROFISSÃO, CRENÇA, CONVICÇÕES LEGISLATIVAS e IDEOLÓGICAS, INSTRUÇÃO, ESTATUTO NOBILIÁRQUICO, SITUAÇÃO ECONÓMICA, CONDIÇÃO HUMANA, CRESCER CULTURAL e da FUNÇÃO do seu EXERCÍCIO.

ARTIGO TERCEIRO – PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO.

1 – Os CIDADÃOS PORTUGUESES que se ENCONTREM de VISITA ou que RESIDAM no ESTRANGEIRO, USUFRUEM da PROTECÇÃO do ESTADO PORTUGUÊS, para o EXERCÍCIO dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA

PORTUGUESA, bem como dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS CONSIGNADAS nas CONSTITUIÇÕES das SOBERANIAS no qual se ENCONTREM.

2 – COMPETE ao ESTADO PORTUGUÊS, ALERTAR e PRECAVER os CIDADÃOS PORTUGUESES para os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS que se EXCLUEM em cada uma NAÇÃO SOBERANA no qual se ENCONTREM por COLIDIREM com os VALORES CONSTITUCIONAIS CONSIGNADOS dessas SOBERANIAS e serem PUNIVÉIS por LEI.

ARTIGO QUARTO – ESTRANGEIROS, APÁTRIDAS, CIDADÃOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – Os ESTRANGEIROS e os APÁTRIDAS, que se ENCONTREM ou RESIDAM no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES, USUFRUEM dos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para os CIDADÃOS PORTUGUESES, EXCEPTO os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS RESERVADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI EXCLUSIVOS dos CIDADÃOS PORTUGUESES.

2 – A todos os APÁTRIDAS, que RESIDAM no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES, há mais de DEZ ANOS com uma PRESENÇA COMPROVADA e EFECTIVA, de ÂMBITO EDUCATIVO ou de EMPREGABILIDADE, será CONFERIDO a CIDADANIA PORTUGUESA.

3 – Os CIDADÃOS dos ESTADOS CONSTITUÍNTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, em CONDIÇÕES de RECIPROCIDADE INSTITUÍDA nas CONSTITUIÇÕES de cada um ESTADO SOBERANO que COMPÕE o IMPÉRIO PORTUGUÊS, USUFRUEM dos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos CIDADÃOS PORTUGUESES, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO E SENTIDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

1 – Os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS FUNDAMENTAIS CONSAGRADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, EXCLUEM quaisquer outros CONSTANTES das LEIS APLICÁVEIS de DIREITO INTERNACIONAL, que não estejam CONSAGRADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA ou no REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

2 – OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS e LEGAIS relativos aos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS CONSAGRADOS na

CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, devem sempre que em CONSONÂNCIA, ser INTERPRETADOS e INTEGRADOS de HARMONIA com a DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos DIREITOS do HOMEM INTEGRO.

ARTIGO SEXTO – REGIME DOS DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS.

1 – O REGIME dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, aplica-se ao ENUNCIADO no TÍTULO SEGUNDO, da presente MATÉRIA.

ARTIGO SÉTIMO – FORÇA JURÍDICA.

1 – Os PRECEITOS CONSTITUCIONAIS respeitantes aos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, são DIRECTAMENTE aplicáveis e VINCULAM para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, PÚBLICAS e PRIVADAS.

2 – A LEI só pode RESTRINGIR os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, nos casos EXPRESSAMENTE PREVISTOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, devendo as RESTRIÇÕES limitar-se ao ELEMENTAR e ESSENCIAL, para SALVAGUARDAR outros DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS.

3 – As LEIS RESTRITIVAS dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, têm que REVESTIR o CARÁCTER GERAL e não podem ter EFEITO RETROACTIVO, nem DIMINUIR a EXTENSÃO e o ALCANCE do CONTEÚDO ESSENCIAL dos PRECEITOS CONSTITUCIONAIS.

ARTIGO OITAVO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA não podem, INDIVIDUALMENTE ou COLECTIVAMENTE, SUSPENDER o EXERCÍCIO dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, salvo em situações de ESTADO de SÍTIO ou de ESTADO de EMERGÊNCIA, declarados por SUAS MAJESTADES fazendo-se ACOMPANHAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA ENVOLTOS na RESOLUÇÃO do PROBLEMA, na FORMA prevista na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – O ESTADO de SÍTIO ou o ESTADO de EMERGÊNCIA, só podem ser DECLARADOS, no todo do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS ou em parte TERRITORIAL DEFINIDA, nos casos de AGRESSÃO EFECTIVA ou IMINENTE por FORÇAS ESTRANGEIRAS, de GRAVE AMEAÇA ou PERTURBAÇÃO da ORDEM

CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA, de CATÁSTROFE NATURAL e de CALAMIDADE HUMANITÁRIA PÚBLICA.

3 – O ESTADO de EMERGÊNCIA é declarado para o ESPAÇO do TERRITÓRIO PORTUGUÊS ABRANGIDO por esta MEDIDA, quando as SITUAÇÕES revistam um CARÁCTER de MENOR GRAVIDADE e apenas pode DETERMINAR a SUSPENSÃO, para os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, de alguns DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS SUSCEPTÍVEIS de serem SUSPENSOS.

4 – O ESTADO de SÍTIO é declarado para o ESPAÇO do TERRITÓRIO PORTUGUÊS ABRANGIDO por esta MEDIDA, quando as SITUAÇÕES revistam um CARÁCTER de MAIOR GRAVIDADE e pode DETERMINAR face à GRAVIDADE IMPOSTA, a SUSPENSÃO, para os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS ENVOLTOS que lhes estão CONFERIDOS.

5 – A OPÇÃO pelo ESTADO de SÍTIO ou pelo ESTADO de EMERGÊNCIA, bem como as RESPECTIVAS DECLARAÇÃO e EXECUÇÃO, devem RESPEITAR o PRINCÍPIO da PROPORCIONALIDADE e LIMITAR-SE quanto à sua EXTENSÃO, DURAÇÃO e MEIOS ENVOLVIDOS e UTILIZADOS, à NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA RESOLUÇÃO dos FACTORES que lhe deram ORIGEM e ao PRONTO RESTABECIMENTO da NORMALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA.

6 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, é devidamente FUNDAMENTADA e contém a ESPECIFICAÇÃO dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS cujo EXERCÍCIO fica SUSPENSO, durante o PERÍODO de TEMPO necessário ao RESTABELECER a NORMALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, competindo a SUAS MAJESTADES e aos ÓRGÃOS de SOBERANIA ENVOLVIDOS a DECLARAÇÃO do seu FIM.

7 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, em caso algum, pode afectar os DIREITOS à VIDA HUMANA, à INTEGRIDADE PESSOAL, à IDENTIDADE PESSOAL, à CAPACIDADE CIVIL, à CIDADANIA, os PRECEITOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS PORTUGUESES e o REAL CÓDIGO do PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, o DIREITO de DEFESA dos ARGUIDOS, a LIBERDADE de CONSCIÊNCIA e de RELIGIÃO.

8 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, só pode ALTERAR a NORMALIDADE CONSTITUCIONAL, nos TERMOS PREVISTOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, não podendo AFFECTAR as LEIS CONSTITUCIONAIS relativas, à FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA.

9 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, CONFEREM aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e às AUTORIDADES

PRÓPRIAS ENVOLVIDAS, a COMPETÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, ao ENVOLVIMENTO dos MEIOS HUMANOS, MATERIAIS e TÉCNICOS de forma a ASSEGURAR, MANTER e FAZER CUMPRIR, as PROVIDÊNCIAS face ao PRONTO RESTABELECER da NORMALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO NONO – ACESSO AO DIREITO E TUTELA JURISDICCIONAL EFECTIVA.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é ASSEGURADO o ACESSO ao DIREITO e aos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, para DEFESA dos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS LEGALMENTE PROTEGIDAS, não podendo a JUSTIÇA ser DENEGADA por INSUFICIÊNCIAS de ORDEM HUMANA, MATERIAIS, TÉCNICAS e ECONÓMICAS.

2 – Todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES envolvidos em ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS, têm DIREITO nos TERMOS da LEI, à INFORMAÇÃO, CONSULTAS JURÍDICAS e ao PATROCÍNIO JUDICIÁRIO e a fazer-se ACOMPANHAR por um ADVOGADO perante qualquer AUTORIDADE.

3 – A LEI DEFINE e ASSEGURA, a todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES até ao CULMINAR dos PROCESSOS em JULGADO, a ADEQUADA PROTECÇÃO do SEGREDO de JUSTIÇA.

4 – Todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES envolvidos em ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS, têm o DIREITO a que a CAUSA em que INTERVENHAM, seja OBJECTO de ANALISE e DELIBERAÇÃO em PRAZO DIGNO e CORRECTO, para o APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS e mediante PROCESSO EQUITATIVO.

5 – Para DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS PESSOAIS, a LEI ASSEGURA aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PROCEDIMENTOS JUDICIAIS caracterizados pelo PRINCÍPIO da CELERIDADE e da PRIORIDADE, de modo a obter TUTELA EFECTIVA e em TEMPO ÚTIL contra AMEAÇAS ou VIOLAÇÕES desses DIREITOS.

ARTIGO DÉCIMO – DIREITO DE RESISTÊNCIA.

1 – Todos os CIDADÃOS, têm o DIREITO de RESISTIR a qualquer ORDEM que ofenda os seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS e de REPELIR pela FORÇA qualquer AGRESSÃO, quando não seja possível RECORRER à AUTORIDADE da GUARDA REAL PORTUGUESA e das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA.

1 – O ESTADO e os ÓRGÃOS de SOBERANIA que o COMPÕEM, são CIVILMENTE RESPONSÁVEIS, em FORMA SOLIDÁRIA com os TITULARES dos seus ÓRGÃOS, FUNCIONÁRIOS e AGENTES, pelos ACTOS, ACÇÕES e OMISSÕES praticados no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e que pelo seu CUMPRIR, RESULTEM VIOLAÇÕES dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS ou o PREJUÍZO para OUTREM.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROVEDOR DE JUSTIÇA.

1 – Os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, podem APRESENTAR QUEIXA ao PROVEDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por ACTOS, ACÇÕES e OMISSÕES praticados pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA no EXERCÍCIO das suas COMPETÊNCIAS, que as APRECIARÁ e em RAZÃO dos FUNDAMENTOS, da VIOLAÇÃO dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS e dos PREJUÍZOS e TRANSTORNOS VERIFICADOS, INSTAURARÁ PROCESSO-CRIME CONTRA o ÓRGÃO de SOBERANIA ENVOLTO no DIFERENDO ou quando não CONSTATAR FUNDAMENTOS LEGAIS PASSÍVEL de ACTO JURÍDICO, remeterá a NORMA JURÍDICA a SUAS MAJESTADES que farão OBSERVAR aos ÓRGÃOS de SOBERANIA envolvidos, as RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a PREVENIR e REPARAR as INJUSTIÇAS e os DIFERENDOS INSTITUÍDOS.

TÍTULO SEGUNDO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS PESSOAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO À VIDA.

1 – A VIDA HUMANA é INVOLÁVEL desde o MOMENTO do ACTO da sua CONCEPÇÃO, salvo quando ORIGINADA por ACTO CONSUMADO de VIOLAÇÃO, por mal FORMAÇÃO do FETO ou por RAZÕES de ÂMBITO SEXUAL, EXTRA a DIGNIDADE dos VALORES da UNIDADE da FAMÍLIA.

2 – Em caso ALGUM, haverá PENA de MORTE.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO À INTEGRIDADE PESSOAL.

1 – A INTEGRIDADE FÍSICA, INTELECTUAL e MORAL dos CIDADÃOS é INVOLÁVEL.

2 – Nenhum CIDADÃO pode ser SUBMETIDO a TORTURAS, nem a TRATOS ou PENAS CRUEIS, DEGRANTES ou DESUMANAS, salvo quando seja o AUTOR de um ACTO HEDIONDO e DEPLORÁVEL, que deva pela sua CRUELDade ser PUNIDO pela JUSTIÇA de FORMA EXEMPLAR e IMPIEDOSA.

ARTIGO TERCEIRO – OUTROS DIREITOS PESSOAIS.

1 – A todos os CIDADÃOS, são RECONHECIDOS os DIREITOS à IDENTIDADE PESSOAL, ao DESENVOLVIMENTO da PERSONALIDADE, à CAPACIDADE CIVIL, à CIDADANIA, à INTEGRIDADE e REPUTAÇÃO, à IMAGEM, à PALAVRA, à RESERVA da INTIMIDADE da VIDA FAMILIAR e PRIVADA e à PROTECÇÃO contra quaisquer FORMAS de DISCRIMINAÇÃO.

2 – A LEI ESTABELECEERÁ GARANTIAS EFECTIVAS contra a OBTENÇÃO e UTILIZAÇÃO ABUSIVAS ou CONTRÁRIAS à DIGNIDADE HUMANA, de INFORMAÇÕES de CARÁCTER PESSOAL e FAMILIAR.

3 – A LEI ASSEGURARÁ e GARANTIRÁ a DIGNIDADE PESSOAL e a IDENTIDADE GENÉTICA do SER HUMANO, nomeadamente na CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO e UTILIZAÇÃO de TÉCNICAS, de TECNOLOGIAS e na EXPERIMENTAÇÃO CIENTÍFICA.

4 – A PRIVAÇÃO da CIDADANIA e as RESTRIÇÕES à CAPACIDADE CIVIL, só podem EFECTUAR-SE nos CASOS e TERMOS PREVISTOS na LEI, não podendo ter como FUNDAMENTO MOTIVOS LEGISLATIVOS.

ARTIGO QUARTO – DIREITO À LIBERDADE E À SEGURANÇA.

1 – Todos os CIDADÃOS têm DIREITO à LIBERDADE, sempre que não PRECEDIDA de PREJUÍZO para um outro SER HUMANO, para o PLANETA e para o UNIVERSO e o DIREITO à SEGURANÇA.

2 – Nenhum CIDADÃO, pode ser TOTAL ou PARCIALMENTE PRIVADO da LIBERDADE, a não ser em consequência de SENTENÇA JUDICIAL CONDENATÓRIA, pela prática de ACTO PUNÍVEL por LEI, com PENA de PRISÃO ou de APLICAÇÃO JUDICIAL de MEDIDA de SEGURANÇA, EXCEPTUANDO-SE a PRIVAÇÃO da LIBERDADE, pelo TEMPO e nas CONDIÇÕES que a LEI DETERMINAR nos SEGUINTEs casos:

- a) DETENÇÃO em FLAGRANTE DELITO;
- b) DETENÇÃO ou PRISÃO PREVENTIVA, por FORTES INDÍCIOS de PRÁTICA de CRIME DOLOSO a que CORRESPONDA PENA de PRISÃO;
- c) PRISÃO, DETENÇÃO ou outra MEDIDA COACTIVA SUJEITA a CONTROLO JUDICIAL, de PESSOA que tenha PENETRADO ou PERMANEÇA de FORMA IRREGULAR no TERRITÓRIO PORTUGUÊS ou CONTRA a qual esteja em CURSO PROCESSO de EXTRADIÇÃO ou de EXPULSÃO;

- d) PRISÃO DISCIPLINAR IMPOSTA a MILITAR, com GARANTIA de RECURSO para o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO COMPETENTE;
- e) SUJEIÇÃO de um MENOR a MEDIDAS de PROTECÇÃO, ASSISTÊNCIA ou EDUCAÇÃO em ESTABELECIMENTO adequado, DECRETADAS pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO COMPETENTE;
- f) DETENÇÃO por DECISÃO JUDICIAL, em virtude de DESOBEDIÊNCIA à DECISÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO ou para ASSEGURAR a COMPARENCIA perante a AUTORIDADE JUDICIÁRIA COMPETENTE;
- g) DETENÇÃO de SUSPEITOS, para EFEITOS de IDENTIFICAÇÃO, nos CASOS e pelo PERÍODO de TEMPO ESTRITAMENTE NECESSÁRIOS;
- h) INTERNAMENTO de PORTADOR de ANOMALIA PSÍQUICA, em ESTABELECIMENTO TERAPEUTICO ADEQUADO, DECRETADO ou CONFIRMADO por AUTORIDADE JUDICIAL COMPETENTE.

3 – Toda a PESSOA PRIVADA da LIBERDADE, deve ser INFORMADA IMEDIATAMENTE e de FORMA COMPREENSÍVEL das RAZÕES da sua PRISÃO ou DETENÇÃO e dos seus DIREITOS.

4 – A PRIVAÇÃO da LIBERDADE contra o DISPOSTO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI, CONSTITUI o ESTADO no DEVER de INDEMNIZAR o LESADO nos TERMOS que a LEI ESTABELECE.

ARTIGO QUINTO – PRISÃO PREVENTIVA E LIBERDADE SOB CAUÇÃO.

1 – A PRISÃO PREVENTIVA, tem NATUREZA EXCEPCIONAL na LEI, sendo DECRETADA, APLICADA e MANTIDA pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO envolto do ACTO-CRIME, quando pelas CIRCUNSTÂNCIAS do FACTO e a PERSONALIDADE do ARGUIDO façam SUPOR que os MESMOS ou OUTROS ACTOS CRIMES venham a ser PRATICADOS pelo ARGUIDO.

2 – A DETENÇÃO será SUBMETIDA, no PRAZO de VINTE e QUATRO HORAS a JULGAMENTO e PERDURARÁ pelo PERÍODO de TEMPO CORRESPONDENTE à DECISÃO e DELIBERAÇÃO por parte das INSTÂNCIAS JURÍDICAS do PROCESSO-CRIME em JULGADO, devendo o JUÍZ conhecer as CAUSAS que a DETERMINARAM e COMUNICÁ-LAS ao DETIDO, de modo a PROPORCIONAR o DIREITO de DEFESA no ACTO PROCESSUAL JURÍDICO, COMPETINDO ao JUÍZ a DECISÃO do ARGUIDO se APRESENTAR perante o ACTO PROCESSUAL de JULGAMENTO, em PRISÃO EFECTIVA em conformidade com o REAL CÓDIGO Do PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

3 – A DECISÃO JUDICIAL que ORDENE ou MANTENHA uma MEDIDA de PRIVAÇÃO da LIBERDADE, deve ser no IMEDIATO COMUNICADA a PARENTE ou CIDADÃO da CONFIANÇA do DETIDO, por este INDICADO.

4 – A PRISÃO PREVENTIVA, está SUJEITA e CONDICIONADA aos PRAZOS dos ACTOS JURÍDICOS em JULGADO.

5 – A LIBERDADE SOB CAUÇÃO, tem NATUREZA EXCEPCIONAL na LEI, sendo DECRETADA, APLICADA e MANTIDA mediante CAUÇÃO a DELIBERAR pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO envolto do ACTO-CRIME, quando o ACTO PROCESSUAL PRECEDA e SUSCITE pelas INSTÂNCIAS JURÍDICAS COMPETENTES, FORTES DÚVIDAS face aos ACTOS PRATICADOS e aos seus AUTORES.

6 – A LIBERTAÇÃO sob CAUÇÃO será SUBMETIDA, no PRAZO de VINTE e QUATRO HORAS a JULGAMENTO e PERDURARÁ pelo PERÍODO de TEMPO CORRESPONDENTE à DECISÃO e DELIBERAÇÃO por parte das INSTÂNCIAS JURÍDICAS do PROCESSO-CRIME em JULGADO, sem prejuízo da sua REVOGAÇÃO e TRANSFORMAÇÃO em PRISÃO PREVENTIVA, devendo o JUÍZ conhecer as CAUSAS que a DETERMINARAM e COMUNICÁ-LAS ao DETIDO, de modo a PROPORCIONAR o DIREITO de DEFESA no ACTO PROCESSUAL JURÍDICO, COMPETINDO ao JUÍZ a DECISÃO do ARGUIDO se APRESENTAR perante o ACTO PROCESSUAL de JULGAMENTO, em LIBERDADE em conformidade com o REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEXTO – APLICAÇÃO DA LEI CRIMINAL.

1 – Nenhuma PESSOA, pode ser SENTENCIADO CRIMINALMENTE, sem antes ter sido PRECEDIDO o ACTO PROCESSUAL JURÍDICO, que DECLARE PUNÍVEL a ACÇÃO ou OMISSÃO em CAUSA, nem SOFRER MEDIDAS de SEGURANÇA cujos PRESSUPOSTOS não estejam FIXADOS na LEI.

2 – Nenhum CIDADÃO, pode SOFRER PENA ou MEDIDA de SEGURANÇA mais GRAVE do que as PREVISTAS no MOMENTO da CORRESPONDENTE CONDUTA ou da VERIFICAÇÃO dos respectivos PRESSUPOSTOS, salvo quando a ESPECIFICIDADE do CRIME PRATICADO, por não CONSTAR no REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, com a PROFUNDIDADE devida, seja ALVO de LEGISLAÇÃO no IMEDIATO MOMENTO do ACTO de JULGAMENTO e da DELIBERAÇÃO da SENTENÇA, passando a CONSTAR como PENA FUTURA para CRIMES com a mesma IDENTIDADE PROCESSUAL.

3 – Nenhum CIDADÃO, pode ser JULGADO mais do que uma VEZ, pela PRÁTICA do mesmo CRIME, salvo quando APRESENTADO pelo PRÓPRIO RECURSO face à SENTENÇA DELIBERADA, para as INSTÂNCIAS JURÍDICAS SUPERIORES.

4 – Os CIDADÃOS, INJUSTAMENTE CONDENADOS por SENTENÇA das INSTÂNCIAS JURÍDICAS HIERARQUICAMENTE INFERIORES, têm DIREITO nas CONDIÇÕES que a LEI PRESCREVER, à APRESENTAÇÃO de RECURSO para as INSTÂNCIAS JURÍDICAS SUPERIORES, à REVISÃO e RECTIFICAÇÃO da SENTENÇA e à INDEMNIZAÇÃO pelos DANOS SOFRIDOS.

ARTIGO SÉTIMO – LIMITES DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.

1 – Os LIMITES das PENAS e MEDIDAS de SEGURANÇA PRIVATIVAS ou RESTRITIVAS da LIBERDADE, podem ABRANGER um CARÁCTER PERPÉTUO, ILIMITADO e INDEFENIDO, tendo como BASE de DEFINIÇÃO PRESENTE o ACTO CRIMINAL PERPETRADO e as INDEMNIZAÇÕES a RESTITUIR às VITIMAS ou seus FAMILIARES.

2 – Em CASO de PERIGOSIDADE baseada em GRAVE ANOMALIA PSÍQUICA e na IMPOSSIBILIDADE de TERAPÊUTICA em MEIO ABERTO, poderão as MEDIDAS de SEGURANÇA PRIVATIVAS ou RESTRITIVAS da LIBERDADE, ser PRORROGADAS SUCESSIVAMENTE, enquanto tal ESTADO se MANTIVER, mas SEMPRE mediante DECISÃO JUDICIAL, baseada na AVALIAÇÃO MÉDICA PSÍQUICA do PORTADOR.

3 – A RESPONSABILIDADE PENAL é SUSCEPTÍVEL de TRANSMISSÃO.

4 – Salvo a PENA de PRISÃO, nenhuma OUTRA PENA envolve como EFEITO NECESSÁRIO a PERDA de quaisquer DIREITOS CIVIS, PROFISSIONAIS ou LEGISLATIVOS.

5 – Os CONDENADOS a quem sejam APLICADAS PENA ou MEDIDA de SEGURANÇA PRIVATIVAS ou RESTRITIVAS da LIBERDADE, mantêm a TITULARIDADE dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS FUNDAMENTAIS, salvo as LIMITAÇÕES INERENTES ao SENTIDO da CONDENAÇÃO e às EXIGÊNCIAS PRÓPRIAS da respectiva EXECUÇÃO.

ARTIGO OITAVO – HABEAS CORPUS.

1 – Haverá HABEAS CORPUS, contra o ABUSO de PODER, por VIRTUDE de PRISÃO ou DETENÇÃO ILEGAL, a requerer perante o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO COMPETENTE.

2 – A PROVIDÊNCIA de HABEAS CORPUS, pode ser REQUERIDA pelo PRÓPRIO ou por OUTRO CIDADÃO, na PLENA POSSE dos DIREITOS CIVIS.

3 – O JUÍZ decidirá no PRAZO de DOZE HORAS, o PEDIDO de HABEAS CORPUS em AUDIÊNCIA CONTRADITÓRIA.

ARTIGO NONO – GARANTIAS DE PROCESSO CRIMINAL.

1 – O PROCESSO CRIMINAL, ASSEGURA e GARANTE aos ARGUIDOS, os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de DEFESA, incluindo o RECURSO.

2 – Todo o ARGUIDO se PRESUME INOCENTE, até ao TRANSITO em JULGADO da SENTENÇA de CONDENAÇÃO, devendo ser JULGADO no mais CURTO ESPAÇO de TEMPO, COMPATÍVEL com as GARANIAS de DEFESA.

3 – O ARGUIDO, tem DIREITO a ESCOLHER um DEFENSOR JURÍDICO e por ele ser ASSISTIDO em todos os ACTOS PROCESSUAIS em JULGAMENTO, sendo OBRIGATÓRIO em todas as FASES PROCESSUAIS do JULGAMENTO de um ADVOGADO para a ASSISTÊNCIA do ARGUIDO.

4 – Toda a FASE INSTRUTÓRIA é da COMPETÊNCIA de um JUÍZ, o qual pode nos TERMOS da LEI, DELEGAR noutras ENTIDADES a PRÁTICA dos mesmos ACTOS, que não se PRENDAM com os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS FUNDAMENTAIS.

5 – O PROCESSO CRIMINAL tem ESTRUTURA ACUSATÓRIA, estando a AUDIÊNCIA de JULGAMENTO e os ACTOS INSTRUTÓRIOS que a LEI DETERMINAR, SUBORDINADOS ao PRINCÍPIO do CONTRADITÓRIO.

6 – A LEI define os CASOS em que, ASSEGURADOS os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS do ARGUIDO ou ACUSADO, possa ser DISPENSADA a sua PRESENÇA dos ACTOS PROCESSUAIS, incluindo a AUDIÊNCIA do JULGAMENTO.

7 – O CIDADÃO ou ENTIDADE OFENDIDA, têm o DIREITO de INTERVIR nos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO, nos TERMOS da LEI.

8 – São NULAS todas as PROVAS obtidas mediante TORTURA, COACÇÃO ou OFENSA da INTEGRIDADE FÍSICA ou MORAL do ARGUIDO, constando como PROVAS a INTROMISSÃO na VIDA PRIVADA, a VIOLAÇÃO do DOMICÍLIO, da CORRESPONDÊNCIA e COMUNICAÇÕES PERPETRADAS.

9 – As CAUSAS em JULGADO, deverão TRANSITAR entre os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS de ACORDO com as COMPETÊNCIAS de cada um ÓRGÃO e a respectiva CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL definido para cada UM.

10 – Nos PROCESSOS de CONTRA-ORDENAÇÃO, bem como em quaisquer PROCESSOS SANCIONATÓRIOS, são ASSEGURADOS ao ARGUIDO os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de AUDIÊNCIA e DEFESA.

ARTIGO DÉCIMO – EXPULSÃO, EXTRADIÇÃO E DIREITO DE ASILO.

1 – Nenhum CIDADÃO PORTUGUÊS, pode ser EXPULSO do TERRITÓRIO PORTUGUÊS, salvo se RECUSAR e se INSURGIR contra o ESTÁGIO PROFISSIONAL OBRIGATÓRIO nas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA após o TERMINO do CICLO EDUCATIVO ou se no DECURSO da sua FASE LABORAL CARECENDO do EXERCÍCIO de FUNÇÕES, PÚBLICAS ou PRIVADAS se RECUSAR e NEGAR a integrar os QUADROS das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS, bem como no caso de se RECUSAR a tratamento ORDENADO por ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO no âmbito do CONSUMO de PLANTAS

FILANTRÓPICAS, SUBSTÂNCIAS ou PREPARAÇÕES PSICOTRÍPICAS, BEBIDAS ALCOÓLICAS, TABACO e MEDICAMENTOS.

2 – A EXPULSÃO dos CIDADÃOS que tenham ENTRADO ou PERMANEÇAM de FORMA REGULAR no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, que tenham OBTIDO AUTORIZAÇÃO de RESIDÊNCIA ou que tenham APRESENTADO PEDIDO de ASILO não RECUSADO, só pode ser DETERMINADA pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, mediante FACTOS CONCRETOS REPROVÁVEIS, assegurando a LEI, FORMAS EXPEDITAS de DECISÃO.

3 – A EXTRADIÇÃO de CIDADÃOS PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, do TERRITÓRIO PORTUGUÊS para OUTRAS SOBERANIAS EXTERIORES ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, só é ADMITIDA e POSSÍVEL em CONDIÇÕES de RECIPROCIDADE estabelecidas por CONVENÇÃO INTERNACIONAL, quando a SENTENÇA prevista pelo ESTADO REQUISITANTE, não CORRESPONDA à PENA de MORTE e desde que a ORDEM JURÍDICA do ESTADO REQUISITANTE, CONSAGRE GARANTIAS de um ACTO PROCESSUAL JURÍDICO, JUSTO, EQUITATIVO e IMPARCIAL, no qual os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS da DEFESA do ARGUIDO estejam SALVAGUARDADOS, COMPETINDO à EMBAIXADA do IMPÉRIO PORTUGUÊS PRESENTE nestes TERRITÓRIOS, NOMEAR o DEFENSOR JURÍDICO que ACOMPANHARÁ o DECURSO de todo o ACTO PROCESSUAL JURÍDICO.

4 – A EXTRADIÇÃO de CIDADÃOS EXTERNOS ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, do TERRITÓRIO PORTUGUÊS para OUTRAS SOBERANIAS EXTERIORES ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, só será ADMITIDA e POSSÍVEL em CONDIÇÕES de RECIPROCIDADE estabelecidas por CONVENÇÃO INTERNACIONAL, quando a SENTENÇA PREVISTA pelo ESTADO REQUISITANTE, não CORRESPONDA à PENA de MORTE e desde que a ORDEM JURÍDICA do ESTADO REQUISITANTE, CONSAGRE GARANTIAS de um ACTO PROCESSUAL JURÍDICO, JUSTO, EQUITATIVO e IMPARCIAL, no qual os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS da DEFESA do ARGUIDO estejam SALVAGUARDADOS.

5 – A EXTRADIÇÃO de CIDADÃOS, do TERRITÓRIO PORTUGUÊS para as SOBERANIAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, PRESSUPÕE em CONDIÇÕES de RECIPROCIDADE, COOPERAÇÃO e UNIDADE dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, a ORDEM JURÍDICA do ESTADO do IMPÉRIO PORTUGUÊS REQUISITANTE.

6 – Não é ADMITIDA a EXTRADIÇÃO, nem a ENTREGA a qualquer TÍTULO, por quaisquer MOTIVOS ou CRIMES, a que CORRESPONDA segundo o DIREITO CONSTITUCIONAL PENAL do ESTADO REQUISITANTE, PENA de MORTE ou outra de que RESULTE a LESÃO IRREVERSÍVEL da INTEGRIDADE FÍSICA.

7 – A EXTRADIÇÃO só pode ser DETERMINADA pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

8 – A todos os CIDADÃOS ESTRANGEIROS e APÁTRIDAS, é GARANTIDO o DIREITO ao ASILO, em VIRTUDE de PERSEGUIÇÕES ou GRAVES AMEAÇAS de PERSEGUIÇÃO, em CONSEQUÊNCIA da sua ACTIVIDADE em PROL dos

DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS HUMANAS, PLANETÁRIAS e UNIVERSAIS, da DEFESA dos VALORES da sua IDENTIDADE HISTÓRICA PRÓPRIA, da DEFESA, INDEPENDÊNCIA e SOBERANIA dos POVOS, da PAZ, UNIDADE e COOPERAÇÃO entre os POVOS do MUNDO.

9 – A LEI define o ESTATUTO do REFUGIADO e CONSAGRA as respectivas FUNÇÕES e COMPETÊNCIAS no EXERCÍCIO de FUNÇÕES em prol da VIDA do REINO de PORTUGAL, nas ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS pela sua ACTIVIDADE ENVOLVIDAS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DOMÍLIO E CORRESPONDÊNCIA.

1 – O DOMÍLIO e o SIGILO da CORRESPONDÊNCIA e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO PRIVADOS são INVOLÁVEIS, salvo quando para FINS JURÍDICOS, devidamente FUNDAMENTADOS e mediante DECISÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – A ENTRADA no DOMÍLIO dos CIDADÃOS, só pode ser ORDENADA pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS COMPETENTES e não OBEDECE a HORAS, nem a quaisquer GÊNEROS de CONSENTIMENTO e APROVAÇÃO por parte dos seus PROPRIETÁRIOS.

3 – A INGERÊNCIA das AUTORIDADES PÚBLICAS na CORRESPONDÊNCIA, TELECOMUNICAÇÕES e nos DEMAIS MEIOS de COMUNICAÇÃO, só pode ser ORDENADA pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS COMPETENTES.

4 – A ENTRADA no DOMÍLIO dos CIDADÃOS e a INGERÊNCIA na CORRESPONDÊNCIA, TELECOMUNICAÇÕES e nos DEMAIS MEIOS de COMUNICAÇÃO, só pode ter como FUNDAMENTOS LEGAIS, QUESTÕES de NATUREZA PROCESSUAL JURÍDICAS, passivas de CONSTITUÍREM ELEMENTOS de PROVA FUNDAMENTAIS, nos ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS em JULGADO ou em VIAS de serem JULGADOS e da INSTAURAÇÃO do respectivo PROCESSO-CRIME.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA.

1 – Todos os CIDADÃOS, têm o DIREITO de ACESSO aos DADOS INFORMATIZADOS que lhes digam RESPEITO, podendo EXIGIR a sua RECTIFICAÇÃO e ACTUALIZAÇÃO e o DIREITO de CONHECER a FINALIDADE a que se DESTINAM, nos TERMOS da LEI.

2 – A LEI define o CONCEITO de DADOS PESSOAIS, bem como as CONDIÇÕES APLICÁVEIS ao seu TRATAMENTO AUTOMATIZADO, CONEXÃO, TRANSMISSÃO e UTILIZAÇÃO e GARANTE a sua PROTECÇÃO, pelo SIGILO PROFISSIONAL dos ÓRGÃOS de SOBERANIA e das ENTIDADES COMPETENTES que os DETÊM.

3 – A INFORMÁTICA, não pode ser UTILIZADA para TRATAMENTO de DADOS PESSOAIS referentes a CONVICÇÕES FILOSÓFICAS ou LEGISLATIVAS, RELIGIOSAS, VIDA PRIVADA e ORIGEM ÉTNICA, salvo mediante CONSENTIMENTO EXPRESSO do TITULAR, AUTORIZAÇÃO prevista por LEI com GARANTIAS de NÃO DISCRIMINAÇÃO ou para PROCESSAMENTO de DADOS ESTATÍSTICOS não INDIVIDUALMENTE IDENTIFICÁVEIS.

4 – É PROIBIDO o ACESSO a DADOS PESSOAIS de TERCEIROS, salvo nos casos EXCEPCIONAIS previstos na LEI.

5 – É PERMITIDO ao ESTADO a ATRIBUIÇÃO a todos os CIDADÃOS de um NÚMERO NACIONAL ÚNICO, para a IDENTIFICAÇÃO e RECONHECIMENTO de todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA da ACÇÃO e MOVIMENTO por cada UM CIDADÃO IMPOSTA.

6 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO o LIVRE ACESSO às REDES INFORMÁTICAS de USO PÚBLICO, definindo a LEI o REGIME APLICÁVEL aos FLUXOS de DADOS TRANSFRONTEIRAS e as FORMAS adequadas de PROTECÇÃO de DADOS PESSOAIS e de OUTROS cuja salvaguarda se JUSTIFIQUE por RAZÕES de INTERESSE NACIONAL.

7 – Os DADOS PESSOAIS constantes de FICHEIROS MANUAIS, obedecem e usufruem de PROTECÇÃO IDÊNTICA aos CONSIGNADOS e PREVISTOS para os DADOS INFORMÁTICOS, nos TERMOS da LEI.

8 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE, é GARANTIDO o DIREITO a ESPAÇOS e SITES nos MEIOS INFORMÁTICOS, PROPÍCIOS à DIVULGAÇÃO, COMUNICAÇÃO e PUBLICITAÇÃO da sua ACTIVIDADE e da VERACIDADE dos BENS e SERVIÇOS INERENTES ao EXERCÍCIO de cada um.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – FAMÍLIA, MATRIMÓNIO E FILIAÇÃO.

1 – Todos os CIDADÃOS têm o DIREITO de CONSTITUIR FAMÍLIA e de CONTRAIR MATRIMÓNIO em CONDIÇÕES de PLENA IGUALDADE.

2 – O MATRIMÓNIO é um ACTO CIVIL a REALIZAR por DOIS CIDADÃOS de SEXO OPOSTO, que por VIA das ALIANÇAS INSTITUEM e CONSTITUEM a UNIDADE dos LAÇOS FAMILIARES da PARTILHA, do RESPEITO e da COMPREENSÃO de uma VIDA em COMUM e em COMUNHÃO e que EXPRESSA, EXPRIME e REPRESENTA a RAZÃO de toda uma EXISTÊNCIA da VIDA HUMANA, sendo EFECTIVADA como CONTRATO pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA NOTARIAIS.

3 – A LEI REGULA os REQUISITOS e os EFEITOS, do MATRIMÓNIO e a sua DISSOLUÇÃO, por FALECIMENTO ou DIVÓRCIO, INDEPENDENTE da FORMA de CELEBRAÇÃO.

4 – Os CÔNJUGES têm IGUALDADE de DIREITOS, LIBERDADES e GARANTIAS CONSIGNADAS, quanto ao TRATAMENTO, CRESCIMENTO, FORMAÇÃO, MANUTENÇÃO e EDUCAÇÃO CÍVICA dos DESCENDENTES.

5 – Os FILHOS NASCIDOS fora do MATRIMÔNIO, serão REGISTADOS com o NOME dos PROGENITORES, não podendo por esse MOTIVO, ser OBJECTO de quaisquer FORMAS de DISCRIMINAÇÕES e a LEI ou as ENTIDADES OFICIAIS, não podem usar de DESIGNAÇÕES DISCRIMINATÓRIAS relativas à sua FILIAÇÃO.

6 – Os DESCENDENTES não podem ser SEPARADOS dos PAIS, salvo quando os PAIS não CUMPRAM os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS FUNDAMENTAIS para com os FILHOS e sempre mediante DECISÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS,

7 – A ADOÇÃO, é REGULADA e PROTEGIDA nos TERMOS da LEI, a qual estabelecerá FORMA CÉLERES e RIGOROSAS para a respectiva TRAMITAÇÃO, entre as INSTITUIÇÕES de ADOÇÃO e as FAMÍLIAS.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO.

1 – Todos os CIDADÃOS, têm o DIREITO de EXPRESSAR, EXPRESSAR e DIVULGAR LIVREMENTE o seu PENSAMENTO pela PALAVRA, pela IMAGEM ou por qualquer outro MEIO, bem como o DIREITO de INFORMAR, de se INFORMAR e de ser INFORMADO, sem IMPEDIMENTOS, DISCRIMINAÇÕES ou RESTRIÇÕES, salvo as INFORMAÇÕES constantes do SEGREDO de ESTADO.

2 – O EXERCÍCIO destes DIREITOS, não pode ser IMPEDIDO ou LIMITADO por quaisquer GÊNEROS, TIPOS ou FORMAS de CENSURA.

3 – As INFRACÇÕES cometidas no EXERCÍCIO destes DIREITOS, ficam SUBMETIDOS aos PRINCÍPIOS GERAIS do DIREITO CRIMINAL ou do ILÍCITO de MERA ORDENAÇÃO SOCIAL, sendo a sua APRECIACÃO respectivamente da COMPETÊNCIA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

4 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é ASSEGURADO, em CONDIÇÕES de PLENO DIREITO, de IGUALDADE e EFICÁCIA, o DIREITO de RESPOSTA e de RECTIFICAÇÃO, bem como o DIREITO a INDEMNIZAÇÃO pelos DANOS OCORRIDOS e SOFRIDOS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LIBERDADE DE IMPRENSA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1 – É GARANTIDA a LIBERDADE de IMPRENSA, FUNDAMENTADA no RELATO das partes ENVOLVIDAS, da VERACIDADE dos FACTOS NOTICIADOS, DIVULGADOS e PUBLICADOS.

2 – A LIBERDADE de IMPRENSA IMPLICA:

a) A LIBERDADE de EXPRESSÃO e CRIAÇÃO dos JORNALISTAS e COLABORADORES;

b) A INTERVENÇÃO dos JORNALISTAS na ORIENTAÇÃO EDITORIAL dos respectivos ÓRGÃOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, salvo quando forem de NATUREZA DOUTRINÁRIA ou CONFECCIONAL;

c) O DIREITO dos JORNALISTAS, nos TERMOS da LEI, à INVESTIGAÇÃO, ao ACESSO às FONTES de INFORMAÇÃO e à PROTECÇÃO da INDEPENDÊNCIA e do SIGILO PROFISSIONAL, salvo quando solicitados pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, bem como o DIREITO de ELEGEREM CONSELHOS de REDACÇÃO;

d) O DIREITO de FUNDAÇÃO de JORNAIS, RÁDIOS e CANAIS TELEVISIVOS e de quaisquer outros MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIFUSÃO e DIVULGAÇÃO mediante a AUTORIZAÇÃO do REAL INSTITUTO DA COMUNICAÇÃO PORTUGUÊS.

3 – A LEI ASSEGURA, com CARÁCTER GENÉRICO, a DIVULGAÇÃO da TITULARIDADE e dos MEIOS de FINANCIAMENTO dos ÓRGÃOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL.

4 – O ESTADO ASSEGURA e GARANTE a LIBERDADE e a INDEPENDÊNCIA dos ÓRGÃOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, face aos ÓRGÃOS de SOBERANIA do PODER LEGISLATIVO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL, IMPONDO o PRINCÍPIO da ESPECIALIDADE das EMPRESAS TITULARES de ÓRGÃOS de INFORMAÇÃO GERAL, TRATANDO-AS e APOIANDO-AS de forma EQUITATIVA e não DISCRIMINATÓRIA e IMPEDINDO a sua CONCENTRAÇÃO, através de PARTICIPAÇÕES MULTIPLAS ou CRUZADAS.

5 – O ESTADO ASSEGURA a EXISTÊNCIA e o FUNCIONAMENTO de um SERVIÇO PÚBLICO de RÁDIO e TELEVISÃO, compreendido pelas TEMÁTICAS, ECONÓMICA, HUMANA, CULTURAL e IMPERIAL PORTUGUESA.

6 – A ESTRUTURA e o FUNCIONAMENTO dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL ESTATAIS, devem SALVAGUARDAR a sua INDEPENDÊNCIA face aos ÓRGÃOS de SOBERANIA, bem como ASSEGURAR e GARANTIR a possibilidade de EXPRESSÃO e CONFRONTO das DIVERSAS CORRENTES de OPINIÃO.

7 – A LEI ASSEGURA e GARANTE a EXISTÊNCIA de ESTAÇÕES EMISSORAS de RADIODIFUSÃO e de RADIOTELEVISÃO de ÂMBITO REGIONAL, cujo seu FUNCIONAMENTO se PROCESSARÁ mediante LICENÇA a CONFERIR por REAL CONCURSO RADIOFÓNICO ou TELEVISIVO, nos TERMOS da LEI.

8 – A COROA REAL PORTUGUESA, é DETENTORA dos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO OFICIAIS, dos ACTOS NORMATIVOS, PERPETRADOS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA INSTITUÍDOS na VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REGULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1 – COMPETE ao REAL CONSELHO SUPERIOR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL PORTUGUÊS, GARANTIR, ASSEGURAR e ZELAR nos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL por:

- a) O DIREITO à INFORMAÇÃO e à LIBERDADE de IMPRENSA;
- b) A não CONCENTRAÇÃO da TITULARIDADE dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL;
- c) A INDEPENDÊNCIA face aos ÓRGÃOS de SOBERANIA do PODER LEGISLATIVO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL;
- d) O RESPEITO pelos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS PESSOAIS;
- e) O RESPEITO pelas NORMAS REGULADORAS das ACTIVIDADES de COMUNICAÇÃO SOCIAL;
- f) A POSSIBILIDADE de EXPRESSÃO e CONFRONTO das DIVERSAS CORRENTES de OPINIÃO;
- g) O EXERCÍCIO dos DIREITOS de ANTENA, de RESPOSTA e de RÉPLICA LEGISLATIVA, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – A LEI DEFINE a COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS, ORGANIZAÇÃO e FUNCIONAMENTO do REAL CONSELHO SUPERIOR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL PORTUGUÊS, bem como o ESTATUTO dos RESPECTIVOS MEMBROS, COOPTADOS pelo REAL CONSELHO DOS TURQUESES.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DIREITOS DE ANTENA, DE RESPOSTA E DE RÉPLICA LEGISLATIVA.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, LEGISLATIVOS, EXECUTIVOS e FISCALIZADORES, têm DIREITO a TEMPOS de ANTENA EQUITATIVOS nos ÓRGÃOS de COMUNICAÇÃO ESTATAIS de RÁDIO e TELEVISÃO, nos TERMOS da LEI, bem como o DIREITO de RESPOSTA e de DEFESA no ÂMBITO do ESPAÇO TERRITORIAL para estes COMPREENDIDO.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA, DE RELIGIÃO E CULTO.

1 – A LIBERDADE de CONSCIÊNCIA, de RELIGIÃO e de CULTO é INVOLÁVEL, salvo quando PRECEDIDA de ACTOS e RITUAIS que ENVOLVAM SACRIFÍCIOS para o CORPO HUMANO, o uso de ANIMAIS e PRÁTICAS de FEITIÇARIA.

2 – Nenhum CIDADÃO pode ser PERSEGUIDO, PRIVADO de DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS ou ISENTO de OBRIGAÇÕES,

DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CÍVICOS por CAUSA das suas CONVICÇÕES ou PRÁTICAS RELIGIOSAS.

3 – Nenhum CIDADÃO pode ser QUESTIONADO por qualquer AUTORIDADE, sobre as suas CONVICÇÕES ou PRÁTICAS RELIGIOSAS, salvo EXCEPÇÃO a REQUER pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e COMPETÊNCIAS face aos PROCESSOS CRIMES em JULGADO ou para RECOLHA de DADOS ESTATÍSTICOS não INDIVIDUALMENTE IDENTIFICÁVEIS, não podendo ser PREJUDICADO por se RECUSAR a RESPONDER à mesma.

4 – AS IGREJAS e as DEMAIS COMUNIDADES RELIGIOSAS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL, estão SEPARADAS e são INDEPENDENTES do ESTADO, sendo LIVRES na sua ORGANIZAÇÃO e no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e CULTO.

5 – É GARANTIDA a LIBERDADE de ENSINO de qualquer RELIGIÃO PRATICADA no ÂMBITO da respectiva CONFISSÃO, bem como a UTILIZAÇÃO de MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL PRÓPRIOS para o PROSSEGUIMENTO das suas ACTIVIDADES.

6 – A todos os CIDADÃOS na FASE do CICLO EDUCATIVO é ASSEGURADO e GARANTIDO o ENSINO das DIFERENTES formas de CONSCIÊNCIA e CRENÇA RELIGIOSA.

7 – A todos os CIDADÃOS é ASSEGURADO e GARANTIDO o DIREITO à OBJECÇÃO de CONSCIÊNCIA, nos TERMOS da LEI.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIBERDADE DE CRIAÇÃO CULTURAL.

1 – A LIBERDADE de CRIAÇÃO INTELECTUAL, ARTÍSTICA e CIENTÍFICA é INViolável, salvo quando para FINS CONTRÁRIOS à EXISTÊNCIA das RAZÕES de NATUREZA HUMANA, à RAZÃO de SER, ESTAR e EXISTIR dos POVOS, ao DIREITO à sua INDEPENDÊNCIA e à sua IDENTIDADE CULTURAL HISTÓRICA, ao BEM-ESTAR PLANETÁRIO e UNIVERSAL, ao PROGRESSO de toda uma HUMANIDADE em COEXISTÊNCIA PACÍFICA.

2 – A LIBERDADE de CRIAÇÃO INTELECTUAL, ARTÍSTICA e CIENTÍFICA, compreende o DIREITO ao ESTUDO, INVESTIGAÇÃO, INVENÇÃO, PRODUÇÃO e DIVULGAÇÃO de OBRAS CIENTÍFICAS, LITERÁRIAS e ARTÍSTICAS, incluindo a PROTECÇÃO dos seus CRIADORES e a DEFESA LEGAL dos DIREITOS de AUTOR sobre as PATENTES REGISTRADAS.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIBERDADE DE APRENDER E DE ENSINAR.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO a LIBERDADE de APRENDER a RAZÃO de toda uma CONSCIÊNCIA HUMANA e de a ENSINAR e EDUCAR segundo os VALORES e PRECEITOS da sua RAZÃO.

2 – O ESTADO não pode PROGRAMAR a EDUCAÇÃO e a CULTURA mediante quaisquer DIRECTRIZES FILOSÓFICAS, ESTÉTICAS, LEGISLATIVAS, IDEOLÓGICAS ou RELIGIOSAS, mas PROPORCIONAR a ABRANGÊNCIA GERAL e PROFUNDA de PRINCÍPIOS e VALORES ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS da IDENTIDADE HISTÓRICA PORTUGUESA e IMPERIAL PORTUGUESA e do IDIOMA, SEMÂNTICA e FONEMA PORTUGUÊS e a RAZÃO de um EXISTIR CIVILIZACIONAL HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL, UNIDO de RESPONSABILIDADE, RESPEITO e COOPERAÇÃO.

3 – O ENSINO PÚBLICO não será CONFESSIONAL.

4 – O ESTADO ASSEGURA e GARANTE o DIREITO de CRIAÇÃO de ESCOLAS ESTATAIS e PARTICULARES, em conformidade com os PRINCÍPIOS e VALORES de IDENTIDADE e UNIFORMIDADE do ENSINO PRATICADO, em cada ANO LECTIVO, para cada ANO do CICLO EDUCATIVO DECORRENTE.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DIREITO DE DESLOCAÇÃO E EMIGRAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO o DIREITO de se DESLOCAREM e FIXAREM LIVREMENTE em qualquer parte do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, salvo quando sobre MEDIDAS de COACÇÃO IMPOSTAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e durante o PERÍODO correspondente à PERDA do DIREITO.

2 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO o DIREITO de EMIGRAR, de se AUSENTAR do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de REGRESSAR sempre que DESEJADO, salvo quando sobre MEDIDAS de COACÇÃO IMPOSTAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e durante o PERÍODO correspondente à PERDA do DIREITO.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – DIREITO DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO o DIREITO de se REUNIR de forma ORDEIRA, PACÍFICA e sem ARMAS, em qualquer ESPAÇO e INFRA-ESTRUTURA presente no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, sem a NECESSIDADE de quaisquer AUTORIZAÇÕES.

2 – A todos os CIDADÃOS é RECONHECIDO o DIREITO de MANIFESTAÇÃO, de forma ORDEIRA, PACÍFICA e sem ARMAS, mediante APROVAÇÃO pela REAL ASSEMBLEIA das ÁREAS PRESIDENCIAIS CONCELHIA da circunscrição respectiva e mediante a COMUNICAÇÃO e CUMPRIMENTO dos PROCEDIMENTOS DELIBERADOS pela GUARDA REAL PORTUGUESA do município da sua REALIZAÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO.

1 – Os CIDADÃOS, as EMPRESAS e as INSTITUIÇÕES têm o DIREITO de LIVREMENTE e sem DEPENDÊNCIA de quaisquer AUTORIDADES, CONSTITUIR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCAIS, ASSOCIAÇÕES de CARIZ ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, desde que não se DESTINEM a PROMOVER ou a GERAR VIOLÊNCIA ou quaisquer GÊNEROS de ACTOS CONTRÁRIOS aos PRINCÍPIOS e VALORES CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e no REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

2 – As ASSOCIAÇÕES PROSSEGUEM LIVREMENTE os seus FINS, sem a INTERFERÊNCIA das AUTORIDADES PÚBLICAS e não podem ser DISSOLVIDAS pelo ESTADO ou SUSPENSAS as suas ACTIVIDADES, senão nos casos previstos na LEI e mediante DECISÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

3 – Nenhum CIDADÃO, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, pode ser OBRIGADO a CONSTAR de uma ASSOCIAÇÃO, nem a ser COAGIDO por qualquer MEIOS a PERMANECER na MESMA.

4 – Não são CONSENTIDAS ASSOCIAÇÕES ARMADAS, nem de GÊNERO MILITAR, MILITARIZADAS ou PARAMILITARES, nem ORGANIZAÇÕES que PERFILAM IDEAIS RACISTAS, XENÓFOBOS e IDEOLOGIAS CONTRÁRIAS à DEFESA da SOBERANIA PORTUGUESA e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e a toda a HISTÓRIA MONÁRQUICA IMPERIAL PORTUGUESA VIVA.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – LIBERDADE DE ESCOLHA DE PROFISSÃO E ACESSO AOS CARGOS PÚBLICOS.

1 – Todos os CIDADÃOS, têm o DIREITO de ESCOLHER LIVREMENTE a PROFISSÃO, GÊNERO de TRABALHO e a REALIZAÇÃO PROFISSIONAL que MELHOR se ADAPTE às suas APTIDÕES e FACULDADES FÍSICAS e MENTAIS e para as quais foram EDUCADOS, salvo as RESTRIÇÕES LEGAIS, IMPOSTAS pelo INTERESSE COLECTIVO ou INERENTES à sua PRÓPRIA CAPACIDADE.

2 – Todos os CIDADÃOS, têm DIREITO de ACESSO a CARGOS da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em CONDIÇÕES de IGUALDADE e LIBERDADE, por VIA dos REAIS CONCURSOS ESTATAIS a REALIZAR para as FUNÇÕES a PREENCHER e para os CARGOS a OCUPAR.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – FINANÇAS.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é GARANTIDO o DIREITO à DEFESA, PROTECÇÃO e SEGURANÇA das suas POUPANÇAS, bem como é ASSEGURADO o MÁXIMO RIGOR, VERDADE e SERIEDADE nos INVESTIMENTOS FINANCEIROS ENVOLTOS da ACTIVIDADE FINANCEIRA e nas ACTIVIDADES SEGURADORAS FINANCEIRAS.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ENERGIAS.

1 – A todos os CIDADÃOS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é GARANTIDO o DIREITO de OPÇÃO face à MULTIPLICIDADE de PRODUTOS e FONTES ENERGÉTICAS e à sua COMERCIALIZAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO por todo o REINO de PORTUGAL.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – TRANSPORTES PÚBLICOS.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é GARANTIDO o DIREITO a TRANSPORTES PÚBLICOS VINTE e QUATRO HORAS por DIA, CONSCIENTES da RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO e QUALIFICADOS em SEGURANÇA, COMODIDADE e CONFORTO.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – JOGO.

1 – A todos os CASINOS, FEDERAÇÕES DESPORTIVAS e HIPÓDROMOS é GARANTIDO o DIREITO nos MEIOS INFORMÁTICOS ao JOGO ONLINE.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PREVENÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é GARANTIDO o DIREITO de ACESSO a MEIOS e INSTRUMENTOS de PREVENÇÃO, bem como ao AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, na RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS INERENTES ao DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO TRIGÉSIMO – SEGURANÇA.

1 – A todos os CIDADÃOS, é GARANTIDO o DIREITO de AQUISIÇÃO e ACESSO a ARMAS de DEFESA PESSOAL e de CAÇA, sendo as mesmas RESTRITAS aos LOCAIS DIRECCIONADOS e PREVISTOS nos TERMOS da LEI para o seu USO e UTILIZAÇÃO, bem como ao AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, na RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS INERENTES ao DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – ORDEM.

1 – A todos os CIDADÃOS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é GARANTIDO o DIREITO de DEFESA e PROTECÇÃO da PROPRIEDADE PARTICULAR e ASSEGURADO a ORDEM PÚBLICA, bem como o AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e

COOPERAÇÃO da GUARDA REAL PORTUGUESA, na RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS INERENTES ao DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – PROTECÇÃO CIVIL.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é GARANTIDO o DIREITO à ACÇÃO da PROTECÇÃO CIVIL e das FORÇAS que a COMPÕEM, PREVENÇÃO, SEGURANÇA, ORDEM e SAÚDE, no AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO às CATASTROFES e PERIGOS IMINENTES, INERENTES à VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – FISCAL.

1 – A todos os CIDADÃOS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é DEVIDO por parte dos ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCAIS, a GARANTIA da EQUIDADE e PRECISÃO dos IMPOSTOS e CONTRIBUIÇÕES NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS nos TERMOS da LEI, bem como o DIREITO de um CADASTRO FISCAL CONCISO, RIGOROSO e FIEL à REALIDADE CONSTANTE dos RENDIMENTOS AUFERIDOS e dos BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS INERENTES a cada um.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – NOTARIAL.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é DEVIDO por parte dos ÓRGÃOS de SOBERANIA NOTARIAIS, a GARANTIA do DIREITO a um INVENTÁRIO PATRIMONIAL CONCISO, RIGOROSO e FIEL da REALIDADE CONSTANTE dos BENS INERENTES a cada um.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – HUMANA.

1 – A todos os CIDADÃOS, é DEVIDO o DIREITO de um CONHECIMENTO HUMANO PROFUNDO, face ao CORRECTO, PERFEITO e PLENO BEM-ESTAR FÍSICO e MENTAL do HOMEM, no EXERCÍCIO e DESEMPENHO das suas FUNÇÕES, SENTIDOS e SENTIMENTOS, face à RELAÇÃO de INTERDEPENDÊNCIA com o PLANETA TERRA e com o UNIVERSO.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – NATURAL.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é DEVIDO o DIREITO de um CONHECIMENTO NATURAL PROFUNDO, face ao CORRECTO, PERFEITO e PLENO BEM-ESTAR SÓLIDO, LIQUIDO e GASOSO, VEGETAL e ANIMAL que compõem o PLANETA TERRA, no EXERCÍCIO e DESEMPENHO das FUNÇÕES, SENTIDO e SENTIMENTOS, face à RELAÇÃO de INTERDEPENDÊNCIA com o HOMEM e com o UNIVERSO.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – UNIVERSAL.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é DEVIDO o DIREITO de um CONHECIMENTO UNIVERSAL PROFUNDO, face ao CORRECTO, PERFEITO e PLENO BEM-ESTAR dos ASTROS no ESPAÇO UNIVERSAL, no EXERCÍCIO e DESEMPENHO das suas FUNÇÕES, SENTIDOS e SENTIMENTOS face à RELAÇÃO de INTERDEPENDÊNCIA com o HOMEM e com o PLANETA TERRA.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – COMUNICAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é DEVIDO o DIREITO aos MEIOS de COMUNICAÇÃO NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao CORRECTO, PERFEITO e PLENO USUFRUTO dos SERVIÇOS INERENTES à RESPONSABILIDADE da ÁREA da COMUNICAÇÃO, no CONTINUO DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da UNIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – HERMAFRODITAS.

1 – A todos os CIDADÃOS HERMAFRODITAS, é EXIGIDO o DIREITO, IGUALDADE, LIBERDADE e a GARANTIA de no DECURSO do seu CICLO de VIDA HUMANO, RECTIFICAR e APROFUNDAR a RAZÃO, EVOLUÇÃO e CONSCIENCIALIZAÇÃO HUMANA PRÓPRIA, MASCULINA e FEMININA, REFORÇANDO, SALIENTANDO e AFIRMANDO a ELEMENTAR ESSÊNCIA da RAZÃO MATERNA ser uma FUNÇÃO ÚNICA e EXCLUSIVA da MULHER.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – LEI DAS ARMAS.

1 – A todos os CIDADÃOS no PLENO uso de todos os DIREITOS CIVIS, é DEVIDO o DIREITO, IGUALDADE, LIBERDADE e GARANTIA de DETENÇÃO, USO e PORTE de ARMA e MUNIÇÕES, de DEFESA PESSOAL e de CAÇA, estando o seu USO RESTRITO às RESERVAS de CAÇA, às RESERVAS do TIRO ao PRATO e às CARREIRAS de TIRO, RIGOROSAMENTE DEFINIDAS, CONSTITUÍDAS e LICENCIADAS nos TERMOS da LEI, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

CAPÍTULO SEGUNDO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS LEGISLATIVAS.

ARTIGO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO NA VIDA LEGISLATIVA.

1 – Todos os CIDADÃOS PORTUGUESES, têm o DIREITO de ASPIRAR ao TÍTULO NOBILIÁRQUICO de SUAS EXCELÊNCIAS e o DIREITO de fazer parte INTEGRANTE dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS da VIDA do REINO de PORTUGAL e na DIRECÇÃO dos ASSUNTOS PÚBLICOS, DIRECTAMENTE ou por INTERMÉDIO de REPRESENTANTES LIVREMENTE ELEITOS, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

2 – Todos os CIDADÃOS, têm o DIREITO de ser ESCLARECIDOS e INFORMADOS, OBJECTIVA e CONCRETAMENTE, sobre os ACTOS do ESTADO e dos seus ÓRGÃOS de SOBERANIA e acerca da GESTÃO dos ASSUNTOS PÚBLICOS, salvo quando sobre o ESTATUTO de SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO DE SUFRÁGIO.

1 – Têm DIREITO de SUFRÁGIO, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES PRESENTES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, todos os CIDADÃOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, RESIDENTES em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, em CONDIÇÕES de UNIDADE, IDENTIDADE e RECIPROCIDADE dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INSTITUÍDOS nos REINOS que o COMPÕEM e todos os CIDADÃOS EXTERIORES ao REINO de PORTUGAL, com RESIDÊNCIA COMPROVADA na VIDA do REINO, há mais de DEZ ANOS, com uma SITUAÇÃO de ESTUDO ou de EMPREGABILIDADE na VIDA do REINO de PORTUGAL, cujo EXERCÍCIO do DEVER do CICLO EDUCATIVO tenha CULMINADO e que tenham INÍCIADO o EXERCÍCIO das FUNÇÕES no CICLO LABORAL.

2 – O EXERCÍCIO do DIREITO de SUFRÁGIO é PESSOAL e CONSTITUI um ACTO de DEVER CÍVICO.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE ACESSO A CARGOS PÚBLICOS.

1 – Todos os CIDADÃOS, têm o DIREITO de ACESSO, em CONDIÇÕES de IGUALDADE e LIBERDADE, ao EXERCÍCIO dos CARGOS PÚBLICOS.

2 – Nenhum CIDADÃO, pode ser PREJUDICADO na sua COLOCAÇÃO, no seu EMPREGO, na sua CARREIRA PROFISSIONAL ou nos BENEFÍCIOS SOCIAIS a que tenha DIREITO, em VIRTUDE do EXERCÍCIO dos DIREITOS LEGISLATIVOS ou do DESEMPENHO de CARGOS PÚBLICOS.

3 – No ACESSO a CARGOS ELECTIVOS, a LEI só pode estabelecer os CRITÉRIOS de DEFINIÇÃO dos CANDIDATOS, ELEITOS e ELEITORES, as INELEGIBILIDADES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a GARANTIR a LIBERDADE de ESCOLHA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e a ISENÇÃO e INDEPENDÊNCIA do EXERCÍCIO dos respectivos CARGOS.

ARTIGO QUARTO – PARTICIPAÇÃO ELECTIVA.

1 – A PARTICIPAÇÃO dos CIDADÃOS nos ACTOS ELECTIVOS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, compreende a PARTICIPAÇÃO ISOLADO nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS COMPETENTES, proporcionando a SUPREMACIA no EXERCÍCIO de FUNÇÕES em EXERCÍCIO da VONTADE e da CONSCIÊNCIA POPULAR na ORGANIZAÇÃO do PODER LEGISLATIVO.

2 – Nenhum CIDADÃO pode estar INSCRITO em mais do que um CIRCULO ELEITORAL, nem deve ser PRIVADO ou EXCLUÍDO de algum DIREITO, IGUALDADE, LIBERDADE e GARANTIA, em virtude da sua VONTADE no EXERCÍCIO de FUNÇÕES LEGISLATIVAS.

3 – Nenhum CIDADÃO nas suas INTERVENÇÕES PERPETRADAS nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, quando da ELEIÇÃO aos CARGOS LEGISLATIVOS, poderá usar da PALAVRA, para ATENTAR, ACUSAR, DIFAMAR ou CONDENAR, quaisquer CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES, sob PENA da sua EXCLUSÃO do ACTO ELEITORAL.

4 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, nos CRITÉRIOS de SELECÇÃO dos ELEITOS e ELEITORES, devem REGER-SE por PRINCÍPIOS e VALORES de TRANSPARÊNCIA, EQUIDADE, RAZÃO, RIGOR e JUSTIÇA da CONSCIÊNCIA dos CANDIDATOS aos CARGOS em ELEIÇÃO.

5 – A LEI estabelece a forma de FINANCIAMENTO dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS COMPETENTES, na DELIBERAÇÃO e EXECUÇÃO de todos os ACTOS PROCESSUAIS ELEITORAIS, aos CARGOS LEGISLATIVOS, bem como ASSEGURA os TEMPOS de DURAÇÃO e a FORMA de DIVULGAÇÃO dos REAIS CONCURSOS LEGISLATIVOS, para cada uma ELEIÇÃO.

6 – A CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, EXCLUI a EXISTÊNCIA de ASSOCIAÇÕES e PARTIDOS POLÍTICOS, na VIDA do REINO de PORTUGAL, por serem CONTRÁRIO aos PRINCÍPIOS e VALORES da UNIDADE e da SOBERANIA do REINO.

ARTIGO QUINTO – DIREITO DE PETIÇÃO E DE ACÇÃO POPULAR.

1 – Todos os CIDADÃOS, têm o DIREITO de APRESENTAR, INDIVIDUAL ou COLECTIVAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA ou a quaisquer AUTORIDADES da VIDA do REINO de PORTUGAL, PETIÇÕES, REPRESENTAÇÕES, RELAMAÇÕES ou QUEIXAS, para DEFESA dos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, CONSTITUCIONAIS, das LEIS ou do INTERESSE GERAL, bem como o DIREITO de serem INFORMADOS, em PRAZO JUSTO, sobre o RESULTADO da respectiva APRECIACÃO.

2 – A LEI, fixa as CONDIÇÕES em que as PETIÇÕES APRESENTADAS INDIVIDUAL ou COLECTIVAMENTE aos ÓRGÃOS de SOBERANIA, são APRECIADAS em REUNIÃO PLENÁRIA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA ou pelos seus ORGÃOS SUPERIORES correspondentes.

3 – É CONFERIDO a todos os CIDADÃOS PESSOALMENTE ou através de ASSOCIAÇÕES de DEFESA dos INTERESSES em CAUSA, o DIREITO de ACÇÃO POPULAR nos CASOS e TERMOS previstos na LEI, incluindo o DIREITO de REQUERER para o LESADO ou LESADOS a CORRESPONDENTE INDEMNIZAÇÃO, nomeadamente para:

a) PROMOVER a PREVENÇÃO, a CESSAÇÃO ou a PERSEGUIÇÃO JUDICIAL das INFRACÇÕES contra a SAÚDE PÚBLICA, os DIREITOS dos CONSUMIDORES, a QUALIDADE de VIDA e a PRESERVAÇÃO do AMBIENTE e do PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS;

b) ASSEGURAR e GARANTIR a DEFESA dos BENS PATRIMONIAIS do ESTADO PORTUGUÊS, MUNICÍPAIS, CONCELHIOS, REGIONAIS, NACIONAIS, IMPERIAIS e MUNDIAIS.

ARTIGO SEXTO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS INTERVENIENTES nos ACTOS ELEITORAIS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA, é GARANTIDO e ASSEGURADO o DIREITO de CONTESTAÇÃO dos ACTOS ELEITORAIS, COMPETINDO aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL ENVOLTOS em cada um ACTO ELEITORAL, ESCLARECER e DISSIPAR com BASE na DEFINIÇÃO dos CRITÉRIOS e nas INTERVENÇÕES PROFERIDAS, as DÚVIDAS CONSTANTES.

CAPÍTULO TERCEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS DOS PROFISSIONAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – SEGURANÇA E ESTABILIDADE NO EMPREGO.

1 – A todos os CIDADÃOS durante o CICLO de VIDA LABORAL, PÚBLICO ou PRIVADO, é ASSEGURADO e GARANTIDO a SEGURANÇA e a ESTABILIDADE no EMPREGO, sendo PROIBIDO os DESPEDIMENTOS sem JUSTA CAUSA ou por MOTIVOS LEGISLATIVOS ou IDEOLÓGICOS.

ARTIGO SEGUNDO – COMISSÕES DE PROFISSIONAIS.

1 – As COMISSÕES de PROFISSIONAIS, são ORGANIZAÇÕES INTERNAS COEXISTENTES em cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, CONSTITUÍDAS por um ELEMENTO REPRESENTATIVO de cada uma ARTE

BASTONÁRIA que o COMPÕE, para GARANTIR, APERFEIÇOAR e APROFUNDAR a INTERVENÇÃO e a INTERACÇÃO, das VÁRIAS ARTES BASTONÁRIAS CONSTITUINTES de cada um SECTOR ECONÓMICO, servindo o MÁXIMO INTERESSE do SECTOR no DESEMPENHO da sua FUNÇÃO a CUMPRIR e os INTERESSES de todos os PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS, da ADMINISTRAÇÃO, do SECRETARIADO e da PRODUÇÃO.

2 – A todos os PROFISSIONAIS das VÁRIAS ARTES BASTONÁRIAS CONSTITUINTES de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, é ASSEGURADO e GARANTIDO o DIREITO de se CONSTITUIREM MEMBROS das COMISSÕES de PROFISSIONAIS, para DEFESA dos seus INTERESSES e INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA na VIDA da EMPRESA.

3 – Os PROFISSIONAIS de cada uma ARTE BASTONÁRIA CONSTITUINTES de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, EXPRESSÃO a sua VONTADE e COMPETÊNCIA no EXERCÍCIO das FUNÇÕES e DELIBERAM a CONSTITUIÇÃO, APROVAM os ESTATUTOS e ELEGEM, por VOTO DIRECTO e SECRETO, o seu MEMBRO REPRESENTATIVO para a COMISSÃO de PROFISSIONAIS.

4 – Os MEMBROS das COMISSÕES de PROFISSIONAIS, USUFRUEM de PROTECÇÃO LEGAL das ENTIDADES PATRONAIS, contra quaisquer formas de CONDICIONAMENTO, CONSTRANGIMENTO ou LIMITAÇÃO do EXERCÍCIO LEGÍTIMO da sua FUNÇÃO, que DELIBERA em conformidade com o EXERCÍCIO da ACTIVIDADE dos seus MEMBROS CONSTITUINTES e da sua OPINIÃO, a MARCAÇÃO das REUNIÕES e o ÂMBITO das MATÉRIAS e TEMÁTICAS em DELIBERAÇÃO.

5 – CONSTITUEM DIREITOS das COMISSÕES de PROFISSIONAIS:

- a) RECEBER todas as INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao EXERCÍCIO da sua ACTIVIDADE;
- b) EXERCER o CONTROLO sobre as DELIBERAÇÕES das COMISSÕES e sobre a GESTÃO e EXEQUIBILIDADE das medidas IMPOSTAS;
- c) PARTICIPAR nos PROCESSOS de REESTRUTURAÇÃO da EMPRESA, nomeadamente nas ACCÇÕES de FORMAÇÃO ou quando ocorra ALTERAÇÕES das CONDIÇÕES de TRABALHO;
- d) PARTICIPAR na ELABORAÇÃO, RAZÃO e APROFUNDAMENTO da LEGISLAÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS envolvidos em cada uma ARTE BASTONÁRIA CONSTITUINTE de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO e na LEGISLAÇÃO GLOBAL do SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO;
- e) PARTICIPAR nos PLANOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS que CONTEMPLAM o RESPECTIVO SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO;
- f) PARTICIPAR na GESTÃO das OBRAS SOCIAIS da EMPRESA;
- g) FORMULAR as REIVINDICAÇÕES dos PROFISSIONAIS de forma à não EXISTÊNCIA de DIFERENDOS entre as RESPONSABILIDADES a CUMPRIR.

ARTIGO TERCEIRO – SINDICATOS E CONTRATAÇÃO COLECTIVA.

1 – Não é PERMITIDA nem ADMITIDA na VIDA do REINO de PORTUGAL, SINDICATOS, nem MOVIMENTOS ou ORGANIZAÇÕES SINDICAIS, por a FUNÇÃO por estas ORGANIZAÇÕES PERPETRADOS, face à DEFESA e PROMOÇÃO dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos PROFISSIONAIS que a REPRESENTAM, serem da COMPETÊNCIA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS da ORGANIZAÇÃO FISCALIZADORA, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS e das COMISSÕES de PROFISSIONAIS presentes em cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO.

2 – COMPETE aos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS da ORGANIZAÇÃO FISCALIZADORA, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, exercer o DIREITO da CONTRATAÇÃO COLECTIVA, o qual é GARANTIDO nos TERMOS da LEI.

3 – A LEI estabelece os MODOS e FORMAS respeitantes à LEGITIMIDADE da CELEBRAÇÃO das CONVENÇÕES COLECTIVAS de TRABALHO, bem como a sua EFICÁCIA JURÍDICA.

ARTIGO QUARTO – GREVE E DISSOLUÇÃO.

1 – Os DIFERENDOS ocorridos entre os AGENTES CONSTITUINTES de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIADO e PRODUÇÃO, cuja RESOLUÇÃO não se IMPONHA por DELIBERAÇÃO e RESOLUÇÃO da COMISSÃO de PROFISSIONAIS, serão no MOMENTO IMEDIATO SANADOS e SOLUCIONADOS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA da ORGANIZAÇÃO FISCALIZADORA, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, em CONSONÂNCIA com os ORGÃOS de SOBERANIA EXECUTIVOS, ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, não EXISTINDO lugar a REIVINDICAÇÕES ou quaisquer GÉNEROS de PRESSÕES ou ACTOS PREJUDICIAIS ao EXERCÍCIO do SECTOR de ACTIVIDADE, pelo que a GREVE e a DISSOLUÇÃO, não são PERMITIDOS por LEI, como FORMA de ACTUAÇÃO e RETALIAÇÃO das PARTES ENVOLVIDAS nos DIFERENDOS e DIFICULDADES INSTITUÍDAS.

ARTIGO QUINTO – NOBREZA.

1 – A todos os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS em cada uma ARTE BASTONÁRIA, é DEVIDO o DIREITO da NOBREZA, RESPEITO e HONRA, pelo EXERCÍCIO e DESEMPENHO de FUNÇÕES, em prol da ACÇÃO e MOVIMENTO de cada um SECTOR de ACTIVIDADE, da sua RAZÃO, FUNÇÃO e CONTRIBUTO, face à CONSOLIDAÇÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do NÍVEL de VIDA e do BEM-ESTAR da POPULAÇÃO e do REINO de PORTUGAL e no fazer face às EXIGÊNCIAS e à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES INERENTES à RESPONSABILIDADE de cada um SECTOR de ACTIVIDADE.

TÍTULO TERCEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS ECONÓMICAS, HUMANAS e CULTURAIS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS ECONÓMICAS.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO Á PROFISSÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS, após o TERMINO do CICLO EDUCATIVO e do ESTÁGIO PROFISSIONAL nas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e até ao PERÍODO da APOSENTAÇÃO, é DEVIDO o DIREITO do EXERCÍCIO de uma FUNÇÃO LABORAL.

2 – Para ASSEGURAR e GARANTIR o DIREITO á PROFISSÃO, IMCUMBE ao ESTADO PROMOVER, CRIAR e ASSEGURAR:

- a) Os MECANISMOS de EXECUÇÃO de ORIENTAÇÕES LEGISLATIVAS PROMISSORAS de uma ESTABILIDADE e FUTURO dos MEIOS PRODUTIVOS, POTENCIADORAS de um EMPREGO EFECTIVO e PLENO, nas DIVERSAS ÁREAS, SECTORES e ARTES de ACÇÃO e MOVIMENTO, LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVO e PRODUTIVO, em prol da SUPERAÇÃO das NECESSIDADES presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL, das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do CUMPRIR os ACORDOS a INSTITUIR com o MUNDO;
- b) A IGUALDADE de OPORTUNIDADES a todos os CIDADÃOS na ESCOLHA da PROFISSÃO e as CONDIÇÕES a que não seja VEDADO ou LIMITADO, por quaisquer critérios que não os da REALIZAÇÃO, COMPETÊNCIA e da QUALIFICAÇÃO, o ACESSO a quaisquer CARGOS, PROFISSÃO ou EXERCÍCIO;
- c) O PLANEAMENTO EDUCATIVO dos CIDADÃOS, com BASE nos SECTORES de ACTIVIDADE do REINO de PORTUGAL, FIRMANDO a FORMAÇÃO INTELLECTUAL, TÉCNICA e CULTURAL e VALORIZAR as ARTES PRODUTIVAS e os seus PROFISSIONAIS QUALIFICADOS.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITOS DOS PROFISSIONAIS.

1 – A todos os PROFISSIONAIS, sem DISTINÇÃO da IDADE, SEXO, COR, CIDADANIA, NATURALIDADE, NACIONALIDADE, RELIGIÃO, CONVICÇÕES LEGISLATIVAS ou IDEOLÓGICAS, são devidos como DIREITOS:

- a) A RETRIBUIÇÃO da REMUNERAÇÃO correspondente ao EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO, ao ESFORÇO FÍSICO e MENTAL DISPENDIDO, à NATUREZA da RESPONSABILIDADE que FIRMA e OCUPA, à QUANTIDADE e QUALIDADE do EXERCÍCIO que PRODUZ, de forma a ASSEGURAR uma EXISTÊNCIA CONDIGNA;

b) A ORGANIZAÇÃO da PROFISSÃO em CONDIÇÕES HUMANAS CONDIGNAS, DIGNIFICANTES e GRATIFICANTES, FACULTANDO a REALIZAÇÃO PESSOAL e PROFISSIONAL e permitindo a CONCILIAÇÃO do EXERCÍCIO da ACTIVIDADE LABORAL com a VIDA FAMILIAR;

c) O EXERCÍCIO das FUNÇÕES LABORAIS em CONDIÇÕES de ORDEM, SEGURANÇA, HIGIENE e SAÚDE;

d) Um PERÍODO CURTO de REPOUSO entre cada uma FASE do DIA de EXERCÍCIO, o PERÍODO de PAUSA para a REFEIÇÃO, a DEFINIÇÃO do LIMITE MÁXIMO da JORNADA de EXERCÍCIO, o DESCANSO SEMANAL e as FÉRIAS PERIÓDICAS REMUNERADAS PROPORCIONAIS ao DESEMPENHO MENSAL do EXERCÍCIO das FUNÇÕES, CORRESPONDENDO a sua PLENITUDE a VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS;

e) A ASSISTÊNCIA MATERIAL, quando INVOLUNTARIAMENTE se ENCONTREM em SITUAÇÃO de DESEMPREGO e de INACTIVIDADE LABORAL;

f) O SEGURO, ASSISTÊNCIA e CUIDADOS MÉDICOS, quando VÍTIMAS de ACIDENTES PROFISSIONAIS ou de DOENÇAS PROFISSIONAIS;

g) A DISPENSA de CINCO DIAS nos CASOS de PATERNIDADE;

h) A DISPENSA de CINCO DIAS nos CASOS de FALECIMENTO de FAMILIARES DIRECTOS, AVÔ, AVÓ, PAI, MÃE, IRMÃOS, CUNHADOS, PRIMOS, SOBRINHOS, NETOS;

i) A DISPENSA CORRESPONDENTE ao EXERCÍCIO das RESPONSABILIDADES de VOLUNTARIADO e EDUCATIVAS;

j) A DISPENSA CORRESPONDENTE ao AUXÍLIO da FAMÍLIA.

2 – IMCUMBE ao ESTADO REPRIMIR A VIOLAÇÃO dos DIREITOS dos PROFISSIONAIS e ASSEGURAR, MANTER e GARANTIR as EXIGÊNCIAS das CONDIÇÕES de EXERCÍCIO, de RETRIBUIÇÃO e de REPOUSO a que os PROFISSIONAIS têm DIREITO, nomeadamente:

- a) O ESTABELECIMENTO e a ACTUALIZAÇÃO do SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL, correspondendo aos PERÍODOS de NECESSIDADES PREMENTES das FAMÍLIAS, face ao AUMENTO do CUSTO de VIDA, às EXIGÊNCIAS da VIDA SOCIAL, ao NÍVEL de DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO das FORÇAS PRODUTIVAS, às EXIGÊNCIAS PRESENTES da ESTABILIDADE ECONÓMICA e FINANCEIRA e à ACUMULAÇÃO para o DESENVOLVIMENTO;
- b) A FIXAÇÃO, a NÍVEL NACIONAL, dos LIMITES do HORÁRIO DIÁRIO, SEMANAL e MENSAL de EXERCÍCIO;
- c) A ESPECIAL PROTECÇÃO da PROFISSÃO das MULHERES durante a GRAVIDEZ e após o PARTO, da PROFISSÃO de MENORES, dos PROFISSIONAIS ESPECIAIS e dos

PROFISSIONAIS que DESEMPENHAM ACTIVIDADES PARTICULARMENTE VIOLENTAS ou em CONDIÇÕES INSALUBRES, TÓXICAS ou PERIGOSAS;

- d) O DESENVOLVIMENTO e CRIAÇÃO ORDENADA de uma REDE de CENTROS de REPOUSO e de FÉRIAS, em COOPERAÇÃO com os MEIOS PRODUTIVOS NACIONAIS;
- e) A PROTECÇÃO das CONDIÇÕES PROFISSIONAIS dos TRABALHADORES EMIGRANTES e a GARANTIA da mesma IGUALDADE dos BENEFÍCIOS SOCIAIS CONSTANTES dos PROFISSIONAIS PORTUGUESES;
- f) A PROTECÇÃO das CONDIÇÕES PROFISSIONAIS dos PROFISSIONAIS ESTUDANTES;
- g) REPRIMIR o USO e ABUSO de PRÁTICAS LABORAIS com FORMAS OBSCURAS e CONTORNOS de ESCRAVATURA e de SERVIDÃO.

3 – Os SALÁRIOS usufruem de GARANTIAS ESPECIAIS, nos TERMOS da LEI.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS DOS CONSUMIDORES.

1 – A todos os CIDADÃOS é devido o DIREITO de EXIGIR a QUALIDADE, COMODIDADE, CONFORTO e o RIGOROSO CUMPRIR dos BENS e SERVIÇOS CONSUMIDOS, bem como o DIREITO à INFORMAÇÃO e à FORMAÇÃO, o DIREITO à PROTECÇÃO da SAÚDE, da SEGURANÇA e dos seus INTERESSES ECONÓMICOS LEGÍTIMOS e o DIREITO de REPARAÇÃO e INDEMNIZAÇÃO pelos DANOS SOFRIDOS.

2 – A PUBLICIDADE é DISCIPLINADA por LEI, não sendo PERMITIDAS quaisquer formas de PUBLICIDADE OCULTA, INDIRECTA ou DOLOSA.

3 – AS ASSOCIAÇÕES de CONSUMIDORES e as COOPERATIVAS de CONSUMO, têm DIREITO nos TERMOS da LEI, ao APOIO do ESTADO e ao DIREITO de AUDIÊNCIA nos ÓRGÃOS de SOBERANIA da ORGANIZAÇÃO EXECUTIVA RESPECTIVOS, sobre as QUESTÕES e DÚVIDAS que digam RESPEITO à DEFESA dos CONSUMIDORES, sendo-lhes RECONHECIDA a LEGÍTIMIDADE PROCESSUAL para a DEFESA dos seus ASSOCIADOS ou de INTERESSES COLECTIVOS ou DIFUSOS.

ARTIGO QUARTO – INICIATIVA PRIVADA, COOPERATIVA E AUTOGESTIONÁRIA.

1 – A todos os CIDADÃOS, é CONCEDIDO, ASSEGURADO e GARANTIDO o DIREITO de INICIATIVA PRIVADA no ÂMBITO da ACÇÃO ECONÓMICA da VIDA do REINO de PORTUGAL, cujo EXERCÍCIO se PROCESSA LIVREMENTE nos QUADROS da ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL, DEFINIDOS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI e tendo PRESENTE o INTERESSE e o CARÁCTER GERAL, INDIVIDUAL e

COLECTIVO dos AGENTES ECONÓMICOS ENVOLVIDOS, FAMÍLIAS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

2 – As COOPERATIVAS, são REUNIÕES de PEQUENOS PRODUTORES, AGRÍCOLAS, PESQUEIROS, PECUÁRIOS e EXTRACTIVOS, DELIMITADOS por uma ÁREA do ESPAÇO TERRITORIAL LOCAL ESPECÍFICO, que COOPERAM e COLABORAM entre SI de modo a DEFINIREM e CONSTITUIREM as FORMAS de ASSEGURAR a VIABILIDADE de COMERCIALIZAÇÃO de BENS com CARACTERÍSTICAS COMUNS, que PRODUZEM em cada MOMENTO.

3 – A todos os CIDADÃOS PRODUTORES e FABRICANTES é RECONHECIDO o DIREITO à CONSTITUIÇÃO de COOPERATIVAS e o DIREITO à sua AUTOGESTÃO nos TERMOS da LEI, desde que OBSERVADOS pelos REAIS INSTITUTOS PORTUGUESES COMPETENTES da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, da PECUÁRIA e dos ANIMAIS e da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS CORRESPONDENTEMENTE, os PRINCÍPIOS COOPERATIVOS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

4 – As COOPERATIVAS DESENVOLVEM e PROJECTAM LIVREMENTE as suas ACTIVIDADES no QUADRO da LEI, tendo como DENOMINADOR COMUM a MARCA, a IMAGEM e a PATENTE dos BENS a COMERCIALIZAR e podem agrupar-se em UNIÕES, FEDERAÇÕES ou CONFEDERAÇÕES ou em outras FORMAS de ORGANIZAÇÃO LEGALMENTE PREVISTAS.

5 – A LEI estabelece as ESPECIFICIDADES ORGÂNICAS das COOPERATIVAS com PARTICIPAÇÃO ESTATAL, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS.

ARTIGO QUINTO – DIREITO DE PROPRIEDADE PRIVADA.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO o DIREITO à PROPRIEDADE PRIVADA e à sua TRANSMISSÃO em VIDA ou FALECIMENTO, nos TERMOS da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e da LEI.

2 – A REQUISICÇÃO e a EXPROPRIAÇÃO por UTILIDADE PÚBLICA, só se pode PROCESSAR e EFECTUAR com BASE na LEI e mediante RAZÕES PROFUNDAMENTE FUNDAMENTADAS de FUTURO, PROGRESSO e DESENVOLVIMENTO para a VIDA do REINO de PORTUGAL e das POPULAÇÕES ENVOLTAS nos mesmos PROJECTOS e MEDIANTE o PAGAMENTO de JUSTA INDEMNIZAÇÃO.

ARTIGO SEXTO – HORÁRIOS.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE é GARANTIDO o DIREITO de OPÇÃO face ao HORÁRIO de DESEMPENHO das suas FUNÇÕES LABORAIS, salvo a EXCEPÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE INDUSTRIAIS POLUENTES da

ATMOSFERA, que nos TERMOS da LEI, se REGEM E REGULAM, pelo NASCER e POR do SOL, HORÁRIOS no qual o PLANCTON REALIZA a FOTOSSÍNTESE, ESTANDO no PLENO EXERCÍCIO da sua CAPACIDADE de ABSORÇÃO do CARBONO do DIÓXIDO de CARBONO PRESENTE na ATMOSFERA e LIBERTANDO OXIGÉNIO.

ARTIGO SÉTIMO – PLANTAS FILANTRÓPICAS.

1 – O MERCADO de CONSUMO de PLANTAS FILANTRÓPICAS, será LIBERALIZADO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, de ACORDO, MODO e FORMA com a RESPONSABILIZAÇÃO dos ACTOS, ATITUDES e ACÇÕES dos CIDADÃOS face ao seu CONSUMO, sendo COMERCIALIZADA nas CASAS das ESSÊNCIAS, PROTEGIDAS em toda a sua SEGURANÇA, DEFESA e PROTECÇÃO pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, tendo presente a INTERVENÇÃO, RESPONSABILIDADE e a PARTICIPAÇÃO de todos os CIDADÃOS CONDENADOS nos PROCESSOS de TRÁFICO de SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS.

ARTIGO OITAVO – ARMARIAS.

1 – As ARMARIAS serão LICENCIADAS nos TERMOS da LEI, em TERMOS de ESPAÇO, LOCALIZAÇÃO e COMERCIALIZAÇÃO, nas RESERVAS de CAÇA e de TIRO ao PRATO e nas CARREIRAS de TIRO, tendo PRESENTE a OBRIGATORIEDADE de ARSENAIS e a SEGURANÇA, CONSERVAÇÃO e PRESERVAÇÃO das ARMAS RESPECTIVAS de cada um PROPRIETÁRIO, sendo as ARMARIAS PROTEGIDAS em toda a sua SEGURANÇA, DEFESA e PROTECÇÃO pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

CAPÍTULO SEGUNDO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS HUMANAS.

ARTIGO PRIMEIRO – SEGURANÇA SOCIAL E SOLIDARIEDADE.

1 – Todos os CIDADÃOS ao longo de todo o CICLO de VIDA HUMANO, estão ABRANGIDOS pelo DIREITO à SEGURANÇA SOCIAL, que se DEFINE e CONSTITUI por ABRANGÊNCIAS, ACTUAÇÕES e RESPONSABILIDADES DIVERSIFICADAS nas FASES de CRESCIMENTO HUMANO, sendo estas, BEBÉ, INFÂNCIA, CRIANÇA, ADOLESCÊNCIA, LIDERANÇA, ADULTO, APOSENTADO e ANSIÃO.

2 – IMCUMBE ao ESTADO, o DOMÍNIO da ÁREA de ACÇÃO SOCIAL, como GARANTE da SOLIDEZ, FIRMEZA e SEGURANÇA de todos os CIDADÃOS em todo o PERCURSO VIVO.

3 – COMPETE ao ESTADO ORGANIZAR, COORDENAR e CONSTITUIR, um SISTEMA de SEGURANÇA SOCIAL UNIFICADO, CENTRALIZADO e UNIVERSAL para todos os CIDADÃOS, BASEADO nos DESCONTOS PREVISTOS e EFECTUADOS por CADA um CIDADÃO e pelas ENTIDADES PATRONAIS durante o CICLO de VIDA LABORAL de cada um CIDADÃO e a sua RESTITUIÇÃO pelas FASES que o ANTECEDEM e que o IRAM PRECEDER.

4 – O SISTEMA de SEGURANÇA SOCIAL, GARANTE, ASSEGURA e PROTEGE os CIDADÃOS na MATERNIDADE, ORFANDADE, DOENÇA, INVALIDEZ, VIUEZ, DESEMPREGO, nas SITUAÇÕES de FALTA ou REDUÇÃO dos RECURSOS de SUBSISTÊNCIA, bem como na DIMINUIÇÃO da CAPACIDADE para o DESEMPENHO de FUNÇÕES e na TERCEIRA IDADE.

5 – O ESTADO APOIA e FISCALIZA nos TERMOS da LEI, as ACTIVIDADES e o FUNCIONAMENTO das INSTITUIÇÕES PARTICULARES de SOLIDARIEDADE SOCIAL e de todas as outras INSTITUIÇÕES, sem CARÁCTER LUCRATIVO, com vista à PROSECUÇÃO de OBJECTIVOS e FINS de SOLIDARIEDADE SOCIAL CONSIGNADOS.

ARTIGO SEGUNDO – SAÚDE.

1 – Todos os CIDADÃOS ao longo de todo o CICLO de VIDA HUMANO, estão ABRANGIDOS pelo DIREITO à PROTECÇÃO e CUIDADOS de SAÚDE e pelo DEVER de o DEFENDER e PROMOVER.

2 – O DIREITO à PROTECÇÃO e CUIDADOS de SAÚDE é REALIZADO:

a) Através do SERVIÇO NACIONAL de SAÚDE ECONÓMICO, UNIVERSAL e GERAL, CONSTITUÍDO e DEFINIDO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, pelos REAIS CENTROS de SAÚDE LOCAIS, pelos REAIS HOSPITAIS MUNICÍPAIS, pelos REAIS HOSPITAIS CONCELHIOS, pelos REAIS HOSPITAIS REGIONAIS, pelos REAIS HOSPITAIS MILITARES CONCELHIOS e pelos REAIS HOSPITAIS MILITARES REGIONAIS, tendo em conta as PARCERIAS a INSTITUIR com os INTERESSES PRIVADOS presentes no ESPAÇO e as CONDIÇÕES ECONÓMICAS, HUMANAS e CULTURAIS dos CIDADÃOS;

b) Pela CRIAÇÃO de CONDIÇÕES ECONÓMICAS, HUMANAS, CULTURAIS e AMBIENTAIS que GARANTAM, a PROTECÇÃO dos RECÉM NASCIDOS, da INFÂNCIA, das CRIANÇAS, ADOLESCENTES e LÍDERES e dos APOSENTADOS e ANSIÃOS, pela MELHORIA SISTEMÁTICA e PROGRESSIVA das CONDIÇÕES de VIDA LABORAIS, pela PROMOÇÃO de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA e sempre PRESENTE, pela PROMOÇÃO da CULTURA FISICA e DESPORTIVA, ESCOLAR, AMADORA e PROFISSIONAL, pelo CONSCIENTE DESENVOLVIMENTO da CULTURA de EDUCAÇÃO HIGIÉNICA e SANITÁRIA dos CIDADÃOS e pela PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO de PRÁTICAS de uma VIDA SAUDÁVEL.

3 – Como FORMAS de GARANTIR e ASSEGURAR o DIREITO à PROTECÇÃO da SAÚDE, INCUMBE ao ESTADO:

- a) GARANTIR a todos os CIDADÃOS desde o PRIMEIRO DIA de VIDA, INDEPENDENTEMENTE da CONDIÇÃO ECONÓMICA, o DIREITO a MÉDICO de FAMÍLIA e o ACESSO aos CUIDADOS de MEDICINA PREVENTIVA, CURATIVA e de REABILITAÇÃO;
- b) GARANTIR de FORMA RACIONAL, RIGOROSA, EFICIENTE e EQUITATIVA a COBERTURA INTEGRAL de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS em TERMOS de RECURSOS HUMANOS e das UNIDADES de SAÚDE;
- c) ORIENTAR a sua ACÇÃO para o CORRECTO EQUILÍBRIO dos CUSTOS dos CUIDADOS MÉDICOS e MEDICAMENTOSOS;
- d) DISCIPLINAR e FISCALIZAR as FORMAS EMPRESARIAIS e PRIVADAS da MEDICINA, ARTICULANDO-AS com o SERVIÇO NACIONAL de SAÚDE, de MODO a ASSEGURAR, a UNIFORMIDADE entre as INSTITUIÇÕES de SAÚDE PÚBLICAS e PRIVADAS e ADEQUAR os PADRÕES de EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e de QUALIDADE;
- e) DISCIPLINAR, ORIENTAR e CONTROLAR a PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO e o USO dos PRODUTOS FARMACÊUTICOS, BIOLÓGICOS e QUÍMICOS e outros MEIOS de TRATAMENTO e DIAGNÓSTICO;
- f) EMPREENDER e ESTABELECEER ORIENTAÇÕES de ACORDO com a PREVENÇÃO, TRATAMENTO e RECUPERAÇÃO da DEPENDÊNCIA do ÁLCOOL das PLANTAS FILANTRÓPICAS, SUBSTÂNCIAS e PREPARAÇÕES PSICOTRÓPICAS, do TABACO e dos MEDICAMENTOS;
- g) LEGISLAR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA EDUCATIVOS a RESPONSABILIDADE, NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, face às NECESSIDADES PRESENTES e FUTURAS de MEDICINA no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, VALORIZANDO a FORMAÇÃO e a QUALIFICAÇÃO dos PROFISSIONAIS de MEDICINA, MÉDICOS, ENFERMEIROS, AUXILIARES de SAÚDE e FARMACÊUTICOS.
- h) PROMOVER o DIREITO à MEDICINA no TRABALHO.

4 – O SERVIÇO NACIONAL de SAÚDE PORTUGUÊS, tem GESTÃO DESCENTRALIZADA e PARTICIPADA.

ARTIGO TERCEIRO – HABITAÇÃO E URBANISMO.

1 – A todos os CIDADÃOS e suas FAMÍLIAS, é DEVIDA o DIREITO a uma HABITAÇÃO de RESIDÊNCIA CONDIGNA, a toda uma RAZÃO de EXISTÊNCIA HUMANA, ADEQUADA às NECESSIDADES do AGREGADO FAMILIAR e em CONDIÇÕES de SEGURANÇA, HIGIENE e CONFORTO, que PRESERVE a INTIMIDADE e a PRIVACIDADE FAMILIAR.

2 – Como FORMAS de GARANTIR e ASSEGURAR o DIREITO à HABITAÇÃO, INCUMBE ao ESTADO:

- a) PROJECTAR, PROGRAMAR e EXECUTAR uma ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA de HABITAÇÃO, INSERIDA nos PLANOS de ORDENAMENTO GERAL do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e APOIADA nos PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS, CONCELHIOS, REGIONAIS e NACIONAIS e na sua ÁREA de DEFINIÇÃO URBANISTICA, que GARANTA a EXISTÊNCIA de uma REDE ADEQUADA de TRANSPORTES e de EQUIPAMENTOS SOCIAIS;
- b) PROMOVER, INCENTIVAR e COLABORAR com os MEIOS ECONÓMICOS PARTICULARES da CONSTRUÇÃO CIVIL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, na EDIFICAÇÃO de HABITAÇÕES ABRANGENTES e DIRECCIONADAS a todos os ESTRATOS ECONÓMICOS da POPULAÇÃO;
- c) FOMENTAR, GARANTIR e ASSEGURAR em COOPERAÇÃO com os MEIOS ECONÓMICOS FINANCEIROS, o ACESSO à AQUISIÇÃO de HABITAÇÃO PRÓPRIA;
- d) FOMENTAR, ESTIMULAR e APOIAR o ARRENDAMENTO de forma JUSTA e CORRECTA, AJUSTADA e DIRECCIONADA ao NÍVEL ECONÓMICO da POPULAÇÃO como FORMA de GARANTIR a RESOLUÇÃO para os PROPRIETÁRIOS, dos IMÓVEIS INABITADOS;
- e) INCENTIVAR, APOIAR e ORIENTAR segundo os PRECEITOS LEGAIS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA da CONSTRUÇÃO CIVIL e em CONFORMIDADE com o PLANO DIRECTOR de cada um MUNICÍPIO, as INICIATIVAS de AUTOCONSTRUÇÃO das COMUNIDADES LOCAIS e da POPULAÇÃO, tendentes a RESOLVER os RESPECTIVOS PROBLEMAS HABITACIONAIS;
- f) APOIAR, FOMENTAR e INCENTIVAR, a RECUPERAÇÃO dos IMÓVEIS DEVOLUTOS, com PARTICULAR INCIDÊNCIA para os IMÓVEIS cujo seu VALOR PATRIMONIAL HISTÓRICO para a VIDA do REINO de PORTUGAL, das ALDEIAS, VILAS e CIDADES, REPRESENTEM MARCOS ARQUITECTÓNICOS na sua HISTÓRIA VIVA.

3 – O ESTADO ADOPTARÁ uma ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA, tendente a ESTABELECEER e EMPREENDER um SISTEMA de RENDA COMPATÍVEL com o RENDIMENTO FAMILIAR e o ACESSO à HABITAÇÃO PRÓPRIA.

4 – O ESTADO, por INTERMÉDIO das suas REGIÕES ADMINISTRATIVAS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e MUNICÍPIOS, definem as LEIS de OCUPAÇÃO, USO e TRANSFORMAÇÃO dos SOLOS URBANOS, através de INSTRUMENTOS de PLANEAMENTO, no QUADRO das LEIS RESPEITANTES ao ORDENAMENTO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e ao URBANISMO e PROCEDEM à EXPROPRIAÇÃO dos SOLOS cuja sua IMPORTÂNCIA revistam um CARÁCTER RELEVANTE, NECESSÁRIO, PRECISO e FUNDAMENTAL, à SATISFAÇÃO das POPULAÇÕES e ao CONTINUO DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO URBANÍSTICO dos ESPAÇOS TERRITORIAIS respectivos.

5 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDA e ASSEGURADA a PARTICIPAÇÃO na ELABORAÇÃO dos INSTRUMENTOS de PLANEAMENTO URBANÍSTICO e de quaisquer outros de PLANEAMENTO FÍSICO do TERRITÓRIO.

ARTIGO QUARTO – AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA.

1 – Todos os CIDADÃOS têm DIREITO a HABITAR num MEIO AMBIENTE de VIDA HUMANO, DIGNO, SADIO e ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO e CONSCIENTE e o DEVER de o PRESERVAR, PROTEGER e DEFENDER.

2 – Como FORMAS de GARANTIR e ASSEGURAR o DIREITO ao AMBIENTE SAUDÁVEL, no QUADRO de um DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IMCUMBE ao ESTADO, por MEIO dos seus ÓRGÃOS de SOBERANIA e com o ENVOLVIMENTO, EMPENHO e PARTICIPAÇÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES:

- a) PREVENIR, CONTROLAR e CORRIGIR a POLUIÇÃO, dos RECURSOS HÍDRICOS, dos SOLOS e do MEIO AMBIENTE ATMOSFÉRICO e REPARAR de FORMA CORRECTA, PRECISA e CONCISA os seus EFEITOS e todas as FORMAS PREJUDICIAIS de EROÇÃO;
- b) DEFENDER, ORDENAR e PROMOVER, a ESTRUTURAÇÃO, ORDENAMENTO e ORGANIZAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, tendo PRESENTE o EQUILÍBRIO, CORRECTO e PERFEITO de LOCALIZAÇÃO das POPULAÇÕES, das ACTIVIDADES PRODUTIVAS e das INSTITUIÇÕES e um EQUILIBRADO DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL;
- c) PROMOVER, VALORIZAR e ENRIQUECER as PAISAGENS e os LOCAIS de INTERESSE e VALOR CULTURAL HISTÓRICO ou ARTÍSTICO;
- d) CRIAR, DESENVOLVER, QUALIFICAR, CLASSIFICAR e PROTEGER as RESERVAS NATURAIS, os PARQUES NATURAIS, os PARQUES MUNICÍPAIS, as FLORESTAS e os JARDINS, GARANTINDO a DEFESA, PRESERVAÇÃO e CONSERVAÇÃO da NATUREZA;
- e) PROMOVER o APROVEITAMENTO RACIONAL e SUSTENTÁVEL dos RECURSOS NATURAIS, SÓLIDOS, LIQUIDOS e GASOSOS, VEGETAIS e ANIMAIS, SALVAGUARDANDO a CAPACIDADE de RENOVAÇÃO e REPRODUÇÃO das ESPÉCIES e dos CICLOS de VIDA NATURAL e a sua ESTABILIDADE ECOLÓGICA;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER por INTERMÉDIO dos MUNICÍPIOS em COOPERAÇÃO e COLABORAÇÃO com os MEIOS ECONÓMICOS PRIVADOS da CONSTRUÇÃO CIVIL, a QUALIDADE de VIDA URBANA e AMBIENTAL das POPULAÇÕES, no PLANO ARQUITECTÓNICO e na DEFESA, PRESERVAÇÃO e PROTECÇÃO das ZONAS HISTÓRICAS;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a INTEGRAÇÃO a todos os SECTORES de ACTIVIDADE PRODUTIVOS, de OBJECTIVOS de CARIZ AMBIENTAL;

- h) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a todos os CIDADÃOS, com PARTICULAR INCIDÊNCIA na FASE EDUCATIVA para a EDUCAÇÃO AMBIENTAL e para a RAZÃO do RESPEITO pelos VALORES AMBIENTAIS, para o CONTINUO PROSSEGUIR do CICLO de VIDA HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma LEGISLAÇÃO FISCAL, COMPATÍVEL com o DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO dos SECTORES de ACTIVIDADE PRODUTIVOS, com a PRESERVAÇÃO, PROTECÇÃO e DEFESA do MEIO AMBIENTE e com a QUALIDADE de VIDA dos CIDADÃOS;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os SECTORES de ACTIVIDADE PRODUTIVOS POLUENTES, a CONSTRUÇÃO de ESTAÇÕES de TRATAMENTO dos RESÍDUOS SÓLIDOS, LIQUIDOS e GASOSOS, HUMANOS, ANIMAIS e INDÚSTRIAS PRODUZIDOS.

ARTIGO QUINTO – FAMÍLIA.

1 – A FAMÍLIA é o PILAR FUNDAMENTAL do REINO de PORTUGAL, tendo DIREITO à DEFESA e à PROTECÇÃO da COMUNIDADE, da SOCIEDADE e do ESTADO e à EFECTIVAÇÃO de todas as CONDIÇÕES que POTENCIEM a REALIZAÇÃO PESSOAL dos seus MEMBROS CONSTITUINTES.

2 – Como FORMAS de GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e a PROTECÇÃO da FAMÍLIA, IMCUMBE ao ESTADO:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA e HUMANA dos AGREGADOS FAMILIARES;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a CRIAÇÃO e o ACESSO a uma REDE NACIONAL de JARDINS-DE-INFÂNCIA, ESCOLAS, UNIVERSIDADES, EQUIPAMENTOS SOCIAIS de APOIO à FAMÍLIA e LARES da TERCEIRA IDADE;
- c) APOIAR, COLABORAR e COOPERAR com os PAIS na EDUCAÇÃO CÍVICA dos FILHOS;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, no RESPEITO pela LIBERDADE INDIVIDUAL dos CASAIS, o DIREITO ao PLANEAMENTO FAMILIAR, à INFORMAÇÃO e ao ACESSO aos MÉTODOS, TÉCNICAS e MEIOS que o ASSEGUREM e ORGANIZAR as ESTRUTURAS JURÍDICAS, SOCIAIS, de SAÚDE e NOTARIAIS, que PERMITAM o EXERCÍCIO de uma MATERNIDADE e PATERNIDADE CONSCIÊNTE;
- e) REGULAMENTAR a PROCREAÇÃO MÉDICA ASSISTIDA, em TERMOS que SALVAGUARDEM a DIGNIDADE da PESSOA HUMANA;
- f) REGULAR os BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTATAIS, de ACORDO e em HARMONIA com as NECESSIDADES, ENCARGOS e RESPONSABILIDADES dos AGREGADOS FAMILIARES;
- g) FOMENTAR, DEFINIR e EXECUTAR, em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com as ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS da

- FAMÍLIA, uma ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA da FAMÍLIA com CARÁCTER UNIVERSAL, GLOBAL e INTEGRADO;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, através da CONCERTAÇÃO das DIRECTRIZES LEGISLATIVAS para cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, a CONCILIAÇÃO do EXERCÍCIO da ACTIVIDADE PROFISSIONAL com a VIDA FAMILIAR.

ARTIGO SEXTO – PATERNIDADE E MATERNIDADE.

1 – Os PAIS e as MÃES, têm DIREITO à DEFESA e PROTECÇÃO da COMUNIDADE, SOCIEDADE e do ESTADO, na REALIZAÇÃO da sua INSUBSTITUÍVEL ACÇÃO e RESPONSABILIDADE em RELAÇÃO aos FILHOS, quanto à sua FORMAÇÃO, MANUTENÇÃO e EDUCAÇÃO CÍVICA e à GARANTIA de REALIZAÇÃO PROFISSIONAL e de PARTICIPAÇÃO na VIDA ACTIVA do REINO de PORTUGAL.

2 – A MATERNIDADE e a PATERNIDADE CONSTITUEM VALORES HUMANOS e SOCIAIS EMINENTES.

3 – AS MULHERES durante o PERÍODO de GESTAÇÃO e após o PARTO, têm DIREITO a PROTECÇÃO ESPECIAL no ACOMPANHAMENTO, CUIDADOS e APOIO da ÁREA da SAÚDE e da ÁREA SOCIAL, tendo as MULHERES em EXERCÍCIO de FUNÇÕES LABORAIS o DIREITO à DISPENSA, pelos PERÍODOS de TEMPO NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS pela GRAVIDEZ, sem PENALIZAÇÕES de quaisquer DIREITOS REMUNERATÓRIOS ou de REGALIAS ADJACENTES.

4 – A LEI REGULA e ESTABELECE a ATRIBUIÇÃO aos CÔNJUGES do DIREITO de DISPENSA do EXERCÍCIO de FUNÇÕES LABORAIS, pelo PERÍODO de TEMPO NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, de ACORDO com os INTERESSES dos BEBÉS e as NECESSIDADES do AGREGADO FAMILIAR.

ARTIGO SÉTIMO – INFÂNCIA.

1 – As CRIANÇAS têm o DIREITO à DEFESA e PROTECÇÃO da COMUNIDADE, SOCIEDADE e do ESTADO, face ao seu DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, FÍSICO e PSICOLÓGICO e à sua INTEGRAÇÃO na COMUNIDADE, NOMEADAMENTE no que CONFERE às FORMAS de ABANDONO, EXCLUSÃO, DISCRIMINAÇÃO e de OPRESSÃO a que possam estar SUJEITAS e ao EXERCÍCIO ABUSIVO da AUTORIDADE na VIDA das FAMÍLIAS.

2 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e PROMOVE UMA REDE de CASAS de ADOÇÃO para as CRIANÇAS ORFÃS, ABANDONADAS ou por qualquer outra FORMA PRIVADAS de um AMBIENTE FAMILIAR SALUTAR, CONFERINDO-LHES UMA ESPECIAL DEFESA e PROTECÇÃO dos seus DIREITOS.

3 – A todas as CRIANÇAS após os CINCO ANOS de IDADE é OBRIGATÓRIO o INÍCIO do CICLO EDUCATIVO ESCOLAR e a FREQUÊNCIA nas ESCOLAS do

PRIMEIRO CICLO de ENSINO PRIMÁRIO e POSTERIORMENTE a FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA do SEGUNDO CICLO do ENSINO PREPARATÓRIO.

4 – É PROIBIDO a todas as CRIANÇAS, nos TERMOS da LEI, o EXERCÍCIO de quaisquer FUNÇÕES LABORAIS.

5 – A todas as CRIANÇAS é DEVIDO o ACESSO à EDUCAÇÃO FÍSICA e DESPORTIVA e o ACESSO ao ENSINO das ARTES CULTURAIS.

ARTIGO OITAVO – ADOLESCÊNCIA.

1 – OS ADOLESCENTES USUFRUEM de PROTECÇÃO ESPECIAL do ESTADO para a EFECTIVAÇÃO dos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, ECONÓMICAS, HUMANAS e CULTURAIS, NOMEADAMENTE, no ACESSO a CONTA BANCÁRIA, à PROSSECUÇÃO dos ESTUDOS, na CRIAÇÃO de ASSOCIAÇÕES de FORMA à OPCUPAÇÃO dos TEMPOS LIVRES.

2 – As DIRECTRIZES porque se REGE a ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA face à ADOLESCÊNCIA têm por OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS e ELEMENTARES o DESENVOLVIMENTO HUMANO do CULTO da PERSONALIDADE, a CRIAÇÃO dos MEIOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS A RELEVAR o DOM CRIATIVO de cada um CIDADÃO, o GOSTO e o PRAZER pela CRIAÇÃO LIVRE e ESPONTÂNEA, tendo presente o SENTIDO de RESPONSABILIDADE face aos SERVIÇOS à COMUNIDADE.

3 – O ESTADO, em COLABORAÇÃO com as FAMÍLIAS, as ESCOLAS, CLUBES DESPORTIVOS e as ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES de CARÁCTER, CULTURAL e DESPORTIVO, FOMENTAM, ASSEGURAM e APOIAM as ORGANIZAÇÕES de ADOLESCENTES na CONTINUA PROSSECUÇÃO dos seus OBJECTIVOS, bem como o INTERCÂMBIO com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e com os POVOS do MUNDO.

4 – A todos os ADOLESCENTES é OBRIGATÓRIO a FREQUÊNCIA do TERCEIRO CICLO EDUCATIVO do ENSINO SECUNDÁRIO.

5 – É PROIBIDO a todos os ADOLESCENTES, nos TERMOS da LEI, o EXERCÍCIO de quaisquer FUNÇÕES LABORAIS de CARIZ PERMANENTE, EXCEPTUANDO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES LABORAIS SAZONAIS, para os PERÍODOS de TEMPO PREVISTOS para cada uma das ACTIVIDADES e nas CONDIÇÕES e FORMAS CONSAGRADAS na LEI.

ARTIGO NONO – LIDERANÇA.

1 – Os LÍDERES e LÍDERAS USUFRUEM de PROTECÇÃO ESPECIAL do ESTADO, para a CONTINUA EFECTIVAÇÃO dos seus DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, ECONÓMICAS, HUMANAS e CULTURAIS, NOMEADAMENTE, na PROSSECUÇÃO dos ESTUDOS, na FORMAÇÃO

PROFISSIONAL e na CULTURA, no ACESSO ao PRIMEIRO EMPREGO, no TRABALHO e na SEGURANÇA SOCIAL, no ACESSO à HABITAÇÃO.

2 – As DIRECTRIZES porque se REGE a ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA face aos LÍDERES e LÍDERAS, tem por OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS e ELEMENTARES, o DESENVOLVIMENTO HUMANO do CULTO da ESTIMA, a CRIAÇÃO dos MEIOS e das CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a RELEVAR a REALIZAÇÃO PROFISSIONAL de cada um CIDADÃO, em prol do EXERCÍCIO de RESPONSABILIDADES LABORAIS FUTURAS a FIRMAR e da sua INTEGRAÇÃO PLENA na VIDA ACTIVA da COMUNIDADE, da SOCIEDADE e do REINO de PORTUGAL.

3 – A todos os LÍDERES e LÍDERAS, é OBRIGATÓRIO a FREQUÊNCIA do QUARTO CICLO EDUCATIVO no ENSINO UNIVERSITÁRIO e CONCLUÍDO a FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA no QUINTO CICLO EDUCATIVO, o ESTÁGIO PROFISSIONAL nas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

4 – É PROIBIDO a todos os LÍDERES e LÍDERAS, nos TERMOS da LEI, o EXERCÍCIO de quaisquer FUNÇÕES LABORAIS de CARIZ PERMANENTE, EXCEPTUANDO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES LABORAIS SAZONAIS, para os PERÍODOS de TEMPO PREVISTOS para cada uma das ACTIVIDADES e nas CONDIÇÕES e FORMAS CONSAGRADAS na LEI.

ARTIGO DÉCIMO – CIDADÃOS ESPECIAIS.

1 – Os CIDADÃOS ESPECIAIS, INDEPENDENTEMENTE do seu GRAU de DEPENDÊNCIA FÍSICA e MENTAL, têm DIREITO, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de DEFESA e PROTECÇÃO ESPECIAIS da COMUNIDADE, da SOCIEDADE e do ESTADO, face à sua REABILITAÇÃO, CUIDADOS e DESENVOLVIMENTO HUMANO, FÍSICO e INTELECTUAL.

2 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA, uma REDE de CASAS de ACOLHIMENTO e de LABORAÇÃO, para todos os CIDADÃOS ESPECIAIS, com PARTICULAR INCIDÊNCIA para os que DETÊM um NÍVEL SUPERIOR de INCAPACIDADE MOTORA, com os SERVIÇOS MÉDICOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS aos CUIDADOS e TRATAMENTOS de cada um CIDADÃO.

3 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA as DIRECTRIZES LEGISLATIVAS CONSAGRANDO a DISPONIBILIDADE TOTAL da ÁREA da SAÚDE e dos seus MEIOS, HUMANOS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, para a PREVENÇÃO, TRATAMENTO e REABILITAÇÃO dos CIDADÃOS ESPECIAIS e para o APOIO PERMANENTE e EFECTIVO às suas FAMÍLIAS.

4 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com as ENTIDADES ESTATAIS DA EDUCAÇÃO a INTEGRAÇÃO EFECTIVA e PLENA do DESENVOLVIMENTO das APTIDÕES PESSOAIS de cada um CIDADÃO ESPECIAL, durante a FASE do CICLO EDUCATIVO, segundo os mesmos PADRÕES de todos os CIDADÃOS tendo presente as LIMITAÇÕES e os OBSTÁCULOS a SUPERAR.

5 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os MEIOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS, a INTEGRAÇÃO PLENA dos CIDADÃOS ESPECIAIS na VIDA ACTIVA da COMUNIDADE, da SOCIEDADE e do REINO de PORTUGAL, ENQUADRANDO e ADAPTANDO as suas APTIDÕES e CONDIÇÕES, ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES a CUMPRIR no CICLO LABORAL PRODUTIVO.

6 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA uma PEDAGOGIA CONSCIENTE, SENSIBILIZADORA da SOCIEDADE para as ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS das VÁRIAS PATOLOGIAS e para os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS de todos os CIDADÃOS face ao RESPEITO, SOLIDARIEDADE e COLABORAÇÃO a PRESTAR aos CIDADÃOS ESPECIAIS na SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS do Dia-a-dia e a AFIRMAREM a EFECTIVA REALIZAÇÃO dos seus DIREITOS, sem PREJUÍZO dos DIREITOS e DEVERES dos PAIS ou TUTORES.

7 – O ESTADO, GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com as ENTIDADES ESTATAIS da CONSTRUÇÃO CIVIL, dos TRANSPORTES, da COMUNICAÇÃO, NOTARIAIS e da ESCRITA a SUPERAÇÃO de todos os OBSTÁCULOS PASSÍVEIS de CONSTITUIR BARREIRAS e ENTRAVE no Dia-a-dia dos CIDADÃOS ESPECIAIS.

8 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e APOIA as ASSOCIAÇÕES e ORGANIZAÇÕES no ÂMBITO dos CIDADÃOS ESPECIAIS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TERCEIRA IDADE.

1 – Os CIDADÃOS APOSENTADOS e os ANSIÃOS, têm DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS da COMUNIDADE, da SOCIEDADE e do ESTADO, face à DEFESA e PROTECÇÃO da sua SEGURANÇA ECONÓMICA, da ASSISTÊNCIA, CUIDADOS e TRATAMENTOS MÉDICOS e SOCIAIS COMPATÍVEIS com a sua CONDIÇÃO HUMANA e de CONDIÇÕES de HABITAÇÃO e CONVÍVIO FAMILIAR e COMUNITÁRIO que RESPEITEM a sua AUTONOMIA e DIGNIDADE PESSOAL e EVITEM e SUPEREM a EXCLUSÃO, ISOLAMENTO ou a MARGINALIZAÇÃO SOCIAL.

2 – As DIRECTRIZES LEGISLATIVAS porque se REGE a TERCEIRA IDADE, ENGLOBA RAZÕES e RESPONSABILIDADES de CARÁCTER ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, tendentes a PROPORCIONAR a cada um CIDADÃO a HONRA da CONTINUA OPORTUNIDADE de REALIZAÇÃO PESSOAL e de PARTICIPAÇÃO ACTIVA na VIDA da COMUNIDADE, da SOCIEDADE e do REINO de PORTUGAL, através da COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e do VOLUNTARISMO com as ENTIDADES respectivas.

3 – O ESTADO, GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA uma REDE de LARES para a TERCEIRA IDADE, de ACOLHIMENTO, CONVÍVIO e LAZER, com os SERVIÇOS MÉDICOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS aos CUIDADOS e TRATAMENTO de cada um CIDADÃO.

4 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA o INTERCÂMBIO dos CIDADÃOS APOSENTADOS e ANSIÃOS com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e com os POVOS no MUNDO.

5 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e APOIA as ASSOCIAÇÕES e ORGANIZAÇÕES no ÂMBITO da TERCEIRA IDADE.

CAPÍTULO TERCEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS CULTURAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO o DIREITO à EDUCAÇÃO, CULTURA e CIÊNCIA.

2 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e DEFENDE o DIREITO de ACESSO de todos os CIDADÃOS à EDUCAÇÃO, FOMENTANDO e PROMOVENDO a RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO da EDUCAÇÃO e dos MEIOS e CONDIÇÕES que a POTENCIAM e ALCANÇAM com REALIZAÇÃO, através da ESCOLA, dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL e dos DEMAIS MEIOS FORMATIVOS, CONTRIBUINDO de FORMA ÍMPAR para a CONSTITUIÇÃO dos VALORES e PRINCÍPIOS, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS da NOSSA IDENTIDADE, UNIDADE e RESPEITO, PORTUGUÊS e IMPERIAL PORTUGUÊS e para a RAZÃO, HUMANA e CIVILIZACIONAL, PLANETÁRIA e UNIVERSAL, para a IGUALDADE de DIREITOS, LIBERDADES e GARANTIAS, de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS e de OPORTUNIDADES e REALIZAÇÃO, para a SUPERAÇÃO das DESIGUALDADES CONSTANTES, para o DESENVOLVIMENTO da PERSONALIDADE, ESTIMA, NOBREZA e HONRA, para o ESPÍRITO da INTEGRIDADE, AMIZADE e TOLERÂNCIA, da COMPREENSÃO, SOLIDARIEDADE e COOPERAÇÃO e para os VALORES da FAMÍLIA e do AMOR, em PROL do DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO SOCIAL e da PARTICIPAÇÃO ACTIVA dos CIDADÃOS na VIDA ORGÂNICA do REINO de PORTUGAL.

3 – O ESTADO PUNIRÁ VEEMENTE de FORMA CONCISA, CORRECTA e CLARA, nos TERMOS da LEI, a FALTA de EDUCAÇÃO, os PALAVRÕES, e as ASNEIRAS, bem como as MANIFESTAÇÕES, ACTOS, ATITUDES e GESTOS OFENSIVOS, OPRESSORES e OBSCENOS.

4 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e DEFENDE o DIREITO de ACESSO de todos os CIDADÃOS à FRUIÇÃO e CRIAÇÃO CULTURAL, FOMENTANDO e PROMOVENDO a RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO da CULTURA e dos MEIOS e CONDIÇÕES que a POTENCIAM e ALCANÇAM com REALIZAÇÃO, através da ESCOLA, dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, das ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES de CARIZ CULTURAL e de DEFESA e PROTECÇÃO do PATRIMÓNIO CULTURAL, dos ORGANISMOS, ENTIDADES e DEMAIS AGENTES CULTURAIS e da CRIAÇÃO de uma REDE de CASAS da CULTURA, ABRANGENTES das VÁRIAS ARTES, com os MEIOS e CONDIÇÕES

NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a POTENCIAR a REALIZAÇÃO ARTÍSTICA dos CIDADÃOS.

5 – O ESTADO GARANTE, ASSEGURA e DEFENDE o DIREITO de ACESSO de todos os CIDADÃOS à CRIAÇÃO, INVESTIGAÇÃO e à INOVAÇÃO TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA, FOMENTANDO e PROMOVENDO a RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO da CIÊNCIA e dos MEIOS e CONDIÇÕES que a POTENCIAM e ALCANÇAM com REALIZAÇÃO, através da ESCOLA, dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, dos CENTROS, INSTITUTOS e LABORATÓRIOS de ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICOS, HUMANOS, PLANETÁRIOS e UNIVERSAIS, e dos DEMAIS AGENTES CIENTÍFICOS e da CRIAÇÃO de uma REDE de CASAS CIENTÍFICAS, ABRANGENTES das VÁRIAS CIÊNCIAS, POSSUIDORAS dos MEIOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a POTENCIAR a REALIZAÇÃO CIENTÍFICA dos CIDADÃOS e ao APROFUNDAR das RAZÕES e INTERDEPENDÊNCIAS entre os ELEMENTOS e COMPOSTOS que CONSTITUEM o UNIVERSO TERRENO de MATÉRIAS, SÓLIDAS, LIQUIDAS e GASOSAS, VEGETAIS e ANIMAIS, FIRMANDO o ESTADO o COMPROMISSO da DEFESA da respectiva LIBERDADE, AUTONOMIA e PROPRIEDADE, o REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a ARTICULAÇÃO entre as INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

ARTIGO SEGUNDO – ENSINO.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO a DEFESA do DIREITO ao ENSINO e ao seu ACESSO, o DIREITO à IGUALDADE de OPORTUNIDADE e REALIZAÇÃO e o DIREITO ao ÊXITO ESCOLAR, com BASE nas suas APTIDÕES e DOM CRIATIVO.

2 – Como FORMAS do ESTADO GARANTIR e ASSEGURAR a REALIZAÇÃO de uma ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA OBRIGATÓRIA de ENSINO ECONÓMICO, IMCUMBE ao ESTADO:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR por VIA da ACÇÃO SOCIAL, todos os ALUNOS em todos os GRAUS de ENSINO, POTENCIANDO o INVESTIMENTO SEGURO, CERTO e CORRECTO, dos FUTUROS HOMENS e MULHERES do AMANHÃ;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ENSINO PRÉ-ESCOLAR de um ANO OBRIGATÓRIO, após os QUATRO ANOS de IDADE, com CARÁCTER DIDÁCTICO HUMANO e CULTURAL ABRANGENTE da FASE INFANTIL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ENSINO PRIMÁRIO, de QUATRO ANOS OBRIGATÓRIO, após o CICLO PRÉ-ESCOLAR, CONTINUO, sem INTERRUPÇÕES, CHUMBOS ou PROVAS ANUAIS, sendo a AVALIAÇÃO CONTINUA, APOIANDO e PREVENINDO em todo o MOMENTO os OBSTÁCULOS e as DIFICULDADES de cada um ALUNO, com CARÁCTER ABRANGENTE do IDIOMA PORTUGUÊS, da MATEMÁTICA, da HISTÓRIA, ECONOMIA e GEOGRAFIA

PORTUGUESA e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, das CIÊNCIAS, HUMANAS, PLANETÁRIAS e UNIVERSAIS, das ARTES CULTURAIS e da EDUCAÇÃO FÍSICA;

- d) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ENSINO PREPARATÓRIO, de DOIS ANOS OBRIGATÓRIO, após o CICLO do ENSINO PRIMÁRIO, CONTINUO, SEM INTERRUPÇÕES, CHUMBOS ou PROVAS ANUAIS, sendo a AVALIAÇÃO CONTINUA, APOIANDO e PREVENINDO em todo o MOMENTO os OBSTÁCULOS e as DIFICULDADES de cada um ALUNO, com CARÁCTER ABRANGENTE do IDIOMA PORTUGUÊS, da MATEMÁTICA, da HISTÓRIA e GEOGRAFIA PORTUGUESA e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e CIVILIZACIONAL, das CIÊNCIAS, HUMANAS, PLANETÁRIAS e UNIVERSAIS, das ARTES CULTURAIS, da EDUCAÇÃO FÍSICA, da ECONOMIA PESSOAL e FAMILIAR e com a DISCIPLINA de LINGUA MUNDIAL, ABRANGENTE do PRIMEIRO CONTACTO com o IDIOMA FRANCÊS, INGLÊS, ALEMÃO, ESPANHOL, RUSSO, CHINÊS, ÁRABE e AFRICANO;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ENSINO SECUNDÁRIO, de SEIS ANOS OBRIGATÓRIO, após o CICLO EDUCATIVO do ENSINO PREPARATÓRIO, CONTINUO, SEM INTERRUPÇÕES, CHUMBOS ou PROVAS ANUAIS, sendo a AVALIAÇÃO CONTINUA, APOIANDO e PREVENINDO em todo o MOMENTO os OBSTÁCULOS e as DIFICULDADES de cada um ALUNO, SUBDIVIDIDO em DUAS FASES de TRÊS ANOS, a PRIMEIRA de CARÁCTER UNIVERSAL para todos os ALUNOS, com ABRANGÊNCIA PROFUNDA do IDIOMA PORTUGUÊS, da MATEMÁTICA, da INFORMÁTICA, de HISTÓRIA de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da CIVILIZAÇÃO HUMANA, da GEOGRAFIA PORTUGUESA, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do PLANETA, das CIÊNCIAS HUMANAS, PLANETÁRIAS e UNIVERSAIS, de FÍSICA, de QUÍMICA, das ARTES CULTURAIS, da EDUCAÇÃO FÍSICA, da ECONOMIA FAMILIAR e EMPRESARIAL, de DOIS IDIOMAS MUNDIAIS e a SEGUNDA DISCIPLINADA pelas APTIDÕES PESSOAIS de cada um ALUNO, DIRECCIONADA aos VÁRIOS CURSOS CONSTANTES, tendo como DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS, o IDIOMA PORTUGUÊS, a HISTÓRIA de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da CIVILIZAÇÃO HUMANA, da GEOGRAFIA PORTUGUESA, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do PLANETA, das CIÊNCIAS HUMANAS, PLANETÁRIAS e UNIVERSAIS, do DESPORTO, de um IDIOMA, de FILOSOFIA e RELIGIÃO;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ENSINO UNIVERSITÁRIO, de TRÊS ANOS, OBRIGATÓRIO, após o CICLO EDUCATIVO do ENSINO SECUNDÁRIO, ASSENTE na REALIZAÇÃO INDIVIDUAL de cada um ALUNO e nas NECESSIDADES PREMENTES dos SECTORES de ACTIVIDADE PRODUTIVAS da VIDA do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, com PARAGENS e MUDANÇAS de CURSO, sempre que VERIFICADOS OBSTÁCULOS e ENTRAVES de DIFICULDADES ACRESCIDAS para os ALUNOS no DESEMPENHO das RESPONSABILIDADES que a CADA UM CURSO CORRESPONDAM;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ENSINO MILITAR, de UM ANO, OBRIGATÓRIO, após o CICLO EDUCATIVO UNIVERSITÁRIO,

como o ESTÁGIO PROFISSIONAL de cada um ALUNO, para o INGRESSO na VIDA LABORAL do REINO de PORTUGAL;

- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a EDUCAÇÃO PERMANENTE EFECTIVA e ELIMINAR o ANALFABETISMO;
- i) ELIMINAR e PRECAVER o ABSENTISMO e o DESINTERESSE ESCOLAR;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e INSERIR as ESCOLAS nos MEIOS COMUNITÁRIOS que SERVEM, ESTABECENDO e EMPREENDENDO FORMAS de INTERLIGAÇÃO do ENSINO e dos seus CURSOS aos SECTORES de ACTIVIDADE PRODUTIVOS, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DIREITO de ACESSO dos ALUNOS ESPECIAIS ao ENSINO e APOIAR o ENSINO ESPECIAL, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR, PROTEGER e VALORIZAR a LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA, enquanto EXPRESSÃO CULTURAL e INSTRUMENTO de ACESSO à EDUCAÇÃO e à IGUALDADE de OPORTUNIDADES e DIREITOS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o ACESSO ao ENSINO aos FILHOS dos EMIGRANTES, e a EFECTIVAÇÃO do ENSINO do IDIOMA PORTUGUÊS e o ACESSO à CULTURA PORTUGUESA;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as ESCOLAS do IDIOMA PORTUGUÊS no MUNDO, FIRMANDO as RESPONSABILIDADES para com todos os CIDADÃOS PORTUGUESES IMIGRADOS no MUNDO;
- o) GARANTIR e ASSEGURAR as EQUIVALÊNCIAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a todos os CIDADÃOS PORTUGUESES EMIGRANTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO TERCEIRO – ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR.

1 – COMPETE ao ESTADO em PARCERIA com os INTERESSES PARTICULARES GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR uma REDE de ESTABELECIMENTOS de ENSINO PÚBLICOS, que CUBRA as NECESSIDADES e as EXIGÊNCIAS de toda a POPULAÇÃO, em termos do ENSINO, PRÉ-PRIMÁRIO, PRIMÁRIO, PREPARATÓRIO, SECUNDÁRIO e UNIVERSITÁRIO.

2 – O ESTADO GARANTE, RECONHECE e AUTORIZA o DIREITO ao ENSINO PARTICULAR e ASSEGURA a sua FISCALIZAÇÃO, nos TERMOS da LEI.

ARTIGO QUARTO – UNIVERSIDADE E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.

1 – O REGIME de ACESSO à UNIVERSIDADE e às DEMAIS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR, ASSEGURA, GARANTE e PROMOVE a IGUALDADE de OPORTUNIDADES dos ALUNOS na FREQUÊNCIA dos DIFERENTES CURSOS ACADÉMICOS e a EXPONENCIAL ELEVAÇÃO e PROFUNDIDADE do NÍVEL EDUCATIVO CULTURAL e CIENTÍFICO, tendo PRESENTE as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de QUADROS QUALIFICADOS dos SECTORES de ACTIVIDADE

ECONÓMICOS na VIDA do REINO de PORTUGAL e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e a sua LOCALIZAÇÃO, o EQUILÍBRIO e PARIDADE no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS dos PROFISSIONAIS QUALIFICADOS de cada uma ARTE BASTONÁRIA e o SENTIDO da SUPREMACIA da AVALIAÇÃO dos ALUNOS na SEGUNDA FASE do CICLO SECUNDÁRIO.

2 – AS UNIVERSIDADES e as DEMAIS INSTITUIÇÕES de ENSINO SUPERIOR, USUFRUEM nos TERMOS da LEI, de AUTONOMIA ESTATUTÁRIA, CIENTÍFICA, PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA, sendo por o ESTADO, FISCALIZADAS e AVALIADAS face à QUALIDADE e EFECIÊNCIA do ENSINO PRATICADO.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA NO ENSINO.

1 – COMPETE a PROFISSIONAIS QUALIFICADOS na ÁREA de ECONOMIA, a ADMINISTRAÇÃO e GESTÃO dos RECURSOS ECONÓMICOS, MATERIAIS, HUMANOS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS dos ESTABELECIMENTOS de ENSINO.

2 – COMPETE aos PROFESSORES o DIREITO de PARTICIPAR na GESTÃO ACTIVA dos MODOS e TÉCNICAS a USAR face à EXPOSIÇÃO das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS a LECCIONAR ao longo do ANO ESCOLAR.

3 – COMPETE aos AUXILIARES de ACÇÃO ESCOLAR, TRATAR, CUIDAR e ZELAR pelos ESPAÇOS, INFRA-ESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS dos ESTABELECIMENTOS de ENSINO e APOIAR e AUXILIAR os DOCENTES no DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

4 – COMPETE aos ALUNOS a RESPONSABILIDADE de COMPREENDEREM, ASSIMILAREM e QUESTIONAREM as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS LECCIONADAS ao LONGO do ANO LECTIVO e ELEVAR e APROFUNDAR a sua RAZÃO, CONSCIÊNCIA e COMPETÊNCIAS face à SUPERAÇÃO das DIFICULDADES e OBSTÁCULOS com que se DEPARAM e vão DEPARAR, na sua VIDA FAMILIAR, LABORAL e INSTITUCIONAL.

5 – A LEI REGULA, os MODOS e FORMAS de PARTICIPAÇÃO das ASSOCIAÇÕES de PROFESSORES e de PAIS, das EMPRESAS e dos ÓRGÃOS de SOBERANIA na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES LEGISLATIVAS do ENSINO.

ARTIGO SEXTO – FRUIÇÃO E CRIAÇÃO CULTURAL.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO o DIREITO de FRUIÇÃO e CRIAÇÃO CULTURAL.

2 – Como FORMAS de GARANTIR e ASSEGURAR, o DIREITO de FRUIÇÃO e CRIAÇÃO CULTURAL dos CIDADÃOS, IMCUMBE ao ESTADO em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com todos os AGENTES CULTURAIS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a PROTECÇÃO, DEFESA, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO e VALORIZAÇÃO do PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS, TRANSFORMANDO-O num ELEMENTO e ELO VIVIFICADOR da UNIDADE e IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ACESSO de todos os CIDADÃOS aos MEIOS e INSTRUMENTOS de ACÇÃO CULTURAL, PÚBLICOS e PRIVADOS, bem como CORRIGIR e ELIMINAR as ASSIMETRIAS e as DISPARIDADES de OFERTA CULTURAL PRESENTES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS;
- c) FOMENTAR, PROMOVER e APOIAR todas as INICIATIVAS que ESTIMULEM e ELEVEM a CRIAÇÃO INDIVIDUAL e COLECTIVA, nas suas MULTIPLAS FORMAS e EXPRESSÕES e uma MAIOR FLUÍDEZ e CIRCULAÇÃO das OBRAS e dos BENS CULTURAIS RELEVADOS com MAIOR REPUTAÇÃO, CARISMA e QUALIDADE, FOMENTANDO o INTERCÂMBIO CULTURAL, entre MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS;
- d) DESENVOLVER, FORTALECER e UNIFICAR os LAÇOS e TRAÇOS e as RELAÇÕES CULTURAIS com os REINOS CONSTITUÍNTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, bem como ESTIMULAR, COOPERAR e EMPREENDER o INTERCÂMBIO CULTURAL com todos os POVOS do MUNDO;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR, DEFENDER, PROMOVER e DIVULGAR a CONSCIÊNCIA CULTURA PORTUGUESA no ESTRANGEIRO;
- f) ARTICULAR as DIRECTRIZES LEGISLATIVAS CULTURAIS, com as DEMAIS DIRECTRIZES SECTORAIS.

ARTIGO SÉTIMO – CULTURA FÍSICA E DESPORTO.

1 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO o DIREITO à CULTURA FÍSICA e ao DESPORTO.

2 – Como FORMAS de GARANTIR e ASSEGURAR o DIREITO à CULTURA FÍSICA e ao DESPORTO a todos os CIDADÃOS, IMCUMBE ao ESTADO em COLABORAÇÃO com os CLUBES e ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a EDUCAÇÃO FÍSICA e o DESPORTO nas ESCOLAS do ENSINO EDUCATIVO;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os PROPRIETÁRIOS, com os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da CONSTRUÇÃO CIVIL e DEMAIS SECTORES ECONÓMICOS LOCAIS, UMA REDE de PARQUES DESPORTIVOS LOCAIS PÚBLICOS para ASSEGURAR os CAMPEONATOS MUNICÍPAIS, PASSEIOS PEDONAIS e CIRCUITOS de MANUTENÇÃO, RESERVAS de CAÇA, PARQUES para DESPORTO RADICAL, PAVILHÕES OLÍMPICOS, ESTÁDIOS OLÍMPICOS, PISCINAS OLÍMPICAS, INFRA-ESTRUTURAS para DESPORTOS NAÚTICOS e para DESPORTOS de MONTANHA;

- c) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os INTERESSES PARTICULARES, uma REDE de CORTES de TÊNIS, CAMPOS de GOLFE, de GINÁSIOS, de PISCINAS;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os CLUBES e ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS, os PAVILHÕES e os ESTÁDIOS DESPORTIVOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS, para a PRÁTICA das DIVERSAS MODALIDADES e para a REALIZAÇÃO dos CAMPEONATOS, CONCELHIOS, REGIONAIS, NACIONAIS, IMPERIAIS PORTUGUESES e EUROPEU;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a PAZ no DESPORTO, PROMOVENDO a COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o RESPEITO entre CLUBES e ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS e o CLUBISMO e o BAIRRISMO de FORMA SALUTAR, CORRECTA e CONCISA, ELIMINADO e PREVENINDO o FANATISMO, a VIOLÊNCIA e os DESACATOS;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a DIVULGAÇÃO, DIFUSÃO e PROMOÇÃO das MÚLTIPLAS MODALIDADES DESPORTIVAS, nos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL e dos EVENTOS e REALIZAÇÕES DESPORTIVAS, REALIZADOS e a REALIZAR;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e ESTIMULAR a COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o INTERCÂMBIO DESPORTIVO de ATLETAS e EVENTOS a REALIZAR com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, nas DIVERSAS MODALIDADES.

ARTIGO OITAVO – GASTRONOMIA E VINHOS.

1 – A todos os GASTRÓNOMOS é RECONHECIDO o DIREITO do MÉRITO, VALOR e do REGISTO das PATENTES da CONFECÇÃO da DIETA ALIMENTAR TÍPICA de cada um MUNICÍPIO, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO e REGIÃO ADMINISTRATIVA da VIDA do REINO de PORTUGAL, bem como é GARANTIDO e ASSEGURADO a PRESERVAÇÃO e CONSERVAÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS GASTRONÓMICAS.

2 – A todos os VITICULTORES é RECONHECIDO o DIREITO do MÉRITO, VALOR e do REGISTO das PATENTES VITÍCOLAS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, bem como é GARANTIDO e ASSEGURADO a PRESERVAÇÃO e CONSERVAÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS VITÍCOLAS.

ARTIGO NONO – FERIADOS CULTURAIS.

1 – São DEFINIDOS nos TERMOS da LEI, como FERIADOS do REINO de PORTUGAL:

- a) O DIA de ANO NOVO, UM de JANEIRO;

- b) O DIA da NOBREZA, UM de MAIO;
- c) O DIA de PORTUGAL, das COMUNIDADES PORTUGUESAS e do IDIOMA PORTUGUÊS, DEZ de JUNHO;
- d) O DIA da RESTAURAÇÃO da INDEPENDÊNCIA, UM de DEZEMBRO;
- e) O DIA da REALEZA PORTUGUESA.

2 – São DEFINIDOS nos TERMOS da LEI, como FERIADOS RELIGIOSOS na VIDA do REINO de PORTUGAL:

- a) A PÁSCOA;
- b) O DIA de todos os SANTOS, UM de NOVENBRO;
- c) O NATAL, VINTE e CINCO de DEZEMBRO.

MATÉRIA SEGUNDA

DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE.

1 – Todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e todos os CIDADÃOS EXTERNOS presentes em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, estão OBRIGADOS aos mesmos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – Todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES, estão OBRIGADOS aos mesmos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

3 – Todas as EMPRESAS PORTUGUESAS e todas as EMPRESAS EXTERNAS, presentes em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, estão OBRIGADOS aos mesmos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

4 – Todas as INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS e todas as INSTITUIÇÕES EXTERNAS, presentes em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, estão OBRIGADOS aos mesmos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA IGUALDADE.

1 – Todo o CIDADÃO OBEDECE à mesma DIGNIDADE da RAÇA HUMANA, sendo considerado IGUAL perante a LEI e a JUSTIÇA.

2 – Nenhum CIDADÃO, ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, pode ser PRIVILEGIADA, BENEFICIADA, EXCLUÍDA, PREJUDICADA, PRIVADA ou ISENTA de quaisquer DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, em RAZÃO da sua ASCENDÊNCIA, SEXO, COR, NATURALIDADE, NACIONALIDADE, IDIOMA, PROFISSÃO, CRENÇA, CONVICÇÕES LEGISLATIVAS e IDEOLÓGICAS, INSTRUÇÃO, ESTATUTO NOBILIÁRQUICO, SITUAÇÃO ECONÓMICA, CONDIÇÃO HUMANA, CRESCER CULTURAL e da FUNÇÃO do seu EXERCÍCIO.

ARTIGO TERCEIRO – PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO.

1 – Os CIDADÃOS PORTUGUESES que se ENCONTREM de VISITA ou que RESIDAM no ESTRANGEIRO, estão OBRIGADOS perante os ÓRGÃOS de SOBERANIA do ESTADO PORTUGUÊS no EXTERIOR, a CUMPRIR os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, bem como os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS CONSIGNADOS nas CONSTITUIÇÕES das SOBERANIAS na qual se ENCONTREM.

2 – COMPETE ao ESTADO PORTUGUÊS, ALERTAR e PRECAVER os CIDADÃOS PORTUGUESES para os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS que se IMPÕEM em cada uma NAÇÃO SOBERANA no qual se ENCONTREM, por COLIDIREM com os VALORES CONSTITUCIONAIS CONSIGNADOS dessas SOBERANIAS e serem PUNIVÉIS por LEI.

ARTIGO QUARTO – ESTRANGEIROS, APÁTRIDAS E CIDADÃOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – Os ESTRANGEIROS, APÁTRIDAS e os CIDADÃOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, que se ENCONTREM ou RESIDAM no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES, estão OBRIGADOS aos mesmos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para os CIDADÃOS PORTUGUESES.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO E SENTIDO DOS DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FUNDAMENTAIS.

1 – Os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS FUNDAMENTAIS CONSAGRADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, EXCLUEM quaisquer outros CONSTANTES das LEIS APLICÁVEIS de DIREITO INTERNACIONAL, que não estejam CONSAGRADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA ou no REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

2 – OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS e LEGAIS relativos aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSAGRADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, devem sempre que em CONSONÂNCIA, ser INTERPRETADOS e INTEGRADOS de HARMONIA com a DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos DEVERES do HOMEM INTEGRO.

ARTIGO SEXTO – REGIME DOS DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

1 – O REGIME dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, aplica-se ao ENUNCIADO no TÍTULO SEGUNDO, da presente MATÉRIA.

ARTIGO SÉTIMO – FORÇA JURÍDICA.

1 – Os PRECEITOS CONSTITUCIONAIS respeitantes aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, são DIRECTAMENTE aplicáveis e VINCULAM para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, PÚBLICAS e PRIVADAS.

2 – A LEI só pode RESTRINGIR os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, nos casos EXPRESSAMENTE PREVISTOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, devendo as RESTRIÇÕES limitar-se ao ELEMENTAR e ESSENCIAL, para SALVAGUARDAR outros DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSTITUCIONALMENTE EXIGIDOS.

3 – As LEIS RESTRITIVAS dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, têm que REVESTIR o CARÁCTER GERAL e não podem ter EFEITO RETROACTIVO, nem DIMINUIR a EXTENSÃO e o ALCANCE do CONTEÚDO ESSENCIAL dos PRECEITOS CONSTITUCIONAIS.

ARTIGO OITAVO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DOS DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA não podem, INDIVIDUALMENTE ou COLECTIVAMENTE, SUSPENDER o EXERCÍCIO dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS, salvo em situações de ESTADO de SÍTIO ou de ESTADO de EMERGÊNCIA, declarados por SUAS MAJESTADES fazendo-se ACOMPANHAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA ENVOLTOS na RESOLUÇÃO do PROBLEMA, na FORMA prevista na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – O ESTADO de SÍTIO ou o ESTADO de EMERGÊNCIA, só podem ser DECLARADOS, no todo do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS ou em partes TERRITORIAIS DEFINIDAS, nos casos de AGRESSÃO EFECTIVA ou IMINENTE por FORÇAS ESTRANGEIRAS, de GRAVE AMEAÇA ou PERTURBAÇÃO da

ORDEM CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA, de CATÁSTROFE NATURAL e de CALAMIDADE HUMANITÁRIA PÚBLICA.

3 – O ESTADO de EMERGÊNCIA é declarado para o ESPAÇO do TERRITÓRIO PORTUGUÊS ABRANGIDO por esta MEDIDA, quando as SITUAÇÕES revistam um CARÁCTER de MENOR GRAVIDADE e apenas pode DETERMINAR a SUSPENSÃO, para os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, de alguns DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS SUSCEPTÍVEIS de serem SUSPENSOS.

4 – O ESTADO de SÍTIO é declarado para o ESPAÇO do TERRITÓRIO PORTUGUÊS ABRANGIDO por esta MEDIDA, quando as SITUAÇÕES revistam um CARÁCTER de MAIOR GRAVIDADE e pode DETERMINAR face à GRAVIDADE IMPOSTA, a SUSPENSÃO, para os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS ENVOLTOS que lhes estão CONFERIDOS.

5 – A OPÇÃO pelo ESTADO de SÍTIO ou pelo ESTADO de EMERGÊNCIA, bem como a RESPECTIVA DECLARAÇÃO e EXECUÇÃO, devem RESPEITAR o PRINCÍPIO da PROPORCIONALIDADE e LIMITAR-SE quanto à sua EXTENSÃO, DURAÇÃO e MEIOS ENVOLVIDOS e UTILIZADOS, à NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA RESOLUÇÃO dos FACTORES que lhe deram ORIGEM e ao PRONTO RESTABELECIMENTO da NORMALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA.

6 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, é devidamente FUNDAMENTADA e contém a ESPECIFICAÇÃO dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS cujo EXERCÍCIO fica SUSPENSO, durante o PERÍODO de TEMPO necessário ao RESTABELECER a NORMALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, competindo a SUAS MAJESTADES e aos ÓRGÃOS de SOBERANIA ENVOLVIDOS a DECLARAÇÃO do seu FIM.

7 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, em caso algum, pode afectar os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS da IDENTIDADE, UNIDADE, HONRA, NOBREZA e PÁTRIA, a COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO, AUXÍLIO e a AJUDA-MÚTUA.

8 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, só pode ALTERAR a NORMALIDADE CONSTITUCIONAL, nos TERMOS PREVISTOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, não podendo AFECTAR as LEIS CONSTITUCIONAIS relativas, à FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA.

9 – A DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, CONFEREM aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e às AUTORIDADES PRÓPRIAS ENVOLVIDAS, a COMPETÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, no ENVOLVIMENTO dos MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS de forma a ASSEGURAR, MANTER e FAZER CUMPRIR, as

PROVIDÊNCIAS face ao PRONTO RESTABELECER da NORMALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO NONO – ACESSO AO DEVER E TUTELA JURISDICCIONAL EFECTIVA.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é ASSEGURADO o ACESSO ao DIREITO e aos REAIS TRIBUNAIS PORTUGUESES, para DEFESA dos seus DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS LEGALMENTE CONSIGNADOS, não podendo a JUSTIÇA ser DENEGADA por INSUFICIÊNCIAS de ORDEM MATERIAIS, TÉCNICAS, TECNOLÓGICAS e ECONÓMICAS.

2 – Todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES envolvidos em ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS, têm o DEVER nos TERMOS da LEI ao ACESSO, à INFORMAÇÃO, CONSULTAS JURÍDICAS e ao PATROCÍNIO JUDICIÁRIO e a fazer-se ACOMPANHAR por um ADVOGADO perante qualquer AUTORIDADE.

3 – A LEI DEFINE e ASSEGURA, a todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES até ao CULMINAR dos PROCESSOS em JULGADO, a ADEQUADA PROTECÇÃO do SEGREDO de JUSTIÇA.

4 – Todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES envolvidos em ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS, têm o DEVER de CORRESPONDER com os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS de modo a que a CAUSA em que INTERVENHAM, seja OBJECTO de ANÁLISE e DELIBERAÇÃO em PRAZO DIGNO e CORRECTO, para o APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS e mediante PROCESSO EQUITATIVO.

5 – Para DEFESA dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS PESSOAIS, a LEI ASSEGURA aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PROCEDIMENTOS JUDICIAIS caracterizados pelo PRINCÍPIO da CELERIDADE e da PRIORIDADE, de modo a obter TUTELA EFECTIVA e em TEMPO ÚTIL contra AMEAÇAS ou VIOLAÇÕES desses DEVERES.

ARTIGO DÉCIMO – DEVER DE RESISTÊNCIA.

1 – Todos os CIDADÃOS, têm o DEVER de RESISTIR a qualquer ORDEM que ofenda os seus DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS e de REPELIR pela FORÇA qualquer AGRESSÃO, quando não seja possível RECORRER à AUTORIDADE da GUARDA REAL PORTUGUESA e das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA.

1 – O ESTADO e os ÓRGÃOS de SOBERANIA que o COMPÕEM, são CIVILMENTE RESPONSÁVEIS, em FORMA SOLIDÁRIA com os TITULARES dos seus ÓRGÃOS, FUNCIONÁRIOS e AGENTES, pelos ACTOS, ACÇÕES e OMISSÕES praticados no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e que pelo seu CUMPRIR, RESULTEM VIOLAÇÕES dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS ou o PREJUÍZO para OUTREM.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROCURADOR DE JUSTIÇA.

1 – Os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, podem APRESENTAR QUEIXA ao PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por ACTOS, ACÇÕES e OMISSÕES praticados pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA no EXERCÍCIO das suas COMPETÊNCIAS, que as APRECIARÁ e em RAZÃO dos FUNDAMENTOS, da VIOLAÇÃO dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS e dos PREJUÍZOS e TRANSTORNOS VERIFICADOS, INSTAURARÁ um PROCESSO-CRIME CONTRA o ÓRGÃO de SOBERANIA ENVOLTO no DIFERENDO, ou quando não CONSTATAR FUNDAMENTOS LEGAIS PASSÍVEL de ACTO JURÍDICO, remeterá a NORMA JURÍDICA a SUAS MAJESTADES que farão OBSERVAR aos ÓRGÃOS de SOBERANIA envolvidos, as RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a PREVENIR e REPARAR as INJUSTIÇAS e os DIFERENDOS INSTITUÍDOS.

TÍTULO SEGUNDO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS PESSOAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO.

1 – A todos os CIDADÃOS CONSTITUINTES das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS a RESIDIREM no ESPAÇO MUNDIAL é EXIGIDO, o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de AUXÍLIAR, COLABORAR e COOPERAR com os DEMAIS ELEMENTOS da COMUNIDADE PORTUGUESA RESIDENTES nestes TERRITÓRIOS e com os CIDADÃOS PORTUGUESES em VISITA, POTENCIANDO a PLENA INTEGRAÇÃO e uma MAIOR CONSCIÊNCIA, COMPREENSÃO e RESPEITO pela IDENTIDADE, TRADIÇÕES, USOS e COSTUMES PRÓPRIOS de cada um ESTADO e pelos PRINCÍPIOS REGENTES e VALORES HISTÓRICOS, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS dos POVOS, bem como ENCORAJAR a BASE DIPLOMÁTICA IMPERIAL PORTUGUESA no

MANTER VIVAS as TRADIÇÕES, USOS e COSTUMES PRÓPRIOS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO SEGUNDO – DESLOCAÇÃO E EMIGRAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS que TRANSITEM de RESIDÊNCIA no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS ou que IMIGREM para o ESPAÇO MUNDIAL, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ACTUALIZAR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCAIS, SOCIAIS e da ORDEM os DADOS relativos à sua RESIDÊNCIA, bem como é DEVIDO aos CIDADÃOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS IMIGRANTES a DESLOCAÇÃO às EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS nesses TERRITÓRIOS, de forma a PROCEDER-SE ao CONHECIMENTO pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS da sua SITUAÇÃO e para ABSORVEREM as INSTRUÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à sua PERMANÊNCIA nestes TERRITÓRIOS.

ARTIGO TERCEIRO – ILEGAIS E CLANDESTINOS.

1 – A todos os CIDADÃOS ILEGAIS ou CLANDESTINOS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de se DESLOCAR às REAIS CONSERVATÓRIAS NOTARIAIS do REGISTO CIVIL PORTUGUÊS, para que com toda a LEGÍTIMIDADE LEGAL e com a MÁXIMA CELERIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, se PROCEDA e se PROCESSE a REGULARIZAÇÃO e LEGALIZAÇÃO das SITUAÇÕES INCORRECTAS, ILEGAIS e IRREGULARES CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL.

2 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ALERTAR e DENUNCIAR às AUTORIDADES da ORDEM os CIDADÃOS IRREGULARES, ILEGAIS e CLANDESTINOS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, de FORMA à REGULARIZAÇÃO e RESPONSABILIZAÇÃO da SITUAÇÃO CONSTANTE.

ARTIGO QUARTO – UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de COMUNICAR às AUTORIDADES da ORDEM, as PRESSÕES, TENTATIVAS e VIOLAÇÕES da sua PRIVACIDADE INFORMÁTICA, bem como o de DENUNCIAR a PUBLICIDADE e os SITES INFORMÁTICOS com CARIZ IMORAL e PROMISCO.

2 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO

de CORRESPONDER em PLENITUDE e INTEGRIDADE à REALIDADE e VERDADE da INFORMAÇÃO CONSTANTE nos seus DOMÍNIOS INFORMÁTICOS.

ARTIGO QUINTO – CÔNJUGE.

1 – A todos os ELEMENTOS do CÔNJUGE é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITO, COMPREENSÃO e PARTILHA para com o OUTRO ELEMENTO do CÔNJUGE e para com os DESCENDENTES do CASAL, bem como para o FORTALECIMENTO dos LAÇOS de UNIDADE da FAMÍLIA, pela CONSCIÊNCIA e SUPERAÇÃO das DIFICULDADES e PROBLEMAS INERENTES à VIDA CONJUGAL e pelo seu BEM-ESTAR FÍSICO e EMOCIONAL.

ARTIGO SEXTO – ARMAS.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de REGISTRAR nas INSTÂNCIAS da ORDEM, todo o GÊNERO de ARMAS e MUNIÇÕES que DETENHAM em sua POSSE, de não se fazerem REPRESENTAR na PRAÇA PÚBLICA ARMADOS, salvo os AGENTES da GUARDA REAL PORTUGUESA e dos MILITARES das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA no PLENO EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e de DEPOSITAR as ARMAS e as MUNIÇÕES nos RECINTOS e LOCAIS definidos nos TERMOS da LEI para o sua DETENÇÃO, USO e PORTE, as RESERVAS de CAÇA, as RESERVAS de TIRO ao PRATO e as CARREIRAS de TIRO.

2 – As ARMAS e MUNIÇÕES APREENDIDAS ILEGALMENTE ou por PRÁTICA de CRIME, serão ANALISADAS e OBSERVADAS em termos do seu CORRECTO DESEMPENHO e FUNÇÃO, pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e pela GUARDA REAL PORTUGUESA e LEILOADAS em HASTA PÚBLICA, sendo depositadas pelas FORÇAS de INTERVENÇÃO MILITARES e da ORDEM nos COFRES dos respectivos PROPRIETÁRIOS nas RESERVAS de CAÇA, nas RESERVAS de TIRO ao PRATO e nas CARREIRAS de TIRO.

ARTIGO SÉTIMO – LEALDADE, FIDELIDADE, UNIDADE, HONRA E PÁTRIA.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL e a toda a FAMÍLIA REAL, bem como o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR, ORGULHAR e HONRAR a PÁTRIA PORTUGAL, FORTALECENDO a GLÓRIA, os LAÇOS e TRAÇOS que EMERGEM e BROTAM de toda uma UNIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO CONSCIENTE da CIVILIZAÇÃO HUMANA no PLANETA TERRA, SOBERANA, UNA e INDIVISÍVEL.

ARTIGO OITAVO – FINANÇAS.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de DEPOSITAR a CONFIANÇA do USUFRUTO MONETÁRIO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e das suas ACTIVIDADES nas INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PRESENTES no REINO de PORTUGAL, bem como o de DENUNCIAR as ACTIVIDADES FINANCEIRAS IRREGULARES, ILEGAIS e ILÍCITAS.

ARTIGO NONO – ENERGIAS.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de PREOCUPAÇÃO da PLENA, RIGOROSA e CORRECTA GESTÃO dos RECURSOS ENERGÉTICOS, ATRIBUINDO PRIMAZIA e PRIORIDADE às ENERGIAS RENOVÁVEIS.

ARTIGO DÉCIMO – TRANSPORTES.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO da PAUSA em cada DUAS HORAS de DURAÇÃO das VIAGENS, bem como o de CORRESPONDER com as REVISÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao CORRECTO e PERFEITO DESEMPENHO dos TRANSPORTES.

2 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES são EXIGIDOS os DEVERES, RESPONSABILIDADES e os COMPROMISSOS de CUMPRIR a LEI de VELOCIDADE nos AGLOMERADOS URBANOS e a LEI de VELOCIDADE EXTERIOR aos AGLOMERADOS URBANOS DEFINIDA e CONSTITUÍDA para cada um MEIO de TRANSPORTE, tendo presente como CRITÉRIOS de DEFINIÇÃO, a sua IDADE, QUILOMETRAGEM e o ESTADO de CONSERVAÇÃO dos TRANSPORTES.

3 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO da PRIMAZIA e PRIORIDADE ao USO dos MEIOS de TRANSPORTE PÚBLICOS e ECOLÓGICOS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSTRUÇÃO CIVIL.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de APRESENTAR ANTECIPADAMENTE aos ÓRGÃOS de SOBERANIA MUNICÍPAIS os PROJECTOS de CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIOS, de FORMA à OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE e

APROVAÇÃO, ELIMINADO a CONSTRUÇÃO CLANDESTINA e MINIMIZANDO as suas CONSEQUÊNCIAS INERENTES.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – FISCAL.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CORRESPONDER com o MÁXIMO RIGOR, SERIEDADE e VERDADE à RAZÃO de toda uma ACÇÃO CONTRIBUTIVA, DECLARANDO a PLENITUDE do AGREGADO FAMILIAR e dos RENDIMENTOS AUFERIDOS e as suas PROVENIÊNCIAS, bem como a PROPRIEDADE dos BENS ADQUIRIDOS em cada ANO FISCAL, de FORMA a um RIGOROSO e EQUITATIVO APURAMENTO dos IMPOSTOS e a uma MAIOR JUSTIÇA do ESTADO na REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO do USUFRUTO pelas ÁREAS de RESPONSABILIDADE, bem como AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR com toda a REALIDADE e JUSTIÇA os ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCAIS nos ESCLARECIMENTOS E PEDIDOS SOLICITADOS.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – JOGO.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de DENUNCIAR as PRÁTICAS de JOGO ILEGAIS e ILÍCITAS.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – NOTARIAL.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR de FORMA RIGOROSA e PRECISA os REGISTOS NOTARIAIS EXIGIDOS nos TERMOS da LEI, nos TEMPOS CORRECTOS e EXIGIDOS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURÍDICO.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e os seus REPRESENTANTES e o de AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR com os PEDIDOS e SOLICITAÇÕES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, CUMPRINDO de FORMA FIDEDIGNA, CORRECTA e INTEGRAL, a VERACIDADE dos DEPOIMENTOS PRESTADOS, ALERTANDO para os ACTOS e FACTOS RELEVANTES no DECURSO dos ACTOS PROCESSUAIS, que COLOCAM em causa a VIOLAÇÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS e CONSTITUEM INFRACÇÃO à LEI VIGENTE.

2 – A SUAS ALTEZAS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO do MÁXIMO RIGOR, IMPARCIALIDADE e JUSTIÇA no

APURAMENTO da VERACIDADE dos ACTOS PROCESSUAIS em JULGADO e na DEFINIÇÃO das SENTENÇAS e INDEMNIZAÇÕES RESPECTIVAS a ATRIBUIR.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PREVENÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR os SOLDADOS da PAZ no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e de AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR com os SAPADORES nos ACTOS em que os mesmos se ENCONTREM ENVOLTOS, POTENCIANDO a RESOLUÇÃO das TAREFAS de EXTREMA DIFICULDADE a que os mesmos estão OBRIGADOS, bem como CUMPRIR as LEIS da PREVENÇÃO DELIBERADAS face às INFRA-ESTRUTURAS e MEIOS de TRANSPORTE.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – SEGURANÇA.

1 – A todos os CIDADÃOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR o SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, de ACORDO com as suas CAPACIDADES e APTIDÕES PROFISSIONAIS, de RESPEITAR o CORPO das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA no DESEMPENHO das suas FUNÇÕES e de AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR no COMBATE às DIFICULDADES em que os MILITARES se ENCONTREM ENVOLTOS.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ORDEM.

1 – A todos os CIDADÃOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR o CORPO da GUARDA REAL PORTUGUESA e as OBSERVAÇÕES por estes PROFERIDAS e o de AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR com as DIFICULDADES dos AGENTES INERENTES ao EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COMUNICAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ACOMPANHAR DIÁRIAMENTE os TEMPOS de ANTENA INFORMATIVOS de FORMA ao PLENO CONHECIMENTO das INICIATIVAS e ACÇÕES a EMPREENDER e a REALIZAR na VIDA do REINO de PORTUGAL e na sua RELAÇÃO de PAZ e COOPERAÇÃO com o MUNDO.

2 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE da COMUNICAÇÃO, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO da DEFESA e PROTECÇÃO dos INTERESSES LEGÍTIMOS MONÁRQUICOS PORTUGUESES e da sua RELAÇÃO com o MUNDO, de serem IDÓNEOS e SUCINTOS face à DIVULGAÇÃO

da REALIDADE e VERDADE das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS e dos seus PROTAGONISTAS, de não EXPOREM JUÍZES de VALORES sem BASES de SUSTENTAÇÃO SÓLIDAS e CREDÍVEIS, de GUARDAR e MANTER o SEGREDO PROFISSIONAL face a FACTOS ainda não DELIBERADOS e o de AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO a toda a ACTIVIDADE ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL da VIDA do REINO de PORTUGAL.

3 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE da COMUNICAÇÃO, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ALERTAR para os ACTOS, ATITUDES e ACÇÕES PREVARICADORAS e INSULTUOSAS da ORDEM e do NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO da VIDA MONÁRQUICA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, enquanto EXEMPLO a REFLECTIR para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, bem como SALIENTAR e VALORIZAR a CAPACIDADE e CONSCIÊNCIA dos que pelos FEITOS HEROÍCOS se NOTABILIZAM pela CORAGEM e DEDICAÇÃO ao ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CIÊNCIA POTENCIANDO o DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da CONDIÇÃO de VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da CIVILIZAÇÃO HUMANA.

ARTIGO VIGÉSIMO – RELIGIÃO.

1 – A todas as INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, é EXIGO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR, RESPEITAR e AFIRMAR os PRINCÍPIOS e VALORES CONSTITUCIONAIS e LEGISLATIVOS MONÁRQUICOS do REINO de PORTUGAL e de CORRESPONDER aos VALORES e PRINCÍPIOS da FÉ CONSIGNADOS pela sua CRENÇA RELIGIOSA, RELEVANDO o EXEMPLO de toda a sua PROFISSÃO de FÉ em prol da FAMÍLIA, da RAZÃO de toda uma NATUREZA HUMANA, NATURAL e UNIVERSAL e da UNIDADE, COOPERAÇÃO e PAZ entre os POVOS e o RESPEITO por todas as CRENÇAS RELIGIOSAS.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – AUXÍLIO, COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR com os DEMAIS CIDADÃOS, CONFRONTADOS com PEQUENAS DIFICULDADES INERENTES à VIDA em SOCIEDADE.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ACTOS AFECTIVOS.

1 – Os ACTOS AFECTIVOS entre CIDADÃOS do MESMO SEXO na PRAÇA PÚBLICA, com EXCEPÇÃO dos LAÇOS FAMILIARES e da AMIZADE, são EXPRESSAMENTE PUNIDOS por LEI.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

1 – Todos os CIDADÃOS ARGUIDOS de ACTOS PASSÍVEIS de VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, face ao CÔNJUGE ou aos seus DESCENDENTES, serão JULGADOS nos TERMOS da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA e PUNIDOS SEVERAMENTE por ATENTADO à INTEGRIDADE FÍSICA e PSICOLÓGICA, por OFENSA à INSTITUIÇÃO FAMÍLIA e por VIOLAÇÃO da PAZ, UNIDADE e ORDEM do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PLANETA TERRA.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de PRESERVAR, DEFENDER e PROTEGER o PLANETA TERRA de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL e PLANETÁRIO, que coloque em causa a DISTORÇÃO de toda uma RAZÃO de SER, ESTAR e EXISTIR do CICLO NATURAL, bem como de ZELAR, CUIDAR e TRATAR do PLANETA reduzindo e eliminando a acção e movimento gerador de POLUIÇÃO, DESGASTE e DEGRADAÇÃO, de modo e forma à EFECTIVA PROGRESSÃO e DESENVOLVIMENTO dos CICLOS de BIODIVERSIDADE TERRESTRE VEGETAL e ANIMAL e à REABILITAÇÃO do MEIO AMBIENTE SÓLIDO, LIQUIDO e GASOSO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – BURCA.

1 – Tendo presente a CONSCIENCIALIZAÇÃO dos HÁBITOS, USOS e COSTUMES próprios do NOBRE POVO PORTUGUÊS e a DEFESA dos VALORES e PRINCÍPIOS da INTEGRIDADE do SER HUMANO, é PROIBIDO na VIDA do REINO PORTUGUÊS o uso da BURCA, de modo e forma à IDENTIFICAÇÃO e CONHECIMENTO PLENO, IMEDIATO e CORRECTO de todos os CIDADÃOS no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

2 – A todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a RESIDIR ou de VISITA a ESTADOS SOBERANOS em que o uso da BURCA seja OBRIGATÓRIA por LEI, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CORRESPONDER com o USO da mesma, de modo e forma a não FERIR as susceptibilidades dos NOBRES POVOS e a CUMPRIREM com as TRADIÇÕES CULTURAIS PRÓPRIAS de cada um ESTADO SOBERANO.

CAPÍTULO SEGUNDO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS LEGISLATIVOS.

ARTIGO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO.

1 – A todos os CIDADÃOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de AFIRMAR a sua CONSCIÊNCIA CIVICA PARTICIPATIVA e ACTIVA nos ACTOS LEGISLATIVOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, em prol das ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA, dos REFERENDO a REALIZAR para cada um ESPAÇO DEFINIDO e dos ACTOS do EXERCÍCIO LEGISLATIVOS a REALIZAR nos ÓRGÃOS PRÓPRIOS DEFINIDOS.

ARTIGO SEGUNDO – COMPREENSÃO E RECONHECIMENTO.

1 – A todos os CIDADÃOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de após a EXPOSIÇÃO pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos CRITÉRIOS EMPREENDIDOS para cada uma ELEIÇÃO e de SELECIONADOS os ELEITOS e ELEITORES para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA, da CONSCIENTE COMPREENSÃO dos RESULTADOS CONSIGNADOS e do RECONHECIMENTO do MÉRITO e SUPREMACIA dos ELEITOS.

ARTIGO TERCEIRO – RESPEITO, RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR e HONRAR os CIDADÃOS ELEITOS para o EXERCÍCIO dos CARGOS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL, bem como o de AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR para a PLENITUDE do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES.

CAPÍTULO TERCEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS LABORAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – PROFISSIONAIS.

1 – A todos os PROFISSIONAIS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR a BASE ADMINISTRATIVA que o ADMINISTRA e as HIERARQUIAS DEFINIDAS em toda a sua ESTRUTURAÇÃO, de CORRESPONDER à ASSIDUIDADE INERENTE ao seu OFÍCIO e às EXIGÊNCIAS de POLIVALÊNCIA, FLEXIDADE, ADAPTABILIDADE e de HORÁRIO EXTRA de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, bem como o de EXIGIR o MÁXIMO do seu ESFORÇO, QUALIFICAÇÃO e COMPETÊNCIAS em prol do EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO, INSTITUINDO a UNIDADE e a MÁXIMA RENTABILIDADE e PRODUTIVIDADE de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO e CONTRIBUINDO para a sua CONSTANTE e PROGRESSIVA COMPETITIVIDADE, VIABILIDADE e VITALIDADE no mercado de CONSUMO.

ARTIGO SEGUNDO – ADMINISTRADORES.

1 – A todos os ADMINISTRADORES de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR os PROFISSIONAIS e os ACORDOS LABORAIS FIRMADOS para com os mesmos, bem como o de HONRAR os ACORDOS COMERCIAIS com os DEMAIS AGENTES ECONÓMICOS cujas RELAÇÕES se ESTABELEÇAM ao longo de todo o CICLO PRODUTIVO de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO.

ARTIGO TERCEIRO – COMISSÕES DE PROFISSIONAIS.

1 – A todos os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS DOTADOS das COMPETÊNCIAS de REPRESENTAÇÃO de cada uma ARTE BASTONÁRIA nas COMISSÕES de PROFISSIONAIS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de COLABORAR e COOPERAR de FORMA INTEGRAL, CORRECTA e CONCISA em prol da DEFESA e PROTECÇÃO da ARTE BASTONÁRIA e dos PROFISSIONAIS que a EXERCEM, bem como da IDENTIDADE, UNIDADE e INTERDEPENDÊNCIA da ACÇÃO e MOVIMENTO LABORAL com as DEMAIS ARTES BASTONÁRIAS ENVOLTAS em cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO.

ARTIGO QUARTO – SIGILO PROFISSIONAL.

1 – A todos os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESERVA do SIGILO PROFISSIONAL face às MATÉRIAS, MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS em USO no EXERCÍCIO das suas COMPETÊNCIAS e FUNÇÕES LABORAIS.

ARTIGO QUINTO – FARDAMENTO.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de DOTAR os MEIOS HUMANOS PRODUTIVOS de um FARDAMENTO LABORAL ESPECÍFICO, ADAPTADO e AJUSTADO ao DESEMPENHO de FUNÇÕES em EXERCÍCIO, RELEVANDO a IMAGEM e MARCA de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO.

ARTIGO SEXTO – DEFESA, PROTECÇÃO E SEGURANÇA.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de DOTAR os MEIOS HUMANOS PRODUTIVOS, dos INSTRUMENTOS e MEIOS de DEFESA,

PROTECÇÃO e SEGURANÇA, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à SALVAGUARDA dos RISCOS INERENTES a cada uma ACTIVIDADE LABORAL, DETERMINADOS e DEFINIDOS nos TERMOS da LEI, para cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO.

ARTIGO SÉTIMO – SEGURO PROFISSIONAL.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de DOTAR todos os FUNCIONÁRIOS no IMEDIATO MOMENTO da sua ADMISSÃO na EMPRESA e até ao FIM do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES com o RESPECTIVO SEGURO de ACIDENTES de TRABALHO INERENTES ao RISCO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES LABORAIS, bem como EMPREENDER um SEGURO das INFRA-ESTRUTURAS e dos EQUIPAMENTOS CONSTANTES e um SEGURO de ACÇÃO, face ao MOVIMENTO PRODUZIDO nas RELAÇÕES a ESTABELECEER com os DEMAIS AGENTES ECONÓMICOS e com os CONSUMIDORES, SALVAGUARDANDO as EMPRESAS do IMPREVISTO no DECURSO do seu PERCURSO ECONÓMICO.

ARTIGO OITAVO – MEDICINA NO TRABALHO.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de DOTAR os MEIOS ESTRUTURAIS, com os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS aos CUIDADOS BÁSICOS de MEDICINA e aos PRIMEIROS SOCORROS, bem como DOTAR os RECURSOS HUMANOS CONSTANTES da REGULAR e PREVENTIVA ACÇÃO MÉDICA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao PLENO DESEMPENHO de FUNÇÕES LABORAIS.

ARTIGO NONO – CONTRATO.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ELABORAR na CONTRATAÇÃO dos PROFISSIONAIS ao DESEMPENHO de FUNÇÕES LABORAIS um CONTRATO EFECTIVO, CONSCIENTE das RAZÕES e RESPONSABILIDADES a FIRMAR face ao DESEMPENHO de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO e ao COLMATAR as NECESSIDADES PREMENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS, das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS e dos ACORDOS COMERCIAIS a EMPREENDER com o MUNDO.

ARTIGO DÉCIMO – SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR nos TERMOS da LEI, com o SUBSÍDIO de ALIMENTAÇÃO MENSAL a ATRIBUIR aos PROFISSIONAIS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, sendo o mesmo ABOLIDO no caso de EXISTIR nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS os MEIOS INFRA-ESTRUTURAIS que POTENCIEM a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de uma ALIMENTAÇÃO, SAUDÁVEL, EQUILÍBRADA e DIVERSIFICADA durante o EXERCÍCIO das FUNÇÕES LABORAIS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INDEMNIZAÇÕES.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR nos TERMOS da LEI, com a INDEMNIZAÇÃO RELATIVA à CESSAÇÃO do VÍNCULO CONTRATUAL, DESPEDIMENTO e AFASTAMENTO do EXERCÍCIO de FUNÇÕES dos PROFISSIONAIS, REFERENTE aos MONTANTES RELATIVOS ao MÊS de FÉRIAS e do PROPORCIONAL aos MESES de TRABALHO RELATIVOS ao SUBSÍDIO de NATAL.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL.

1 – Com excepção da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, a todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR nos TERMOS da LEI, os MONTANTES RESPECTIVOS ao PERÍODO EFECTIVO de EXERCÍCIO em cada um ANO LABORAL, de cada um PROFISSIONAL do SUBSÍDIO de FÉRIAS e do SUBSÍDIO de NATAL.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – AJUDAS DE CUSTO.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESTITUIR os MONTANTES DISPENDIDOS por cada um FUNCIONÁRIO no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES LABORAIS.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ABONOS.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de COMPENSAR os FUNCIONÁRIOS no EXERCÍCIO e DESEMPENHO das suas FUNÇÕES LABORAIS, pelo RISCO INERENTE à sua ACÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA MILITARES.

1 – Aos ÓRGÃOS de SOBERANIA MILITARES, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ADMITIR nos seus QUADROS e no DESEMPENHO de toda a sua ACÇÃO EFECTIVA, CIVIL e MILITAR os CIDADÃOS que no DECURSO da sua FASE LABORAL, CARECEM do EXERCÍCIO de FUNÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS EM USO.

1 – A todos os PROFISSIONAIS, são EXIGIDOS o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS da MÁXIMA FORMAÇÃO, PREPARAÇÃO e QUALIFICAÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de USO, FUNCIONAMENTO e PRESERVAÇÃO dos EQUIPAMENTOS e MÁQUINAS LABORAIS PRESENTES em cada um PROCESSO LABORAL, bem como a sua RESPONSABILIZAÇÃO pelo seu ESTADO de CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EDUCAÇÃO CIVICA.

1 – A todos os PROFISSIONAIS, são EXIGIDOS o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS de uma EDUCAÇÃO CÍVICA no LOCAL de EXERCÍCIO, face ao COMPORTAMENTO, EDUCAÇÃO e RESPEITO pelos PROFISSIONAIS.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FOLGAS.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em EFECTIVIDADE de FUNÇÕES todos os DIAS do ANO, POTENCIANDO a ROTATIVIDADE de TURNOS SEMANAIS dos PROFISSIONAIS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de INSTITUIR como MODELO de TURNOS de LABORAÇÃO, o EXERCÍCIO de SEIS DIAS de LABORAÇÃO, PRECEDIDO por DOIS DIAS de FOLGA, SEGUIDO por CINCO DIAS de EXERCÍCIO de LABORAÇÃO, PRECEDIDO por TRÊS DIAS de FOLGA, sucessivamente.

ARTIGO DÉCIMO NONO – FÉRIAS.

1 – A todos os AGENTES PRODUTIVOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO da MÁXIMA COMPREENSÃO e CONSENSO, face ao CONCILIAR o PERÍODO de FÉRIAS dos PROFISSIONAIS com os PERÍODOS de FÉRIAS dos CÔNJUGES, quando no ACTIVO no CICLO LABORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO – PRÉMIO DE PRODUTIVIDADE.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO após o apuramento do resultado do EXERCÍCIO e do cumprir as obrigações fiscais o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO, de CUMPRIR nos TERMOS da LEI, a DISTRIBUIÇÃO de 1% do TOTAL do LUCRO APURADO em cada um ANO de EXERCÍCIO, EQUITATIVAMENTE por todos os FUNCIONÁRIOS em EXERCÍCIO no ANO respectivo, tendo presente a ASSIDUIDADE dos mesmos perante os RESULTADOS OBTIDOS, REFORÇANDO o PRINCÍPIO da NOBREZA e da EXIGÊNCIA dos PROFISSIONAIS, face às RESPONSABILIDADES a CUMPRIR pelo SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – HORAS EXTRAORDINÁRIAS.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESSARCIR os respectivos PROFISSIONAIS pelo ACRÉSCIMO de RESPONSABILIDADES LABORAIS EXTRAORDINÁRIAS e PONTUAIS, que no DECURSO da VIDA de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO se POTENCIEM, pelos MONTANTES das REMUNERAÇÕES HORÁRIAS ACORDADAS para cada um MÊS LABORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PROGRESSÃO NAS CARREIRAS.

1 – A um PROFISSIONAL QUALIFICADO numa ARTE ESPECÍFICA, não se lhe EXIGE, nem lhe COMPETE o EXERCÍCIO das DEMAIS FUNÇÕES inerentes ao EXERCÍCIO, FUNÇÃO e COMPETÊNCIAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES respectivas do EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO, sendo a QUESTÃO da PROGRESSÃO das CARREIRAS das ENTIDADES ESTATAIS, DEFINIDA pelo OBJECTIVO dos CRITÉRIOS de SELECÇÃO INERENTES aos PROCESSOS de ELEIÇÃO das PRÓPRIAS ENTIDADES, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES na respectiva MATÉRIA de ELEIÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – AVALIAÇÕES.

1 – A AVALIAÇÃO dos PROFISSIONAIS QUALIFICADOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, são da COMPETÊNCIA do CICLO EDUCATIVO que ao SELECIONAR as CAPACIDADES INTELECTUAIS, as APTIDÕES FÍSICAS e o DOM CRIATIVO de cada um CIDADÃO INSTITUEM a COMPETÊNCIA PROFISSIONAL e a sua Mais-valia no DESEMPENHO das respectivas FUNÇÕES, COMPETINDO a cada um PROFISSIONAL a EXIGÊNCIA MAIOR de aprofundar DIA a DIA a NOBREZA do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES em prol da QUALIDADE, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE das respectivas ENTIDADES.

TÍTULO TERCEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS ECONÓMICOS, HUMANOS E CULTURAIS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS ECONÓMICOS.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSUMIDORES.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RECLAMAR o MÁXIMO RIGOR e CUMPRIR dos BENS e SERVIÇOS ADQUIRIDOS, bem como o de ALERTAR em todo o MOMENTO para a DISTORÇÃO da sua RAZÃO NATURAL e para os RISCOS INERENTES aos mesmos.

2 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ALERTAR com a MÁXIMA PROFUNDIDADE EXIGIDA, para os CUIDADOS, MODOS e TÉCNICAS de USO de cada BEM ou SERVIÇO PRESTADO, de forma a SALVAGUARDAR a INTEGRIDADE do CONSUMIDOR e PREVENIR RISCOS INERENTES aos PROCEDIMENTOS INCORRECTOS.

3 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de dar PREFERÊNCIA no CONSUMO aos BENS e SERVIÇOS GERADOS pelos SECTORES de ACTIVIDADE PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, de forma a uma ESTABILIDADE SOCIAL e ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE ECONÓMICA PORTUGUESA.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERATIVAS.

1 – A todos os PRODUTORES CONSTITUINTES das COOPERATIVAS PRODUTIVAS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de se INTEGRAREM de PLENA RAZÃO, FUNDAMENTO e DEDICAÇÃO aos PROJECTOS ECONÓMICOS no qual estão INCLUÍDOS, com a MÁXIMA ENTREGA, VERDADE e SERIEDADE.

ARTIGO TERCEIRO – ASSOCIAÇÕES.

1 – A todas as ASSOCIAÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de RESPEITAR todos os seus ASSOCIADOS AGREGADOS, CORRESPONDENDO à DEFESA e PROTECÇÃO dos seus INTERESSES LEGÍTIMOS, bem como DEFINIR as suas DELIBERAÇÕES, ORIENTAÇÕES e ACÇÕES em CONFORMIDADE com os mesmos.

ARTIGO QUARTO – INTERDEPENDÊNCIA.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de REFORÇAR a RELAÇÃO de INTERDEPENDÊNCIA entre os SECTORES de ACTIVIDADE da VIDA do REINO de PORTUGAL, de FORMA a uma CONGREGAÇÃO e ARTICULAÇÃO do TECIDO PRODUTIVO.

ARTIGO QUINTO – EXPORTAÇÃO.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXPORTADORES da VIDA do REINO de PORTUGAL, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de REFORÇAR os LAÇOS de UNIDADE e IDENTIDADE com as COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS no EXTERIOR, CONSTITUINDO os IMIGRANTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, como AGENTES ECONÓMICOS INTERMEDIÁRIOS, nas RELAÇÕES de TROCAS COMERCIAIS a EMPREENDER no ESPAÇO MUNDIAL.

ARTIGO SEXTO – ESTADO DE SÍTIO OU ESTADO DE EMERGÊNCIA.

1 – Em SITUAÇÕES da DECLARAÇÃO do ESTADO de SÍTIO ou do ESTADO de EMERGÊNCIA, todas as EMPRESAS e INSTITUIÇÕES INTERVENIENTES no PROCESSO de RESTITUIÇÃO, NORMALIZAÇÃO e REABILITAÇÃO da ORDEM MONÁRQUICA PORTUGUESA, deveram ser RESSARCIDOS pelo ESTADO PORTUGUÊS pelos PRODUTOS e SERVIÇOS PRESTADOS durante o PERÍODO DELIBERADO, dos MONTANTES respectivos aos CUSTOS de PRODUÇÃO INERENTES à sua ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, ABDICANDO do DIREITO ao LUCRO.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA DE VIDEO VIGILÂNCIA.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de possuir SISTEMA de VIDEO VIGILÂNCIA em toda a sua INFRA-ESTRUTURA, de modo e forma a REGISTAR toda a ACÇÃO e MOVIMENTO LABORAL e INSTITUCIONAL e a PROMOVER a DEFESA, SEGURANÇA e a PROTECÇÃO da sua própria ACTIVIDADE, dos AGENTES LABORAIS ENVOLTOS do EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS e dos CIDADÃOS em PARTICULAR.

ARTIGO OITAVO – CAIXA NEGRA.

1 – A todos os TRANSPORTES, AÉREOS, MARINHOS, FERROVIÁRIOS, AUTOMÓVEL e MOTOCICLO é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de possuir uma CAIXA NEGRA, de forma a REGISTAR os CONDICIONALISMOS dos FACTOS OCORRIDOS e a REFORÇAR a VERACIDADE dos ACTOS a IMPUTAR aos seus INTERVENIENTES.

CAPÍTULO SEGUNDO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS HUMANOS.

ARTIGO PRIMEIRO – SEGURANÇA SOCIAL E SOLIDARIEDADE.

1 – A todos os CIDADÃOS e ENTIDADES PATRONAIS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CORRESPONDER à LEI, face às CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS a EFECTUAR e a EXERCER em DEFESA dos seus PRÓPRIOS DIREITOS e dos seus PROFISSIONAIS.

2 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de DENÚNCIAR as SITUAÇÕES de DIFICULDADE SOCIAL da COMUNIDADE e de ser SOLIDÁRIO face às CAMPANHAS de SOLIDARIEDADE PREMENTES, sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO face às DEFICIÊNCIAS e CARÊNCIAS dos ORGANISMOS SOCIAIS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES.

ARTIGO SEGUNDO – SAÚDE.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de uma ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, EQUILIBRADA e DIVERSIFICADA, a PRÁTICA do EXERCÍCIO FÍSICO, do DESENVOLVIMENTO do INTELLECTO e da CONSCIÊNCIA CULTURAL e CIENTÍFICA, do DIVERTIMENTO e das RELAÇÕES de AFECTO, como ELEMENTOS ESSENCIAIS e FUNDAMENTAIS ao BEM-ESTAR FÍSICO e MENTAL.

2 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de PRESTAR os PRIMEIROS SOCORROS e SOLICITAR pelo APOIO e AUXÍLIO MÉDICO com a MÁXIMA URGÊNCIA, aos CIDADÃOS NECESSITADOS dos CUIDADOS de SAÚDE.

3 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CORRESPONDER com as CAMPANHAS de SAÚDE, DELIBERADAS pela ACÇÃO MÉDICA nos TEMPOS CORRECTOS e EXIGIDOS, bem como serem SOLIDÁRIOS com as CARÊNCIAS e INCOMPATIBILIDADES PREMENTES de SAÚDE na RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS dos DEMAIS CIDADÃOS.

4 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ser INTEGRO e de REVELAR as DOENÇAS INERENTES a cada

um, PRECAVENDO os RISCOS de CONTÁGIO, bem como CUMPRIR as ORDENS MÉDICAS face aos CUIDADOS e PRECAUÇÕES INERENTES à sua SITUAÇÃO CLÍNICA.

ARTIGO TERCEIRO – AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA.

1 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de não POLUIR o MEIO AMBIENTE, CUMPRINDO com as LEIS do SANEAMENTO BÁSICO, da PROTECÇÃO dos RECURSOS HÍDRICOS e ATMOSFÉRICOS, dos SOLOS e da FLORESTA e COLABORANDO, COOPERANDO e AUXILIANDO as CAMPANHAS de REFLORESTAÇÃO a EXISTIR em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

2 – A todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de SEPARAR os LIXOS PRODUZIDOS pelas suas DIFERENTES MATÉRIAS CONSTANTES, colocando-os nos ECOPONTOS destinados para cada um MATERIAL, SÓLIDO, LIQUIDO ou GASOSO, de forma à sua RECICLAGEM e REUTILIZAÇÃO.

3 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR as LEIS da CAÇA e a CONTINUA e PROGRESSIVA PRESERVAÇÃO das ESPÉCIES ANIMAIS, bem como é EXIGIDO às EMPRESAS DETENTORAS das RESERVAS de CAÇA o REPOVOAMENTO CINEGÉTICO das mesmas.

4 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE PESQUEIROS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CUMPRIR as LEIS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON relativas às RESTRIÇÕES das PRÁTICAS LESIVAS dos FUNDOS MARINHOS e às QUOTAS do PESCADO e do PLÂNCTON.

5 – A todos os CIDADÃOS DETENTORES de ANIMAIS de ESTIMAÇÃO é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de REGISTO, CUIDADO e TRATO PERMANENTE e EFECTIVO.

ARTIGO QUARTO – FAMÍLIA.

1 – A todos os PAIS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO para com a EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO e CRESCIMENTO CÍVICO dos FILHOS e para o APROFUNDAR e REFORÇAR os LAÇOS de toda uma UNIDADE FAMILIAR.

2 – A todos os FILHOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO para com o CUIDAR e TRATAR dos PAIS e para o APROFUNDAR e REFORÇAR os LAÇOS FAMILIARES.

3 – A todos os AVÓS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO para com o APOIO, AUXÍLIO e ACOMPANHAMENTO dos

NETOS e dos FILHOS e para com o APROFUNDAR e REFORÇAR os LAÇOS da UNIDADE FAMILIAR.

4 – A todos os PADRINHOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO para com o APOIO, AUXÍLIO e ACOMPANHAMENTO dos AFILHADOS.

ARTIGO QUINTO – PATERNIDADE, MATERNIDADE E FILIAÇÃO.

1 – A todos os CASAIS SEPARADOS e DIVORCIADOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de CORRESPONDER às CARÊNCIAS AFECTIVAS e às NECESSIDADES ECONÓMICAS dos FILHOS até ao FIM do CICLO EDUCATIVO e ao INÍCIO do CICLO LABORAL.

2 – A todos os CIDADÃOS é GARANTIDO e ASSEGURADO o REGISTO da MATERNIDADE e da PATERNIDADE COMPROVADOS no ACTO do NASCIMENTO para as MÃES SOLTEIRAS, sendo EXIGIDO por LEI o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO dos PROGENITORES na EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO e CRESCIMENTO dos FILHOS.

ARTIGO SEXTO – CIDADÃOS ESPECIAIS.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de COLABORAREM, AUXÍLIAREM e APOIAREM os CIDADÃOS ESPECIAIS no TRANSPOR as BARREIRAS e OBSTÁCULOS com que se DEPARAM no seu Dia-a-dia.

2 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de com a sua ACÇÃO, MOVIMENTO e INTERVENÇÃO, SUAVIZAREM e MINIMIZAREM os OBSTÁCULOS, as BARREIRAS e os ENTRAVES DIÁRIOS dos CIDADÃOS ESPECIAIS

ARTIGO SÉTIMO – CAVALHEIRISMO.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO do RESPEITO, EDUCAÇÃO e do CAVALHEIRISMO, bem como o da COLABORAÇÃO, AUXÍLIO e APOIO às GRAVIDAS, DOENTES, CIDADÃOS ESPECIAIS, APOSENTADOS e ANSIÃOS no seu Dia-a-dia.

CAPÍTULO TERCEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS CULTURAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO do RESPEITO, pela CONSCIÊNCIA e PERSONALIDADE de todo o HOMEM, da COMPREENSÃO pela REALEZA, IDENTIDADE e CONSCIÊNCIA COLECTIVA dos POVOS e pelos seus LAÇOS e TRAÇOS CULTURAIS e da TOLERÂNCIA pela sua CONSCIÊNCIA e CULTO RELIGIOSO.

2 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de se CONSCIENCIALIZAREM e CULTIVAREM nas VÁRIAS FORMAS de ARTES CULTURAIS, bem como EXPLORAR as suas APTIDÕES ARTÍSTICAS CONTRIBUINDO para a ELEVAÇÃO, PROGRESSÃO e APROFUNDAMENTO da RIQUEZA CULTURAL PORTUGUESA.

3 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de EXPLORAR as suas APTIDÕES CIENTÍFICAS em prol do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e da CONSCIÊNCIA HUMANA.

ARTIGO SEGUNDO – ENSINO.

1 – A todos os CIDADÃOS em IDADE ESCOLAR é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de FREQUÊNCIA, ASSIDUIDADE e PROGRESSÃO no CICLO de ENSINO e o MÁXIMO EMPENHO, DEDICAÇÃO e CONQUISTA em prol da sua REALIZAÇÃO PESSOAL e COLECTIVA da VIDA do REINO de PORTUGAL.

2 – A todos os PEDAGOGOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de INCUTIR o ESPÍRITO CRÍTICO e EMPÍRICO aos ALUNOS, o DESENVOLVIMENTO da sua CONSCIÊNCIA, PERSONALIDADE e ESTIMA e o APROFUNDAR o DOM CRIATIVO de cada um ALUNO de FORMA CORRECTA, SÉRIA e JUSTA, ALIANDO a NATUREZA CRIATIVA de cada um às REALIDADES, CARÊNCIAS e INSUFICIÊNCIAS LABORAIS PRESENTES no REINO de PORTUGAL e no IMPÉRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO TERCEIRO – PATRIMÓNIO CULTURAL.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de PROTEGER, PRESERVAR, DEFENDER, CONSERVAR e VALORIZAR o PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS.

ARTIGO QUARTO - CULTURA FÍSICA E DESPORTO.

1 – A todos os CIDADÃOS é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de uma CULTURA FÍSICA PERMANENTE e da PRÁTICA DESPORTIVA ao LONGO do PERCURSO do seu CICLO de VIDA HUMANO, SALVAGUARDANDO a sua SAÚDE e a sua CONDIÇÃO FÍSICA e MENTAL.

ARTIGO QUINTO – IDIOMA PORTUGUÊS.

1 – A todos os CIDADÃOS, é EXIGIDO o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO de ENOBRECER e ENRIQUECER a REALEZA de todo o IDIOMA PORTUGUÊS, de MODO a APROFUNDAR e REFORÇAR o VOCABULÁRIO, a SEMÂNTICA e o FONEMA de toda uma RAZÃO, UNIDADE e IDENTIDADE IMPERIAL PORTUGUESA, CONCEBENDO PALAVRAS e DETERMINANDO os seus SIGNIFICADOS.

MATÉRIA TERCEIRA

ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA, HUMANA E CULTURAL

A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL, visa GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma UNIDADE, RESPONSABILIDADE e RAZÃO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO de IDENTIDADE ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos AGENTES ECONÓMICOS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, potenciadora das CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a COLMATAR as EXIGÊNCIAS de toda a CONDIÇÃO HUMANA dos CIDADÃOS e a IMPOR o DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL.

TÍTULO PRIMEIRO – ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA.

ARTIGO PRIMEIRO – PRÍNCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

1 – A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA MONÁRQUICA PORTUGUESA, REGE-SE pelos COMPETENTES PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:

a) PARTICIPAÇÃO de 10% do ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, no CAPITAL SOCIAL de todos os SECTORES de ACTIVIDADE PRODUTIVA, INDIVIDUAIS e COLECTIVOS, de FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO, face à ACÇÃO LABORAL dos INVESTIDORES, PROFISSIONAIS e dos CONSUMIDORES;

b) SUBORDINAÇÃO do PODER ECONÓMICO ao PODER SOBERANO MONÁRQUICO LEGISLATIVO PORTUGUÊS;

c) LIBERDADE de INÍCIATIVA, ORGANIZAÇÃO e GESTÃO EMPRESARIAL no ÂMBITO de uma ECONOMIA MISTA;

d) PROPRIEDADE PÚBLICA dos RECURSOS NATURAIS e dos MEIOS de PRODUÇÃO, de ACORDO com a DEFESA e PROTECÇÃO do INTERESSE COLECTIVO;

e) PLANEAMENTO ORGÂNICO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO ECONÓMICO;

f) DEFESA e PROTECÇÃO do SECTOR PRIVADO, COOPERATIVO e ASSOCIATIVO, DETENTORES da PROPRIEDADE dos MEIOS de PRODUÇÃO;

g) PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS das COMISSÕES de PROFISSIONAIS e das ORGANIZAÇÕES PATRONAIS REPRESENTATIVAS dos SECTORES ECONÓMICOS, na DEFINIÇÃO, CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO das DIRECTRIZES ECONÓMICAS.

ARTIGO SEGUNDO – INCUMBÊNCIAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO.

1 – Ao ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, INCUMBE como PRIORIDADES no ÂMBITO da ACÇÃO ECONÓMICA:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o PROGRESSIVO AUMENTO da CONDIÇÃO ECONÓMICA dos CIDADÃOS, com PRIORIDADE para os mais CARÊNCIADOS e DESFAVORECIDOS, no QUADRO de uma ESTRATÉGIA ECONÓMICA de DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a JUSTIÇA ECONÓMICA, a IGUALDADE de OPORTUNIDADES, DIREITOS, LIBERDADES, GARANTIAS, DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS entre os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, INDIVIDUAIS e COLECTIVOS;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a COESÃO, DESCENTRALIZAÇÃO e o EQUILÍBRIO dos MEIOS PRODUTIVOS no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS em TERMOS MUNICIPAIS, CONCELHIOS e REGIONAIS, CORRIGINDO as DESIGUALDADES, DISPARIDADES, ASSIMETRIAS e a CONCENTRAÇÃO dos MEIOS de PRODUÇÃO, POTENCIANDO a EQUIDADE e a JUSTA REPARTIÇÃO dos MEIOS de PRODUÇÃO, da RIQUEZA PRODUZIDA e DISTRIBUÍDA e um CRESCIMENTO ECONÓMICO CONSCIENTE por todo o REINO de PORTUGAL;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a CORRECÇÃO das DESIGUALDADES DERIVADAS da INSULARIDADE das REGIÕES ADMINISTRATIVAS da MADEIRA e dos AÇORES e FOMENTAR e INCENTIVAR a sua PLENA INTEGRAÇÃO no ESPAÇO ECONÓMICO CONTINENTAL, IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e POTENCIAR o PLENO USUFRUTO dos MEIOS de PRODUÇÃO, ZELANDO pela EFICIÊNCIA e EFICÁCIA do SECTOR ESTATAL;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o FUNCIONAMENTO PLENO, EFICIENTE, EQUILIBRADO e EFICAZ dos MERCADOS, de forma a INCENTIVAR à UNIDADE, COOPERAÇÃO e COLABORAÇÃO dos MEIOS PRODUTIVOS, POTENCIANDO a ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA MONOPOLISTA nos MULTIPLOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, com a PRESENÇA, PARTICIPAÇÃO e

INTERVENÇÃO no CAPITAL SOCIAL de todos os INTERESSES PARTICULARES de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, INSTITUÍND0 uma só MARCA, IMAGEM e RESPONSABILIDADE, face à MULTIPLICIDADE de BENS, SERVIÇOS e PREÇOS a INSTITUIR no MERCADO, com o MÁXIMO CONFORTO, COMODIDADE e QUALIDADE;

- g) GARANTIR, ASSEGURAR e INSTITUIR, DIRECTRIZES LEGISLATIVAS em prol da DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS, face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES PRODUTIVOS EXTERIORES, INSTITUINDO IMPOSTOS ADUANEIROS, face aos PRODUTOS cuja sua PRODUÇÃO se PROCESSE no TEMPO PRESENTE pelos MEIOS PRODUTIVOS PORTUGUESES, IMPERIAIS PORTUGUESES e EXTERNOS, PRESENTES em SOLO PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR e ASSEGURAR aos SECTORES PRODUTIVOS EXTERIORES na VIDA do REINO de PORTUGAL, os MESMOS DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, bem como as EXIGÊNCIAS dos mesmos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR, as RELAÇÕES ECONÓMICAS de UNIDADE, IDENTIDADE e RESPONSABILIDADE entre os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS, com todos os POVOS do GLOBO TERRESTRE, SALVAGUARDANDO a SOBERANIA do REINO de PORTUGAL e os seus INTERESSES ECONÓMICOS PORTUGUESES, tendo como BASE de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO, o APOIO, COLABORAÇÃO e a SEGURANÇA da COMUNIDADE PORTUGUESA a RESIDIR e HABITAR no MUNDO e PROJECTANDO CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS ECONÓMICAS, HUMANAS e CULTURAIS de ACORDO com a MARCA, IMAGEM e a RAZÃO da IDENTIDADE SOBERANA do REINO de PORTUGAL;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e ORDENAR o ESPAÇO TERRITORIAL AGRÍCOLA, de acordo com as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS do REINO de PORTUGAL, com as CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS e com a FERTILIDADE dos SOLOS, POTENCIANDO a ELIMINAÇÃO de todas as FORMAS de DEPENDÊNCIA AGRÍCOLA do REINO de PORTUGAL face ao EXTERIOR, tendo como PRINCÍPIOS para os SECTORES de ACTIVIDADE AGRÍCOLAS, a SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO das ESPÉCIES VEGETAIS PORTUGUESAS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e DEFENDER os DIREITOS e os INTERESSES dos CONSUMIDORES;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR os INSTRUMENTOS JURÍDICOS e TÉCNICOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS, ao PLANEAMENTO ORGÂNICO PORTUGUÊS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO ECONÓMICO;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e ADOPTAR DIRECTRIZES LEGISLATIVAS CIENTÍFICAS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS FAVORÁVEIS e

PREMENTES de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

- o) GARANTIR, ASSEGURAR e ADOPTAR em TERMOS ENERGÉTICOS, DIRECTRIZES LEGISLATIVAS que CONSAGREM, a ABRANGÊNCIA PLENA dos SECTORES de ACTIVIDADE ENERGÉTICOS a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, SALVAGUARDANDO a PRESERVAÇÃO dos RECURSOS NATURAIS e o EQUILÍBRIO dos ECOSSISTEMAS, a PROMOÇÃO, DIFUSÃO e DIVULGAÇÃO das ENERGIAS RENOVÁVEIS como FORMA de AUTONOMIA e INDEPENDÊNCIA do REINO de PORTUGAL, o FORTALECER da RELAÇÃO de UNIDADE ENERGÉTICA com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e a COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e ADOPTAR em TERMOS dos RECURSOS HÍDRICOS, DIRECTRIZES LEGISLATIVAS NACIONAIS, que PRESERVEM, CONSERVEM e DEFENDAM a sua RAZÃO NATURAL, INTEGRIDADE e ESSÊNCIA e a sua IMPORTÂNCIA ELEMENTAR e FUNDAMENTAL à VIDA PLANETÁRIA e que CONSAGREM o APROVEITAMENTO, PLANEAMENTO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS HÍDRICOS CONSTANTES, na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- q) GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e PROTECÇÃO de todo o ESPAÇO TERRITORIAL MARÍTIMO e FLUVIAL PORTUGUÊS, face à INTROMISSÃO, ABUSO e SAQUE, dos RECURSOS NATURAIS MARINHOS, POTENCIANDO o DESENVOLVIMENTO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PESCA, em FUNÇÃO das NECESSIDADES do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS, das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS e dos ACORDOS COMERCIAIS com o MUNDO, bem como a ELIMINAÇÃO de todas as FORMAS de DEPENDÊNCIA face ao EXTERIOR;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a EXTRACÇÃO das MATÉRIAS PRESENTES no SOLO TERRITORIAL PORTUGUÊS, SÓLIDAS, LIQUIDAS e GASOSAS, tendo PRESENTES as FUNÇÕES e as RESPONSABILIDADES que cada uma CUMPRE para o CONTINUO PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL e dos SECTORES PRODUTIVOS PORTUGUESES e face à DEPENDÊNCIA que AFIRMAM do REINO de PORTUGAL para com o EXTERIOR;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a CRIAÇÃO ANIMAL, POTENCIANDO a ELIMINAÇÃO de todas as FORMAS de DEPENDÊNCIA face ao EXTERIOR, tendo presente a SALVAGUARDA, PROTECÇÃO e PRESERVAÇÃO das ESPÉCIES PORTUGUESAS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR em termos INDÚSTRIAS, os SECTORES de ACTIVIDADE AUSENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, cujas NECESSIDADES CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER em termos COMERCIAIS a INSTITUIÇÃO das MARCAS, dos BENS e SERVIÇOS PRODUZIDOS pelos SECTORES PRODUTIVOS PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS no CIRCUITO COMERCIAL NACIONAL;

- v) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR em termos FINANCEIROS, o APOIO, COLABORAÇÃO e a COOPERAÇÃO dos MEIOS FINANCEIROS, aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS cuja VIABILIDADE, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE AFIRMEM um CARÁCTER PRIORITÁRIO na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e INSTITUIR em TERMOS de TRANSPORTES, a COBERTURA PLENA de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em TERMOS RODOVIÁRIOS, FERRÓVIÁRIOS, AÉREOS e MARINHOS, entre os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PRODUTIVOS e INDÚSTRIAS e os SECTORES de ACTIVIDADE ARMAZENISTAS e COMERCIAIS;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR em TERMOS de CONSTRUÇÃO CIVIL, a EQUIDADE e o EQUILÍBRIO de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO CONSTRUTIVO, que POTENCIE a CRIAÇÃO das ACESSIBILIDADES em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO TRANSPORTADOR e à CRIAÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR em TERMOS da COMUNICAÇÃO, os INSTRUMENTOS e MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS ELEMENTARES, ESSENCIAIS e FUNDAMENTAIS a uma ABRANGÊNCIA, APOIO e COOPERAÇÃO PLENA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS de todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, em TERMOS de COMUNICAÇÃO, PUBLICAÇÃO, DIFUSÃO e DIVULGAÇÃO;
- z) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a UNIDADE, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL entre os SECTORES de ACTIVIDADE, ECONÓMICOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, da AGRÍCOLA e dos VEGETAIS, da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, da INDÚSTRIA, do COMÉRCIO, FINANCEIROS, das ENERGIAS, dos TRANSPORTES, da CONSTRUÇÃO CIVIL e da COMUNICAÇÃO;
- aa) GARANTIR, ASSEGURAR e INSTITUIR DIRECTRIZES LEGISLATIVAS de ÂMBITO SOCIAL e FISCAL, tendentes a uma JUSTA, RIGOROSA e CONCISA EQUIDADE de DESCONTOS e CONTRIBUIÇÕES dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS do REINO de PORTUGAL;
- bb) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o TURISMO como BASE em toda uma PAZ, ORDEM e SEGURANÇA TERRITORIAL, nos VALORES da FAMÍLIA VIGENTES, na RIQUEZA ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL do REINO de PORTUGAL, na QUALIDADE, CONFORTO e BEM-ESTAR da POPULAÇÃO e no SORRISO com que RECEBEMOS todos os CIDADÃOS do MUNDO.

ARTIGO TERCEIRO – SECTORES DE PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.

1 – O ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, GARANTE e ASSEGURA a COEXISTÊNCIA de QUATRO SECTORES de PROPRIEDADE dos MEIOS de

PRODUÇÃO, o SECTOR PÚBLICO, o SECTOR PRIVADO, o SECTOR COOPERATIVO e o SECTOR ASSOCIATIVO.

2 – O SECTOR PÚBLICO, é CONSTITUÍDO pelos MEIOS de PRODUÇÃO, cuja PROPRIEDADE e GESTÃO pertençam INTEGRALMENTE e em PLENO ao ESTADO PORTUGUÊS e às ENTIDADES PÚBLICAS ESTATAIS.

3 – O SECTOR PRIVADO, é CONSTITUÍDO pelos MEIOS de PRODUÇÃO, cuja PROPRIEDADE e GESTÃO, DETENDO o ESTADO a sua PARTICIPAÇÃO no CAPITAL SOCIAL, PERTENÇAM a PESSOAS SINGULARES ou COLECTIVAS PRIVADAS.

4 – O SECTOR COOPERATIVO, é CONSTITUÍDO pelos MEIOS de PRODUÇÃO, AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS, PESQUEIROS e EXTRACTIVOS, CUJO ESTADO DETENDO a sua PARTICIPAÇÃO no CAPITAL SOCIAL, na PROPRIEDADE e GESTÃO, PERTENÇAM a MULTIPLAS PESSOAS SINGULARES PRIVADAS.

5 – O SECTOR ASSOCIATIVO, é CONSTITUÍDO pelos MEIOS de PRODUÇÃO ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS, cujo ESTADO DETENDO a sua PARTICIPAÇÃO no CAPITAL SOCIAL, na PROPRIEDADE e GESTÃO PERTENÇA EXCLUSIVAMENTE a MULTIPLOS CIDADÃOS ou PESSOAS COLECTIVAS PRIVADAS.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DE PRIVATIZAÇÃO.

1 – COMPETE ao ESTADO na PRIVATIZAÇÃO dos MEIOS de PRODUÇÃO ESTATAIS, SALVAGUARDAR, DEFENDER e PROTEGER a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS face às EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS no TEMPO FUTURO e GARANTIR e ASSEGURAR a RESSARÇÃO do INVESTIMENTO CONSTITUÍDO e INSTITUÍDO e a MANUTENÇÃO da PARTICIPAÇÃO ESTATAL no CAPITAL SOCIAL, EXIGIDO nos TERMOS da LEI.

ARTIGO QUINTO – MEIOS PRODUTIVOS ESTATAIS.

1 – COMPETE ao ESTADO GARANTIR, ASSEGURAR e INSTITUIR a INICIATIVA do INVESTIMENTO PÚBLICO nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, ELEMENTARES, ESSENCIAIS e FUNDAMENTAIS ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO de DIGNIDADE de VIDA dos AGENTES ECONÓMICOS do REINO de PORTUGAL, cuja AUSÊNCIA e DESINTERESSE de INTERESSES e INICIATIVA PRIVADA, SINGULAR e COLECTIVA, face ao INVESTIMENTO a PRODUIR ou EXISTENTE se faça NOTAR, REGULANDO os MEIOS e FORMAS da sua INTERVENÇÃO e POSSE.

ARTIGO SEXTO – DOMÍNIO PÚBLICO.

1 – CONSTITUEM e PERTENCEM ao DOMÍNIO PÚBLICO:

- a) Todos os RECURSOS HIDRICOS CONSTANTES do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, com os seus LEITOS e os seus FUNDOS MARINHOS CONTÍGUOS;
- b) Toda a CAMADA AÉREA CONSTANTE do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, DELIMITADA nos TERMOS da LEI, pelo ESPAÇO AÉREO COMPREENDIDO, RECONHECIDO e DEFINIDO ao seu PROPRIETÁRIO ou SUPERFICIÁRIO;
- c) As JAZIDAS MINERAIS, as NASCENTES HIDRÍCAS e as CAVIDADES NATURAIS SUBTERRÂNEAS EXISTENTES no SUBSOLO;
- d) As VIAS RODOVIÁRIAS e os seus PASSEIOS ADJACENTES;
- e) As VIAS-FÉRREAS;
- f) Os PORTOS, MARINAS e ANCORADOUROS MARINHOS;
- g) OS AEROPORTOS e AERÓDROMOS.

2 – A LEI CONSTITUI e DEFINE os BENS que INTEGRAM o DOMÍNIO PÚBLICO ESTATAL, MUNICIPAL, CONCELHIO, REGIONAL e NACIONAL, bem como o seu REGIME, FORMAS e CONDIÇÕES de UTILIZAÇÃO e LIMITES, em CONFORMIDADE com os INTERESSES PRIVADOS nestes CONSTANTES.

ARTIGO SÉTIMO – COOPERATIVAS E AUTOGESTÃO.

1 – O ESTADO, GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA, o APOIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO à CONSTITUIÇÃO e CRIAÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE COOPERATIVOS.

2 – A LEI DEFINIRÁ os MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS e HUMANOS e as CONDIÇÕES de VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à IMPLANTAÇÃO dos respectivos PROJECTOS, GARANTINDO, ASSEGURANDO e INCENTIVANDO as EXPERIÊNCIAS FIÁVEIS e CREDÍVEIS de AUTOGESTÃO.

ARTIGO OITAVO – ASSOCIAÇÕES.

1 – O ESTADO, GARANTE, ASSEGURA e FOMENTA, o APOIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO à CONSTITUIÇÃO e CRIAÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ASSOCIATIVOS.

2 – A LEI DEFINIRÁ OS MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS e HUMANOS e as CONDIÇÕES de VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à IMPLANTAÇÃO dos respectivos PROJECTOS, GARANTINDO, ASSEGURANDO e APOIANDO a FIABILIDADE e CREDIBILIDADE de AUTOGESTÃO INERENTE.

ARTIGO NONO – EMPRESAS PRIVADAS.

1 – O ESTADO, GARANTE, ASSEGURA e INCENTIVA a CONSTITUIÇÃO e CRIAÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE EMPRESARIAL PRIVADOS, APOIANDO as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS, REGULANDO nos PARÂMETROS LEGAIS a sua FISCALIZAÇÃO em termos de FUNÇÃO, RESPONSABILIDADE e CUMPRIR das OBRIGAÇÕES LEGAIS CONSIGNADAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI.

2 – O ESTADO só pode INTERVIR na GESTÃO das EMPRESAS PRIVADAS, a TÍTULO TRANSITÓRIO, nos TERMOS PREVISTOS na LEI, MEDIANTE DELIBERAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

3 – O ESTADO, nos TERMOS da LEI só pode LIMITAR ou VEDAR a PARTICIPAÇÃO ACTIVA dos CIDADÃOS, EMPRESAS e DEMAIS ENTIDADES ECONÓMICAS, nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS de EXTRACÇÃO dos RECURSOS NATURAIS.

ARTIGO DÉCIMO – MESTRINS.

1 – O ESTADO, GARANTE, ASSEGURA e INCENTIVA a CONSTITUIÇÃO e CRIAÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE em NOME PESSOAL, REGULANDO nos PARÂMETROS LEGAIS a sua FISCALIZAÇÃO em TERMOS de FUNÇÃO, RESPONSABILIDADE e CUMPRIR das OBRIGAÇÕES LEGAIS CONSIGNADAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI.

2 – O ESTADO, só pode INTERVIR na GESTÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE em NOME INDIVIDUAL, nos TERMOS PREVISTOS na LEI, MEDIANTE DELIBERAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTIVIDADE ECONÓMICA E INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS.

1 – O ESTADO REGULARÁ e DISCIPLINARÁ, nos TERMOS da LEI, de FORMA UNIFORME e IMPARCIAL a ACTIVIDADE ECONÓMICA e todos os seus AGENTES CONSTITUINTES, PORTUGUESES e ESTRANGEIROS, face aos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS e aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI, GARANTINDO e ASSEGURANDO de FORMA EQUITATIVA, CONSCIENTE e RESPONSÁVEL a CONTRIBUIÇÃO de TODOS para o DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e para a DEFESA e PROTECÇÃO da SOBERANIA e INDEPENDÊNCIA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MEIOS DE PRODUÇÃO EM ABANDONO.

1 – O ESTADO pode, nos TERMOS da LEI e MEDIANTE DELIBERAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, EXPROPRIAR os MEIOS de PRODUÇÃO em ABANDONO, SEGUNDO CRITÉRIOS de INDEMNIZAÇÃO, JUSTOS, RIGOROSOS e IMPARCIAIS, que SALVAGUARDEM a DEFESA dos INTERESSES dos AGENTES ECONÓMICOS LESADOS e que RESTITUAM o REMANESCENTE aos seus PROPRIETÁRIOS LEGAIS.

2 – O ESTADO poderá ainda nos CASOS de ABANDONO INJUSTIFICADO dos MEIOS de PRODUÇÃO, GARANTIR, ASSEGURAR e DEFENDER o seu NORMAL FUNCIONAMENTO, podendo INSTITUIR e CONSTITUIR por CONCURSO REAL SECTORIAL, FORMAS de TRANSFERÊNCIA da RESPONSABILIDADE, sobre o CAPITAL SOCIAL, a PROPRIEDADE e a GESTÃO por VIA de PROCESSO de ARRENDAMENTO ou de CONCESSÃO de EXPLORAÇÃO COMPULSIVA, nos MODOS e TERMOS a FIXAR por LEI.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GESTÃO.

1 – COMPETE ao ESTADO GARANTIR, ASSEGURAR e DEFINIR os CRITÉRIOS de ATRIBUIÇÃO da GESTÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE PÚBLICOS.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REQUISITOS DE APROPRIAÇÃO PÚBLICA.

1 – A lei determina os MEIOS, o MÉTODO e as FORMAS de INTERVENÇÃO e APROPRIAÇÃO PÚBLICA dos SECTORES de ACTIVIDADE PRIVADOS, cuja função se destine ÚNICA e EXCLUSIVA aos ÓRGÃOS de SOBERANIA ESTATAIS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, bem como os CRITÉRIOS de FIXAÇÃO da correspondente INDEMNIZAÇÃO.

TÍTULO SEGUNDO – ORGANIZAÇÃO HUMANA.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

1 – A ORGANIZAÇÃO HUMANA, assenta nos seguintes princípios:

a) PLANEAMENTO ORGÂNICO MONÁRQUICO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO HUMANO e SOCIAL;

b) UNIFORMIDADE, UNIDADE e RESPONSABILIDADE dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL, face à ELEVAÇÃO das condições HIGIENICAS, SANITÁRIAS e de SEGURANÇA em cada um SECTOR CONSTANTES, bem como REFEITÓRIOS, CANTINAS e CRECHES;

c) ADAPTABILIDADE nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos MATERIAIS, MODOS, MÉTODOS, TÉCNICAS e MEIOS

TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao ELEVAR a CONDIÇÃO HUMANA dos PROFISSIONAIS e DIMINUIR os RISCOS e o ESFORÇO DISPENDIDO no EXERCÍCIO da ACTIVIDADE LABORAL,

d) QUALIFICAÇÃO com BASE no ESTUDO, EXPERIÊNCIA e REALIZAÇÃO, como forma de ELEVAR a PRODUTIVIDADE e a SATISFAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS presentes nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

e) MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de BENS e SERVIÇOS no MERCADO de CONSUMO, tendo em vista o ELEVAR a CONDIÇÃO HUMANA de SATISFAÇÃO das NECESSIDADES INDIVIDUAIS e COLECTIVAS;

f) QUALIDADE, COMODIDADE, CONFORTO, RESISTÊNCIA, EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos BENS e SERVIÇOS no MERCADO de CONSUMO, como BASE fundamental à ELEVAÇÃO da CONDIÇÃO de DIGNIDADE HUMANA;

g) ELEVAR a PRODUÇÃO de BENS e SERVIÇOS, tendentes à PREVENÇÃO dos MALES que se REPERCUTEM no DECURSO do CICLO de VIDA HUMANO de cada um CIDADÃO;

h) EXEQUIBILIDADE LABORAL, propícia a uma maior RENTABILIDADE do TEMPO diário FAMILIAR, de cada um PROFISSIONAL;

i) MEIO AMBIENTE INTEGRO, SALUBRE e RESPONSÁVEL, à RAZÃO de SER, ESTAR e EXISTIR PLANETÁRIO e da RELAÇÃO PRODIGIOSA com o HOMEM;

j) CULTURA FÍSICA e DESPORTIVA presente de INFRA-ESTRURAS, MEIOS e INSTRUMENTOS DESPORTIVOS;

l) CULTURA GASTRONÓMICA DIVERSIFICADA e VARIÁVEL, rica em PROTEÍNAS, VITAMINAS e NUTRIENTES fortificadores de um BEM-ESTAR FÍSICO e MENTAL CONSCIENTE;

m) VALORES da FAMÍLIA e do AFECTO, como BASE de todo um ESTABILIDADE HUMANA CONSCIENTE;

n) MEIOS e INSTRUMENTOS de ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CIÊNCIA como RAZÃO da EVOLUÇÃO da CAPACIDADE HUMANA CONSCIENTE;

o) ACÇÃO e MOVIMENTO de ÂMBITO CULTURAL VASTO, VARIADO e DIVERSIFICADO à REALIDADE do MUNDO das ARTES CULTURAIS MUNDIAIS;

p) ESTUDO das PLANTAS VEGETAIS e dos TRATAMENTOS MÉDICOS NATURAIS, como forma de TRATAR e CUIDAR das várias PATOLOGIAS HUMANAS;

q) PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS das COMISSÕES de PROFISSIONAIS, das ORGANIZAÇÕES PATRONAIS REPRESENTATIVAS dos SECTORES ECONÓMICOS e das ASSOCIAÇÕES e INSTITUIÇÕES de ÍNDOLE HUMANITÁRIO na DEFINIÇÃO das PRINCÍPAIS MEDIDAS HUMANAS.

ARTIGO SEGUNDO – INCUMBÊNCIAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO.

1 – Ao ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, INCUMBE como PRIORIDADES no ÂMBITO da ACÇÃO HUMANA:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o PROGRESSIVO BEM-ESTAR HUMANO e SOCIAL e a QUALIDADE de VIDA dos CIDADÃOS, em ESPECIAL dos MAIS CARENCIADOS, INDEFESOS e NECESSITADOS, no QUADRO de uma ESTRATÉGIA de DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR os INSTRUMENTOS JURÍDICOS e TÉCNICOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao PLANEAMENTO MONÁRQUICO do DESENVOLVIMENTO HUMANO e SOCIAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, uma ORIENTAÇÃO de INVESTIGAÇÃO, CIÊNCIA e TECNOLOGIA favorável ao PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO e FUTURO da DIGNIDADE da CONDIÇÃO HUMANA;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma ORIENTAÇÃO AMBIENTAL, com PREVALÊNCIA para a PRESERVAÇÃO das ESPÉCIES VEGETAIS e ANIMAIS e dos RECURSOS PLANETÁRIOS, SÓLIDOS, LIQUIDOS e GASOSOS e para o EQUILÍBRIO ECOLÓGICO dos ECOSISTEMAS;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma ORIENTAÇÃO SOCIAL RIGOROSA, IMEDIATA e EFICAZ às NECESSIDADES PREMENTES das FAMÍLIAS;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma ORIENTAÇÃO da PREVENÇÃO, SEGURANÇA e ORDEM NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a todo um RECONHECIMENTO da DEFESA, PROTECÇÃO, ORDEM e HARMONIA do REINO de PORTUGAL;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA, face ao CONHECIMENTO HUMANO, FÍSICO e INTELECTUAL, às RAZÕES, COMPOSIÇÃO e FUNÇÃO, do CORPO, dos SENTIDOS e dos SENTIMENTOS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA face ao CONHECIMENTO PLANETÁRIO NATURAL, às RAZÕES, COMPOSIÇÃO e FUNÇÃO do CORPO, SENTIDOS e SENTIMENTOS e da RELAÇÃO e INTERDEPENDÊNCIA face ao HOMEM e às MATERIAIS PRIMAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES HUMANAS;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL que PRIVILEGIEM a FAMÍLIA, a

PAZ, o CONHECIMENTO e o ENTRETENIMENTO como BASE de todo um EQUILÍBRIO EMOCIONAL;

- j) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR, as RELAÇÕES HUMANAS de UNIDADE, IDENTIDADE e RESPONSABILIDADE entre os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as RELAÇÕES HUMANAS INTERNACIONAIS, com todos os POVOS do GLOBO TERRESTRE, SALVAGUARDANDO a SOBERANIA do REINO de PORTUGAL e os INTERESSES HUMANOS PORTUGUESES;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de todo o CIDADÃO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a UNIDADE, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, entre os ÓRGÃOS de SOBERANIA ESTATAIS PORTUGUESES, LEGISLATIVOS, JURÍDICOS, SOCIAIS, NOTARIAIS, FISCAIS, da PREVENÇÃO, da SEGURANÇA e da ORDEM;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os MEIOS e as CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma EDUCAÇÃO FÍSICA e DESPORTIVA PRESENTE, CONTINUA e EFECTIVA;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os MEIOS e as CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE CULTURAL PRESENTE, CONTINUA e EFECTIVA;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os MEIOS e as CONDIÇÕES MÉDICAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS, à PREVENÇÃO, CUIDADOS, TRATAMENTOS e REABILITAÇÃO dos CIDADÃOS;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os MEIOS e as CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à PRIMAZIA no REINO de PORTUGAL dos VALORES e PRINCÍPIOS da INSTITUIÇÃO FAMÍLIA;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma DIETA GASTRONÓMICA MULTIFACETADA e DIVERSIFICADA aos BENS ALIMENTARES CONSTANTES da RIQUEZA PRODUTIVA PORTUGUESA, IMPERIAL PORTUGUESA e MUNDIAL.

TÍTULO TERCEIRO – ORGANIZAÇÃO CULTURAL.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

1 – A ORGANIZAÇÃO CULTURAL, assenta nos SEGUINTE PRINCÍPIOS:

a) PLANEAMENTO MONÁRQUICO do DESENVOLVIMENTO CULTURAL, face à AFIRMAÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS CARACTERÍSTICOS de todo um SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGUÊS, na ACÇÃO e MOVIMENTO de todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) CONSERVAR, PRESERVAR e INOVAR a BASE de toda uma IDENTIDADE PRÓPRIA PORTUGUESA, ECONÓMICA, HUMANA e

CULTURAL, que DEFINA a RAZÃO do SENTIDO, HONRA e MARCA PORTUGAL e que se NOTABILIZE e DISTINGA no MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS;

c) COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO das ARTES CULTURAIS PORTUGUESAS, que ENOBRECEM com LUZ, COR, VIDA MAGIA e MELODIA, a IDENTIDADE do NOBRE POVO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no ESPAÇO MUNDIAL;

d) COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO dos CAVALEIROS do REINO de PORTUGAL, de todos os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS em cada uma ARTE BASTONÁRIA, que pela sua ACÇÃO e MOVIMENTO INOVADOR, proporcionam o DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

e) PROTEGER e PRESERVAR a ESSÊNCIA SECRETA dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS em USO no CICLO de REALIZAÇÃO LABORAL, de MODO e FORMA a SALVAGUARDAR o PROGREDIR, PROSSEGUIR e EXISTIR PORTUGUÊS;

f) PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS das COMISSÕES de PROFISSIONAIS, das ORGANIZAÇÕES PATRONAIS REPRESENTATIVAS dos SECTORES ECONOMICOS e das ASSOCIAÇÕES de CARÁCTER CULTURAL na DEFINIÇÃO das PRINCIPAIS MEDIDAS CULTURAIS.

ARTIGO SEGUNDO – INCUMBÊNCIAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO.

1 – Ao ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, INCUMBE como PRIORIDADES no ÂMBITO da ACÇÃO CULTURAL:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o PROGRESSIVO e EFECTIVO DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e TRAÇOS CULTURAIS, ECONÓMICOS e HUMANOS do REINO de PORTUGAL nas MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADES de ACÇÕES e MOVIMENTOS LABORAIS, no QUADRO de uma ESTRATÉGIA de DESENVOLVIMENTO CULTURAL SUSTENTÁVEL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR os INSTRUMENTOS JURÍDICOS e TÉCNICOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao PLANEAMENTO MONÁRQUICO do DESENVOLVIMENTO CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, uma ORIENTAÇÃO de INVESTIGAÇÃO, ESTUDO e CIÊNCIA de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO CULTURAL PORTUGUÊS, ECONÓMICO e HUMANO, potenciador do REENCONTRO com a IDENTIDADE, RESPEITO e RESPONSABILIDADE dos USOS e COSTUMES PRÓPRIOS TRADICIONAIS do NOBRE POVO PORTUGUÊS;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma ORIENTAÇÃO das ARTES CULTURAIS, MULTIPLA, DIVERSIFICADA e VARIADA às

ARTES CULTURAIS INTERNACIONAIS, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, RELEVANDO as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS do REINO de PORTUGAL;

- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO dos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL que PRIVILEGIEM o SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGUÊS, na sua MULTIFACETADA TAREFA de COMPREENDER e CORRESPONDER às EXIGÊNCIAS de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR, as RELAÇÕES CULTURAIS de UNIDADE, IDENTIDADE e RESPONSABILIDADE entre os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS, com todos os POVOS do GLOBO TERRESTRE, SALVAGUARDANDO a SOBERANIA do REINO de PORTUGAL e os INTERESSES CULTURAIS PORTUGUESES;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a UNIDADE, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO INSTITUCIONAIS, entre os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS CULTURAIS, da MÚSICA, da DANÇA, da ESCRITA, do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, das ARTES BELAS e do CINEMA e da FOTOGRAFIA;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR os MEIOS e as CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e INOVAÇÃO CULTURAL do DOM e APTIDÕES FÍSICAS e INTELECTUAIS de cada um CIDADÃO.

TÍTULO QUARTO – PLANOS DE DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO E FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS E CULTURAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DOS PLANOS.

1 – Os PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS têm por OBJECTIVO:

- a) PROMOVER o CRESCIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, HARMONIOSO, PLENO e INTEGRADO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e de toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO, em termos de ESPAÇO MUNICIPAL, CONCELHIO, REGIONAL e NACIONAL, GARANTINDO e ASSEGURANDO a JUSTA, EQUITATIVA e EFECTIVA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO do PRODUTO NACIONAL;
- b) UNIR, COORDENAR e ORIENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, à ACÇÃO e MOVIMENTO HUMANO e CULTURAL;
- c) RESPONSABILIZAR todos os AGENTES ECONÓMICOS face à DEFESA do MUNDO RURAL, à PRESERVAÇÃO do EQUILÍBRIO ECOLÓGICO, à CONSERVAÇÃO do MEIO AMBIENTE e à PROTECÇÃO da QUALIDADE de VIDA do NOBRE POVO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS.

1 – Os PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS PORTUGUESES, são PROJECTADOS e ELABORADOS em HARMONIA e CONSONÂNCIA com as DELIBERAÇÕES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, MUNICIPAIS, CONCELHIOS, REGIONAIS e NACIONAIS.

2 – Os PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS PORTUGUESES, são AVALIZADOS no ÂMBITO e TERMOS da sua POTENCIAL VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e EXECUÇÃO pela DELIBERAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA EXECUTIVOS SECTORIAIS, CONCELHIOS, REGIONAIS e NACIONAIS.

3 – Os PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS PORTUGUESES, são APROVADOS e FISCALIZADOS no ÂMBITO e TERMOS da sua CORRECTA, EFICIENTE e EFICAZ REALIZAÇÃO pela DELIBERAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCALIZADORES BASTONÁRIOS, CONCELHIOS, REGIONAIS e NACIONAIS.

4 – Os PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS PORTUGUESES, poderão INTEGRAR PROGRAMAS ESPECÍFICOS de NATUREZA SECTORIAL.

5 – As PROPOSTAS de LEI das OPÇÕES do PLANO são ACOMPANHADAS, por ACTO NORMATIVO CORRESPONDENTE a cada ÓRGÃO de SOBERANIA, CONSTANDO o RELATÓRIO devidamente FUNDAMENTADO.

6 – A EXECUÇÃO dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS PORTUGUESES, é DESCENTRALIZADA em termos CONCELHIOS e REGIONAIS e COMPETE aos SECTORES de ACTIVIDADE MEDIANTE CONCURSO REAL ESTATAL.

7 – A FISCALIZAÇÃO dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS PORTUGUESES, é DESCENTRALIZADA em termos CONCELHIOS e REGIONAIS e COMPETE às ARTES BASTONÁRIAS, em todas as FASES TEMPORAIS da sua EXECUÇÃO.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO DOS PLANOS.

1 – Os PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL, obedecem às seguintes FASES PROCESSUAIS:

1 – FORMULAÇÃO DOS PLANOS.

A FORMULAÇÃO dos planos é EFECTUADA por SUAS MAJESTADES tendo como BASE a UNIDADE e EQUIDADE de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL, pelos PRESIDENTES das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, tendo como BASE as NECESSIDADES PREMENTES da POPULAÇÃO de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO e pelos MINISTROS das ASSEMBLEIAS REAIS de CADA UM SECTOR MINISTERIAL, tendo como BASE a CAPACIDADE PRODUTIVA dos SECTORES de ACTIVIDADE respectivos, que remetem às ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS ENVOLTOS da sua APRECIÇÃO.

2 – APRECIÇÃO DOS PLANOS.

A APRECIÇÃO dos PLANOS é EFECTUADA em termos da sua VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e EXECUÇÃO pelas ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS ENVOLTOS da MATÉRIA da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, que DEVOLVEM às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, sempre que não se POTENCIEM os CRITÉRIOS ELEMENTARES da sua APRECIÇÃO ou quando os mesmos CRITÉRIOS AFIRMEM a COMPETÊNCIA EXIGIDA à sua EXECUÇÃO, definem sempre que existirem os CONDICIONALISMOS de toda a sua EXECUÇÃO, MATERIAIS, MÉTODOS, TÉCNICAS, TECNOLOGIAS e ARTES BASTONÁRIAS ENVOLTAS da sua EXECUÇÃO, bem como os PRAZOS respectivos da sua EXECUÇÃO e remetem às ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS ENVOLTAS do EXERCÍCIO da sua EXECUÇÃO.

3 – APROVAÇÃO DOS PLANOS.

A APROVAÇÃO dos PLANOS é EFECTUADA após a APRECIÇÃO POSITIVA dos mesmos pelas ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS ENVOLTAS da EXECUÇÃO dos PLANOS, tendo PRESENTE o NÚMERO de PROFISSIONAIS da ARTE BASTONÁRIA em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, a CAPACIDADE e COMPETÊNCIA PRODUTIVA respectiva e a QUALIDADE dos BENS ou SERVIÇOS a REALIZAR, que DEVOLVEM às ASSEMBLEIAS REAIS do SECTOR MINISTERIAL donde EMANOU a APRECIÇÃO, para que PROCESSE o CADERNO de ENCARGOS.

4 – CADERNO DE ENCARGOS.

COMPETE às ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS ENVOLTOS da EXECUÇÃO dos PLANOS após a APROVAÇÃO dos mesmos, a REALIZAÇÃO do CADERNO de ENCARGOS respectivos de cada um PLANO de forma a remeter a SUAS MAJESTADES para que INSTITUAM o CONCURSO REAL ESTATAL respectivo do PLANO.

5 – CONCURSO REAL ESTATAL.

COMPETE a SUAS MAJESTADES com base no CADERNO de ENCARGOS dos SECTORES MINISTERIAIS ENVOLTOS da EXECUÇÃO dos PLANOS, após a REUNIÃO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO da VIABILIDADE FINANCEIRA a INSTITUIÇÃO dos CONCURSOS REAIS ESTATAIS referentes aos

PLANOS e DEFINIR com BASE nas ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS dos SECTORES MINISTERIAIS respectivos os PRAZOS de DURAÇÃO dos mesmos.

6 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS.

As CANDIDATURAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS à EXECUÇÃO dos PLANOS serão APRESENTADAS nas ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS da ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO respectiva da EXECUÇÃO dos PLANOS, sendo AVALIZADOS respectivamente e remetidos à APRECIACÃO das ARTES BASTONÁRIAS da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO ENVOLTAS da sua EXECUÇÃO que CREDENCIARAM as CANDIDATURAS em termos da sua VIABILIDADE, devolvendo às respectivas ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, para que remetam aos respectivos DUQUES para que ELEGAM o SECTOR de ACTIVIDADE SELECIONADO para a EXECUÇÃO dos PLANOS.

7 – ELEIÇÃO DAS CANDIDATURAS.

COMPETE aos DUQUES a SELECÇÃO do SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO ENVOLTO da EXECUÇÃO dos PLANOS, tendo como BASE sempre que presente os CUSTOS da EXECUÇÃO dos PLANOS, a DURABILIDADE, FLEXIBILIDADE e RESISTÊNCIA dos MATERIAIS e a QUALIDADE, COMODIDADE e CONFORTO dos BENS ou SERVIÇOS a EMPREENDER, remetendo a SUAS MAJESTADES devidamente fundamentado para que se processe à PUBLICAÇÃO dos RESULTADOS dos CONCURSOS REAIS ESTATAIS.

8 – PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS CONCURSOS REAIS ESTATAIS.

COMPETE a SUAS MAJESTADES, após REUNIÃO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO a PUBLICAÇÃO e DIVULGAÇÃO dos RESULTADOS dos CONCURSOS REAIS ESTATAIS relativos aos PLANOS, devidamente fundamentados.

9 – PERÍODO DE CONTESTAÇÃO DOS RESULTADOS.

Serão estabelecidos QUINZE DIAS para que os CANDIDATOS ENVOLTOS da EXECUÇÃO do PLANO se manifestem relativamente a quaisquer CONCURSO REAL ESTATAL e POTENCIEM um PERÍODO de QUINZE DIAS de ANALISE PROFUNDA sobre os CONDICIONALISMOS da mesma CONTESTAÇÃO, podendo o mesmo ser REVOGADO.

10 – ACTO SOLENE DE FUNDAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS.

COMPETE aos ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS, aos DUQUES dos respectivos DUCADOS e sempre que possível aos PRESIDENTES, MINISTROS e BASTONÁRIOS da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO o ACTO SOLENE de FUNDAÇÃO da EXECUÇÃO dos PLANOS e a respectiva COMUNICAÇÃO aos MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL.

11 – APRECIACÃO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS.

COMPETE às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS e às ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS respectivos de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO dos PLANOS a APRECIACÃO da sua EXECUÇÃO.

12 – FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS.

COMPETE às ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS a FISCALIZAÇÃO da EXECUÇÃO dos PLANOS, tendo como BASE o RIGOROSO, PRECISO e EXACTO CUMPRIR do CADERNO de ENCARGOS CONTRATADO.

13 – INAUGURAÇÃO DOS PLANOS REALIZADOS.

COMPETE aos ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS, aos DUQUES, aos PRESIDENTES, MINISTROS e BASTONÁRIOS respectivos de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO dos PLANOS a INAUGURAÇÃO dos mesmos, podendo constar MEMBROS da FAMÍLIA REAL PORTUGUESA e MEMBROS LEGISLATIVOS HIERARQUICAMENTE SUPERIORES.

14 – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS PLANOS.

COMPETE aos ÓRGÃOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL a COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO de todo o DECURSO dos PLANOS, bem como a COMPETÊNCIA de PROMOVER a RAZÃO, RESPONSABILIDADE e a FUNÇÃO dos mesmos a CUMPRIR e a INCENTIVAR ao seu USUFRUTO pelos AGENTES ECONÓMICOS.

15 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RESTAURO.

COMPETE sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO à ADMINISTRAÇÃO que GERE os PROJECTOS REALIZADOS, a MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO e RESTAURO dos mesmos.

ARTIGO QUARTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

1 – O SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, é o ORGÃO DELIBERATIVO da ACÇÃO e MOVIMENTO dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS, de APROVAÇÃO dos BALANÇOS e ORÇAMENTOS do REINO de PORTUGAL, de APROVAÇÃO da CRIAÇÃO de IMPOSTOS, TAXAS e CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRA a favor das ENTIDADES PÚBLICAS, de APROVAÇÃO dos ACTOS que envolvam AUMENTO ou DIMINUIÇÃO das RECEITAS ou da DESPESA PÚBLICA, de APROVAÇÃO da CONTRACÇÃO e da CONCESSÃO de EMPRÉSTIMOS, bem como da REALIZAÇÃO de OPERAÇÕES de CRÉDITO, definindo as respectivas CONDIÇÕES GERAIS e o ÓRGÃO que estabelece o LIMITE MÁXIMO de AVALES a conceder em cada ANO, sendo PRESIDIDO por SUA MAJESTADE, por o JUÍZ PRESIDENTE da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS e por o PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL de CONTAS PORTUGUÊS e COMPOSTO por os PRESIDENTES NACIONAIS de cada uma das ÁREAS PRESIDENCIAIS.

2 – O SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, REUNIRÁ no PLENÁRIO da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, definindo a LEI, o MOMENTO, a FORMA e o MODO de ORGANIZAÇÃO e FUNCIONAMENTO.

TÍTULO QUINTO – ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL.

ARTIGO PRIMEIRO – ORÇAMENTO.

1 – O ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL contém a DISCRIMINAÇÃO das PREVISÕES de RECEITAS e DESPESAS do ESTADO PORTUGUÊS, para o ANO SUBSEQUENTE, CLASSIFICADAS e DEFINIDAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ESTATAIS e pelos INSTITUTOS PÚBLICOS, bem como a DISCRIMINAÇÃO dos FUNDOS do ESTADO.

2 – O ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL é ELABORADO em HARMONIA e CONSONÂNCIA com as OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES e DEVERES DECORRENTES da ACÇÃO e MOVIMENTO DIÁRIO ESTATAL dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS ESTATAIS, dos INSTITUTOS PÚBLICOS e dos COMPROMISSOS CONTRATUAIS a CUMPRIR INERENTES às OPÇÕES do ESTADO em MATÉRIA de PLANEAMENTO e INVESTIMENTO a PRODUZIR e a IMPLEMENTAR em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

3 – O ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL é UNITÁRIO e ESPECIFICA com toda a INTEGRIDADE, EXACTIDÃO e CORRECÇÃO as PREVISÕES de RECEITAS e DESPESAS, segundo a respectiva CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA E FUNCIONAL, sendo ESTRUTURADO por RUBRICAS PROGRAMÁTICAS DISCRIMINATIVAS do PLANEAMENTO e do INVESTIMENTO a PRODUZIR, de modo a IMPEDIR a EXISTÊNCIA de DOTAÇÕES e FUNDOS SECRETOS

4 – O ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL PREVÊ as RECEITAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a COBRIR as DESPESAS, DEFININDO a LEI a FORMA e o MODO da sua EXECUÇÃO, as CONDIÇÕES a que deverá OBEDECER o RECURSO ao CRÉDITO PÚBLICO e os CRITÉRIOS que deverão PRESIDIR às ALTERAÇÕES que durante a EXECUÇÃO, poderão ser INTRODUZIDAS pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO nas RUBRICAS de CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, no ÂMBITO de cada PROGRAMA ORÇAMENTAL APROVADO, tendo PRESENTE a sua PLENA REALIZAÇÃO.

ARTIGO SEGUNDO – ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO.

1 – O ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL é ELABORADO, ORGANIZADO, VOTADO, APROVADO e EXECUTADO, ANUALMENTE, para o ANO SUBSEQUENTE, no MÊS de NOVEMBRO de cada ANO pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, de ACORDO com a respectiva LEI de ENQUADRAMENTO, que INCLUIRÁ o REGIME ATINENTE à ELABORAÇÃO e EXECUÇÃO dos ORÇAMENTOS dos FUNDOS ESTATAIS.

2 – A PROPOSTA de ORÇAMENTO é ACOMPANHADA de RELATÓRIOS DISCRIMINATIVOS sobre:

a) A PREVISÃO da EVOLUÇÃO e DESENVOLVIMENTO dos PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÓMICOS com INFLUÊNCIA no ORÇAMENTO, bem como da EVOLUÇÃO da MASSA MONETÁRIA e suas CONTRAPARTIDAS;

b) A JUSTIFICAÇÃO das VARIAÇÕES de PREVISÃO das RECEITAS e das DESPESAS relativas ao ORÇAMENTO ANTERIOR;

c) A DÍVIDA PÚBLICA, as OPERAÇÕES de TESOUREARIA e as CONTAS do TESOURO;

d) A SITUAÇÃO dos FUNDOS ESTATAIS;

e) As TRANSFERÊNCIAS de VERBAS ESTATAIS para as REGIÕES ADMINISTRATIVAS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e MUNICÍPIOS;

f) As TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DISCRIMINATIVAS entre PORTUGAL, o IMPÉRIO PORTUGUÊS e o MUNDO, com INCIDÊNCIA na PROPOSTA do ORÇAMENTO;

g) Os BENEFÍCIOS FISCAIS e a ESTIMATIVA da RECEITA CESSANTE.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO.

1 – A EXECUÇÃO do ORÇAMENTO será FISCALIZADA pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e pelo REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, que APRECIARAM e APROVARAM a CONTA GERAL do ESTADO, INCLUÍDO a da SEGURANÇA SOCIAL.

TÍTULO SEXTO – SISTEMA DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES DA PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON:

a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MARÍTIMO, FLUVIAL e LACUSTRE, com base na RAZÃO NATURAL das ESPÉCIES MARINHAS, PRESENTES nas ÁGUAS MARINHAS PORTUGUESAS e INTERNACIONAIS, DEFININDO nos TERMOS da LEI, o TAMANHO e

- as QUANTIDADES do PESCADO ENVOLVIDOS em cada uma ACTIVIDADE ECONÓMICA;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL das ESPÉCIES MARINHAS e a DEFESA e PROTECÇÃO dos CICLOS de REPRODUÇÃO ANIMAIS e VEGETAIS MARINHOS;
 - c) REDIMENSIONAR O ESPAÇO de ACÇÃO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com a QUALIFICAÇÃO dos ESPAÇOS MARINHOS e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
 - d) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e a PRODUTIVIDADE da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR SEGURANÇA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE e CONSERVAÇÃO dos PRODUTOS, a sua EFICIENTE e EFICAZ COMERCIALIZAÇÃO e o PLENO ABASTECIMENTO de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
 - e) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
 - f) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a EXPORTAÇÃO dos EXCEDENTES PRODUTIVOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
 - g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do MUNDO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL do ARMADORES, PESCADORES, TRATADORES e AUXÍLIARES da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON;
 - h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
 - i) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
 - j) DEFENDER, PROTEGER e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON nas suas

RELAÇÕES COMERCIAIS com os DEMAIS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

- k) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR à EXPLORAÇÃO DIRECTA da ESPÉCIES MARINHAS, VEGETAIS e ANIMAIS, o COOPERATIVISMO e o ASSOCIATIVISMO dos ARMADORES, PESCADORES, TRATADORES e AUXÍLIARES da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA de DEFESA e PROTECÇÃO dos RECURSOS HÍDRICOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e QUALIDADE da ÁGUA, face às RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS das ACTIVIDADES da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON de cada uma ESPÉCIE VEGETAL e ANIMAL PREDOMINANTES, bem como uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO das ÁGUAS TERRITORIAIS PORTUGUESAS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE das ESPÉCIES MARINHAS VEGETAIS e ANIMAIS, na DIETA ALIMENTAR das POPULAÇÕES e no CONSUMO DIRECTO dos SECTORES INDUSTRIAIS RESIDENTES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a AQUACULTURA e a PISCICULTURA como forma de PRECAVER a EXTINÇÃO da ESPÉCIES MARINHAS, VEGETAIS e ANIMAIS e colmatar as DEFICIÊNCIAS na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos CICLOS de VIDA MARINHO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, RESSALVANDO o DIREITO de todas as NAÇÕES ao USUFRUTO e EXPLORAÇÃO das ÁGUAS INTERNACIONAIS;
- r) ELIMINAR as FORMAS de PESCA DESTRUÍDORAS dos FUNDOS MARINHOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR FORMAS de RESTITUIÇÃO e REJUVENECIMENTO dos FUNDOS MARINHOS, POTENCIANDO o HABITAT NATURAL das INÚMERAS VARIEDADES de PESCADO e de PLÂNCTON;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a PESCA LITORAL e SUBMARINA;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as FORMAS de DISTRIBUIÇÃO e COMERCIALIZAÇÃO NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao ESCOAMENTO dos PRODUTOS da PESCA, do PESCADO

e do PLÂNCTON, face às NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES PRODUTIVOS;

- v) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON no EXTERIOR;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- z) GARANTIR, ASSEGURAR E FOMENTAR OS INSTRUMENTOS E MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS E EXIGIDOS À CONSTITUIÇÃO E IMPOSIÇÃO DA UNIDADE da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON IMPERIAL PORTUGUÊS, NOS VÁRIOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, de ÂMBITO NACIONAL, de ACORDO com PRINCÍPIOS ESSENCIAIS e ELEMENTARES à VIDA PLANETÁRIA MARINHA, GERADORES da RAZÃO e CUMPRIR dos CICLOS MARINHOS, VEGETAIS e ANIMAIS, dos CONDICIONALISMOS ECOLÓGICOS do ESPAÇO MARINHO e da RESPONSABILIDADE da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e aos COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ALHEIAS.

1 – Nos TERMOS da LEI, o REGIME de EXPLORAÇÃO de EMBARCAÇÕES ALHEIA é o AFORAMENTO, sob a FORMA de RENDA, PARTICIPAÇÃO ou PARCERIA nos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de EXPLORAÇÃO das EMBARCAÇÕES e nos DEVERES RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES à sua RAZÃO e CUMPRIR, sendo REGULADO nos

TERMOS da LEI, de modo e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e PROTECÇÃO da ESTABILIDADE e dos INTERESSES LEGÍTIMOS do ARMADOR.

2 – É PROIBIDO nos TERMOS da LEI o REGIME de COLONO.

ARTIGO TERCEIRO – REDIMENSIONAMENTO DOS SANTUÁRIOS MARINHOS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO dos SANTUÁRIOS MARINHOS, compreende um REJUVENESCIMENTO dos SOLOS MARINHOS da PROPRIEDADE PÚBLICA MARINHA, DEFINIDA em TERMOS da DETENÇÃO dos DIREITOS de EXPLORAÇÃO sobre a PROPRIEDADE e COMPREENDIDA por VIA de LICENÇA SIMBÓLICA, a COBRAR aos ARMADORES das EMBARCAÇÕES, tendo PRESENTE os PERÍODOS de USUFRUTO, a FERTILIDADE dos SOLOS MARINHOS e a QUALIDADES das ESPÉCIES MARINHAS nestes CONSTANTES e a CLASSIFICAÇÃO das ESPÉCIES MARINHAS face à sua INTERVENÇÃO e DESGASTE dos RECURSOS NATURAIS MARINHOS, de FORMA à CONTINUA e PROGRESSIVA REGENERAÇÃO, MELHORAMENTO e APROFUNDAMENTO das CONDIÇÕES NATURAIS dos SANTUÁRIOS MARINHOS, face às EXIGÊNCIAS das ESPÉCIES MARINHAS por estes ABRANGIDOS.

ARTIGO QUARTO – LICENÇAS DE PESCA.

1 – COMPETE ao ESTADO, nos TERMOS da LEI, CONCEDER e ATRIBUIR LICENÇAS de PESCA, ANUAIS, aos ARMADORES RESIDENTES no ESPAÇO TERRITÓRIAL PORTUGUÊS, tendo PRESENTE as DEFICIÊNCIAS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON da VIDA do REINO de PORTUGAL, face ao CONSUMO DIRECTO e INTERMÉDIO das POPULAÇÕES e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, SALVAGUARDANDO a ÉPOCA do DEFESO das VÁRIAS ESPÉCIES MARINHAS e a PROSECUÇÃO, dos CICLOS de REPRODUÇÃO e REGENERAÇÃO, bem como DEFINIR o TAMANHO da MALHA utilizada nas REDES de PESCA e as QUOTAS de PESCADO para cada PERÍODO do ANO.

ARTIGO QUINTO – EMBARCAÇÕES AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO.

1 – As EMBARCAÇÕES ESTAGNADAS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e ao ABANDONO há mais de UM ANO, serão REVISTAS pelo ESTADO nos TERMOS da LEI, de FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR por parte do PROPRIETÁRIO a sua RAZÃO de SER e o seu CUMPRIR da PESCA ou PREVENDO FORMAS de AFORAMENTO COMPATÍVEIS com a DEFESA e PROTECÇÃO dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos seus PROPRIETÁRIOS e dos FUTUROS EXPLORADORES, FOMENTANDO a RENTABILIDADE das mesmas.

2 – As EMBARCAÇÕES de PESCA não REIVINDICADAS há mais de UM ANO em TERMOS da sua PROPRIEDADE, PASSARAM nos TERMOS da LEI, à

POSSE e DETENÇÃO do ESTADO PORTUGUÊS, que ASSEGURARÁ por VIA de FORAL ou de CONCURSO REAL PESQUEIRO o seu AFORAMENTO, DEFININDO a sua RAZÃO e CUMPRIR, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da PESCA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, COMPETE ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE das COOPERATIVAS de CARIZ PESQUEIRO e dos PRODUTOS e SERVIÇOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

- a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e CIENTÍFICA;
- b) A CRIAÇÃO de FORMAS de APOIO à COMERCIALIZAÇÃO a MONTANTE e a JUSANTE da PRODUÇÃO;
- c) O APOIO e a GARANTIA de um SEGURO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON EXEQUIVEL, à COBERTURA de RISCOS RESULTANTES da POLUIÇÃO MARINHA, IMPREVISÍVEIS ou INCONTROLÁVEIS;
- d) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, ARMADORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON;
- e) O APOIO à CONSTITUIÇÃO de COOPERATIVAS PESQUEIRAS de PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO e VENDA;
- f) A CONSTRUÇÃO de INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS PROPÍCIAS a uma MAIOR SEGURANÇA na ACTIVIDADE da PESCA, bem como INFRA-ESTRUTURAS para a VENDA do PESCADO;
- g) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;
- h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;
- i) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos BENS PRODUZIDOS.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS dos PROPRIETÁRIOS, dos ARMADORES, dos TRATADORES e dos PROFISSIONAIS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON.

1 – O SISTEMA da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de PESCADO e do PLÂNCTON INERENTES à ALIMENTAÇÃO dos CIDADÃOS e ao CONSUMO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS DEPENDENTES dos seus BENS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, PLÂNCTON, CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS, MAMÍFEROS e PEIXES.

ARTIGO NONO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma EQUIDADE de INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS e uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

TÍTULO SÉTIMO – SISTEMA DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da PECUÁRIA e dos ANIMAIS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, com base na RAZÃO NATURAL das ESPÉCIES ANIMAIS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e no MUNDO, SALVAGUARDANDO as RAÇAS das ESPÉCIES ANIMAIS com CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos TERRENOS de PASTAGEM e dos RECURSOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS CONSTANTES, POTENCIANDO os CICLOS de VIDA NATURAIS de REPRODUÇÃO das ESPÉCIES ANIMAIS;
- c) REDIMENSIONAR O ESPAÇO de ACÇÃO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com a QUALIFICAÇÃO dos TERRENOS de PASTO e das NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- d) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e a PRODUTIVIDADE da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE e CONSERVAÇÃO dos PRODUTOS, a sua EFICIENTE e EFICAZ COMERCIALIZAÇÃO e o PLENO ABASTECIMENTO a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA da PECUÁRIA e dos ANIMAIS do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- f) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a EXPORTAÇÃO dos EXCEDENTES PRODUTIVOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS

CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;

- g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do MUNDO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROPRIETÁRIOS, dos CRIADORES, TRATADORES e dos PROFISSIONAIS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- j) DEFENDER, PROTEGER e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS nas suas RELAÇÕES COMERCIAIS com os DEMAIS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR à EXPLORAÇÃO DIRECTA das ESPÉCIES ANIMAIS, o COOPERATIVISMO dos CRIADORES e o ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, CRIADORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e QUALIDADE da ÁGUA, face às RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS dos TERRENOS de PASTAGEM e das ESPÉCIES ANIMAIS em CRIAÇÃO, bem como uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da PECUÁRIA e dos ANIMAIS;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE das ESPÉCIES ANIMAIS em CRIAÇÃO, na DIETA ALIMENTAR das POPULAÇÕES e no CONSUMO DIRECTO dos SECTORES INDUSTRIAIS RESIDENTES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a CRIAÇÃO das ESPÉCIES ANIMAIS no seu HABITAT NATURAL CAMPESTRE, como forma de PRECAVER a VIRILIDADE das ESPÉCIES ANIMAIS e SALVAGUARDAR a QUALIDADE e as suas PROPRIEDADES NATURAIS;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA da REPRODUÇÃO dos CICLOS de VIDA

ANIMAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;

- r) ELIMINAR as FORMAS e MÉTODOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, de CRIAÇÃO, TRATAMENTO e ABATE das ESPÉCIES ANIMAIS POTENCIADORAS de MAIOR SOFRIMENTO;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR FORMAS de RESTITUIÇÃO e REJUVENECIMENTO dos TERRENOS de PASTO EMPOBRECIDOS, POTENCIANDO o ALARGAMENTO da ÁREA de ACÇÃO da PECUÁRIA na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESPÉCIES ANIMAIS em CRIAÇÃO;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR as CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS, a um ACOMPANHAMENTO DIÁRIO dos ANIMAIS, em termos VETERINÁRIOS e as CONDIÇÕES HIGIENO-SANITÁRIOS adequadas ao seu ABATE;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as FORMAS de DISTRIBUIÇÃO e COMERCIALIZAÇÃO NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao ESCOAMENTO dos PRODUTOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, face às NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES PRODUTIVOS;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da PECUÁRIA e dos ANIMAIS nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS no EXTERIOR;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS cuja sua RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- z) GARANTIR, ASSEGURAR E FOMENTAR OS INSTRUMENTOS E MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS E EXIGIDOS À CONSTITUIÇÃO E IMPOSIÇÃO DA UNIDADE da PECUÁRIA e dos ANIMAIS IMPERIAL PORTUGUESA, NOS VÁRIOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS de ÂMBITO NACIONAL, PRESERVADORA dos TERRENOS de PASTAGEM e de ACORDO com os PRINCÍPIOS ESSENCIAIS e ELEMENTARES à VIDA PLANETÁRIA,

GERADORES da RAZÃO e CUMPRIR dos CICLOS de VIDA ANIMAIS, dos CONDICIONALISMOS ECOLÓGICOS do ESPAÇO e da RESPONSABILIDADE da PECUÁRIA e dos ANIMAIS face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e dos COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS REBANHOS ALHEIOS.

1 – Nos TERMOS da LEI, o REGIME de EXPLORAÇÃO dos REBANHOS ALHEIOS é o AFORAMENTO, sob a FORMA de RENDA, PARTICIPAÇÃO ou PARCERIA nos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de EXPLORAÇÃO das REBANHOS e nos DEVERES RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES à sua RAZÃO e CUMPRIR, sendo REGULADO nos TERMOS da LEI, de modo e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e PROTECÇÃO da ESTABILIDADE e dos INTERESSES LEGÍTIMOS do CRIADOR.

2 – É PROIBIDO nos TERMOS da LEI o REGIME de COLONO.

ARTIGO TERCEIRO – REDIMENSIONAMENTO DOS TERRENOS DE PASTO COMUNITÁRIOS E DO ESPAÇO DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO dos TERRENOS de PASTO COMUNITÁRIO, compreende a PROPRIEDADE PARTICULAR e a PROPRIEDADE PÚBLICA, sendo esta DEFINIDA em TERMOS da DETENÇÃO dos DIREITOS de EXPLORAÇÃO sobre a PROPRIEDADE e COMPREENDIDA por VIA de LICENÇA SIMBÓLICA, a COBRAR aos CRIADORES dos REBANHOS, tendo PRESENTE os PERÍODOS de USUFRUTO, a FERTILIDADE dos SOLOS e a QUALIDADES das FORRAGENS neste CONSTANTES e a CLASSIFICAÇÃO das ESPÉCIES ANIMAIS face à sua INTERVENÇÃO e DESGASTE dos RECURSOS NATURAIS VEGETAIS, de FORMA à CONTINUA e PROGRESSIVA REGENERAÇÃO, MELHORAMENTO e APROFUNDAMENTO das CONDIÇÕES NATURAIS dos TERRENOS de PASTO, face às EXIGÊNCIAS das ESPÉCIES ANIMAIS por este ABRANGIDAS.

2 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, VISA a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO, dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, POTENCIANDO uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS GERADOR de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO

dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – VETERINÁRIA E MATADOUROS.

1 – O ESTADO GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e FOMENTARÁ uma UNIDADE e UNIFORMIDADE de ACÇÃO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, tendente a SALVAGUARDAR o CICLO de VIDA das ESPÉCIES ANIMAIS, desde o seu NASCER até ao MOMENTO do seu ABATE e COLOCAÇÃO no MERCADO de CONSUMO, PROPORCIONANDO a CRIAÇÃO de UNIDADES de SAÚDE VETERINÁRIA de forma a ACOMPANHAR, PREVENIR e TRATAR as DOENÇAS ENTOMOLÓGICAS e HELMINTOLÓGICAS ANIMAIS.

2 – O ESTADO GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ E FOMENTARÁ a CRIAÇÃO de UNIDADES de ABATE dos ANIMAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, com as CONDIÇÕES HIGIÉNICO-SANITÁRIAS adequadas ao CONTROLO, DEFESA e PROTECÇÃO da SALUBRIDADE e QUALIDADE dos ANIMAIS no MERCADO de CONSUMO e dos TEMPOS de REPRODUÇÃO dos CICLOS de VIDA ANIMAIS.

ARTIGO QUINTO – CRIAÇÃO DE ANIMAIS CASEIROS.

1 – O ESTADO GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ E PROMOVERÁ, a CRIAÇÃO de ANIMAIS em CATIVEIRO CASEIROS, devendo os mesmos ser REGISTADOS e ACOMPANHADOS pelos SERVIÇOS de VETERINÁRIA e mediante OBEDECER e CUMPRIR as LEIS HIGIÉNICO-SANITÁRIAS e as relativas ao seu ABATE, bem como FOMENTARÁ a CRIAÇÃO de MERCADOS MUNICÍPAIS, para o INCREMENTO das ESPÉCIES ANIMAIS de CRIAÇÃO CASEIROS e dos PRODUTOS destes DERIVADOS no CIRCUITO COMERCIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, COMPETE ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE das COOPERATIVAS de CARIZ PECUÁRIO e dos PRODUTOS e SERVIÇOS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE da PECUÁRIA e dos ANIMAIS COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

- a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e CIENTÍFICA;

b) A CRIAÇÃO de FORMAS de APOIO à COMERCIALIZAÇÃO a MONTANTE e a JUSANTE da PRODUÇÃO;

c) O APOIO e a GARANTIA de um SEGURO PECUÁRIO EXEQUÍVEL, à COBERTURA de RISCOS RESULTANTES das DOENÇAS ENTOMOLOGICAS e HELMINTOLOGICAS, IMPREVISÍVEIS ou INCONTROLÁVEIS e VÍTIMAS de PREDADORES;

d) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, CRIADORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS;

e) O APOIO à CONSTITUIÇÃO de COOPERATIVAS PECUÁRIAS de PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO e VENDA;

f) A CONSTRUÇÃO de INFRA-ESTRUTURAS de ABATE PROPICIAS a uma MAIOR SALUBRIDADE, SEGURANÇA e QUALIDADE da ACTIVIDADE PECUÁRIA;

g) O APOIO VETERINÁRIO à ACÇÃO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS;

h) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

i) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TECNICA e TECNOLÓGICA;

j) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos BENS PRODUZIDOS.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS dos PROPRIETÁRIOS, dos CRIADORES, dos TRATADORES e dos PROFISSIONAIS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS.

1 – O SISTEMA da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES PECUÁRIAS INERENTES à ALIMENTAÇÃO dos CIDADÃOS e ao CONSUMO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS DEPENDENTES dos seus BENS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, OVINOS, CAPRINOS, BOVINOS, GALINÁCEOS, LEPORÍDEOS,

CAVALAR, PORCINOS, AVES, ASSININOS e MUAR, INSECTOS, CANINOS, FELINOS, RÉPTEIS, VERMES e MAMÍFEROS.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da PECUÁRIA e dos ANIMAIS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICO da ÁREA PRESIDENCIAL da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

TÍTULO OITAVO – SISTEMA DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da AGRICULTURA e dos VEGETAIS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, com base na RAZÃO NATURAL dos SOLOS, na sua QUALIFICAÇÃO e RIGOROSO CUMPRIR das ESPÉCIES em CULTIVO, SALVAGUARDANDO as ESPÉCIES NATURAIS VEGETAIS com CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos SOLOS AGRÍCOLAS e dos RECURSOS NATURAIS CONSTANTES, bem como a MANUTENÇÃO da sua CAPACIDADE de REGENERAÇÃO;
- c) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com a QUALIFICAÇÃO dos SOLOS e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- d) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e a PRODUTIVIDADE da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE dos PRODUTOS, a sua EFICIENTE e EFICAZ COMERCIALIZAÇÃO e o PLENO ABASTECIMENTO a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

- e) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA da AGRICULTURA e dos VEGETAIS do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- f) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a EXPORTAÇÃO dos EXCEDENTES PRODUTIVOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do MUNDO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL do CAMPESINATO, dos PROPRIETÁRIOS dos SOLOS AGRÍCOLAS, AGRICULTORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS FUNDIÁRIAS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL, bem como o ACESSO À PROPRIEDADE ou POSSE da TERRA e DEMAIS MEIOS de PRODUÇÃO directamente ENVOLVIDOS na sua EXPLORAÇÃO, por parte de todos os AGENTES que a TRABALHAM;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- j) DEFENDER, PROTEGER e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS nas suas RELAÇÕES COMERCIAIS com os DEMAIS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR à EXPLORAÇÃO DIRECTA da TERRA o COOPERATIVISMO dos AGRICULTORES e o ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, AGRICULTORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e QUALIDADE da ÁGUA, face às RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS de cada uma ESPÉCIE VEGETAL em CULTIVO, bem como uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da AGRICULTURA e dos VEGETAIS;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS

DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;

- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE das ESPÉCIES NATURAIS VEGETAIS em CULTIVO, na DIETA ALIMENTAR das POPULAÇÕES e no CONSUMO DIRECTO dos SECTORES INDUSTRIAIS RESIDENTES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a AGRICULTURA BIOLÓGICA, como forma de PRECAVER a FERTILIDADE dos SOLOS e as PROPRIEDADES NATURAIS das BENS AGRÍCOLAS;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos CICLOS de VIDA REGENERATIVOS VEGETAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- r) ELIMINAR as FORMAS e MÉTODOS de AGRICULTURA e dos VEGETAIS e as ESPÉCIES VEGETAIS DESTRUÍDORAS dos SOLOS TERRENOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR FORMAS de RESTITUIÇÃO e REJUVENECIMENTO dos SOLOS TERRENOS EMPOBRECIDOS, POTENCIANDO o ALARGAMENTO da ÁREA de CULTIVO na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESPÉCIES NATURAIS VEGETAIS em CULTIVO;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as FORMAS de DISTRIBUIÇÃO e COMERCIALIZAÇÃO NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao ESCOAMENTO dos PRODUTOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, face às NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES PRODUTIVOS;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da AGRICULTURA e dos VEGETAIS nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS no EXTERIOR;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS cuja sua RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;

- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da AGRICULTURA e dos VEGETAIS IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO de ORDENAMENTO, RECONVERSÃO AGRÁRIO e de DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, de ACORDO com PRINCÍPIOS ESSENCIAIS e ELEMENTARES à VIDA PLANETÁRIA, GERADORES da RAZÃO e CUMPRIR NATURAL, dos CONDICIONALISMOS ECOLÓGICOS do ESPAÇO e da RESPONSABILIDADE da AGRICULTURA e dos VEGETAIS face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e aos COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO das UNIDADES de EXPLORAÇÃO da AGRICULTURA, compreende o LATIFÚNDIO, MINIFÚNDIO e o QUINTAL, sendo este DEFINIDO com BASE nas DIMENSÕES da PROPRIEDADE, na QUALIDADE e FERTILIDADE dos SOLOS, nas CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS e nas NECESSIDADES POPULACIONAIS e EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL, VISA a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em CONFORMIDADE com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, POTENCIANDO uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, GERADOR de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL, SALVAGUARDANDO as ESPECIDADES e as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada uma ESPÉCIE VEGETAL CULTIVADA.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DE TERRA ALHEIA.

1 – Nos TERMOS da LEI, o REGIME de EXPLORAÇÃO de TERRA ALHEIA é o AFORAMENTO, sob a FORMA de RENDA, PARTICIPAÇÃO ou PARCERIA nos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de EXPLORAÇÃO da PROPRIEDADE e nos DEVERES RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS

INERENTES à sua RAZÃO e CUMPRIR, sendo REGULADO nos TERMOS da LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e PROTECÇÃO da ESTABILIDADE e dos INTERESSES LEGÍTIMOS do CULTIVADOR.

2 – É PROIBIDO nos TERMOS da LEI o REGIME de COLONO.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO AGRÍCOLA AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO.

1 – O ESPAÇO AGRÍCOLA ao ABANDONO há mais de TRÊS ANOS, será REVISTO pelo ESTADO nos TERMOS da LEI, de FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR por parte do PROPRIETÁRIO a sua RAZÃO de SER e o seu CULTIVO ou PREVENDO FORMAS de AFORAMENTO COMPATÍVEIS com a DEFESA e PROTECÇÃO dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos seus PROPRIETÁRIOS e dos FUTUROS CULTIVADORES, FOMENTANDO a RENTABILIDADE do mesmo.

2 – O ESPAÇO AGRÍCOLA não REIVINDICADO há mais de TRÊS ANOS em TERMOS da sua PROPRIEDADE, PASSARÁ nos TERMOS da LEI, à POSSE e DETENÇÃO do ESTADO PORTUGUÊS, que ASSEGURARÁ por VIA de FORAL ou por CONCURSO REAL AGRÍCOLA o seu AFORAMENTO ou a sua ENTREGA aos HERDEIROS LEGÍTIMOS dos PROPRIETÁRIOS LESADOS em todo o ESPAÇO de TEMPO de GOVERNAÇÃO REPUBLICANA, DEFININDO a sua RAZÃO e CUMPRIR, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS AGRÍCOLAS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – IRRIGAÇÃO DOS TERRENOS AGRÍCOLAS.

1 – O ESTADO GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e FOMENTARÁ uma ORIENTAÇÃO PLENA e EQUITATIVA dos RECURSOS HÍDRICOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, de MODO e FORMA a PROMOVER a ABUNDÂNCIA dos RECURSOS HÍDRICOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS às ESPÉCIES VEGETAIS em CULTIVO, CRIANDO DIQUES, BARRAGENS, LAGOS ARTIFÍCIAIS, CANAIS de REGA e SISTEMAS de IRRIGAÇÃO compatíveis com a MÁXIMA ABRANGÊNCIA POSSÍVEL das EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PRESENTES, bem como GARANTIRÁ a DEFESA e PROTECÇÃO da QUALIDADE dos RECURSOS HÍDRICOS em todo o seu CICLO NATURAL.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, COMPETE ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e

PRESENTE das COOPERATIVAS de CARIZ AGRÍCOLA e dos PRODUTOS e SERVIÇOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

- a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e CIENTÍFICA;
- b) A CRIAÇÃO de FORMAS de APOIO à COMERCIALIZAÇÃO a MONTANTE e a JUSANTE da PRODUÇÃO;
- c) O APOIO e a GARANTIA de um SEGURO AGRÍCOLA EXEQUÍVEL, à COBERTURA de RISCOS RESULTANTES dos ACIDENTES CLIMATÉRICOS, FITOPATOLÓGICOS e PRAGAS ENTOMOLÓGICAS e HELMINTOLÓGICAS, IMPREVISÍVEIS ou INCONTROLÁVEIS;
- d) INCENTIVOS e ESTÍMULOS ao ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, AGRICULTORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS;
- e) O APOIO à CONSTITUIÇÃO de COOPERATIVAS AGRÍCOLAS de PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO e VENDA;
- f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;
- g) INCENTIVOS e ESTÍMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;
- h) INCENTIVOS e ESTÍMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos BENS PRODUZIDOS.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS dos PROPRIETÁRIOS, dos AGRICULTORES, TRATADORES e dos PROFISSIONAIS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS.

1 – O SISTEMA da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, INERENTES à ALIMENTAÇÃO dos CIDADÃOS e ao CONSUMO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS DEPENDENTES dos seus BENS, em todo o ESPAÇO

TERRITORIAL PORTUGUÊS, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, HERBÁCEAS, FRUTOS, CEREAIS, FLORES, ERVAS, SOBREIRO, EUCALIPTO, ÁRVORES, ÁRVORE-DA-BORRACHA, OLIVEIRAS, SOLANÁCEAS, VINHA, ESPECIARIAS, SEMENTES, ALGODÃO, LINHO, CÂNHAMO, JUTA, SISAL, BETERRABA, OLEAGINOSAS, CACAU, CAFÉ, CHÁ e BAMBU, VERGA e VIME, PROMOVENDO a SUBSTITUIÇÃO das ESPÉCIES VEGETAIS que colocam em causa o NORMAL e REGULAR estar FÍSICO PLANETÁRIO e as RIQUEZAS dos SOLOS, nomeadamente o EUCALIPTO.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da AGRICULTURA e dos VEGETAIS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

TÍTULO NONO – SISTEMA DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, com base na RAZÃO NATURAL dos SOLOS e dos ELEMENTOS MINERAIS CONSTANTES na sua COMPOSIÇÃO, na QUALIFICAÇÃO, QUANTIFICAÇÃO e RIGOROSO CUMPRIR das MATÉRIAS, SÓLIDAS, LIQUIDAS e GASOSAS, em prol das NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES PRODUTIVOS, SALVAGUARDANDO os COMPOSTOS e os ELEMENTOS MINERAIS com CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos SOLOS e dos RECURSOS NATURAIS CONSTANTES, bem como a MANUTENÇÃO da sua CAPACIDADE de REGENERAÇÃO;
- c) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com a QUALIFICAÇÃO dos SOLOS e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;

- d) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e a PRODUTIVIDADE da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE e PROPRIEDADES dos PRODUTOS, a sua EFICIENTE e EFICAZ COMERCIALIZAÇÃO e o PLENO ABASTECIMENTO de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- f) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a EXPORTAÇÃO dos EXCEDENTES PRODUTIVOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do MUNDO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROPRIETÁRIOS dos SOLOS, EXTRACTORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- j) DEFENDER, PROTEGER e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS nas suas RELAÇÕES COMERCIAIS com os DEMAIS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR à EXPLORAÇÃO DIRECTA dos SOLOS, o COOPERATIVISMO dos EXTRACTORES e o ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS dos SOLOS, EXTRACTORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da EXTRACÇÃO e dos MINERIAS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS;

- n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e a VARIEDADE dos ELEMENTOS MINERAIS EXTRAÍDOS, face à CONSTANTE e PERMANENTE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA no SOLUCIONAR, CONSTITUIR e INSTITUIR FORMAS e MÉTODOS POTENCIADORES de SOLUCIONAR os PROBLEMAS das POPULAÇÕES e SATISFAZER o CONSUMO DIRECTO dos SECTORES de ACTIVIDADE INDUSTRIAIS RESIDENTES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a EXTRACÇÃO em PROFUNDIDADE como forma de PRECAVER a ESTABILIDADE e o MEIO AMBIENTE SUPERFICIAL dos TERRENOS, ELIMINANDO as FORMAS e MÉTODOS de EXTRACÇÃO à SUPERFÍCIE;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos CICLOS de VIDA REGENERATIVOS MINERAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- z) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR por VIA da CIÊNCIA FORMAS de RESTITUIÇÃO e REJUVENECIMENTO dos SOLOS TERRENOS EMPOBRECIDOS e ESGOTADOS, POTENCIANDO o ALARGAMENTO da ÁREA de EXTRACÇÃO na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ELEMENTOS NATURAIS;
- aa) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as FORMAS de DISTRIBUIÇÃO e COMERCIALIZAÇÃO NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao ESCOAMENTO dos PRODUTOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, face às NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES PRODUTIVOS;
- bb) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- cc) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS no EXTERIOR;
- dd) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS cuja sua RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- ee) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à

CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;

- ff) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS de ÂMBITO NACIONAL, de ACORDO com os PRINCÍPIOS ESSENCIAIS e ELEMENTARES à VIDA PLANETÁRIA, GERADORES da RAZÃO e CUMPRIR NATURAL dos ELEMENTOS MINERAIS, dos CONDICIONALISMOS e PROPRIEDADES do ESPAÇO TERRENO e da RESPONSABILIDADE dos ELEMENTOS EXTRAÍDOS, face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e aos COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – PROSPECÇÃO E SONDAGENS.

1 – O ESTADO GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e FOMENTARÁ a PROSPECÇÃO e SONDAGEM de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, de FORMA à QUALIFICAÇÃO dos SOLOS e dos MINERAIS que o COMPÕEM e à VIABILIZAÇÃO dos COMPOSTOS MINERAIS mais ABUNDANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, cujo ESTUDO, PESQUISA e a INVESTIGAÇÃO em prol das RAZÕES, CUMPRIR e FUNÇÃO, COMPORTEM uma Mais-valia e um MAIOR VALOR ACRESCENTADO para a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES PRESENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DE MINAS ALHEIAS.

1 – Nos TERMOS da LEI, o REGIME de EXPLORAÇÃO de MINAS ALHEIAS é o AFORAMENTO, sob a FORMA de RENDA, PARTICIPAÇÃO ou PARCERIA nos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de EXPLORAÇÃO dos SOLOS e nos DEVERES RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES à sua RAZÃO e CUMPRIR, sendo REGULADO nos TERMOS da LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e PROTECÇÃO da ESTABILIDADE e dos INTERESSES LEGÍTIMOS do EXTRACTOR.

2 – É PROIBIDO nos TERMOS da LEI o REGIME de COLONO.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO EXTRACTIVO AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO.

1 – O ESPAÇO EXTRACTIVO ao ABANDONO há mais de UM ANO, será REVISTO pelo ESTADO nos TERMOS da LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR e

ASSEGURAR por parte do PROPRIETÁRIO a sua RAZÃO de SER e a sua EXPLORAÇÃO ou PREVENDO FORMAS de AFORAMENTO COMPATÍVEIS com a DEFESA e PROTECÇÃO dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos seus PROPRIETÁRIOS e dos FUTUROS EXTRACTORES, FOMENTANDO a RENTABILIDADE do mesmo.

2 – O ESPAÇO EXTRACTIVO não REIVINDICADO há mais de TRÊS ANOS em TERMOS da sua PROPRIEDADE, PASSARÁ nos TERMOS da LEI, à POSSE e DETENÇÃO do ESTADO PORTUGUÊS, que ASSEGURARÁ por VIA de FORAL ou por CONCURSO REAL EXTRACTIVO o seu AFORAMENTO ou a sua ENTREGA aos HERDEIROS LEGÍTIMOS dos PROPRIETÁRIOS LESADOS em todo o ESPAÇO de TEMPO de GOVERNAÇÃO REPÚBLICANA, DEFININDO a sua RAZÃO e CUMPRIR, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS EXTRACTIVAS do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, COMPETE ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE das COOPERATIVAS de CARIZ EXTRACTIVO e dos PRODUTOS e SERVIÇOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

- a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e CIENTÍFICA;
- b) A CRIAÇÃO de FORMAS de APOIO à COMERCIALIZAÇÃO a MONTANTE e a JUSANTE da PRODUÇÃO;
- c) O APOIO e a GARANTIA de um SEGURO EXTRACTIVO EXEQUÍVEL, à COBERTURA de RISCOS RESULTANTES dos ACIDENTES no SUBSOLO, IMPREVISÍVEIS ou INCONTROLÁVEIS;
- d) INCENTIVOS e ESTÍMULOS ao ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, EXTRACTORES, TRATADORES e PROFISSIONAIS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS;
- e) O APOIO à CONSTITUIÇÃO de COOPERATIVAS EXTRACTIVAS de PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO e VENDA;
- f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TECNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos BENS PRODUZIDOS.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS dos PROPRIETÁRIOS, dos EXTRACTORES, TRATADORES e dos PROFISSIONAIS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS.

1 – O SISTEMA da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS INERENTES ao CONSUMO dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS DEPENDENTES dos seus BENS, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, AREIAS, TERRAS, METAIS, NÃO-METAIS e SUBMETAIS, CARVÃO, ROCHAS, CRUDE, GÁS, SAL e ÁGUA, PROMOVENDO a SUBSTITUIÇÃO das MATÉRIAS EXTRAÍDAS que colocam em causa o NORMAL e REGULAR ESTAR FÍSICO PLANETÁRIO, nomeadamente o CRUDE.

ARTIGO OITAVO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

TÍTULO DÉCIMO – SISTEMA DA INDÚSTRIA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA INDÚSTRIA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da INDÚSTRIA:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da INDÚSTRIA, com base na RAZÃO NATURAL das MATÉRIAS-PRIMAS, MINERAIS, VEGETAIS, ANIMAIS e INDÚSTRIAS, na INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA e TECNOLÓGICA e na QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS, SALVAGUARDANDO a INTERDEPENDÊNCIA com os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, com os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERNOS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e com os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS IMPERIAIS PORTUGUESES;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS NATURAIS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL, bem como a MANUTENÇÃO da sua CAPACIDADE de REPRODUÇÃO e REGENERAÇÃO;
- c) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da INDÚSTRIA em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, em termos MUNICÍPAIS, CONCELHIOS e REGIONAIS, de ACORDO com as NECESSIDADES PREMENTES de cada um ESPAÇO, tornando POSSÍVEL a UNIFORMIDADE, EQUIDADE e a AUTOSUFICIÊNCIA como ELEMENTO FULCRAL de toda uma UNIDADE e IDENTIDADE de ACÇÃO da INDÚSTRIA;
- d) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e a PRODUTIVIDADE da INDÚSTRIA, dotando-a das ACESSIBILIDADES e INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE dos PRODUTOS, a sua EFICIENTE e EFICAZ COMERCIALIZAÇÃO e o

PLENO ABASTECIMENTO a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

- e) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACCÇÃO e MOVIMENTO da INDÚSTRIA, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA da INDÚSTRIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- f) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a EXPORTAÇÃO dos EXCEDENTES PRODUTIVOS da INDÚSTRIA, como VECTOR ESSENCIAL à INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL da ECONOMIA PORTUGUESA, ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do ESPAÇO da INDÚSTRIA e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROPRIETÁRIOS das INDUSTRIAS, dos INDUSTRIAIS e dos PROFISSIONAIS da INDÚSTRIA;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da INDÚSTRIA PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da INDÚSTRIA com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- j) DEFENDER, PROTEGER e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da INDÚSTRIA nas suas RELAÇÕES COMERCIAIS com os DEMAIS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a EXPLORAÇÃO DIRECTA dos RECURSOS NATURAIS e o ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, INDUSTRIAIS e PROFISSIONAIS da INDÚSTRIA;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADES face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da INDÚSTRIA;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO da ACTIVIDADE da INDÚSTRIA;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da INDÚSTRIA, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de BENS PRODUZIDOS, no CONSUMO DIRECTO e INTERMÉDIO das POPULAÇÕES e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da INDÚSTRIA RESIDENTES;

- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a INDÚSTRIA não POLUENTE do MEIO AMBIENTE e a INDÚSTRIA da RECICLAGEM dos RESÍDUOS, MATÉRIAS e MATERIAIS envolvidos no ACTO da PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO e do CONSUMO, como forma de PRECAVER o MEIO AMBIENTE e a RACIONALIZAÇÃO dos RECURSOS NATURAIS;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da INDÚSTRIA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos CICLOS de VIDA REPRODUTIVOS e REGENERATIVOS NATURAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- r) SUAVIZAR, AMENIZAR e ELIMINAR as FORMAS da INDÚSTRIA de DEVASTAÇÃO MACIÇA dos RECURSOS NATURAIS LIMITADOS e os MODOS e MÉTODOS da INDÚSTRIA de TRANSFORMAÇÃO POTENCIADORES de MAIORES RISCOS para a SAÚDE PÚBLICA e para o MEIO AMBIENTE;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR por VIA da CIÊNCIA, a UTILIZAÇÃO das MATÉRIAS-PRIMAS PREDOMINANTES no PLANETA e POTENCIADORAS de RISCOS e PREJUÍZOS para o MEIO AMBIENTE e as MATÉRIAS-PRIMAS RECICLADAS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as FORMAS de DISTRIBUIÇÃO e COMERCIALIZAÇÃO NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao ESCOAMENTO dos PRODUTOS da INDÚSTRIA, face às NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES PRODUTIVOS;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO da INDÚSTRIA, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE da INDÚSTRIA nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE da INDÚSTRIA no EXTERIOR;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da INDÚSTRIA cuja sua RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da INDÚSTRIA, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da INDÚSTRIA IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da INDÚSTRIA de ÂMBITO NACIONAL, de

ACORDO com PRINCÍPIOS ESSENCIAIS e ELEMENTARES à VIDA PLANETÁRIA, GERADORES da RAZÃO e CUMPRIR dos CICLOS de VIDA NATURAL, MINERAIS, VEGETAIS e ANIMAIS, dos CONDICIONALISMOS ECOLÓGICOS do ESPAÇO e da RESPONSABILIDADE da INDÚSTRIA face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e aos COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO da INDÚSTRIA, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CONSUMIDORES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA INDÚSTRIA.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da INDÚSTRIA, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO da INDÚSTRIA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em CONFORMIDADE com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PRESENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, POTENCIANDO uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da INDÚSTRIA, GERADOR de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS NATURAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA ALHEIOS.

1 – Nos TERMOS da LEI, o REGIME de EXPLORAÇÃO dos MEIOS da INDÚSTRIA ALHEIOS é o AFORAMENTO, sob a FORMA de RENDA, PARTICIPAÇÃO ou PARCERIA nos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de EXPLORAÇÃO das UNIDADES da INDÚSTRIA e nos DEVERES RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES à sua RAZÃO e CUMPRIR, sendo REGULADO nos TERMOS da LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e PROTECÇÃO da ESTABILIDADE e dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos INDUSTRIAIS.

2 – É PROIBIDO nos TERMOS da LEI o REGIME de COLONO.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO DA INDÚSTRIA AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO.

1 – O ESPAÇO da INDÚSTRIA ao ABANDONO há mais de UM ANO, será REVISTO pelo ESTADO nos TERMOS da LEI, face às NECESSIDADES PREMENTES dos PRODUTOS INERENTES à sua LABORAÇÃO na VIDA do REINO de PORTUGAL, de MODO e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR por parte dos PROPRIETÁRIOS a sua RAZÃO de SER e o seu CUMPRIR ou PREVENDO FORMAS de AFORAMENTO COMPATÍVEIS com a DEFESA e PROTECÇÃO dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos seus PROPRIETÁRIOS e dos FUTUROS INDUSTRIAIS, FOMENTANDO a RENTABILIDADE do mesmo.

2 – O ESPAÇO INDUSTRIAL não REIVINDICADO há mais de UM ANO em TERMOS da sua PROPRIEDADE, PASSARÁ nos TERMOS da LEI, à POSSE e DETENÇÃO do ESTADO PORTUGUÊS, que ASSEGURARÁ por VIA de FORAL ou por CONCURSO REAL INDUSTRIAL o seu AFORAMENTO ou a sua ENTREGA aos HERDEIROS LEGÍTIMOS dos PROPRIETÁRIOS LESADOS em todo o ESPAÇO de TEMPO de GOVERNAÇÃO REPÚBLICANA, DEFININDO a sua RAZÃO e CUMPRIR, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da INDÚSTRIA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – O ESTADO GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e FOMENTARÁ as INFRA-ESTRUTURAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ORIENTAÇÃO de ESTUDO, PESQUISA e INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a INCIDIR sobre as MATÉRIAS PLANETÁRIAS, SÓLIDAS, LIQUIDAS e GASOSAS, ANIMAIS e VEGETAIS, PROMOVENDO a CIÊNCIA como RAZÃO, ORIGEM e FORMA de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e da MELHORIA das CONDIÇÕES de VIDA dos CIDADÃOS, bem como DOTARÁ ESSAS INFRA-ESTRUTURAS com os EQUIPAMENTOS, MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS POTENCIADORES do EVOLUIR os MODOS, MÉTODOS, TÉCNICAS e da INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da INDÚSTRIA, COMPETE ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da INDÚSTRIA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da INDÚSTRIA.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE da INDÚSTRIA COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

- a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e CIENTÍFICA;

b) A CRIAÇÃO de FORMAS de APOIO à COMERCIALIZAÇÃO a MONTANTE e a JUSANTE da PRODUÇÃO;

c) O APOIO e a GARANTIA de um SEGURO INDUSTRIAL EXEQUÍVEL, à COBERTURA de RISCOS RESULTANTES do EXERCÍCIO de LABORAÇÃO e dos RISCOS de TRANSPORTE INERENTES à DISTRIBUIÇÃO dos PRODUTOS no MERCADO de CONSUMO, IMPREVISÍVEIS ou INCONTROLÁVEIS;

d) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, INDUSTRIAIS e PROFISSIONAIS da INDÚSTRIA;

e) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

f) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, CONHECIMENTO e à CIÊNCIA, à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos BENS PRODUZIDOS.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA INDÚSTRIA.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da INDÚSTRIA, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS dos PROPRIETÁRIOS, dos INDUSTRIAIS e dos PROFISSIONAIS DA INDÚSTRIA.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA INDÚSTRIA.

1 – O SISTEMA da INDÚSTRIA, é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da INDÚSTRIA INERENTES ao CONSUMO das POPULAÇÕES e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS DEPENDENTES dos seus BENS, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON, DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS, DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS, DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS, ENERGIAS, TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO, ALIMENTAR, VINHO, OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS, SUMOS, REFRIGERANTES, OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, TABACO, TÊXTEIS, CURTUMES, VESTUÁRIO, CALÇADO, MOBILIÁRIO, MADEIRA, CORTIÇA, PASTA DE PAPEL, PAPEL E CARTÃO, EDIÇÃO E REPRODUÇÃO, IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO, QUÍMICA, SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS, PREPARAÇÕES PSICOTRÓPICAS, MEDICAMENTOS, PLÁSTICO, BORRACHA, CRISTALARIA, VIDRO, CERÂMICA, ROCHAS, PEDRAS, METALURGIA,

CIMENTO, BETÃO, ALCATRÃO, CERA, ELÉCTRICO, ELECTRÓNICO, INFORMÁTICO, ÓPTICO, JOALHARIA, OURIVESARIA, RELOJOARIA, BÉLICO, RECICLAGEM E HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E PANIFICAÇÃO.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA INDÚSTRIA.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da INDÚSTRIA PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da INDÚSTRIA, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DO COMÉRCIO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO COMÉRCIO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES do COMÉRCIO:

- a) A CONCORRÊNCIA SALUTAR dos AGENTES MERCANTIS;
- b) A RACIONALIZAÇÃO dos CIRCUITOS de DISTRIBUIÇÃO;
- c) O COMBATE às ACTIVIDADES ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS;
- d) A DEFESA e PROTECÇÃO dos CONSUMIDORES;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, no CIRCUITO COMERCIAL PORTUGUÊS, a INTERDEPENDÊNCIA dos AGENTES MERCANTIS aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, INCREMENTANDO a sua MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de BENS, SERVIÇOS e PREÇOS;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do COMÉRCIO, com BASE nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERNOS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS IMPERIAIS PORTUGUESES;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE do COMÉRCIO, GARANTINDO, ASSEGURANDO e FOMENTANDO o CIRCUITO COMERCIAL, a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE dos BENS e SERVIÇOS e ao PLENO, EFICIENTE e EFICAZ ABASTECIMENTO de todo o REINO de PORTUGAL;

- h) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO do COMÉRCIO de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, MUNICIPAL, CONCELHIO e REGIONAL, de ACORDO com as NECESSIDADES PREMENTES de cada um ESPAÇO, bem como GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do COMÉRCIO, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR as EXPORTAÇÃO dos EXCEDENTES PRODUTIVOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do REINO de PORTUGAL, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO, GARANTINDO e ASSEGURANDO os IMIGRANTES PORTUGUESES RESIDENTES nestes TERRITÓRIOS como AGENTES ECONÓMICOS;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do ESPAÇO do COMÉRCIO e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROPRIETÁRIOS dos ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, dos COMERCIANTES e dos PROFISSIONAIS DO COMÉRCIO;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS do COMÉRCIO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos CICLOS de VIDA REPRODUTIVOS e REGENERATIVOS NATURAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS do COMÉRCIO PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS do COMÉRCIO, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as FORMAS de COMÉRCIO TRADICIONAL PORTUGUÊS DIRECCIONADOS e VOCACIONADOS aos BENS e SERVIÇOS ESPECÍFICOS como BASE de toda uma ACÇÃO CULTURAL e APOIAR o ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, COMERCIANTES e PROFISSIONAIS do COMÉRCIO;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE do COMÉRCIO;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO da ACTIVIDADE do COMÉRCIO;

- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do COMÉRCIO PORTUGUESES, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos BENS, SERVIÇOS e PREÇOS, no CONSUMO DIRECTO e INTERMÉDIO dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, SALVAGUARDANDO A RESISTÊNCIA, FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA e a QUALIDADE, COMODIDADE e o CONFORTO EXIGIDOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO do COMÉRCIO, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES do COMÉRCIO nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE do COMÉRCIO no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS do COMÉRCIO cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE do COMÉRCIO, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE do COMÉRCIO IMPERIAL PORTUGUÊS, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO do COMÉRCIO, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, DIRECCIONADA para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de BENS e SERVIÇOS CONSTANTES dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, IMPERIAIS PORTUGUESES e do MUNDO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO do COMÉRCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO do COMÉRCIO, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CONSUMIDORES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO COMÉRCIO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO do COMÉRCIO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO do COMÉRCIO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em CONFORMIDADE com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, POTENCIANDO uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do COMÉRCIO, GERADOR de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNÍCIPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS NATURAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS SECTORES DE ACTIVIDADE DO COMÉRCIO ALHEIOS.

1 – Nos TERMOS da LEI, o REGIME de EXPLORAÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do COMÉRCIO ALHEIOS é o AFORAMENTO, sob a FORMA de RENDA, PARTICIPAÇÃO ou PARCERIA nos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de EXPLORAÇÃO das UNIDADES do COMÉRCIO e nos DEVERES RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES à sua RAZÃO e CUMPRIR, sendo REGULADO nos TERMOS da LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a DEFESA e PROTECÇÃO da ESTABILIDADE e dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos COMERCIANTES.

2 – É PROIBIDO nos TERMOS da LEI o REGIME de COLONO.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO DO COMÉRCIO AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO.

1 – O ESPAÇO do COMÉRCIO ao ABANDONO há mais de UM ANO, será REVISTO pelo ESTADO nos TERMOS da LEI, face às NECESSIDADES dos SERVIÇOS do COMÉRCIO PREMENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, de MODO e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR por parte do PROPRIETÁRIO a sua RAZÃO de SER e o seu CUMPRIR ou PREVENDO FORMAS de AFORAMENTO COMPATÍVEIS com a DEFESA e PROTECÇÃO dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos seus PROPRIETÁRIOS e dos FUTUROS COMERCIANTES, FOMENTANDO a RENTABILIDADE do mesmo.

2 – O ESPAÇO COMERCIAL não REIVINDICADO há mais de UM ANO em TERMOS da sua PROPRIEDADE, PASSARÁ nos TERMOS da LEI, à POSSE e DETENÇÃO do ESTADO PORTUGUÊS, que ASSEGURARÁ por VIA de FORAL ou por CONCURSO REAL COMERCIAL o seu AFORAMENTO ou a sua ENTREGA aos

HERDEIROS LEGÍTIMOS dos PROPRIETÁRIOS LESADOS em todo o ESPAÇO de TEMPO de GOVERNAÇÃO REPÚBLICANA, DEFININDO a sua RAZÃO e CUMPRIR, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS do COMÉRCIO do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – ARMAZENISTAS E DISTRIBUIÇÃO.

1 – O ESTADO GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma REDE de ACESSIBILIDADES, RODOVIÁRIAS, FERROVIÁRIAS, MARINHAS e AÉREAS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ORIENTAÇÃO PLENA de UNIDADE entre os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS de ARMAZENAMENTO e de DISTRIBUIÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, de MODO e FORMA a uma MAIOR RACIONALIZAÇÃO dos CIRCUITOS COMERCIAIS e a uma MAXIMA COMPETITIVIDADE EXIGIDA face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do COMÉRCIO EXTERIORES ao NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO do COMÉRCIO, COMPETE ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do COMÉRCIO, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS do COMÉRCIO.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e o APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do COMÉRCIO COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

- a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e CIENTÍFICA;
- b) A CRIAÇÃO de FORMAS de APOIO e AUXÍLIO à DISTRIBUIÇÃO e ARMAZENAMENTO dos BENS COMERCIALIZADOS;
- c) O APOIO e a GARANTIA de um SEGURO COMERCIAL EXEQUÍVEL, à COBERTURA de RISCOS RESULTANTES dos SERVIÇOS PRESTADOS no EXERCÍCIO da ACTIVIDADE do COMÉRCIO e dos RISCOS de TRANSPORTE INERENTES à DISTRIBUIÇÃO dos PRODUTOS no MERCADO de CONSUMO, IMPREVISÍVEIS ou INCONTROLÁVEIS;
- d) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO dos PROPRIETÁRIOS, COMERCIANTES e PROFISSIONAIS do COMÉRCIO;
- e) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;
- f) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos BENS PRODUZIDOS e SERVIÇOS PRESTADOS.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO COMÉRCIO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES do COMÉRCIO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO das ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS dos PROPRIETÁRIOS, dos COMERCIANTES e dos PROFISSIONAIS do COMÉRCIO.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DO COMÉRCIO.

1 – O SISTEMA do COMÉRCIO, é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES do COMÉRCIO INERENTES ao CONSUMO dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS DEPENDENTES dos seus BENS e SERVIÇOS, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON, DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS, DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS, DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS, INDÚSTRIA, MUSEUS, BELEZA, FEIRAS POPULARES E PARQUES DE DIVERSÃO, EVENTOS COMERCIAIS, COMÉRCIO, FINANÇAS, ENERGIAS, TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, SOCIAL, NOTARIAL, FISCAL, LEGISLATIVO, JURÍDICO, PREVENÇÃO, SEGURANÇA, ORDEM, COMUNICAÇÃO, MÚSICA, DANÇA, ESCRITA, ARTES BELAS, TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA, CINEMA E FOTOGRAFIA, DESPORTO, JOGO, HUMANO, NATURAL, UNIVERSAL e RELIGIÃO.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO COMÉRCIO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS do COMÉRCIO PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do COMÉRCIO, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – SISTEMA DAS FINANÇAS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS FINANÇAS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES das FINANÇAS:

- a) A CONCORRÊNCIA SALUTAR dos AGENTES FINANCEIROS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) O COMBATE às ACTIVIDADES das FINANÇAS ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS FINANCEIROS FRAUDULENTOS;
- c) A DEFESA, PROTECÇÃO e SEGURANÇA das POUPANÇAS e INVESTIMENTOS dos CONSUMIDORES;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e CONGREGAR nos AGENTES FINANCEIROS PRESENTES na VIDA do REINO, todos os RECURSOS MONETÁRIOS, dos AGENTES ECONÓMICOS RESIDENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- e) GARANTIR e ASSEGURAR por parte do REAL BANCO de PORTUGAL, o CONHECIMENTO de todas as TRANSACÇÕES e MOVIMENTOS FINANCEIROS envolvidos na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS das FINANÇAS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL, PROMOVENDO a sua RENTABILIZAÇÃO DIÁRIA, CONSTANTE e PERMANENTE;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o CIRCUITO FINANCEIRO PORTUGUÊS, a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICIPAL, CONCELHIO e REGIONAL, com BASE na INTERDEPENDÊNCIA dos AGENTES FINANCEIROS com os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o APOIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO das FINANÇAS aos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, com BASE na RESPONSABILIDADE, VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos PROJECTOS a REALIZAR, em prol do REINO de PORTUGAL e dos COMPROMISSOS com o EXTERIOR;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e FORTALECER o VALOR da MOEDA PORTUGUESA, face à INTERDEPENDÊNCIA com o MERCADO INTERNACIONAL;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RENTABILIZAÇÃO das POUPANÇAS e dos INVESTIMENTOS FINANCEIROS, dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO das TROCAS FINANCEIRAS entre os AGENTES ECONÓMICOS do REINO de PORTUGAL e os AGENTES ECONÓMICOS EXTERIORES;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a CORRECTA DEFESA e PROTECÇÃO do MERCADO BOLSISTA;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO SEGURADORA como FORMA de DEFENDER e PROTEGER as ACÇÕES PERPETRADAS pelos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de PRODUTOS e SERVIÇOS

FINANCEIROS adaptados à REALIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do REINO de PORTUGAL;

- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE das FINANÇAS em toda a sua ACÇÃO;
- p) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE das FINANÇAS, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE e SEGURANÇA dos PRODUTOS e SERVIÇOS e o PLENO, EFICIENTE e EFICAZ ABASTECIMENTO de todo o REINO de PORTUGAL;
- q) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO das FINANÇAS de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, MUNICIPAL, CONCELHIO e REGIONAL, de ACORDO com as NECESSIDADES PREMENTES de cada um ESPAÇO, bem como GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das FINANÇAS, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- r) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das FINANÇAS do REINO de PORTUGAL no EXTERIOR, PROMOVENDO os PRODUTOS FINANCEIROS PORTUGUESES nos MERCADOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO, GARANTINDO e ASSEGURANDO a DEFESA e PROTECÇÃO das POUPANÇAS, INVESTIMENTO e SEGURANÇA dos IMIGRANTES PORTUGUESES RESIDENTES nestes TERRITÓRIOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO das FINANÇAS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS das FINANÇAS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS das FINANÇAS PORTUGUESAS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS das FINANÇAS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das FINANÇAS DIRECCIONADO e VOCACIONADO aos PRODUTOS e SERVIÇOS ESPECÍFICOS de SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e

APOIAR o ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES FINANCEIRAS e dos PROFISSIONAIS das FINANÇAS;

- x) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO das FINANÇAS;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES das FINANÇAS;
- z) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das FINANÇAS PORTUGUESES, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- aa) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO das FINANÇAS, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES das FINANÇAS nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- bb) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE das FINANÇAS no EXTERIOR;
- cc) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, o REAL BANCO de PORTUGAL na sua ELEMENTAR e FUNDAMENTAL, RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES FINANCEIRAS dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, APOIANDO as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- dd) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE das FINANÇAS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES PARTICULARES das FINANÇAS PORTUGUESES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- ee) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE MONETÁRIA IMPERIAL PORTUGUESA e dos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE das FINANÇAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO das FINANÇAS, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, DIRECCIONADA para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de PRODUTOS e SERVIÇOS CONSTANTES dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, IMPERIAIS PORTUGUESES e do MUNDO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO das FINANÇAS, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CONSUMIDORES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS FINANÇAS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO das FINANÇAS, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das FINANÇAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO das FINANÇAS gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS das FINANÇAS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DAS FINANÇAS.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS das FINANÇAS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das FINANÇAS, INSTITUI o REAL BANCO DE PORTUGAL e uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS, como PRINCÍPIO MOTOR de todo um SER, ESTAR e EXISTIR FINANCEIRO PORTUGUÊS, bem como IMPÕE a MARCA, REFERÊNCIA e a PREFERÊNCIA FINANCEIRA na DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO das POUPANÇAS, INVESTIMENTOS e dos SEGUROS inerentes à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES ECONÓMICOS.

ARTIGO QUARTO – MOEDA.

1 – A MOEDA da QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, em RECIPROCIDADE de AFIRMAÇÃO dos POVOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, será o REAL, que será TRANSACCIONADA por VIA de CARTÃO de DÉBITO e de CRÉDITO e de TRANSFERÊNCIA, EXISTINDO apenas e só como MOEDA METAL e PAPEL-MOEDA para NUMISMATAS.

ARTIGO QUINTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo

dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das FORMAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS FINANCEIROS, pelo que a EVOLUÇÃO da MOEDA, se POTENCIARÁ no FUTURO para o FIM dos CARTÕES como MOEDA de TROCA das TRANSACÇÕES FINANCEIRAS a OPERAR e para o INÍCIO da MÃO como MARCA HUMANA a EXISTIR no MERCADO de CONSUMO na TRANSACÇÃO e AQUISIÇÃO dos BENS e SERVIÇOS inerentes à SATISFAÇÃO da CONDIÇÃO HUMANA.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS.

1 – A todos os RESPONSÁVEIS das FINANÇAS cujo ABUSO de CONFIANÇA e de PODER INSTITUI, a DESCONFIANÇA, SUSPEITAS e o INCUMPRIMENTO em ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS de PRÁTICAS FINANCEIRAS LESIVAS para os DEPOSITANTES e INVESTIDORES, serão EXIGIDAS RESPONSABILIDADES, INDEMNIZAÇÕES e a sua PUNIÇÃO respectiva pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

ARTIGO SÉTIMO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO das FINANÇAS, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das FINANÇAS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua AUTO-SUFICIÊNCIA FINANCEIRA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das FINANÇAS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das FINANÇAS COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO FINANCEIRA a OPERAR;

c) A GARANTIA da PRESENÇA da TOTALIDADE dos CAPITAIS FINANCEIROS em CIRCULAÇÃO em todo o momento e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, nas INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS presentes no TERRITÓRIO;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos AGENTES ECONÓMICOS dos SEGUROS OBRIGATÓRIOS no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das FINANÇAS e dos PROFISSIONAIS das FINANÇAS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS FINANCEIROS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES das FINANÇAS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS FINANCEIROS FRAUDULENTOS.

ARTIGO OITAVO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS FINANÇAS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES das FINANÇAS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos CONDES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e dos PROFISSIONAIS das FINANÇAS.

ARTIGO NONO – SISTEMA DAS FINANÇAS.

1 – O SISTEMA das FINANÇAS é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR e ASSEGURAR a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA, FORMAÇÃO, CAPTAÇÃO e SEGURANÇA das POUPANÇAS, dos SEGUROS e dos INVESTIMENTOS de CAPITAIS dos AGENTES ECONÓMICOS, bem como a APLICAÇÃO dos MEIOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao DESENVOLVIMENTO, POGRESSO e FUTURO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL, na sua MULTILICIDADE, DIVERSIDADE E VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, BANCÁRIO, OBRIGAÇÕES, CERTIFICADOS, ACCÇÕES, EMPRÉSTIMOS, FUNDOS, TÍTULOS, SEGUROS, CÂMBIO, BENS DE FORTUNA E REAL BANCO DE PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO – REAL BANCO DE PORTUGAL.

1 – O REAL BANCO de PORTUGAL, é o BANCO SUPREMO do REINO de PORTUGAL e EXERCE as suas FUNÇÕES nos TERMOS da LEI e das NORMAS INTERNACIONAIS a que o ESTADO PORTUGUÊS se VINCULE, tendo como FUNÇÕES PRIMORDIAIS o CONTROLO de toda a ACCÇÃO e MOVIMENTO FINANCEIRO e SEGURADOR da VIDA do REINO de PORTUGAL.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – SISTEMA DAS ENERGIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS ENERGIAS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES das ENERGIAS:

- a) A CONCORRÊNCIA SALUTAR dos AGENTES ENERGÉTICOS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) O COMBATE às ACTIVIDADES das ENERGIAS IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS ENERGÉTICOS, POTENCIADORES de MAIORES RISCOS para a SEGURANÇA dos CONSUMIDORES e PROPÍCIOS a um MAIOR DESGASTE para o PLANETA TERRA;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS ENERGÉTICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR as FORMAS de ENERGIA RENOVÁVEIS, como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO ENERGÉTICA da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o CIRCUITO ENERGÉTICO na sua PLENITUDE a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES das ENERGIAS dos CIDADÃOS, SECTORES de ACTIVIDADE e INSTITUIÇÕES PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de PRODUTOS e SERVIÇOS ENERGÉTICOS adaptados à REALIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do REINO de PORTUGAL;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE das ENERGIAS em toda a sua ACÇÃO;
- h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE ENERGÉTICA, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE e SEGURANÇA dos PRODUTOS e SERVIÇOS e o PLENO, EFICIENTE e EFICAZ ABASTECIMENTO de todo o REINO de PORTUGAL;
- i) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO das ENERGIAS de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, de ACORDO com as FONTES ENERGÉTICAS PRESENTES e as NECESSIDADES PREMENTES de cada um ESPAÇO, bem como GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das ENERGIAS, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as

NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

- j) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das ENERGIAS do REINO de PORTUGAL no EXTERIOR, PROMOVENDO os PRODUTOS ENERGÉTICOS PORTUGUESES nos MERCADOS INTERNACIONAIS, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO, GARANTINDO e ASSEGURANDO a DEFESA e PROTECÇÃO das NECESSIDADES ENERGÉTICAS dos IMIGRANTES PORTUGUESES RESIDENTES nestes TERRITÓRIOS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO das ENERGIAS e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS das ENERGIAS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS das ENERGIAS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS das ENERGIAS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- n) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS DAS ENERGIAS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das ENERGIAS DIRECCIONADO e VOCACIONADO aos PRODUTOS e SERVIÇOS ESPECÍFICOS de SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e APOIAR o ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES das ENERGIAS e dos PROFISSIONAIS das ENERGIAS;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO das ENERGIAS;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES das ENERGIAS;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ENERGIAS PORTUGUESES, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda

uma INOVAÇÃO das ENERGIAS, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES das ENERGIAS nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ENERGIAS no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ENERGIAS na sua ELEMENTAR e IMPRESCINDÍVEL RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES ENERGÉTICAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, APOIANDO as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE das ENERGIAS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES PARTICULARES das ENERGIAS PORTUGUESES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE das ENERGIAS IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO das ENERGIAS, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, DIRECCIONADA para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de PRODUTOS e SERVIÇOS CONSTANTES dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, IMPERIAIS PORTUGUESES e do MUNDO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO das ENERGIAS, face à DEFESA e PROTECCÃO dos DIREITOS dos CONSUMIDORES e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS ENERGIAS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO das ENERGIAS, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ENERGIAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO das ENERGIAS gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA,

RIGOROSA e CORRECTA REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS ENERGÉTICOS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DAS ENERGIAS.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS das ENERGIAS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das ENERGIAS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e PREFERÊNCIA para cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS, como PRINCÍPIO MOTOR da QUALIDADE, COMODIDADE e CONFORTO, da SEGURANÇA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO das FONTES ENERGÉTICAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS em uso, pelo que a EVOLUÇÃO das FONTES ENERGÉTICAS, se POTENCIARÁ para o FIM das ENERGIAS FÓSSEIS em VIAS da sua total EXTINÇÃO e das ENERGIAS de RISCO GEOTÉRMICA ARTIFICIAL e NUCLEAR e para o INÍCIO das ENERGIAS RENOVÁVEIS, como sendo o SOL, GÁS, ELÉCTRICO, EÓLICO, MARÍTIMO, a ATMOSFERA em todo o seu ESTADO e COMPOSIÇÃO, nomeadamente a HUMIDADE, a CHUVA e a NEVE, tendo presente os ELEMENTOS NOCIVOS a ELIMINAR, bem como a ÁGUA MARÍTIMA, FLUVIAL e LACUSTRE e o PRÓPRIO MOVIMENTO de ROTAÇÃO do PLANETA TERRA.

ARTIGO QUINTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO das ENERGIAS, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ENERGIAS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua AUTO-SUFICIÊNCIA ENERGÉTICA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das ENERGIAS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ENERGIAS COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO ENERGÉTICA a OPERAR;

c) A GARANTIA de um MERCADO de CONSUMO ENERGÉTICO INTERNO, NUMEROSO, PRESENTE e VASTO à REALIDADE POPULACIONAL presente em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO da DIVERSIDADE das FONTES de ENERGIA a todos os AGENTES ECONÓMICOS no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das ENERGIAS e dos PROFISSIONAIS das ENERGIAS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das ENERGIAS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES das ENERGIAS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, aos PRODUTOS e SERVIÇOS das ENERGIAS FRAUDULENTOS, bem como aos ACTOS IRREGULARES e ILEGAIS de APROPRIAÇÃO e USO dos BENS e PRODUTOS de PROPRIEDADE PRIVADA.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS ENERGIAS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES das ENERGIAS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos BARÕES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS e dos PROFISSIONAIS das ENERGIAS.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA DAS ENERGIAS.

1 – O SISTEMA das ENERGIAS é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES ENERGÉTICAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADES ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e

EXISTIR, SOLAR, GASOSA, ELÉCTRICA, ATMOSFÉRICA, EÓLICA, MARÍTIMA, PETROLÍFERA, GEOTÉRMICA, CARVÃO, NUCLEAR e BIOMASSA, e a PROMOVER a SUBSTITUIÇÃO das FORMAS ENERGÉTICAS que COLOCAM em CAUSA o NORMAL e REGULAR ESTAR FÍSICO PLANETÁRIO, PETROLÍFERO, GEOTÉRMICO ARTIFICIAL, CARVÃO e NUCLEAR.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – SISTEMA DOS TRANSPORTES.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DOS TRANSPORTES.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES dos TRANSPORTES:

- a) A CONCORRÊNCIA SALUTAR dos AGENTES dos TRANSPORTES presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) O COMBATE às ACTIVIDADES dos TRANSPORTES ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos SERVIÇOS dos TRANSPORTES de CIDADÃOS, BENS e MERCADORIAS, POTENCIADORES de MAIORES RISCOS para a SEGURANÇA dos CONSUMIDORES e PROPÍCIOS a uma MAIOR POLUIÇÃO AMBIENTAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS dos TRANSPORTES CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os TRANSPORTES COLECTIVOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO dos TRANSPORTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os MEIOS de TRANSPORTES UTILIZADORES de COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o CIRCUITO dos TRANSPORTES na sua PLENITUDE a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos TRANSPORTES dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de SERVIÇOS dos TRANSPORTES adaptados à REALIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do REINO de PORTUGAL;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE dos TRANSPORTES em toda a sua ACÇÃO;

- i) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE dos TRANSPORTES, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE e SEGURANÇA dos SERVIÇOS e o PLENO, EFICIENTE e EFICAZ ABASTECIMENTO de todo o REINO de PORTUGAL;
- j) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO dos TRANSPORTES de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, de ACORDO com as NECESSIDADES PREMENTES de cada um ESPAÇO, bem como GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO dos TRANSPORTES, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS POPULACIONAIS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- k) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a ACÇÃO e MOVIMENTO dos TRANSPORTES do REINO de PORTUGAL no EXTERIOR, PROMOVENDO os SERVIÇOS dos TRANSPORTES PORTUGUESES nos MERCADOS INTERNACIONAIS, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO, GARANTINDO e ASSEGURANDO a DEFESA e PROTECÇÃO das NECESSIDADES dos TRANSPORTES dos IMIGRANTES PORTUGUESES RESIDENTES nestes TERRITÓRIOS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO dos TRANSPORTES e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS dos TRANSPORTES;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS dos TRANSPORTES IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS dos TRANSPORTES PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- o) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUITADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS dos TRANSPORTES, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;

- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO dos TRANSPORTES DIRECCIONADO e VOCACIONADO aos SERVIÇOS ESPECÍFICOS de SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e APOIAR o ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES dos TRANSPORTES e dos TRABALHADORES dos TRANSPORTES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO dos TRANSPORTES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES dos TRANSPORTES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES PORTUGUESES, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO dos TRANSPORTES, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES dos TRANSPORTES nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES no EXTERIOR;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES na sua ELEMENTAR e IMPRESCINDÍVEL RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos TRANSPORTES dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, APOIANDO as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES PARTICULARES dos TRANSPORTES PORTUGUESES nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;

- x) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE dos TRANSPORTES IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO dos TRANSPORTES, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, DIRECCIONADA para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de SERVIÇOS CONSTANTES dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, IMPERIAIS PORTUGUESES e do MUNDO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO dos TRANSPORTES, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CONSUMIDORES e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DOS TRANSPORTES.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO dos TRANSPORTES, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO dos TRANSPORTES gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS dos TRANSPORTES, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DOS TRANSPORTES.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS DOS TRANSPORTES PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO dos TRANSPORTES, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e PREFERÊNCIA para cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES de PESSOAS, BENS e MERCADORIAS, como PRINCÍPIO MOTOR da QUALIDADE, COMODIDADE e CONFORTO, da SEGURANÇA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – INSPECÇÃO.

1 – A INSPECÇÃO pela GUARDA REAL PORTUGUESA de todos os MEIOS de TRANSPORTE, é um ACTO OBRIGATÓRIO em cada um ANO de EXERCÍCIO, tendente a QUALIFICAR, REFORÇAR e ELEVAR a QUALIDADE, SEGURANÇA e a COMODIDADE do PARQUE RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO, AÉREO e MARINHO nos SERVIÇOS PRESTADOS aos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – TRANSPORTES COLECTIVOS.

1 – Na QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, a PREVALÊNCIA da DEFINIÇÃO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO dos TRANSPORTES, TERRESTRE, AÉREO e MARINHO, INCIDE no USO dos MEIOS de TRANSPORTE COLECTIVOS vinte e quatro horas por DIA, em DETRIMENTO dos TRANSPORTES INDIVIDUAIS, potenciando POUPANÇA, RAPIDEZ e SEGURANÇA aos AGENTES ECONÓMICOS, dando PRIMAZIA aos MEIOS de TRANSPORTES movidos a ENERGIAS RENOVÁVEIS, não POLUENTES do MEIO AMBIENTE.

ARTIGO SEXTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de TRANSPORTES necessário a toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO de PESSOAS, BENS e MERCADORIAS, pelo que a EVOLUÇÃO das FONTES ENERGÉTICAS, a EXIGÊNCIA de uma MAIOR RAPIDEZ de CIRCULAÇÃO, de uma cada VEZ MAIOR SEGURANÇA, de uma sempre PREOCUPAÇÃO ECONÓMICA e de um MERCADO dia a dia MAIOR, POTENCIARÁ o ABRANDAMENTO do USO de TRANSPORTES INDIVIDUAIS e o INÍCIO da UTILIZAÇÃO dos MEIOS de TRANSPORTES COLECTIVOS, adaptados à REALIDADE de toda uma SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos AGENTES ECONÓMICOS na VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO SÉTIMO – PASSAGEIROS DOS TRANSPORTES DE PORTUGAL.

1 – Os PASSAGEIROS dos MEIOS de CIRCULAÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES PORTUGUESES, serão DETENTORES do CARTÃO de ACESSO MENSAL aos MEIOS e SERVIÇOS CORRESPONDENTES ao ACORDO ESTABELECIDO.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO dos TRANSPORTES, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua AUTO-SUFICIÊNCIA dos TRANSPORTES, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS dos TRANSPORTES.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS dos TRANSPORTES COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO dos TRANSPORTES a OPERAR;

c) A GARANTIA de um MERCADO de CONSUMO dos TRANSPORTES INTERNO, NUMEROSO, PRESENTE e VASTO à REALIDADE POPULACIONAL presente em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO da DIVERSIDADE dos MEIOS dos TRANSPORTES a todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTÍMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES dos TRANSPORTES e dos PROFISSIONAIS dos TRANSPORTES;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTÍMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTÍMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS dos TRANSPORTES;

i) O COMBATE às ACTIVIDADES dos TRANSPORTES, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos SERVIÇOS dos TRANSPORTES FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DOS TRANSPORTES.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES dos TRANSPORTES, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos MERCADORES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES e dos PROFISSIONAIS dos TRANSPORTES.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DOS TRANSPORTES.

1 – O SISTEMA dos TRANSPORTES é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos TRANSPORTES dos PASSAGEIROS, BENS e MERCADORIAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADES ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, AÉREOS, MARINHOS, FERROVIÁRIOS, AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS, VELOCÍPEDES, TELEFÉRICOS e ASCENSORES, ESPECIAIS, TRADICIONAIS, ANIMAIS e ESPACIAIS.

TÍTULO DÉCIMO QUINTO – SISTEMA DA CONSTRUÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da CONSTRUÇÃO:

- a) A CONCORRÊNCIA SALUTAR dos AGENTES da CONSTRUÇÃO presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) O COMBATE às ACTIVIDADES de CONSTRUÇÃO ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos IMOVÉIS e SERVIÇOS da CONSTRUÇÃO, POTENCIADORES de MAIORES RISCOS para a SEGURANÇA dos CONSUMIDORES e PROPÍCIOS a uma MAIOR DEGRADAÇÃO do MEIO AMBIENTE;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS da CONSTRUÇÃO CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os MINERAIS mais ABUNDANTES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e no PLANETA TERRA e as MATÉRIAS RECICLÁVEIS, como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO da CONSTRUÇÃO da VIDA do REINO de PORTUGAL, tendo PRESENTE, a RIGOROSA e CORRECTA ANÁLISE da DURABILIDADE, FLEXIBILIDADE e RESISTÊNCIA dos MATERIAIS;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a REABILITAÇÃO, VALORIZAÇÃO e RENTABILIDADE do PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO HISTÓRICO PORTUGUÊS, presente no

TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO;

- f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ENRIQUECIMENTO e o ENOBRECIMENTO do PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO PORTUGUÊS, das CIDADES, VILAS e ALDEIAS, com BASE no REQUINTE, ENCANTO e COR dos VÁRIOS ESTILOS ARQUITECTÓNICOS e nos ORNAMENTOS a estes INERENTES;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a REABILITAÇÃO de todo o PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO PORTUGUÊS, nas CIDADES, VILAS e ALDEIAS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o CIRCUITO da CONSTRUÇÃO na sua PLENITUDE a todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES INFRA-ESTRUTURAIS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da CONSTRUÇÃO, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de PRODUTOS e SERVIÇOS adaptados à REALIDADE das NECESSIDADES PREMENTES do REINO de PORTUGAL;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE da CONSTRUÇÃO em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;
- k) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE da CONSTRUÇÃO, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE, a GARANTIR e ASSEGURAR a QUALIDADE e SEGURANÇA dos PRODUTOS e SERVIÇOS e o PLENO, EFICIENTE e EFICAZ ABASTECIMENTO de todo o REINO de PORTUGAL;
- l) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da CONSTRUÇÃO de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, de ACORDO com as NECESSIDADES PREMENTES de cada um ESPAÇO, bem como GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da CONSTRUÇÃO, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e as EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- m) FOMENTAR, INCREMENTAR e REFORÇAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da CONSTRUÇÃO do REINO de PORTUGAL no EXTERIOR, PROMOVENDO os PRODUTOS e SERVIÇOS da CONSTRUÇÃO PORTUGUESES nos MERCADOS INTERNACIONAIS, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO

PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO, GARANTINDO e ASSEGURANDO a DEFESA e PROTECÇÃO das NECESSIDADES IMOBILIÁRIAS dos IMIGRANTES PORTUGUESES RESIDENTES nestes TERRITÓRIOS;

- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO da CONSTRUÇÃO e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da CONSTRUÇÃO;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da CONSTRUÇÃO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da CONSTRUÇÃO PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- q) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da CONSTRUÇÃO, com os DEMAIS TPROFISSIONAIS;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da CONSTRUÇÃO DIRECCIONADO e VOCACIONADO aos PRODUTOS e SERVIÇOS ESPECÍFICOS de SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e APOIAR o ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES da CONSTRUÇÃO e dos TRABALHADORES da CONSTRUÇÃO;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da CONSTRUÇÃO;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da CONSTRUÇÃO;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER, a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da CONSTRUÇÃO PORTUGUESES, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO da CONSTRUÇÃO, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO,

- PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da CONSTRUÇÃO nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da CONSTRUÇÃO no EXTERIOR;
 - x) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, os SECTORES de ACTIVIDADE da CONSTRUÇÃO na sua ELEMENTAR e IMPRESCINDÍVEL RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES IMOBILIÁRIAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e na EDIFICAÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS da VIDA do REINO de PORTUGAL, APOIANDO as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
 - y) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da CONSTRUÇÃO, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO dos INTERESSES PARTICULARES da CONSTRUÇÃO PORTUGUESES nas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
 - z) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da CONSTRUÇÃO IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da CONSTRUÇÃO, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, DIRECCIONADA para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de PRODUTOS e SERVIÇOS CONSTANTES dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES, IMPERIAIS PORTUGUESES e do MUNDO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO da CONSTRUÇÃO, face à DEFESA e PROTECCÃO dos DIREITOS dos CONSUMIDORES e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA CONSTRUÇÃO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da CONSTRUÇÃO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO dos SECTORES de ACTIVIDADE da CONSTRUÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da CONSTRUÇÃO gerador de um EQUILÍBRIO

PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da CONSTRUÇÃO, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA CONSTRUÇÃO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da CONSTRUÇÃO PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da CONSTRUÇÃO, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e PREFERÊNCIA para cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da ÁREA PRESIDENCIAL da CONSTRUÇÃO, como PRINCÍPIO MOTOR da QUALIDADE, COMODIDADE e CONFORTO, da SEGURANÇA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – ALVARÁ E INSPECÇÃO.

1 – O ALVARÁ da LICENÇA de CONSTRUÇÃO de todas as INFRA-ESTRUTURAS de CONSTRUÇÃO CIVIL ERGUIDAS e por ERGUER, DELIBERADO pelos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, é um ACTO OBRIGATÓRIO bem como a INSPECÇÃO das CONSTRUÇÕES CIVIS em cada CINCO ANOS de EXERCÍCIO, tendente a QUALIFICAR, REFORÇAR e ELEVAR a QUALIDADE, SEGURANÇA e a COMODIDADE do PARQUE IMOBILIÁRIO nos PRODUTOS e SERVIÇOS PRESTADOS aos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – PARQUE IMOBILIÁRIO.

1 – Na QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, a PREVALÊNCIA da DEFINIÇÃO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO de CONSTRUÇÃO, INCIDE na REQUALIFICAÇÃO de todo o PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO HISTÓRICO, na REABILITAÇÃO das ÁREAS URBANAS, como sendo as ALDEIAS, VILAS e CIDADES e de todos os EDIFÍCIOS PRODUTIVAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS e dos SERVIÇOS inerentes à VIDA do REINO de PORTUGAL, bem como a EDIFICAÇÃO de DUZENTAS e QUARENTA e UMA novas CIDADES, ELEVADAS a MUNICÍPIOS, na QUINTA DINASTIA PORTUGUESA e a CONSTRUÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS AEROPORTUÁRIAS, PORTUÁRIAS, RODOVIÁRIAS e FERROVIÁRIAS a EXISTIR em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, tendo presente a RIQUEZA dos ESTILOS ARQUITECTÓNICOS PRÓPRIOS de toda a HISTÓRIA de SOBERANIA PORTUGUESA.

ARTIGO SEXTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos MATERIAIS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONSTRUÇÃO necessário a toda uma ACCÇÃO e MOVIMENTO de HABITABILIDADE dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, SERVINDO as ACESSIBILIDADES inerentes aos MEIOS de TRANSPORTES EXISTENTES, tendo presente que o DESENVOLVIMENTO da ÁREA CONSTRUÇÃO, se potencia pela MULTIPLICIDADE de TAREFAS a que se OBRIGA na NECESSIDADE e EXIGÊNCIA de todo um EVOLUIR CIVILIZACIONAL, na VARIEDADE de MATÉRIAS-PRIMAS em USO, tendo presente a DURABILIDADE, RESISTÊNCIA e FLEXIBILIDADE dos MATERIAIS, a sua ABUNDÂNCIA no MEIO AMBIENTE e a MOBILIDADE de TRANSPORTE e pelos ESTILOS ARQUITECTÓNICOS CARACTERÍSTICOS de cada uma REGIÃO e NAÇÃO, no TERCEIRO MILÉNIO e face à EROSÃO, à INSTABILIDADE e às CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS do PLANETA TERRA, ao uso dos MATERIAIS em abundância na CROSTA TERRESTRE como a AREIA, potenciando o VIDRO como ELEMENTO PREPONDERANTE nas EDIFICAÇÕES a EMPREENDER e ao uso dos METAIS RECICLADOS como BASE, SUPORTE, COMPLEMENTO, SEGURANÇA e DEFESA, o uso de MADEIRAS, devidamente CONTROLADO, VISTORIADO e FISCALIZADO e ROCHAS ABUNDANTES.

ARTIGO SÉTIMO – BAIRROS SOCIAIS.

1 – Os BAIRROS SOCIAIS LOTADOS, DEGRADADOS e DECADENTES como BASTIÃO ARQUITECTÓNICO do REGIME REPÚBLICANO, serão EXTINTOS no PROCESSO de POVOAMENTO de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da CONSTRUÇÃO, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da CONSTRUÇÃO, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua AUTO-SUFICIÊNCIA da CONSTRUÇÃO, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da CONSTRUÇÃO.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da CONSTRUÇÃO COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da CONSTRUÇÃO a OPERAR;

c) A GARANTIA de um MERCADO de CONSUMO da CONSTRUÇÃO INTERNO, NUMEROSO, PRESENTE e VASTO à REALIDADE POPULACIONAL presente em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO da DIVERSIDADE dos MEIOS da CONSTRUÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da CONSTRUÇÃO e dos PROFISSIONAIS da CONSTRUÇÃO;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da CONSTRUÇÃO;

i) O COMBATE às ACTIVIDADES da CONSTRUÇÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da CONSTRUÇÃO FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA CONSTRUÇÃO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da CONSTRUÇÃO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos BARÕES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL da CONSTRUÇÃO e dos PROFISSIONAIS da CONSTRUÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA CONSTRUÇÃO.

1 – O SISTEMA da CONSTRUÇÃO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da CONSTRUÇÃO dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADES ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, PATRIMÓNIO HISTÓRICO, EDÍFICIOS, PASSEIOS, ESTRADAS, VIAS-FÉRREAS, PONTES, AEROPORTOS, PORTOS, MARINAS E

PAREDÕES, BARRAGENS, DIQUES e CANAIS, TÚNEIS, SANEAMENTO, REDES PLUVIAIS, OLEODUTOS e GASODUTOS.

TÍTULO DÉCIMO SEXTO – SISTEMA FISCAL.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO FISCAL.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES FISCAIS:

a) O JUSTO, RIGOROSO e CORRECTO APURAMENTO das RESPONSABILIDADES FISCAIS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, face aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS a FIRMAR pelo ESTADO na VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) O COMBATE às ACTIVIDADES INDIVIDUAIS e COLECTIVAS ILÍCITAS, IRREGULARES e ILEGAIS;

c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS FISCAIS, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA FISCAL EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO FISCAL de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICIPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES FISCAIS da VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO FISCAL, com BASE e PRINCÍPIO na EXACTIDÃO de IMPOSTOS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS FISCAIS INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE FISCAL em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE FISCAL, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCAIS de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS e do

AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO FISCAL e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS FISCAIS;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS FISCAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS FISCAIS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS FISCAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO dos AGENTES FISCAIS e dos PROFISSIONAIS FISCAIS;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos AGENTES FISCAIS;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO da ACTIVIDADE FISCAL;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO FISCAL, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES FISCAIS nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE FISCAIS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS FISCAIS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;

s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE FISCAL IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO FISCAL, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO do ESTADO das NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a EXACTIDÃO dos IMPOSTOS e SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO FISCAL, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO FISCAL.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO FISCAL, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO FISCAL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO FISCAL gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS FISCAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das FORMAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO FISCAL, pelo que a EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA, a INTRODUÇÃO do REAL como MOEDA da QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, bem como o MODO e a FORMA da sua IMPLANTAÇÃO e TRANSACÇÃO e a REALIDADE das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS em toda a sua INTERDEPENDÊNCIA POTENCIARÁ o CONHECIMENTO INTEGRAL da REALIDADE do REINO de PORTUGAL, face à SITUAÇÃO e CONDIÇÃO

ECONÓMICA, HUMANA e SOCIAL da ACÇÃO e MOVIMENTO de cada um CIDADÃO, ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA e INSTITUIÇÃO, no APURAMENTO da REALIDADE dos RENDIMENTOS AUFERIDOS e dos CUSTOS INERENTES a toda uma PRODUTIVIDADE e RIQUEZA GERADA, RELEVANDO uma MAIOR VERDADE, RIGOR e JUSTIÇA, face à RESPONSABILIDADE, RAZÃO e FUNÇÃO de toda uma EQUIDADE da ÁREA FISCAL em toda a sua INTERVENÇÃO.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO FISCAL, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS FISCAIS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA FISCAL, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS dos AGENTES ECONÓMICOS, face à VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS FISCAIS, na DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO da VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de toda a VIDA GOVERNATIVA do REINO de PORTUGAL.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS FISCAIS COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO FISCAL a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS, face às OBRIGAÇÕES FISCAIS INERENTES à DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO da VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE da VIDA GOVERNATIVA do REINO de PORTUGAL;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO dos RENDIMENTOS AUFERIDOS e dos CUSTOS de PRODUÇÃO INERENTES a toda a ACÇÃO e MOVIMENTO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, face ao RIGOROSO CUMPRIR a EQUIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO FISCAL, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES FISCAIS e dos PROFISSIONAIS FISCAIS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à INGERÊNCIA EXTERNA nas DIRECTRIZES FISCAIS PORTUGUESAS e à DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL, face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS FISCAIS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES FISCAIS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS FISCAIS FRAUDULENTOS.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES FISCAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES FISCAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES FISCAIS.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA FISCAL.

1 – O SISTEMA FISCAL é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das RESPONSABILIDADES, EXIGÊNCIAS e COMPROMISSOS FINANCEIROS do ESTADO PORTUGUÊS e ENTIDADES PÚBLICAS, face à SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO dos INTERESSES LEGÍTIMOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR E EXISTIR, PREDIAL, NATUREZA, COLECTIVO, PROFISSIONAL, SINGULAR, RENDAS, CAPITAL, PENSÕES, TRANSMISSÕES ONEROSAS de IMÓVEIS, INCREMENTOS PATRIMONIAIS, CIENTÍFICO e ARTÍSTICO E ADUANEIRO, GARANTINDO e ASSEGURANDO o FUTURO e uma JUSTA e EQUITATIVA REPARTIÇÃO dos RENDIMENTOS e da RIQUEZA.

2 – Os IMPOSTOS são CRIADOS por LEI, que DETERMINA a INCIDÊNCIA, a TAXA, os BENEFÍCIOS FISCAIS e as GARANTIAS dos CONTRIBUINTES, sendo DIRECCIONADOS e DEFINIDOS com BASE no COLMATAR as DIFICULDADES e DEFICIÊNCIAS ECONÓMICAS e FINANCEIRAS ESPECÍFICAS do ESTADO, face à sua ACÇÃO e INTERVENÇÃO nas ÁREAS LEGISLATIVAS, SECTORES ADMINISTRATIVOS e ARTES PRODUTIVAS CORRESPONDENTES.

3 – Nenhum CIDADÃO, ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, pode ser OBRIGADO a CONTRIBUIR para o ESTADO e a PAGAR

IMPOSTOS, que não HAJAM sido CRIADOS nos TERMOS da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, que tenham NATUREZA RETROACTIVA ou cuja LIQUIDAÇÃO e COBRANÇA se não FAÇAM nos TERMOS da LEI.

ARTIGO SÉTIMO – IMPOSTOS.

1 – Tendo PRESENTE que se IMPÕE e EXIGE uma SÓ LEI a CUMPRIR por todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL em TERMOS FISCAIS, que CONSAGRE a EQUIDADE de todo o CICLO PRODUTIVO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, uma SÓ ORDEM, SENTIDO e JUSTIÇA face aos RENDIMENTOS AUFERIDOS pelos VÁRIOS AGENTES ECONÓMICOS e a mesma RESPONSABILIDADE face ao COLMATAR as DEFICIÊNCIAS FINANCEIRAS do ESTADO na PROSECUÇÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, são CONSTITUÍDOS nos TERMOS da LEI os SEGUINTE IMPOSTOS:

- a) REAL IMPOSTO PREDIAL, a INCIDIR a TAXA de 0,5% sobre o ESPAÇO e a TAXA de 0,5% sobre as INFRA-ESTRUTURAS, REPARTIDO SEMESTRALMENTE, DESTINADO à RECUPERAÇÃO do PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO;
- b) REAL IMPOSTO sobre a NATUREZA, MENSAL, DESTINADO a COBRIR, a POLUIÇÃO, DESGASTE e EXTINÇÃO das ESPÉCIES NATURAIS, SÓLIDAS, LIQUIDAS e GASOSAS, VEGETAIS e ANIMAIS em USO por cada uma ACTIVIDADE PRODUTIVA INDIVIDUAL e COLECTIVA, sendo de 5% dos RENDIMENTOS facturados em cada mês de EXERCÍCIO ECONÓMICO;
- c) REAL IMPOSTO sobre o RENDIMENTO COLECTIVO, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os LUCROS APURADOS de toda e cada uma ACTIVIDADE ECONÓMICA COLECTIVA em EXERCÍCIO, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;
- d) REAL IMPOSTO PROFISSIONAL, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os LUCROS APURADOS de toda e cada uma ACTIVIDADE PRODUTIVA INDIVÍDUAL em EXERCÍCIO, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;
- e) REAL IMPOSTO sobre o RENDIMENTO SINGULAR, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os RENDIMENTOS AUFERIDOS por todo e cada um PROFISSIONAL DEPENDENTE em cada MÊS de EXERCÍCIO, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;
- f) REAL IMPOSTO sobre as RENDAS, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os RENDIMENTOS AUFERIDOS por todo e cada um LOCADOR em cada MÊS de EXERCÍCIO, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;
- g) REAL IMPOSTO sobre as PENSÕES, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os RENDIMENTOS AUFERIDOS por todo e cada um PENSIONISTA em cada MÊS de EXERCÍCIO, DESTINADO ao

EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;

- h) REAL IMPOSTO sobre as TRANSMISSÕES ONEROSAS de IMÓVEIS, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os LUCROS AUFERIDOS por cada um AGENTE ECONÓMICO em cada uma TRANSMISSÃO ONEROSA de IMÓVEIS em cada MÊS de EXERCÍCIO, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;
- i) REAL IMPOSTO sobre os INCREMENTOS PATRIMONIAIS, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os LUCROS AUFERIDOS por cada um AGENTE ECONÓMICO em cada uma OPERAÇÃO de INCREMENTOS PATRIMONIAIS REALIZADA em cada MÊS de EXERCÍCIO, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;
- j) REAL IMPOSTO sobre o CAPITAL, ANUAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre os JUROS e DIVIDENDOS ARRECADOS por cada um INVESTIDOR em cada ANO de EXERCÍCIO, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS;
- k) REAL IMPOSTO CIENTÍFICO e ARTISTICO, MENSAL, a INCIDIR a TAXA de 10% sobre o RENDIMENTO AUFERIDO pelos CIENTISTAS e pelos ARTISTAS, DETENTORES das PATENTES e DIREITOS de AUTOR INSTITUÍDOS em cada MÊS de EXERCÍCIO, DESTINADO a FOMENTAR e PROMOVER o ESTUDO e a INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA e ARTISTICA;
- l) REAL IMPOSTO ADUANEIRO, dos BENS e SERVIÇOS já PRESENTES e em EXERCÍCIO na VIDA do REINO de PORTUGAL, ORIUNDOS de SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES ao NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS e das EXPORTAÇÕES de BENS e SERVIÇOS dos quais PORTUGAL não seja AUTOSUFICIENTE, IMEDIATO, a INCIDIR a TAXA de 33% sobre o VALOR dos BENS e SERVIÇOS TRANSACCIONADOS, DESTINADO ao EXERCÍCIO da FUNÇÃO ESTADO e às OBRIGAÇÕES por este CONSIGNADAS.

2 – O ESTADO COMPROMETE-SE face às EXIGÊNCIAS do EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS a DELIBERAR sobre a ALTERAÇÃO das TAXAS de INCIDÊNCIA dos IMPOSTOS CONSIGNADOS.

TÍTULO DÉCIMO SÉTIMO – SISTEMA DO JOGO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO JOGO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES do JOGO:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do JOGO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE do JOGO, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda

uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES e a PROTECÇÃO e DEFESA das CARACTERISTICAS PRÓPRIAS do REINO de PORTUGAL;

- c) O COMBATE às ACTIVIDADES do JOGO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do JOGO FRAUDULENTOS;
- d) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO do JOGO a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERISTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- e) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE do JOGO, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR MOBILIDADE dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- f) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do JOGO, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do JOGO do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS;
- g) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL e o TURISMO, como VECTOR ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da ÁREA do JOGO e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS do JOGO;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS do JOGO presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL do JOGO, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS do JOGO, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do JOGO e dos PROFISSIONAIS do JOGO;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE, face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO do JOGO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES do JOGO;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do JOGO, face à

CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;

- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos SERVIÇOS do JOGO, face ao CONSUMO DIRECTO dos CIDADÃOS;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS do JOGO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES do JOGO, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE do JOGO no EXTERIOR;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS do JOGO, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES dos CIDADÃOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE do JOGO, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS do JOGO, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR E FOMENTAR, os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE do JOGO IMPERIAL PORTUGUÊS, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO do JOGO, de ÂMBITO NACIONAL, de ACORDO com PRINCÍPIOS ESSENCIAIS e ELEMENTARES às CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e da RAZÃO, RESPONSABILIDADE e CUMPRIR do JOGO, face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e dos COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO JOGO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO do JOGO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do JOGO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO, dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do JOGO gerador de

um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS do JOGO, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO JOGO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da ÁREA DO JOGO PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do JOGO, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e PREFERÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL do JOGO, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma QUALIDADE, COMODIDADE e CONFORTO, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e SORTE, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS.

1 – Tendo presente a REALIDADE da IMPOSIÇÃO do REAL como MOEDA da QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, em RECIPROCIDADE de AFIRMAÇÃO dos POVOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, TRANSACCIONADA por VIA de CARTÃO de DÉBITO e de CRÉDITO e TRANSFERÊNCIA, compete aos SECTORES de ACTIVIDADE da ÁREA do JOGO, a FUNÇÃO e a RESPONSABILIDADE de CONVERTER em TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS as Mais-valias dos INVESTIDORES em cada um momento.

ARTIGO QUINTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS do JOGO, pelo que a EVOLUÇÃO das MODALIDADES DESPORTIVAS e a sua AGREGAÇÃO em FEDERAÇÕES NACIONAIS, bem como o FORTALECIMENTO da INICIATIVA dos INVESTIDORES nos JOGOS ELECTRÓNICOS e TRADICIONAIS, aliado a um PROGRESSIVO implementar da REDE de COMUNICAÇÃO INFORMÁTICA, POTENCIARAM a ELEVAÇÃO das APOSTAS dos INVESTIDORES em PRÁTICAS PRESENTES e de JOGO ONLINE, DIRECCIONADAS às DIFERENTES VALÊNCIAS da ÁREA do JOGO envoltas da REALIDADE sempre PRESENTE da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO SEXTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO do JOGO, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do JOGO, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA do JOGO, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS do JOGO.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do JOGO COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO do JOGO a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e AFORTUNADA em todo o momento e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, de RESPONSABILIDADE, CONSCIÊNCIA e EXCENTRICIDADE;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, dos FACTORES AMBIÇÃO, SORTE e FORTUNA, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do JOGO e dos PROFISSIONAIS do JOGO;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS do JOGO;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES do JOGO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do JOGO FRAUDULENTOS.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO JOGO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES do JOGO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos BARÕES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL do JOGO e dos PROFISSIONAIS da ÁREA JOGO.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DO JOGO.

1 – O SISTEMA DO JOGO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de AMBIÇÃO e INVESTIMENTO na SORTE, dos CIDADÃOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, CASINOS, BINGOS, LOTARIAS, APOSTAS, HIPÓDROMOS, ROLETAS POPULARES, RIFAS e BRINDES.

TÍTULO DÉCIMO OITAVO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da EDUCAÇÃO:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da EDUCAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os CIDADÃOS no CICLO da FASE EDUCATIVA, CUMPRINDO a OBRIGATORIEDADE dos CICLOS EDUCATIVOS MONÁRQUICOS CONSTITUCIONAIS;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da EDUCAÇÃO, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao ÊXITO, REALIZAÇÃO e RENTABILIDADE no CICLO LABORAL do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA de ENSINO com BASE no CONHECIMENTO CIENTÍFICO, HUMANO, NATURAL e UNIVERSAL das MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS ENVOLVENTES, RELEVANDO a IDENTIDADE PRÓPRIA de toda a NOSSA HISTÓRIA e a REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL CONSTITUÍDO;
- d) O COMBATE às ACTIVIDADES da EDUCAÇÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da EDUCAÇÃO FRAUDULENTOS;
- e) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da EDUCAÇÃO a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- f) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e ESTÍMULO da EDUCAÇÃO, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-

ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR MOTIVAÇÃO dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

- g) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da EDUCAÇÃO, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA da EDUCAÇÃO do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- h) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO da EDUCAÇÃO, ESCOLAR e DIDÁCTICO, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da EDUCAÇÃO CONSCIENTE à REALIDADE CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da EDUCAÇÃO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da EDUCAÇÃO presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da EDUCAÇÃO, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da EDUCAÇÃO, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES da EDUCAÇÃO e dos PROFISSIONAIS da EDUCAÇÃO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO, em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE, face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da EDUCAÇÃO;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da EDUCAÇÃO;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos SERVIÇOS EDUCATIVOS, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da EDUCAÇÃO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em

DEFESA do IDIOMA PORTUGUÊS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;

- r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da EDUCAÇÃO, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das IMPERIAIS ESCOLAS do IDIOMA PORTUGUÊS no EXTERIOR;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da EDUCAÇÃO, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma EDUCAÇÃO CONSCIENTE e SUBLIME que qualifique as CAPACIDADES, APTIDÕES e o DOM CRIATIVO de cada CIDADÃO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS e de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de ENSINO, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a um ENSINO SAPIENTE e AUDAZ e à EXTINÇÃO do ABSENTISMO;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a CONJUGAÇÃO da do ENSINO, TEÓRICO, EXPERIMENTAL e PRÁTICO, como base de toda uma QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO e REALIDADE PROFISSIONAL;
- z) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da EDUCAÇÃO IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da EDUCAÇÃO, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na QUALIFICAÇÃO das CAPACIDADES INTELECTUAIS, nas APTIDÕES FÍSICAS e no DOM CRIATIVO de cada um CIDADÃO ao longo do CICLO EDUCATIVO, de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES CIENTÍFICOS, HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL, do CONHECIMENTO RACIONAL e da RAZÃO de SER, ESTAR e EXISTIR da REALEZA PORTUGUESA, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da CIVILIZAÇÃO e DIRECCIONADO para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS LABORAIS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, para as

NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS da EDUCAÇÃO CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da EDUCAÇÃO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da EDUCAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da EDUCAÇÃO gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da EDUCAÇÃO, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA EDUCAÇÃO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da EDUCAÇÃO PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da EDUCAÇÃO, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO e EDUCAÇÃO, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – MANUAIS ESCOLARES.

1 – Os MANUAIS ESCOLARES, serão UNIFORMIZADOS de acordo com as MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS de cada um ano do CICLO EDUCATIVO, com as NECESSIDADES EVOLUTIVAS do CONSCIENTE em cada um ano do CICLO EDUCATIVO e com as EXIGÊNCIAS de CONHECIMENTO a ADQUIRIR por cada um CIDADÃO em todo o CICLO EDUCATIVO, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO FUTURO, do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, sendo ACTUALIZADOS no TEMPO de ACORDO com o EVOLUIR do CONHECIMENTO face às CIÊNCIAS e à REALIDADE CONSTANTE.

ARTIGO QUINTO – TRANSPORTES ESCOLARES.

1 – Os MEIOS de TRANSPORTES ESCOLARES, são OBRIGATÓRIOS para todos os SECTORES de ACTIVIDADE EDUCATIVA, INFANTIL, PRÉ-PRIMÁRIO, PRIMÁRIO e PREPARATÓRIO.

ARTIGO SEXTO – REFEITÓRIO E CANTINAS ESCOLARES.

1 – Os REFEITÓRIOS e as CANTINAS ESCOLARES, são OBRIGATÓRIAS para todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, em todas as FASES do CICLO EDUCATIVO.

ARTIGO SÉTIMO – BIBLIOTECAS.

1 – As BIBLIOTECAS ESCOLARES, devidamente EQUIPADAS com MEIOS INFORMÁTICOS, são OBRIGATÓRIAS para todos os SECTORES de ACTIVIDADE da EDUCAÇÃO, em todas as FASES do CICLO EDUCATIVO.

ARTIGO OITAVO – ATELIER DAS ARTES CULTURAIS.

1 – Os ATELIERs das ARTES CULTURAIS, são OBRIGATÓRIOS para todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, em todas as FASES do CICLO EDUCATIVO.

ARTIGO NONO – PARQUE ESCOLAR DESPORTIVO.

1 – Os PARQUES ESCOLARES DESPORTIVOS, são OBRIGATÓRIOS para todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, em todas as FASES do CICLO EDUCATIVO.

ARTIGO DÉCIMO – LABORATÓRIOS CIENTÍFICOS.

1 – Os LABORATÓRIOS CIENTÍFICOS, são OBRIGATÓRIOS para todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, na FASE do CICLO EDUCATIVO PREPARATÓRIO e SECUNDÁRIO.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSELHO DIRECTIVO.

1 – O CONSELHO DIRECTIVO, é COMPOSTO, pelos REPRESENTANTES da ADMINISTRAÇÃO, dos PROFESSORES, AUXILIARES da EDUCAÇÃO e dos PAIS ACTUANDO de ACORDO com a LEI, tendo como OBJECTIVO APURAR as RESPONSABILIDADE dos ACTOS e ACÇÕES dos AGENTES EDUCATIVOS,

ALUNOS, PAIS, AUXILIARES da EDUCAÇÃO, PROFESSORES e ADMINISTRAÇÃO na sua RAZÃO, FUNÇÃO e IMPORTÂNCIA ELEMENTAR e FUNDAMENTAL face à ACÇÃO e MOVIMENTO EDUCATIVO.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SAÚDE.

1 – Os MATERIAIS, UTENSÍLIOS e INSTRUMENTOS de PRIMEIROS SOCORROS e a QUALIFICAÇÃO de PROFISSIONAIS da EDUCAÇÃO para os ADMINISTRAR, são OBRIGATÓRIOS em todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, em todas as FASES do CICLO EDUCATIVO.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – IMPERIAIS ESCOLAS DO IDIOMA PORTUGUÊS.

1 – As IMPERIAIS ESCOLAS do IDIOMA PORTUGUÊS, serão EDIFICADAS em todos os ESTADOS SOBERANOS do PLANETA TERRA, cuja EXISTÊNCIA, PRESENÇA e RESIDÊNCIA da COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA faça EXISTIR a NECESSIDADE e a EXIGÊNCIA de todo um ALERTA e CONHECIMENTO PROFUNDO, PRESENTE e EFECTIVO do IDIOMA PORTUGUÊS e de toda a IDENTIDADE ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL PRÓPRIA do IMPÉRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CANAL ESCOLA.

1 – O ESTADO PORTUGUÊS, OBRIGA-SE à EXISTÊNCIA do REAL CANAL ESCOLAR, DIRECCIONADO aos DIVERSOS ANOS do CICLO EDUCATIVO, como forma de PREVENIR INTERRUPÇÕES MOMENTÂNEAS e TEMPORÂNEAS EXTRAORDINÁRIAS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS da EDUCAÇÃO, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da EDUCAÇÃO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA da EDUCAÇÃO se POTENCIARÁ para a MÁXIMA QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO e DOUTORAMENTO, nas ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS INERENTES às APTIDÕES FÍSICAS e INTELECTUAIS de

cada um CIDADÃO e às EXIGÊNCIAS de um MERCADO LABORAL PREMENTE das MAIS VALIAS CONSTITUÍDAS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da EDUCAÇÃO, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA da EDUCAÇÃO, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da EDUCAÇÃO.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da EDUCAÇÃO COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da EDUCAÇÃO a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e AMBICIOSA de ESTUDO, INVESTIGAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO, RESPONSABILIDADE e CONSCIÊNCIA dos AGENTES ECONÓMICOS, em todo o momento e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da OBRIGATORIEDADE de todas as FASES do CICLO EDUCATIVO, bem como da QUALIFICAÇÃO e FORMAÇÃO, sempre PRESENTE, CONTINUA e EFECTIVA no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da ÁREA da EDUCAÇÃO e dos PROFISSIONAIS da EDUCAÇÃO;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da EDUCAÇÃO;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da EDUCAÇÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da EDUCAÇÃO FRAUDULENTOS.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA EDUCAÇÃO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da EDUCAÇÃO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos DRUIDAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, dos PEDAGOGOS e dos PROFISSIONAIS da EDUCAÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO.

1 – O SISTEMA da EDUCAÇÃO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de QUALIFICAÇÃO EDUCATIVAS dos CIDADÃOS e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, MATERNO, PRÉ-PRIMÁRIO, PRIMÁRIO, PREPARATÓRIO, SECUNDÁRIO, UNIVERSITÁRIO e MILITAR.

TÍTULO DÉCIMO NONO – SISTEMA DA SAÚDE.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA SAÚDE.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da SAÚDE:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da SAÚDE em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os CIDADÃOS em todas as FASES EVOLUTIVAS do CICLO de VIDA HUMANO, CUMPRINDO a OBRIGATORIEDADE dos CICLOS MÉDICOS de PREVENÇÃO, CUIDADOS INTENSIVOS, TRATAMENTOS e REABILITAÇÃO;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da SAÚDE, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao ÊXITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA da SAÚDE com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, NATURAL e UNIVERSAL das DOENÇAS PATOLÓGICAS e das suas ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e

MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;

- d) O COMBATE às ACTIVIDADES da SAÚDE, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da SAÚDE FRAUDULENTOS;
- e) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da SAÚDE a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- f) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO da SAÚDE, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da SAÚDE, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA da SAÚDE do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- h) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO da SAÚDE, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da SAÚDE CONSCIENTE à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da SAÚDE;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da SAÚDE presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da SAÚDE, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da SAÚDE, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES da SAÚDE e dos PROFISSIONAIS da SAÚDE;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HIDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE, face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da SAÚDE;

- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da SAÚDE;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SAÚDE, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos SERVIÇOS da SAÚDE, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da SAÚDE IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da SAÚDE, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das ESPECIALIDADES MÉDICAS PORTUGUESAS no EXTERIOR;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da SAÚDE, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SAÚDE, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma SAÚDE, CONSCIENTE, RESPLANDESCENTE e TRIUNFANTE;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de SUBSTÂNCIAS, MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS MÉDICAS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma SAÚDE PROFILÁCTICA EFICIENTE e EFICAZ ao APARECIMENTO e DESENVOLVIMENTO das DIFERENTES PATOLOGIAS HUMANAS;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a CONJUGAÇÃO do USO e PRÁTICA da MEDICINA TRADICIONAL com a MEDICINA CIENTÍFICA, como base de toda uma EVOLUÇÃO, CONHECIMENTO e REALIDADE da ACÇÃO da SAÚDE;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e

IMPOSIÇÃO da UNIDADE da SAÚDE IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da SAÚDE, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na PREVENÇÃO, CUIDADOS INTENSIVOS, TRATAMENTOS e REABILITAÇÃO das DIFERENTES PATOLOGIAS ao longo do CICLO de VIDA HUMANO, de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO NATURAL e CIENTÍFICO, HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS da SAÚDE dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS da SAÚDE CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA SAÚDE.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da SAÚDE, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da SAÚDE em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da SAÚDE gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da SAÚDE, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA SAÚDE.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da SAÚDE PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da SAÚDE, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – EPIDEMIAS.

1 – O COMBATE às DOENÇAS EPIDEMIOLÓGICAS, IMPÕE-SE no ESPAÇO delimitado pela sua ORIGEM e CONTACTOS, no TEMPO IMEDIATO ao CONHECIMENTO das suas CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS e RESISTÊNCIA aos ANTIVIRAIS em USO e da sua capacidade de ACTUAÇÃO e PROPAGAÇÃO ao MEIO ENVOLVENTE HUMANO, ANIMAL e VEGETAL, sendo PRECEDIDA no IMEDIATO MOMENTO, por MEDIDAS de QUARENTENA, de FORMA a PREVENIR, PRECAVER e ACAUTELAR o RISCO de CONTÁGIO na ORDEM PÚBLICA e ELIMINAR o VIRUS CESSANTE.

ARTIGO QUINTO – HOSPITAIS VOLANTES.

1 – Os HOSPITAIS VOLANTES, são os MEIOS RODOVIÁRIOS MÓVEIS, de APOIO, ASSISTÊNCIA e AUXILÍO ao EXERCÍCIO da ACÇÃO, MOVIMENTO e FUNÇÃO MÉDICA, COMPOSTO por PROFISSIONAIS da SAÚDE QUALIFICADOS nos PRIMEIROS SOCORROS e nos CUIDADOS PALIATIVOS, sendo OBRIGATÓRIOS em todos os CENTROS de SAÚDE, UNIDADES HOSPITALARES, INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS, AEROPORTUÁRIAS e FERROVIÁRIAS, nas ESTAÇÕES RODOVIÁRIAS do SOL e da LUA e nas ZONAS BALNEÁRES e INTEGRARAM os MEIOS de SOCORRO MÉDICO das EQUIPAS de PROTECÇÃO CIVIL.

ARTIGO SEXTO – REFEITÓRIO E CANTINAS HOSPITALARES.

1 – Os REFEITÓRIOS são OBRIGATÓRIOS para todos os CENTROS de SAÚDE e UNIDADES HOSPITALARES, sendo as CANTINAS OBRIGATÓRIAS em todas as UNIDADES HOSPITALARES.

ARTIGO SÉTIMO – RELIGIÃO.

1 – O APOIO, ASSISTÊNCIA e o CONFORTO RELIGIOSO, nos MOMENTOS DEVIDOS, CONSTITUI um ELEMENTO FUNDAMENTAL, ELEMENTAR e ESSENCIAL dos MEIOS HOSPITALARES no DECURSO de toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO.

ARTIGO OITAVO – ABANDONO DOS PACIENTES NAS UNIDADES HOSPITALARES.

1 – A todos os PACIENTES no qual é DIAGNOSTICADA pelos SERVIÇOS HOSPITALARES ALTA MÉDICA e cujos FAMILIARES se RECUSEM a ACEITAR por MOTIVOS VÁRIOS o seu REGRESSO a CASA, serão REINCAMINHADOS para os CENTROS de ACÇÃO SOCIAL da sua ÁREA de RESIDÊNCIA, onde lhe serão ADMINISTRADOS os CUIDADOS, TRATAMENTOS e o CONFORTO NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO ao DESENVOLVIMENTO do seu CICLO de VIDA HUMANO.

ARTIGO NONO – NEGLIGÊNCIA MÉDICA.

1 – A todos os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS na ÁREA da SAÚDE, lhes é EXIGIDO o MÁXIMO RIGOR, CORRECÇÃO e DEDICAÇÃO à VIDA HUMANA, no EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES, FUNÇÕES e COMPETÊNCIAS, face às OBSERVAÇÕES, ANALISES e PRESCRIÇÕES INERENTES às várias PATOLOGIAS dos PACIENTES, sendo pelos seus ACTOS, ACCÇÕES e PRÁTICAS de NEGLIGÊNCIA MÉDICA, RESPONSABILIZADOS e PUNIDOS de ACORDO com as respectivas CONSEQUÊNCIAS.

ARTIGO DÉCIMO – REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS.

1 – A todos os MEDICAMENTOS NATURAIS e QUÍMICOS ENVOLTOS da ÁREA da SAÚDE, presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, bem como das PRÁTICAS, MODOS e USOS de TERAPEUTICAS PATOLÓGICAS, será EXIGIDO a CERTIFICAÇÃO pelo REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS do COMPROVATIVO da sua RAZÃO, FUNÇÃO e TERAPEUTICA.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EUTANÁSIA.

1 – A EUTANÁSIA, como MEIO de ANTECIPAÇÃO da MORTE de DOENTES INCURÁVEIS e do TERMINO do SOFRIMENTO para os PACIENTES e para os seus FAMILIARES, deverá ser OBSERVADO, ANALISADO e COMUNICADO pelos PACIENTES e pelos seus FAMILIARES ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que REUNIRÁ os BASTONÁRIOS e os ESPECIALISTAS das PATOLOGIAS INERENTES ao PEDIDO SOLICITADO e DELIBERARAM nos casos de EXTREMA INOPERÂNCIA perante a ANALISE CLÍNICA AVALIZADA, em CONFORMIDADE com os INTERESSES do PACIENTE e dos FAMILIARES.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CRENÇAS E SUPERSTIÇÕES.

1 – A todos os CIDADÃOS, é EXIGIDO o RIGOROSO e CORRECTO CUMPRIR, INDEPENDENTEMENTE das CRENÇAS RELIGIOSAS e de quaisquer SUPERTIÇÃO, os CUIDADOS, MÉTODOS e TRATAMENTOS, DELIBERADOS pela OBSERVAÇÃO, ANALISE e CONCLUSÃO dos AGENTES CLÍNICOS, face às respectivas PATOLOGIAS e ao MODO e FORMA de DEFENDER, PROTEGER e SALVAR cada uma VIDA HUMANA.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1 – Os MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL, são AGENTES FUNDAMENTAIS à PUBLICAÇÃO, DIFUSÃO e DIVULGAÇÃO das ORIENTAÇÕES da SAÚDE, face a toda uma PREVENÇÃO, DEFESA e PROTECÇÃO

dos HÁBITOS e MODOS de VIDA SALUTARES do NOBRE POVO PORTUGUÊS, a todo um ALERTAR das PATOLOGIAS, das suas ORIGENS, CAUSAS, SINTOMAS, SINAIS e CONSEQUÊNCIAS INERENTES e face às CAMPANHAS de SOLIDARIEDADE de ACÇÃO MÉDICA, PREMENTES DE NECESSIDADES, EXIGÊNCIAS e DÁDIVAS.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – LINHAS DE APOIO AO PACIENTE.

1 – Os HOSPITAIS de PORTUGAL, possuirão para as QUESTÕES, DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS de SAÚDE dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, uma LINHA TELEFÓNICA e uma LINHA INFORMÁTICA de APOIO ao PACIENTE, VINTE e QUATRO HORAS por DIA, todos os DIAS do ANO.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS da SAÚDE, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da SAÚDE no COMBATE das VÁRIAS PATOLOGIAS, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA da SAÚDE se POTENCIARÁ para a MÁXIMA PREVENÇÃO dos RISCOS de SAÚDE, ALIADOS À ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL, pela PROGRESSIVA COMPETÊNCIA na QUALIFICAÇÃO e FORMAÇÃO dos PROFISSIONAIS da SAÚDE, na sua INCESSANTE TAREFA de PROLONGAR a RESISTÊNCIA HUMANA face às ADVERSIDADES da ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL e PLANETÁRIO e pelo APROFUNDAR o USO de FÁRMACOS, e TRATAMENTOS NATURAIS como RESOLUÇÃO das várias PATOLOGIAS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da SAÚDE, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SAÚDE, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA da SAÚDE, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da SAÚDE.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SAÚDE COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da SAÚDE a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da CONDIÇÃO HUMANA FÍSICA e MENTAL, ALERTADA e ATENTA aos RISCOS, PREVENÇÃO e CUIDADOS MÉDICOS, face à ACÇÃO e MOVIMENTO do REINO de PORTUGAL e do RIGOROSO CUMPRIR os TRATAMENTOS e a REABILITAÇÃO INERENTES a cada uma PATOLOGIA, em todo o momento e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da OBRIGATORIEDADE das MEDIDAS de PREVENÇÃO, DEFESA e SEGURANÇA da SAÚDE em todas as FASES do CICLO EVOLUTIVO HUMANO, bem como da QUALIFICAÇÃO e FORMAÇÃO dos PRIMEIROS SOCORROS no DECURSO do CICLO EDUCATIVO, sempre PRESENTE, CONTINUA e EFECTIVA no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da SAÚDE e dos PROFISSIONAIS da SAÚDE;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da SAÚDE;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da SAÚDE, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da SAÚDE FRAUDULENTOS.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA SAÚDE.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da SAÚDE, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos XAMÃ em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, dos MÉDICOS, CURANDEIROS, ENFERMEIROS, FARMACEUTICOS e AUXILIARES da SAÚDE.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – SISTEMA DA SAÚDE.

1 – O SISTEMA de SAÚDE é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da SAÚDE dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, PREVENÇÃO, CUIDADOS INTENSIVOS, TRATAMENTOS, REABILITAÇÃO e FARMACEUTICO.

TÍTULO VIGÉSIMO – SISTEMA SOCIAL.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO SOCIAL.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES SOCIAIS:

a) O JUSTO, RIGOROSO e CORRECTO APURAMENTO das RESPONSABILIDADES CONTRIBUTIVAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, face aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS SOCIAIS a FIRMAR pelo ESTADO na VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) O COMBATE às ACTIVIDADES INDIVIDUAIS e COLECTIVAS ILÍCITAS, IRREGULARES e ILEGAIS;

c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS SOCIAIS, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA SOCIAL EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES SOCIAIS da VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ACÇÕES e INTERVENÇÕES SOCIAIS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS SOCIAIS INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO das ACTIVIDADES SOCIAIS em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE SOCIAL, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS SOCIAIS de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS e do AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO SOCIAL e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS SOCIAIS;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS SOCIAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS SOCIAIS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS SOCIAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES SOCIAIS e dos PROFISSIONAIS SOCIAIS;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONOMICOS SOCIAIS;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES SOCIAIS;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO SOCIAL, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES SOCIAIS nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE SOCIAL IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO SOCIAL, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO do ESTADO das NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de COMPETÊNCIAS SOCIAIS e SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO SOCIAL, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO SOCIAL.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO SOCIAL, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS SOCIAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO das FORMAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO SOCIAL, pelo que a EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e a INTRODUÇÃO do REAL como MOEDA da QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, bem como o MODO e a FORMA da sua IMPLANTAÇÃO e TRANSACÇÃO, POTENCIARÁ o CONHECIMENTO INTEGRAL da REALIDADE do REINO de PORTUGAL, face à SITUAÇÃO e CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL da ACÇÃO e MOVIMENTO de cada um CIDADÃO e SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, face às

DIFERENTES SITUAÇÕES de CARÊNCIA, INSUFICIÊNCIAS e DIFICULDADES INERENTES à VIDA em SOCIEDADE, RELEVANDO uma MAIOR VERDADE, RIGOR e JUSTIÇA, face à RESPONSABILIDADE, RAZÃO e FUNÇÃO de toda a ÁREA SOCIAL em toda a sua INTERVENÇÃO.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO SOCIAL, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS SOCIAIS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA SOCIAL, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS dos AGENTES ECONÓMICOS, face à VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS SOCIAIS, na DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de todos os CIDADÃOS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS SOCIAIS COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO SOCIAL a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS, face às OBRIGAÇÕES SOCIAIS INERENTES à DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de cada um CIDADÃO, nos DIVERSOS CICLOS de VIDA HUMANO;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO das CARÊNCIAS, INSUFICIÊNCIAS e DIFICULDADES dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, face ao RIGOROSO CUMPRIR de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES SOCIAIS e dos PROFISSIONAIS SOCIAIS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS SOCIAIS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES SOCIAIS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS SOCIAIS FRAUDULENTOS.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES SOCIAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES SOCIAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES SOCIAIS.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA SOCIAL.

1 – O SISTEMA SOCIAL é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES SOCIAIS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, MATERNAL, EDUCAÇÃO, EMPREGO e REFORMA e um CORRECTO, JUSTO e RIGOROSO APURAMENTO das CONTRIBUIÇÕES INERENTES a cada um CIDADÃO, para a sua RESTITUIÇÃO, DEVOLUÇÃO e RECOMPENSA.

2 – As CONTRIBUIÇÕES são CRIADAS por LEI, que DETERMINA a INCIDÊNCIA, a TAXA, os BENEFÍCIOS, as GARANTIAS e o USUFRUTO do CONTRIBUINTE, sendo DIRECCIONADOS e DEFINIDOS com BASE no COLMATAR as DIFICULDADES e DEFICIÊNCIAS ECONÓMICAS e FINANCEIRAS do ESTADO para ASSEGURAR a ESTABILIDADE SOCIAL do CICLO de VIDA de cada um CIDADÃO.

3 – Nenhum CIDADÃO ou SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO, pode ser OBRIGADO a PAGAR CONTRIBUIÇÕES, que não HAJAM sido CRIADAS nos TERMOS da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, que tenham NATUREZA RETROACTIVA ou cuja LIQUIDAÇÃO e COBRANÇA se não façam nos TERMOS da LEI.

ARTIGO SÉTIMO – CONTRIBUIÇÕES.

1 – Tendo PRESENTE que se IMPÕE e EXIGE uma SÓ LEI a CUMPRIR por todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL em TERMOS CONTRIBUTIVOS, que CONSAGRE a EQUIDADE de todo o CICLO PRODUTIVO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, uma SÓ ORDEM, SENTIDO e JUSTIÇA face aos RENDIMENTOS AUFERIDOS pelos CIDADÃOS e a mesma RESPONSABILIDADE face ao COLMATAR as DEFICIÊNCIAS FINANCEIRAS do ESTADO na

PROSECUÇÃO da DEFESA e PROTECÇÃO da VIDA SOCIAL de cada um CIDADÃO, são CONSTITUÍDOS nos TERMOS da LEI as SEGUINTE CONTRIBUIÇÕES:

- a) REAL CONTRIBUIÇÃO SOCIAL para os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS COLECTIVOS, no qual INCIDE a TAXA de 20% sobre a RESPONSABILIDADE CONTRIBUTIVA de cada um PROFISSIONAL DEPENDENTE sobre os seus RENDIMENTOS AUFERIDOS em cada MÊS de EXERCÍCIO e a INCIDIR a TAXA de 20% sobre a RESPONSABILIDADE CONTRIBUTIVA da ENTIDADE PATRONAL sobre os mesmos RENDIMENTOS AUFERIDOS por cada um PROFISSIONAL seu AGREGADO em cada MÊS de EXERCÍCIO;
- b) REAL CONTRIBUIÇÃO SOCIAL para os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS INDIVÍDUAIS, no qual INCIDE a TAXA de 40% sobre a RESPONSABILIDADE CONTRIBUTIVA de cada um PROFISSIONAL INDEPENDENTE sobre o VENCIMENTO AUFERIDO em cada MÊS de EXERCÍCIO.

TÍTULO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SISTEMA NOTARIAL.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO NOTARIAL.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES NOTARIAIS:

- a) O JUSTO, RIGOROSO e CORRECTO REGISTO dos CIDADÃOS, SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos seus HAVERES MATERIAIS ESPECÍFICOS, face aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS EXIGIDOS pelo ESTADO na VIDA do REINO de PORTUGAL;
- b) O COMBATE aos CIDADÃOS ILEGAIS, às ACTIVIDADES INDIVÍDUAIS e COLECTIVAS ILÍCITAS, IRREGULARES e ILEGAIS e à não DECLARAÇÃO da AQUISIÇÃO de BENS e HAVERES MATERIAIS ESPECÍFICOS EXIGIDOS na LEI;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS NOTARIAIS, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA NOTARIAL EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO NOTARIAL de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e

REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES NOTARIAIS da VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO NOTARIAL, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de RESPONSABILIDADES a DECLARAR na VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS NOTARIAIS INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE NOTARIAL em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE NOTARIAL, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS NOTARIAIS de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS e do AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO NOTARIAL e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS NOTARIAIS;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS NOTARIAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS NOTARIAIS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS NOTARIAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES NOTARIAIS e dos PROFISSIONAIS NOTARIAIS;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a

RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS NOTARIAIS;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES NOTARIAIS;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO NOTARIAL, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE NOTARIAL nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE NOTARIAL IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO NOTARIAL, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO das EXIGÊNCIAS do ESTADO face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de COMPETÊNCIAS a DECLARAR e dos SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO NOTARIAL, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO NOTARIAL.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO NOTARIAL, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO NOTARIAL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO NOTARIAL gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS NOTARIAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO NOTARIAL, pelo que a EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e a INTRODUÇÃO do REAL como MOEDA da QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, bem como o MODO e a FORMA da sua IMPLANTAÇÃO e TRANSACÇÃO, POTENCIARÁ o CONHECIMENTO INTEGRAL da REALIDADE do REINO de PORTUGAL, face à VERACIDADE de todo um CERTIFICAR e REGISTAR todo um CONTRATUAR, TRANSACCIONAR e IMPLEMENTAR da ACÇÃO e MOVIMENTO de cada um CIDADÃO, ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA e INSTITUIÇÃO, RELEVANDO um MAIOR CUMPRIR, RIGOR e JUSTIÇA, face à RESPONSABILIDADE, RAZÃO e FUNÇÃO de toda a ÁREA NOTARIAL em toda a sua INTERVENÇÃO.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO NOTARIAL, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS NOTARIAIS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA NOTARIAL, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS de CERTIFICAÇÃO e REGISTO no TEMPO IMEDIATO dos AGENTES ECONÓMICOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao CONHECIMENTO de toda uma REALIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO, potenciando a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS NOTARIAIS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS NOTARIAIS COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO NOTARIAL a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS, face às OBRIGAÇÕES e RESPONSABILIDADES NOTARIAIS INERENTES a toda a ACÇÃO e MOVIMENTO do REINO de PORTUGAL;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, face ao RIGOROSO CUMPRIR de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO NOTARIAL, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES NOTARIAIS e dos PROFISSIONAIS NOTARIAIS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS NOTARIAIS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES NOTARIAIS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos SERVIÇOS NOTARIAIS FRAUDULENTOS.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES NOTARIAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES NOTARIAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES NOTARIAIS.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA NOTARIAL.

1 – O SISTEMA NOTARIAL é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de REGISTO de IDENTIDADE e PROPRIEDADE dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, PREDIAL, CIVIL, COMERCIAL, FINANCEIRO, OBRAS de ARTE, ARMAS e TRANSPORTES.

TÍTULO VIGÉSIMO SEGUNDO – SISTEMA LEGISLATIVO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES LEGISLATIVAS:

a) A JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA LEGISLAÇÃO dos PRINCÍPIOS e VALORES MONÁRQUICOS PORTUGUESES, do ESPAÇO, HOMEM e do MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS face ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) O COMBATE às DEFICIÊNCIAS, FALTAS e FALHAS CONSTANTES na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI, face à ACÇÃO e MOVIMENTO POTENCIADORES de DISTORÇÃO, OBSTÁCULO e ENTRAVE ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS LEGISLATIVOS, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA LEGISLATIVA EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES LEGISLATIVAS da VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS da VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS LEGISLATIVOS INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE LEGISLATIVA em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE LEGISLATIVA, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS LEGISLATIVOS de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS e do AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO LEGISLATIVO e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS LEGISLATIVOS;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS LEGISLATIVOS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS LEGISLATIVAS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS LEGISLATIVOS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES LEGISLATIVAS e dos PROFISSIONAIS LEGISLATIVOS;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS LEGISLATIVOS;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES LEGISLATIVAS;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO LEGISLATIVA, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE LEGISLATIVA nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE LEGISLATIVA IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO das EXIGÊNCIAS do ESTADO face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do

REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de COMPETÊNCIAS e dos SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO LEGISLATIVA, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO LEGISLATIVO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO LEGISLATIVO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS LEGISLATIVOS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – ORDEM LEGISLATIVA MUNDIAL.

1 – A EVOLUÇÃO da CIVILIZAÇÃO HUMANA no GLOBO TERRESTRE ao longo do TEMPO da HUMANIDADE, OBRIGOU a uma EXIGÊNCIA cada vez MAIOR da ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO e ESTRUTURAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO COLECTIVO do HOMEM, face à SUPERACÇÃO das INSUFICIÊNCIAS, CARÊNCIAS e DIFICULDADES INERENTES à CONDIÇÃO HUMANA PLANETÁRIA, APROFUNDOU CARACTERÍSTICAS FÍSICAS e INTELECTUAIS COMUNS e IDIOMAS PRÓPRIOS nos DIFERENTES ESPAÇOS, APROFUNDOU LAÇOS e TRAÇOS de toda uma IDENTIDADE ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL, cuja AMBIÇÃO, VONTADE e CRER COLECTIVO INSPIROU a IMPLANTAÇÃO dos ESTADOS SOBERANOS, DELIMITADOS por um ESPAÇO PRÓPRIO DEFINIDO no PLANETA TERRA.

2 – A PROGRESSÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR no TEMPO, a EVOLUÇÃO das FORMAS de GOVERNAÇÃO PRÓPRIAS, os MODOS de SOBERANIA dos ESTADOS INDEPENDENTES, UNOS e INDIVISÍVEIS, os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO LEGISLATIVOS, na sua RELAÇÃO INTERNA e EXTERNA, CONTEMPLANDO a CIVILIZAÇÃO no TEMPO, a INGERÊNCIA, INTERFERÊNCIA e a SUBMISSÃO, de uns ESTADOS

SOBERANOS face aos OUTROS, as GUERRAS e a DESTRUIÇÃO como BASE ELEMENTAR de FORÇA na IMPOSIÇÃO de uma só IDENTIDADE MUNDIAL, CONSCIENTE à REALIDADE de um só EXISTIR.

3 – A EXIGÊNCIA de um TERCEIRO MILÉNIO UNO, RESPONSÁVEL e CONSCIENTE à DIGNIDADE REALEZA e HONRA de cada um ESTADO SOBERANO, face a uma REALIDADE PLANETÁRIA cuja INSTABILIDADE, DESGASTE e a DETERIORIZAÇÃO se tornaram no MAIOR DESAFIO para a HUMANIDADE e para todos os ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS, sendo os TERRAMOTOS, os VULCÕES, os FENOMENOS ATMOSFÉRICOS, o DEGELO, a SUBIDA do NÍVEL do MAR, a DESFLORESTAÇÃO, a EXTINÇÃO dos RECURSOS MINERAIS, a EROÇÃO dos SOLOS e o AUMENTO da ÀREA DESERTA, as CHEIAS e os PERÍODOS de SECA, a SATURAÇÃO de DIÓXIDO de CARBONO na ATMOSFERA, a DESTRUIÇÃO da CAMADA do OZONO, os LIXOS e a POLUIÇÃO do MEIO AMBIENTE TERRESTRE, AÉREO e MARINHO, a RAREFAÇÃO da ÁGUA POTÁVEL e do OXIGÉNIO presente na ATMOSFERA, a EXTINÇÃO do REINO ANIMAL e VEGETAL e a EXTRACÇÃO do CRUDE, ELEMENTO FUNDAMENTAL ao SER, ESTAR e EXISTIR PLANETÁRIO, ALIADO à CONTINUA REIVINDICAÇÃO dos NOBRES POVOS pelo DIREITO à sua AUTODETERMINAÇÃO, AUTONOMIA e INDEPENDÊNCIA, a POBREZA, a QUALIFICAÇÃO e o DESEMPREGO, o ÊXODO RURAL e o DESPOVOAMENTO dos TERRITÓRIOS e dos SOLOS agrícolas e a SOBERLOTAÇÃO das ÁREAS URBANAS, a CONCENTRAÇÃO do INVESTIMENTO, DESENVOLVIMENTO e CIÊNCIA em PÓLOS DEFINIDOS no ESPAÇO e a CRIAÇÃO de ORGANISMOS CONTINENTAIS alheios aos INTERESSES PRÓPRIOS das NAÇÕES e dos NOBRES POVOS que o CONSTITUEM e de uma ORDEM MUNDIAL SELECTIVA, DISTANTE e INOPERANTE face à RESOLUÇÃO dos DESAFIOS ENVOLTOS, CONSTITUÍRAM OBSTÁCULO à PAZ, PROGRESSO e FUTURO da HUMANIDADE e POTENCIARÃO a CRIAÇÃO no ESPAÇO TERRESTRE de uma ORDEM MUNDIAL INTEGRAL de RAZÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES, COMPOSTA pelos REPRESENTANTES de cada uma NAÇÃO SOBERANA MUNDIAL, cujo RESPEITO, IGUALDADE e o COMPROMISSO de todos os NOBRES POVOS para com TODOS, estabelecem os LAÇOS de toda uma UNIDADE, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO MUNDIAL.

ARTIGO QUARTO – IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – A REALIDADE dos ACTOS e FEITOS HEROICOS dos NOSSOS ANTEPASSADOS REAIS, em prol da DESCOBERTA do GLOBO TERRESTRE, que CONSTITUÍRAM e PERPETUARAM a PRESENÇA CONSTANTE, PRESENTE e EFECTIVA do NOBRE POVO PORTUGUÊS, nos SETE ESTADOS SOBERANOS INDEPENDENTES que com o REINO de PORTUGAL CONSTITUEM o IMPÉRIO PORTUGUÊS, ao LONGO de SÉCULOS de HISTÓRIA da CIVILIZAÇÃO HUMANA, PRODUZINDO os LAÇOS e TRAÇOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS e as CARACTERÍSTICAS de toda uma UNIDADE, AMIZADE e AMBIÇÃO COMUM, ELEVANDO em todo o seu EXPOENTE o IDIOMA PORTUGUÊS como o

GALARDÃO de todo um SER MAIOR PORTUGUÊS, UNIDO de IDENTIDADE, PAIXÃO e RIQUEZA, em RECIPROCIDADE de AFIRMAÇÃO, COMPROMISSO e VONTADE, face a toda uma ORIENTAÇÃO a EMPREENDER de UNIÃO, RESPEITO, IGUALDADE, RESPONSABILIDADE e LEALDADE, de COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e AUXILIO, CONSTITUIRAM o ORGANISMO LEGISLATIVO IMPERIAL PORTUGUÊS, em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO dos ESTADOS MEMBROS e dos NOBRES POVOS que o CONSTITUEM, ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR.

ARTIGO QUINTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS LEGISLATIVOS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA LEGISLATIVA, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS LEGISLATIVOS no TEMPO IMEDIATO dos AGENTES ECONÓMICOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao CONHECIMENTO de toda uma REALIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO e potenciando a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS LEGISLATIVOS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS LEGISLATIVOS COMPREENDE DESIGNNAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO LEGISLATIVA a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS, face aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS LEGISLATIVOS INERENTES a toda a ACÇÃO e MOVIMENTO do REINO de PORTUGAL;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, face ao RIGOROSO CUMPRIR de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES LEGISLATIVAS e dos PROFISSIONAIS LEGISLATIVOS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à INTERFERÊNCIA, INGERÊNCIA e SUBMISSÃO de INTERESSES EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS LEGISLATIVOS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES LEGISLATIVAS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos SERVIÇOS LEGISLATIVOS FRAUDULENTOS.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES LEGISLATIVAS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES LEGISLATIVAS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES LEGISLATIVOS.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA LEGISLATIVO.

1 – O SISTEMA LEGISLATIVO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES LEGISLATIVAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, PREDIAL, CIVIL, COMERCIAL, FISCAL, FINANCEIRO, LABORAL E PENAL.

TÍTULO VIGÉSIMO TERCEIRO – SISTEMA JURÍDICO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO JURÍDICA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES JURÍDICAS:

a) A JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA APLICAÇÃO da LEI e da JUSTIÇA, o IMPARCIAL, PLENO e PRECISO APURAMENTO da VERACIDADE dos FACTOS em DIFERENDO e em JULGADO e a EXEMPLAR PUNIÇÃO face à VIOLAÇÃO dos PRINCÍPIOS e VALORES CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI, pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) O COMBATE às DEFICIÊNCIAS, FALTAS e FALHAS CONSTANTES na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no

REAL CÓDIGO do PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS e na LEI, face à ACÇÃO e MOVIMENTO POTENCIADORES de CRIME, VIOLAÇÃO, DISTORÇÃO, OBSTÁCULO e ENTRAVE ao NORMAL e REGULAR DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS JURÍDICOS, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA JURÍDICA EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO JURÍDICO de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES JURÍDICAS da VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO JURÍDICO, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS da VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS JURÍDICOS INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE JURÍDICA em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE JURÍDICA, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS JURÍDICOS de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS, HUMANOS e FINANCEIROS e do AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO JURÍDICO e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS JURÍDICOS;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS JURÍDICOS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em

DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS JURÍDICAS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS JURÍDICOS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES JURÍDICAS e dos PROFISSIONAIS JURÍDICOS;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS JURÍDICOS;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES JURÍDICAS;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO JURÍDICA, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE JURÍDICA nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE JURÍDICA IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO JURÍDICA, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO das EXIGÊNCIAS do ESTADO face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de COMPETÊNCIAS e dos SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO JURÍDICA, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS

e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO JURÍDICO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO JURÍDICO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO JURÍDICO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO JURÍDICO gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS JURÍDICOS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – ORDEM JURÍDICA MUNDIAL.

1 – A EVOLUÇÃO da CIVILIZAÇÃO HUMANA no GLOBO TERRESTRE ao longo do TEMPO da HISTÓRIA da HUMANIDADE, uma cada vez MAIOR COMPLEXIDADE da VIDA em SOCIEDADE e a PROGRESSIVA ELEVAÇÃO de TEMAS, MATÉRIAS e TEMÁTICAS ENVOLTAS do DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL de cada um ESTADO MUNDIAL, OBRIGOU a uma cada vez MAIOR EXIGÊNCIA e RIGOR da ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO e ESTRUTURAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO COLECTIVO, face à RESPONSABILIZAÇÃO, APURAMENTO e JULGAMENTO dos ACTOS e ACÇÕES PERPETUADOS pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, no DOMÍNIO de uma REGULAÇÃO COLECTIVA ABRANGENTE dos VALORES e PRINCÍPIOS PRÓPRIOS CARACTERÍSTICOS de cada um NOBRE POVO, face à DEFESA da sua SOBERANIA, dos VALORES HUMANOS e da VIDA em SOCIEDADE, da SALVAGUARDA e RESPEITO pelos VALORES PLANETÁRIOS e do CONHECIMENTO do UNIVERSO.

2 – A PROGRESSÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO, ALIADO ao APROFUNDAMENTO da RELAÇÃO e INTERDEPENDÊNCIA dos NOBRES POVOS e CULTURAS e as ININTERRUPTAS MUTAÇÕES das TRADIÇÕES, USOS e COSTUMES PRÓPRIOS de cada um POVO, tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR no TEMPO, a EVOLUÇÃO das LEIS, a sua INTERPRETAÇÃO e APLICAÇÃO, os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO JURÍDICOS, na sua RELAÇÃO INTERNA e EXTERNA, CONTEMPLANDO a CIVILIZAÇÃO no TEMPO, as DISPARIDADES, DESIGUALDADES e INJUSTIÇAS de CRITÉRIOS, PARECERES e AVALIAÇÕES, face à RAZÃO e RESPONSABILIZAÇÃO dos ACTOS e ACÇÕES PERPETRADOS.

3 – A EXIGÊNCIA de um TERCEIRO MILÉNIO UNO, RESPONSÁVEL e CONSCIENTE à DIGNIDADE REALEZA e HONRA de cada um ESTADO SOBERANO e a PREMENTE NECESSIDADE e EXIGÊNCIA de uma UNIFORMIDADE dos CÓDIGOS NORMATIVOS REGENTES dos ESTADOS CONSTITUINTES, face às PREOCUPAÇÕES, OBSTÁCULOS e DIFICULDADES de toda uma REALIDADE de ACÇÕES e MOVIMENTO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, cujas CARACTERÍSTICAS se POTENCIARAM em prol de toda uma IDENTIDADE, UNIDADE e IGUALDADE de TEMAS, MATÉRIAS e TEMÁTICAS, RELEVANDO as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESTADO SOBERANO, ALIADO a uma cada vez MAIOR RESPONSABILIZAÇÃO, RIGOR e UNIDADE de ACTUAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e dos ÓRGÃOS JUDICIAIS, no COMBATE às INFRACÇÕES, CRIMES e ATENTADOS contra os VALORES e PRINCÍPIOS da SOBERANIA dos NOBRES POVOS, dos DIREITOS do HOMEM e da DEFESA do MEIO AMBIENTE e cuja ÁREA de ACTUAÇÃO, INTERVENÇÃO e ABRANGÊNCIA, ultrapassa os LIMITES JURÍDICOS LEGAIS TERRITORIAIS de um só ESTADO SOBERANO, POTENCIARAM a CONSTITUIÇÃO de um ORGANISMO JURÍDICO MUNDIAL, cuja RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO se LIMITA à EXIGÊNCIA do RIGOROSO CUMPRIR da COOPERAÇÃO, COLABORAÇÃO e o AUXÍLIO INSTITUCIONAL dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS dos ESTADOS ENVOLTOS dos ACTOS PROCESSUAIS INTERNACIONAIS em JULGAMENTO, da AVALIAÇÃO dos ACTOS de JULGAMENTO e da UNIFORMIDADE de PENAS, CASTIGOS e SENTENÇAS, face aos CRIMES PRATICADOS, tendo PRESENTE a ABOLIÇÃO da PENA CAPITAL em todo o GLOBO TERRESTRE, sendo os ACTOS PROCESSUAIS JURÍDICOS, JULGADOS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA de cada um ESTADO SOBERANO no qual o CRIME foi PRATICADO, tendo PRESENTE as ORIGENS, CAUSAS e MOTIVOS INERENTES à sua REALIZAÇÃO.

ARTIGO QUARTO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO JURÍDICA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS JURÍDICOS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA JURÍDICA, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS JURÍDICOS no TEMPO IMEDIATO dos AGENTES ECONÓMICOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao CONHECIMENTO de toda uma REALIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO e potenciando a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS JURÍDICOS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS JURÍDICOS COMPREENDE DESIGNNAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO JURÍDICA a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS, face aos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS JURÍDICOS INERENTES a toda a ACÇÃO e MOVIMENTO do REINO de PORTUGAL;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, face ao RIGOROSO CUMPRIR de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO JURÍDICO, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTÍMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES JURÍDICAS e dos PROFISSIONAIS JURÍDICOS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à INTERFERÊNCIA, INGERÊNCIA e SUBMISSÃO de INTERESSES EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTÍMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTÍMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS JURÍDICOS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES JURÍDICAS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos SERVIÇOS JURÍDICOS FRAUDULENTOS.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES JURÍDICAS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES JURÍDICAS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES JURÍDICOS.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA JURÍDICO.

1 – O SISTEMA JURÍDICO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES JURÍDICAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de

FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, PREDIAL, CIVIL, COMERCIAL, FISCAL, FINANCEIRO, LABORAL, PENAL.

TÍTULO VIGÉSIMO QUARTO – SISTEMA DA PREVENÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA PREVENÇÃO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da PREVENÇÃO:

a) A JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA DEFESA, PROTECÇÃO e PREVENÇÃO, das ACÇÕES e MOVIMENTOS PERPETRADOS pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e pelas FORÇAS da NATUREZA na VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) O COMBATE às DEFICIÊNCIAS, FALTAS e FALHAS de ACÇÃO da PREVENÇÃO dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, bem como aos MOVIMENTOS POTENCIADORES de RISCO, ATENTADO e CRIME ao NORMAL e REGULAR DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS da PREVENÇÃO, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA da PREVENÇÃO EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da PREVENÇÃO de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da PREVENÇÃO na VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO a PREVENÇÃO, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ACÇÕES e MOVIMENTOS a EMPREENDER face à VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS da PREVENÇÃO INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE da PREVENÇÃO em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE da PREVENÇÃO, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PREVENÇÃO de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS e do AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO da PREVENÇÃO e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da PREVENÇÃO;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da PREVENÇÃO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e da COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e AUXÍLIO IMPERIAL e INTERNACIONAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS da PREVENÇÃO PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da PREVENÇÃO, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES da PREVENÇÃO e dos PROFISSIONAIS da PREVENÇÃO;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PREVENÇÃO;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da PREVENÇÃO;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO da PREVENÇÃO, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE da PREVENÇÃO nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da PREVENÇÃO IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da PREVENÇÃO, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO das EXIGÊNCIAS do ESTADO face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de COMPETÊNCIAS e dos SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO da PREVENÇÃO, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA PREVENÇÃO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da PREVENÇÃO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da PREVENÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da PREVENÇÃO gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da PREVENÇÃO, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – REAIS SAPADORES PORTUGUESES.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das MATÉRIAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO da PREVENÇÃO, face a uma cada vez MAIOR EXIGÊNCIA e RESPONSABILIDADE de COMBATE, SOCORRO e AUXÍLIO às ACÇÕES e MOVIMENTO de uma CIVILIZAÇÃO cujo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, RELEVOU a IMPORTÂNCIA da DEFESA, SEGURANÇA e PREVENÇÃO dos ACTOS, POTENCIANDO um OBSTÁCULO e um

ENTRAVE ao CORRECTO e EFECTIVO DESEMPENHO dos SAPADORES no EXERCÍCIO de FUNÇÕES, pelo que a REFORMULAÇÃO das COMPETÊNCIAS da ÁREA de ACÇÃO da PREVENÇÃO e a DEFINIÇÃO de OBJECTIVOS CONCRETOS, RIGOROSOS e PRECISOS face a uma PREVENÇÃO EFICAZ, EFICIENTE e ACTUANTE de PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO e CERTIFICAÇÃO dos EDIFÍCIOS e das INFRA-ESTRUTURAS ERGUIDAS e EDIFICADAS e da EXIGÊNCIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO da PREVENÇÃO dos AGENTES ECONÓMICOS na VIDA do REINO PORTUGAL, ALIADO à PROGRESSÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e à EXIGÊNCIA de toda uma QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO e do PROFISSIONALISMO dos SAPADORES, face a uma MAIOR RESPONSABILIZAÇÃO de PREVENÇÃO, POTENCIARAM a CONSTITUIÇÃO de uma ORDEM, FORÇA e SOBERANIA da ÁREA PRESIDENCIAL e dos ORGANISMOS da PREVENÇÃO e INSTITUIRÃO os REAIS SAPADORES PORTUGUESES.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da PREVENÇÃO, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PREVENÇÃO, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA da PREVENÇÃO, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS dos AGENTES ECONÓMICOS, face à VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS da PREVENÇÃO, na DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da PREVENÇÃO COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da PREVENÇÃO a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS face às OBRIGAÇÕES da PREVENÇÃO e à DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de toda a POPULAÇÃO, nos DIVERSOS CICLOS de VIDA HUMANO;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO de ACTUAÇÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA,

EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, face ao RIGOROSO CUMPRIR de toda uma ACCÇÃO e MOVIMENTO da PREVENÇÃO, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da PREVENÇÃO e dos PROFISSIONAIS da PREVENÇÃO;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS da PREVENÇÃO;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da PREVENÇÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da PREVENÇÃO FRAUDULENTOS.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA PREVENÇÃO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da PREVENÇÃO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES da PREVENÇÃO.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA DA PREVENÇÃO.

1 – O SISTEMA da PREVENÇÃO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de DEFESA, PROTECÇÃO e PREVENÇÃO dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, AÉREO, MARINHO e TERRESTRE.

TÍTULO VIGÉSIMO QUINTO – SISTEMA DA SEGURANÇA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA SEGURANÇA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da SEGURANÇA:

a) A JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA DEFESA, PROTECÇÃO e SEGURANÇA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e das ACCÇÕES e

MOVIMENTOS PERPETRADOS pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e pelas FORÇAS da NATUREZA na VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) O COMBATE às DEFICIÊNCIAS, FALTAS e FALHAS de ACÇÃO da SEGURANÇA face aos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, bem como aos MOVIMENTOS INVASORES POTENCIADORES de RISCO, ATENTADO e CRIME à PAZ e ao NORMAL e REGULAR DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS da SEGURANÇA, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA da SEGURANÇA EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da SEGURANÇA de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de SEGURANÇA na VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da SEGURANÇA, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ACÇÕES e MOVIMENTOS a EMPREENDER face à VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS da SEGURANÇA INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE da SEGURANÇA em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE da SEGURANÇA, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SEGURANÇA de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS e do AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO da SEGURANÇA e a ELEVAÇÃO da

SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da SEGURANÇA;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da SEGURANÇA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e da COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e AUXÍLIO IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS da SEGURANÇA PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da SEGURANÇA, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES da SEGURANÇA e dos PROFISSIONAIS da SEGURANÇA;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SEGURANÇA;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da SEGURANÇA;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO da SEGURANÇA, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE da SEGURANÇA nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da SEGURANÇA IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da SEGURANÇA, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO das EXIGÊNCIAS do

ESTADO face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de COMPETÊNCIAS e dos SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO da SEGURANÇA, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA SEGURANÇA.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da SEGURANÇA, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da SEGURANÇA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da SEGURANÇA gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da SEGURANÇA, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das ESTRATÉGIAS, MATERIAIS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO da SEGURANÇA, face a uma cada vez MAIOR EXIGÊNCIA dos ESTADOS no CONSTITUIR os ELOS de toda uma RESPONSABILIDADE de DEFESA de cada uma SOBERANIA, SEGURANÇA do ESPAÇO TERRITORIAL e da PROTECÇÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, numa CIVILIZAÇÃO PAUTADA pela GUERRA, DESTRUICÇÃO e MORTE como BASE e FORÇA de toda uma RAZÃO, CONSCIENCIALIZAÇÃO e PODER, pela INTERFERÊNCIA, INGERÊNCIA e OPRESSÃO como RESPOSTA à CONSTITUIÇÃO de uma UNIDADE MUNDIAL reveladora de uma COMUNHÃO de VALORES, PRINCÍPIOS e INTERESSES COLECTIVOS COMUNS e pela EXPLORAÇÃO, SUBMISSÃO e a SUBSERVIÊNCIA, como IMPOSIÇÃO de toda uma VALENTIA, RELEVANDO a ACÇÃO e MOVIMENTO MILITAR INTERNACIONAL na COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e AUXILIO ao COMBATE EFICAZ, EFECTIVO e PRESENTE às CATASTROFES NATURAIS,

causa do MAIOR NÚMERO de BAIXAS com que se CONFRONTA cada um ESTADO SOBERANO à sua PASSAGEM e às ACÇÕES e MOVIMENTOS dos AGENTES ECONÓMICOS na VIDA de cada um ESTADO SOBERANO cujas BAIXAS são REVELADORAS da BATALHA a TRAVAR, pelo que a REFORMULAÇÃO, das BASES de toda uma UNIDADE MUNDIAL, CENTRADA no RESPEITO, RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO dos ESTADOS SOBERANOS, o ELEVAR das COMPETÊNCIAS da ÁREA da SEGURANÇA e a DEFINIÇÃO de OBJECTIVOS CONCRETOS, RIGOROSOS e PRECISOS face a uma SEGURANÇA EFICAZ, EFICIENTE e ACTUANTE de PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO e INTERVENÇÃO, ALIADO à PROGRESSÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e à EXIGÊNCIA de toda uma QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO e do PROFISSIONALISMO dos MILITARES, face a uma MAIOR RESPONSABILIZAÇÃO, POTENCIARAM a CONSTITUIÇÃO de uma UNIDADE de SEGURANÇA, FORÇA e SOBERANIA da ÁREA da SEGURANÇA MUNDIAL e dos ORGANISMOS da SEGURANÇA de cada um ESTADO SOBERANO, no COMBATE às CATASTROFES NATURAIS, à ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES ECONÓMICOS e à INSURREIÇÃO das BASES LEGISLATIVAS de cada um NOBRE POVO na ANSIA, DEPRAVAÇÃO e AMBIÇÃO de SUBJUGAR.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da SEGURANÇA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SEGURANÇA, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA da SEGURANÇA, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS dos AGENTES ECONÓMICOS, face à VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS da SEGURANÇA, na DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da SEGURANÇA COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da SEGURANÇA a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS, face às OBRIGAÇÕES da SEGURANÇA INERENTES à DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de toda a POPULAÇÃO, nos DIVERSOS CICLOS de VIDA HUMANO;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO de ACTUAÇÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, face ao RIGOROSO CUMPRIR de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO da SEGURANÇA, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da SEGURANÇA e dos PROFISSIONAIS da SEGURANÇA;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS da SEGURANÇA;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da SEGURANÇA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da SEGURANÇA FRAUDULENTOS.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA SEGURANÇA.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da SEGURANÇA, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES da SEGURANÇA.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA DA SEGURANÇA.

1 – O SISTEMA da SEGURANÇA é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de DEFESA, PROTECÇÃO e SEGURANÇA dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, AÉREO, MARINHO e TERRESTRE.

TÍTULO VIGÉSIMO SEXTO – SISTEMA DA ORDEM.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA ORDEM.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da ORDEM:

a) A JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA DEFESA, PROTECÇÃO e ORDEM, das ACÇÕES e MOVIMENTOS PERPETRADOS pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e pelas FORÇAS da NATUREZA na VIDA do REINO de PORTUGAL;

b) O COMBATE às DEFICIÊNCIAS, FALTAS e FALHAS de ACÇÃO da ORDEM dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, bem como aos MOVIMENTOS POTENCIADORES de RISCO, ATENTADO e CRIME à PAZ SOCIAL e ao NORMAL e REGULAR DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o USO e a GESTÃO RACIONAL dos RECURSOS da ORDEM, MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS CONSTANTES no REINO de PORTUGAL;

d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma JUSTIÇA da ORDEM EQUITATIVA de DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS como PRINCÍPIO FUNDAMENTAL e ELEMENTAR ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

e) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a ACÇÃO e MOVIMENTO da ORDEM de FORMA UNIFORME e EQUITATIVA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, MUNICÍPAL, CONCELHIO e REGIONAL, tendo PRESENTE a INTERDEPENDÊNCIA NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da ORDEM na VIDA do REINO de PORTUGAL;

f) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da ORDEM, com BASE e PRINCÍPIO na MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ACÇÕES e MOVIMENTOS a EMPREENDER face à VIDA do REINO de PORTUGAL e da sua RAZÃO de EXISTIR e nos SERVIÇOS da ORDEM INERENTES à sua RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE;

g) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma CORRECTA e PLENA REGULAÇÃO da ACTIVIDADE da ORDEM em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO;

h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO e PRODUTIVIDADE da ORDEM, dotando o TERRITÓRIO de ACESSIBILIDADES e os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ORDEM de INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS e do AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA a GARANTIR e ASSEGURAR o RIGOROSO CUMPRIR das FUNÇÕES;

i) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO do ESPAÇO da ORDEM e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da

CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da ORDEM;

j) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da ORDEM, IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e da COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e AUXÍLIO IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL;

l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO e a MODERNIZAÇÃO das ESTRUTURAS da ORDEM PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

m) GARANTIR ASSEGURAR e CRIAR a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da ORDEM, com os DEMAIS PROFISSIONAIS da ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;

n) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO ao ASSOCIATIVISMO das ENTIDADES da ORDEM e dos PROFISSIONAIS da ORDEM;

o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ORDEM;

p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da ORDEM;

q) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR o ESTUDO, a INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA, como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO da ORDEM, MATERIAL, TÉCNICA e TECNOLÓGICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da ACTIVIDADE da ORDEM nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da ORDEM IMPERIAL PORTUGUESA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da ORDEM, EQUITATIVA, JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA, ABRANGENTE de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e de todos os CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, DIRECCIONADA para a SATISFAÇÃO das EXIGÊNCIAS do ESTADO face às NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS CONSTANTES na VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS

e com o MUNDO, VOCACIONADA para a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de COMPETÊNCIAS e dos SERVIÇOS INERENTES ao seu EXERCÍCIO, tendo PRESENTE a RESPONSABILIDADE, FUNÇÃO e RAZÃO da ACÇÃO da ORDEM, face à DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS e dos RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA ORDEM.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da ORDEM, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da ORDEM em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PRESENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da ORDEM gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da ORDEM, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – GUARDA REAL PORTUGUESA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das ESTRATÉGIAS, MATERIAIS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO da ORDEM, face a uma cada vez MAIS PROFUNDA EXIGÊNCIA e RESPONSABILIDADE dos AGENTES da ORDEM na PREVENÇÃO, CONTROLO e ORDEM das ACÇÕES e MOVIMENTO de uma CIVILIZAÇÃO cujo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, se PAUTOU pelo INCUMPRIMENTO, INFRACÇÃO e CRIME às LEIS IMPOSTAS nos VÁRIOS ESTADOS SOBERANOS, DERIVADO de uma SOCIEDADE VIOLENTA, INJUSTA e INCORRECTA, cujas DESIGUALDADES, DISPARIDADES e NECESSIDADES ALICERÇARAM a IRRESPONSABILIDADE das ACÇÕES, ACTOS e ATITUDES, a QUEBRA dos PRINCÍPIOS e VALORES e a IMPUNIDADE como BASE de toda uma COMPENSAÇÃO dos GOVERNOS pelos FACTORES INERENTES às suas ORIGENS e CAUSAS, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da DEFESA, SEGURANÇA e ORDEM como ELEMENTO ESSENCIAL e ELEMENTAR à EXIGÊNCIA de toda uma RAZÃO, CONSCIÊNCIA e CUMPRIR a ESTABILIDADE SOCIAL, POTENCIANDO a INSEGURANÇA, RECEIO e o MEDO como um OBSTÁCULO e um ENTRAVE ao CORRECTO e EFECTIVO DESEMPENHO dos AGENTES da ORDEM no EXERCÍCIO de FUNÇÕES, pelo que a REFORMULAÇÃO das COMPETÊNCIAS da ÁREA de ACÇÃO da ORDEM e a DEFINIÇÃO de

OBJECTIVOS CONCRETOS, RIGOROSOS e PRECISOS face a uma ORDEM EFICAZ, EFICIENTE e ACTUANTE de PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO e CERTIFICAÇÃO dos TRANSPORTES e da EXIGÊNCIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ACÇÃO da ORDEM dos AGENTES ECONÓMICOS na VIDA do REINO PORTUGAL, ALIADO à PROGRESSÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e à EXIGÊNCIA de toda uma QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO e do PROFISSIONALISMO dos AGENTES, face a uma MAIOR RESPONSABILIZAÇÃO, POTENCIARAM a CONSTITUIÇÃO, da UNIDADE das FORÇAS POLICIAIS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, de uma ORDEM, FORÇA e SOBERANIA da ÁREA PRESIDENCIAL e dos ORGANISMOS da ORDEM e INSTITUIRAM a GUARDA REAL PORTUGUESA.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da ORDEM, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ORDEM, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na sua IMPERATRIZ CONDIÇÃO e CAPACIDADE de AFIRMAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA da ORDEM, GARANTINDO, ASSEGURANDO e EXIGINDO o RIGOROSO CUMPRIR dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS dos AGENTES ECONÓMICOS, face à VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos SERVIÇOS da ORDEM, na DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ORDEM COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da ORDEM a OPERAR;

c) A GARANTIA do RIGOROSO CUMPRIR a LEI por parte dos AGENTES ECONÓMICOS, face às OBRIGAÇÕES da ORDEM INERENTES à DEFESA, SEGURANÇA e PROTECÇÃO de toda a POPULAÇÃO, nos DIVERSOS CICLOS de VIDA HUMANO;

d) A GARANTIA de um CONHECIMENTO REAL, EXACTO e PRECISO de ACTUAÇÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, face ao RIGOROSO CUMPRIR de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO da ORDEM, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da ORDEM e dos PROFISSIONAIS da ORDEM;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à AFIRMAÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos SERVIÇOS da ORDEM;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da ORDEM, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da ORDEM FRAUDULENTOS.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA ORDEM.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da ORDEM, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos AGENTES da ORDEM.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA DA ORDEM.

1 – O SISTEMA da ORDEM é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de DEFESA, PROTECÇÃO e ORDEM dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, AÉREO, MARINHO e TERRESTRE.

TÍTULO VIGÉSIMO SÉTIMO – SISTEMA DA COMUNICAÇÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da COMUNICAÇÃO:

a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACCÇÃO e MOVIMENTO da COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA, DIVERSIDADE e a OBRIGATORIEDADE dos MODOS e FORMAS INERENTES à REALIDADE de DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO do REINO de PORTUGAL;

- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da COMUNICAÇÃO, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES, ao ÊXITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA da COMUNICAÇÃO com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, NATURAL e UNIVERSAL, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- d) O COMBATE às ACTIVIDADES da COMUNICAÇÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da COMUNICAÇÃO FRAUDULENTOS;
- e) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da COMUNICAÇÃO a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- f) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO da COMUNICAÇÃO, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- g) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da COMUNICAÇÃO, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- h) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO da COMUNICAÇÃO, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da COMUNICAÇÃO à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da COMUNICAÇÃO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da COMUNICAÇÃO presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da COMUNICAÇÃO, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

- k) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da COMUNICAÇÃO, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da COMUNICAÇÃO e dos PROFISSIONAIS da COMUNICAÇÃO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da COMUNICAÇÃO;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da COMUNICAÇÃO;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE da COMUNICAÇÃO, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos SERVIÇOS da COMUNICAÇÃO, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da COMUNICAÇÃO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da COMUNICAÇÃO, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da COMUNICAÇÃO PORTUGUESES no EXTERIOR;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da COMUNICAÇÃO, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE da COMUNICAÇÃO, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS,

NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma COMUNICAÇÃO, CONSCIENTE, VORAZ e VITORIOSA;

w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da COMUNICAÇÃO, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma COMUNICAÇÃO PROFUNDA, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

x) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da COMUNICAÇÃO IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da COMUNICAÇÃO, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA nas FORMAS de PUBLICAR, DIVULGAR e DIFUNDIR as RAZÕES de toda uma SOBERANIA PORTUGUESA PRÓPRIA e da sua RELAÇÃO com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e o MUNDO e na DEFESA, PREVENÇÃO e ORDEM dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO NATURAL e CIENTÍFICO, HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS da COMUNICAÇÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS da COMUNICAÇÃO CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA COMUNICAÇÃO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da COMUNICAÇÃO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da COMUNICAÇÃO gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS da COMUNICAÇÃO, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA COMUNICAÇÃO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da COMUNICAÇÃO PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da COMUNICAÇÃO, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – MEIOS DE PUBLICAÇÃO, DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO SOCIAIS.

1 – Os MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIFUSÃO e DIVULGAÇÃO SOCIAIS PORTUGUESES, são CONSTITUÍDOS, ORGANIZADOS e ORIENTADOS de MODO e FORMA a uma ABRANGÊNCIA TOTAL do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e da REALIDADE de ACÇÃO e do MOVIMENTO dos AGENTES ECONÓMICOS na VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, da ELEVAÇÃO, REFORÇO e APROFUNDAMENTO do CONHECIMENTO do IDIOMA PORTUGUÊS, dos VALORES e PRINCÍPIOS da IDENTIDADE, UNIDADE e RAZÃO SOBERANA MONÁRQUICA PORTUGUESA e da sua RELAÇÃO com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO, da CONSECUTIVA CONSCIENCIALIZAÇÃO PORTUGUESA COLECTIVA face às LEIS e a toda uma JUSTA, CORRECTA e PERFEITA RESPONSABILIDADE de PREVENÇÃO, SEGURANÇA e ORDEM dos ACTOS, ACÇÕES e ACTUAÇÕES, do RECONHECIMENTO, MÉRITO e VALORIZAÇÃO do CONHECIMENTO e Mais-valia INERENTE à CAPACIDADE de SONHAR de cada um CIDADÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESA e INSTITUIÇÃO em prol da CONSCIENCIALIZAÇÃO da SATISFAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS, da PROMOÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES em toda a sua AFIRMAÇÃO e do ALERTA aos AGENTES ECONÓMICOS para as INFRACÇÕES e INCUMPRIMENTO das LEIS ESTATAIS, bem como para as RAZÕES das suas ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS.

ARTIGO QUINTO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO.

1 – Os MEIOS de COMUNICAÇÃO PORTUGUESES, são CONSTITUÍDOS, ORGANIZADOS e ORIENTADOS de MODO e FORMA a uma ABRANGÊNCIA TOTAL do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO COMUNICATIVO dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL na sua RELAÇÃO ININTERRUPTA, EFECTIVA e PRESENTE com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO e da ELEVAÇÃO, REFORÇO e APROFUNDAMENTO dos MEIOS, INSTRUMENTOS, MODOS, MÉTODOS, TÉCNICAS e TECNOLOGIA da COMUNICAÇÃO, no FAZER face à

ELEMENTAR NECESSIDADE e EXIGÊNCIAS de COMUNICAR dos AGENTES ECONÓMICOS, tendo presente o MÁXIMO RIGOR, SEGURANÇA e SIGILO.

ARTIGO SEXTO – MARCA, ARTE E PUBLICIDADE.

1 – A todos os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, INDIVIDUAIS e COLECTIVOS é EXIGIDO, o DEVER, RESPONSABILIDADE e o COMPROMISSO da IMPOSIÇÃO da SIGLA correspondente à MARCA respectiva da RESPONSABILIDADE do EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e da IMAGEM a POTENCIAR face à RESISTÊNCIA, FLEXIBILIDADE, DURABILIDADE, QUALIDADE, COMODIDADE e CONFORTO de cada um produto e ao RIGOR, EXIGÊNCIA e COMPETÊNCIA de cada um SERVIÇO, INERENTE à COMPETITIVIDADE e DISTINÇÃO EMPRESARIAL, bem como a IMPOSIÇÃO de RECLAMOS LUMINOSOS em cada um ESTABELECIMENTO COMERCIAL e EMPRESARIAL, em CONFORMIDADE com DIRECTRIZES do SECTOR MINISTERIAL dos RECLAMOS e do EMBELEZAR com ARTE a ESTÉTICA ARQUITECTÓNICA do PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO presente na VIDA do REINO de PORTUGAL e PUBLICITAR com a MÁXIMA EXCELÊNCIA a LOCALIZAÇÃO dos respectivos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO dos MATERIAIS, MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS da COMUNICAÇÃO, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERACÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da COMUNICAÇÃO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA da COMUNICAÇÃO se POTENCIARÁ para a TOTAL ABRANGÊNCIA da DIVERSIDADE de MEIOS e INSTRUMENTOS da COMUNICAÇÃO, ORAL, ESCRITOS e INFORMÁTICOS em todos os LARES, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, cujas CARACTERÍSTICAS, MODO e FORMA de ACÇÃO e de INTERVENÇÃO face ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO CIVILIZACIONAL não CONSTITUA RISCOS para a INTEGRIDADE HUMANA.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da COMUNICAÇÃO, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da COMUNICAÇÃO, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA da COMUNICAÇÃO, bem como GARANTIR

e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da COMUNICAÇÃO.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da COMUNICAÇÃO COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da COMUNICAÇÃO a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, RESPONSABILIDADE e PODER dos MEIOS e das FORMAS de COMUNICAÇÃO, face à SUPERAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS COLECTIVAS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES da OBRIGATORIEDADE das FORMAS de COMUNICAÇÃO, em todas as FASES do CICLO EVOLUTIVO HUMANO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da COMUNICAÇÃO e dos PROFISSIONAIS da COMUNICAÇÃO;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da COMUNICAÇÃO;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da COMUNICAÇÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da COMUNICAÇÃO FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA COMUNICAÇÃO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da COMUNICAÇÃO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos TURQUESES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO e dos PROFISSIONAIS da COMUNICAÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA COMUNICAÇÃO.

1 – O SISTEMA da COMUNICAÇÃO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES de COMUNICAÇÃO dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAIS, REVISTAS, INFORMÁTICO, CARTAZES, PROSPECTOS, RECLAMOS, TELEFONES, CELULARES, TELEGRAFOS E CORREIOS.

TÍTULO VIGÉSIMO OITAVO – SISTEMA DO DESPORTO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO DESPORTO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES do DESPORTO:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do DESPORTO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os CIDADÃOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de DISCIPLINAS e MODALIDADES DESPORTIVAS e a OBRIGATORIEDADE EDUCATIVA INERENTE à REALIDADE de DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO do REINO de PORTUGAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE do DESPORTO, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES, ao ÊXITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA do DESPORTO com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO e NATURAL, face à SUPERAÇÃO das APTIDÕES e da QUALIFICAÇÃO dos ATLETAS e à REDUÇÃO do ESFORÇO CARACTERÍSTICO DISPENDIDO em cada uma MODALIDADE;
- d) O COMBATE às ACTIVIDADES do DESPORTO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do DESPORTO FRAUDULENTOS;
- e) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO do DESPORTO a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- f) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO do DESPORTO, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS,

TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

- g) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do DESPORTO, com BASE na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- h) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO do DESPORTO, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- i) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do DESPORTO à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS do DESPORTO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS do DESPORTO presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL do DESPORTO, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS do DESPORTO, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do DESPORTO e dos PROFISSIONAIS do DESPORTO;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE do DESPORTO;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES do DESPORTO;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE do DESPORTO, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS do DESPORTO, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS do DESPORTO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;

- r) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES do DESPORTO, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS do DESPORTO PORTUGUESES no EXTERIOR;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS do DESPORTO, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do DESPORTO, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a um DESPORTO, CONSCIENTE, AUDAZ e VITORIOSO;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS do DESPORTO e dos AGENTES DESPORTIVOS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a um DESPORTO INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE do DESPORTO IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO do DESPORTO, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de DISCIPLINAS e de MODALIDADES DESPORTIVAS EXISTENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, na FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos ATRIBUTOS e APTIDÕES FÍSICAS dos ATLETAS e na UNIDADE dos VÁRIOS COLECTIVOS, face à SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES às DISPUTAS e REUNIÕES a REALIZAR nas VÁRIAS MODALIDADES, tendo presente a HOMOGENEIDADE, PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO EQUITATIVA de todo o ESPAÇO TERRITORIAL nos VÁRIOS CAMPEONATOS a REALIZAR e na COLABORAÇÃO, APOIO e SUPORTE dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS face à PROMOÇÃO, VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO do DESPORTO, de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO

NATURAL e CIENTÍFICO, HUMANO e PLANETÁRIO e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS DESPORTIVAS dos CIDADÃOS, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS DESPORTIVAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO DESPORTO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO do DESPORTO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do DESPORTO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do DESPORTO gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS do DESPORTO, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO DESPORTO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS do DESPORTO PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do DESPORTO, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL do DESPORTO, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – DEPARTAMENTO DE DOPING PORTUGUÊS.

1 – A EXIGÊNCIA de uma ACTIVIDADE DESPORTIVA QUALIFICADA pela VALORIZAÇÃO das APTIDÕES FÍSICAS e PSICOLÓGICAS dos ATLETAS e dos COLECTIVOS e pelo ESFORÇO, SUOR e LÁGRIMAS INERENTES à DISPUTA e CONQUISTA dos EMBATES DESPORTIVOS, ISENTA de ESTIMULANTES que DETURPAM o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do CORPO HUMANO e do ESFORÇO DISPENDIDO no EXERCÍCIO das PRÁTICAS DESPORTIVAS, IMPÕEM o DEPARTAMENTO DE DOPING PORTUGUÊS, como forma de toda uma

RESPONSABILIZAÇÃO e EXEMPLO a INSTITUIR por todos os ATLETAS na PRÁTICA do EXERCÍCIO FÍSICO DESPORTIVO.

ARTIGO QUINTO – SAÚDE.

1 – Em todas as INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, é EXIGIDO a PRESENÇA EFECTIVA de um FISIOTERAPEUTA, RIGOROSAMENTE QUALIFICADO e FORMADO face à ORIENTAÇÃO, CUIDADOS e TRATAMENTOS das MAZELAS e LESÕES INERENTES à PRÁTICA do EXERCÍCIO FÍSICO nas VÁRIAS MODALIDADES.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO.

1 – A EXIGÊNCIA de uma CONDIÇÃO HUMANA, FÍSICA e MENTAL, ADAPTADA, QUALIFICADA e DIRECCIONADA para a RESISTÊNCIA e SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à VIDA em SOCIEDADE, IMPÕEM a EDUCAÇÃO DESPORTIVA ESCOLAR em todos os CICLOS EDUCATIVOS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL ao ESTIMULO, INCENTIVO e ao EXEMPLO da PRÁTICA DESPORTIVA.

ARTIGO SÉTIMO – ARBITRAGEM.

1 – A EXIGÊNCIA de um cada vez MAIOR RIGOR, RESPONSABILIDADE e SENTIDO de JUSTIÇA no CONTROLAR, REGULAR e FISCALIZAR os ACTOS DESPORTIVOS, IMPÕEM os MEIOS de COMUNICAÇÃO TELEVISIVOS no IMEDIATO MOMENTO dos FACTOS OCORRIDOS, como BASE PRIMORDIAL IMPRESCINDÍVEL, ESSENCIAL e ELEMENTAR, ao APURAMENTO da VERACIDADE dos ACTOS DESPORTIVOS e ao AUXÍLIO das EQUIPAS de ARBITRAGEM, no EXERCÍCIO da sua RAZÃO, FUNÇÃO e COMPETÊNCIAS.

ARTIGO OITAVO – MAIS-VALIAS EXTERNAS.

1 – No ÂMBITO de uma ORIENTAÇÃO DESPORTIVA VOCACIONADA, para a FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos AGENTES DESPORTIVOS PORTUGUESES, nas VÁRIAS MODALIDADES e DISCIPLINAS, IMPÕEM-SE nos TERMOS da LEI, 15% do PLANTEL de cada UMA EQUIPA como LIMITE MÁXIMO LEGAL de INSCRIÇÃO de ATLETAS EXTERIORES ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, em cada um ANO de EXERCÍCIO DESPORTIVO.

ARTIGO NONO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADAPTAR, TRANSFORMAR e ADOPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das

MODALIDADES, dos MATERIAIS, MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS do DESPORTO, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS do DESPORTO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA do DESPORTO se POTENCIARÁ para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE das MODALIDADES, para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS do DESPORTO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e para a EQUITATIVA REPRESENTAÇÃO e PARTICIPAÇÃO nos CAMPEONATOS NACIONAIS, dos ATLETAS e das INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS de todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, REALÇANDO as APTIDÕES dos ATLETAS e as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO do DESPORTO, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do DESPORTO, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA do DESPORTO, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS do DESPORTO.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do DESPORTO COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO do DESPORTO a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE do EXERCÍCIO FÍSICO como BASE ELEMENTAR de toda uma CONDIÇÃO FÍSICA e PSICOLÓGICA;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do BAIRRISMO CARACTERISTICO das COMUNIDADES face à DEFESA, PROTECÇÃO e PROMOÇÃO dos seus VALORES, APTIDÕES e ATRIBUTOS na DISPUTA pelas CONQUISTAS DESPORTIVAS;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do DESPORTO e dos PROFISSIONAIS do DESPORTO;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS do DESPORTO;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES do DESPORTO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do DESPORTO FRAUDULENTOS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO DESPORTO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES do DESPORTO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO das FEDERAÇÕES DESPORTISTAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL do DESPORTO e dos PROFISSIONAIS do DESPORTO.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SISTEMA DO DESPORTO.

1 – O SISTEMA do DESPORTO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES do DESPORTO dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, AMADOR, PROFISSIONAL, OLÍMPICO e PARAOLÍMPICO.

TÍTULO VIGÉSIMO NONO – SISTEMA HUMANO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES das CIÊNCIAS HUMANAS:

a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO HUMANO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS, ENVOLTAS da GÉNESE, CRESCIMENTO e DESENVOLVIMENTO,

FÍSICO, PSICOLÓGICO e SENSORIAL do SER HUMANO PORTUGUÊS em todo o CICLO VIVO PLANETÁRIO;

- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE das CIÊNCIAS do CONHECIMENTO HUMANO PORTUGUÊS, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO em todo o CICLO EDUCATIVO, POTENCIANDO um CONHECIMENTO INFÍMO, RIGOROSO e CONCISO do HOMEM e do seu EVOLUIR no ESPAÇO ENVOLVENTE e a REALIDADE das RAZÕES, FUNÇÕES e CAPACIDADES HUMANAS face à REALIDADE de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE das CIÊNCIAS HUMANAS, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES das CIÊNCIAS HUMANAS, ao ÊXITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA HUMANO com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, NATURAL e UNIVERSAL e da sua INTERDEPENDÊNCIA e INFLUÊNCIA CONSTANTE, PRESENTE e EFECTIVA, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES das CIÊNCIAS HUMANAS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS HUMANAS FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO HUMANO a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO das CIÊNCIAS HUMANAS, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO HUMANO, com BASE na VALORIZAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO HUMANO, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO HUMANO à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS

CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS HUMANAS;

- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS das CIÊNCIAS HUMANAS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL das CIÊNCIAS HUMANAS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS HUMANAS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das CIÊNCIAS HUMANAS e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS HUMANAS;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO das CIÊNCIAS HUMANAS;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES das CIÊNCIAS HUMANAS;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS HUMANAS, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS HUMANAS, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS das CIÊNCIAS HUMANAS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES das CIÊNCIAS HUMANAS, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS HUMANAS PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS das CIÊNCIAS HUMANAS, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES

e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;

- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS HUMANAS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS HUMANAS, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS das CIÊNCIAS HUMANAS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS HUMANAS, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE HUMANA IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO das CIÊNCIAS HUMANAS, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO do SER HUMANO, em toda a sua RAZÃO, FUNÇÃO e COMPOSIÇÃO FÍSICA e em toda a sua EVOLUÇÃO CIVILIZACIONAL CONSCIENTE de HABITABILIDADE, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO HISTÓRICO PORTUGUÊS, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, em todo o seu SER, ESTAR e EXISTIR VIVO e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS das CIÊNCIAS HUMANAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS das CIÊNCIAS HUMANAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO HUMANO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO HUMANO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS HUMANAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de

CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS HUMANAS gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTIÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS das CIÊNCIAS HUMANAS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER HUMANO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS das CIÊNCIAS HUMANAS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS HUMANAS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – INSTITUTOS DE ANATOMIA PORTUGUESES.

1 – Os INSTITUTOS de ANATOMIA PORTUGUESES, serão DOTADOS dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ESTUDO, ANALISE e INVESTIGAÇÃO da RAZÃO, FUNÇÃO e COMPOSIÇÃO do SER HUMANO, em todo o PROCESSO de GENESE, CRESCIMENTO e EVOLUÇÃO das CAPACIDADES MOTORAS, SENSORIAIS e PSICOLÓGICAS, tendo PRESENTE as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, o ESPAÇO de TEMPO que MEDEIA entre as FASES do CICLO HUMANO e a DEFESA, PROTECÇÃO e PREVENÇÃO dos USOS e HÁBITOS NOCIVOS ao DESENVOLVIMENTO REGULAR e NORMAL do CORPO HUMANO.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO HISTÓRICO PORTUGUÊS.

1 – A OBRIGATORIEDADE de um PATRIMÓNIO HISTÓRICO PORTUGUÊS, REVELADOR da FORÇA, CORAGEM e do PODER, da NOBREZA dos ACTOS e FEITOS HEROICOS dos NOSSOS ANTEPASSADOS PORTUGUESES desde o ANO MIL CENTO e VINTE e OITO, a PROGRESSIVA NECESSIDADE e EXIGÊNCIA de CONSCIENCIALIZAÇÃO dos AGENTES ECONÓMICOS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS no ESPAÇO MUNDIAL, face ao CONHECIMENTO das suas ORIGENS, CAUSAS e RAZÕES SOBERANAS e o REFORÇO de ACÇÃO e MOVIMENTO em prol da IDENTIDADE e UNIDADE dos

LAÇOS e TRAÇOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS CARACTERÍSTICOS do REINO de PORTUGAL, OBRIGA a uma RECLASSIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO e REABILITAÇÃO do PATRIMÓNIO HUMANO HISTÓRICO PORTUGUÊS que CONSTITUAM MARCOS PROFUNDOS de toda uma REALEZA da HISTÓRIA CIVILIZACIONAL PORTUGUESA.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA das CIÊNCIAS HUMANAS na VIDA de todos os CIDADÃOS, IMPÕE a EDUCAÇÃO das CIÊNCIAS HUMANAS em todos os CICLOS EDUCATIVOS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face à SUPERAÇÃO do CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das CIÊNCIAS HUMANAS.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das CIÊNCIAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO HUMANO, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS das CIÊNCIAS HUMANAS no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA HUMANO se POTENCIARÁ para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de INTERDEPENDÊNCIAS dos FACTORES HOMEM, PLANETA e UNIVERSO, para o RELEVAR a IMPORTÂNCIA da IDENTIDADE das CARACTERÍSTICAS, ECONÓMICAS, HUMANAS e CULTURAIS PRÓPRIAS e COMUNS de cada um NOBRE POVO, no seu EXISTIR, EVOLUIR e AFIRMAR SOBERANO no MUNDO e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO HUMANO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO das CIÊNCIAS HUMANAS, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS HUMANAS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA HUMANA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE

CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS HUMANAS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS HUMANAS COMPREENDE DESIGNNAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO HUMANA a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE do CONHECIMENTO HUMANO e do PRODUTO da sua EVOLUÇÃO no ESPAÇO, como BASE ELEMENTAR à SUPERAÇÃO da CONDIÇÃO HUMANA FÍSICA, PSICOLÓGICA e SENSORIAL em SOCIEDADE;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, ORGULHO e HONRA face ao APROFUNDAR a RESPONSABILIDADE de toda uma DEFESA, PROTECÇÃO e PROMOÇÃO do CONSCIENTE HISTÓRICO HUMANO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das CIÊNCIAS HUMANAS e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS HUMANAS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS HUMANAS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES das CIÊNCIAS HUMANAS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS HUMANAS FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS CIÊNCIAS HUMANAS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES das CIÊNCIAS HUMANAS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos SAGES em

REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS HUMANAS.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA HUMANO.

1 – O SISTEMA HUMANO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES CIENTÍFICAS do ESTUDO do HOMEM e da sua RELAÇÃO de COEXISTÊNCIA com o PLANETA e com o UNIVERSO, pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, FÍSICO, SENSORIAL, PSICOLÓGICO e SOCIAL.

TÍTULO TRIGÉSIMO – SISTEMA NATURAL.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS NATURAIS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES das CIÊNCIAS NATURAIS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO NATURAL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS, ENVOLTAS da GÉNESE, CRESCIMENTO e DESENVOLVIMENTO, do GLOBO, em toda a sua COMPOSIÇÃO ORGÂNICA MINERAL, SÓLIDA, LIQUIDA e GASOSA e dos CICLOS VEGETAIS e ANIMAIS;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE das CIÊNCIAS do CONHECIMENTO NATURAL PORTUGUÊS, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO em todo o CICLO EDUCATIVO, POTENCIANDO um CONHECIMENTO INFÍMO, RIGOROSO e CONCISO da NATUREZA e do seu EVOLUIR no ESPAÇO ENVOLVENTE e a REALIDADE das RAZÕES, FUNÇÕES e CAPACIDADES das CIÊNCIAS NATURAIS face à REALIDADE de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE das CIÊNCIAS NATURAIS, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES das CIÊNCIAS NATURAIS, ao ÊXITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA NATURAL com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO

TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, NATURAL e UNIVERSAL e da sua INTERDEPENDÊNCIA e INFLUÊNCIA CONSTANTE, PRESENTE e EFECTIVA, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;

- e) O COMBATE às ACTIVIDADES das CIÊNCIAS NATURAIS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS NATURAIS FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO das CIÊNCIAS NATURAIS a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO das CIÊNCIAS NATURAIS, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS, com BASE na VALORIZAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO das CIÊNCIAS NATURAIS, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS NATURAIS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS das CIÊNCIAS NATURAIS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL das CIÊNCIAS NATURAIS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS NATURAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das CIÊNCIAS NATURAIS e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS NATURAIS;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HIDRÍCOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL

PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO das CIÊNCIAS NATURAIS;

- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES das CIÊNCIAS NATURAIS;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS NATURAIS, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS NATURAIS, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS das CIÊNCIAS NATURAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES das CIÊNCIAS NATURAIS, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS NATURAIS PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS das CIÊNCIAS NATURAIS, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS NATURAIS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS das CIÊNCIAS NATURAIS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS, INTEGRO,

EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;

- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS á CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE NATURAL IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO das CIÊNCIAS NATURAIS, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, do PLANETA TERRA, em toda a sua RAZÃO, FUNÇÃO e COMPOSIÇÃO ORGÂNICA MINERAL, dos HABITATS e ECOSISTEMAS PRESENTES e de todos os SERES VEGETAIS e ANIMAIS que os HABITAM, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO NATURAL PORTUGUÊS, em todo o seu SER, ESTAR e EXISTIR VIVO e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS das CIÊNCIAS NATURAIS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS das CIÊNCIAS NATURAIS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS CIÊNCIAS NATURAIS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO das CIÊNCIAS NATURAIS, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS das CIÊNCIAS NATURAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER NATURAL.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS das CIÊNCIAS NATURAIS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL

PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – INSTITUTOS BIOLÓGICOS PORTUGUESES.

1 – Os INSTITUTOS BIOLÓGICOS PORTUGUESES, MINERAIS, PLANCTÓNICOS e ZOOLOGICOS, serão DOTADOS dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO da RAZÃO, FUNÇÃO e COMPOSIÇÃO do GLOBO TERRESTRE e dos CICLOS VIVOS VEGETAIS e ANIMAIS que GERA em todo o seu PROCESSO de GENESE, CRESCIMENTO e EVOLUÇÃO das CAPACIDADES MOTORAS, SENSORIAIS e PSICOLÓGICAS, tendo PRESENTE as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, o ESPAÇO de TEMPO que MEDEIA entre as FASES do CICLO NATURAL e a DEFESA, PROTECÇÃO e PREVENÇÃO dos USOS, HÁBITOS e PRÁTICAS NOCIVAS ao DESENVOLVIMENTO REGULAR e NORMAL dos CICLOS VIVOS PLANETÁRIOS.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO NATURAL PORTUGUÊS.

1 – A OBRIGATORIEDADE de um PATRIMÓNIO NATURAL PORTUGUÊS, REVELADOR da FORÇA, CORAGEM e do PODER, da NOBREZA dos ACTOS e FEITOS HEROICOS dos NOSSOS ANTEPASSADOS PORTUGUESES desde o ANO MIL CENTO e VINTE e OITO, a PROGRESSIVA NECESSIDADE e EXIGÊNCIA de CONSCIENCIALIZAÇÃO dos AGENTES ECONÓMICOS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS no ESPAÇO MUNDIAL, face ao CONHECIMENTO das ORIGENS, CAUSAS e RAZÕES dos MULTIPLOS CICLOS VIVOS PLANETÁRIOS e o REFORÇO de ACÇÃO e MOVIMENTO NATURAL em prol da BIODIVERSIDADE CARACTERÍSTICA do REINO de PORTUGAL, OBRIGA a uma RECLASSIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO e REABILITAÇÃO dos ESPAÇOS NATURAIS, que CONSTITUAM FONTE de BIODIVERSIDADE PROFUNDA de toda uma REALEZA do REINO de PORTUGAL e MUNDIAL.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA das CIÊNCIAS NATURAIS na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a EDUCAÇÃO das CIÊNCIAS NATURAIS em todos os CICLOS EDUCATIVOS, como BASE

ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face à SUPERAÇÃO do CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das CIÊNCIAS NATURAIS.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das CIÊNCIAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO NATURAL, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS das CIÊNCIAS NATURAIS no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA NATURAL se POTENCIARÁ para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de INTERDEPENDÊNCIAS dos FACTORES HOMEM, PLANETA e UNIVERSO, para o RELEVAR a IMPORTÂNCIA da IDENTIDADE MORFOLÓGICA e BIOLÓGICA das CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS e COMUNS de cada um NOBRE POVO, no seu EXISTIR, EVOLUIR e AFIRMAR SOBERANO no MUNDO e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO das CIÊNCIAS NATURAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO das CIÊNCIAS NATURAIS, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS NATURAIS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA NATURAL, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS NATURAIS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS NATURAIS COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

- a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;
- b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO NATURAL a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE do CONHECIMENTO NATURAL e do PRODUTO da sua EVOLUÇÃO no ESPAÇO, como BASE ELEMENTAR à SUPERACÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CICLOS de VIDA PLANETÁRIOS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, ORGULHO e HONRA face ao APROFUNDAR a RESPONSABILIDADE de toda uma DEFESA, PROTECÇÃO e PROMOÇÃO do CONSCIENTE NATURAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das CIÊNCIAS NATURAIS e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS NATURAIS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS NATURAIS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES das CIÊNCIAS NATURAIS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS NATURAIS FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS CIÊNCIAS NATURAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES das CIÊNCIAS NATURAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos SAGES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS NATURAIS.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA NATURAL.

1 – O SISTEMA NATURAL é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES CIENTÍFICAS do ESTUDO do PLANETA e da sua RELAÇÃO de COEXISTÊNCIA com o HOMEM e com o UNIVERSO, pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE,

DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, SÓLIDO, LÍQUIDO, GASOSO, VEGETAIS e ANIMAIS.

TÍTULO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – SISTEMA UNIVERSAL.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS UNIVERSAIS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO UNIVERSAL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS, ENVOLTAS da GÉNESE, CRESCIMENTO e DESENVOLVIMENTO, do UNIVERSO, em toda a sua COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO e ESTRUTURAÇÃO ASTRAL VIVA e das INTERDEPENDÊNCIAS, INFLUÊNCIAS e RECIPROCIDADES dos ASTROS face ao PLANETA TERRA e aos CICLOS de VIDA PLANETÁRIOS;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE das CIÊNCIAS do CONHECIMENTO UNIVERSAL PORTUGUÊS, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO em todo o CICLO EDUCATIVO, POTENCIANDO um CONHECIMENTO INFÍMO, RIGOROSO e CONCISO do UNIVERSO e do seu EVOLUIR no ESPAÇO ENVOLVENTE e a REALIDADE das RAZÕES, FUNÇÕES e CAPACIDADES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS face à REALIDADE de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, ao ÊXITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA UNIVERSAL com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, NATURAL e UNIVERSAL e da sua INTERDEPENDÊNCIA e INFLUÊNCIA CONSTANTE, PRESENTE e EFECTIVA, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ESPAÇO de

CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;

- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, com BASE na VALORIZAÇÃO e AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE das CIÊNCIAS UNIVERSAIS;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO da ACTIVIDADE UNIVERSAL;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;

- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROECÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE UNIVERSAL IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, do UNIVERSO em toda a sua RAZÃO, FUNÇÃO e COMPOSIÇÃO ORGÂNICA MINERAL, dos ASTROS e dos SISTEMAS, ENERGIAS e FORÇAS PRESENTES, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do

PATRIMÓNIO UNIVERSAL PORTUGUÊS, em todo o seu SER, ESTAR e EXISTIR VIVO e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS e TÉCNICOS, de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS CIÊNCIAS UNIVERSAIS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER UNIVERSAL.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL UNIVERSAL, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – INSTITUTOS UNIVERSAIS PORTUGUESES.

1 – Os INSTITUTOS UNIVERSAIS PORTUGUESES, serão DOTADOS dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO da RAZÃO, FUNÇÃO e COMPOSIÇÃO do UNIVERSO, dos ASTROS VIVOS e dos SISTEMAS e CICLOS ASTRais em todo o seu PROCESSO de GENESE, CRESCIMENTO e EVOLUÇÃO das CAPACIDADES MOTORAS, SENSORIAIS e PSICOLÓGICAS, tendo PRESENTE as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS de cada um ASTRO, o ESPAÇO de TEMPO que os MEDEIA, DISTINGUE e NOTABILIZA em toda a PROGRESSÃO e EXISTIR e a DEFESA, PROTECÇÃO e PREVENÇÃO dos USOS, HÁBITOS e PRÁTICAS HUMANAS NOCIVAS ao ENFRAQUECIMENTO da ENERGIA, FORÇA e CONSCIÊNCIA do PLANETA TERRA, na sua INCESSANTE MISSÃO de AFIRMAÇÃO a DEUS.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO UNIVERSAL PORTUGUÊS.

1 – A OBRIGATORIEDADE de um PATRIMÓNIO UNIVERSAL PORTUGUÊS, REVELADOR da FORÇA, CORAGEM e do PODER, da NOBREZA dos ACTOS e FEITOS HEROICOS dos NOSSOS ANTEPASSADOS PORTUGUESES desde o ANO MIL CENTO e VINTE e OITO, a PROGRESSIVA NECESSIDADE e EXIGÊNCIA de CONSCIENCIALIZAÇÃO dos AGENTES ECONÓMICOS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS no ESPAÇO MUNDIAL, face ao CONHECIMENTO das ORIGENS, CAUSAS e RAZÕES UNIVERSAIS e da INFLUÊNCIA dos MULTIPLOS CICLOS de VIDA ASTRais no DESENVOLVIMENTO de todo o CICLO PLANETÁRIO TERRESTRE e o REFORÇO de ACÇÃO e MOVIMENTO UNIVERSAL em prol da DESCOBERTA das CARACTERÍSTICAS COMUNS dos ASTROS e da BIODIVERSIDADE de FORMAS e RAZÕES de SER, ESTAR e EXISTIR UNIVERSO, OBRIGA a uma RECLASSIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO e REABILITAÇÃO dos ESPAÇOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, que CONSTITUAM FONTE da BIODIVERSIDADE UNIVERSAL PROFUNDA de toda uma REALEZA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA das CIÊNCIAS UNIVERSAIS na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a EDUCAÇÃO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS em todos os CICLOS EDUCATIVOS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face à SUPERAÇÃO do CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO das CIÊNCIAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO UNIVERSAL, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL PLANETÁRIO, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA UNIVERSAL se POTENCIARÁ para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de INTERDEPENDÊNCIAS dos FACTORES HOMEM, PLANETA e UNIVERSO, para o RELEVAR a PLENITUDE do PLANETA TERRA, face à sua CAPACIDADE de DEFESA, RESISTÊNCIA e PROTECÇÃO a FACTORES EXTERNOS UNIVERSAIS e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO UNIVERSAL em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO UNIVERSAL a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE do CONHECIMENTO UNIVERSAL e do PRODUTO da EVOLUÇÃO dos ASTROS no ESPAÇO, como BASE ELEMENTAR à SUPERAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CICLOS de VIDA PLANETÁRIOS;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, ORGULHO e HONRA face ao APROFUNDAR a RESPONSABILIDADE de toda uma DEFESA,

PROTECÇÃO e PROMOÇÃO do CONSCIENTE UNIVERSAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no ESPAÇO MUNDIAL;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS CIÊNCIAS UNIVERSAIS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES das CIÊNCIAS UNIVERSAIS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos SAGES em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL UNIVERSAL e dos PROFISSIONAIS das CIÊNCIAS UNIVERSAIS.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA UNIVERSAL.

1 – O SISTEMA UNIVERSAL é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES CIENTÍFICAS do ESTUDO do UNIVERSO e da sua RELAÇÃO de COEXISTÊNCIA com o HOMEM e com o PLANETA, pelos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONOMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, ESTRELAS, PLANETAS, COMETAS, ESPAÇO, FORÇAS e ENERGIAS.

TÍTULO TRIGÉSIMO SEGUNDO – SISTEMA DA RELIGIÃO.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA RELIGIÃO.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES DA RELIGIÃO:

- a) CONGREGAR as CRENÇAS RELIGIOSAS, de forma a uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL PORTUGUESA, PREMENTE de RESPEITO, COMPREENSÃO e ENTENDIMENTO, face à ACÇÃO e CULTOS dos VÁRIOS CREDOS;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do CULTO e CRENÇAS RELIGIOSAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS, ENVOLTAS da GÉNESE, CRESCIMENTO e DESENVOLVIMENTO, do UNIVERSO, do SOL, da LUA, do PLANETA TERRA, do HOMEM e de todos os SERES VIVOS;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE do CONHECIMENTO dos CREDOS, CRENÇAS e CULTOS RELIGIOSOS UNIVERSAIS PORTUGUESES, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO em todo o CICLO EDUCATIVO, POTENCIANDO um CONHECIMENTO INFÍMO, RIGOROSO e CONCISO dos PRINCÍPIOS e VALORES com que se ERGUEM os PILARES de cada uma FÉ, face à REALIDADE das RAZÕES, FUNÇÕES e CAPACIDADES DIVINA em prol do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da RELIGIÃO, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da RELIGIÃO, ao RESPEITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- e) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA DA RELIGIÃO com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, NATURAL e UNIVERSAL dos VÁRIOS CREDOS e CRENÇAS RELIGIOSAS, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- f) O COMBATE às ACTIVIDADES da RELIGIÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da RELIGIÃO FRAUDULENTOS;
- g) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da RELIGIÃO a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS das COMUNIDADES de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES da RELIGIÃO PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- h) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO da RELIGIÃO, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;

- i) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da RELIGIÃO, com BASE na VALORIZAÇÃO das CRENÇAS e CREDOS TRADICIONAIS PORTUGUESES e na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- j) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO da RELIGIÃO, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da RELIGIÃO à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da RELIGIÃO;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da RELIGIÃO presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da RELIGIÃO, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da RELIGIÃO, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da RELIGIÃO e dos PROFISSIONAIS da RELIGIÃO;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da RELIGIÃO;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da RELIGIÃO;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da RELIGIÃO, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos SERVIÇOS da RELIGIÃO, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da RELIGIÃO IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um

DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da RELIGIÃO, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

- u) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROECÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da RELIGIÃO PORTUGUESES no EXTERIOR;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da RELIGIÃO, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da RELIGIÃO, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da RELIGIÃO, CONSCIENTE, AUDAZ e PRESENTE;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da RELIGIÃO, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da RELIGIÃO, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- z) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da RELIGIÃO IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da RELIGIÃO, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de CRENÇAS, CREDOS e CULTOS RELIGIOSOS, no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, das ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS das DIFERENTES FÉS, face aos VALORES e PRINCÍPIOS REGENTES de toda uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL PORTUGUESA, na RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO de todo um SER, ESTAR e EXISTIR VIDA, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO RELIGIOSO PORTUGUÊS e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS e TÉCNICOS, CONSTITUÍDA de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO TRADICIONAL e CIENTÍFICO, HUMANO, PLANETÁRIO e UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS da RELIGIÃO dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS da RELIGIÃO CONSTANTES da VIDA do REINO de

PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA RELIGIÃO.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da RELIGIÃO, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da RELIGIÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da RELIGIÃO gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS da RELIGIÃO, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA RELIGIÃO.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da RELIGIÃO PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da RELIGIÃO, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da RELIGIÃO, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – SEMINÁRIOS.

1 – A todos as PROFISSÕES de FÉ e CRENÇA RELIGIOSAS, é CONFERIDO a LIBERDADE de CONSCIÊNCIA TEOLÓGICA e o MODO, MÉTODO e FORMA de a REFORÇAR, ELEVAR e APROFUNDAR no TEMPO, em prol da PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL MONÁRQUICA da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO RELIGIOSO PORTUGUÊS.

1 – A RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE que o PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO RELIGIOSO PORTUGUÊS CONSTITUI, para a LUZ, COR e BRILHO do REINO de PORTUGAL, para todo um SER, ESTAR e EXISTIR,

SENTIDO, AMOR e VIDA e para o CONFORTO dos FIÉIS, a EXPONÊNCIA com que AFIRMA a ELOQUÊNCIA IMPONENTE e PRECIOSA da FORÇA, CORAGEM e do PODER, da NOBREZA dos ACTOS e FEITOS HEROICOS dos NOSSOS ANTEPASSADOS PORTUGUESES desde o ANO MIL CENTO e VINTE e OITO, a PROGRESSIVA NECESSIDADE e EXIGÊNCIA de CONSCIENCIALIZAÇÃO dos HOMENS no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS no ESPAÇO MUNDIAL, face ao CONHECIMENTO das ORIGENS, CAUSAS e RAZÕES das CRENÇAS e CREDOS RELIGIOSOS e da INFLUÊNCIA dos VALORES e PRINCÍPIOS com que se REGEM na INTERPRETAÇÃO dos FENOMENOS TEOLÓGICOS, OBRIGA a uma RECLASSIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO e REABILITAÇÃO dos ESPAÇOS RELIGIOSOS, que CONSTITUAM FONTE da NOBREZA, GRANDEZA e HONRA de toda uma REALEZA do REINO de PORTUGAL nos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA das CIÊNCIAS TEOLÓGICAS na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, no CICLO EDUCATIVO SECUNDÁRIO, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face ao APROFUNDAR o CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das CIÊNCIAS TEOLÓGICAS.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a EVOLUÇÃO dos CREDOS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO TEOLÓGICO, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às CIÊNCIAS e ao MODO e FORMA de SUPERAÇÃO dos OBSTÁCULOS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO CIVILIZACIONAL PLANETÁRIO, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de FIDELIZAR os FIÉIS na PROSSECUÇÃO dos DESÍGNIOS de cada uma FÉ no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA da RELIGIÃO, se POTENCIARÁ pelo PLENO, CORRECTO e PERFEITO, RESPEITO, RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO INERENTE à ORDEM, FRATERNIDADE e CONVÍVIO das DIFERENTES COMUNIDADES RELIGIOSAS na VIDA do REINO de PORTUGAL, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de CREDOS e CRENÇAS RELIGIOSAS, que CONSTITUAM uma Mais-valia para APROFUNDAR a PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL MONÁRQUICA

PORTUGUESA e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO TEOLÓGICO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da RELIGIÃO, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da RELIGIÃO, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA da RELIGIÃO, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da RELIGIÃO.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da RELIGIÃO COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da RELIGIÃO a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da CRENÇA e FÉ como FORÇA, ENERGIA e CORAGEM para SUPERAR as VICISSITUDES da VIDA HUMANA;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, TOLERÂNCIA e COMPREENSÃO face à RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO da RELIGIÃO, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no ESPAÇO MUNDIAL;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da RELIGIÃO e dos PROFISSIONAIS da RELIGIÃO;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da RELIGIÃO;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da RELIGIÃO, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da RELIGIÃO FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA RELIGIÃO.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da RELIGIÃO, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO de SUAS IMINÊNCIAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das CRENÇAS RELIGIOSAS e dos PROFISSIONAIS da RELIGIÃO.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA RELIGIÃO.

1 – O SISTEMA da RELIGIÃO é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES ESPIRITUAIS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR das VÁRIAS CRENÇAS, CRISTIANISMO, HINDUÍSMO, ISLAMISMO, JUDAÍSMO, MITRACISMO, XINTOÍSMO, BUDISMO, CONFUCIONISMO, TAOÍSMO, XAMANISMO e todas as DEMAIS CRENÇAS RELIGIOSAS.

TÍTULO TRIGÉSIMO TERCEIRO – SISTEMA DA MÚSICA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA MÚSICA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da MÚSICA:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE MELÓDICA de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS MUSICAIS, ENVOLTA da HARMONIA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR CULTURAL PORTUGUÊS;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO da MÚSICA em todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, POTENCIANDO um ESTIMULO EFICAZ, EFECTIVO e PRESENTE de RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO dos CIDADÃOS, pelas APTIDÕES e DOM CRIATIVO MUSICAL de cada um MÚSICO, face à REALIDADE das RAZÕES, FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES SONORAS, RÍTMICAS e MELÓDICAS, no DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da MÚSICA, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da MÚSICA, ao RESPEITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA DA MUSICA com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO das ORIGENS, EVOLUÇÃO e REALIDADE MUSICAL, TRADICIONAL do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, nos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS MELÓDICAS, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES da MÚSICA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da MÚSICA FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da MÚSICA a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS das COMUNIDADES de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES da MÚSICA PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO da MÚSICA, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA, com BASE na VALORIZAÇÃO dos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS MELÓDICAS e na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO da MÚSICA, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da MÚSICA à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da MÚSICA;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da MÚSICA presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da MÚSICA, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da MÚSICA, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da MÚSICA e dos PROFISSIONAIS da MÚSICA;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da MÚSICA;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da MÚSICA;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da MÚSICA, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da MÚSICA, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da MÚSICA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da MÚSICA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das OBRAS MUSICAIS e SERVIÇOS da MÚSICA PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da MÚSICA, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da MÚSICA, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;

- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da MÚSICA, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da MÚSICA IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da MÚSICA, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESTILOS, GENEROS e FORMAS MELÓDICAS, ENVOLTAS da BRAVURA de todos os PROJECTOS MUSICAIS em todo o MOMENTO, no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, das ORIGENS, CAUSAS e EVOLUÇÃO das PARTITURAS, dos RITMOS e HARMONIAS, face aos VALORES e PRINCÍPIOS REGENTES de toda uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL e CULTURAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, na RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO de todo um SER, ESTAR e EXISTIR MUSICAL PORTUGUÊS, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO MUSICAL PORTUGUÊS e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, CONSTITUÍDA de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES das APTIDÕES, DOM CRIATIVO e REALIZAÇÃO dos ESCRITORES, COMPOSITORES e INTERPRETES e da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO MUSICAL UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS da MÚSICA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS da MÚSICA CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA MÚSICA.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da MÚSICA, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS da MÚSICA, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA MÚSICA.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da MÚSICA PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da MÚSICA, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – PROJECTOS MUSICAIS.

1 – A todos os PROJECTOS MUSICAIS, será CONSTITUÍDA a VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de PRODUÇÃO, EDIÇÃO e PROMOÇÃO das suas OBRAS MUSICAIS, em cada um MOMENTO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em UNIFORMIDADE e CONFORMIDADE com as RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS e DIRECTRIZES dos AGENTES da MÚSICA, em prol do ENOBRECER, com toda a REALEZA, NOBREZA e JÓIA a RAZÃO de toda uma IDENTIDADE SOBERANA PORTUGUESA IMPERIAL e MUNDIAL, a SATISFAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de um MERCADO de CONSUMO, VASTO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM de cada um PROJECTO MUSICAL e à ESCOLHA e PREFERÊNCIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES.

1 – A todos os PROJECTOS MUSICAIS, será EXIGIDA após a PRODUÇÃO das OBRAS MUSICAIS, a OBRIGATORIEDADE de REGISTO na REAL ACADEMIA dos AUTORES PORTUGUESES, de MODO e FORMA à SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS LEGÍTIMOS dos AUTORES, ESCRITORES, COMPOSITORES e INTERPRETES face às suas OBRAS.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS.

1 – A NECESSIDADE e a EXIGÊNCIA de um APROFUNDAR o ESTUDO das ARTES MUSICAIS em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO, RELEVANDO as CAPACIDADES, APTIDÕES e DOM CRIATIVO MUSICAL dos CIDADÃOS, GARANTE, ASSEGURA e PROMOVE a RESPONSABILIDADE, RAZÃO e COMPETÊNCIA dos CONSERVATÓRIOS como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à QUALIFICAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO e Mais-valias dos AGENTES da MÚSICA.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA da ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das ARTES MUSICAIS, ao LONGO de todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face ao APROFUNDAR o CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das EXPRESSÕES ARTÍSTICAS MUSICAIS.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos ESTILOS, GENEROS e FORMAS de EXPRESSÃO MELÓDICAS, RÍTMICAS e SONORAS, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO da MÚSICA, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às ARTES CULTURAIS e a necessidade de APROFUNDAR a INTENSIDADE de toda uma AFIRMAÇÃO, EDUCAÇÃO e CULTURA dos LAÇOS e TRAÇOS TRADICIONAIS, do IDIOMA e SENTIMENTO dos NOBRE POVOS do GLOBO TERRESTRE, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de EXPRESSÃO MUSICAL no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA da MÚSICA, se POTENCIARÁ pela CORAGEM, RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO de todos os PROJECTOS MUSICAIS em todo o PRECISO MOMENTO e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, pelo RIGOROSO, CORRECTO e PLENO CUMPRIR da ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES da MÚSICA, PRODUTORES, EDITORES e PROMOTORES, em prol de um MERCADO MUSICAL IMENSO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM, RAZÃO e CONSCIÊNCIA MUSICAL IMPERIAL PORTUGUESA e MUNDIAL e às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, para a HOMENAGEM, HONRA e ORGULHO pelos VALOROSOS, TALENTOSOS e BRAVOS, ESCRITORES, COMPOSITORES e INTERPRETES PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e para a sua INTERDEPENDÊNCIA com o MUNDO das ARTES PREMENTES das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de uma BASE MUSICAL, para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS de EXPRESSÃO MELÓDICAS MUNDIAIS e para a sua CONTINUA FUSÃO, prevalecendo as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS CULTURAIS IMPERIAIS PORTUGUESAS e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO da MÚSICA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da MÚSICA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da MÚSICA, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA da MUSICA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da MÚSICA.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da MÚSICA COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da MUSICA a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da MÚSICA, como forma de EXPRESSÃO CULTURAL PRÓPRIA, CARACTERISTICA de toda uma ENERGIA, FORÇA e SENTIMENTO do NOBRE POVO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, EMOÇÃO e SENTIR a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO da MÚSICA, no DESENVOLVIMENTO das APTIDÕES INTELLECTUAIS, na COMPETÊNCIA de toda uma ACTUAÇÃO e na REALEZA de toda uma CAPACIDADE de SONHAR;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da MÚSICA e dos PROFISSIONAIS da MÚSICA;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da MÚSICA;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da MÚSICA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e

ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da MÚSICA FRAUDULENTOS.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA MÚSICA.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da MÚSICA, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos MECENAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL da MÚSICA e dos PROFISSIONAIS da MÚSICA.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DA MÚSICA.

1 – O SISTEMA da MÚSICA é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da MÚSICA dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR dos VÁRIOS ESTILOS, FADO, CLÁSSICA, TRADICIONAL, POPULAR, CONTEMPORÂNEA, ROCK, JAZZ, ELECTRÓNICA, FILARMÓNICAS, COROS, TUNAS, FANFARRAS, FOLCLORE e ÓPERA.

TÍTULO TRIGESIMO QUARTO – SISTEMA DA DANÇA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA DANÇA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da DANÇA:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE EXPRESSIVA de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS de DANÇA, ENVOLTA da HARMONIA e MELODIA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR CULTURAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e MUNDIAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO da DANÇA em todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, POTENCIANDO um ESTIMULO EFICAZ, EFECTIVO e PRESENTE de RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO, pelas APTIDÕES e DOM CRIATIVO DANÇANTE de cada um CIDADÃO, face à REALIDADE das RAZÕES, FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES SONORAS, RÍTMICAS e MELÓDICAS, no DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da DANÇA, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda

uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da DANÇA, ao RESPEITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;

- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA da DANÇA com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO das ORIGENS, EVOLUÇÃO e REALIDADE da DANÇA TRADICIONAIS do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, nos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS EXPRESSIVAS, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES da DANÇA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da DANÇA FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da DANÇA a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS das COMUNIDADES de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES da DANÇA PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO da DANÇA, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA, com BASE na VALORIZAÇÃO dos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS EXPRESSIVAS e na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCÁMBIO da DANÇA, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da DANÇA à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da DANÇA;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da DANÇA presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da DANÇA, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da DANÇA, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da DANÇA e dos PROFISSIONAIS da DANÇA;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da DANÇA;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da DANÇA;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da DANÇA, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da DANÇA, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da DANÇA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da DANÇA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das OBRAS de DANÇA e SERVIÇOS da DANÇA PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da DANÇA, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da DANÇA, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;

- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da DANÇA, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da DANÇA IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da DANÇA, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESTILOS, GENEROS e FORMAS de EXPRESSÃO CORPORAIS, ENVOLTAS do ENCANTO de cada um BAILARINO em todo o MOMENTO, no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, das ORIGENS, CAUSAS e EVOLUÇÃO EXPRESSIVAS, das MELODIAS, dos RITMOS e HARMONIAS, face aos VALORES e PRINCÍPIOS REGENTES de toda uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL e CULTURAL NONÁRQUICA PORTUGUESA, na RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO de todo um SER, ESTAR e EXISTIR EXPRESSIVO PORTUGUÊS, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO da DANÇA PORTUGUÊS e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, CONSTITUÍDA de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES das APTIDÕES, DOM CRIATIVO e REALIZAÇÃO dos ESCRITORES, COMPOSITORES e INTERPRETES MELÓDICOS e dos COREÓGRAFOS e BAILARINOS e da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO da DANÇA UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS da DANÇA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS da DANÇA CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA DANÇA.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da DANÇA, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS da DANÇA, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA

INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA DANÇA.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da DANÇA PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da DANÇA, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – COMPANHIAS DE DANÇA.

1 – A todas as COMPANHIAS de DANÇA, será CONSTITUÍDA a VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de PRODUÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO das suas OBRAS EXPRESSIVAS, em cada um MOMENTO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em UNIFORMIDADE e CONFORMIDADE com as RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS e DIRECTRIZES dos AGENTES da DANÇA, em prol do ENOBRECER, com toda a REALEZA, NOBREZA e JÓIA a RAZÃO de toda uma IDENTIDADE SOBERANA PORTUGUESA IMPERIAL e MUNDIAL, face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de um MERCADO de CONSUMO, VASTO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM de cada uma OBRA de DANÇA e à ESCOLHA e PREFERÊNCIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES.

1 – A todas as COMPANHIAS de DANÇA, será EXIGIDA após a PRODUÇÃO das OBRAS EXPRESSIVAS, a OBRIGATORIEDADE de REGISTO na REAL ACADEMIA dos AUTORES PORTUGUESES, de MODO e FORMA à SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS LEGÍTIMOS dos AUTORES, ESCRITORES, COREÓGRAFOS e INTERPRETES face às suas OBRAS.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS.

1 – A NECESSIDADE e a EXIGÊNCIA de um APROFUNDAR o ESTUDO da DANÇA e das suas FORMAS de EXPRESSÃO, em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO, RELEVANDO as CAPACIDADES, APTIDÕES e DOM CRIATIVO dos CIDADÃOS na DANÇA, GARANTE, ASSEGURA e PROMOVE a RESPONSABILIDADE, RAZÃO e COMPETÊNCIA dos CONSERVATÓRIOS como

BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à QUALIFICAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO e Mais-valias dos AGENTES da DANÇA.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA da ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das ARTES da DANÇA, ao LONGO de todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face ao APROFUNDAR o CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das EXPRESSÕES ARTÍSTICAS da DANÇA.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos ESTILOS, GENEROS e FORMAS de EXPRESSÃO CORPORAL, face ao PROGREDIR das MELÓDIAS, RITMOS e SONORIDADES PRESENTES e das TEMÁTICAS envoltas, ELEVANDO os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO da DANÇA, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às ARTES CULTURAIS e a necessidade de APROFUNDAR a INTENSIDADE de toda uma AFIRMAÇÃO, EDUCAÇÃO e CULTURA dos LAÇOS e TRAÇOS TRADICIONAIS, do IDIOMA e SENTIMENTO dos NOBRE POVOS do GLOBO TERRESTRE, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de EXPRESSÃO CORPORAL no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA da DANÇA, se POTENCIARÁ pela CORAGEM, RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO de todos os PROJECTOS de DANÇA em todo o PRECISO MOMENTO e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, pelo RIGOROSO, CORRECTO e PLENO CUMPRIR da ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES da DANÇA, em prol de um MERCADO da DANÇA IMENSO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM, RAZÃO e CONSCIÊNCIA da DANÇA IMPERIAL PORTUGUESA e MUNDIAL e às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, para a HOMENAGEM, HONRA e ORGULHO pelos VALOROSOS, TALENTOSOS e BRAVOS, COREÓGRAFOS e BAILARINOS PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e para a sua INTERDEPENDÊNCIA com o MUNDO das ARTES PREMENTES das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de uma BASE de DANÇA, para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS de EXPRESSÃO CORPORAIS MUNDIAIS e para a sua CONTINUA FUSÃO, prevalecendo as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS

CULTURAIS IMPERIAIS PORTUGUESAS e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO da DANÇA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da DANÇA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da DANÇA, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA da DANÇA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da DANÇA.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da DANÇA COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da DANÇA a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da DANÇA, como forma de EXPRESSÃO CULTURAL PRÓPRIA, CARACTERÍSTICA de toda uma ENERGIA, FORÇA e SENTIMENTO do NOBRE POVO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, EMOÇÃO e SENTIR a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO da DANÇA, no DESENVOLVIMENTO das APTIDÕES INTELECTUAIS, na COMPETÊNCIA de toda uma ACTUAÇÃO e na REALEZA de toda uma CAPACIDADE de SONHAR;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da DANÇA e dos PROFISSIONAIS da DANÇA;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da DANÇA;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da DANÇA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da DANÇA FRAUDULENTOS.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA DANÇA.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da DANÇA, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos MECENAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL da DANÇA e dos PROFISSIONAIS da DANÇA.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DA DANÇA.

1 – O SISTEMA da DANÇA é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da DANÇA dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR dos VÁRIOS ESTILOS, FOLCLORE, SAMBA, BALLET, SALÃO, CONTEMPORÂNEAS, TRADICIONAIS e POPULARES.

TÍTULO TRIGÉSIMO QUINTO – SISTEMA DA ESCRITA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA ESCRITA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES da ESCRITA:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE EXPRESSIVA de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS de ESCRITA LITERÁRIA, ENVOLTA da REALEZA, NOBREZA e HONRA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR CULTURAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e MUNDIAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO LITERÁRIA PORTUGUESA e IMPERIAL PORTUGUESA, em todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, POTENCIANDO um ESTIMULO EFICAZ, EFECTIVO e PRESENTE de RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO dos CIDADÃOS, pelas APTIDÕES e DOM CRIATIVO de cada um ESCRITOR, face à REALIDADE de RAZÕES, FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES da ESCRITA, no DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE da ESCRITA, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da ESCRITA, ao RESPEITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA da ESCRITA com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO das ORIGENS, EVOLUÇÃO e REALIDADE LITERÁRIAS TRADICIONAIS do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, nos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS de ESCRITA LIETRÁRIA, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES da ESCRITA ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da ESCRITA FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO da ESCRITA a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS das COMUNIDADES de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES da ESCRITA PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO da ESCRITA, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA, com BASE na VALORIZAÇÃO dos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS de ESCRITA LITERÁRIA e na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO da ESCRITA, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO da ESCRITA à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS da ESCRITA;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS da ESCRITA presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL da ESCRITA, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;

- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS da ESCRITA, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da ESCRITA e dos PROFISIONAIS da ESCRITA;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO da ESCRITA;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES da ESCRITA;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ESCRITA, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da ESCRITA, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS da ESCRITA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES da ESCRITA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das OBRAS de ESCRITA LITERÁRIA e SERVIÇOS da ESCRITA PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS da ESCRITA, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ESCRITA, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;

- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS da ESCRITA, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE da ESCRITA IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO da ESCRITA, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESTILOS, GENEROS e FORMAS de ESCRITA LITERÁRIA, ENVOLTAS da ELOQUÊNCIA de cada um ESCRITOR em todo o MOMENTO, no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, das ORIGENS, CAUSAS e EVOLUÇÃO da EXPRESSÃO ESCRITA, face aos VALORES e PRINCÍPIOS REGENTES de toda uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL e CULTURAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, na RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO de todo um SER, ESTAR e EXISTIR da ESCRITA PORTUGUÊS, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO da ESCRITA PORTUGUÊS e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, CONSTITUÍDA de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES das APTIDÕES, DOM CRIATIVO e REALIZAÇÃO dos ESCRITORES e da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO da ESCRITA UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS da ESCRITA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS da ESCRITA CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA ESCRITA.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO da ESCRITA, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS da ESCRITA, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA

INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA ESCRITA.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS da ESCRITA PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL da ESCRITA, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – ESCRITORES.

1 – A todos os ESCRITORES, será CONSTITUÍDA a VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de PRODUÇÃO, EDIÇÃO e PROMOÇÃO das suas OBRAS LITERÁRIAS, em cada um MOMENTO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em UNIFORMIDADE e CONFORMIDADE com as RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS e DIRECTRIZES dos AGENTES da ESCRITA, em prol do ENOBRECER, com toda a REALEZA, NOBREZA e JÓIA a RAZÃO de toda uma IDENTIDADE SOBERANA PORTUGUESA IMPERIAL e MUNDIAL, face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de um MERCADO de CONSUMO, VASTO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM de cada uma OBRA LITERÁRIA e à ESCOLHA e PREFERÊNCIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES.

1 – A todos os ESCRITORES, será EXIGIDA após a PRODUÇÃO das OBRAS LITERÁRIAS, a OBRIGATORIEDADE de REGISTO na REAL ACADEMIA dos AUTORES PORTUGUESES, de MODO e FORMA à SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS LEGÍTIMOS dos ESCRITORES face às suas OBRAS.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA da ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das ARTES LITERÁRIAS, ao LONGO de todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, como BASE ELEMENTAR e

ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face ao APROFUNDAR o CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das EXPRESSÕES ARTÍSTICAS LITERÁRIAS.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos ESTILOS, GENEROS e FORMAS de ESCRITA, face ao PROGREDIR PRÓPRIO LEXICAL, em toda a sua SEMÂNTICA e FONEMA, ELEVANDO os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO da ESCRITA, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às ARTES CULTURAIS e a necessidade de APROFUNDAR a INTENSIDADE de toda uma AFIRMAÇÃO, EDUCAÇÃO e CULTURA dos LAÇOS e TRAÇOS TRADICIONAIS, do IDIOMA e SENTIMENTO dos NOBRE POVOS do GLOBO TERRESTRE, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de EXPRESSÃO ESCRITA no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA da ESCRITA, se POTENCIARÁ pela CORAGEM, RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO de todas as OBRAS LITERÁRIAS em todo o PRECISO MOMENTO e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, pelo RIGOROSO, CORRECTO e PLENO CUMPRIR da ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES da ESCRITA, em prol de um MERCADO da ESCRITA IMENSO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM, RAZÃO e CONSCIÊNCIA da ESCRITA IMPERIAL PORTUGUESA e MUNDIAL e às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, para a HOMENAGEM, HONRA e ORGULHO pelos VALOROSOS, TALENTOSOS e BRAVOS, ESCRITORES PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e para a sua INTERDEPENDÊNCIA com o MUNDO das ARTES PREMENTES da NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de uma BASE ESCRITA, para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS de EXPRESSÃO ESCRITAS MUNDIAIS e para a sua CONTINUA FUSÃO, prevalecendo as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS CULTURAIS IMPERIAIS PORTUGUESAS e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO da ESCRITA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – AUXÍLIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO da ESCRITA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ESCRITA, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA da ESCRITA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a

VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS da ESCRITA.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ESCRITA COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO da ESCRITA a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ESCRITA, como forma de EXPRESSÃO CULTURAL PRÓPRIA, CARACTERÍSTICA de toda uma ENERGIA, FORÇA e SENTIMENTO do NOBRE POVO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, EMOÇÃO e SENTIR a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO da ESCRITA, no DESENVOLVIMENTO das APTIDÕES INTELECTUAIS, na COMPETÊNCIA de toda uma ACTUAÇÃO e na REALEZA de toda uma CAPACIDADE de SONHAR;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES da ESCRITA e dos PROFISSIONAIS da ESCRITA;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS da ESCRITA;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES da ESCRITA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS da ESCRITA FRAUDULENTOS.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA ESCRITA.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES da ESCRITA, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos MECENAS em REPRESENTAÇÃO de cada

uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL da ESCRITA e dos PROFISSIONAIS da ESCRITA.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA ESCRITA.

1 – O SISTEMA da ESCRITA é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da ESCRITA dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR dos VÁRIOS GÊNEROS, INFANTIL, EDUCATIVA, POESIA, ROMANCES, CIENTÍFICA, DRAMA, CONTOS, NOVELAS, EPOPEIAS e CONSTITUCIONAL.

TÍTULO TRIGÉSIMO SEXTO – SISTEMA DAS ARTES BELAS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS ARTES BELAS.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES das ARTES BELAS:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE EXPRESSIVA de ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS das ARTES BELAS, ENVOLTA da REALEZA, NOBREZA e HONRA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR CULTURAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e MUNDIAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das ARTES BELAS, em todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, POTENCIANDO um ESTIMULO EFICAZ, EFECTIVO e PRESENTE de RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO dos CIDADÃOS, pelas APTIDÕES e DOM CRIATIVO de cada um ARTISTA, face à REALIDADE de RAZÕES, FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES das ARTES BELAS, no DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE das ARTES BELAS, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES das ARTES BELAS, ao RESPEITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA das ARTES BELAS com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO das ORIGENS, EVOLUÇÃO e REALIDADES ARTÍSTICAS TRADICIONAIS do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, nos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS de ARTE, face

- à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES das ARTES BELAS ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das ARTES BELAS FRAUDULENTOS;
 - f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO das ARTES BELAS a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS das COMUNIDADES de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES das ARTES BELAS PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
 - g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO das ARTES BELAS, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
 - h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS, com BASE na VALORIZAÇÃO dos VÁRIOS ESTILOS, GENEROS e FORMAS de ARTE e na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;
 - i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO das ARTES BELAS, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
 - j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO das ARTES BELAS à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS das ARTES BELAS;
 - k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS das ARTES BELAS presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL das ARTES BELAS, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
 - l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS das ARTES BELAS, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
 - m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das ARTES BELAS e dos PROFISSIONAIS das ARTES BELAS;
 - n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS HÍDRICOS, dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e

RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO das ARTES BELAS;

- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES das ARTES BELAS;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ARTES BELAS, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e dos SERVIÇOS das ARTES BELAS, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS das ARTES BELAS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES das ARTES BELAS, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE;
- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das OBRAS de ARTES BELAS e SERVIÇOS das ARTES BELAS PORTUGUESAS no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS das ARTES BELAS, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ARTES BELAS, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS das ARTES BELAS, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e

IMPOSIÇÃO da UNIDADE das ARTES BELAS IMPERIAIS PORTUGUESAS, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO das ARTES BELAS, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESTILOS, GENEROS e FORMAS das ARTES BELAS, ENVOLTAS da CHAMA de cada um ARTISTA em todo o MOMENTO, no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, das ORIGENS, CAUSAS e EVOLUÇÃO da EXPRESSÃO ARTÍSTICA, face aos VALORES e PRINCÍPIOS REGENTES de toda uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL e CULTURAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, na RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO de todo um SER, ESTAR e EXISTIR das ARTES BELAS PORTUGUÊS, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO das ARTES BELAS PORTUGUÊS e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICO, CONSTITUÍDA de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES das APTIDÕES, DOM CRIATIVO e REALIZAÇÃO dos ARTISTAS e da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO das ARTES BELAS UNIVERSAL e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS das ARTES BELAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS das ARTES BELAS CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS ARTES BELAS.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO das ARTES BELAS, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS das ARTES BELAS, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DAS ARTES BELAS.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS das ARTES BELAS PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL das ARTES BELAS, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – OBRAS DE ARTES BELAS.

1 – A todas os CRIADORES ARTÍSTICOS, será CONSTITUÍDA a VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de PRODUÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO das suas OBRAS de ARTES BELAS, em cada um MOMENTO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em UNIFORMIDADE e CONFORMIDADE com as RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS e DIRECTRIZES dos AGENTES das ARTES BELAS, em prol do ENOBRECER, com toda a REALEZA, NOBREZA e JÓIA a RAZÃO de toda uma IDENTIDADE SOBERANA PORTUGUESA IMPERIAL e MUNDIAL, face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de um MERCADO de CONSUMO, VASTO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM de cada um PROJECTO e à ESCOLHA e PREFERÊNCIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES.

1 – A todas os CRIADORES ARTÍSTICOS, será EXIGIDA após a PRODUÇÃO das OBRAS de ARTES BELAS, a OBRIGATORIEDADE de REGISTO na REAL ACADEMIA dos AUTORES PORTUGUESES, de MODO e FORMA à SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS LEGÍTIMOS dos AUTORES, face às suas OBRAS.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS.

1 – A NECESSIDADE e a EXIGÊNCIA de um APROFUNDAR o ESTUDO das ARTES BELAS e das suas FORMAS de EXPRESSÃO, em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO, RELEVANDO as CAPACIDADES, APTIDÕES e DOM CRIATIVO dos CIDADÃOS nas ARTES BELAS, GARANTE, ASSEGURA e PROMOVE a RESPONSABILIDADE, RAZÃO e COMPETÊNCIA dos CONSERVATÓRIOS como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à QUALIFICAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO e Mais-valias dos AGENTES das ARTES BELAS.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA da ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das ARTES BELAS, ao LONGO de todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face ao APROFUNDAR o CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das EXPRESSÕES ARTÍSTICAS das ARTES BELAS.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos ESTILOS, GENEROS e FORMAS das ARTES BELAS, face ao PROGREDIR das TRADIÇÕES PRÓPRIAS e dos MATERIAIS em USO, ELEVANDO os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO das ARTES BELAS, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às ARTES CULTURAIS e a necessidade de APROFUNDAR a INTENSIDADE de toda uma AFIRMAÇÃO, EDUCAÇÃO e CULTURA dos LAÇOS e TRAÇOS TRADICIONAIS, do IDIOMA e SENTIMENTO dos NOBRE POVOS do GLOBO TERRESTRE, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de EXPRESSÃO das ARTES BELAS no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA das ARTES BELAS, se POTENCIARÁ pela CORAGEM, RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO de todos as OBRAS de ARTES BELAS em todo o PRECISO MOMENTO e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, pelo RIGOROSO, CORRECTO e PLENO CUMPRIR da ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES das ARTES BELAS, em prol de um MERCADO das ARTES BELAS IMENSO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM, RAZÃO e CONSCIÊNCIA das ARTES BELAS IMPERIAIS PORTUGUESAS e MUNDIAL e às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, para a HOMENAGEM, HONRA e ORGULHO pelos VALOROSOS, TALENTOSOS e BRAVOS, ARTISTAS PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e para a sua INTERDEPENDÊNCIA com o MUNDO das ARTES PREMENTES da NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de uma BASE ARTÍSTICA das ARTES BELAS, para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS de EXPRESSÃO ARTÍSTICAS MUNDIAIS e para a sua CONTINUA FUSÃO, prevalecendo as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS CULTURAIS IMPERIAIS PORTUGUESAS e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO das ARTES BELAS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO das ARTES BELAS, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ARTES BELAS, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA das ARTES BELAS, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS das ARTES BELAS.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS das ARTES BELAS PORTUGUESAS COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO das ARTES BELAS a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE das ARTES BELAS, como forma de EXPRESSÃO CULTURAL PRÓPRIA, CARACTERISTICA de toda uma ENERGIA, FORÇA e SENTIMENTO do NOBRE POVO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, EMOÇÃO e SENTIR a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO das ARTES BELAS, no DESENVOLVIMENTO das APTIDÕES INTELECTUAIS, na COMPETÊNCIA de toda uma ACTUAÇÃO e na REALEZA de toda uma CAPACIDADE de SONHAR;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES das ARTES BELAS e dos PROFISSIONAIS das ARTES BELAS;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS das ARTES BELAS;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES das ARTES BELAS, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS das ARTES BELAS FRAUDULENTOS.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS ARTES BELAS.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES das ARTES BELAS, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos MECENAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL das ARTES BELAS e dos PROFISSIONAIS das ARTES BELAS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO - SISTEMA DAS ARTES BELAS.

1 – O SISTEMA das ARTES BELAS é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES das ARTES BELAS dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, ESCULTURAS, PINTURA, DESENHOS, OLARIA, TAPEÇARIAS, BORDADOS, RENDAS, MADEIRA E CORTIÇA, TECIDOS, METAIS, CURTUMES, VIDRO e CRISTAL, CERA, CORDAS, PEDRAS, MARINHAS, GRAVURA, SERIGRAFIA e VERGA, VIME e BAMBU.

TÍTULO TRIGÉSIMO SÉTIMO – SISTEMA DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA:

- a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE EXPRESSIVA de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, ENVOLTA da REALEZA, NOBREZA e HONRA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR CULTURAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e MUNDIAL;
- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, em todo o

CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, POTENCIANDO um ESTIMULO EFICAZ, EFECTIVO e PRESENTE de RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO dos CIDADÃOS, pelas APTIDÕES e DOM CRIATIVO de cada um ACTOR, ESTRELA e TAUROMÁQUICO, face à REALIDADE de RAZÕES, FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, no DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;

- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE do TEATRO, do CIRCO ou da TAUROMAQUIA, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, ao RESPEITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO das ORIGENS, EVOLUÇÃO e REALIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA TRADICIONAIS do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, nos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS das COMUNIDADES de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, com BASE na VALORIZAÇÃO dos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA e na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;

- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVACÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA e dos PROFISSIONAIS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e dos SERVIÇOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO

TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das OBRAS de TEATRO e dos ESPECTÁCULOS do CIRCO e da TAUROMAQUIA e SERVIÇOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESTILOS, GENEROS e FORMAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, ENVOLTAS do GLAMOUR de cada um ACTOR, ESTRELA ou TAUROMÁQUICO em todo o MOMENTO, no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, das ORIGENS, CAUSAS e EVOLUÇÃO da EXPRESSÃO TEATRAL, CIRCENSE ou TAUROMÁQUICA, face aos VALORES e PRINCÍPIOS REGENTES de toda uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL e CULTURAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, na RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO de

todo um SER, ESTAR e EXISTIR do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA PORTUGUÊS, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA PORTUGUÊS e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, CONSTITUÍDA de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES das APTIDÕES, DOM CRIATIVO e REALIZAÇÃO dos ACTORES, ESTRELAS e TAUROMÁQUICOS e da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO do TETARO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA UNIVERSAIS e DIRECCIONADA para as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA,

EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – COMPANHIAS DO TEATRO, DO CIRCO E TAUROMÁQUICAS.

1 – A todas as COMPANHIAS do TEATRO, do CIRCO e TAUROMÁQUICAS, será CONSTITUÍDA a VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de PRODUÇÃO, PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO das suas OBRAS do TEATRO e ESPECTÁCULOS do CIRCO e da TAUROMAQUIA, em cada um MOMENTO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em UNIFORMIDADE e CONFORMIDADE com as RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS e DIRECTRIZES dos AGENTES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, em prol do ENOBRECER, com toda a REALEZA, NOBREZA e JÓIA a RAZÃO de toda uma IDENTIDADE SOBERANA PORTUGUESA IMPERIAL e MUNDIAL, face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de um MERCADO de CONSUMO, VASTO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM de cada um PROJECTO e à ESCOLHA e PREFERÊNCIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES.

1 – A todas as COMPANHIAS do TEATRO, do CIRCO e TAUROMÁQUICAS, será EXIGIDA após a PRODUÇÃO das OBRAS de TEATRO e dos ESPECTÁCULOS do CIRCO e TAUROMÁQUICAS, a OBRIGATORIEDADE de REGISTO na REAL ACADEMIA dos AUTORES PORTUGUESES, de MODO e FORMA à SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS LEGÍTIMOS dos AUTORES, ESTRELAS, TAUROMÁQUICOS, DRAMATURGOS, REALIZADORES e INTERPRETES face às suas OBRAS e ESPECTÁCULOS.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS.

1 – A NECESSIDADE e a EXIGÊNCIA de um APROFUNDAR o ESTUDO do TEATRO e do CIRCO e as suas FORMAS de EXPRESSÃO, em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO, RELEVANDO as CAPACIDADES, APTIDÕES e DOM CRIATIVO dos CIDADÃOS no TEATRO e no CIRCO, GARANTE, ASSEGURA e PROMOVE a RESPONSABILIDADE, RAZÃO e COMPETÊNCIA dos CONSERVATÓRIOS como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à QUALIFICAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO e Mais-valias dos AGENTES do TEATRO e do CIRCO.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e

PROGRESSIVA da ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO e do CIRCO na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das ARTES do TEATRO e do CIRCO, ao LONGO de todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face ao APROFUNDAR o CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das EXPRESSÕES do TEATRO e do CIRCO.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos ESTILOS, GENEROS e FORMAS de EXPRESSÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, face ao PROGREDIR das TRADIÇÕES PRÓPRIAS e dos MATERIAIS em USO, ELEVANDO os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO das ARTES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às ARTES CULTURAIS e a necessidade de APROFUNDAR a INTENSIDADE de toda uma AFIRMAÇÃO, EDUCAÇÃO e CULTURA dos LAÇOS e TRAÇOS TRADICIONAIS, do IDIOMA e SENTIMENTO dos NOBRE POVOS do GLOBO TERRESTRE, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de EXPRESSÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, se POTENCIARÁ pela CORAGEM, RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO de todas as OBRAS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA em todo o PRECISO MOMENTO e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, pelo RIGOROSO, CORRECTO e PLENO CUMPRIR da ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, em prol de um MERCADO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM, RAZÃO e CONSCIÊNCIA das ARTES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA IMPERIAIS PORTUGUESAS e MUNDIAL e às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, para a HOMENAGEM, HONRA e ORGULHO pelos VALOROSOS, TALENTOSOS e BRAVOS, ARTISTAS PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e para a sua INTERDEPENDÊNCIA com o MUNDO das ARTES PREMENTES das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de uma BASE do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS de EXPRESSÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA MUNDIAL e para a sua CONTINUA FUSÃO, prevalecendo as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS CULTURAIS IMPERIAIS PORTUGUESAS e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do

CONHECIMENTO das ARTES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA COMPREENDE DESIGNADAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, como forma de EXPRESSÃO CULTURAL PRÓPRIA, CARACTERÍSTICA de toda uma ENERGIA, FORÇA e SENTIMENTO do NOBRE POVO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, EMOÇÃO e SENTIR a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, no DESENVOLVIMENTO das APTIDÕES INTELECTUAIS, na COMPETÊNCIA de toda uma ACTUAÇÃO e na REALEZA de toda uma CAPACIDADE de SONHAR;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA e dos PROFISSIONAIS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA FRAUDULENTOS.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos MECENAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA e dos PROFISSIONAIS do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA.

1 – O SISTEMA do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, INFANTIL, MARIONETAS, REVISTA, CIRCO, CLÁSSICO, CONTEMPORÂNEO, ÓPERA e TAUROMAQUIA.

TÍTULO TRIGÉSIMO OITAVO – SISTEMA DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA.

1 – São OBJECTIVOS das DIRECTRIZES do CINEMA e da FOTOGRAFIA:

a) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, a todos os AGENTES ECONÓMICOS, CUMPRINDO a EXIGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE EXPRESSIVA de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS do CINEMA e da

FOTOGRAFIA, ENVOLTA da REALEZA, NOBREZA e HONRA de todo um SER, ESTAR e EXISTIR CULTURAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e MUNDIAL;

- b) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, em todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, POTENCIANDO um ESTIMULO EFICAZ, EFECTIVO e PRESENTE de RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO dos CIDADÃOS, pelas APTIDÕES e DOM CRIATIVO de cada um ARTISTA, face à REALIDADE de RAZÕES, FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA, no DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL;
- c) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o EXERCÍCIO de toda uma ACTIVIDADE do CINEMA e da FOTOGRAFIA, tendo como PRINCÍPIOS e VALORES de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO a GESTÃO RACIONAL dos MEIOS, RECURSOS e CONDIÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA, ao RESPEITO, RAZÃO e RENTABILIDADE do INVESTIMENTO PRODUZIDO;
- d) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o SISTEMA do CINEMA e da FOTOGRAFIA com BASE no ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e CONHECIMENTO das ORIGENS, EVOLUÇÃO e REALIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA TRADICIONAIS do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e do MUNDO, nos VÁRIOS ESTILOS, GÊNEROS e FORMAS de EXPRESSÃO, face à REALIDADE de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PORTUGUÊS CONSTITUÍDO;
- e) O COMBATE às ACTIVIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA FRAUDULENTOS;
- f) REDIMENSIONAR o ESPAÇO de ACÇÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA a todo o TERRITÓRIO PORTUGUÊS, de ACORDO com as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS das COMUNIDADES de cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO e as NECESSIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA PREMENTES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- g) AUMENTAR a CAPACIDADE de PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE e RENTABILIDADE da ACÇÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, dotando-a das ACESSIBILIDADES, INFRA-ESTRUTURAS, MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS e FINANCEIROS adequados, tendentes a uma MAIOR EFICÁCIA e EFICIÊNCIA dos AGENTES ENVOLVIDOS, a um REFORÇO da COMPETITIVIDADE e a GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a QUALIDADE dos PRODUTOS e SERVIÇOS PRESTADOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS;
- h) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR a ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, com BASE na VALORIZAÇÃO dos VÁRIOS ESTILOS, GENEROS e FORMAS do CINEMA e da FOTOGRAFIA e na AUTO-SUFICIÊNCIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO, colmatando as NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e das INSTITUIÇÕES;

- i) FOMENTAR, INCREMENTAR e FORTALECER o INTERCAMBIO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, como VECTOR ELEMENTAR e ESSENCIAL ao REFORÇO e DESENVOLVIMENTO dos LAÇOS e da RELAÇÃO de IDENTIDADE e UNIDADE com os REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e da COOPERAÇÃO com o MUNDO;
- j) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o DESENVOLVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA à REALIDADE das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS CIVILIZACIONAL presente e a ELEVAÇÃO da SITUAÇÃO e da CONDIÇÃO ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL dos PROFISSIONAIS do CINEMA e da FOTOGRAFIA;
- k) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a RACIONALIZAÇÃO das ESTRUTURAS do CINEMA e da FOTOGRAFIA presentes no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e a MODERNIZAÇÃO do TECIDO EMPRESARIAL do CINEMA e da FOTOGRAFIA, face ao EVOLUIR da CONDIÇÃO e MODO de VIDA ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL;
- l) GARANTIR, ASSEGURAR e CRIAR, a EQUIDADE e a IGUALDADE EFECTIVA dos PROFISSIONAIS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, com os DEMAIS PROFISSIONAIS;
- m) GARANTIR, ASSEGURAR e INCENTIVAR o ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do CINEMA e da FOTOGRAFIA e dos PROFISSIONAIS do CINEMA e da FOTOGRAFIA;
- n) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR uma ORIENTAÇÃO PLENA dos RECURSOS ENERGÉTICOS e dos MEIOS de COMUNICAÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, PRIVILEGIANDO a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE face às EXIGÊNCIAS de cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO do CINEMA e da FOTOGRAFIA;
- o) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR a QUALIFICAÇÃO dos RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS ao EXERCÍCIO das ACTIVIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA;
- p) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a DEFESA e PROTECÇÃO dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, face à CONCORRÊNCIA e MÉTODOS ECONÓMICOS DESLEAIS e INJUSTOS dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES;
- q) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER a MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE dos PRODUTOS e dos SERVIÇOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, face às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES;
- r) GARANTIR, ASSEGURAR e CUMPRIR os ACORDOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS CONSIGNADOS em DEFESA dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS PORTUGUESES;
- s) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, o ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e a CIÊNCIA como PRINCÍPIOS MOTORES de toda uma INOVAÇÃO TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA e de todo um DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO das ACTIVIDADES do

CINEMA e da FOTOGRAFIA, nos VÁRIOS SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS;

- t) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER o APOIO e a PROJECCÃO das OBRAS de CINEMA e de FOTOGRAFIA e SERVIÇOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA PORTUGUESES no EXTERIOR;
- u) GARANTIR, ASSEGURAR e APOIAR, as PEQUENAS, MÉDIAS e GRANDES EMPRESAS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, cuja RAZÃO, IMPORTÂNCIA e RESPONSABILIDADE CONSTITUAM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES da POPULAÇÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e todas as INICIATIVAS e PROJECTOS com VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE, GERADORES de EMPREGO;
- v) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, os MEIOS INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e INSTITUIÇÃO da UNIDADE, CONGREGAÇÃO e REUNIÃO, dos INTERESSES ECONÓMICOS, nas suas DIFERENTES COMPETÊNCIAS, FUNÇÃO e RAZÃO ECONÓMICA;
- w) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, CONSCIENTE, AUDAZ e VIVO;
- x) GARANTIR, ASSEGURAR e PROMOVER uma UNIFORMIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO de MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS a uma ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, INTEGRO, EFICIENTE e EFICAZ ao DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- y) GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR os INSTRUMENTOS e MEIOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à CONSTITUIÇÃO e IMPOSIÇÃO da UNIDADE do CINEMA e da FOTOGRAFIA IMPERIAL PORTUGUESA, nos vários SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS.

2 – O ESTADO PORTUGUÊS, GARANTIRÁ, ASSEGURARÁ e PROMOVERÁ uma ORIENTAÇÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, de ÂMBITO NACIONAL, ININTERRUPTA, CENTRADA na MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de ESTILOS, GENEROS e FORMAS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, ENVOLTAS do BRILHO de cada um ARTISTA em todo o MOMENTO, no ESTUDO, ANÁLISE e INVESTIGAÇÃO, das ORIGENS, CAUSAS e EVOLUÇÃO da EXPRESSÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, face aos VALORES e PRINCÍPIOS REGENTES de toda uma PAZ, UNIDADE e IDENTIDADE SOCIAL e CULTURAL PORTUGUESA, na RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO de todo um SER, ESTAR e EXISTIR do CINEMA e da FOTOGRAFIA PORTUGUÊS, na REABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROMOÇÃO do PATRIMÓNIO do CINEMA e da FOTOGRAFIA PORTUGUÊS e na FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO e VALORIZAÇÃO dos RECURSOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS, CONSTITUÍDA de ACORDO com os PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES das APTIDÕES, DOM CRIATIVO e REALIZAÇÃO dos ARTISTAS e da EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO, ANÁLISE, PESQUISA e do CONHECIMENTO das ARTES do CINEMA e da FOTOGRAFIA UNIVERSAIS e DIRECCIONADA para as RAZÕES,

RESPONSABILIDADES e EXIGÊNCIAS do CINEMA e da FOTOGRAFIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, para as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS do CINEMA e da FOTOGRAFIA CONSTANTES da VIDA do REINO de PORTUGAL e para os COMPROMISSOS a FIRMAR com o IMPÉRIO PORTUGUÊS e com o MUNDO.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA.

1 – O REDIMENSIONAMENTO do ESPAÇO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, visa a PLENA e EQUITATIVA INTEGRAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em conformidade com as NECESSIDADES e INSUFICIÊNCIAS PREMENTES da POPULAÇÃO e dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em cada um ESPAÇO de CIRCUNSCRIÇÃO, potenciando uma UNIFORMIDADE de ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA gerador de um EQUILÍBRIO PROMOTOR da EXEQUIBILIDADE de AUTO-SUFICIÊNCIA dos MUNICÍPIOS, CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e REGIÕES ADMINISTRATIVAS, bem como uma JUSTA, RIGOROSA e CORRECTA REPARTICIPAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO dos RECURSOS INFRA-ESTRUTURAIS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, dos MEIOS HUMANOS e da RIQUEZA PRODUZIDA e a PERFEITA INTEGRAÇÃO dos MEIOS TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS na VIDA de todo o CICLO LABORAL do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA.

1 – A UNIDADE, REUNIÃO e FUSÃO dos CAPITAIS do CINEMA e da FOTOGRAFIA PORTUGUESES PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPÕE todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, INSTITUI uma só MARCA, REFERÊNCIA e COMPETÊNCIA para cada um dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS da ÁREA PRESIDENCIAL do CINEMA e da FOTOGRAFIA, como PRINCÍPIO MOTOR de toda uma EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e VIDA, de todo um RIGOR, RESPONSABILIDADE e FUTURO, de toda uma SEGURANÇA do SER, ESTAR e EXISTIR PORTUGAL.

ARTIGO QUARTO – COMPANHIAS DE CINEMA E FOTÓGRAFOS.

1 – A todas as COMPANHIAS de CINEMA e FOTÓGRAFOS, será CONSTITUÍDA a VIABILIDADE e EXEQUIBILIDADE de PRODUÇÃO, EDIÇÃO e PROMOÇÃO das suas OBRAS de CINEMA e de FOTOGRAFIA, em cada um MOMENTO no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, em UNIFORMIDADE e CONFORMIDADE com as RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS e DIRECTRIZES dos AGENTES do CINEMA e da FOTOGRAFIA, em prol do

ENOBRECER, com toda a REALEZA, NOBREZA e JÓIA a RAZÃO de toda uma IDENTIDADE SOBERANA PORTUGUESA IMPERIAL e MUNDIAL, face à SATISFAÇÃO das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de um MERCADO de CONSUMO, VASTO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM de cada uma OBRA e à ESCOLHA e PREFERÊNCIA dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES.

1 – A todas as COMPANHIAS de CINEMA e FOTÓGRAFOS, será EXIGIDA após a PRODUÇÃO das OBRAS CINEMATOGRAFICAS e FOTOGRÁFICAS, a OBRIGATORIEDADE de REGISTO na REAL ACADEMIA dos AUTORES PORTUGUESES, de MODO e FORMA à SALVAGUARDA, DEFESA e PROTECÇÃO dos DIREITOS LEGITIMOS dos AUTORES, ARGUMENTISTAS, REALIZADORES e INTERPRETES face às suas OBRAS.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS.

1 – A NECESSIDADE e a EXIGÊNCIA de um APROFUNDAR o ESTUDO do CINEMA e da FOTOGRAFIA e as suas FORMAS de EXPRESSÃO, em toda a sua ACÇÃO e MOVIMENTO, RELEVANDO as CAPACIDADES, APTIDÕES e DOM CRIATIVO dos CIDADÃOS no CINEMA e na FOTOGRAFIA, GARANTE, ASSEGURA e PROMOVE a RESPONSABILIDADE, RAZÃO e COMPETÊNCIA dos CONSERVATÓRIOS como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à QUALIFICAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO e Mais-valias dos AGENTES do CINEMA e da FOTOGRAFIA.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO.

1 – A NECESSIDADE de EXIGÊNCIA de uma FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e PROFISSIONALIZAÇÃO, PRESENTE, CONSTANTE e PROGRESSIVA da ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA na VIDA de todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, IMPÕE a OBRIGATORIEDADE da EDUCAÇÃO das ARTES do CINEMA e da FOTOGRAFIA, ao LONGO de todo o CICLO EDUCATIVO PORTUGUÊS, como BASE ELEMENTAR e ESSENCIAL à CONSCIENCIALIZAÇÃO, REALISMO e ao PROGRESSO da ACÇÃO e ACTUAÇÃO, do HOMEM face ao APROFUNDAR o CONSCIENTE HUMANO presente nos VÁRIOS DOMÍNIOS das EXPRESSÕES do CINEMA e da FOTOGRAFIA.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1 – A EVOLUÇÃO do ESTUDO, INVESTIGAÇÃO e do CONHECIMENTO tornaram possível ao HOMEM desde a INVENÇÃO, TRANSFORMAÇÃO e EVOLUÇÃO da LUZ, ADOPTAR, TRANSFORMAR e ADAPTAR ao longo dos SÉCULOS DEZANOVE e VINTE da HISTÓRIA da HUMANIDADE, a PROGRESSÃO dos ESTILOS, GENEROS e FORMAS de EXPRESSÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, face ao PROGREDIR dos MATERIAIS em USO, dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de CONHECIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, bem como a CONSCIENCIALIZAÇÃO face às ARTES CULTURAIS e a necessidade de APROFUNDAR a INTENSIDADE de toda uma AFIRMAÇÃO, EDUCAÇÃO e CULTURA dos LAÇOS e TRAÇOS TRADICIONAIS, do IDIOMA e SENTIMENTO dos NOBRE POVOS do GLOBO TERRESTRE, permitiram ao HOMEM uma EVOLUÇÃO dos MODOS, MÉTODOS e TÉCNICAS de EXPRESSÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA no TEMPO e no ESPAÇO, pelo que a EVOLUÇÃO do SISTEMA do CINEMA e da FOTOGRAFIA, se POTENCIARÁ pela CORAGEM, RECONHECIMENTO e VALORIZAÇÃO de todos as OBRAS de CINEMA e de FOTOGRAFIA em todo o PRECISO MOMENTO e em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, pelo RIGOROSO, CORRECTO e PLENO CUMPRIR da ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES do CINEMA e da FOTOGRAFIA, em prol de um MERCADO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, VASTO, INTENSO e DIVERSIFICADO à IMAGEM, RAZÃO e CONSCIÊNCIA do CINEMA e da FOTOGRAFIA IMPERIAL PORTUGUESA e MUNDIAL e às NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS dos AGENTES ECONÓMICOS da VIDA do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das COMUNIDADES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, para a HOMENAGEM, HONRA e ORGULHO pelos VALOROSOS, TALENTOSOS e BRAVOS, ARTISTAS PORTUGUESES e do IMPÉRIO PORTUGUÊS e para a sua INTERDEPENDÊNCIA com o MUNDO das ÁREAS PRESIDENCIAIS da COMUNICAÇÃO e das ARTES CULTURAIS PREMENTES das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS de uma BASE do CINEMA e da FOTOGRAFIA, para a TOTAL ABRANGÊNCIA da MULTIPLICIDADE, VARIEDADE e DIVERSIDADE de ESTILOS, GÉNEROS e FORMAS de EXPRESSÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA MUNDIAL e para a sua CONTINUA FUSÃO, prevalecendo as CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS CULTURAIS IMPERIAIS PORTUGUESAS e para o CONSECUTIVO APERFEIÇOAR os MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS de EVOLUÇÃO do CONHECIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO.

1 – Na PROSECUÇÃO dos OBJECTIVOS da ORIENTAÇÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, compete ao ESTADO COLABORAR, COOPERAR e APOIAR os SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA, na PROGRESSÃO do DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO do REINO de PORTUGAL e na AUTO-SUFICIÊNCIA do CINEMA e da FOTOGRAFIA, bem como GARANTIR e ASSEGURAR a VIABILIDADE, EXEQUIBILIDADE e RENTABILIDADE CONSTANTE e PRESENTE dos PRODUTOS e SERVIÇOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA.

2 – A COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO e APOIO do ESTADO aos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA COMPREENDE DESIGNDAMENTE:

a) A CONCESSÃO de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, TECNOLÓGICA e CIENTÍFICA;

b) A GARANTIA dos MEIOS, CONDIÇÕES e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à TRANSFORMAÇÃO do CINEMA e da FOTOGRAFIA a OPERAR;

c) A GARANTIA de uma SOCIEDADE ESTÁVEL, ENOBRECIDA e CONSCIENTE da RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE do CINEMA e da FOTOGRAFIA, como forma de EXPRESSÃO CULTURAL PRÓPRIA, CARACTERÍSTICA de toda uma ENERGIA, FORÇA e SENTIMENTO do NOBRE POVO PORTUGUÊS, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO;

d) A GARANTIA do CUMPRIMENTO pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES do RESPEITO, EMOÇÃO e SENTIR a RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO do CINEMA e da FOTOGRAFIA, no DESENVOLVIMENTO das APTIDÕES INTELECTUAIS, na COMPETÊNCIA de toda uma ACTUAÇÃO e na REALEZA de toda uma CAPACIDADE de SONHAR;

e) INCENTIVOS e ESTIMULOS ao ASSOCIATIVISMO das INSTITUIÇÕES do CINEMA e da FOTOGRAFIA e dos PROFISSIONAIS do CINEMA e da FOTOGRAFIA;

f) MEDIDAS PROTECCIONISTAS face à CONCORRÊNCIA DESLEAL dos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS EXTERIORES à VIDA do NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS;

g) INCENTIVOS e ESTIMULOS à QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL e à EVOLUÇÃO TÉCNICA e TECNOLÓGICA;

h) INCENTIVOS e ESTIMULOS à PROMOÇÃO e DIVULGAÇÃO dos PRODUTOS e SERVIÇOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA;

i) GARANTIAS de um COMBATE EFECTIVO e EFICAZ às ACTIVIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA, ESPECULATIVAS, IRREGULARES e ILEGAIS, bem como aos PRODUTOS e SERVIÇOS do CINEMA e da FOTOGRAFIA FRAUDULENTOS.

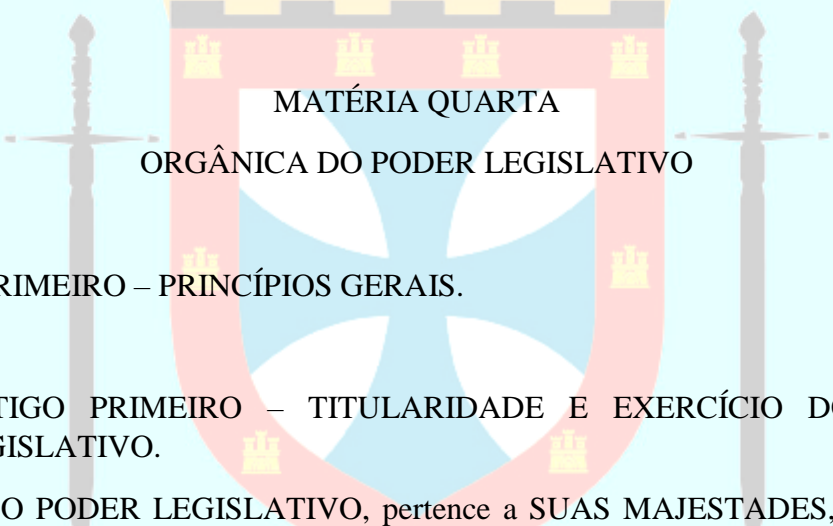
ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA.

1 – Na DEFINIÇÃO das DIRECTRIZES do CINEMA e da FOTOGRAFIA, é GARANTIDO e ASSEGURADO a PARTICIPAÇÃO dos MECENAS em REPRESENTAÇÃO de cada uma das FAMÍLIAS da ÁREA PRESIDENCIAL do

CINEMA e da FOTOGRAFIA e dos PROFISSIONAIS do CINEMA e da FOTOGRAFIA.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA.

1 – O SISTEMA do CINEMA e da FOTOGRAFIA é REGULADO e ESTRUTURADO por LEI, de MODO e FORMA a GARANTIR, ASSEGURAR e FOMENTAR, a RIGOROSA, CORRECTA e PERFEITA SATISFAÇÃO das NECESSIDADES do CINEMA e da FOTOGRAFIA dos CIDADÃOS e SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS em todo o REINO de PORTUGAL, na sua MULTIPLICIDADE, DIVERSIDADE e VARIEDADE de FORMAS de SER, ESTAR e EXISTIR, INFANTIL, EDUCATIVO, CIENTÍFICO, FICÇÃO, DOCUMENTÁRIO, ROMANCE, COMÉDIA, MUSICAL e FOTOGRAFIA.



MATÉRIA QUARTA ORGÂNICA DO PODER LEGISLATIVO

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – TITULARIDADE E EXERCÍCIO DO PODER LEGISLATIVO.

1 – O PODER LEGISLATIVO, pertence a SUAS MAJESTADES, a todos os CIDADÃOS PORTUGUESES presentes, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, continental e ARQUIPÉLAGOS dos AÇORES e da MADEIRA, a todos os CIDADÃOS PORTUGUESES residentes no TERRITÓRIO do IMPÉRIO PORTUGUÊS, composto por as NAÇÕES SOBERANAS, ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, a todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem em cada uma das NAÇÕES SOBERANAS do MUNDO e a todos os CIDADÃOS EXTERNOS à NAÇÃO PORTUGUESA a residirem em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, há mais de DEZ ANOS, com uma situação de ESTUDO ou de EMPREGABILIDADE sempre PRESENTE e EFECTIVA na VIDA do REINO de PORTUGAL e é EXERCÍDO nos TERMOS da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA DOS CIDADÃOS.

1 – A todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e a todos os CIDADÃOS EXTERNOS a residirem em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, há mais de DEZ ANOS, com uma situação de ESTUDO ou de EMPREGABILIDADE sempre PRESENTE e EFECTIVA na VIDA da NAÇÃO PORTUGUESA, independente do SEXO, da COR e

do CREDO, é permitida a participação DIRECTA e ACTIVA em todo o PROCESSO LEGISLATIVO da NAÇÃO PORTUGUESA, sendo ELEITOS e ELEITORES, aos CARGOS de PRIMEIRO-MINISTRO, de PRESIDENTES das ÁREAS PRESIDENCIAIS, de MINISTROS dos SECTORES MINISTERIAIS, de BASTONÁRIOS das ARTES BASTONÁRIAS, de AUTARCAS dos ÓRGÃOS MUNICIPAIS, de CONSELHEIROS dos ÓRGÃOS CONCELHIOS, de GOVERNANTES dos ÓRGÃOS REGIONAIS, de EMBAIXADORES das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, de CÔNSULES dos ORGANISMOS IMPERIAIS PORTUGUESES, de CÔNSULES dos ORGANISMOS INTERNACIONAIS com PRESENÇA, PARTICIPAÇÃO e REPRESENTATIVIDADE PORTUGUESA, após a conclusão do CICLO EDUCATIVO e da ENTRADA no CICLO PRODUTIVO LABORAL da NAÇÃO PORTUGUESA, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e no EXTERIOR.

ARTIGO TERCEIRO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA.

1 – São ÓRGÃOS de SOBERANIA, SUAS MAJESTADES, os REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, as INSTÂNCIAS JURÍDICAS, as ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS SUBORDINADAS entre SI, o PRIMEIRO-MINISTRO, GOVERNANTES, CONSELHEIROS e AUTARCAS, os EMBAIXADORES, JUÍZES EMBAIXADORES e CÔNSULES, as INSTÂNCIAS FISCAIS, as INSTÂNCIAS SOCIAIS, as INSTÂNCIAS NOTARIAIS, as INSTÂNCIAS DA PREVENÇÃO, AS INSTÂNCIAS da SEGURANÇA e as INSTÂNCIAS da ORDEM, sendo a FUNÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA e o FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO QUARTO – SEPARAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA obedecem à SEPARAÇÃO dos PODERES para os quais foram CONSTITUÍDOS, actuando no FORTALECIMENTO dos LAÇOS de UNIÃO, COLABORAÇÃO, SUPORTE, APOIO e AJUDA, com os demais ÓRGÃOS de SOBERANIA, face à RIGOROSA RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS e dos CONFLITOS que no decurso do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES se ESTABELEÇAM, não podendo nenhum ÓRGÃO de SOBERANIA, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES potenciar situações de INGERÊNCIA face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA, nem delegar as RESPONSABILIDADES para si DEFINIDAS e CONSTITUÍDAS noutros ÓRGÃOS de SOBERANIA.

ARTIGO QUINTO – ACTOS NORMATIVOS.

1 – São ACTOS NORMATIVOS, os ÉDITOS de SUAS MAJESTADES, as LEIS CONSTITUCIONAIS promulgadas pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PORTUGUÊS, as NORMAS a empreender pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, os OFÍCIOS a empreender pelo PRIMEIRO-MINISTRO, GOVERNANTES, CONSELHEIROS e AUTARCAS, sendo estes os OFÍCIOS ESTATAIS, OFÍCIOS GOVERNAMENTAIS, OFÍCIOS CONSELHEIRIAIS e os OFÍCIOS AUTÁRQUICOS, os DECRETOS a empreender pelas ASSEMBLEIAS das ÁREAS PRESIDÊNCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, sendo estes os DECRETOS PRESIDENCIAIS, DECRETOS MINISTERIAIS e os DECRETOS BASTONÁRIOS, os PROJECTOS-LEI a empreender pelos PRESIDENTES das ÁREAS PRESIDENCIAIS, MINISTROS dos SECTORES MINISTERIAIS e BASTONÁRIOS das ARTES BASTONÁRIAS, sendo estes os PROJECTOS-LEI LEGISLATIVOS, os PROJECTOS-LEI ADMINISTRATIVOS e os PROJECTOS-LEI PRODUTIVOS, os ACORDÃOS a EMPREENDER pelos ÓRGÃOS DE SOBERANIA, os DESPACHOS a EMPREENDER pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, os COOPERATOS a EMPREENDER pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, os DUCANDOS a EMPREENDER PELOS DUQUES e DUQUESAS DE CADA UM DUCADO E os DIPLOMAS a empreender pelos ÓRGÃOS DIPLOMÁTICOS PORTUGUESES presentes no MUNDO, sendo estes os DIPLOMAS EMBAIXARIANOS, os DIPLOMAS CONSULARES IMPERIAIS e os DIPLOMAS CONSULARES INTERNACIONAIS,

2 – Os ÉDITOS, são ORDENS REAIS firmadas por SUAS MAJESTADES e pelos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, tendo em vista a ESTRUTURAÇÃO, ORIENTAÇÃO e ORGANIZAÇÃO da ACCÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO do REINO PORTUGAL, após a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, sendo remetidos ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que PROMULGE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

3 – As LEIS CONSTITUCIONAIS, são ORDENS CONSTITUCIONAIS, firmadas por SUAS MAJESTADES e pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, tendo em vista a DEFINIÇÃO dos PRINCÍPIOS e VALORES do CÓDIGO NORMATIVO PORTUGUÊS, pelo qual se REGEM todos os CIDADÃOS, FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e os PRINCÍPIOS e VALORES por que se regem todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, FAMÍLIAS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS, no TERRITÓRIO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO.

4 – As NORMAS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES, firmadas pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA a SUAS MAJESTADES, tendo em vista o AVISO e o ALERTA para as IRREGULARIDADES e INCORRECÇÕES, que POTENCIAM no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES, todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES e todos os ORGANISMOS INTERNACIONAIS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS presentes, que após ANÁLISE, RIGOR e FIRMEZA de SUAS MAJESTADES e do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, os remete aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e ORGANISMOS INTERNACIONAIS VISADOS.

5 – Os OFÍCIOS ESTATAIS são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES e RECOMENDAÇÕES firmadas pelo PRIMEIRO-MINISTRO a SUAS MAJESTADES, tendo em vista a ESTRUTURAÇÃO, ORIENTAÇÃO e ORGANIZAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO do REINO PORTUGAL, que após APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, os REMETE ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

6 – Os OFÍCIOS GOVERNAMENTAIS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES e RECOMENDAÇÕES firmadas pelos GOVERNANTES, a SUAS MAJESTADES, tendo em vista a ESTRUTURAÇÃO, ORIENTAÇÃO e ORGANIZAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, que após APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, os REMETE ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

7 – Os OFÍCIOS CONSELHEIRIAIS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES e RECOMENDAÇÕES firmadas pelos CONSELHEIROS, a SUAS MAJESTADES, tendo em vista a ESTRUTURAÇÃO, ORIENTAÇÃO e ORGANIZAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, que após APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, os REMETE ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

8 – Os OFÍCIOS AUTÁRQUICOS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES e RECOMENDAÇÕES firmadas pelos AUTARCAS, a SUAS MAJESTADES, tendo em vista a ESTRUTURAÇÃO, ORIENTAÇÃO e ORGANIZAÇÃO da ACÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO de cada um MUNICÍPIO, que após APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, os REMETE ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

9 – Os DECRETOS PRESIDENCIAIS, são EXPOSIÇÕES, ANÁLISES e RECOMENDAÇÕES firmadas pelas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, afirmando o carácter MUNICIPAL, quando remetido pelo ÓRGÃO MUNICIPAL ao ÓRGÃO CONCELHIO, o carácter CONCELHIO, quando remetido pelo ÓRGÃO CONCELHIO ao ÓRGÃO REGIONAL, o carácter REGIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO REGIONAL ao ÓRGÃO NACIONAL e o carácter NACIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO NACIONAL a SUAS MAJESTADES, tendo em vista a VIABILIDADE do PLANO EXECUTÓRIO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO no ESPAÇO GEOGRÁFICO, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE

JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, REMETE ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

10 – Os DECRETOS MINISTERIAIS, são EXPOSIÇÕES, ANÁLISES e RECOMENDAÇÕES firmadas pelas ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, afirmando o carácter CONCELHIO, quando remetido pelo ÓRGÃO CONCELHIO ao ÓRGÃO REGIONAL, o carácter REGIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO REGIONAL ao ÓRGÃO NACIONAL e o carácter NACIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO NACIONAL a SUAS MAJESTADES, tendo em vista a VIABILIDADE do PLANO EXECUTÓRIO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO SECTORIAL no ESPAÇO GEOGRÁFICO, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, REMETE ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

11 – Os DECRETOS BASTONÁRIOS, são EXPOSIÇÕES, ANÁLISES e RECOMENDAÇÕES firmadas pelas ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, afirmando o carácter CONCELHIO, quando remetido pelo ÓRGÃO CONCELHIO ao ÓRGÃO REGIONAL, o carácter REGIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO REGIONAL ao ÓRGÃO NACIONAL e o carácter NACIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO NACIONAL a SUAS MAJESTADES, tendo em vista a VIABILIDADE do PLANO EXECUTÓRIO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO GOVERNATIVO das ARTES BASTONÁRIAS no ESPAÇO GEOGRÁFICO, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, REMETE ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

12 – Os PROJECTOS-LEI LEGISLATIVOS, são EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES, firmadas pelos PRESIDENTES das ÁREAS PRESIDÊNCIAIS, afirmando o carácter MUNICIPAL, quando remetido pelo PRESIDENTE MUNICIPAL ao PRESIDENTE CONCELHIO, o carácter CONCELHIO, quando remetido pelo PRESIDENTE CONCELHIO ao PRESIDENTE REGIONAL, o carácter REGIONAL, quando remetido pelo PRESIDENTE REGIONAL ao PRESIDENTE NACIONAL e o carácter NACIONAL, quando remetido pelo PRESIDENTE NACIONAL a SUAS MAJESTADES, tendo em vista o APERFEIÇOAR a LEI CONSTITUCIONAL, os PRINCÍPIOS E VALORES que REGEM toda a sua RAZÃO ÔRGANICA, a sua ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS e o FUNCIONAMENTO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO da ÁREA LEGISLATIVA, no ESPAÇO GEOGRÁFICO, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, remete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

13 – Os PROJECTOS-LEI ADMINISTRATIVOS, são EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES, firmados pelos MINISTROS dos SECTORES MINISTERIAIS, afirmando o carácter CONCELHIO, quando remetido pelo MINISTRO CONCELHIO ao MINISTRO REGIONAL, o carácter REGIONAL, quando remetido pelo MINISTRO REGIONAL ao MINISTRO NACIONAL e o carácter NACIONAL, quando remetido pelo MINISTRO NACIONAL a SUAS MAJESTADES, tendo em vista o APERFEIÇOAR a LEI CONSTITUCIONAL, os PRINCÍPIOS e VALORES que REGEM toda a sua RAZÃO ORGÂNICA, a sua ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS e o FUNCIONAMENTO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO do SECTOR ADMINISTRATIVO no ESPAÇO GEOGRÁFICO, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, remete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

14 – Os PROJECTOS-LEI PRODUTIVOS, são EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES, firmados pelos BASTONÁRIOS das ARTES BASTONÁRIAS, afirmando o carácter CONCELHIO, quando remetido pelo BASTONÁRIO CONCELHIO ao BASTONÁRIO REGIONAL, o carácter REGIONAL, quando remetido pelo BASTONÁRIO REGIONAL ao BASTONÁRIO NACIONAL e o carácter NACIONAL, quando remetido pelo BASTONÁRIO NACIONAL a SUAS MAJESTADES, tendo em vista o APERFEIÇOAR a LEI CONSTITUCIONAL, os PRINCÍPIOS e VALORES que REGEM toda a sua RAZÃO ORGÂNICA, a SUA ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS e o FUNCIONAMENTO de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO da ARTE PRODUTIVA, no ESPAÇO GEOGRÁFICO, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, remete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

15 – Os ACORDÃOS, são DECISÕES FIRMADAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA em cada uma DELIBERAÇÃO PROCESSUAL, sendo REMETIDOS ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que se PROCESSE à PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

16 – Os DESPACHOS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES FIRMADAS nas COMUNICAÇÕES INTERNAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA da mesma ORGANIZAÇÃO do PODER, RELATIVAS a toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO do REAL CÓDIGO do PROCESSO NORMATIVO respectivo.

17 – Os COOPERATOS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES FIRMADAS nas COMUNICAÇÕES entre ÓRGÃOS de SOBERANIA de DIFERENTES ORGANIZAÇÕES do PODER, RELATIVAS a toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO dos AGENTES ECONÓMICOS na VIDA do REINO de PORTUGAL.

18 – Os DUCANDOS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES FIRMADAS pelos DUQUES e pelas DUQUESAS de cada um DUCADO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO e a SUAS MAJESTADES, RELATIVAS a toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ADMINISTRATIVO da VIDA do REINO de PORTUGAL.

19 – Os DIPLOMAS EMBAIXARIANOS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES e RECOMENDAÇÕES dos EMBAIXADORES, REPRESENTANTES MÁXIMOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, a SUAS MAJESTADES, tendo em vista o EVOCAR e EXPOR, a SITUAÇÃO, ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL, PASSADA, PRESENTE e FUTURA da COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA no MUNDO, o RELACIONAMENTO dos CIDADÃOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS com os NOBRES POVOS SOBERANOS ANFITRIÕES e os LAÇOS de AMIZADE e ACORDOS DIPLOMÁTICOS INSTITUÍDOS ao longo dos TEMPOS por AMBOS os ESTADOS SOBERANOS, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, remete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO, na INTEGRA ou não se consideradas partes SEGREDO de ESTADO e se IMPLEMENTE como LEI.

20 – Os DIPLOMAS CONSULARES IMPERIAIS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES e RECOMENDAÇÕES dos CÔNSULES IMPERIAIS presentes nos ÓRGÃOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, a SUAS MAJESTADES, tendo em vista o APROFUNDAR a RELAÇÃO de UNIDADE, IDENTIDADE e AMIZADE INSTITUÍDA ao longo dos SÉCULOS, FORTALECER os LAÇOS e TRAÇOS de um SÓ POVO IMPERIAL PORTUGUÊS e IMPLEMENTAR os ACORDOS IMPERIAIS, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS a EMPREENDER pelos OITO REINOS constituintes do IMPÉRIO PORTUGUÊS, para a SUPERAÇÃO das DIFICULDADES e dos PROBLEMAS com que se vêm CONFROTADOS, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, remete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

21 – Os DIPLOMAS CONSULARES INTERNACIONAIS, são EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES e RECOMENDAÇÕES dos CÔNSULES INTERNACIONAIS, presentes nos ÓRGÃOS INTERNACIONAIS, nos quais consta a PRESENÇA, PARTICIPAÇÃO e REPRESENTATIVIDADE PORTUGUESA, a SUAS MAJESTADES, tendo em vista o REFORÇO dos ACORDOS INTERNACIONAIS a EXISTIR, na IMPOSIÇÃO de uma RELAÇÃO de UNIDADE, AMIZADE e PAZ, entre os NOBRES POVOS, do RESPEITO MÚTUO a fazer CUMPRIR entre os NOBRES POVOS, em prol da HISTÓRIA, IDENTIDADES e SOBERANIAS presentes ao longo dos TEMPOS da HISTÓRIA HUMANA no GLOBO TERRESTRE, da COOPERAÇÃO, APOIO e AJUDA MÚTUA a INSTITUIR entre os ESTADOS SOBERANOS, da

DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS, do PLANETA, dos ESTADOS SOBERANOS e do HOMEM em todo o seu EXISTIR e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INTERNACIONAIS a EXIGIR e a fazer CUMPRIR por todos os NOBRES POVOS, que após ANÁLISE, RESOLUÇÃO e APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES envolvidos, remete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que PROMULGUE, se processe a PUBLICAÇÃO e se IMPLEMENTE como LEI.

ARTIGO SEXTO – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO ELEITORAL.

1 – Compete aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de forma RIGOROSA, CORRECTA e SIGILOSA, estabelecer a LIBERDADE de OPINIÃO, a IGUALDADE de OPORTUNIDADE e a GARANTIA da HONRA no tratamento de todas as candidaturas, a todos os CIDADÃOS ELEITOS e ELEITORES, em cada uma ELEIÇÃO aos ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, bem como estabelecer e firmar de forma PRECISA, JUSTA e com a máxima TRANSPARÊNCIA exigida, a IMPARCIALIDADE e o EQUILÍBRIO em todo o processo ELEITORAL, de forma a conquistar em toda a SELECÇÃO, a SUPREMACIA dos CANDIDATOS ELEITOS na HIERARQUIA, ao DESEMPENHO e EXERCÍCIO de FUNÇÕES.

2 – No ACTO de DESTITUIÇÃO de algum dos ELEITOS na HIERARQUIA, de RENÚNCIA de MANDATO do CARGO que ocupam ou do FALECIMENTO durante o período de VIGÊNCIA de FUNÇÕES, de algum dos ELEITOS LEGISLATIVOS, compete ao REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, no imediato colmatar a falha presente delegando a RESPONSABILIDADE num outro CIDADÃO, ELEITO e ELEITOR, até que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS possam restituir a PIRAMIDE LEGISLATIVA abalada procedendo de acordo com os critérios ELEITORAIS de cada uma ELEIÇÃO.

3 – O JULGAMENTO da REGULARIDADE e da VALIDADE dos ACTOS de PROCESSO ELEITORAL, compete ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACTO ELEITORAL.

1 – A todos os CIDADÃOS ELEITOS e ELEITORES, compete o DIREITO de CONTESTAÇÃO do ACTO ELEITORAL do qual participem, utilizando a EXPOSIÇÃO CONTESTUTÁRIA LEGISLATIVA, como INSTRUMENTO capaz de IMPOR aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS uma NOVA AVALIAÇÃO do PROCESSO ELEITORAL em causa, na PESSOA do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – REFERENDO.

1 – Todos os CIDADÃOS, residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os PORTUGUESES residentes no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, ELEITOS e ELEITORES, podem ser chamados a pronunciar-se, através de REFERENDO, por decisão de SUAS MAJESTADES, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, mediante proposta dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e das ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS envolventes, convocados por ÉDITO REAL, em caso de diferendo entre o ORGÃO de SOBERANIA RÉGIO e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURIDICOS, em matérias das respectivas COMPETÊNCIAS, só podendo ter por objecto questões de RELEVANTE interesse NACIONAL, que devam ser decididas por SUAS MAJESTADES, pelos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e pelas ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS envolventes, que delegam nas INSTÂNCIAS JÚRICAS do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS a RESOLUÇÃO da mesma, através da APROVAÇÃO do ACTO LEGISLATIVO, podendo o mesmo afirmar um âmbito REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL, sempre que o DIFERENDO entre os ÓRGÃOS de SOBERANIA, se potenciem em termos do ESPAÇO GEOGRÁFICO definido, constando:

a) ALTERAÇÕES à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, LEGISLATIVA, ADMINISTRATIVA e PRODUTIVA, relacionados com a função, organização, formação, composição, competências e funcionamento dos ÓRGÃOS de SOBERANIA;

b) QUESTÕES e ACTOS ECONÓMICOS, relacionados com o conteúdo ORÇAMENTAL, TRIBUTÁRIO e FINANCEIRO;

c) QUESTÕES e ACTOS HUMANOS, relacionados com o modo de SER, ESTAR e EXISTIR HUMANO PORTUGUÊS;

d) QUESTÕES e ACTOS CULTURAIS, relacionados com a HERANÇA perpetuada pelos NOSSOS ANTEPASSADOS REAIS, desde o ano MIL CENTO e VINTE e OITO, que produziram toda uma RAZÃO de EXISTIR SOBERANO, com IDIOMA, com LAÇOS e TRAÇOS que UNEM todo o NOSSO NOBRE POVO PORTUGUÊS;

e) QUESTÕES de ÂMBITO EXTERNO;

f) RECTIFICAÇÃO das FRONTEIRAS.

2 – Cada um referendo recairá sobre uma MATÉRIA ESPECÍFICA, devendo ser formuladas as questões com toda a OBJECTIVIDADE, CLAREZA e PRECISÃO que se lhe IMPÕE, para respostas de SIM e de NÃO, num número máximo de perguntas a FIXAR por LEI em cada momento, a qual determinará igualmente as demais condições de FORMULAÇÃO e de EFECTIVAÇÃO de REFERENDOS.

3 – SUA MAJESTADE, submete aos ÓRGÃOS JURÍDICOS em DIFERENDO, a FORMULAÇÃO dos CONTEÚDOS do REFERENDO, de modo a que o mesmo seja

APROVADO ou REVOGADO por ambos os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, que o CONFIRMAM ou DEVOLVEM com as CORRECÇÕES necessárias e precisas, para que o mesmo seja APROVADO ou CORRIGIDO pelo ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO, as vezes necessárias até o CONTEÚDO corresponder e EXPLICITAR com o MÁXIMO RIGOR e PRECISÃO o DIFERENDO EXISTENTE e as DIFERENTES ANÁLISES, para que o ELEITORADO possa DECIDIR sobre a APROVAÇÃO ou a RECUSA da MATÉRIA em QUESTÃO.

4 – Aprovado o CONTEÚDO do REFERENDO, SUA MAJESTADE, por ÉDITO REAL, faz PUBLICAR nos TRÊS DIAS consecutivos ao ACORDO entre AMBAS as INSTÂNCIAS de SOBERANIA, os CONTEÚDOS FORMALIZADOS e coloca à DISCUSSÃO na PRAÇA PÚBLICA, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no TERRITÓRIO IMPERIAL e no MUNDO se a questão o IMPUSER, durante QUINZE DIAS as diferentes CORRENTES de OPINIÃO, pelo que no FIM-DE-SEMANA a seguir ao TÉRMINO da discussão e durante os DOIS DIAS que o constituem, se procede à VOTAÇÃO do mesmo, podendo os ELEITOS e ELEITORES NACIONAIS que se ausentem do seu CÍRCULO ELEITORAL, VOTAR em qualquer um ÓRGÃO LEGISLATIVO do ESTADO PORTUGUÊS, os ELEITOS e ELEITORES residentes no IMPÉRIO, VOTAR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVO de cada uma NAÇÃO constituinte do IMPÉRIO PORTUGUÊS e os ELEITOS e ELEITORES residentes no MUNDO, em cada uma EMBAIXADA do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO.

5 – O REFERENDO passa a ter efeito VINCULATIVO, após a ANÁLISE do RESULTADO da VOTAÇÃO dos ELEITOS e ELEITORES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no TERRITÓRIO IMPERIAL e no MUNDO, pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS.

ARTIGO NONO – ÓRGÃOS COLEGIAIS.

1 – Com EXCEPÇÃO das REUNIÕES dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e das REUNIÕES DIPLOMÁTICAS, CONSULARES, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, todas as REUNIÕES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, LEGISLATIVOS, ADMINISTRATIVOS e PRODUTIVOS, das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, MUNICIPAIS, CONCELHIAS, REGIONAIS e NACIONAIS, são PÚBLICAS, podendo as REUNIÕES COMEMORATIVAS da VIDA do REINO de PORTUGAL, NACIONAIS, REGIONAIS, CONCELHIAS e MUNICIPAIS, serem REALIZADAS em LOCAIS DEFINIDOS para a sua REALIZAÇÃO de forma a abranger o MAIOR número de CIDADÃOS POSSÍVEL.

2 – As DELIBERAÇÕES dos ÓRGÃOS COLEGIAIS, são empreendidas com a PRESENÇA, OPINIÃO e DECISÃO de todos os MEMBROS LEGAIS que os CONSTITUEM e COMPÕEM, alertando as mesmas para as VANTAGENS e para os INCONVENIENTES constantes em cada um DELIBERAÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO – ESTATUTO DOS TÍTULARES DE CARGOS LEGISLATIVOS.

1 – Os CIDADÃOS TÍTULARES de CARGOS LEGISLATIVOS, usufruem do ESTATUTO de SUAS EXCELÊNCIAS, EXERCENDO as suas FUNÇÕES DIÁRIAS nos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS para os quais foram ELEITOS e NOMEADOS, regendo-se pelos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, respondendo CIVIL e CRIMINALMENTE, pelos ACTOS, PALAVRAS, ATITUDES, GESTOS, ACÇÕES e OMISSÕES que pratiquem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo presente o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que firmam para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR, para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

2 – Como CONSEQUÊNCIAS do respectivo INCUMPRIMENTO, serão JULGADOS pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUES, que agravará e TRIPLICARÁ as penas a aplicar a todos os TITULARES de CARGOS LEGISLATIVOS perante os CRIMES por estes PRATICADOS, incluindo no IMEDIATO a DESTITUIÇÃO do CARGO que EXERCE, o FIM do MANDATO que CUMPRE, a PERDA do TÍTULO NOBILIÁRQUICO e para toda a VIDA do ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, correspondendo ao fim do EXERCÍCIO de FUNÇÕES LEGISLATIVAS.

3 – O EXERCÍCIO dos TITULARES ELEITOS de CARGOS LEGISLATIVOS, implica a INCOMPATIBILIDADE, para com o DESEMPENHO de qualquer uma outra FUNÇÃO ESPECÍFICA LABORAL.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA TÍTULATURA.

1 – OSTENTAM, SUAS MAJESTADES os SIMBOLOS MÁXIMOS de todo um SER, ESTAR e EXISTIR VIVO PORTUGAL, a COROA, o TRONO REAL e a REGÊNCIA e CONDUÇÃO de toda uma IDENTIDADE, UNIDADE e RAZÃO da SOBERANIA do REINO PORTUGAL, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no TERRITÓRIO IMPERIAL PORTUGUÊS e no MUNDO e os INFANTES e INFANTAS HERDEIROS ao TRONO REAL que da RELAÇÃO BROTEM e FLUAM, na SUCESSÃO HEREDITÁRIA da FAMÍLIA REAL como REGENTES VITALÍCIOS, ETERNOS e INFINITOS, à FRENTE DOS DESTINOS do REINO de PORTUGAL.

2 – OSTENTAM os TÍTULOS HONORÍFICOS VITALÍCIOS, ETERNOS e INFINITOS, na HIERARQUIA por SUAS MAJESTADES constituídos em todo o CICLO LABORAL da VIDA do REINO de PORTUGAL, HEREDITÁRIOS na SUCESSÃO das FAMÍLIAS que COMPÕEM a FAMÍLIA REAL, ALTEZAS, EXCELÊNCIAS, MARQUESES, DUQUES, CONDES, VISCONDES, BARÕES, BURGUESES, MERCADORES, GUARDIÃOS, TURQUESES e SAGES.

3 – OSTENTAM, os TÍTULOS HONORÍFICOS TEMPORÁTICOS, por SUAS MAJESTADES constituídos em todo o CICLO LABORAL da VIDA do REINO de PORTUGAL, que COMPÕEM a FAMÍLIA REAL, MESTRINS e CAVALEIROS.

4 – Compete a SUAS MAJESTADES, em cada MOMENTO da VIDA do REINO PORTUGAL, a ATRIBUIÇÃO de TÍTULOS HONORÍFICOS NOBILIÁRQUICOS correspondentes a todos os CIDADÃOS que se NOTABILIZEM e DISTINGAM nas RESPONSABILIDADES a FIRMAR na VIDA do REINO PORTUGAL.

5 – A falta de LEALDADE e FIDELIDADE à FAMÍLIA REAL PORTUGUESA, ao REINO PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, a falta de PATRIOTISMO, a CONSPIRAÇÃO, o ATENTADO e a TRAIÇÃO à FAMÍLIA REAL e aos VALORES e PRINCÍPIOS que REGEM a SOBERANIA PORTUGUESA, a IDENTIDADE, UNIDADE e REALEZA HISTÓRICA PORTUGUESA, serão PUNIDOS severamente pelo ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, com PENAS de PRISÃO EFECTIVA até ao FIM da VIDA e com a PERDA do TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO.

6 – São TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS do REINO de PORTUGAL:

- a) REI e RAINHA de PORTUGAL;
- b) INFANTES e INFANTAS de PORTUGAL;
- c) DUQUES – ADMINISTRADORES;
- d) CONDES – CAPITAL;
- e) VISCONDES – PRODUTORES;
- f) BARÕES – INDUSTRIAIS, ENERGIAS e CONSTRUÇÃO;
- g) BURGUESES – COMERCIANTES e JOGO;
- h) MERCADORES – TRANSPORTES;
- i) GUARDIÃOS – ARMAZENISTAS;
- j) TURQUESES – COMUNICAÇÃO;
- k) SAGES – CIENTISTAS;
- l) MESTRINS – PROFISSIONAIS LIBERAIS;
- m) CAVALEIROS – NOBREZA e DISTINÇÃO;
- n) NOBRES – PROFISSIONAIS QUALIFICADOS;
- o) ALTEZAS – TRIBUNAIS;
- p) EXCELÊNCIAS – LEGISLADORES;
- q) SOCIÓLOGOS – SOCIAIS;
- r) FISCALISTAS – FISCAIS;
- s) SOLICITADORES – NOTARIAIS;
- t) SAPADORES – PREVENÇÃO;
- u) MILITARES – SEGURANÇA;
- v) AGENTES – ORDEM;
- w) MECENAS – ARTES;
- x) XAMÃ – SAÚDE;
- y) DRUIDAS – EDUCAÇÃO;
- z) DESPORTISTAS – DESPORTO;
- aa) EMINÊNCIAS – RELIGIÃO.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA RENOVAÇÃO.

1 – Nenhum CIDADÃO com o ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, pode ser privado do EXERCÍCIO de FUNÇÕES LEGISLATIVAS, enquanto CANDIDATO a TITULAR dos CARGOS do PODER LEGISLATIVO, de âmbito INTERNACIONAL, NACIONAL, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PUBLICIDADE DOS ACTOS NORMATIVOS.

1 – São OBRIGATÓRIOS a PUBLICAÇÃO no JORNAL OFICIAL da COROA REAL PORTUGUESA, QUOTIDIANO MONÁRQUICO, a COMUNICAÇÃO no CANAL TELEVISIVO OFICIAL da COROA REAL PORTUGUESA, CANAL CONSTITUCIONAL e a DIVULGAÇÃO na ESTAÇÃO de RÁDIO da COROA REAL PORTUGUESA, ESTAÇÃO RÉGIA, todos os ACTOS NORMATIVOS:

- a) ÉDITOS de SUAS MAJESTADES;
- b) LEIS CONSTITUCIONAIS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS;
- c) NORMAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA;
- d) OFÍCIOS:
 - 1 – ESTATAIS, do PRIMEIRO-MINISTRO.
 - 2 – GOVERNAMENTAIS, dos GOVERNANTES.
 - 3 – CONSELHEIRIAIS, dos CONSELHEIROS.
 - 4 – AUTÁRQUICOS, dos AUTARCAS.
- e) DECRETOS:
 - 1 – PRESIDÊNCIAIS, das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS LEGISLATIVAS, MUNICIPAIS, CONCELHIAS, REGIONAIS e NACIONAIS.
 - 2 – MINISTERIAIS, das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES ADMINISTRATIVOS, CONCELHIAS, REGIONAIS e NACIONAIS.
 - 3 – BASTONÁRIOS, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES PRODUTIVAS, CONCELHIAS, REGIONAIS e NACIONAIS.
- f) PROJECTOS-LEI:
 - 1 – LEGISLATIVOS, dos PRESIDENTES das ÁREAS PRESIDÊNCIAS, MUNICIPAIS, CONCELHIOS, REGIONAIS e NACIONAIS.
 - 2 – ADMINISTRATIVOS, dos MINISTROS dos SECTORES MINISTERIAIS, CONCELHIOS, REGIONAIS e NACIONAIS.

3 – PRODUTIVOS, dos BASTONÁRIOS das ARTES BASTONÁRIAS, CONCELHIOS, REGIONAIS e NACIONAIS.

g) ACORDÃOS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA;

h) DIPLOMAS:

1 – EMBAIXARIANOS, das EMBAIXADAS.

2 – CONSULARES IMPERIAIS, dos ÓRGÃOS IMPERIAIS.

3 – CONSULARES INTERNACIONAIS, dos ÓRGÃOS INTERNACIONAIS.

i) Os REGIMENTOS, ESTATUTOS e REGULAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA;

j) Os ANÚNCIOS e RESULTADOS das ELEIÇÕES para os ÓRGÃOS de SOBERANIA;

l) Os ANÚNCIOS e RESULTADOS dos REFERENDOS REALIZADOS, de âmbito NACIONAL, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL;

m) A INSTITUIÇÃO dos REAIS CONCURSOS ESTATAIS e os seus RESULTADOS;

n) OS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DO REINO DE PORTUGAL;

o) AS EXONERAÇÕES, RENÚNCIAS E LOUVORES;

p) A ATRIBUIÇÃO de SUAS MAJESTADES de TÍTULOS HONORÍFICOS NOBILIÁRQUICOS;

q) As CONVENÇÕES IMPERIAIS e os AVISOS e EXPOSIÇÕES a estas RESPEITANTES;

r) As CONVENÇÕES INTERNACIONAIS e os AVISOS e EXPOSIÇÕES a estas RESPEITANTES.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, COMUNICAÇÃO e DIVULGAÇÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

3 – SUAS MAJESTADES, determinam a forma de PUBLICIDADE dos demais ACTOS e as CONSEQUÊNCIAS da sua FALTA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, OBEDECENDO ao PRINCÍPIO da CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA do PODER ESTATAL, cujas FUNÇÕES se CENTRAM na DELIBERAÇÃO, REPRESENTAÇÃO e IMPOSIÇÃO do PODER LEGISLATIVO do REINO de PORTUGAL, NÃO POSSUEM PATRIMÓNIO, NEM POSSUEM FINANÇAS PRÓPRIAS.

2 – Os CUSTOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS do PODER LEGISLATIVO, bem como os CUSTOS do EXERCÍCIO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, no ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO da CONTA CORRENTE do REAL BANCO DE PORTUGAL, de cada um DUCADO RESPECTIVO e quando por FALTA de LIQUIDEZ do RESPECTIVO DUCADO, por TRANSFERÊNCIA do SALDO da CONTA CORRENTE do ESTADO do REAL BANCO DE PORTUGAL, após APROVAÇÃO dos BALANÇOS MENSAIS do REINO de PORTUGAL e DELIBERAÇÃO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

3 – Os CUSTOS do DESEMPENHO de FUNÇÕES dos TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS e dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, bem como os ENCARGOS FISCAIS e SOCIAIS serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, no ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO da CONTA CORRENTE do ESTADO do REAL BANCO DE PORTUGAL, visando deste modo a JUSTA, CORRECTA e RIGOROSA REPARTIÇÃO dos RECURSOS ESTATAIS por todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, face às suas DESPESAS SALARIAIS CORRENTES e a todo um EVOLUIR PRESENTE e PROGRESSIVO da ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL a EMPREENDER.

4 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, NÃO DISPÕEM de PODERES TRIBUTÁRIOS, sendo este ESTABELECIDO pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO para todo o REINO de PORTUGAL e de ACORDO com os PRINCÍPIOS e OBJECTIVOS a CUMPRIR, no fazer face às EXIGÊNCIAS dos MOMENTOS.

5 – Aos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, NÃO COMPETE o ARRECADAR de RECEITAS e de PATRIMÓNIO PRÓPRIO, mas SIM o DEVER de VIABILIZAR a ACÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao RENTABILIZAR dos MEIOS FÍSICOS do ESTADO, na PROSECUÇÃO do BEM-ESTAR COMUM da POPULAÇÃO, sendo as RECEITAS APURADAS no EXERCÍCIO e DESEMPENHO das FUNÇÕES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO, CONTABILIZADAS e TRANSFERIDAS no IMEDIATO MOMENTO ou no FINAL de cada um TURNO LEGISLATIVO para as CONTAS do REAL BANCO DE PORTUGAL do DUCADO CORRESPONDENTE à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os QUADROS ESPECÍFICOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS AUFEREM de VENCIMENTOS

CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTOS:

- a) CONTABILISTAS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- b) TESOUREIROS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- c) SECRETÁRIOS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- d) BIBLIOTECÁRIOS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- e) MOTORISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- f) TELEFONISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- g) TÉCNICOS de INFORMÁTICA, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- h) TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- i) TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- j) TÉCNICOS de HOTELARIA, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- l) TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- m) MÉDICOS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- n) ENFERMEIROS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As FÉRIAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, CORRESPONDEM às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, ESTABELECIDAS pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA entre a SUGESTÃO APRESENTADA pelos TÍTULARES dos CARGOS, a ANÁLISE efectuada pela COMISSÃO de PROFISSIONAIS e a APROVAÇÃO do RESPECTIVO REPRESENTANTE MÁXIMO de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO.

2 – Os TÍTULARES dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, APRESENTAM até ao FINAL do MÊS de OUTUBRO do ANO ANTECEDENTE ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO à COMISSÃO de PROFISSIONAIS do ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO CORRESPONDENTE, que após a OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da OPINIÃO de todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES e a ESPECIFICIDADE do EXERCÍCIO PROFISSIONAL, PROCEDE a uma ACTA de FÉRIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO RESPECTIVO, a APRESENTAR até ao FINAL do MÊS de NOVEMBRO ao REPRESENTANTE MÁXIMO do ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO CORRESPONDENTE que após VERIFICAR os PERÍODOS, o EXERCÍCIO PROFISSIONAL e a PRESENÇA em todo o MOMENTO da sua

AUSÊNCIA de PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS nas mesmas ARTES BASTONÁRIAS, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE na INSTITUIÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA LEGISLATIVOS.

1 – As AUSÊNCIAS e FALTAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS, deveram ser COMUNICADAS no IMEDIATO, pelo REPRESENTANTE MÁXIMO do ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO RESPECTIVO, ao DUCADO da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO CORRESPONDENTE.

2 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO LEGISLATIVA COMPORTA, no CONTINUO DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos QUADROS ESPECÍFICOS ESTATAIS a todos os CIDADÃOS, do FUNDAMENTAL CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, NÃO PERMITE FALTAS INJUSTIFICADAS ao LONGO de cada uma LEGISLATURA, PODENDO EXISTIR FALTAS por MOTIVOS de SAÚDE, CONFIRMADAS por a ÁREA da SAÚDE e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, CONFIRMADAS pelos MOTIVOS e RAZÕES das MESMAS.

TÍTULO SEGUNDO – SUAS MAJESTADES, EL REI E RAINHA, INFANTES E INFANTAS, MEMBROS DA FAMÍLIA REAL DE SUAS MAJESTADES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, são o GARANTE da SOBERANIA e da INDEPENDÊNCIA do REINO de PORTUGAL, face ao MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS, a REALEZA de toda uma IDENTIDADE, UNIDADE e RAZÃO do ESTADO PORTUGUÊS e do EFECTIVO, NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO das INSTITUIÇÕES MONÁRQUICAS e são por INERÊNCIA das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES REPRESENTANTES SUPREMOS de todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS e de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e CIDADÃOS EXTERNOS PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – COROAÇÃO.

1 – SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, são COROADOS por VONTADE DIVINA, do REI SOL, da RAINHA TERRA e da PRINCESA LUA, que UNIU com AMOR, TERNURA e CARINHO SUAS MAJESTADES e os INVESTIU da LUZ e do EXPOENTE MÁXIMO da CONSCIÊNCIA HUMANA VIVA, ILUMINISTA, PLANETÁRIA e HUMANISTA.

ARTIGO TERCEIRO – REINADO.

1 – SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, são COROADOS no PRIMEIRO DIA da UNIDADE do REINO de PORTUGAL, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e pelos ÓRGÃOS do PODER ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PRESENTE no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CESSAM o REINADO por DELEGAÇÃO de SUAS MAJESTADES nos DESCENDENTES da FAMÍLIA REAL.

ARTIGO QUARTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – SUAS MAJESTADES, tomam POSSE PERANTE os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e os ÓRGÃOS do PODER ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL PRESENTES no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

2 – A POSSE EFECTUA-SE no ULTIMO DIA do MANDATO de EL REI e RAINHA CESSANTE ou no CASO de SUCESSÃO por VIA EXTRAORDINÁRIA, no SÉTIMO DIA após os ACONTECIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS que DITARAM o AFASTAMENTO do MANDATO de EL REI e RAINHA VIGENTE.

3 – No ACTO da POSSE SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA PRESTAM como JURAMENTO e GARANTE da UNIDADE, IDENTIDADE e SOBERANIA do REINO de PORTUGAL face ao MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS, a SEGUINTE DECLARAÇÃO de COMPROMISSO e AFIRMAÇÃO perante o NOBRE POVO PORTUGUÊS, o REINO de PORTUGAL, o IMPÉRIO PORTUGUÊS, todas as NAÇÕES SOBERANAS, o PLANETA TERRA, os ASTROS do UNIVERSO e DEUS.

“ Eu, (NOME PRÓPRIO), com toda a minha REALEZA, NOBREZA e HONRA, com todo o meu SENTIDO de ESTADO, de JUSTIÇA e de UNIDADE, com todo o meu RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO, com toda a minha LUZ, COR, VIDA, MAGIA e com toda a minha MELODIA, com todo o meu SER, ESTAR e EXISTIR, GUERREIRO/GUERREIRA, PATRIOTA, MILITAR, SOLDADO e POETA/POETIZA, com todo o meu BRILHO, ENCANTO e GLAMOUR, com toda a minha FORÇA, CORAGEM e PODER, com toda a minha CHAMA, CORAÇÃO e CONSCIÊNCIA e com todo o meu ILUMINISMO e HUMANISMO, AFIRMO DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, os PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES da CONSCIÊNCIA de um POVO NOBRE, ORGULHOSO e HONRADO, AFIRMAR o DOM e a RESPONSABILIDADE de GARANTIR a IDENTIDADE, UNIDADE e RAZÃO da SOBERANIA PORTUGUESA e a INDEPENDÊNCIA do REINO de PORTUGAL, face ao MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS, de SER o REPRESENTANTE

SUPREMO de todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS PRESENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL, AFIRMO a LEALDADE e FIDELIDADE ao REINO de PORTUGAL, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA, a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e à UNIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS, CONSTITUÍDO por OITO REINOS SOBERANOS, INDEPENDENTES, FORTES, GRANDIOSOS e ROBUSTOS, ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, cujos LAÇOS e TRAÇOS PERPETUAM a RAZÃO de todo um EXISTÊNCIA HUMANA TERRENA UNIDA de COMPREENSÃO, AJUDA e COOPERAÇÃO no TEMPO e cujo EXPOENTE MÁXIMO se ELEVA num IDIOMA VIVO que ENTOA em todo o PLANETA TERRA, AFIRMO RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL, com todos os REINOS e NOBRES POVOS do MUNDO, AMAR o PLANETA TERRA que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e PROMETO DESEMPENHAR com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA e com o MÁXIMO AMOR, PAIXÃO e CARINHO as FUNÇÕES para que me PROCLAMO (REI/RAINHA) de PORTUGAL. Em prol de SUAS MAJESTADES, (DA/DO) (REI/RAINHA) que EU AMO, do NOBRE POVO PORTUGUÊS, do REINO de PORTUGAL, do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, de um MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS em PAZ, com UNIDADE e COOPERAÇÃO, com RESPEITO, RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO de TODAS AS NAÇÕES PARA COM TODAS AS NAÇÕES SOBERANAS, do PLANETA TERRA e de todos os SERES VIVOS que o CONSTITUEM, de todos os ASTROS no CEÚ que ILUMINAM com o seu BRILHO e LUZ a CONSCIÊNCIA de todo o SER VIVO e de um DEUS PODEROSO que CONSTITUI um UNIVERSO MARAVILHOSO de VIDA à IMAGEM da sua ELOQUÊNCIA. VIVA SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, VIVA o NOBRE POVO PORTUGUÊS, VIVA o REINO de PORTUGAL, VIVA o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, VIVA todas as NAÇÕES SOBERANAS MUNDIAIS, VIVA o PLANETA TERRA, todos os ASTROS no CÉU e DEUS TODO O PODEROSO. Com todo o meu SENTIDO de VITÓRIA, de JUSTIÇA e de CONQUISTA, que todos os NOSSOS SONHOS se IMPONHAM, CONCRETIZEM e REALIZEM no PLANETA TERRA.

ARTIGO QUINTO – SUCESSÃO.

1 – A SUCESSÃO ao TRONO do REINO de PORTUGAL, PROCESSA-SE por VIA HEREDITÁRIA nos DESCENDENTES da FAMÍLIA REAL de SUAS MAJESTADES, sendo esta DEFINIDA e ESTRUTURADA pela SEGUINTE ORDEM de SUCESSÃO:

- a) INFANTE PRIMOGENITO;
- b) INFANTA PRIMOGENITA.

2 – No caso de a FAMÍLIA REAL não POSSUIR DESCENDÊNCIA HEREDITÁRIA à SUCESSÃO do TRONO REAL PORTUGUÊS, PROCESSARÁ à SUCESSÃO por VIA PARENTAL nos COLATERAIS dos LAÇOS FAMILIARES do

PRIMEIRO REI e RAINHA da QUINTA DINASTIA PORTUGUESA, COMPETINDO a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA em UNÍSSONO com SUAS ALTEZAS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS a DEFINIÇÃO dos CRITÉRIOS da SUCESSÃO ao TRONO REAL PORTUGUÊS.

3 – Em caso algum a sucessão ao TRONO REAL PORTUGUÊS e à COROA REAL PORTUGUESA recairá num CIDADÃO ESTRANGEIRO.

ARTIGO SEXTO – AUSÊNCIA DO TERRITÓRIO.

1 – SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, não podem AUSENTAR-SE do REINO de PORTUGAL, sem o ASSENTIMENTO do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, sendo SUBSTITUÍDOS pelos VICE-REIS e pelas VICE-RAINHAS.

ARTIGO SÉTIMO – VICE-REIS E VICE-RAINHAS.

1 – Durante a AUSÊNCIA de SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, do IMPEDIMENTO TEMPORÁRIO de FUNÇÕES de SUAS MAJESTADES, bem como durante o PERÍODO de SUCESSÃO por VIA EXTRAORDINÁRIA e da REGÊNCIA da MAIORIDADE dos INFANTES e das INFANTAS, AFIRMARÁ o CARGO de SOBERANO do REINO de PORTUGAL, os VICE-REIS e as VICE-RAINHAS, DENOMINADOS por SUAS MAJESTADES por VIA dos LAÇOS FAMILIARES de SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL.

2 – Em todo o DECURSO do EXERCÍCIO da REGÊNCIA dos VICE-REIS e VICE-RAINHAS, não se PROCEDERÃO à ALTERAÇÃO dos PRINCIPIOS e VALORES CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS PORTUGUESES, REGENDO-SE os VICE-REIS e as VICE-RAINHAS pela LEALDADE e FIDELIDADE de SUAS ALTEZAS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, ao REINO de PORTUGAL e ao NOBRE POVO PORTUGUÊS.

3 – Durante o PERÍODO da REGÊNCIA dos INFANTES e INFANTAS, os VICE-REIS e VICE-RAINHAS, GARANTIRAM a MATURIDADE dos INFANTES e das INFANTAS e a SOBERANIA e INDEPENDÊNCIA do REINO de PORTUGAL, face ao MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS, a IDENTIDADE, UNIDADE e a RAZÃO de todo um SER, ESTAR e EXISTIR HISTÓRICO VIVO e os LAÇOS e TRAÇOS de toda uma FORÇA IMPERIAL PORTUGUESA e são COADJUVADOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES de GOVERNAÇÃO do REINO de PORTUGAL, por SUAS ALTEZAS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO OITAVO – PODER JURÍDICO.

1 – COMPETE ao PODER JURÍDICO e aos seus ÓRGÃOS de SOBERANIA NACIONAIS, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR na EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO e CRESCIMENTO dos INFANTES e das INFANTAS na REGÊNCIA da MAIORIDADE dos VICE-REIS e VICE-RAINHAS, de FORMA à AFIRMAÇÃO dos PRINCÍPIOS e VALORES GERADORES de toda uma IDENTIDADE, UNIDADE e RAZÃO SOBERANA, de todo um SER, ESTAR e EXISTIR HISTÓRICO e VIVO do REINO de PORTUGAL no MUNDO e de toda uma EDUCAÇÃO CONSCIENTE das RESPONSABILIDADES e AFIRMAÇÃO perante o NOBRE POVO PORTUGUÊS, o REINO de PORTUGAL e o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, bem como AUXILIAR, COLABORAR e COOPERAR com os VICE-REIS e VICE-RAINHAS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES de GOVERNAÇÃO do REINO de PORTUGAL, no PERÍODO COMPREENDIDO pela REGÊNCIA da MATURIDADE dos INFANTES e das INFANTAS.

ARTIGO NONO – REFERENDA JURISDICCIONAL.

1 – CARECEM de REFERENDA do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, todos os ACTOS NORMATIVOS de SUAS MAJESTADES.

2 – A FALTA de REFERENDA JURISDICCIONAL, DETERMINA a INEXISTÊNCIA JURÍDICA do ACTO.

ARTIGO DÉCIMO – EXERCÍCIO DO PODER SUPREMO.

1 – Sendo SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, os SOBERANOS SUPREMOS do REINO de PORTUGAL e DETENDO a PARTICIPAÇÃO SOCIAL nos SECTORES de ACTIVIDADE ECONÓMICOS, EXERCEM LIVREMENTE o seu REINADO em prol da GOVERNAÇÃO da VIDA do REINO de PORTUGAL, sendo-lhes GARANTIDA LEALDADE e FIDELIDADE face aos DADOS, ELEMENTOS e INFORMAÇÕES que SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA NECESSITEM e PRECISEM para o EXERCÍCIO e DESEMPENHO das suas FUNÇÕES e o SUPREMO AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO face à FACULTAÇÃO dos MEIOS e INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS a todo o MOVIMENTO e ACÇÃO REAL de SUAS MAJESTADES, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, no ESPAÇO IMPERIAL PORTUGUÊS e no ESPAÇO INTERNACIONAL.

2 – SUAS MAJESTADES, no EXERCÍCIO e DESEMPENHO do ÂMBITO das suas RAZÕES, FUNÇÕES e COMPETÊNCIAS, em prol da OBTENÇÃO de DADOS, ELEMENTOS e INFORMAÇÕES e no DECURSO de todo o seu MOVIMENTO e

ACÇÃO GOVERNATIVO, OBTERÃO todas as PORTAS do REINO ABERTAS, não EXISTINDO OBSTÁCULOS face ao SEGREDO de ESTADO e de JUSTIÇA, DETENDO SUAS MAJESTADES a PLENITUDE do CONHECIMENTO e da INFORMAÇÃO que entendam RELEVANTES, NECESSÁRIAS e PRECISAS para o EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES GOVERNATIVAS para com o NOBRE POVO PORTUGUÊS, para com o REINO de PORTUGAL e para com o IMPÉRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROMULGAÇÃO E VETO.

1 – SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, têm o PRAZO de TRINTA DIAS CONTADOS da RECEPÇÃO de QUALQUER ACTO NORMATIVO para ser PROMULGADO como LEI, para se PRONUNCIAR FAVORAVELMENTE pela sua PROMULGAÇÃO e para o REMETER ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS de FORMA à sua PROMULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO e à IMPOSIÇÃO da LEI ou para EXERCER o DIREITO de VETO, devolvendo-o devidamente FUNDAMENTADO aos ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES com as ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à sua PROMULGAÇÃO.

2 – Nos CASOS em que SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA não vejam SUPERADOS por parte dos ÓRGÃOS de SOBERANIA as RECTIFICAÇÕES CORRESPONDENTES nos ACTOS NORMATIVOS, SUAS MAJESTADES REMETERAM no IMEDIATO os mesmos ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que no PRAZO de DEZ DIAS se PRONUNCIE pela INCONSTITUCIONALIDADE das NORMAS CONSTANTES dos ACTOS ou pela sua CONSTITUCIONALIDADE, dando ORIGEM ao PROCESSO de REFERENDO, a REALIZAR para o ESPAÇO GEOGRÁFICO ABRANGIDO por este DIFERENDO INSTITUCIONAL, tendo SUAS MAJESTADES que PROMULGAR os RESULTADOS do MESMO e as suas DELIBERAÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – FALTA DE PROMULGAÇÃO, ASSINATURA E CARIMBO REAL.

1 – A FALTA de PROMULGAÇÃO, ASSINATURA e CARIMBO da COROA REAL PORTUGUESA de quaisquer ACTOS NORMATIVOS PREVISTOS, IMPLICA a sua INEXISTÊNCIA JURÍDICA.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – São DIREITOS e REGALIAS de SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS:

- a) LIVRE-TRÂNSITO e DIREITO a PASSAPORTE ESPECIAL nas suas DESLOCAÇÕES ao IMPÉRIO PORTUGUÊS e ao MUNDO;

- b) CARTÃO ESPECIAL de IDENTIFICAÇÃO, com o MAIS ALTO GRAU NOBILIÁRQUICO do REINO de PORTUGAL, SUAS MAJESTADES SUPREMAS;
- c) SEGURANÇA PRIVADA em toda a sua VIDA, ACÇÃO e MOVIMENTO, no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL, POTENCIADA pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e pela GUARDA REAL PORTUGUESA.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

1 – Sendo SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA os SOBERANOS SUPREMOS do REINO de PORTUGAL e tendo PRESENTE as RAZÕES, RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES INERENTES ao EXERCÍCIO das suas COMPETÊNCIAS GOVERNATIVAS, REGEM-SE pelos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS e pelos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS RESIDENTES no ESPAÇO TERRITÓRIAL PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES RESIDENTES no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO.

2 – SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, RESPONDEM CIVIL e CRIMINALMENTE pelos ACTOS, PALAVRAS, GESTOS, ATITUDES, ACÇÕES e OMISSÕES que PRATIQUEM no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo PRESENTE o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que FIRMAM para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

3 – SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA nos CASOS de INFRACÇÕES, VIOLAÇÃO e CRIME, serão JULGADOS e PUNIDOS pelo REAL CONSELHO SUPERIOR de MAGISTRATURA PORTUGUÊS, que AGRAVARÁ e TRIPLICARÁ as PENAS a APLICAR, mantendo o EXERCÍCIO do PODER RÉGIO LIMITADO apenas e só ao ESTRITAMENTE NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO à GOVERNAÇÃO da UNIDADE, IDENTIDADE e RAZÃO SOBERANA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECLARAÇÃO DO ESTADO DE SÍTIO E DO ESTADO DE EMERGÊNCIA.

1 – SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, DECLARÃO as SITUAÇÕES do ESTADO de SÍTIO e do ESTADO de EMERGÊNCIA do REINO de PORTUGAL, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS pelos REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA ENVOLTOS na DELIBERAÇÃO e na RESOLUÇÃO dos PROBLEMAS GRAVES e SÉRIOS que ORIGINARAM a DECISÃO, MEDIANTE DELIBERAÇÃO dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES e do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, FUNDAMENTANDO as DECISÕES e OBSERVANDO as RESTRIÇÕES e SUSPENSÕES dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS e dos DEVERES RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS dos

CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES INERENTES às mesmas.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FAMÍLIARES DE SUAS MAJESTADES.

1 – COMPETE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, DELEGAR nos MEMBROS da FAMÍLIA REAL FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao AUXÍLIO, COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO de SUAS MAJESTADES no DESEMPENHO do EXERCÍCIO de FUNÇÕES, tendo PRESENTE a QUALIFICAÇÃO, o DOM CRIATIVO e a REALIZAÇÃO de cada um dos seus MEMBROS, sendo os mesmos REMUNERADOS em CONFORMIDADE com as RESPONSABILIDADES FIRMADAS para com o SENTIDO de GOVERNAÇÃO de SUAS MAJESTADES, para com o REINO de PORTUGAL e para com o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COMPANHIAS DE SUAS MAJESTADES NA CORTE.

1 – SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA, far-se-ão ACOMPANHAR DIÁRIAMENTE por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos CONDES e pela sua FAMÍLIA, que DELEGARÁ para cada DIA a PRESENÇA na CORTE de UMA das DEMAIS FAMÍLIAS de CONDES, por o MÉDICO da FAMÍLIA REAL e seus FAMILIARES, por um REPRESENTANTE DIA a DIA DIFERENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e sua FAMÍLIA, por UM ELEMENTO DIA a DIA DIFERENTE do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e sua FAMÍLIA, por UM ELEMENTO DIA a DIA DIFERENTE do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS e sua FAMÍLIA, por o MARECHAL dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, por o MARECHAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e por o MARECHAL da GUARDA REAL PORTUGUESA e pelos seus FAMILIARES, por um TURQUÊS DIA a DIA DIFERENTE e pela sua FAMÍLIA, por UM HISTORIADOR DIA a DIA DIFERENTE e pela sua FAMÍLIA e por UMA IMINÊNCIA RELIGIOSA DIA a DIA DIFERENTE e pelos seus FAMILIARES, bem como ENDEREÇARAM CONVITES a PERSONALIDADES e seus FAMILIARES que se DISTINGAM no EXERCÍCIO das VÁRIAS FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES ECONÓMICAS, HUMANAS e CULTURAIS da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS de SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA:

- a) PRESIDIR aos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES;
- b) PRESIDIR ao REAL CONSELHO SUPERIOR de MAGISTRATURA PORTUGUÊS;

- c) PRESIDIR ao SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO;
- d) PRESIDIR ao REAL CONSELHO SUPERIOR da SEGURANÇA PORTUGUÊS;
- e) PRESIDIR ao REAL CONSELHO SUPERIOR da PREVENÇÃO PORTUGUÊS;
- f) PRESIDIR ao REAL CONSELHO SUPERIOR da ORDEM PORTUGUÊS;
- g) PRESIDIR ao REAL CONSELHO SUPERIOR FISCAL PORTUGUÊS;
- h) PRESIDIR ao REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS;
- i) PRESIDIR ao REAL CONSELHO SUPERIOR NOTARIAL PORTUGUÊS;
- j) MARCAR e ANUNCIAR em HARMONIA com a LEI ELEITORAL, as DATAS e os PERÍODOS das ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES, bem como os RESULTADOS ELEITORAIS correspondentes;
- k) EMPOSSAR e NOMEAR os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- l) MARCAR e ANUNCIAR em HARMONIA com a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA a DATA dos REFERENDOS, a QUESTÃO REFERENDAL e as PERGUNTAS REFERENCIAIS, bem como os RESULTADOS correspondentes;
- m) MARCAR e ANUNCIAR de ACORDO com a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e em conformidade com os SECTORES MINISTERIAIS os REAIS CONCURSOS ESTATAIS, bem como os RESULTADOS CORRESPONDENTES;
- n) CONVOCAR EXTRAORDINARIAMENTE o SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO;
- o) DIRIGIR MISSIVAS REAIS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES da VIDA do REINO de PORTUGAL;
- p) Dar ASSENTIMENTO aos TITULARES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, bem como à AUSÊNCIA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS dos DUQUES e DUQUESAS dos correspondentes DUCADOS e do MARECHAL dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, do MARECHAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e do MARECHAL da GUARDA REAL PORTUGUESA.

2 – São COMPETÊNCIAS de SUAS MAJESTADES para PRÁTICA de ACTOS PRÓPRIOS:

- a) EXERCER as FUNÇÕES de COMANDANTES SUPREMOS:
 - 1 – Das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.
 - 2 – Da GUARDA REAL PORTUGUESA.
 - 3 - Dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES;
- b) EXERCER as FUNÇÕES SUPREMAS:
 - 1 – De SOLICITADOR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA NOTARIAIS PORTUGUESES.

2 – De SOCIÓLOGO nos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS PORTUGUESES.

3 – De FISCALISTA nos ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCAIS PORTUGUESES.

4 – De EXCELÊNCIA nos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS PORTUGUESES.

5 – De ALTEZA nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES;

- c) PROMULGAR e remeter ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para CONFIRMAÇÃO da PROMULGAÇÃO e correspondente PUBLICAÇÃO os ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES, CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ASSINAR os DIPLOMAS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS remetidos e APROVADOS pelas respectivas ASSEMBLEIAS REAIS;
- d) SUBMETTER a REFERENDO QUESTÕES de RELEVANTE INTERESSE NACIONAL e os DIFERIMENTOS entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e o REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS;
- e) DECLARAR o ESTADO de SÍTIO e o ESTADO de EMERGÊNCIA;
- f) PRONUNCIAR-SE sobre todas as EMERGÊNCIAS GRAVES para a VIDA do REINO de PORTUGAL, dirigindo MISSIVAS REAIS às ENTIDADE COMPETENTES e ESCLARECENDO a OPINIÃO PÚBLICA;
- g) INDULTAR e COMUTAR PENAS, escutado o REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- h) REQUERER ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS a APRECIACÃO PREVENTIVA da CONSTITUCIONALIDADE das NORMAS constantes dos ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL;
- i) REQUERER ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS a DECLARAÇÃO da INCONSTITUCIONALIDADE das NORMAS constantes dos ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL, bem como a VERIFICAÇÃO da INCONSTITUCIONALIDADE por OMISSÃO;
- j) CONFERIR TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS, CONDECORAÇÕES e LOUVORES nos termos da LEI e EXERCER a FUNÇÃO de GRÃO-MESTRE das ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS;
- k) CONCEDER AMNISTIAS, escutado o REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS;
- l) LEGISLAR sobre toda e qualquer TEMÁTICA, TEMA e MATÉRIA que envolva a VIDA do REINO de PORTUGAL e a DEFESA, INTEGRIDADE e SOBERANIA PORTUGUESA no PLANETA TERRA;
- m) ELABORAR os PLANOS de DESENVOLVIMENTO PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL;

- n) DEFENDER a LEGALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- o) EXERCER as DEMAIS FUNÇÕES CONSIGNADAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

3 – São COMPETÊNCIAS de SUAS MAJESTADES nas RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

- a) EMPOSSAR e NOMEAR os EMBAIXADORES, os JUÍZES EMBAIXADORES, os CÔNSULES e VICE-CÔNSULES, IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS e NOMEAR os ENVIADOS EXTRAORDINÁRIOS, sobre PROPOSTA das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dos SECTORES MINISTERIAIS e das ARTES BASTONÁRIAS respectivas;
- b) ACREDITAR os REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS ESTRANGEIROS no REINO de PORTUGAL;
- c) RATIFICAR os TRATADOS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS, após devida APROVAÇÃO das respectivas ASSEMBLEIAS REAIS COMPETENTES nas MATÉRIAS;
- d) DECLARAR a GUERRA em caso de AGRESSÃO EFECTIVA ou IMINENTE e ACORDAR a PAZ, sob PROPOSTA do REAL CONSELHO SUPERIOR DA SEGURANÇA PORTUGUÊS, escutado o REAL CONSELHO das ARMAS e sempre que possível face às ADVERSIDADES ENVOLTAS da DECLARAÇÃO, CONFIRMAÇÃO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS.

1 – SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL serão os DETENTORES de toda a PROPRIEDADE PATRIMONIAL ESTATAL e do CAPITAL FINANCEIRO ESTATAL do REINO de PORTUGAL, em toda a sua MOVIMENTAÇÃO e TRANSACÇÃO, sendo SUPERVISIONADOS pelo REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS, pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e pelo REAL BANCO de PORTUGAL.

TÍTULO TERCEIRO – REAIS CONSELHOS DE SUAS MAJESTADES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO E COMPOSIÇÃO.

1 – Os REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, são ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS de SUAS MAJESTADES, de APOIO, CONSULTA e ANÁLISE, nas DELIBERAÇÕES a IMPOR, de todo o PLANEAMENTO da ACÇÃO e do MOVIMENTO REAL GOVERNATIVO no ESPAÇO, tendo presente a IDENTIDADE, UNIDADE, RECTIDÃO, CORRECÇÃO e a PERFEIÇÃO GOVERNATIVA da VIDA do REINO PORTUGAL, sendo estes:

a) O REAL CONSELHO MARINHO, da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, VISCONDES, presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS, MAMÍFEROS, PEIXES e PLÂNCTON, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos GUARDIÃOS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS;

b) O REAL CONSELHO dos PECULTORES, da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, VISCONDES, presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, OVINOS, CAPRINOS, BOVINOS, GALINÁCEOS, LEPORÍDEOS, CAVALAR, PORCINOS, AVES, ASININOS e MUAR, INSECTOS, CANINOS, FELINOS, RÉPTEIS, VERMES e MAMÍFEROS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos DUQUES e das DUQUESAS, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos GUARDIÃOS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS;

c) O REAL CONSELHO CAMPESTRE, da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, VISCONDES, presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, HERBÁCEAS, FRUTOS, CEREAIS, FLORES, ERVAS, SOBREIRO, EUCALIPTO, ÁRVORES, ÁRVORE-DA-BORRACHA, OLIVEIRAS, SOLANÁCEAS, VINHA, ESPECIARIAS, SEMENTES, ALGODÃO, LINHO, CÂNHAMO, JUTA, SISAL, BETERRABA, OLEAGINOSAS, CACAU, CAFÉ, CHÁ e BAMBU, VERGA e VIME, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA

PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos DUQUES e das DUQUESAS, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos GUARDIÃOS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS;

d) O REAL CONSELHO EXTRACTOR, da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, VISCONDES, presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, AREIAS, TERRAS, METAIS, NÃO-METAIS e SUBMETAIS, CARVÃO, ROCHAS, CRUDE, GÁS, SAL, ÁGUA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos DUQUES e das DUQUESAS, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos GUARDIÃOS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS;

e) O REAL CONSELHO INDUSTRIAL, da INDÚSTRIA, BARÕES, presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da INDÚSTRIA, ALIMENTAR, VINHO, OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS, SUMOS, REFRIGERANTES, OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, TABACO, TÊXTEIS, CURTUMES, VESTUÁRIO, CALÇADO, MOBILIÁRIO, MADEIRA, CORTIÇA, PASTA DE PAPEL, PAPEL e CARTÃO, EDIÇÃO, REPRODUÇÃO, IMPRESSÃO, ENCADERNAÇÃO, QUÍMICA, SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS, PREPARAÇÕES PSICOTRÓPICAS, MEDICAMENTOS, PLÁSTICO, BORRACHA, CRISTALARIA, VIDRO, CERÂMICA, ROCHAS, PEDRAS, METALURGIA, ELÉCTRICO, ELECTRÓNICO, INFORMÁTICO, ÓPTICO, JOALHARIA, OURIVESARIA, RELOJOARIA, BÉLICO, RECICLAGEM, CIMENTO, BETÃO, ALCATRÃO, CERA, HOTELARIA, RESTAURAÇÃO e PANIFICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da CONSTRUÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA

PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos DUQUES e das DUQUESAS, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos GUARDIÃOS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

f) O REAL CONSELHO COMERCIAL, do COMÉRCIO, BURGUESES, presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA COMÉRCIO, MUSEUS, BELEZA, FEIRAS POPULARES E PARQUES DE DIVERSÃO, EVENTOS COMERCIAIS e COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PECUÁRIA e dos ANIMAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da AGRICULTURA e dos ANIMAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ARTES BELAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL DA ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da CONSTRUÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NOTARIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL FISCAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL LEGISLATIVA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL JURÍDICA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PREVENÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SEGURANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ORDEM, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da MÚSICA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da DANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ESCRITA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do CINEMA e da FOTOGRAFIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do DESPORTO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do JOGO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL UNIVERSAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA

PRESIDENCIAL da RELIGIÃO, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos DUQUES e das DUQUESAS, por o PRESIDENTE do REAL CONSELHO dos GUARDIÃOS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

g) O REAL CONSELHO DOS CONDES, FINANÇAS, CONDES,

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE do REAL BANCO de PORTUGAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA das FINANÇAS, BANCÁRIO, OBRIGAÇÕES, CERTIFICADOS, ACCÇÕES, EMPRÉSTIMOS, FUNDOS, TÍTULOS, SEGUROS, CÂMBIO, BENS DE FORTUNA e REAL BANCO DE PORTUGAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SEGURANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por DOIS CONDES RESPONSÁVEIS pela DLIBERAÇÃO de cada uma FAMÍLIA FINANCEIRA, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

h) O REAL CONSELHO ENERGÉTICO, ENERGIAS, BARÕES,

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA das ENERGIAS, SOLAR, GASOSA, ELÉCTRICA, ATMOSFÉRICA, EÓLICA, MARÍTIMA, PETROLÍFERA, GEOTÉRMICA, CARVÃO, NUCLEAR e BIOMASSA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da CONSTRUÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SEGURANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

i) O REAL CONSELHO DOS MERCADORES, TRANSPORTES, MERCADORES.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA dos TRANSPORTES, AÉREOS, MARINHOS, FERROVIÁRIOS,

AUTOMÓVEIS, MOTOCICLOS, VELOCÍPEDES, TELEFÉRICOS e ASCENSORES, ESPECIAIS, TRADICIONAIS, ANIMAIS e ESPACIAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ORDEM, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

j) O REAL CONSELHO CONSTRUTOR, CONSTRUÇÃO, BARÕES,

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da CONSTRUÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da CONSTRUÇÃO, PATRIMÓNIO HISTÓRICO, EDIFÍCIOS, PASSEIOS, ESTRADAS, VIAS-FÉRREAS, PONTES, AEROPORTOS, PORTOS, MARINAS e PAREDÕES, BARRAGENS, DIQUES e CANAIS, TÚNEIS, SANEAMENTO, REDES PLUVIAIS, OLEODUTOS e GASODUTOS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ENERGIAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PREVENÇÃO, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

l) O REAL CONSELHO ESCOLAR, EDUCAÇÃO, DRUIDAS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da EDUCAÇÃO, MATERNO, PRÉ-PRIMÁRIO, PRIMÁRIO, PREPARATÓRIO, SECUNDÁRIO, UNIVERSITÁRIO e MILITAR, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ORDEM, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da MÚSICA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da DANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ESCRITA, por o PRESIDENTE

NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ARTES BELAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do CINEMA e da FOTOGRAFIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do DESPORTO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE da ÁREA PRESIDENCIAL UNIVERSAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da RELIGIÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SEGURANÇA, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

m) O REAL CONSELHO MEDICINAL, SAÚDE, XAMÃ.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA da SAÚDE, PREVENÇÃO, CUIDADOS INTENSIVOS, TRATAMENTOS, REABILITAÇÃO e FARMACEUTICO, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos CENTROS DE SAÚDE, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos HOSPITAIS MUNICIPAIS, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos HOSPITAIS CONCELHIOS CIVIS, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos HOSPITAIS CONCELHIOS MILITARES, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos HOSPITAIS REGIONAIS CIVIS, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos HOSPITAIS REGIONAIS MILITARES, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos HOSPITAIS VOLANTES, por um REPRESENTANTE NACIONAL das CLÍNICAS, por um REPRESENTANTE NACIONAL dos CONSULTÓRIOS, por o PRESIDENTE da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FARMÁCIAS, por o PRESIDENTE do REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do DESPORTO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

n) O REAL CONSELHO SOCIETAL, SOCIAL, SOCIÓLOGOS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA SOCIAL, MATERNAL, EDUCAÇÃO, EMPREGO, REFORMA, por o

PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NOTARIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL FISCAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, por um REPRESENTANTE das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, por um REPRESENTANTE das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

o) O REAL CONSELHO NOTARIAL, NOTARIAL, SOLICITADORES.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NOTARIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA NOTARIAL, PREDIAL, CIVIL, COMERCIAL, FINANCEIRO, OBRAS de ARTE, ARMAS, TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL dos TRANSPORTES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da CONSTRUÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ARTES BELAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL FISCAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA NOTARIAL PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE das REAIS FILIAIS NOTARIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, por um REPRESENTANTE das REAIS SUCURSAIS NOTARIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, por um REPRESENTANTE das REAIS MATRIZES NOTARIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

p) O REAL CONSELHO TRIBUTÁRIO, FISCAL, FISCALISTAS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL FISCAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA FISCAL, PREDIAL, NATUREZA, COLECTIVO, PROFISSIONAL, SINGULAR, RENDAS, PENSÕES, TRANSMISSÕES ONEROSAS de IMÓVEIS, INCREMENTOS PATRIMONIAIS, CAPITAL, CIENTÍFICO e ARTISTICO e ADUANEIRO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NOTARIAL, por o PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA FISCAL PORTUGUESA, por um

REPRESENTANTE das REAIS FILIAIS FISCAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, por um REPRESENTANTE das REAIS SUCURSAIS FISCAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, por um REPRESENTANTE das REAIS MATRIZES FISCAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

q) O REAL CONSELHO LEGISLATIVO, LEGISLATIVA, EXCELÊNCIAS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL LEGISLATIVA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA LEGISLATIVA, PREDIAL, CIVIL, COMERCIAL, FISCAL, FINANCEIRO, LABORAL e PENAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NOTARIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL FISCAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL JURÍDICA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PREVENÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SEGURANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ORDEM, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por UM REPRESENTANTE NACIONAL RESPONSÁVEL por todas as ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, por UM REPRESENTANTE NACIONAL por todas as ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, por UM REPRESENTANTE NACIONAL por todas as ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, por o PRIMEIRO-MINISTRO em REPRESENTAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS, por UM REPRESENTANTE por todas as EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, por UM REPRESENTANTE da ASSEMBLEIA IMPERIAL LEGISLATIVA PORTUGUESA, por UM REPRESENTANTE de cada ÓRGÃO INTERNACIONAL, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

r) O REAL CONSELHO JURÍDICO, JURÍDICO, ALTEZAS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL JURÍDICA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR da ÁREA JURÍDICA, PREDIAL, CIVIL, COMERCIAL, FISCAL, FINANCEIRO, LABORAL e PENAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL SOCIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NOTARIAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL FISCAL, por o

PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL LEGISLATIVA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da PREVENÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SEGURANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ORDEM, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por UM REPRESENTANTE NACIONAL por todos os REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS, por um REPRESENTANTE NACIONAL por todos os REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS, por um REPRESENTANTE NACIONAL por todos os REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS, por UM REPRESENTANTE NACIONAL por todos os REAIS TRIBUNAIS MILITARES CONCELHIOS, por UM REPRESENTANTE NACIONAL por todos os REAIS TRIBUNAIS MILITARES REGIONAIS, por o PROVIDOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por o PROCURADOR de JUSTIÇA PORTUGUÊS, por TRÊS REPRESENTANTES do REAL TRIBUNAL de CONTAS PORTUGUÊS, por TRÊS REPRESENTANTES do REAL TRIBUNAL MILITAR PORTUGUÊS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

s) O REAL CONSELHO DAS ARMAS, PREVENÇÃO, SEGURANÇA E ORDEM, SAPADORES, MILITARES e AGENTES.

ÓRGÃO presidido por o MARECHAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUEASAS, por o MARECHAL dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, por o MARECHAL da GUARDA REAL PORTUGUESA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO COMPOSTO por o MARQUÊS do REAL EXÉRCITO PORTUGUÊS, por o MARQUÊS da REAL MARINHA PORTUGUESA e por o MARQUÊS da REAL FORÇA AÉREA PORTUGUESA, por o MARQUÊS dos REAIS SAPADORES do REINO de PORTUGAL, por o MARQUÊS dos REAIS SAPADORES MARINHOS PORTUGUESES e por o MARQUÊS dos REAIS SAPADORES AEROPORTUÁRIOS PORTUGUESES, por o MARQUÊS da GUARDA REAL do REINO de PORTUGAL, por o MARQUÊS da GUARDA REAL MARINHA PORTUGUESA e por o MARQUÊS da GUARDA REAL AEROPORTUÁRIA PORTUGUESA, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA PRESIDENCIAL da PREVENÇÃO, AÉREO, MARINHO e TERRESTRE, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA PRESIDENCIAL da SEGURANÇA, AÉREO, MARINHO e TERRESTRE e por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA PRESIDENCIAL da ORDEM, AÉREO, MARINHO e TERRESTRE, por um REPRESENTANTE da REAL CHANCELARIA dos REAIS SAPADORES do REINO PORTUGUÊS, dos REAIS SAPADORES MARINHOS PORTUGUESES e dos REAIS SAPADORES AEROPORTUÁRIOS PORTUGUESES, por um REPRESENTANTE da REAL CHANCELARIA do REAL EXÉRCITO PORTUGUÊS, da REAL MARINHA PORTUGUESA e da REAL FORÇA AÉREA PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE da REAL CHANCELARIA da GUARDA REAL do REINO PORTUGUÊS, da GUARDA REAL MARINHA PORTUGUESA e da GUARDA REAL AEROPORTUÁRIA PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE das REAIS FILIAIS

REGIONAIS dos REAIS SAPADORES do REINO PORTUGUÊS, dos REAIS SAPADORES MARINHOS PORTUGUÊS e dos REAIS SAPADORES AEROPORTUÁRIOS PORTUGUESES, por um REPRESENTANTE das REAIS FILIAIS REGIONAIS do REAL EXÉRCITO PORTUGUÊS, da REAL MARINHA PORTUGUESA e da REAL FORÇA AÉREA PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE das REAIS FILIAIS REGIONAIS da GUARDA REAL do REINO PORTUGUÊS, da GUARDA REAL MARINHA PORTUGUESA e da GUARDA REAL AEROPORTUÁRIA PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE das REAIS SUCURSAIS CONCELHIAS dos REAIS SAPADORES do REINO PORTUGUÊS, dos REAIS SAPADORES MARINHOS PORTUGUESES e dos REAIS SAPADORES AEROPORTUÁRIOS PORTUGUESES, por um REPRESENTANTE das REAIS SUCURSAIS CONCELHIAS do REAL EXÉRCITO PORTUGUÊS, da REAL MARINHA PORTUGUESA e da REAL FORÇA AÉREA PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE das REAIS SUCURSAIS CONCELHIAS da GUARDA REAL do REINO PORTUGUÊS, da GUARDA REAL MARINHA PORTUGUESA e da GUARDA REAL AEROPORTUÁRIA PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE dos REAIS QUARTÉIS MUNICIPAIS dos REAIS SAPADORES do REINO PORTUGUÊS, dos REAIS SAPADORES MARINHOS PORTUGUESES e dos REAIS SAPADORES AEROPORTUÁRIOS PORTUGUESES, por um REPRESENTANTE das REAIS BASES MUNICIPAIS do REAL EXÉRCITO PORTUGUÊS, da REAL MARINHA PORTUGUESA e da REAL FORÇA AÉREA PORTUGUESA, por um REPRESENTANTE das REAIS ESQUADRAS MUNICIPAIS da GUARDA REAL do REINO PORTUGUÊS, da GUARDA REAL MARINHA PORTUGUESA e da GUARDA REAL AEROPORTUÁRIA PORTUGUESA, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

Os SAPADORES, MILITARES e AGENTES, serão tratados nos REAIS HOSPITAIS MILITARES PORTUGUESES, serão JULGADOS nos REAIS TRIBUNAIS MILITARES PORTUGUESES e a MECANICA das VIATURAS da PREVENÇÃO, SEGURANÇA e ORDEM, será EFECTUADA nas INFRA-ESTRUTURAS das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA.

t) O REAL CONSELHO DOS TURQUESES, COMUNICAÇÃO, TURQUESES.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA da COMUNICAÇÃO, TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAIS, REVISTAS, INFORMÁTICO, CARTAZES, PROSPECTOS, RECLAMOS, TELEFONES, CELULARES, TELÉGRAFOS e CORREIOS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do COMÉRCIO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ESCRITA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do CINEMA e da FOTOGRAFIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA

PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da RELIGIÃO, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

u) O REAL CONSELHO DOS MECENAS. MÚSICA, DANÇA, ESCRITA, ARTES BELAS, TEATRO, CIRCO, TAUROMAQUIA, CINEMA E FOTOGRAFIA, ARTISTAS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da MÚSICA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da DANÇA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ESCRITA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das ARTES BELAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do TEATRO, do CIRCO e da TAUROMAQUIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do CINEMA e da FOTOGRAFIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA da MÚSICA, FADO, CLÁSSICA, TRADICIONAL, POPULAR, CONTEMPORÂNEA, ROCK, JAZZ, ELECTRÓNICA, FILARMÓNICAS, COROS, TUNAS, FANFARRAS, FOLCLORE, ÓPERA, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA da DANÇA, FOLCLORE, SAMBA, BALLET, SALÃO, CONTEMPORÂNEAS, TRADICIONAIS e POPULARES, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA da ESCRITA, INFANTIL, EDUCATIVA, POESIA, ROMANCES, CIENTÍFICA, DRAMA, CONTOS, NOVELAS, EPOPEIAS, CONSTITUCIONAL por todos os MINISTROS NACIONAIS das ARTES BELAS, ESCULTURA, PINTURAS, DESENHOS, OLARIA, VERGA-VIME e BAMBÚ, TAPEÇARIAS, BORDADOS, RENDAS, MADEIRA e CORTIÇA, TECIDOS, METAIS, CURTUMES, VIDRO e CRISTAL, CERA, CORDAS, PEDRAS, MARINHAS, GRAVURA e SERIGRAFIA, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA do TEATRO, INFANTIL, MARIONETAS, REVISTA, CIRCO, CLÁSSICO, CONTEMPORÂNEO, ÓPERA e TAUROMAQUIA, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA do CINEMA e da FOTOGRAFIA, INFANTIL, EDUCATIVO, CIENTÍFICO, FICÇÃO, DOCUMENTÁRIO, ROMANCE, COMÉDIA, MUSICAL e FOTOGRAFIA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da RELIGIÃO, por TRES representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRES representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

v) O REAL CONSELHO DOS ATLETAS, DESPORTO, DESPORTISTAS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do DESPORTO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA do DESPORTO, AMADOR, PROFISSIONAL, OLÍMPICO e PARAOLÍMPICO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE

NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da ORDEM, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL.

x) O REAL CONSELHO DA SORTE, JOGO, BURGUESES.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do JOGO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA do JOGO, CASINOS, BINGOS, LOTARIAS, APOSTAS, HIPÓDROMOS, ROLETAS POPULARES, RIFAS e BRINDES, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL FISCAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL do DESPORTO, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

z) O REAL CONSELHO DOS SAGES, HUMANA, NATURAL e UNIVERSAL, CIENTISTAS,

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL NATURAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL UNIVERSAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA HUMANA, FÍSICO, SENSORIAL, PSICOLÓGICO e SOCIAL, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA NATURAL, SÓLIDO, LIQUIDO, GASOSO, VEGETAIS e ANIMAIS, por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA UNIVERSAL, ESTRELAS, PLANETAS, COMETAS, ESPAÇO, FORÇAS e ENERGIAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da INDÚSTRIA, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

aa) O REAL CONSELHO TEOLÓGICO, RELIGIÃO, EMINÊNCIAS,

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da RELIGIÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por todos os MINISTROS NACIONAIS da ÁREA da RELIGIÃO, CRISTIANISMO, HINDUÍSMO, ISLAMISMO, JUDAÍSMO, MITRACISMO,

XINTOÍSMO, BUDISMO, CONFUCIONISMO, TAOÍSMO e XAMANÍSMO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da EDUCAÇÃO, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da SAÚDE, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL HUMANA, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA NATURAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL UNIVERSAL, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL da COMUNICAÇÃO, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

ab) O REAL CONSELHO DOS DUQUES e das DUQUESAS, PROPRIETÁRIOS, DUQUES e DUQUESAS,

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL dos DUQUES e das DUQUESAS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por cada UM DUQUE ou UMA DUQUESA representante de cada um DUCADO PORTUGUÊS, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

ac) O REAL CONSELHO DOS GUARDIÃOS, ARMAZENISTAS, GUARDIÃOS,

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL dos GUARDIÃOS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por um representante NACIONAL de cada um BEM ARMAZENADO, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

ad) O REAL CONSELHO DOS MESTRINS, PROFISSIONAIS LIBERAIS, MESTRINS.

ÓRGÃO presidido por o PRESIDENTE NACIONAL dos MESTRINS, por o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA PRESIDENCIAL das FINANÇAS e por SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, ÓRGÃO composto por um representante NACIONAL de cada uma PROFISSÃO LIBERAL, por TRÊS representantes do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e por TRÊS representantes do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – OS REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES são ÓRGÃOS de SOBERANIA, que auferem de ESTATUTO PRÓPRIO.

2 – Os seus ELEMENTOS usufruem do ESTATUTO PRÓPRIO já CONSAGRADO e DEFINIDO em termos HIERÁRQUICOS, pelas RESPONSABILIDADES que EXERCEM DIÁRIAMENTE no DESEMPENHO das

SUAS FUNÇÕES LEGISLATIVAS, ADMINISTRATIVAS e PRODUTIVAS, em prol do CICLO EVOLUTIVO LABORAL do REINO PORTUGAL, nos ÓRGÃOS para que foram NOMEADOS.

3 – Poderão PARTICIPAR nos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, os DEMAIS CIDADÃOS cuja sua RELEVÂNCIA para o DECURSO da ORDEM do DIA, constitua uma MAIS-VALIA ACRESCIDA.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – Os ELEMENTOS constituintes dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, não obedecem a quaisquer CRITÉRIOS de ELEIÇÃO, sendo NOMEADOS por SUAS MAJESTADES, pelo DESEMPENHO de FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES que CUMPREM nos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO PORTUGAL, traduzindo a RAZÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA, a IDENTIDADE de toda uma ACÇÃO e a REALIDADE de todo o MOVIMENTO das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS em OBSERVAÇÃO, DEBATE e DEFINIÇÃO, potenciando a UNIDADE da ORIENTAÇÃO a PRODUIR.

ARTIGO QUARTO – RESIDÊNCIA OFICIAL.

1 – Os REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, reuniram na CORTE REAL PORTUGUESA, cita em VILA de REI, no SALÃO TEMPO.

ARTIGO QUINTO – CONVOCAÇÃO.

1 – Os REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, são CONVOCADOS por MISSIVA REAL de SUAS MAJESTADES, ANALISADAS, CORRIGIDAS e APROVADAS, pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – Os REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, reuniram sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA que o PRESIDEM e por VONTADE EXPRESSA dos REPRESENTANTES da PIRÂMIDE HIERARQUICA que o COMPÕEM.

2 – Compete a SUA MAJESTADE, em todas as REUNIÕES dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, com toda a MINHA REALEZA, NOBREZA e HONRA, com todo o MEU SENTIDO de ESTADO, JUSTIÇA e de UNIDADE, com todo o MEU RIGOR, RAZÃO e RESPONSABILIDADE, dou por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA

do REAL CONSELHO ((DA/DOS/DAS) (NOME)), a realizar na CORTE REAL PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO de VILA de REI, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA MARTE do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA: (TEMÁTICAS, TEMAS E MATÉRIAS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO. “

3 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, deseja um BOM MANJAR a toda a FAMÍLIA REAL e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do REAL CONSELHO ((DA/DOS/DAS) (NOME)), realizada no (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), na CORTE REAL PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO de VILA de REI, CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA MARTE, do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO das seguintes RESOLUÇÕES RÉGIAS, (EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, SOLUÇÕES) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMERO) ÉDITO deste ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete a SUA MAJESTADE, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES RÉGIAS em CURSO, concedendo ao longo da SESSÃO PLENÁRIA e no momento PRIORIDADE, às EXPOSIÇÕES, QUESTÕES e DÚVIDAS a PROFERIR pelos ELEMENTOS CONSTITUINTES de cada uma REUNIÃO, às quais RESPONDE SUA MAJESTADE ou os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA presentes VISADOS por este PROBLEMA, de forma à CORRECTA NOÇÃO das DIFICULDADES REAIS que as MEDIDAS em ESTUDO, a IMPÔR ou NÃO, poderão afectar e perturbar a VIDA do REINO, das FAMÍLIAS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES:

- a) PRONUNCIAR-SE face às TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS GOVERNATIVAS, envoltas das respectivas COMPETÊNCIAS de cada um REAL CONSELHO e APOIAR, ACONSELHAR e AUXILIAR SUAS MAJESTADES no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS SUPREMAS sempre que SOLICITADOS;
- b) COOPERAR no FORNECIMENTO e FACULTAÇÃO dos DADOS e ELEMENTOS respectivos dos ÓRGÃOS de SOBERANIA o qual REPRESENTAM, de forma a uma cada vez mais RIGOROSA, CORRECTA e JUSTA IMPOSIÇÃO das MEDIDAS a IMPOR face ao PLANO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;
- c) DEFINIR as LINHAS GERAIS das DIRECTRIZES GOVERNATIVAS, bem como as da sua EXECUÇÃO.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO LEGISLATIVA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE LEGISLATIVA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), MEMBRO da FAMÍLIA REAL, com o TÍTULO NOBILIÁRQUICO de (NOME), com todo o MEU RESPEITO, LEALDADE e FIDELIDADE, a SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, afirmo CUMPRIR a COOPERAÇÃO, APOIO e a COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL do ÓRGÃO de SOBERANIA para o qual fui INVESTIDO, no FIRMAR com UNIDADE e PAZ as TOMADAS de DECISÃO a IMPOR, pelo REAL CONSELHO ((DA/DOS/DAS) (NOME)), CORRESPONDENDO com toda a MINHA VONTADE, RIGOR e DEDICAÇÃO ao EXERCÍCIO das FUNÇÕES por MIM a EXERCER, tendo presente o MEU VALOR, CONTRIBUTO e Mais-valia, para a VIDA deste ORGÃO de SOBERANIA.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, têm a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA, após a ELEIÇÃO dos ELEITOS para os ÓRGÃOS de SOBERANIA correspondentes que os COMPÕEM e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao

EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO LEGISLATIVO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os LEGISLADORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que SUAS MAJESTADES e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS reponham toda a HIERARQUIA LEGISLATIVA abalada.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, os ÉDITOS, empreendidos após as deliberações das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS em ASSUNTO por todos os TÍTULARES dos CARGOS em EXERCÍCIO de FUNÇÕES, que as CONSTITUEM e revestem um carácter de LEI, sendo remetidos ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que

os PROMULGUE, processe a PUBLICAÇÃO na INTEGRA ou NÃO, se considerado partes SEGREDO de ESTADO e o INSTITUA como LEI.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, não tendo PERÍODOS nem DATAS estabelecidas e definidas para a sua REALIZAÇÃO, não podem ser MARCADAS para o DIA VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, nem para os DIAS FESTIVOS de COMEMORAÇÃO do REINO PORTUGAL e serão MARCADAS por SUAS MAJESTADES, tendo presente a comunicação dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, face aos PERÍODOS e DATAS de AUSÊNCIA dos ELEMENTOS ELEITOS que os COMPÕEM.

2 – As SESSÕES PLENÁRIAS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, têm INÍCIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINAM após a DELIBERAÇÃO das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS em CURSO, existindo uma PAUSA para ALMOÇO, para o LANCHE e para o JANTAR se a mesma se proporcionar, sendo o INÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES precedidas, por uma INTERPRETAÇÃO MUSICAL da FANFARRA REAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, que ENTOARAM o HINO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, seguido de DUAS PEÇAS do seu DESIGNÍO, tendo INÍCIO este ACTO às OITO e MEIA da MANHÃ.

3 – As AUSÊNCIAS e FALTAS dos ELEMENTOS CONSTITUINTES dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, deveram ser COMUNICADOS no IMEDIATO, por ESCRITO a SUAS MAJESTADES, após a RECEPÇÃO das MISSIVAS REAIS de SUAS MAJESTADES, com uma JUSTIFICAÇÃO para o facto e constando nesta o NOME do REPRESENTANTE NOMEADO por o TITULAR do CARGO LEGISLATIVO para a sua SUBSTITUIÇÃO.

4 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO LEGISLATIVA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada uma LEGISLATURA, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – Os REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS CONSTITUINTES e em efectividade de

FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA para o qual foram CONVOCADOS, por ORDEM de SUA MAJESTADE, quando dos ATRASOS dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS nesta constantes, da demora na SUBSTITUIÇÃO de algum dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS nesta constantes e da AUSÊNCIA de algum dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS da SESSÃO PLENÁRIA, devendo SUA MAJESTADE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS da ASSEMBLEIA a que PRESIDE, a um dos DEMAIS ELEMENTOS que a PRESIDE.

2 – A DISCUSSÃO das MATÉRIAS e dos TEMAS em DEBATE, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, EFECTUADO pelo TITULAR do CARGO LEGISLATIVO que lhe deu ORIGEM, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS nesta constante se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre a sua INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

3 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA, será colocado a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS de RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

4 – As DELIBERAÇÕES dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS deste ÓRGÃO constantes, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um TITULAR dos CARGOS LEGISLATIVOS que a PRESIDEM e que a COMPÕEM, de UM VOTO, competindo a SUA MAJESTADE e aos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS que a PRESIDEM, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a remeter com a CONCORDÂNCIA de SUAS MAJESTADES, em ÉDITO ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS para que o PROMULGE, PUBLIQUE e o IMPONHA como LEI, assinalando as partes do ÉDITO consideradas pelos REAIS CONSELHOS como SEGREDO de ESTADO.

5 – No caso de a DECISÃO dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, face às MATÉRIAS em DEBATE e em ESTUDO, ser CONTRÁRIA à VONTADE e CONSCIÊNCIA de SUAS MAJESTADES, SUAS MAJESTADES usaram o DIREITO de VETO, remetendo o ÉDITO no IMEDIATO, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que no PRAZO de DEZ DIAS, IMPONHA o seu PARECER JURÍDICO face à MATÉRIA em DEBATE e em ESTUDO, competindo ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, ditar

por a sua INCONSTITUCIONALIDADE face à LEI ou pela sua CONSTITUCIONALIDADE, que potenciará um DIFERENDO INSTITUCIONAL, entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, só a SANAR, através de REFERENDO, a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, para a CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA abrangida por esta medida.

6 – Após a APROVAÇÃO do ÉDITO por SUAS MAJESTADES, competirá ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a PUBLICAÇÃO do ÉDITO e a IMPOSIÇÃO da LEI, que potenciará o PLANO EXECUTÓRIO e o PLANO FISCALIZADOR.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, por serem ELEITOS para o EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, pelos CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, asseguram o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE, na ÁREA PRESIDENCIAL e SECTOR MINISTERIAL que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS que os COMPÕE e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as TEMÁTICA, TEMAS e MATÉRIAS em REFLEXÃO.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

a) Comparecer às REUNIÕES do PLENÁRIO dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, para as quais foram designados;

b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR e às quais possam PERTENCER;

c) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

d) Desempenhar os CARGOS designados por SUA MAJESTADE, na SESSÃO PLENÁRIA dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES;

e) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES em CURSO.

ARTIGO DÉCIMO NONO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os ELEITOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES LEGISLATIVAS ESPECÍFICAS para as quais foram INVESTIDOS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA respectivos.

ARTIGO VIGÉSIMO – PODERES DOS ELEITOS DOS REAIS CONSELHOS DE SUAS MAJESTADES.

1 – Constituem PODERES dos ELEITOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES:

a) Apresentar RESOLUÇÕES RÉGIAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO GOVERNATIVO de cada um REAL CONSELHO de SUAS MAJESTADES;

b) Questionar SUAS MAJESTADES, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA a que pertencem e sobre as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS GOVERNATIVAS da AGENDA PARLAMENTAR;

c) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ELEMENTOS LEGISLATIVOS que COMPÕEM cada um dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS dos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES, não auferem de qualquer vencimento pelo desempenho das suas FUNÇÕES.

TÍTULO QUARTO – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – A ORGANIZAÇÃO MONÁRQUICA do ESTADO PORTUGUÊS, compreende a ESTRUTURAÇÃO por MUNICÍPIOS, a ORDENAÇÃO por CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e a ORGANIZAÇÃO por REGIÕES ADMINISTRATIVAS, do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, de igual modo e forma, em termos do ESPAÇO TERRITORIAL CONTINENTAL e dos ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES.

ARTIGO SEGUNDO – COMPOSIÇÃO.

1 – A ORGANIZAÇÃO MONÁRQUICA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS está DEFINIDA e INSCRITA na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo esta DEFINITIVA no TEMPO, em termos de ESTRUTURAÇÃO, ORDENAÇÃO e ORGANIZAÇÃO do TERRITÓRIO PORTUGUÊS, desde o DIA da sua CONSTITUIÇÃO e IMPLANTAÇÃO.

2 – A ORGANIZAÇÃO MONÁRQUICA do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS é COMPOSTA por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS que COMPÕEM e CONSTITUEM a DETENÇÃO e DOMÍNIO da SOBERANIA PORTUGUESA no PLANETA TERRA.

3 – Os MUNICÍPIOS são CONSTITUÍDOS por ALDEIAS, VILAS e CIDADE, definidos na ÁREA pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, os CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, são CONSTITUIDOS por MUNICÍPIOS, definidos na ÁREA pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, as REGIÕES ADMINISTRATIVAS, são CONSTITUIDAS por CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na ÁREA pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e a NAÇÃO PORTUGUESA CONSTITUÍDA por REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidos na ÁREA pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO TERCEIRO – ORGÃOS DE REPRESENTAÇÃO.

1 – A ORGANIZAÇÃO MONÁRQUICA do TERRITÓRIO, compreende a EXISTÊNCIA de ORGÃOS de REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVOS e GOVERNATIVOS, que visam a PROSECUÇÃO dos INTERESSES PRÓPRIOS das POPULAÇÕES respectivas, sendo este em termos MUNICIPAIS as CÂMARAS MUNICIPAIS, em termos de CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO os CENÁCULOS, em termos de REGIÕES ADMINISTRATIVAS os SENADOS e em termos NACIONAIS o PARLAMENTO.

2 – As CÂMARAS, são o local OFICIAL do EXERCÍCIO dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS e GOVERNATIVOS MUNICIPAIS, sendo estes, a ASSEMBLEIA REAL MUNICIPAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS e os AUTARCAS.

3 – Os CENÁCULOS, são o local OFICIAL de EXERCÍCIO dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS e GOVERNATIVOS CONCELHIOS, sendo estes, a ASSEMBLEIA REAL CONCELHIA das ÁREAS PRESIDENCIAIS e os CONSELHEIROS.

4 – OS SENADOS, são o local OFICIAL de EXERCÍCIO dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS e GOVERNATIVOS REGIONAIS, sendo estes, a ASSEMBLEIA REAL REGIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS e os GOVERNANTES.

5 – O PARLAMENTO, é o local OFICIAL de EXERCÍCIO dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS e GOVERNATIVOS NACIONAIS, sendo estes, a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS e o PRIMEIRO-MINISTRO.

ARTIGO QUARTO – CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

1 – As FUNÇÕES, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS, dos ÓRGÃOS de COMPOSIÇÃO da ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, estão REGULADOS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, em CORRECTA e PERFEITA HARMONIA com o PRINCÍPIO da CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

ARTIGO QUINTO – ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E REPRESENTATIVOS.

1 – Os ÓRGÃOS de COMPOSIÇÃO da ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, compreende um ÓRGÃO de REPRESENTAÇÃO DELIBERATIVO, a ASSEMBLEIA REAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, dotada de PODERES DELIBERATIVOS e um ÓRGÃO de REPRESENTAÇÃO GOVERNATIVO, subordinado ao ÓRGÃO DELIBERATIVO que o compreende.

2 – Os ELEMENTOS que COMPÕEM o ÓRGÃO DELIBERATIVO e o ÓRGÃO GOVERNATIVO, são eleitos pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, segundo os PRINCÍPIOS e VALORES consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para cada um PROCESSO ELEITORAL, regulando os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS o PROCESSO ELEITORAL, os REQUISITOS da sua CONSTITUIÇÃO, FUNÇÃO e FUNCIONAMENTO, apresentando-se os CANDIDATOS aos CARGOS dos ÓRGÃOS de COMPOSIÇÃO da ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL ISOLADOS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, nos TERMOS da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO SEXTO – REFERENDO LOCAL.

1 – O ÓRGÃO DELIBERATIVO de COMPOSIÇÃO da ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, poderá sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, solicitar a SUAS MAJESTADES, que submeta a REFERENDO dos respectivos CIDADÃOS da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, QUESTÕES e MATÉRIAS de RELEVANTE IMPORTÂNCIA de ÂMBITO LOCAL, incluídas nas competências do seu ÓRGÃO, nos CASOS, TERMOS e com a EFICÁCIA prevista na LEI.

ARTIGO SÉTIMO – PODER REGULAMENTAR.

1 – Os ÓRGÃOS de COMPOSIÇÃO da ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

ARTIGO OITAVO – TUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – Compete aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO correspondente, a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre os ÓRGÃOS de COMPOSIÇÃO da ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, consistindo na CORRECTA e RIGOROSA RESPONSABILIDADE de verificação dos preceitos e do

cumprimento, dos VALORES e PRINCÍPIOS inscritos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, pelos ÓRGÃOS e por todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, em termos da FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS.

TÍTULO QUINTO – ORGANIZAÇÃO GOVERNATIVA: PRIMEIRO-MINISTRO, GOVERNANTES, CONSELHEIROS E AUTARCAS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES de CARGOS GOVERNATIVOS, o PRIMEIRO-MINISTRO, GOVERNANTES, CONSELHEIROS e AUTARCAS, são os REPRESENTANTES de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, a empreender em cada uma CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA, em cada um ACTO EXECUTIVO a REALIZAR, tendo presente a RECTIDÃO, CORRECÇÃO E A PERFEIÇÃO GOVERNATIVA da VIDA do REINO PORTUGAL, são os PORTA-VOZ GOVERNATIVOS no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL de SUAS MAJESTADES e de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – O PRIMEIRO-MINISTRO, GOVERNANTES, CONSELHEIROS e AUTARCAS, são ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS, que auferem de ESTATUTO PRÓPRIO, estando HIERARQUICAMENTE subordinados entre si, de acordo com a RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO que a cada uma CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO corresponda.

2 – Os seus ELEMENTOS MUNICIPAIS usufruem do ESTATUTO de AUTARCAS, os seus ELEMENTOS CONCELHIOS usufruem do ESTATUTO de CONSELHEIROS, os seus ELEMENTOS REGIONAIS usufruem do ESTATUTO de GOVERNANTES e o seu ELEMENTO NACIONAL usufrui do ESTATUTO de PRIMEIRO-MINISTRO, exercendo as FUNÇÕES DIÁRIAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS para os quais foram ELEITOS e nos ÓRGÃOS de SOBERANIA HIERÁRQUICAMENTE SUPERIORES, sempre que a exigência da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA se imponha, na SUBSTITUIÇÃO por AUSÊNCIA dos ELEITOS HIERARQUICOS SUPERIORES.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS, são proporcionadas por CONCURSO REAL LEGISLATIVO GOVERNATIVO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUINHENTOS e CINQUENTA

MUNICÍPIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os CIDADÃOS que CUMPRAM os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÕES, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS e por um PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES,

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS MUNICIPAIS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a definir os LUGARES e as POSIÇÕES de cada um na HIERARQUIA MUNICIPAL GOVERNATIVA, ELEGENDO desta forma o REPRESENTANTE MUNICIPAL ao CARGO de CONSELHEIRO e o REPRESENTANTE MUNICIPAL para o CARGO de AUTARCA.

3 – ELEITOS os REPRESENTANTES MUNICIPAIS para o CARGO de CONSELHEIROS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO para o CARGO de GOVERNANTE, fazendo após a DELIBERAÇÃO do CANDIDATO CONCELHIO ao CARGO de GOVERNANTE, subir na HIERARQUIA o CANDIDATO MUNICIPAL AUTÁRQUICO da CIRCUNSCRIÇÃO em FALTA ao CARGO de CONSELHEIRO e colocando o TERCEIRO ELEITO e ELEITOR na HIERARQUIA MUNICIPAL ao CARGO de AUTARCA.

4 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS para o CARGO de GOVERNANTES, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o REPRESENTANTE da REGIÃO ao CARGO de PRIMEIRO-MINISTRO.

5 – ELEITOS os REPRESENTANTES REGIONAIS para o CARGO de PRIMEIRO-MINISTRO, SUAS MAJESTADES e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de QUINZE DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o PRIMEIRO-MINISTRO.

6 – ELEITO o PRIMEIRO-MINISTRO, os REPRESENTANTES REGIONAIS ao CARGO de PRIMEIRO-MINISTRO, CONSTITUEM-SE no IMEDIATO GOVERNANTES de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, competindo aos DOIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS PORTUGUESES, por NORMA ELEITORAL, comunicar no IMEDIATO, ao órgão de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS da circunscrição do eleito a primeiro-ministro, a ELEGER num prazo de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao cargo de GOVERNANTE, de modo a que os ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES da circunscrição do ELEITO a PRIMEIRO-MINISTRO, possam num prazo de DEZ DIAS ELEGER o GOVERNANTE.

7 – ELEITO o GOVERNANTE em falta, todos os REPRESENTANTES CONCELHIOS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO ao cargo de GOVERNANTES, CONSTITUEM-SE no imediato CONSELHEIROS de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, COMPETINDO ao ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS da circunscrição do CONSELHEIRO em falta, por NORMA ELEITORAL, COMUNICAR no imediato, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS da circunscrição do ELEITO a GOVERNANTE, a ELEGER num prazo de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao CARGO de CONSELHEIRO, de modo a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES da circunscrição do ELEITO a GOVERNANTE, possam num prazo de DEZ DIAS ELEGER o CONSELHEIRO.

8 – ELEITO o CONSELHEIRO em falta, todos os REPRESENTANTES MUNICIPAIS de cada uma circunscrição ao CARGO de CONSELHEIROS, CONSTITUEM-SE no imediato AUTARCAS de cada um MUNICÍPIO, COMPETINDO ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS da circunscrição do ELEITO a CONSELHEIRO a ELEGER num prazo de CINCO DIAS o seu ELEITO a AUTARCA.

9 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS PORTUGUESES de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS GOVERNATIVOS.

ARTIGO QUARTO – ORGANIZAÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS estão ESTRUTURADOS, por QUINHENTOS e CINQUENTA AUTARCAS, correspondendo

aos MUNICÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORDENADOS por QUARENTA e TRÊS CONSELHEIROS, correspondendo aos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORGANIZADOS por NOVE GOVERNANTES, correspondendo às REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e UNIDOS por o PRIMEIRO-MINISTRO correspondendo ao REINO de PORTUGAL.

ARTIGO QUINTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA dos TITULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO LEGISLATIVO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

ARTIGO SEXTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS:

- a) PARTICIPAR nas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS;
- b) PROPOR a SUAS MAJESTADES a SUJEIÇÃO a REFERENDO de QUESTÕES de RELEVANTE INTERESSE para a sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, NACIONAL, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL;
- c) PRONUNCIAR-SE sobre a DECLARAÇÃO de ESTADO de SÍTIO e do ESTADO de EMERGÊNCIA;
- d) PROPOR a SUAS MAJESTADES a DECLARAÇÃO de GUERRA ou a FEITURA da PAZ;
- e) APRESENTAR às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, INFORMAÇÕES e PROPOSTAS referentes ao PROCESSO de CONSTRUÇÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das NAÇÕES UNIDAS;
- f) Ser os PORTA-VOZES das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondentes da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO e de SUAS MAJESTADES e o ROSTO das DIRECTRIZES GOVERNAMENTAIS, do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO;
- g) APRESENTAR OFÍCIOS às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- h) APRESENTAR OFÍCIOS às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS sobre as ÁREAS PRESIDENCIAIS ESPECÍFICAS;
- i) APRESENTAR OFÍCIOS às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS face aos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS;
- j) DEFENDER a LEGALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA;
- k) DIRIGIR, COORDENAR e ORIENTAR, com excepção dos AUTARCAS, a ACÇÃO e o MOVIMENTO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS HIERARQUICAMENTE INFERIORES;

- l) PRATICAR os DEMAIS ACTOS que lhe sejam conferidas pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI;
- m) INFORMAR SUAS MAJESTADES acerca dos ASSUNTOS de ÂMBITO GOVERNATIVO, INTERNOS e EXTERNOS do REINO de PORTUGAL;
- n) INFORMAR os SUPERIORES HIERÁRQUICOS GOVERNATIVOS, acerca dos ASSUNTOS de ÂMBITO GOVERNATIVO, das suas ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO;
- o) CORRESPONDER às AUSÊNCIAS dos SUPERIORES HIERÁRQUICOS GOVERNATIVOS.

2 – COMPETE ao PRIMEIRO-MINISTRO a PARTICIPAÇÃO nas CONVENÇÕES IMPERIAIS e INTERNACIONAIS da VIDA do REINO de PORTUGAL.

ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO.

1 – O PRIMEIRO-MINISTRO é EMPOSSADO por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – Os GOVERNANTES são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

3 – Os CONSELHEIROS são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

4 – Os AUTARCAS, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES e pelos DUQUES e DUQUESAS do DUCADO correspondente, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO MUNICIPAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

5 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO LEGISLATIVA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE LEGISLATIVA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a

CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os CARGOS GOVERNATIVOS, têm a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, no PRIMEIRO DIA do OITAVO MÊS, após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS ao DESEMPENHO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO LEGISLATIVO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos

FAMILIARES e HOMENAGEADOS os LEGISLADORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS da CIRCUNSCRIÇÃO abrangida, procedam de acordo com os CRITÉRIOS ELEITORAIS definidos para cada uma ELEIÇÃO, à reposição de toda a HIERARQUIA LEGISLATIVA abalada.

ARTIGO DÉCIMO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS dos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, os OFÍCIOS, empreendidos após a OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e APROVAÇÃO das respectivas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, que a cada um TÍTULAR do CARGO GOVERNATIVO corresponde, que revestem o carácter AUTÁRQUICO, quando remetidos pelos AUTARCAS aos CONSELHEIROS, o carácter CONSELHEIRIAL, quando remetido pelos CONSELHEIROS aos GOVERNANTES, o carácter GOVERNAMENTAL, quando remetido pelos GOVERNANTES ao PRIMEIRO-MINISTRO, e o carácter ESTATAL, quando remetido pelo PRIMEIRO-MINISTRO a SUAS MAJESTADES.

2 – Todos os OFÍCIOS empreendidos pelos TITULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS e APROVADOS nas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondentes, na DISCUSSÃO dos VÁRIOS ASSUNTOS e MATÉRIAS, deveram ser PUBLICADOS nos MEIOS de COMUNICAÇÃO de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, INDEPENDENTEMENTE da PROMULGAÇÃO por SUAS MAJESTADES e pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS dos mesmos, de modo a que todos os CIDADÃOS tenham presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE e ACÇÃO LEGISLATIVA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA e dos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS que o COMPÕEM.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS exercem FUNÇÕES todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo um HORÁRIO de EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR, com INÍCIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS e da CONCORDÂNCIA dos JUIZES PRESIDENTES das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS

correspondentes, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS NACIONAIS, das respectivas ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO ou das DEMAIS e na REPRESENTAÇÃO das MISSÕES do ÓRGÃO de SOBERANIA correspondente, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JÚRIDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, deveram ser comunicadas pelos respectivos JUÍZES PRESIDENTES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS que a cada uma CIRCUNSCRIÇÃO corresponda, de modo que os mesmos REPONHAM a todo o momento a PIRAMIDE HIERÁRQUICA GOVERNATIVA, convocando os TITULARES dos CARGOS HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES, a firmar as responsabilidades do TITULAR AUSENTE.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO GOVERNATIVA comporta, no contínuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO LEGISLATIVO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – A DISCUSSÃO dos OFÍCIOS empreendidos pelos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, nas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondentes, EFECTUADAS pelos PRÓPRIOS TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, potenciando um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os PRESIDENTES das TRINTA e TRÊS ÁREAS PRESIDENCIAIS se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre a sua INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

2 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA, será colocado a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS de RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

3 – As DELIBERAÇÕES da APROVAÇÃO dos OFÍCIOS dos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS pertence às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS

PRESIDENCIAIS e são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS deste ÓRGÃO, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM PRESIDENTE verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um PRESIDENTE de cada uma ÁREA PRESIDENCIAL, de UM VOTO, competindo ao JUIZ PRESIDENTE o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a remeter em OFÍCIO aos ÓRGÃOS COMPETENTES.

4 – Compete a SUAS MAJESTADES, no decurso de TRINTA DIAS a contar da RECEPÇÃO de qualquer um OFÍCIO ESTATAL, a empreender pelos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, pronunciar-se sobre a sua PROMULGAÇÃO, remetendo-o ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que o PROMULGE, PUBLIQUE e o IMPONHA como LEI e o DEVER em caso de DISCORDÂNCIA de EXERCER o DIREITO de VETO, rectificando o DOCUMENTO e fundamentando os motivos do mesmo, devolvendo-o ao PRIMEIRO-MINISTRO, para que no prazo de TRINTA DIAS proceda juntamente com a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS a uma NOVA APRECIACÃO do OFÍCIO ESTATAL e se pronunciem face às RAZÕES do mesmo e às correcções impostas por SUAS MAJESTADES, remetendo a DECISÃO a SUAS MAJESTADES, com as devidas CORRECÇÕES aprovadas, para que se PROMULGUE, com NOVAS ALTERAÇÕES, propicias a uma NOVA AVALIAÇÃO no mesmo PRAZO, ou sem alterações ao OFÍCIO inicial, JUSTIFICANDO as RAZÕES e os FUNDAMENTOS do mesmo.

5 – No caso de o PRIMEIRO-MINISTRO e a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, não RESPEITAR o VETO e as CORRECÇÕES de SUAS MAJESTADES, ao OFÍCIO ESTATAL, SUAS MAJESTADES remeteram no IMEDIATO, ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que no PRAZO de DEZ DIAS, IMPONHA o seu PARECER JURÍDICO face ao OFÍCIO ESTATAL, ditando por a sua INCONSTITUCIONALIDADE face à LEI ou pela sua CONSTITUCIONALIDADE, que potenciará um DIFERENDO INSTITUCIONAL, entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, só a SANAR, através de REFERENDO, a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, para a CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA abrangida por esta medida.

6 – Após o OFÍCIO, ter percorrido todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES, competirá ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a PUBLICAÇÃO dos OFÍCIOS ESTATAIS e a IMPOSIÇÃO da LEI, que potenciará o PLANO EXECUTÓRIO e o PLANO FISCALIZADOR.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos, CONSTITUIDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, de forma a

assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS, para o desempenho dos CARGOS GOVERNATIVOS, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e todos os CIDADÃOS EXTERNOS a residirem em TERRITÓRIO PORTUGUÊS, há mais de DEZ ANOS, com uma situação de ESTUDO ou de EMPREGABILIDADE sempre PRESENTE e EFECTIVA na VIDA do REINO PORTUGAL, após a CONCLUSÃO do CICLO EDUCATIVO e da entrada no CICLO LABORAL.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL LEGISLATIVO GOVERNATIVO, por cada um CIDADÃO ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, sendo QUATRO os POSSÍVEIS CANDIDATOS ELEITOS EFECTIVOS e TRÊS os POSSÍVEIS CANDIDATOS de RESERVA, que em todo o decurso da LEGISLATURA, intervenham no EXERCÍCIO de FUNÇÕES GOVERNATIVAS correspondentes, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CIRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS, dos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos LEGISLATIVOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo JUIZ PRESIDENTE de cada uma ASSEMBLEIA REAL correspondente e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, ao JUÍZ PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA ao qual correspondem, que após a RECEPÇÃO da OPINIÃO dos TITULARES dos CARGOS, sob a sua ALÇADA e a sua ANÁLISE, procede a uma ACTA de FÉRIAS, da ASSEMBLEIA REAL da

CIRCUNSCRIÇÃO respectiva, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar as SUBSTITUIÇÕES a empreender em todo o PROCESSO de FÉRIAS LEGISLATIVAS, as CORRIGE e APROVA, procedendo à RESTITUIÇÃO da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA, durante todo o PERÍODO de FÉRIAS dos TÍTULARES dos CARGOS, para os PERÍODOS referentes, CONVOCANDO os ELEITOS HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES, para o EXERCÍCIO das FUNÇÕES em FALTA, tendo presente o PRÍNCÍPIO da ROTATIVIDADE GEOGRÁFICA ao longo da LEGISLATURA e o PRÍNCÍPIO da HIERARQUIA SUBSEQUENTE, no qual o PRIMEIRO-MINISTRO só pode ser SUBSTITUÍDO, pelos GOVERNANTES, os GOVERNANTES só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos CONSELHEIROS, os CONSELHEIROS, só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos AUTARCAS e os AUTARCAS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos ELEITOS de RESERVA pela ORDEM HIERÁRQUICA definida na sua CIRCUNSCRIÇÃO.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS dos CARGOS GOVERNATIVOS representam a RESPONSABILIDADE que a cada um COMPETE, no todo da ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO que lhe CORRESPONDE, em termos NACIONAIS, REGIONAIS, CONCELHIOS e MUNICIPAIS e estão para SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS dos CARGOS GOVERNATIVOS exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os TITULARES dos CARGOS da ASSEMBLEIA REAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS que lhe corresponda e com os DEMAIS TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO da ASSEMBLEIA REAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondente sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS, usufruem de:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO VIGÉSIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TITULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

a) Comparecer sempre que solicitado pelo JUÍZ PRESIDENTE às REUNIÕES do PLENÁRIO das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, correspondente;

b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR, sempre que solicitado pelo JUÍZ PRESIDENTE e às quais possam PERTENCER;

c) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, pelo JUÍZ PRESIDENTE da ASSEMBLEIA REAL correspondente;

d) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

e) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS pelos DEMAIS TITULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS;

f) Desempenhar os CARGOS na ASSEMBLEIA REAL, designados pelo JUÍZ PRESIDENTE;

g) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO das RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO para todos os ELEITOS GOVERNATIVOS, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PODERES DOS TÍTULARES DOS CARGOS GOVERNATIVOS.

1 – Constituem PODERES dos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS:

a) Apresentar OFÍCIOS para cada uma ÁREA PRESIDENCIAL ESPECÍFICA;

b) Apresentar OFÍCIOS de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar OFÍCIOS relativos à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;

d) Questionar o JUÍZ PRESIDENTE da ASSEMBLEIA REAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondente, sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS GOVERNATIVOS da AGENDA PARLAMENTAR, salvo as DELIBERAÇÕES IMPOSTAS por SEGREDO de ESTADO;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS para cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, USUFRUINDO como VENCIMENTO, o PRIMEIRO-MINISTRO DOIS MIL OITOCENTOS e SESSENTA CONTOS, os GOVERNANTES DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS, os CONSELHEIROS MIL QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS e os AUTARCAS SETECENTOS e QUINZE CONTOS.

TITULO SEXTO – ORGANIZAÇÃO DIPLOMÁTICA: EMBAIXADORES, JUÍZES EMBAIXADORES, CÔNSULES E VICE-CÔNSULES.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES de CARGOS DIPLOMÁTICOS, os EMBAIXADORES, CÔNSULES, VICE CÔNSULES e JUÍZES EMBAIXADORES, são os REPRESENTANTES, a IMAGEM e a VOZ de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO da NAÇÃO PORTUGUESA, na RELAÇÃO de PAZ, AMIZADE e COOPERAÇÃO com todos os POVOS SOBERANOS no ESPAÇO MUNDIAL, o ELO de LIGAÇÃO e

UNIÃO às COMUNIDADES PORTUGUESAS a RESIDIREM, de PASSAGEM ou em VISITA no MUNDO EXTERNO ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, a PLANTAFORMA COMERCIAL INSTITUCIONAL a CONSTITUIR face aos COMPROMISSOS e ACORDOS, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS a firmar com o MUNDO, a AFIRMAÇÃO do SER, ESTAR e EXISTIR VIVO da IDENTIDADE e SOBERANIA da NAÇÃO PORTUGUESA no PLANETA TERRA e o IDIOMA e a MÃO, FIRME, FORTE e DECISIVA da NAÇÃO PORTUGUESA, face aos TEMAS e MATÉRIAS em RESOLUÇÃO nos ÓRGÃOS INTERNACIONAIS, nos quais a NAÇÃO PORTUGUESA, está PRESENTE, REPRESENTADA e PARTICIPA, em cada um ACTO EXECUTIVO a REALIZAR, tendo presente a RECTIDÃO, CORRECÇÃO e a PERFEIÇÃO DIPLOMÁTICA GOVERNATIVA da VIDA do REINO PORTUGAL e são os PORTA-VOZES no ESPAÇO EXTERNO de SUAS MAJESTADES e de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, EMBAIXADORES, CÔNSULES e JUÍZES EMBAIXADORES são ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, que auferem de ESTATUTO PRÓPRIO, estando subordinados a SUAS MAJESTADES, de acordo com a FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS que a cada um corresponde e é conferido pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

2 – Os REPRESENTANTES MÁXIMOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, usufruem do ESTATUTO de EMBAIXADORES e JUÍZES EMBAIXADORES e os REPRESENTANTES da NAÇÃO PORTUGUESA nos ÓRGÃOS de SOBERANIA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS usufruem do ESTATUTO de CÔNSULES, exercendo as FUNÇÕES DIÁRIAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA LEGISLATIVOS PORTUGUESES, IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS para os quais foram ELEITOS.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, são proporcionadas por CONCURSO REAL LEGISLATIVO e JURÍDICO DIPLOMÁTICO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para todo o TERRITÓRIO IMPERIAL PORTUGUÊS e para todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os CIDADÃOS e JUÍZES PORTUGUESES presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os CIDADÃOS e JUÍZES PORTUGUESES residentes no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO EXTERIOR ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, que se desloquem às EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, tendo os CANDIDATOS que CUMPRIR os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA

PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS do IMPÉRIO PORTUGUÊS e nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, que FILMARAM e GRAVARAM para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO das respectivas FUNÇÕES, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS do IMPÉRIO PORTUGUÊS e aos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, remeter ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONARÁ e ELEGERÁ de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES,

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO DIPLOMÁTICO em ELEIÇÃO, SUAS MAJESTADES e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a definir os LUGARES e as POSIÇÕES de cada um na HIERARQUIA DIPLOMÁTICA, ELEGENDO desta forma o CÔNSUL e o VICE-CÔNSUL para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA IMPERIAL PORTUGUÊS e INTERNACIONAL e o EMBAIXADOR e o JUÍZ EMBAIXADOR de PORTUGAL para cada uma EMBAIXADA do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e aos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS DIPLOMÁTICOS.

ARTIGO QUARTO – ORGANIZAÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS estão ORGANIZADOS pelas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS presentes no PLANETA TERRA, CONSTITUIDAS em todos os ESTADOS SOBERANOS, onde RESIDA pelo menos UM CIDADÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS, correspondentes aos EMBAIXADORES e aos JUÍZES EMBAIXADORES PORTUGUESES no MUNDO, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA do IMPÉRIO PORTUGUÊS no GLOBO TERRESTRE, correspondentes aos CÔNSULES do IMPÉRIO PORTUGUÊS e pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA INTERNACIONAIS, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, COMUNIDADE EUROPEIA e NATO, correspondentes aos CÔNSULES INTERNACIONAIS.

ARTIGO QUINTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, dos TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, tem a DURAÇÃO de UM ANO, tendo ÍNICIO o ANO LEGISLATIVO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

ARTIGO SEXTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS dos EMBAIXADORES:

- a) APOIAR, COLABORAR e COOPERAR com os ÓRGÃOS de SOBERANIA das respectivas NAÇÕES SOBERANAS MUNDIAIS, a PLENA, CORRECTA e PERFEITA INTEGRAÇÃO das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS nos TERRITÓRIOS sobre o seu DOMÍNIO;
- b) MANTER VIVAS as TRADIÇÕES, USOS e COSTUMES TRADICIONAIS IMPERIAIS PORTUGUESES;
- c) FOMENTAR as REAIS ESCOLAS do IDIOMA PORTUGUÊS no MUNDO;
- d) ESTREITAR os LAÇOS de AMIZADE, AJUDA e COOPERAÇÃO com as correspondentes NAÇÕES SOBERANAS MUNDIAIS;
- e) ESTREITAR, REFORÇAR e FORTALECER os ACORDOS ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS com as correspondentes NAÇÕES SOBERANAS MUNDIAIS;
- f) ORIENTAR os VISITANTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS nas correspondentes NAÇÕES SOBERANAS MUNDIAIS;
- g) APROFUNDAR a HISTÓRIA de cada um NOBRE POVO e as MARCAS de toda a sua IDENTIDADE.

2 – São COMPETÊNCIAS dos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO:

- a) ACREDITAR toda a ACCÇÃO e MOVIMENTO dos EMBAIXADORES do IMPÉRIO PORTUGUÊS nas correspondentes NAÇÕES SOBERANAS MUNDIAIS;
- b) PROTEGER, DEFENDER e CUIDAR das NECESSIDADES e EXIGÊNCIAS JURÍDICAS da COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA nos correspondentes ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS, sendo o DEFENSOR JURÍDICO nos LÍTIGIOS EXISTENTES;
- c) ALERTAR a COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA para os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO das respectivas NAÇÕES SOBERANAS e para os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES ao RESPEITO pelas TRADIÇÕES, USOS e COSTUMES CULTURAIS PRÓPRIOS;
- d) APROFUNDAR os LAÇOS CONSTITUCIONAIS dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS com os correspondentes ESTADOS SOBERANOS MUNDIAIS.

3 – São COMPETÊNCIAS dos CÔNSULES, VICE-CÔNSULES e ENVIADOS EXTRAORDINÁRIOS:

- a) NEGOCIAR, RECTIFICAR e AJUSTAR os ACORDOS, TRATADOS e CONVENÇÕES a CONSIGNAR pelo REINO de

PORTUGAL, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS;

- b) REMETER a SUAS MAJESTADES os TRATADOS e CONVENÇÕES a CONSIGNAR pelo REINO de PORTUGAL, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS.

4 – São COMPETÊNCIAS das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS:

- a) PROTEGER o ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO IMPERIAL PORTUGUÊS e os seus REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS, em todo o momento da sua ESTADIA nos TERRITÓRIOS SOBERANOS correspondentes;
- b) PROTEGER e ser os TRADUTORES dos REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA do IMPÉRIO PORTUGUÊS nas suas INICIATIVAS DIPLOMÁTICAS nos TERRITÓRIOS SOBERANOS correspondentes;
- c) SOCORRER a COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA no EXTERIOR em MOMENTOS de CATÁSTROFE, ou CRISES INSTITUCIONAIS das respectivas NAÇÕES SOBERANAS, na DEFESA dos seus BENS PATRIMONIAIS e nas OPERAÇÕES de RESGATE e REPATRIAMENTO sempre que o mesmo EXIGIDO;
- d) APOIAR, COLABORAR e COOPERAR com o AVAL do ESTADO-MAIOR das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, nas ACCÇÕES de AUXÍLIO às COMUNIDADES LOCAIS dos ESTADOS SOBERANOS correspondentes.

ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, EMBAIXADORES, JUÍZES EMBAIXADORES, CÔNSULES e VICE-CÔNSULES, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, nos CINCO DIAS ANTERIORES que ANTECEDEREM a tomada de POSSE nos ÓRGÃOS de SOBERANIA IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO LEGISLATIVA e JURÍDICA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSIS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE LEGISLATIVA e JURÍDICA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO

PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para os CARGOS DIPLOMÁTICOS tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA e CESSA com a ELEIÇÃO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS ao DESEMPENHO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO LEGISLATIVO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER, por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS e por POSIÇÕES DISCORDANTES às DEFINIDAS por SUAS MAJESTADES e pelas respectivas ASSEMBLEIAS REAIS, face às MATÉRIAS e TEMAS a DELIBERAR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos

FAMILIARES e HOMENAGEADOS os LEGISLADORES e JURISTAS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS do IMPÉRIO PORTUGUÊS e os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, procedam de acordo com os CRITÉRIOS ELEITORAIS definidos para cada uma ELEIÇÃO, à reposição de toda a HIERARQUIA DIPLOMÁTICA abalada.

ARTIGO DÉCIMO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS dos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS os DIPLOMAS, empreendidos após a OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e APROVAÇÃO dos GABINETES JURÍDICOS, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, para os EMBAIXADORES e para os CÔNSULES INTERNACIONAIS e empreendidos após a OBSERVAÇÃO, ANÁLISE e APROVAÇÃO dos respectivos REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS de JUSTIÇA dos REINOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, para os CÔNSULES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, que revestem o carácter EMBAIXARIANO, quando remetidos pelos EMBAIXADORES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO a SUAS MAJESTADES, o carácter CONSULAR IMPERIAL, quando remetidos pelos CÔNSULES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO a SUAS MAJESTADES e o carácter CONSULAR INTERNACIONAL, quando remetidos pelos CÔNSULES INTERNACIONAIS a SUAS MAJESTADES.

2 – Todos os DIPLOMAS empreendidos pelos TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS e APROVADOS pelos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS PORTUGUESAS no MUNDO e pelos REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, correspondentes aos VÁRIOS ASSUNTOS e TEMÁTICAS, deveram após PROMULGAÇÃO de SUAS MAJESTADES e do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, ser PUBLICADOS e DIVULGADOS na INTEGRA ou NÃO no CASO dos DIPLOMAS EMBAIXARIANOS, se considerado partes SEGREDO de ESTADO, pelos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO OFICIAIS da COROA REAL PORTUGUESA, de modo a que todos os CIDADÃOS RESIDENTES no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os CIDADÃOS PORTUGUESES RESIDENTES no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, tenham presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE e ACÇÃO LEGISLATIVA dos ÓRGÃOS de SOBERANIA e dos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS que o COMPÕEM.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – Os EMBAIXADORES de PORTUGAL e os JUÍZES EMBAIXADORES nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, exercem FUNÇÕES todos os dias do ANO, nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO para a qual foram NOMEADOS, gerindo os TEMPOS do EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR com os demais EMBAIXADORES e JUÍZES EMBAIXADORES dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes, mediante os turnos LEGISLATIVOS e JURÍDICOS a existir para cada uma SESSÃO PLENÁRIA, os ACTOS PROCESSUAIS da COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA em RESOLUÇÃO, as SOLICITAÇÕES de SUAS MAJESTADES correspondentes e os PERÍODOS de FÉRIAS dos demais EMBAIXADOR e JUÍZES EMBAIXADORES dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes.

2 – As SESSÕES PLENÁRIAS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO REALIZAM-SE todos os DIAS do ANO, tendo INÍCIO às ZERO HORAS e TERMINANDO às VINTE e QUATRO HORAS de cada um DIA, existindo TRÊS TURNOS LEGISLATIVOS e JURÍDICOS que se vão ALTERNANDO ao longo da SESSÃO PLENÁRIA, tendo como HORÁRIOS das ZERO HORAS às OITO HORAS, das OITO HORAS às DEZASSEIS HORAS e das DEZASSEIS HORAS às VINTE e QUATRO HORAS, existindo TRÊS PERÍODOS de PAUSA ao longo do DIA para REFEIÇÃO, das TRÊS HORAS às QUATRO HORAS, das DOZE HORAS às TREZE HORAS e das DEZANOVE HORAS às VINTE HORAS.

3 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA do IMPÉRIO PORTUGUÊS, exercem FUNÇÕES todos os dias ÚTEIS do ANO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA do IMPÉRIO PORTUGUÊS, para a qual foram NOMEADOS, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo um HORÁRIO de EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR, com INÍCIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS, afirmando o VICE-CÔNSUL IMPERIAL, o EXERCÍCIO do CARGO DIPLOMÁTICO nos FINS-DE-SEMANA, nas AUSÊNCIAS e FALTA do CÔNSUL IMPERIAL e o APOIO CONSTANTE e PRESENTE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR.

4 – OS TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA INTERNACIONAIS, exercem FUNÇÕES todos os DIAS ÚTEIS do ANO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS INTERNACIONAIS para o qual foram NOMEADOS, correspondendo em todo o MOMENTO às EXIGÊNCIAS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA, nas MARCAÇÕES das DATAS das REUNIÕES a REALIZAR para DEBATER as MATÉRIAS e TEMAS em DISCUSSÃO, tendo um HORÁRIO de EXERCÍCIO compatível com o INÍCIO e TERMINO das SESSÕES PLENÁRIAS, afirmando o VICE-CÔNSUL INTERNACIONAL o EXERCÍCIO do CARGO DIPLOMÁTICO nos FINS-DE-SEMANA, nas AUSÊNCIAS e FALTAS do CÔNSUL INTERNACIONAL e o APOIO CONSTANTE e PRESENTE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES a CUMPRIR.

5 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS

e MISSÕES OFICIAIS, IMPERIAIS PORTUGUESAS e INTERNACIONAIS dos ÓRGÃOS DE SOBERANIA DIPLOMÁTICOS que REPRESENTAM, da CONCORDÂNCIA dos GABINETES JURÍDICOS presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e dos REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes, a AUSÊNCIA dos TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, para firmar os COMPROMISSOS, DILIGÊNCIAS e MISSÕES OFICIAIS PORTUGUESAS, das CIRCUNSCRIÇÕES correspondentes, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JÚRIDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, deveram ser comunicadas pelos GABINETES JURÍDICOS presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e por os REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, de modo que apurem as RAZÕES e MOTIVOS do SUCEDIDO,

6 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO DIPLOMÁTICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO da UNIDADE da NAÇÃO MUNDIAL, ECONÓMICA, HUMANA e CULTURAL, da RELAÇÃO de PAZ do REINO de PORTUGAL com o MUNDO de INÚMERAS NAÇÕES SOBERANAS, do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS e de todos os NOBRES POVOS presentes no PLANETA TERRA e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do elementar e fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos INVESTIDOS e NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO LEGISLATIVO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – A DISCUSSÃO dos DIPLOMAS, empreendidos pelos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, nos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO ou nos REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO correspondentes, EFECTUADOS pelos PRÓPRIOS TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, potenciando um DEBATE de ANÁLISE, face à RAZÃO das MATÉRIAS em ESTUDO e sobre a possível INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

2 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA, será colocado a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL

GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS de RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

3 – As DELIBERAÇÕES da APROVAÇÃO dos DIPLOMAS dos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, pertence aos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e aos REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes e são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS destes ÓRGÃOS de SOBERANIA, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada JUÍZ verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um JUÍZ de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA, de UM VOTO, competindo ao JUIZ PRESIDENTE dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a remeter em DIPLOMA correspondente a SUAS MAJESTADES.

4 – Compete a SUAS MAJESTADES, no decurso de TRINTA DIAS a contar da RECEPÇÃO de qualquer um DIPLOMA, a empreender pelos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, pronunciar-se sobre a sua PROMULGAÇÃO, remetendo-a ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que o PROMULGE, PUBLIQUE e o IMPONHA como LEI e o DEVER em caso de DISCORDÂNCIA de EXERCER o DIREITO de VETO, rectificando o DOCUMENTO e fundamentando os motivos do mesmo, devolvendo-o ao TITULAR do CARGO DIPLOMÁTICO, para que no prazo de TRINTA DIAS proceda juntamente com os GABINETES JURÍDICOS, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO ou com os REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS respectivos, a uma NOVA APRECIACÃO do DIPLOMA e se pronunciem face às RAZÕES do mesmo e às correcções impostas por SUAS MAJESTADES, remetendo a DECISÃO a SUAS MAJESTADES, com as devidas CORRECÇÕES aprovadas, para que se PROMULGUE, com NOVAS ALTERAÇÕES, propicias a uma NOVA AVALIAÇÃO por parte de SUAS MAJESTADES no mesmo PRAZO, ou sem alterações ao OFÍCIO inicial, JUSTIFICANDO as RAZÕES e os FUNDAMENTOS do mesmo.

5 – No caso de o TITULAR DO CARGO DIPLOMÁTICO e os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, não RESPEITAREM o VETO e as CORRECÇÕES de SUAS MAJESTADES, ao DIPLOMA, SUAS MAJESTADES remeteram no IMEDIATO, ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que no PRAZO de DEZ DIAS, IMPONHA o seu PARECER JURÍDICO face ao DIPLOMA, ditando por a sua INCONSTITUCIONALIDADE face à LEI ou pela sua CONSTITUCIONALIDADE, que potenciará um DIFERENDO INSTITUCIONAL, entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, só a SANAR, através de REFERENDO, a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, para a CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA abrangida por esta medida.

6 – Após o DIPLOMA, ter percorrido todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES, competirá ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a PUBLICAÇÃO dos DIPLOMAS e a IMPOSIÇÃO da LEI, que potenciará o PLANO EXECUTÓRIO e o PLANO FISCALIZADOR.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos no ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, CONSTITUIDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, pelos CÍRCULOS ELEITORAIS IMPERIAIS, definidos pelo ESPAÇO TERRITORIAL das NAÇÕES SOBERANAS que com PORTUGAL constituem o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR e pelos CÍRCULOS ELEITORAIS PLANETÁRIOS, definidos no ESPAÇO TERRITORIAL MUNDIAL, pela SOBERANIA de cada uma NAÇÃO, POVO e IDENTIDADE no GLOBO TERRESTRE.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS para o desempenho dos CARGOS de EMBAIXADOR, CÔNSUL e VICE-CÔNSUL, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES, residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO EXTERIOR ao IMPÉRIO PORTUGUÊS, que CUMPRAM os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA PORTUGUESA e são ELEGÍVEIS, para o desempenho dos CARGOS DIPLOMÁTICOS dos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, todos os JUÍZES do IMPÉRIO PORTUGUÊS a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS e nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL LEGISLATIVO e JURÍDICO DIPLOMÁTICO, por cada um CIDADÃO e JUÍZ ISOLADAMENTE, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS do IMPÉRIO PORTUGUÊS e nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, no GABINETE JURÍDICO, que REMETEM as INTERVENÇÕES ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS, para que perante as intervenções de cada um, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER por SUAS MAJESTADES e pelo REAL

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, apurando desta forma os CÔNSULES e os VICE-CÔNSULES do REINO de PORTUGAL aos ÓRGÃOS de SOBERANIA do IMPÉRIO PORTUGUÊS e INTERNACIONAIS e o ELEITO pelo REINO de PORTUGAL a EMBAIXADOR e a JUÍZ EMBAIXADOR de cada uma das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS, dos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL PORTUGUÊS, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos LEGISLATIVOS e JURÍDICOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS JURÍDICOS correspondentes e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, ao JUÍZ PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO JURÍDICO ao qual correspondem, que após a RECEPÇÃO da OPINIÃO dos TITULARES dos CARGOS, sob a sua ALÇADA e a sua ANÁLISE, procede a uma ACTA de FÉRIAS, do ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO respectivo, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar as SUBSTITUIÇÕES ou NÃO a empreender em todo o PERÍODO de FÉRIAS LEGISLATIVAS, as CORRIGE e APROVA, procedendo ou NÃO à RESTITUIÇÃO da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA, durante todo o PERÍODO de FÉRIAS dos TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, CONVOCANDO os VICE-CÔNSULES, para o EXERCÍCIO das FUNÇÕES em FALTA.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, REPRESENTAM, IMPÕEM e FIRMAM a RESPONSABILIDADE que a cada um COMPETE, no todo da ACÇÃO e do MOVIMENTO da NAÇÃO PORTUGUESA no GLOBO TERRESTRE, na CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRESTRE que lhes CORRESPONDE e nas ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS por cada um abrangidos e estão para SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS DE SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS dos CARGOS DIPLOMÁTICOS exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO à ORIENTAÇÃO de SUAS MAJESTADES, face às POSIÇÕES a empreender no TEMPO, sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO e em ESTUDO, o DIREITO de COOPERAR, com os TITULARES dos CARGOS JURÍDICOS dos REAIS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes e dos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO que lhe corresponda e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS PORTUGUESES, presentes nos TERRITÓRIOS para que foram NOMEADOS.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, usufruem de:

- a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;
- b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;
- c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS LEGISLATIVOS e JURÍDICOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;
- d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;
- e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO VIGÉSIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

- a) Comparecer aos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes, sempre que solicitado pelos mesmos;

b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS e no REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondente, sempre que solicitado pelos mesmos e às quais possam PERTENCER;

c) Comparecer aos ACTOS para que forem NOMEADOS, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS e pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondente;

d) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

e) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA INTERNACIONAIS para que foram nomeados, após a APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES;

f) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO dos DIPLOMAS correspondentes;

g) COMUNICAR, todas as suas INTERVENÇÕES a PROFERIR nos ÓRGÃOS de SOBERANIA NACIONAIS, IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS, aos GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO e ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondente;

h) REMETER, a SUAS MAJESTADES, a DOCUMENTAÇÃO relativa às MATÉRIAS e TEMAS em DELIBERAÇÃO nos ÓRGÃOS de SOBERANIA INTERNACIONAIS, para os quais foram NOMEADOS.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO para todos os ELEITOS DIPLOMÁTICOS, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PODERES DOS TÍTULARES DOS CARGOS DIPLOMÁTICOS.

1 – Constituem PODERES dos TÍTULARES dos CARGOS GOVERNATIVOS:

a) Apresentar DIPLOMAS de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

b) Apresentar DIPLOMAS relativos à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO GOVERNATIVO DIPLOMÁTICO;

c) Questionar os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS correspondentes, sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO

de SOBERANIA DIPLOMÁTICO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS GOVERNATIVOS da sua AGENDA PARLAMENTAR, salvo as DELIBERAÇÕES IMPOSTAS por SEGREDO de ESTADO;

d) REQUERER e OBTER dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL impostas por SEGREDO de ESTADO;

e) REQUERER e OBTER dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS INTERNACIONAIS, para os quais foram NOMEADOS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem ÚTEIS para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO, EMBAIXADORES, JUÍZES EMBAIXADORES, CÔNSULES e VICE-CÔNSULES DOIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA CONTOS.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, obedecendo ao PRINCÍPIO da CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA do PODER ESTATAL dos OITO REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, cujas funções se CENTRAM na DELIBERAÇÃO e REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, IMPONDO o PODER LEGISLATIVO dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS a todos os ESTADOS SOBERANOS do MUNDO, POSSUEM PATRIMÓNIO PRÓPRIO.

2 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, obedecendo ao PRINCÍPIO da CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA do PODER ESTATAL dos OITO REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, possuem CONTA BANCÁRIA num dos REAIS BANCOS dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS presentes em cada um ESTADO SOBERANO correspondente, tendo como CRITÉRIO de SELECÇÃO a SUPREMACIA dos CIDADÃOS RESIDENTES de cada um REINO do IMPÉRIO PORTUGUÊS ou quando o mesmo não exista, nos REAIS BANCOS de cada um ESTADO SOBERANO correspondente e possuem FINANÇAS PRÓPRIAS, derivado do exercício da sua ACÇÃO e MOVIMENTO DIÁRIO, cujo REMANESCENTE FINANCEIRO do BALANÇO MENSAL, será TRANSFERIDO EQUITATIVAMENTE para a CONTA do ESTADO de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, após a ELABORAÇÃO do BALANÇO MENSAL do ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO e cujo SALDO DEFICITÁRIO da sua ACÇÃO FINANCEIRA, será após a recepção do BALANÇO MENSAL, REPOSTA EQUITATIVAMENTE pelos respectivos SUPREMO

CONSELHO MONÁRQUICO de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, após a APROVAÇÃO do BALANÇO MENSAL dos REINOS respectivos, para todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS cujo SALDO da sua ACÇÃO FINANCEIRA MENSAL se TRADUZIR em DÉFICE.

3 – Os CUSTOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS DIPLOMÁTICAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS, bem como os CUSTOS do EXERCÍCIO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS EQUITATIVAMENTE pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, no ORÇAMENTO respectivo de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO das próprias CONTAS BANCÁRIAS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO ou pelo SALDO das CONTAS CORRENTES dos REAIS BANCOS de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, após APROVAÇÃO dos RESPECTIVOS BALANÇOS MENSAIS e DELIBERAÇÃO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO CORRESPONDENTE.

4 – Os CUSTOS do DESEMPENHO de FUNÇÕES dos TITULARES dos CARGOS DIPLOMÁTICOS e dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, bem como os ENCARGOS FISCAIS e SOCIAIS serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS EQUITATIVAMENTE pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, no ORÇAMENTO de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO das CONTAS CORRENTES dos REAIS BANCOS de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, visando deste modo a JUSTA, CORRECTA e RIGOROSA REPARTIÇÃO dos RECURSOS ESTATAIS de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS por todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS presentes no PLANETA TERRA, face às suas DESPESAS SALARIAIS CORRENTES e a todo um EVOLUIR PRESENTE e PROGRESSIVO da ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL a EMPREENDER.

5 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, NÃO DISPÕEM de PODERES TRIBUTÁRIOS, sendo este estabelecido pelos SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, para cada um REINO RESPECTIVO e de ACORDO com os PRINCÍPIOS e OBJECTIVOS a CUMPRIR, no fazer face às EXIGÊNCIAS dos MOMENTOS.

6 – Aos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, NÃO COMPETE o ARRECADAR de RECEITAS e de PATRIMÓNIO PRÓPRIO, mas sim o dever de VIABILIZAR a ACÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao RENTABILIZAR dos MEIOS FÍSICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS em cada um ESTADO SOBERANO, na PROSECUÇÃO do BEM-ESTAR COMUM da COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA RESIDENTE.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, OITO CONTABILISTAS, OITO TESOUREIROS, DEZASSEIS SECRETÁRIOS, OITO GESTORES de RECURSOS HUMANOS, OITO GESTORES de COMPRAS e SERVIÇOS, OITO BIBLIOTECÁRIOS, OITO MOTORISTAS, OITO TELEFONISTAS, OITO TÉCNICOS de INFORMÁTICA, OITO TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, OITO TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, OITO TÉCNICOS de HOTELARIA, OITO TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, OITO MÉDICOS e OITO ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, são PROPOSTOS EQUITATIVAMENTE pelas ARTES BASTONÁRIAS de cada um REINO CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, para cada um ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO, tendo presentes os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS da COMUNIDADE IMPERIAL PORTUGUESA em cada um ESTADO SOBERANO MUNDIAL respectivo e APROVADOS e NOMEADOS respectivamente pelos REPRESENTANTES MÁXIMOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os QUADROS ESPECÍFICOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO COMO VENCIMENTOS:

- a) CONTABILISTAS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- b) TESOUREIROS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- c) SECRETÁRIOS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- d) GESTORES de RECURSOS HUMANOS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- e) GESTORES de COMPRAS e SERVIÇOS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- f) BIBLIOTECÁRIOS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- g) MOTORISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- h) TELEFONISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- i) TÉCNICOS de INFORMÁTICA, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- j) TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;

l) TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;

m) TÉCNICOS de HOTELARIA, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;

n) TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;

o) MÉDICOS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;

p) ENFERMEIROS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As FÉRIAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL PORTUGUÊS, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA entre a sugestão apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE efectuada pela COMISSÃO de PROFISSIONAIS e a APROVAÇÃO dos respectivos REPRESENTANTES MÁXIMOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO.

2 – Os TÍTULARES dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, apresentam até ao FINAL do MÊS de OUTUBRO do ANO ANTERCEDENTE ao das FÉRIAS, a sua sugestão à COMISSÃO de PROFISSIONAIS do ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO correspondente, que após a OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da OPINIÃO de todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES e a ESPECIFICIDADE do EXERCÍCIO PROFISSIONAL, procede a uma ACTA de FÉRIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO respectivo, a apresentar até ao FINAL do MÊS de NOVEMBRO aos REPRESENTANTES MÁXIMOS do ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO correspondente que após verificarem os PERÍODOS, o EXERCÍCIO PROFISSIONAL e a PRESENÇA em todo o MOMENTO da sua AUSÊNCIA de PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS nas mesmas ARTES BASTONÁRIAS, as CORRIGEM, APROVAM e as fazem PUBLICAR INTERNAMENTE na INSTITUIÇÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA DIPLOMÁTICOS.

1 – As AUSÊNCIAS e FALTAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, deveram ser comunicadas no imediato, pelos REPRESENTANTES MÁXIMOS do ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO correspondente, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS do QUADRO ESPECÍFICO AUSENTE ou em FALTA.

2 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO DIPLOMÁTICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL dos REINOS CONSTITUINTES do

IMPÉRIO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO IMPERIAL PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos QUADROS ESPECÍFICOS ESTATAIS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada uma LEGISLATURA, podendo existir faltas por motivos de SAÚDE, CONFIRMADAS por a ÁREA da SAÚDE e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, CONFIRMADAS pelos MOTIVOS e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMPERIAL PORTUGUÊS.

1 – A ALIENAÇÃO do PATRIMÓNIO IMPERIAL PORTUGUÊS em cada um ESTADO SOBERANO MUNDIAL, OBSERVARÁ a COMUNICAÇÃO dos REPRESENTANTES MÁXIMOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA DIPLOMÁTICO às ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS e a SUAS MAJESTADES, EL REIS e RAINHAS dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, sendo precedida pela CONCORDÂNCIA e o AVAL dos ÓRGÃOS de SOBERANIA correspondentes e mediante a INSTITUIÇÃO de CONCURSO IMPERIAL PORTUGUÊS a INSTITUIR em ASSEMBLEIA IMPERIAL PORTUGUESA, por SUAS MAJESTADES CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, face ao PATRIMÓNIO a ALIENAR.

ARTIGO TRIGÉSIMO – SEGURANÇA.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS e os seus REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS, são PROTEGIDOS VINTE e QUATRO HORAS por DIA pelo CORPO dos REAIS EXÉRCITOS dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, que mantém a VIGILÂNCIA, a SEGURANÇA e a PROTECÇÃO de toda a INFRA-ESTRUTURA DIPLOMÁTICA e dos seus ELEMENTOS, por TURNOS CONSECUTIVOS.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – TUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – COMPETE aos REAIS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS de cada um REINO CONSTITUINTES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre os ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS, consistindo na CORRECTA e RIGOROSA RESPONSABILIDADE de VERIFICAÇÃO dos PRECEITOS e do CUMPRIMENTO, dos VALORES e PRINCÍPIOS INSCRITOS nas CONSTITUIÇÕES MONÁRQUICAS dos REINOS CONSTITUINTES do IMPÉRIO PORTUGUÊS, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA e por todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO E COMPETÊNCIAS.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – GABINETES JURÍDICOS DAS EMBAIXADAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NO MUNDO.

1 – Os GABINETES JURÍDICOS das EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, são CONSTITUÍDOS por um JUÍZ EMBAIXADOR de cada um REINO CONSTITUINTE do IMPÉRIO PORTUGUÊS, para cada uma EMBAIXADA do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO DIPLOMÁTICO, a quem COMPETE PRESIDIR ao ÓRGÃO, IMPONDO o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO DIPLOMÁTICO, USUFRUINDO os JUÍZES EMBAIXADORES do ESTATUTO CONSIGNADO para os TÍTULARES Dos CARGOS DIPLOMÁTICOS.

TÍTULO SÉTIMO – ORGANIZAÇÃO LEGISLATIVA: ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, NACIONAL, REGIONAIS, CONCELHIAS e MUNICIPAIS, são as ASSEMBLEIAS representativas de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO LEGISLATIVO a empreender em cada uma CIRCUNSCRIÇÃO, por as TRINTA e TRÊS ÁREAS PRESIDENCIAIS, em cada um ACTO EXECUTIVO a REALIZAR, tendo presente a RECTIDÃO, CORRECÇÃO E A PERFEIÇÃO GOVERNATIVA da VIDA do REINO PORTUGAL, são as ASSEMBLEIAS PRESIDENCIAIS representativas de SUAS MAJESTADES e de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, NACIONAL, REGIONAIS, CONCELHIAS e MUNICIPAIS, são ÓRGÃOS de SOBERANIA, que auferem de ESTATUTO PRÓPRIO, estando HIERARQUICAMENTE subordinados entre si, de acordo com a RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO que a cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO correspondam.

2 – Os seus ELEMENTOS usufruem do ESTATUTO de PRESIDENTES, tendo o PRESIDENTE das ASSEMBLEIAS, o ESTATUTO de JUÍZ PRESIDENTE e os ELEITOS de cada uma ÁREA, o ESTATUTO de PRESIDENTES da ÁREA respectiva, NACIONAL, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL, exercendo as FUNÇÕES DIÁRIAS, no ÓRGÃO para o qual foram ELEITOS e nos ÓRGÃOS HIERÁRQUICOS SUPERIORES sempre que a exigência da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA se imponha, na SUBSTITUIÇÃO por AUSÊNCIAS dos ELEITOS HIERARQUICOS SUPERIORES.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, são proporcionadas por CONCURSO REAL LEGISLATIVO PRESIDENCIAL, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para as TRINTA E TRÊS ÁREAS de ACÇÃO PRESIDENCIAIS, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os CIDADÃOS que CUMPRAM os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÕES, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS e por um PERÍODO de TRINTA DIAS após o TERMINO do PRAZO e com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS MUNICIPAIS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a definir os LUGARES e as POSIÇÕES de cada um na HIERARQUIA MUNICIPAL da ÁREA, ELEGENDO desta forma o REPRESENTANTE para a ASSEMBLEIA REAL CONCELHIA e o REPRESENTANTE para a ASSEMBLEIA REAL MUNICIPAL.

3 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS de cada um MUNICÍPIO, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO para a ASSEMBLEIA REAL REGIONAL, fazendo após a DELIBERAÇÃO do CANDIDATO CONCELHIO à ASSEMBLEIA REAL REGIONAL, subir na HIERARQUIA o CANDIDATO MUNICIPAL da CIRCUNSCRIÇÃO em FALTA ao CARGO CONCELHIO e colocando o TERCEIRO ELEITO e ELEITOR na HIERARQUIA MUNICIPAL no CARGO de REPRESENTANTE MUNICIPAL.

4 – ELEITOS os REPRESENTANTES REGIONAIS de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o

ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o REPRESENTANTE REGIONAL para a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL.

5 – ELEITOS os REPRESENTANTES NACIONAIS de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS, o REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS e o REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de QUINZE DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o REPRESENTANTE NACIONAL da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS.

6 – ELEITO o PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA, os REPRESENTANTES REGIONAIS ao CARGO de PRESIDENTE NACIONAL, CONSTITUEM-SE no IMEDIATO PRESIDENTES REGIONAIS, competindo aos DOIS ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS NACIONAIS, por NORMA ELEITORAL, comunicar no IMEDIATO, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PRESIDENTE NACIONAL, a ELEGER num prazo de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao CARGO de PRESIDENTE REGIONAL, de modo a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PRESIDENTE NACIONAL, possam num prazo de DEZ DIAS ELEGER o PRESIDENTE REGIONAL da ÁREA.

7 – ELEITO o PRESIDENTE REGIONAL em falta, todos os REPRESENTANTES CONCELHIOS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO ao CARGO de PRESIDENTE REGIONAL, CONSTITUEM-SE no imediato PRESIDENTES CONCELHIOS, COMPETINDO ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do PRESIDENTE CONCELHIO em falta, por NORMA ELEITORAL, COMUNICAR no imediato, ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PRESIDENTE REGIONAL, a ELEGER num PRAZO de DEZ DIAS, o seu REPRESENTANTE ao CARGO de PRESIDENTE CONCELHIO, de modo a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PRESIDENTE REGIONAL, possam num prazo de DEZ DIAS ELEGER o PRESIDENTE CONCELHIO da ÁREA.

8 – ELEITO o PRESIDENTE CONCELHIO em falta, todos os REPRESENTANTES MUNICIPAIS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO ao CARGO de PRESIDENTE CONCELHIO, CONSTITUEM-SE no imediato PRESIDENTES MUNICIPAIS, COMPETINDO ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS da CIRCUNSCRIÇÃO do ELEITO a PRESIDENTE CONCELHIO a ELEGER num prazo de CINCO DIAS o seu ELEITO a PRESIDENTE MUNICIPAL.

9 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TITULARES de CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS.

ARTIGO QUARTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, são COMPOSTAS por um JUÍZ PRESIDENTE, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA e por um PRESIDENTE ELEITO de cada uma das TRINTA e TRÊS ÁREAS LEGISLATIVA, da PESCA, do PESCADO e do PLÂNCTON, PECUÁRIA e dos ANIMAIS, da AGRICULTURA e dos VEGETAIS, da EXTRACÇÃO e dos MINERAIS, da INDÚSTRIA, do COMÉRCIO, das FINANÇAS, das ENERGIAS, dos TRANSPORTES, da CONSTRUÇÃO, da EDUCAÇÃO, da SAÚDE, SOCIAL, NOTARIAL, FISCAL, LEGISLATIVA, JURÍDICA, da PREVENÇÃO, da SEGURANÇA, da ORDEM, da COMUNICAÇÃO, da MÚSICA, da DANÇA, da ESCRITA, das ARTES BELAS, do TEATRO, do CINEMA e da FOTOGRAFIA, do DESPORTO, do JOGO, HUMANA, NATURAL, UNIVERSAL e da RELIGIÃO.

ARTIGO QUINTO – ORGANIZAÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, estão ESTRUTURADAS, por QUINHENTAS e CINQUENTA ASSEMBLEIAS REAIS MUNICIPAIS, citas nas CIDADES de cada um MUNICÍPIO, correspondendo aos MUNICÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORDENADAS por QUARENTA e TRÊS ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS, citas nos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, correspondendo aos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORGANIZADAS por NOVE ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS, citas nos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, correspondendo às REGIÕES ADMINISTRATIVAS definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e UNIDAS por a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL, cita na CAPITAL do REINO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, tem a DURAÇÃO de UM ANO tendo ÍNICIO o ANO LEGISLATIVO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ PRESIDENTE, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, das ASSEMBLEIAS REAIS das ÀREAS PRESIDENCIAIS, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS

MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ PRESIDENTE (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA da ASSEMBLEIA REAL (NACIONAL/REGIONAL/CONCELHIA/MUNICIPAL) das ÁREAS PRESIDENCIAIS, cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME) CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA: (TEMÁTICA, TEMAS e MATÉRIAS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO. “

3 – Compete ao JUÍZ PRESIDENTE, todos os DIAS a COMUNICAÇÃO da PAUSA para ALMOÇO, das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ PRESIDENTE (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS EXCELÊNCIAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ PRESIDENTE, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ PRESIDENTE (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ PRESIDENTE, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ PRESIDENTE (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), da ASSEMBLEIA REAL (NACIONAL/REGIONAL/CONCELHIA/MUNICIPAL) das ÁREAS PRESIDENCIAIS, cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO das seguintes RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS, (EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, SOLUÇÕES) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) DECRETO PRESIDENCIAL deste ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ PRESIDENTE, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS em ESTUDO, concedendo ao longo da SESSÃO PLENÁRIA e no momento PRIORIDADE, às BREVES EXPOSIÇÕES a PROFERIR pelos CIDADÃOS, às quais RESPONDE o PRESIDENTE das ÁREAS VISADAS por este PROBLEMA, de forma à CORRECTA NOÇÃO dos PROBLEMAS REAIS que afectam e perturbam a VIDA do REINO e da POPULAÇÃO PORTUGUESA, aos ÉDITOS de SUAS MAJESTADES e aos DECRETOS PRESIDENCIAIS das INSTÂNCIAS SUPERIORES.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS:

- a) APROVAR ALTERAÇÕES à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- b) APROVAR LEIS relativas ao PLANO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;
- c) LEGISLAR sobre todas as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS envoltas da RESPONSABILIDADE e COMPETÊNCIA de cada uma ÁREA PRESIDENCIAL;
- d) ACREDITAR os ÓRGÃOS de SOBERANIA GOVERNATIVOS, bem como conferir AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA;
- e) FORMULAR e APROVAR as LEIS das GRANDES OPÇÕES dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL;
- f) NEGOCIAR, AJUSTAR e APROVAR os TRATADOS IMPERIAIS PORTUGUESES e INTERNACIONAIS que VERSEM MATÉRIAS das COMPETÊNCIAS das ÁREAS PRESIDENCIAIS e designadamente os TRATADOS de COOPERAÇÃO, COLABORAÇÃO e AJUDA, AMIZADE, PAZ e DEFESA, de RECTIFICAÇÃO das FRONTEIRAS e os RESPEITANTES a ASSUNTOS MILITARES, bem como os que SUAS MAJESTADES entendam SUBMETER à sua APRECIACÃO;
- g) PROPOR a SUAS MAJESTADES a SUJEIÇÃO a REFERENDO de QUESTÕES de RELEVANTE INTERESSE NACIONAL;
- h) FORMULAR e CONFIRMAR a DECLARAÇÃO de ESTADO de SÍTIO e do ESTADO de EMERGÊNCIA;
- i) CONFIRMAR sempre que possível a DECLARAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DA SEGURANÇA PORTUGUÊS de SUAS MAJESTADES de DECLARAREM a GUERRA e de ACORDAREM a PAZ;
- j) A AQUISIÇÃO, PERDA e REAQUISIÇÃO da CIDADANIA PORTUGUESA;
- k) A DEFINIÇÃO dos LIMITES das ÁGUAS TERRITORIAIS, da ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA e dos DIREITOS de PORTUGAL aos FUNDOS MARINHOS CONTÍGUOS;
- l) As BASES do SISTEMA de cada uma das ÁREA PRESIDENCIAL;
- m) O REGIME do SISTEMA de INFORMAÇÕES MONÁRQUICO e do SEGREDO de ESTADO;
- n) O REGIME GERAL de ELABORAÇÃO e ORGANIZAÇÃO dos ORÇAMENTOS do REINO de PORTUGAL;
- o) O REGIME GERAL de PUNIÇÕES das INFRACÇÕES DISCIPLINARES, bem como dos ACTOS ILÍCITOS de mera ORDENAÇÃO SOCIAL e do correspondente PROCESSO;
- p) O REGIME GERAL da REQUISIÇÃO e da EXPROPRIAÇÃO, por UTILIDADE PÚBLICA;
- q) O REGIME GERAL do ARRENDAMENTO RURAL e URBANO;
- r) Os MEIOS e formas de INTERVENÇÃO, EXPROPRIAÇÃO, NACIONALIZAÇÃO e PRIVATIZAÇÃO dos MEIOS de PRODUÇÃO e SOLOS por MOTIVO de INTERESSE PÚBLICO, bem como as INDEMNIZAÇÕES correspondentes;
- s) O SISTEMA MONETÁRIO e PADRÃO de PESOS e MEDIDAS;

- t) As BASES do REGIME e ÂMBITO da FUNÇÃO PÚBLICA;
- u) As BASES GERAIS do ESTATUTO das EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PÚBLICAS;
- v) A DEFINIÇÃO e REGIME dos BENS do DOMÍNIO PÚBLICO;
- w) As BASES do ORDENAMENTO do TERRITÓRIO e do URBANISMO;
- x) O REGIME dos MEIOS de PRODUÇÃO INTEGRADOS no SECTOR COOPERATIVO e SOCIAL de PROPRIEDADE;
- y) DESEMPENHAR as DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam conferidas pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

2 – São COMPETÊNCIAS de FISCALIZAÇÃO das ASSEMBLEIAS REAIS das

ÁREAS PRESIDENCIAIS:

- a) VIGIAR pelo CUMPRIMENTO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e das LEIS e pela DEFESA da LEGALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, bem como APRECIAR os ACTOS de SUAS MAJESTADES e dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, que INCIDAM na ESFERA da sua COMPETÊNCIA;
- b) APRECIAR a APLICAÇÃO da DECLARAÇÃO de ESTADO de SÍTIO e do ESTADO de EMERGÊNCIA;
- c) APRECIAR, APROFUNDAR e APROVAR os ACTOS NORMATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS HIERARQUICAMENTE INFERIORES;
- d) APRECIAR as CONTAS do ESTADO, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, as quais serão APRESENTADAS até ao DIA TRINTA e UM do MÊS de MARÇO do ANO SUBSEQUENTE, com o respectivo PARECER do REAL TRIBUNAL DE CONTAS PORTUGUÊS e os DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à sua APRECIACÃO;
- e) APRECIAR os RELATÓRIOS de EXECUÇÃO dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO;
- f) APRECIAR a EXECUÇÃO do ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL.

3 – São COMPETÊNCIAS relativas a OUTROS ÓRGÃOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS:

- a) Dar ASSENTIMENTO à AUSÊNCIA de SUAS MAJESTADES do TERRITÓRIO PORTUGUÊS, aos DUQUES dos respectivos DUCADOS, aos ÓRGÃO de SOBERANIA GOVERNATIVOS respectivos e ao MARECHAL dos REAIS SAPADORES PORTUGUESES, ao MARECHAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA e ao MARECHAL da GUARDA REAL PORTUGUESA;
- b) APRECIAR o PROGRAMA GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;
- c) ACOMPANHAR, AFIRMAR e APRECIAR nos termos da LEI, a INTEGRAÇÃO de PORTUGAL no PROCESSO de CONSTRUÇÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das NAÇÕES UNIDAS;

- d) ACOMPANHAR nos termos da LEI, o ENVOLVIMENTO de CONTINGENTES SAPADORES, MILITARES e POLICIAIS no ESTRANGEIRO;
- e) CONFIRMAR os ANÚNCIOS e RESULTADOS das ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA;
- f) CONFIRMAR os ANÚNCIOS e RESULTADOS dos CONCURSOS REAIS ESTATAIS;
- g) CONFIRMAR os ANÚNCIOS e RESULTADOS dos REFERENDOS a EXISTIR no REINO de PORTUGAL;
- h) CONFIRMAR a CONCESSÃO e DESONRA dos TITULADOS NOBILIÁRQUICOS;
- i) PRONUNCIAR-SE sobre o REGIME dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS e sobre o FUNCIONAMENTO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO;
- j) CONVOCAR EXTRAORDINARIAMENTE o SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO;
- k) COORDENAR e ORIENTAR cada um PRESIDENTE a ACÇÃO e o MOVIMENTO dos respectivos PRESIDENTES das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO HIERARQUICAMENTE INFERIORES;
- l) ASSEGURAR as RELAÇÕES de carácter geral entre os SECTORES MINISTERIAIS e as ARTES BASTONÁRIAS, no âmbito das respectivas ÁREAS PRESIDENCIAIS.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – Os MEMBROS das ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

3 – Os MEMBROS das ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS das ÁREAS PRESIDENCIAIS são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

4 – Os MEMBROS das ASSEMBLEIAS REAIS MUNICIPAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS e pelos DUQUES e DUQUESAS dos correspondentes DUCADOS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos

CENTROS de DECISÃO MUNICIPAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

5 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO LEGISLATIVA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE LEGISLATIVA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para as ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, têm a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, no PRIMEIRO DIA do OITAVO MÊS, após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO LEGISLATIVO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no

EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os LEGISLADORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponham toda a HIERARQUIA LEGISLATIVA abalada.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, os DECRETOS PRESIDÊNCIAS, empreendidos após as deliberações das MATÉRIAS em ASSUNTO por todos os TÍTULARES dos CARGOS em EXERCÍCIO de FUNÇÕES que as CONSTITUEM, que revestem o carácter MUNICIPAL quando remetidos pelo ÓRGÃO MUNICIPAL ao ÓRGÃO CONCELHIO, o carácter CONCELHIO quando remetido pelo ÓRGÃO CONCELHIO ao ÓRGÃO REGIONAL, o carácter REGIONAL quando remetido pelo ÓRGÃO REGIONAL ao ÓRGÃO NACIONAL e o carácter NACIONAL quando remetido pelo ÓRGÃO NACIONAL a SUAS MAJESTADES.

2 – Todos os ACTOS NORMATIVOS empreendidos nas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, serão PUBLICADOS nos MEIOS de COMUNICAÇÃO de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, INDEPENDENTEMENTE da PROMULGAÇÃO por SUAS MAJESTADES e pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS dos mesmos, de modo a que todos os CIDADÃOS tenham presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE e ACÇÃO LEGISLATIVA dos ÓRGÃOS e dos TÍTULARES dos CARGOS que o COMPÕEM.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo INÍCIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS, sendo o INÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA precedida em todas as ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, por uma INTERPRETAÇÃO MUSICAL da FANFARRA REAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, que ENTOARAM o HINO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, seguido de DUAS PEÇAS do seu DESIGNÍO, tendo INÍCIO este ACTO às OITO e MEIA da MANHÃ.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA de todos os JUIZES PRESIDENTES das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS em todas as CIRCUNSCRIÇÕES e da CONCORDÂNCIA dos JUIZES PRESIDENTES das ASSEMBLEIAS REAIS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES da ÁREAS que compõem o ÓRGÃO ao qual PRESIDE, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, das respectivas ÁREAS PRESIDENCIAIS e na REPRESENTAÇÃO das MISSÕES do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JÚRIDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS, deveram ser comunicadas pelos respectivos JUÍZES PRESIDENTES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS que a cada uma CIRCUNSCRIÇÃO corresponda, de modo que os mesmos REPONHAM a todo o momento a PIRAMIDE HIERÁRQUICA LEGISLATIVA, convocando os TITULARES dos CARGOS HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES da ÁREA, a firmar as responsabilidades do TITULAR AUSENTE.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO LEGISLATIVA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO LEGISLATIVO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS da ASSEMBLEIA em efectividade

de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do JUIZ PRESIDENTE, quando dos ATRASOS dos PRESIDENTES, da demora na SUSSTITUIÇÃO de algum PRESIDENTE ou da AUSÊNCIA de algum dos PRESIDENTES da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o JUIZ PRESIDENTE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS da ASSEMBLEIA a que PRESIDE, a um dos TRINTA e TRÊS PRESIDENTE das ÁREAS sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos PRESIDENTES ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO das RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, EFECTUADOS por todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS da ASSEMBLEIA REAL das ÁREAS, sendo o JUÍZ PRESIDENTE o PORTA-VOZ de SUAS MAJESTADES e por todos os CIDADÃOS que em cada uma SESSÃO PLENÁRIA, desejarem INTERVIR, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os PRESIDENTES das TRINTA e TRÊS ÁREAS se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre a sua INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

3 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA, será colocada a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS de RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

4 – As DELIBERAÇÕES das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS deste ÓRGÃO, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM PRESIDENTE verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um PRESIDENTE de cada uma ÁREA PRESIDENCIAL, de UM VOTO, competindo ao JUIZ PRESIDENTE o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a remeter em DECRETO PRESIDENCIAL aos ÓRGÃOS COMPETENTES.

5 – Compete a SUAS MAJESTADES, no decurso de TRINTA DIAS a contar da RECEPÇÃO de qualquer um DECRETO PRESIDENCIAL, a empreender pelas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, pronunciar-se sobre a sua PROMULGAÇÃO, remetendo-o ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que o PROMULGE, PUBLIQUE e o IMPONHA como LEI e o DEVER em caso de DISCORDÂNCIA de EXERCER o DIREITO de VETO, rectificando o DOCUMENTO e fundamentando os motivos do mesmo, devolvendo-o às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, para que no prazo de TRINTA DIAS procedam a uma NOVA APRECIACÃO do DECRETO PRESIDENCIAL e se pronunciem face às RAZÕES do mesmo e às correcções impostas por SUAS

MAJESTADES, remetendo a DECISÃO a SUAS MAJESTADES, com as devidas CORRECÇÕES aprovadas, para que se PROMULGUE, com NOVAS ALTERAÇÕES, propicias a uma NOVA AVALIAÇÃO no mesmo PRAZO, ou sem alterações ao DECRETO inicial, JUSTIFICANDO as RAZÕES e os FUNDAMENTOS do mesmo.

6 – No caso de a ASSEMBLEIA REAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, não RESPEITAR o VETO e as CORRECÇÕES de SUAS MAJESTADES, SUAS MAJESTADES remeteram no IMEDIATO, ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que no PRAZO de DEZ DIAS, IMPONHA o seu PARECER JURÍDICO face ao DECRETO PRESIDENCIAL, ditando por a sua INCONSTITUCIONALIDADE face à LEI ou pela sua CONSTITUCIONALIDADE, que potenciará um DIFERENDO INSTITUCIONAL, entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, só a SANAR, através de REFERENDO, a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, para a CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA abrangida por esta medida.

7 – Após o DECRETO PRESIDENCIAL, ter percorrido todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES, competirá ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a PUBLICAÇÃO dos DECRETOS PRESIDENCIAS e a IMPOSIÇÃO da LEI, que potenciará o PLANO EXECUTÓRIO e o PLANO FISCALIZADOR.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os JUÍZES PRESIDENTES e os PRESIDENTES das ÁREAS são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos, por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS para o desempenho do CARGO de JUÍZ PRESIDENTE, todos os CANDIDATOS que tenham EXERCIDO, EXERÇAM ou tenham CONCLUÍDO o CICLO EDUCATIVO no CURSO de DIREITO e estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA e são ELEGÍVEIS para o desempenho dos CARGOS de PRESIDENTES das ÁREAS, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e todos os CIDADÃOS EXTERNOS a residirem em TERRITÓRIO PORTUGUÊS há mais de DEZ ANOS, com uma situação de ESTUDO ou de EMPREGABILIDADE sempre PRESENTE e EFECTIVA na VIDA do REINO PORTUGAL, após a CONCLUSÃO do CICLO EDUCATIVO e da entrada no CICLO LABORAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA das ÁREAS PRESIDENCIAIS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL LEGISLATIVO PRESIDENCIAL, por cada um CIDADÃO ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, sendo QUATRO CANDIDATOS os POSSÍVEIS ELEITOS EFECTIVOS e TRÊS os POSSÍVEIS CANDIDATOS de RESERVA, que em todo o decurso da LEGISLATURA, intervenham no EXERCÍCIO de FUNÇÕES da ÁREA correspondente, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CIRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS, nas ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos LEGISLATIVOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo JUIZ PRESIDENTE de cada uma ASSEMBLEIA REAL e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TÍTULARES dos CARGOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, ao JUÍZ PRESIDENTE do ÓRGÃO o qual representam, que após a RECEPÇÃO da OPINIÃO dos TITULARES dos CARGOS, sob a sua ALÇADA e a sua ANÁLISE, procede a uma ACTA de FÉRIAS, da ASSEMBLEIA REAL da CIRCUNSCRIÇÃO respectiva, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar as SUBSTITUIÇÕES a empreender em todo o PROCESSO de FÉRIAS LEGISLATIVAS, as CORRIGE e APROVA, procedendo à RESTITUIÇÃO da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA, durante todo o PERÍODO de FÉRIAS dos TÍTULARES dos CARGOS, para os PERÍODOS referentes, CONVOCANDO os ELEITOS HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES, para o EXERCÍCIO das FUNÇÕES em FALTA, tendo presente o PRÍNCÍPIO da ROTATIVIDADE GEOGRÁFICA ao longo da LEGISLATURA e o PRINCÍPIO da HIERARQUIA SUBSEQUENTE, no qual os TÍTULARES dos CARGOS NACIONAIS, só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos TÍTULARES dos mesmos CARGOS REGIONAIS, os TÍTULARES dos CARGOS REGIONAIS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos TÍTULARES dos mesmos CARGOS CONCELHIOS, os TÍTULARES dos CARGOS CONCELHIOS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos TÍTULARES dos mesmos CARGOS MUNICIPAIS e os

TÍTULARES dos CARGOS MUNICÍPAIS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos ELEITOS de RESERVA pela ORDEM HIERÁRQUICA definida.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS representam a RESPONSABILIDADE que a cada um COMPETE, no todo da ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO que lhe CORRESPONDE, em termos NACIONAIS, REGIONAIS, CONCELHIOS e MUNICIPAIS e estão para SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS TITULARES dos CARGOS da ASSEMBLEIA que representam e com os DEMAIS REPRESENTANTES HIERÁRQUICOS da sua ÁREA PRESIDENCIAL e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, usufruem de:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TITULARES dos ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

- a) Comparecer às REUNIÕES do PLENÁRIO das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, para as quais foram designados;
- b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR e às quais possam PERTENCER;
- c) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, pelo JUÍZ PRESIDENTE;
- d) COMPARECER aos ACTOS para que forem NOMEADOS pelos DEMAIS TÍTULARES HIERÁRQUICOS da sua ÁREA PRESIDENCIAL;
- e) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;
- f) Desempenhar os CARGOS na ASSEMBLEIA REAL, designados pelo JUÍZ PRESIDENTE;
- g) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS;
- h) Colmatar as FALTAS e AUSÊNCIAS dos respectivos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA HIERARQUICAMENTE SUPERIORES.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO para todos os ELEITOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODERES DOS PRESIDENTES.

1 – Constituem PODERES dos PRESIDENTES de cada uma ÁREA:

- a) Apresentar RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS relativas à sua ÁREA ESPECÍFICA;

b) Apresentar RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar RESOLUÇÕES PRESIDENCIAIS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO GOVERNATIVO;

d) Questionar o JUÍZ PRESIDENTE, sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS GOVERNATIVOS da AGENDA PARLAMENTAR, salvo as DELIBERAÇÕES IMPOSTAS em SEGREDO de ESTADO;

e) REQUERER e OBTER dos OUTROS ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, USUFRUINDO como VENCIMENTO os ELEMENTOS CONSTITUINTES, da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS DOIS MIL OTOCENTOS e SESSENTA CONTOS, das ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS, das ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS das ÁREAS PRESIDENCIAIS MIL QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS e das ASSEMBLEIAS REAIS MUNICIPAIS das ÀREAS PRESIDENCIAIS SETECENTOS e QUINZE CONTOS.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, TRÊS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada uma ASSEMBLEIA REAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS e APROVADOS e NOMEADOS pelo JUÍZ PRESIDENTE de cada uma ASSEMBLEIA REAL das ÀREAS PRESIDENCIAIS.

TÍTULO OITAVO – ORGANIZAÇÃO EXECUTIVA: ASSEMBLEIAS REAIS DOS SECTORES MINISTERIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, NACIONAIS, REGIONAIS e CONCELHIAS, são as ASSEMBLEIAS representativas de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO ADMINISTRATIVO, a empreender em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, por os TREZENTOS e QUARENTA e CINCO SECTORES MINISTERIAIS, em cada um ACTO EXECUTIVO a REALIZAR, tendo presente a RECTIDÃO, CORRECÇÃO e a PERFEIÇÃO GOVERNATIVA da VIDA do REINO PORTUGAL, são as ASSEMBLEIAS MINISTERIAIS representativas de SUAS MAJESTADES e de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, NACIONAIS, REGIONAIS e CONCELHIOS, são ÓRGÃOS de SOBERANIA, que auferem de ESTATUTO PRÓPRIO, estando HIERARQUICAMENTE subordinados entre si, de acordo com a RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO que a cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO corresponda.

2 – Os seus ELEMENTOS usufruem do ESTATUTO de MINISTROS, tendo o PRESIDENTE das ASSEMBLEIAS, o ESTATUTO de JUÍZ MINISTERIAL e os ELEITOS de cada um SECTOR MINISTERIAL, o ESTATUTO de MINISTROS do SECTOR respectivo, NACIONAL, REGIONAL e CONCELHIO, exercendo as FUNÇÕES DIÁRIAS, no ÓRGÃO para o qual foram ELEITOS e nos ÓRGÃOS HIERÁRQUICOS SUPERIORES, sempre que a exigência da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA se imponha, na SUBSTITUIÇÃO por AUSÊNCIA dos ELEITOS HIERÁRQUICOS SUPERIORES.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES às ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, são proporcionadas por CONCURSO REAL LEGISLATIVO MINISTERIAL, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os TREZENTOS e QUARENTA e CINCO SECTORES de ACÇÃO MINISTERIAL, sendo CANDIDATOS todos os REPRESENTANTES LEGAIS ELEITOS por cada uma EMPRESA ou INSTITUIÇÃO de cada um SECTOR MINISTERIAL, presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS que CUMPRAM os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO, nas REUNIÕES SALUTARES a REALIZAR, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS

MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO das respectivas FUNÇÕES, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS e por um PERÍODO de TRINTA DIAS após o TERMINO do PRAZO, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO e com a APROVAÇÃO dos REPRESENTANTES LEGAIS de cada uma EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SEIS CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SEIS CANDIDATOS MUNICIPAIS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os SEIS CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a definir os LUGARES e as POSIÇÕES de cada um na HIERARQUIA MUNICIPAL do SECTOR MINISTERIAL, ELEGENDO desta forma o REPRESENTANTE MUNICIPAL para a ASSEMBLEIA REAL CONCELHIA.

3 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS de cada um MUNICÍPIO, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO, para que juntos com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO para a ASSEMBLEIA REAL REGIONAL MINISTERIAL, fazendo após a DELIBERAÇÃO do CANDIDATO CONCELHIO à ASSEMBLEIA REAL REGIONAL MINISTERIAL, subir na HIERARQUIA o SEGUNDO ELEITO MUNICIPAL da CIRCUNSCRIÇÃO em FALTA ao CARGO CONCELHIO.

4 – ELEITOS os REPRESENTANTES REGIONAIS de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o seu MINISTRO NACIONAL para a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL MINISTERIAL.

5 – ELEITOS os MINISTROS NACIONAIS de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL MINISTERIAL, todos os REPRESENTANTES REGIONAIS de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO se tornam MINISTROS REGIONAIS de cada uma ASSEMBLEIA REAL REGIONAL MINISTERIAL, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por NORMA ELEITORAL, comunicar no IMEDIATO,

aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO dos ELEITOS A MINISTROS NACIONAIS e por um PERÍODO, de VINTE DIAS, a reunir os REPRESENTANTES ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO ao CARGO CONCELHIO, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO de modo a ELEGER os MINISTROS REGIONAIS em FALTA.

6 – ELEITOS os MINISTROS REGIONAIS em FALTA, todos os REPRESENTANTES MUNICIPAIS ao CARGO CONCELHIO, se tornam MINISTROS CONCELHIOS, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES comunicar no IMEDIATO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES dos ELEITOS a MINISTROS REGIONAIS que IMPONHAM em CINCO DIAS o seu MINISTRO CONCELHIO.

7 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS.

ARTIGO QUARTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, são PRESIDIDAS por um JUÍZ MINISTERIAL, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA e COMPOSTAS em termos NACIONAIS por NOVE MINISTROS NACIONAIS REPRESENTANTES de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, em termos REGIONAIS por os MINISTROS REGIONAIS REPRESENTANTES de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO respectivos e em termos CONCELHIOS por os MINISTROS CONCELHIOS REPRESENTANTES de cada um MUNICÍPIO respectivo, REPRESENTANTES de todas as EMPRESAS ou INSTITUIÇÕES no ACTIVO do SECTOR MINISTERIAL em LABORAÇÃO, em cada uma CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA definida, sendo os SECTORES MINISTERIAIS, TREZENTOS e QUARENTA e CINCO, constando da ORGÂNICA IMPERIAL LEGISLATIVA PORTUGUESA.

ARTIGO QUINTO – ORGANIZAÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, estão ORDENADAS por QUARENTA e TRÊS ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS MINISTERIAIS, citas nos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, correspondendo aos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORGANIZADAS por NOVE ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS MINISTERIAIS, citas nos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, correspondendo às REGIÕES ADMINISTRATIVAS definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e UNIDAS por a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL MINISTERIAL, cita na CAPITAL do REINO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, tem a DURAÇÃO de UM ANO tendo ÍNICIO o ANO LEGISLATIVO, no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ MINISTERIAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ MINISTERIAL (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA da ASSEMBLEIA REAL (NACIONAL/REGIONAL/CONCELHIA) do SECTOR MINISTERIAL (NOME), cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA: (TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO. “

3 – Compete ao JUÍZ MINISTERIAL, todos os DIAS a COMUNICAÇÃO da PAUSA para ALMOÇO, das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ MINISTERIAL (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS EXCELÊNCIAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ MINISTERIAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ MINISTERIAL (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ MINISTERIAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ MINISTERIAL (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), da ASSEMBLEIA REAL (NACIONAL/REGIONAL/CONCELHIA) do SECTOR MINISTERIAL (NOME), cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO das seguintes RESOLUÇÕES MINISTERIAIS, (EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, SOLUÇÕES) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) DECRETO MINISTERIAL deste ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ MINISTERIAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES MINISTERIAIS em ESTUDO, concedendo ao longo da SESSÃO PLENÁRIA e no

momento PRIORIDADE, às BREVES EXPOSIÇÕES a PROFERIR pelos CIDADÃOS, às quais RESPONDE os MINISTROS das CIRCUNSCRIÇÕES GEOGRÁFICAS VISADOS por este PROBLEMA, de forma à CORRECTA NOÇÃO dos PROBLEMAS REAIS que afectam e perturbam a VIDA do REINO, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, das EMPRESAS, INSTITUIÇÕES e da POPULAÇÃO PORTUGUESA, aos ÉDITOS de SUAS MAJESTADES e aos DECRETOS MINISTERIAIS das INSTÂNCIAS SUPERIORES.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS:

- a) APROVAR ALTERAÇÕES à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- b) APROVAR LEIS relativas ao PLANO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL, que versem matérias do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- c) LEGISLAR sobre todas as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS envoltas da RESPONSABILIDADE e COMPETÊNCIA do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- d) FORMULAR e APROVAR as LEIS das GRANDES OPÇÕES dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL, que versem matérias do correspondente SECTOR MINISTERIAL, bem como APRECIAR a sua VIABILIDADE e ELABORAR os correspondentes CADERNOS de ENCARGOS;
- e) NEGOCIAR, AJUSTAR e APROVAR os TRATADOS IMPERIAIS e INTERNACIONAIS que VERSEM MATÉRIAS da COMPETÊNCIA do correspondente SECTOR MINISTERIAL, bem como os que SUAS MAJESTADES entendam SUBMETER à sua APRECIACÃO;
- f) PROPOR a SUAS MAJESTADES a SUJEIÇÃO a REFERENDO de QUESTÕES de RELEVANTE INTERESSE NACIONAL;
- g) FORMULAR e APROVAR as BASES do SISTEMA do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- h) PRONUNCIAR-SE sobre a REALIDADE ESTATÍSTICA do respectivo SECTOR MINISTERIAL, para cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO correspondente;
- i) PROJECTAR as AMBIÇÕES do respectivo SECTOR MINISTERIAL, face às EXIGÊNCIAS INTERNAS, IMPERIAIS PORTUGUESA, das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS e dos ACORDOS a CUMPRIR com o MUNDO;
- j) PROJECTAR as ESTIMATIVAS de PRODUÇÃO do respectivo SECTOR MINISTERIAL, para cada PERÍODO compreendido pelas EXIGÊNCIAS do REINO de PORTUGAL;
- k) ELABORAR os REGULAMENTOS do respectivo SECTOR MINISTERIAL, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à PLENA, PERFEITA e CORRECTA EXECUÇÃO das LEIS;

- l) PRATICAR todos os ACTOS e AFIRMAR as PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à PROMOÇÃO do DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL e à SATISFAÇÃO das necessidades COLECTIVAS do REINO de PORTUGAL;
- m) LEGISLAR todos os ACTOS EXIGIDOS pela LEI, respeitantes às EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- n) APROVAR LEIS relativas aos REAIS CÓDIGOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, que versem matérias da COMPETÊNCIA do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- o) DESEMPENHAR as DEMAIS FUNÇÕES e DELIBERAR sobre os demais TEMAS da ACÇÃO EXECUTIVA, que lhe sejam conferidas pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

2 – São COMPETÊNCIAS de FISCALIZAÇÃO das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS:

- a) VIGIAR pelo CUMPRIMENTO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e das LEIS e pela DEFESA da LEGALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, bem como APRECIAR os ACTOS de SUAS MAJESTADES e dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, que INCIDAM na ESFERA da sua COMPETÊNCIA;
- b) APRECIAR a APLICAÇÃO da DECLARAÇÃO de ESTADO de SÍTIO e do ESTADO de EMERGÊNCIA, que incidam na ESFERA da COMPETÊNCIA do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- c) APRECIAR, APROFUNDAR e APROVAR os ACTOS NORMATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS do correspondente SECTOR MINISTERIAL HIERARQUICAMENTE INFERIORES;
- d) APRECIAR as CONTAS do ESTADO, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, as quais serão APRESENTADAS até ao DIA TRINTA e UM do MÊS de MARÇO do ANO SUBSEQUENTE, com o respectivo PARECER do REAL TRIBUNAL de CONTAS PORTUGUÊS e os DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à sua APRECIACÃO;
- e) APRECIAR os RELATÓRIOS de EXECUÇÃO dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, que versem matérias do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- f) APRECIAR a EXECUÇÃO do ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL, nas matérias que versem a ESFERA de COMPETÊNCIAS do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- g) APRECIAR o CUMPRIMENTO dos TRATADOS de PARTICIPAÇÃO de PORTUGAL nos ORGANISMOS IMPERIAIS e INTERNACIONAIS.

3 – São COMPETÊNCIAS relativas a OUTROS ÓRGÃOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS:

- a) APRECIAR o PROGRAMA GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL, que versem a ESFERA da COMPETÊNCIA do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- b) ACOMPANHAR, AFIRMAR e APRECIAR nos termos da LEI, a INTEGRAÇÃO de PORTUGAL no PROCESSO de CONSTRUÇÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das NAÇÕES UNIDAS;
- c) PARTICIPAR nos ACTOS que incidam na ESFERA das COMPETÊNCIAS do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- d) APRESENTAR PROPOSTAS de LEI e de RESOLUÇÃO às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS e às ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS;
- e) APRESENTAR em TEMPO ÚTIL, à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, INFORMAÇÕES referentes ao PROCESSO de CONSTRUÇÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das NAÇÕES UNIDAS, bem como os TRATADOS e CONVENÇÕES IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, pelo respectivo SECTOR MINISTERIAL ANALISADOS, RECTIFICADOS e APROVADOS;
- f) APRESENTAR em TEMPO ÚTIL, os TRATADOS e CONVENÇÕES IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, ANALISADOS, RECTIFICADOS e APROVADOS pelo respectivo SECTOR MINISTERIAL às ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS das ARTES BASTONÁRIAS envoltas da MATÉRIA;
- g) COORDENAR e ORIENTAR a ACÇÃO e o MOVIMENTO das ASSEMBLEIAS REAIS do respectivo SECTOR MINISTERIAL HIERARQUICAMENTE INFERIORES, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO;
- h) ASSEGURAR as RELAÇÕES de carácter geral entre as ÁREAS PRESIDENCIAIS e as ARTES BASTONÁRIAS, no âmbito do correspondente SECTOR MINISTERIAL;
- i) NEGOCIAR os DIFERENDOS SECTORIAIS das ARTES BASTONÁRIAS e dos seus PROFISSIONAIS em EXERCÍCIO em cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO com a BASE ADMINISTRATIVA;
- j) APROVAR os REPRESENTANTES da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL do SECTOR MINISTERIAL, aos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os JUÍZES MINISTERIAIS e os MINISTROS das ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS de cada um SECTOR MINISTERIAL são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – Os JUÍZES MINISTERIAIS e os MINISTROS das ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS de cada um SECTOR MINISTERIAL são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES REGIONAIS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

3 – Os JUÍZES MINISTERIAIS e os MINISTROS das ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS de cada um SECTOR MINISTERIAL são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES CONCELHIOS PORTUGUESES, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

4 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO LEGISLATIVA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE LEGISLATIVA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para as ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo ÍNICIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, no PRIMEIRO DIA do SEXTO MÊS, após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TÍTULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TITULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela

prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO LEGISLATIVO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLENCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os LEGISLADORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponham toda a HIERARQUIA LEGISLATIVA abalada.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, os DECRETOS MINISTERIAIS, empreendidos após as deliberações das MATÉRIAS em ASSUNTO por todos os TÍTULARES dos CARGOS em EXERCÍCIO de FUNÇÕES que as CONSTITUEM, que revestem o carácter CONCELHIO, quando remetido pelo ÓRGÃO CONCELHIO ao ÓRGÃO REGIONAL, o carácter REGIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO REGIONAL ao ÓRGÃO NACIONAL e o carácter NACIONAL, quando remetido pelo ÓRGÃO NACIONAL a SUAS MAJESTADES.

2 – Todos os ACTOS NORMATIVOS empreendidos nas ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, serão PUBLICADOS nos MEIOS de COMUNICAÇÃO de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, INDEPENDENTEMENTE da PROMULGAÇÃO por SUAS MAJESTADES e pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS dos mesmos, de modo a que todos os CIDADÃOS tenham presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE e ACÇÃO LEGISLATIVA dos ÓRGÃOS e dos TÍTULARES dos CARGOS que o COMPÕEM.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo INÍCIO, às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS ÀS CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos MINISTROS NACIONAIS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL de cada um SECTOR MINISTERIAL, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA de todos os JUÍZES MINISTERIAIS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS em todas as CIRCUNSCRIÇÕES e da CONCORDÂNCIA dos JUIZES MINISTERIAIS das ASSEMBLEIAS REAIS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO, a AUSÊNCIA dos MINISTROS que compõem o ÓRGÃO ao qual PRESIDE, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do SECTOR MINISTERIAL e na REPRESENTAÇÃO das MISSÕES do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ÁRBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS, devem ser comunicadas pelos respectivos JUÍZES MINISTERIAIS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS que a cada uma CIRCUNSCRIÇÃO corresponda, de modo que os mesmos REPONHAM a todo o momento a PIRÂMIDE HIERÁRQUICA LEGISLATIVA, convocando os TÍTULARES dos CARGOS HIERARQUICAMENTE INFERIORES do SECTOR, a firmar as responsabilidades do TÍTULAR AUSENTE.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO LEGISLATICA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO LEGISLATIVO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as faltas no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos MOTIVOS e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS da ASSEMBLEIA em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do JUIZ MINISTERIAL, quando dos ATRASOS dos

MINISTROS, da demora na SUSBSTITUIÇÃO de algum MINISTRO ou da AUSÊNCIA de algum dos MINISTRO da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o JUIZ MINISTERIAL, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS da ASSEMBLEIA a que PRESIDE, a um dos MINISTROS do SECTOR sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos MINISTROS ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO das RESOLUÇÕES MINISTERIAIS, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, EFECTUADOS por todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS da ASSEMBLEIA REAL dos SECTORES MINISTERIAIS, sendo o JUÍZ MINISTERIAL o PORTA-VOZ de SUAS MAJESTADES e por todos os CIDADÃOS que em cada uma SESSÃO PLENÁRIA, desejarem INTERVIR, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os MINISTROS se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre a sua INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

3 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA, será colocado a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS de RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

4 – As DELIBERAÇÕES das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS deste ÓRGÃO, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM MINISTRO verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um MINISTRO de cada um SECTOR MINISTERIAL, de UM VOTO, competindo ao JUIZ MINISTERIAL o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a remeter em DECRETO MINISTERIAL aos ÓRGÃOS COMPETENTES.

5 – Compete a SUAS MAJESTADES, no decurso de TRINTA DIAS a contar da RECEPÇÃO de qualquer um DECRETO MINISTERIAL, a empreender pelas ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, pronunciar-se sobre a sua PROMULGAÇÃO, remetendo-o ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que o PROMULGE, PUBLIQUE e o IMPONHA como LEI e o DEVER em caso de DISCORDÂNCIA de EXERCER o DIREITO de VETO, rectificando o DOCUMENTO e fundamentando os motivos do mesmo, devolvendo-o às ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, para que no prazo de TRINTA DIAS procedam a uma NOVA APRECIACÃO do DECRETO MINISTERIAL e se pronunciem face às RAZÕES do mesmo e às correcções impostas por SUAS MAJESTADES, remetendo a DECISÃO a SUAS MAJESTADES, com as devidas CORRECÇÕES aprovadas, para que se PROMULGUE, com NOVAS ALTERAÇÕES,

propicias a uma NOVA AVALIAÇÃO no mesmo PRAZO, ou sem alterações ao DECRETO inicial, JUSTIFICANDO as RAZÕES e os FUNDAMENTOS do mesmo.

6 – No caso de a ASSEMBLEIA REAL do SECTOR MINISTERIAL, não RESPEITAR o VETO e as CORRECÇÕES de SUAS MAJESTADES, SUAS MAJESTADES remeteram no IMEDIATO, ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que no PRAZO de DEZ DIAS, IMPONHA o seu PARECER JURÍDICO face ao DECRETO MINISTERIAL, ditando por a sua INCONSTITUCIONALIDADE face à LEI ou pela sua CONSTITUCIONALIDADE, que potenciará um DIFERENDO INSTITUCIONAL, entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, só a SANAR, através de REFERENDO, a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, para a CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA abrangida por esta medida.

7 – Após o DECRETO MINISTERIAL ter percorrido todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES, competirá ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a PUBLICAÇÃO dos DECRETOS MINISTERIAIS e a IMPOSIÇÃO da LEI, que potenciará o PLANO EXECUTÓRIO e o PLANO FISCALIZADOR.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os JUÍZES MINISTERIAIS e os MINISTROS dos SECTORES MINISTERIAIS são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos, por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, por QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS para o desempenho do CARGO de JUÍZ MINISTERIAL, todos os CANDIDATOS que tenham EXERCIDO, EXERÇAM ou tenham CONCLUÍDO o CICLO EDUCATIVO no CURSO de DIREITO e estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA e são ELEGÍVEIS para o desempenho do CARGO de MINISTROS de cada um SECTOR, todos os REPRESENTANTES LEGAIS ELEITOS por cada uma EMPRESA ou INSTITUIÇÃO de cada um SECTOR MINISTERIAL, presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, que cumpram os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA PORTUGUESA, que impõe a todos os CIDADÃOS EXTERNOS, a necessidade de residir no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, há mais de DEZ ANOS, com uma situação de ESTUDO ou de EMPREGABILIDADE sempre PRESENTE e EFECTIVA na VIDA do REINO PORTUGAL, após a CONCLUSÃO do CICLO EDUCATIVO e da entrada no CICLO LABORAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA dos SECTORES MINISTERIAIS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL LEGISLATIVO MINISTERIAL, por cada um REPRESENTANTE ELEITO por cada uma EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, de cada um SECTOR ADMINISTRATIVO, ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SEIS CANDIDATOS a ELEGER, sendo TRÊS CANDIDATOS os POSSÍVEIS ELEITOS EFECTIVOS e TRÊS os POSSÍVEIS CANDIDATOS de RESERVA, que em todo o decurso da LEGISLATURA, intervenham no EXERCÍCIO de FUNÇÕES do SECTOR correspondente, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da SEDE da EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, da RESIDÊNCIA das INFRA-ESTRUTURAS e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CIRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS, dos TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS nas ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos LEGISLATIVOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo JUIZ MINISTERIAL de cada uma ASSEMBLEIA REAL e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TÍTULARES dos CARGOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, ao JUÍZ MINISTERIAL do ÓRGÃO o qual representam, que após a RECEPÇÃO da OPINIÃO dos TITULARES dos CARGOS, sob a sua ALÇADA e a sua ANÁLISE, procede a uma ACTA de FÉRIAS, da ASSEMBLEIA REAL da CIRCUNSCRIÇÃO respectiva, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar as SUBSTITUIÇÕES a empreender em todo o PROCESSO de FÉRIAS LEGISLATIVAS, as CORRIGE e APROVA, procedendo à RESTITUIÇÃO da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA, durante todo o PERÍODO de FÉRIAS dos TÍTULARES dos CARGOS, para os PERÍODOS referentes, CONVOCANDO os ELEITOS HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES, para o EXERCÍCIO das FUNÇÕES em FALTA, tendo presente o PRÍNCIPIO da ROTATIVIDADE GEOGRÁFICA ao longo da LEGISLATURA e o PRINCÍPIO da HIERARQUIA SUBSEQUENTE, no qual os TÍTULARES dos CARGOS NACIONAIS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos TÍTULARES dos mesmos CARGOS REGIONAIS, os TÍTULARES dos CARGOS REGIONAIS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos TÍTULARES dos mesmos CARGOS

CONCELHIOS e os TÍTULARES dos CARGOS CONCELHIOS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos ELEITOS de RESERVA pela ORDEM HIERÁRQUICA definida.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS representam a RESPONSABILIDADE que a cada um COMPETE em cada um SECTOR MINISTERIAL, no todo da ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO que lhe CORRESPONDE, em termos NACIONAIS, REGIONAIS e CONCELHIOS e estão para SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES do SECTOR que lhe corresponde, de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS TITULARES dos CARGOS da ASSEMBLEIA que representam e com os DEMAIS REPRESENTANTES HIERÁRQUICOS do SECTOR respectivo e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, usufruem de:

- a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;
- b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;
- c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO.

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

a) Comparecer às REUNIÕES do PLENÁRIO das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, para as quais foram designados;

b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR e às quais possam PERTENCER;

c) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, pelo JUÍZ MINISTERIAL;

d) Comparecer aos ACTOS para que forem NOMEADOS pelos DEMAIS TÍTULARES HIERÁRQUICOS do seu SECTOR MINISTERIAL;

e) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

f) Desempenhar os CARGOS na ASSEMBLEIA REAL, designados pelo JUÍZ MINISTERIAL;

g) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES MINISTERIAIS;

h) Colmatar as FALTAS e AUSÊNCIAS dos respectivos MINISTROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA HIERARQUICAMENTE SUPERIORES.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os ELEITOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODERES DOS MINISTROS.

1 – Constituem PODERES dos MINISTROS de cada uma SECTOR:

a) Apresentar RESOLUÇÕES MINISTERIAIS para o seu SECTOR MINISTERIAL ESPECÍFICO;

b) Apresentar RESOLUÇÕES MINISTERIAIS de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar RESOLUÇÕES MINISTERIAIS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO GOVERNATIVO;

d) Questionar o JUÍZ MINISTERIAL, sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS GOVERNATIVOS da AGENDA PARLAMENTAR, salvo as DELIBERAÇÕES IMPOSTAS em SEGREDO de ESTADO;

e) REQUERER e OBTER dos OUTROS ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, USUFRUINDO como VENCIMENTO, os MINISTROS NACIONAIS de cada um SECTOR MINISTERIAL DOIS MIL OITOCENTOS e SESSENTA CONTOS, os MINISTROS REGIONAIS de cada um SECTOR MINISTERIAL DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS, os MINISTROS CONCELHIOS de cada um SECTOR MINISTERIAL MIL QUATROCENTOS E TRINTA CONTOS.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, DOIS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS das ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada uma ASSEMBLEIA REAL de cada um SECTOR MINISTERIAL e APROVADOS e NOMEADOS pelo JUÍZ MINISTERIAL de cada uma ASSEMBLEIA REAL de cada um SECTOR MINISTERIAL.

TÍTULO NONO – ORGANIZAÇÃO FISCALIZADORA: ASSEMBLEIAS REAIS DAS ARTES BASTONÁRIAS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, NACIONAIS, REGIONAIS e CONCELHIAS, são as ASSEMBLEIAS representativas de toda a ACÇÃO e MOVIMENTO PRODUTIVO, a empreender em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, por as QUINHENTAS e QUARENTA e NOVE ARTES BASTONÁRIAS, em cada um ACTO EXECUTIVO a REALIZAR, tendo presente a RECTIDÃO, CORRECÇÃO e a PERFEIÇÃO GOVERNATIVA da VIDA do REINO PORTUGAL, são as ASSEMBLEIAS representativas de SUAS MAJESTADES e de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, NACIONAIS, REGIONAIS e CONCELHIAS, são ÓRGÃOS de SOBERANIA, que auferem de ESTATUTO PRÓPRIO, estando HIERÁRQUICAMENTE subordinadas entre si, de acordo com a RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO que a cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO correspondam.

2 – Os seus ELEMENTOS usufruem do ESTATUTO de BASTONÁRIOS, tendo o PRESIDENTE das ASSEMBLEIAS, o ESTATUTO de JUÍZ BASTONÁRIO e os ELEITOS de cada uma ARTE BASTONÁRIA, o ESTATUTO de BASTONÁRIOS da ARTE respectiva, NACIONAL, REGIONAL e CONCELHIO, exercendo as FUNÇÕES DIÁRIAS, no ÓRGÃO para o qual foram ELEITOS e nos ÓRGÃOS HIERÁRQUICOS SUPERIORES, sempre que a exigência da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA se imponha, na SUBSTITUIÇÃO por AUSÊNCIAS dos ELEITOS HIERÁRQUICOS SUPERIORES.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES às ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, são proporcionadas por CONCURSO REAL LEGISLATIVO BASTONÁRIO, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para as QUINHENTAS e QUARENTA e NOVE ARTES de ACÇÃO BASTONÁRIA, sendo CANDIDATOS todos os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS de cada uma ARTE BASTONÁRIA, presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS que CUMPRAM os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA PORTUGUESA, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no

EXERCÍCIO das respectivas FUNÇÕES, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS e por um PERÍODO de TRINTA DIAS após o TERMINO do PRAZO, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SEIS CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SEIS CANDIDATOS MUNICIPAIS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os SEIS CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a definir os LUGARES e as POSIÇÕES de cada um na HIERARQUIA MUNICIPAL da ARTE BASTONÁRIA, ELEGENDO desta forma o REPRESENTANTE MUNICIPAL para a ASSEMBLEIA REAL CONCELHIA.

3 – ELEITOS os REPRESENTANTES CONCELHIOS de cada um MUNICÍPIO, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO, para que juntos com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO para a ASSEMBLEIA REAL REGIONAL BASTONÁRIA, fazendo após a DELIBERAÇÃO do CANDIDATO CONCELHIO à ASSEMBLEIA REAL REGIONAL BASTONÁRIA, subir na HIERARQUIA o SEGUNDO ELEITO MUNICIPAL da CIRCUNSCRIÇÃO em FALTA ao CARGO CONCELHIO.

4 – ELEITOS os REPRESENTANTES REGIONAIS de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúnem os ELEITOS e ELEITORES de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE necessária e precisa, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES, com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER, o seu BASTONÁRIO NACIONAL para a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL BASTONÁRIA.

5 – ELEITOS os BASTONÁRIOS NACIONAIS de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL BASTONÁRIA, todos os REPRESENTANTES REGIONAIS de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO se tornam BASTONÁRIOS REGIONAIS de cada uma ASSEMBLEIA REAL REGIONAL BASTONÁRIA, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, por NORMA ELEITORAL, comunicar no IMEDIATO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES da CIRCUNSCRIÇÃO dos ELEITOS A BASTONÁRIOS NACIONAIS e por um PERÍODO, de VINTE DIAS, a reunir os REPRESENTANTES

ELEITOS e ELEITORES de cada um MUNICÍPIO ao CARGO CONCELHIO, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO de modo a ELEGER os BASTONÁRIOS REGIONAIS em FALTA.

6 – ELEITOS os BASTONÁRIOS REGIONAIS em FALTA, todos os REPRESENTANTES MUNICIPAIS ao CARGO CONCELHIO, se tornam BASTONÁRIOS CONCELHIOS, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES comunicar no IMEDIATO, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES dos ELEITOS a BASTONÁRIOS REGIONAIS que IMPONHAM em CINCO DIAS o seu BASTONÁRIO CONCELHIO.

7 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS.

ARTIGO QUARTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, são PRESIDIDAS por um JUÍZ BASTONÁRIO, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA e COMPOSTAS em termos NACIONAIS por NOVE BASTONÁRIOS NACIONAIS REPRESENTANTES de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, em termos REGIONAIS por os BASTONÁRIOS REGIONAIS REPRESENTANTES de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO respectivos e em termos CONCELHIOS por os BASTONÁRIOS CONCELHIOS REPRESENTANTES de cada um MUNICÍPIO respectivos, REPRESENTANTES de todos os PROFISSIONAIS no ACTIVO das EMPRESAS e INSTITUIÇÕES em LABORAÇÃO, em cada uma CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA definida, sendo as ARTES BASTONÁRIAS, QUINHENTAS e QUARENTA e NOVE, constando da ORGÂNICA IMPERIAL LEGISLATIVA PORTUGUESA.

ARTIGO QUINTO – ORGANIZAÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, estão ORDENADAS por QUARENTA e TRÊS ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS, citas nos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, correspondendo aos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORGANIZADAS por NOVE ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS, citas nos CENTROS de DECISÃO REGIONAIS, correspondendo às REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e UNIDAS por a ASSEMBLEIA REAL NACIONAL, cita na CAPITAL do REINO PORTUGUÊS.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, tem a DURAÇÃO de UM ANO tendo ÍNICIO o ANO LEGISLATIVO, no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao JUÍZ BASTONÁRIO, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ BASTONÁRIO (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA da ASSEMBLEIA REAL (NACIONAL/REGIONAL/CONCELHIA) da ARTE BASTONÁRIA (NOME), cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA: (TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO. “

3 – Compete ao JUÍZ BASTONÁRIO, todos os DIAS a COMUNICAÇÃO da PAUSA para ALMOÇO, das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA ALTEZA, o JUÍZ BASTONÁRIO (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS EXCELÊNCIAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao JUÍZ BASTONÁRIO, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ BASTONÁRIO (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao JUÍZ BASTONÁRIO, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA ALTEZA, o JUÍZ BASTONÁRIO (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), da ASSEMBLEIA REAL (NACIONAL/REGIONAL/CONCELHIA) da ARTE BASTONÁRIA (NOME), cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO das seguintes RESOLUÇÕES BASTONÁRIAS, (EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, SOLUÇÕES) e das VOTAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) DECRETO BASTONÁRIO deste ÓRGÃO de SOBERANIA LEGISLATIVO PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao JUÍZ BASTONÁRIO, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES BASTONÁRIAS em ESTUDO, concedendo ao longo da SESSÃO PLENÁRIA e no momento PRIORIDADE, às BREVES EXPOSIÇÕES a PROFERIR pelos CIDADÃOS, às quais RESPONDE os BASTONÁRIOS das CIRCUNSCRIÇÕES GEOGRÁFICAS VISADOS por este PROBLEMA, de forma à CORRECTA NOÇÃO dos PROBLEMAS REAIS que afectam e perturbam a VIDA do REINO, das EMPRESAS, INSTITUIÇÕES

e da POPULAÇÃO PORTUGUESA, aos ÉDITOS de SUAS MAJESTADES e aos DECRETOS BASTONÁRIOS das INSTÂNCIAS SUPERIORES.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS:

- a) APROVAR ALTERAÇÕES à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- b) APROVAR LEIS relativas ao PLANO GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL, que versem matérias da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- c) LEGISLAR sobre todas as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS envoltas da RESPONSABILIDADE e COMPETÊNCIA da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- d) APROVAR os PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL, que versem matérias da correspondente ARTE BASTONÁRIA; bem como CREDENCIAR as CANDIDATURAS correspondentes da sua EXECUÇÃO;
- e) NEGOCIAR, AJUSTAR e APROVAR os TRATADOS IMPERIAIS e INTERNACIONAIS que VERSEM MATÉRIAS da COMPETÊNCIA da respectiva ARTE BASTONÁRIA, bem como os que SUAS MAJESTADES entendam SUBMETER à sua APRECIACÃO;
- f) PROPOR a SUAS MAJESTADES a SUJEIÇÃO a REFERENDO de QUESTÕES de RELEVANTE INTERESSE NACIONAL;
- g) FORMULAR e APROVAR as BASES do SISTEMA da respectiva ARTE BASTONÁRIA, para cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO;
- h) PRONUNCIAR-SE sobre a REALIDADE ESTATÍSTICA da respectiva ARTE BASTONÁRIA, para cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO correspondente;
- i) PROJECTAR as AMBIÇÕES da respectiva ARTE BASTONÁRIA, face às EXIGÊNCIAS INTERNAS, IMPERIAIS PORTUGUESA, das COMUNIDADES IMPERIAIS PORTUGUESAS e dos ACORDOS a CUMPRIR com o MUNDO;
- j) PROJECTAR as ESTIMATIVAS de PRODUÇÃO da respectiva ARTE BASTONÁRIA, para cada PERÍODO compreendido pelas EXIGÊNCIAS do REINO de PORTUGAL;
- k) ELABORAR os REGULAMENTOS da respectiva ARTE BASTONÁRIA, NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à PLENA, PERFEITA e CORRECTA EXECUÇÃO das LEIS;
- l) PRATICAR todos os ACTOS e AFIRMAR as PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS à PROMOÇÃO do DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL e à SATISFAÇÃO das necessidades COLECTIVAS do REINO de PORTUGAL;

- m) LEGISLAR todos os ACTOS EXIGIDOS pela LEI, respeitantes ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES dos AGENTES e FUNCIONÁRIOS do ESTADO da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- n) APROVAR LEIS relativas aos REAIS CÓDIGOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, que versem matérias da COMPETÊNCIA da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- o) DESEMPENHAR as DEMAIS FUNÇÕES e DELIBERAR sobre os demais TEMAS da ACÇÃO FISCALIZADORA, que lhe sejam conferidas pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

2 – São COMPETÊNCIAS de FISCALIZAÇÃO das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS:

- a) VIGIAR pelo CUMPRIMENTO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e das LEIS e pela DEFESA da LEGALIDADE CONSTITUCIONAL MONÁRQUICA PORTUGUESA, bem como APRECIAR os ACTOS de SUAS MAJESTADES e dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, que INCIDAM na ESFERA da sua COMPETÊNCIA;
- b) APRECIAR a APLICAÇÃO da DECLARAÇÃO de ESTADO de SÍTIO e do ESTADO de EMERGÊNCIA, que incidam na ESFERA da COMPETÊNCIA da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- c) APRECIAR, APROFUNDAR e APROVAR os ACTOS NORMATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS da respectiva ARTE BASTONÁRIA HIERARQUICAMENTE INFERIORES;
- d) APRECIAR as CONTAS do ESTADO, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES ESTATAIS, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, as quais serão APRESENTADAS até ao DIA TRINTA e UM do MÊS de MARÇO do ANO SUBSEQUENTE, com o respectivo PARECER do REAL TRIBUNAL de CONTAS PORTUGUÊS e os DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS, PRECISOS e EXIGIDOS à sua APRECIACÃO;
- e) APRECIAR os RELATÓRIOS de EXECUÇÃO dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, que versem matérias da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- f) FISCALIZAR o decurso de EXECUÇÃO dos PLANOS de DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO e FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS e CULTURAIS do REINO de PORTUGAL, que incidam na ESFERA da sua COMPETÊNCIA;
- g) APRECIAR a EXECUÇÃO do ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL, nas matérias que versem a ESFERA de COMPETÊNCIAS da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- h) APRECIAR o CUMPRIMENTO dos TRATADOS de PARTICIPAÇÃO de PORTUGAL nos ORGANISMOS IMPERIAIS e INTERNACIONAIS.

3 – São COMPETÊNCIAS relativas a OUTROS ÓRGÃOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS:

- a) APRECIAR o PROGRAMA GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL, que versem a ESFERA da COMPETÊNCIA da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- b) ACOMPANHAR, AFIRMAR e APRECIAR nos termos da LEI, a INTEGRAÇÃO de PORTUGAL no PROCESSO de CONSTRUÇÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das NAÇÕES UNIDAS;
- c) PARTICIPAR nos ACTOS que incidam na ESFERA das COMPETÊNCIAS da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- d) APRESENTAR PROPOSTAS de LEI e de RESOLUÇÃO às ASSEMBLEIAS REAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS e às ASSEMBLEIAS REAIS dos SECTORES MINISTERIAIS;
- e) APRESENTAR em TEMPO ÚTIL, à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, INFORMAÇÕES referentes ao PROCESSO de CONSTRUÇÃO do IMPÉRIO PORTUGUÊS e das NAÇÕES UNIDAS, bem como os TRATADOS e CONVENÇÕES IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, pela respectiva ARTE BASTONÁRIA ANALISADOS, RECTIFICADOS e APROVADOS;
- f) APRESENTAR em TEMPO ÚTIL, os TRATADOS e CONVENÇÕES IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, ANALISADOS, RECTIFICADOS e APROVADOS pela respectiva ARTE BASTONÁRIA às ASSEMBLEIAS REAIS NACIONAIS dos SECTORES MINISTERIAIS envoltos da MATÉRIA;
- g) COORDENAR e ORIENTAR a ACÇÃO e o MOVIMENTO das ASSEMBLEIAS REAIS da respectiva ARTE BASTONÁRIA HIERARQUICAMENTE INFERIORES, da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO;
- h) ASSEGURAR as RELAÇÕES de carácter geral entre as ÁREAS PRESIDENCIAIS e os SECTORES MINISTERIAIS, no âmbito da correspondente ARTE BASTONÁRIA;
- i) NEGOCIAR os DIFERENDOS SECTORIAIS das ARTES BASTONÁRIAS e dos seus PROFISSIONAIS em EXERCÍCIO em cada um SECTOR de ACTIVIDADE ECONÓMICO com a BASE ADMINISTRATIVA;
- j) APROVAR os REPRESENTANTES da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ARTES BASTONÁRIAS, aos REAIS CONSELHOS de SUAS MAJESTADES.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os JUÍZES BASTONÁRIOS e os BASTONÁRIOS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL de cada uma ARTE BASTONÁRIA, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – Os JUÍZES BASTONÁRIOS e os BASTONÁRIOS das ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS de cada uma ARTE BASTONÁRIA, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES REGIONAIS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de

DECISÃO REGIONAIS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

3 – Os JUÍZES BASTONÁRIOS e os BASTONÁRIOS das ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS de cada uma ARTE BASTONÁRIA, são EMPOSSADOS por SUAS ALTEZAS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS e MILITARES CONCELHIOS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS dos CENTROS de DECISÃO CONCELHIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

4 – No ACTO da POSSE compete a SUA MAJESTADE e a SUAS ALTEZAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO LEGISLATIVA, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE LEGISLATIVA MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para as ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, têm a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo início com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, no PRIMEIRO DIA do SEXTO MÊS, após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TÍTULARES em EXERCÍCIO.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO

para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO LEGISLATIVO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os LEGISLADORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS da CIRCUNSCRIÇÃO visada, reponham toda a HIERARQUIA LEGISLATIVA abalada.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, os DECRETOS BASTONÁRIOS, empreendidos após as deliberações das MATÉRIAS em ASSUNTO por todos os TÍTULARES dos CARGOS em EXERCÍCIO de FUNÇÕES que as CONSTITUEM, que revestem o carácter CONCELHIO quando remetido pelo ÓRGÃO CONCELHIO ao ÓRGÃO REGIONAL, o carácter REGIONAL quando remetido pelo ÓRGÃO REGIONAL ao ÓRGÃO NACIONAL e o carácter NACIONAL quando remetido pelo ÓRGÃO NACIONAL a SUAS MAJESTADES.

2 – Todos os ACTOS NORMATIVOS empreendidos nas ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, serão PUBLICADOS nos MEIOS de COMUNICAÇÃO de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, INDEPENDENTEMENTE da PROMULGAÇÃO por SUAS MAJESTADES e pelo REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS dos mesmos, de modo a que todos os CIDADÃOS tenham presente a REALIDADE de toda uma

RESPONSABILIDADE e ACÇÃO LEGISLATIVA dos ÓRGÃOS e dos TÍTULARES dos CARGOS que o COMPÕEM.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo INÍCIO, às NOVE HORAS da MANHÃ, TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS ÀS CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos BASTONÁRIOS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL de cada uma das ARTES BASTONÁRIAS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA de todos os JUÍZES BASTONÁRIOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS em todas as CIRCUNSCRIÇÕES e da CONCORDÂNCIA dos JUIZES BASTONÁRIOS das ASSEMBLEIAS REAIS de cada uma CIRCUNSCRIÇÃO, a AUSÊNCIA dos BASTONÁRIOS que compõem o ÓRGÃO ao qual PRESIDE, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, da ARTE BASTONÁRIA e na REPRESENTAÇÃO das MISSÕES do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ÁRBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS, devem ser comunicadas pelos respectivos JUÍZES BASTONÁRIOS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS que a cada uma CIRCUNSCRIÇÃO corresponda, de modo que os mesmos REPONHAM a todo o momento a PIRÂMIDE HIERÁRQUICA LEGISLATIVA, convocando os TÍTULARES dos CARGOS HIERARQUICAMENTE INFERIORES da ARTE, a firmar as responsabilidades do TÍTULAR AUSENTE.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO LEGISLATIVA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO PORTUGUÊS e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO LEGISLATIVO, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÀREA MÉDICA e as faltas no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos MOTIVOS e RAZÕES das mesmas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS da ASSEMBLEIA em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do JUIZ BASTONÁRIO, quando dos ATRASOS dos BASTONÁRIOS, da demora na SUSSTITUIÇÃO de algum BASTONÁRIO ou da AUSÊNCIA de algum dos BASTONÁRIO da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o JUIZ BASTONÁRIO, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS da ASSEMBLEIA a que PRESIDE, a um dos BASTONÁRIOS da ARTE sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos BASTONÁRIOS ELEITOS.

2 – A DISCUSSÃO das RESOLUÇÕES BASTONÁRIAS, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, EFECTUADOS por todos os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS da ASSEMBLEIA REAL das ARTES BASTONÁRIAS, sendo o JUÍZ BASTONÁRIO o PORTA-VOZ de SUAS MAJESTADES e por todos os CIDADÃOS que em cada uma SESSÃO PLENÁRIA, desejarem INTERVIR, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os BASTONÁRIOS se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre a sua INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

3 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA, será colocado a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS de RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

4 – As DELIBERAÇÕES das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS deste ÓRGÃO, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada UM BASTONÁRIO verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um BASTONÁRIO de cada uma ARTE BASTONÁRIA, de UM VOTO, competindo ao JUIZ BASTONÁRIO o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a remeter em DECRETO BASTONÁRIO aos ÓRGÃOS COMPETENTES.

5 – Compete a SUAS MAJESTADES, no decurso de TRINTA DIAS a contar da RECEPÇÃO de qualquer um DECRETO BASTONÁRIO, a empreender pelas ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, pronunciar-se sobre a sua PROMULGAÇÃO, remetendo-o ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que o PROMULGUE, PUBLIQUE e o IMPONHA como LEI e o DEVER em caso de DISCORDÂNCIA de EXERCER o DIREITO de VETO, rectificando o DOCUMENTO e fundamentando os motivos do mesmo, devolvendo-o às ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, para que no prazo de TRINTA

DIAS procedam a uma NOVA APRECIACÃO do DECRETO BASTONÁRIO e se pronunciem face às RAZÕES do mesmo e às correcções impostas por SUAS MAJESTADES, remetendo a DECISÃO a SUAS MAJESTADES, com as devidas CORRECÇÕES aprovadas, para que se PROMULGUE, com NOVAS ALTERAÇÕES, propícias a uma NOVA AVALIAÇÃO no mesmo PRAZO, ou sem alterações ao DECRETO inicial, JUSTIFICANDO as RAZÕES e os FUNDAMENTOS do mesmo.

6 – No caso de a ASSEMBLEIA REAL da ARTE BASTONÁRIA, não RESPEITAR o VETO e as CORRECÇÕES de SUAS MAJESTADES, SUAS MAJESTADES remeteram no IMEDIATO, ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que no PRAZO de DEZ DIAS, IMPONHA o seu PARECER JURÍDICO face ao DECRETO BASTONÁRIO, ditando por a sua INCONSTITUCIONALIDADE face à LEI ou pela sua CONSTITUCIONALIDADE, que potenciará um DIFERENDO INSTITUCIONAL, entre o ÓRGÃO de SOBERANIA RÉGIO e o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, só a SANAR, através de REFERENDO, a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, para a CIRCUNSCRIÇÃO GEOGRÁFICA abrangida por esta medida.

7 – Após o DECRETO BASTONÁRIO, ter percorrido todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA COMPETENTES, competirá ao ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO, REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a PUBLICAÇÃO dos DECRETOS BASTONÁRIOS e a IMPOSIÇÃO da LEI, que potenciará o PLANO EXECUTÓRIO e o PLANO FISCALIZADOR.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os JUÍZES BASTONÁRIOS e os BASTONÁRIOS das ARTES BASTONÁRIAS são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos, por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, por QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO e NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS, para o desempenho do CARGO de JUÍZ BASTONÁRIO, todos os CANDIDATOS que tenham EXERCIDO, EXERÇAM ou tenham CONCLUÍDO o CICLO EDUCATIVO no CURSO de DIREITO e estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA JURÍDICA e são ELEGÍVEIS para o desempenho do CARGO de BASTONÁRIOS de cada uma ARTE, todos os PROFISSIONAIS QUALIFICADOS de cada uma ARTE BASTONÁRIA, presente no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, que cumpram os PRINCÍPIOS da PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA LEGISLATIVA PORTUGUESA, que impõe a todos os CIDADÃOS EXTERNOS, a necessidade de residir no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, há mais de DEZ ANOS, com uma situação de ESTUDO ou de EMPREGABILIDADE sempre

PRESENTE e EFECTIVA na VIDA do REINO PORTUGAL, após a CONCLUSÃO do CICLO EDUCATIVO e da entrada no CICLO LABORAL.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS aos ÓRGÃOS de SOBERANIA das ARTES BASTONÁRIAS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL LEGISLATIVO BASTONÁRIO, por cada um PROFISSIONAL QUALIFICADO, de cada uma ARTE PRODUTIVA, ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS MUNICIPAIS, que perante as intervenções de cada um, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SEIS CANDIDATOS a ELEGER, sendo TRÊS CANDIDATOS os POSSÍVEIS ELEITOS EFECTIVOS e TRÊS os POSSÍVEIS CANDIDATOS de RESERVA, que em todo o decurso da LEGISLATURA, intervenham no EXERCÍCIO de FUNÇÕES do SECTOR correspondente, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, da RESIDÊNCIA do EXERCÍCIO PROFISSIONAL e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CIRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS dos TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS, nas ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos LEGISLATIVOS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo JUIZ BASTONÁRIO, de cada uma ASSEMBLEIA REAL e a APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

2 – Os TÍTULARES dos CARGOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, ao JUÍZ BASTONÁRIO do ÓRGÃO o qual representam, que após a RECEPÇÃO da OPINIÃO dos TITULARES dos CARGOS, sob a sua ALÇADA e a sua ANÁLISE, procede a uma ACTA de FÉRIAS, da ASSEMBLEIA REAL da CIRCUNSCRIÇÃO respectiva, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, que após verificar as SUBSTITUIÇÕES a empreender em todo o PROCESSO de FÉRIAS LEGISLATIVAS, as CORRIGE e APROVA, procedendo à RESTITUIÇÃO da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA, durante todo o PERÍODO de FÉRIAS dos TÍTULARES dos CARGOS, para os PERÍODOS referentes, CONVOCANDO os ELEITOS HIERÁRQUICAMENTE INFERIORES, para o EXERCÍCIO das FUNÇÕES em FALTA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE GEOGRÁFICA ao longo da LEGISLATURA e o PRINCÍPIO da HIERARQUIA SUBSEQUENTE, no qual os

TÍTULARES dos CARGOS NACIONAIS só podem ser SUBSTITUÍDOS, pelos TÍTULARES dos mesmos CARGOS REGIONAIS, os TÍTULARES dos CARGOS REGIONAIS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos TÍTULARES dos mesmos CARGOS CONCELHIOS e os TÍTULARES dos CARGOS CONCELHIOS só podem ser SUBSTITUÍDOS pelos ELEITOS de RESERVA pela ORDEM HIERÁRQUICA definida.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ÁRTEES BASTONÁRIAS, representam a RESPONSABILIDADE que a cada um COMPETE em cada uma ARTE, no todo da ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO que lhe CORRESPONDE, em termos NACIONAIS, REGIONAIS e CONCELHIOS e estão para SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de toda uma ARTE BASTONÁRIA que lhe corresponde, de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS TITULARES dos CARGOS da ASSEMBLEIA que representam e com os DEMAIS REPRESENTANTES HIERÁRQUICOS da ARTE respectiva e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, usufruem de:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS,

MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

a) Comparecer às REUNIÕES do PLENÁRIO das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, para as quais foram designados;

b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR e às quais possam PERTENCER;

c) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, pelo JUÍZ BASTONÁRIO;

d) Comparecer aos ACTOS para que forem NOMEADOS pelos DEMAIS TÍTULARES HIERÁRQUICOS da sua ARTE BASTONÁRIA;

e) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

f) Desempenhar os CARGOS na ASSEMBLEIA REAL, designados pelo JUÍZ BASTONÁRIO;

g) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES BASTONÁRIAS;

h) Colmatar as FALTAS e AUSÊNCIAS dos respectivos BASTONÁRIOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA HIERARQUICAMENTE SUPERIORES.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os ELEITOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BATONÁRIAS, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODERES DOS BASTONÁRIOS.

1 – Constituem PODERES dos BATONÁRIOS de cada uma ARTE:

a) Apresentar RESOLUÇÕES BASTONÁRIAS para a sua ARTE BASTONÁRIA ESPECÍFICA;

b) Apresentar RESOLUÇÕES BASTONÁRIAS de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar RESOLUÇÕES BASTONÁRIAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO GOVERNATIVO;

d) Questionar o JUÍZ BASTONÁRIO, sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS GOVERNATIVOS da AGENDA PARLAMENTAR, salvo as DELIBERAÇÕES IMPOSTAS em SEGREDO de ESTADO;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS LEGISLATIVOS, das ÁREAS PRESIDENCIAIS, SECTORES MINISTERIAIS e ARTES BASTONÁRIAS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL impostas por SEGREDO de ESTADO.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS LEGISLATIVOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES, às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS de cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, USUFRUINDO como VENCIMENTO, os BASTONÁRIOS NACIONAIS de cada uma ARTE BASTONÁRIA DOIS MIL OITOCENTOS e SESSENTA CONTOS, os BASTONÁRIOS REGIONAIS de cada uma ARTE BASTONÁRIA DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS e os BASTONÁRIOS CONCELHIOS de cada uma ARTE BASTONÁRIA MIL QUATROCENTOS E TRINTA CONTOS.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, DOIS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, DOIS TÉCNICOS de AUDIOVISUAIS, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS das ASSEMBLEIAS REAIS das ARTES BASTONÁRIAS, são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS, para cada uma ASSEMBLEIA REAL de cada uma ARTE

BASTONÁRIA e APROVADOS e NOMEADOS pelo JUÍZ BASTONÁRIO de cada uma ASSEMBLEIA REAL de cada uma ARTE BASTONÁRIA.

CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA

POR

SUA MAJESTADE,

EL REI SUPREMO O IMPERADOR,

DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.



ÍNDICE

CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA 1:

CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA – 1:

PREÂMBULO – 2.

PRINCÍPIOS DO ESTADO DE DIREITO MONÁRQUICO PORTUGUÊS – 29.

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – 29.

ARTIGO PRIMEIRO – MONARQUIA PORTUGUESA – 29.

ARTIGO SEGUNDO – ESTADO DE DIREITO MONÁRQUICO – 29.

ARTIGO TERCEIRO – SOBERANIA E LEGALIDADE – 30.

ARTIGO QUARTO – CIDADANIA PORTUGUESA – 30.

ARTIGO QUINTO – TERRITÓRIO PORTUGUÊS – 30.

ARTIGO SEXTO – ESTADO UNITÁRIO – 31.

ARTIGO SÉTIMO – RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 32.

ARTIGO OITAVO – DIREITO INTERNACIONAL – 33.

ARTIGO NONO – FUNÇÕES FUNDAMENTAIS DO ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS – 34.

ARTIGO DÉCIMO – SUFRÁGIO UNIVERSAL – 35.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SÍMBOLOS NACIONAIS E IDIOMA OFICIAL – 35.

MATÉRIA PRIMEIRA

DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS – 35.

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 36.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE – 36.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA IGUALDADE – 36.

ARTIGO TERCEIRO – PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO – 36.

ARTIGO QUARTO – ESTRANGEIROS, APÁTRIDAS, CIDADÃOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 37.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO E SENTIDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS – 37.

ARTIGO SEXTO – REGIME DOS DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS – 38.

ARTIGO SÉTIMO – FORÇA JURÍDICA – 38.

ARTIGO OITAVO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS – 38.

ARTIGO NONO – ACESSO AO DIREITO E TUTELA JURISDICCIONAL EFECTIVA – 40.

ARTIGO DÉCIMO – DIREITO DE RESISTÊNCIA – 40.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA – 41.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROVIDOR DE JUSTIÇA – 41.

TÍTULO SEGUNDO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS – 41.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS PESSOAIS – 41.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO À VIDA – 41.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO À INTEGRIDADE PESSOAL – 41.

ARTIGO TERCEIRO – OUTROS DIREITOS PESSOAIS – 42.

ARTIGO QUARTO – DIREITO À LIBERDADE E À SEGURANÇA – 42.

ARTIGO QUINTO – PRISÃO PREVENTIVA E LIBERDADE SOB CAUÇÃO – 43.

ARTIGO SEXTO – APLICAÇÃO DA LEI CRIMINAL – 44.

ARTIGO SÉTIMO – LIMITES DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA – 45.

ARTIGO OITAVO – HABEAS CORPUS – 45.

ARTIGO NONO – GARANTIAS DE PROCESSO CRIMINAL – 45.

ARTIGO DÉCIMO – EXPULSÃO, EXTRADIÇÃO E DIREITO DE ASILO – 46.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DOMÍLIO E CORRESPONDÊNCIA – 48.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA – 48.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – FAMÍLIA, MATRIMÔNIO E FILIAÇÃO – 49.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO – 50.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LIBERDADE DE IMPRENSA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – 50.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REGULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 52.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DIREITOS DE ANTENA, DE RESPOSTA E DE RÉPLICA LEGISLATIVA – 52.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA, DE RELIGIÃO E CULTO – 52.

ARTIGO DÉCIMO NONO – LIBERDADE DE CRIAÇÃO CULTURAL – 53.

ARTIGO VIGÉSIMO – LIBERDADE DE APRENDER E DE ENSINAR – 53.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DIREITO DE DESLOCAÇÃO E EMIGRAÇÃO – 54.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – DIREITO DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO – 54.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO – 55.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – LIBERDADE DE ESCOLHA DE PROFISSÃO E ACESSO AOS CARGOS PÚBLICOS – 55.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – FINANÇAS – 55.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ENERGIAS – 56.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – TRANSPORTES PÚBLICOS – 56.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – JOGO – 56.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PREVENÇÃO – 56.

ARTIGO TRIGÉSIMO – SEGURANÇA – 56.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – ORDEM – 56.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – PROTECÇÃO CIVIL – 57.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – FISCAL – 57.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – NOTARIAL – 57.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – HUMANA – 57.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – NATURAL – 57.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – UNIVERSAL – 58.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO – COMUNICAÇÃO – 58.

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO – HERMAFRODITAS – 58.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO – LEI DAS ARMAS – 58.

CAPÍTULO SEGUNDO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS LEGISLATIVAS – 58.

ARTIGO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO NA VIDA LEGISLATIVA – 58.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO DE SUFRÁGIO – 59.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO DE ACESSO A CARGOS PÚBLICOS – 59.

ARTIGO QUARTO – PARTICIPAÇÃO ELECTIVA – 60.

ARTIGO QUINTO – DIREITO DE PETIÇÃO E DE ACÇÃO POPULAR – 60.

ARTIGO SEXTO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO – 61.

CAPÍTULO TERCEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS DOS PROFISSIONAIS – 61.

ARTIGO PRIMEIRO – SEGURANÇA E ESTABILIDADE NO EMPREGO – 61.

ARTIGO SEGUNDO – COMISSÕES DE PROFISSIONAIS – 61.

ARTIGO TERCEIRO – SINDICATOS E CONTRATAÇÃO COLECTIVA – 63.

ARTIGO QUARTO – GREVE E DISSOLUÇÃO – 63.

ARTIGO QUINTO – NOBREZA – 63.

TÍTULO TERCEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS ECONÓMICAS, HUMANAS E CULTURAIS – 64.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS ECONÓMICAS – 64.

ARTIGO PRIMEIRO – DIREITO À PROFISSÃO – 64.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITOS DOS PROFISSIONAIS – 64.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS DOS CONSUMIDORES – 66.

ARTIGO QUARTO – INICIATIVA PRIVADA, COOPERATIVA E AUTOGESTIONÁRIA – 66.

ARTIGO QUINTO – DIREITO DE PROPRIEDADE PRIVADA – 67.

ARTIGO SEXTO – HORÁRIOS – 67.

ARTIGO SÉTIMO – PLANTAS FILANTRÓPICAS – 68.

ARTIGO OITAVO – ARMARIAS – 68.

CAPÍTULO SEGUNDO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS HUMANAS – 68.

ARTIGO PRIMEIRO – SEGURANÇA SOCIAL E SOLIDARIEDADE – 68.

ARTIGO SEGUNDO – SAÚDE – 69.

ARTIGO TERCEIRO – HABITAÇÃO E URBANISMO – 70.

ARTIGO QUARTO – AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA – 72.

ARTIGO QUINTO – FAMÍLIA – 73.

ARTIGO SEXTO – PATERNIDADE E MATERNIDADE – 74.

ARTIGO SÉTIMO – INFÂNCIA – 74.

ARTIGO OITAVO – ADOLESCÊNCIA – 75.

ARTIGO NONO – LIDERANÇA – 75.

ARTIGO DÉCIMO – CIDADÃOS ESPECIAIS – 76.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TERCEIRA IDADE – 77.

CAPÍTULO TERCEIRO – DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES E GARANTIAS CULTURAIS – 78.

ARTIGO PRIMEIRO – EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA – 78.

ARTIGO SEGUNDO – ENSINO – 79.

ARTIGO TERCEIRO – ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR – 81.

ARTIGO QUARTO – UNIVERSIDADE E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR – 81.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO MONÁRQUICA NO ENSINO – 82.

ARTIGO SEXTO – FRUIÇÃO E CRIAÇÃO CULTURAL – 82.

ARTIGO SÉTIMO – CULTURA FÍSICA E DESPORTO – 83.

ARTIGO OITAVO – GASTRONOMIA E VINHOS – 84.

ARTIGO NONO – FERIADOS CULTURAIS – 84.

MATÉRIA SEGUNDA

DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS – 85.

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 85.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE – 85.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA IGUALDADE – 85.

ARTIGO TERCEIRO – PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO – 86.

ARTIGO QUARTO – ESTRANGEIROS, APÁTRIDAS E CIDADÃOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 86.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO E SENTIDO DOS DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FUNDAMENTAIS – 86.

ARTIGO SEXTO – REGIME DOS DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS – 87.

ARTIGO SÉTIMO – FORÇA JURÍDICA – 87.

ARTIGO OITAVO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DOS DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS – 87.

ARTIGO NONO – ACESSO AO DEVER E TUTELA JURISDICIONAL EFECTIVA – 89.

ARTIGO DÉCIMO – DEVER DE RESISTÊNCIA – 89.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA – 90.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROCURADOR DE JUSTIÇA – 90.

TÍTULO SEGUNDO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS – 90.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS PESSOAIS – 90.

ARTIGO PRIMEIRO – PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO – 90.

ARTIGO SEGUNDO – DESLOCAÇÃO E EMIGRAÇÃO – 91.

ARTIGO TERCEIRO – ILEGAIS E CLANDESTINOS – 91.

ARTIGO QUARTO – UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA – 91.

ARTIGO QUINTO – CÔNJUGE – 92.

ARTIGO SEXTO – ARMAS – 92.

ARTIGO SÉTIMO – LEALDADE, FIDELIDADE, UNIDADE, HONRA E PÁTRIA – 92.

ARTIGO OITAVO – FINANÇAS – 93.

ARTIGO NONO – ENERGIAS – 93.

ARTIGO DÉCIMO – TRANSPORTES – 93.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSTRUÇÃO CIVIL – 93.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – FISCAL – 94.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – JOGO – 94.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – NOTÁRIO – 94.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURÍDICO – 94.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PREVENÇÃO – 95.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – SEGURANÇA – 95.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ORDEM – 95.

ARTIGO DÉCIMO NONO – COMUNICAÇÃO – 95.

ARTIGO VIGÉSIMO – RELIGIÃO – 96.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – AUXÍLIO, COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO – 96.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – ACTOS AFECTIVOS – 96.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – 97.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PLANETA TERRA – 97.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – BURCA – 97.

CAPÍTULO SEGUNDO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS LEGISLATIVOS – 97.

ARTIGO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO – 97.

ARTIGO SEGUNDO – COMPREENSÃO E RECONHECIMENTO – 98.

ARTIGO TERCEIRO – RESPEITO, RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO – 98.

CAPÍTULO TERCEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS LABORAIS – 98.

ARTIGO PRIMEIRO – PROFISSIONAIS – 98.

ARTIGO SEGUNDO – ADMINISTRADORES – 99.

ARTIGO TERCEIRO – COMISSÕES DE PROFISSIONAIS – 99.

ARTIGO QUARTO – SIGILO PROFISSIONAL – 99.

ARTIGO QUINTO – FARDAMENTO – 99.

ARTIGO SEXTO – DEFESA, PROTECÇÃO E SEGURANÇA – 99.

ARTIGO SÉTIMO – SEGURO PROFISSIONAL – 100.

ARTIGO OITAVO – MEDICINA NO TRABALHO – 100.

ARTIGO NONO – CONTRATO – 100.

ARTIGO DÉCIMO – SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO – 100.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INDEMNIZAÇÕES – 101.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL – 101.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – AJUDAS DE CUSTO – 101.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ABONOS – 101.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA MILITARES – 102.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS EM USO – 102.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EDUCAÇÃO CIVICA – 102.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – FOLGAS – 102.

ARTIGO DÉCIMO NONO – FÉRIAS – 102.

ARTIGO VIGÉSIMO – PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE – 103.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – HORAS EXTRAORDINÁRIAS – 103.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PROGRESSÃO NAS CARREIRAS – 103.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – AVALIAÇÕES – 103.

TÍTULO TERCEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS ECONÓMICOS, HUMANOS E CULTURAIS – 104.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS ECONÓMICOS – 104.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSUMIDORES – 104.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERATIVAS – 104.

ARTIGO TERCEIRO – ASSOCIAÇÕES – 104.

ARTIGO QUARTO – INTERDEPENDÊNCIA – 105.

ARTIGO QUINTO – EXPORTAÇÃO – 105.

ARTIGO SEXTO – ESTADO DE SÍTIO OU ESTADO DE EMERGÊNCIA – 105.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA DE VIDEO VIGILÂNCIA – 105.

ARTIGO OITAVO – CAIXA NEGRA – 105.

CAPÍTULO SEGUNDO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS HUMANOS – 106.

ARTIGO PRIMEIRO – SEGURANÇA SOCIAL E SOLIDARIEDADE – 106.

ARTIGO SEGUNDO – SAÚDE – 106.

ARTIGO TERCEIRO – AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA – 107.

ARTIGO QUARTO – FAMÍLIA – 107.

ARTIGO QUINTO – PATERNIDADE, MATERNIDADE E FILIAÇÃO – 108.

ARTIGO SEXTO – CIDADÃOS ESPECIAIS – 108.

ARTIGO SÉTIMO – CAVALHEIRISMO – 108.

CAPÍTULO TERCEIRO – DEVERES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS CULTURAIS – 108.

ARTIGO PRIMEIRO – EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA – 108.

ARTIGO SEGUNDO – ENSINO – 109.

ARTIGO TERCEIRO – PATRIMÓNIO CULTURAL – 109.

ARTIGO QUARTO – CULTURA FÍSICA E DESPORTO – 109.

ARTIGO QUINTO – IDIOMA PORTUGUÊS – 110.

RAZÃO - VERDADE - JUSTIÇA
MATÉRIA TERCEIRA

ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA, HUMANA E CULTURAL – 110.

TÍTULO PRIMEIRO – ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA – 110.

ARTIGO PRIMEIRO – PRÍNCÍPIOS FUNDAMENTAIS – 110.

ARTIGO SEGUNDO – INCUMBÊNCIAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO – 111.

ARTIGO TERCEIRO – SECTORES DE PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO – 114.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DE PRIVATIZAÇÃO – 115.

ARTIGO QUINTO – MEIOS PRODUTIVOS ESTATAIS – 115.

ARTIGO SEXTO – DOMÍNIO PÚBLICO – 115.

ARTIGO SÉTIMO – COOPERATIVAS E AUTOGESTÃO – 116.

ARTIGO OITAVO – ASSOCIAÇÕES – 116.

ARTIGO NONO – EMPRESAS PRIVADAS – 116.

ARTIGO DÉCIMO – MESTRINS – 117.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTIVIDADE ECONÓMICA E INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS – 117.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MEIOS DE PRODUÇÃO EM ABANDONO – 117.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GESTÃO – 118.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REQUISITOS DE APROPRIAÇÃO PÚBLICA – 118.

TÍTULO SEGUNDO – ORGANIZAÇÃO HUMANA – 118.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – 118.

ARTIGO SEGUNDO – INCUMBÊNCIAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO – 120.

TÍTULO TERCEIRO – ORGANIZAÇÃO CULTURAL – 121.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – 121.

ARTIGO SEGUNDO – INCUMBÊNCIAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO – 122.

TÍTULO QUARTO – PLANOS DE DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO E FUTURO, ECONÓMICOS, HUMANOS E CULTURAIS – 123.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DOS PLANOS – 123.

ARTIGO SEGUNDO – ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS – 124.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO DOS PLANOS – 124.

ARTIGO QUARTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO – 127.

TÍTULO QUINTO – ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL – 128.

ARTIGO PRIMEIRO – ORÇAMENTO – 128.

ARTIGO SEGUNDO – ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO – 128.

ARTIGO TERCEIRO – FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO – 129.

TÍTULO SEXTO – SISTEMA DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON – 129.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON – 129.

ARTIGO SEGUNDO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ALHEIAS – 132.

ARTIGO TERCEIRO – REDIMENSIONAMENTO DOS SANTUÁRIOS MARINHOS – 133.

ARTIGO QUARTO – LICENÇAS DE PESCA – 133.

ARTIGO QUINTO – EMBARCAÇÕES AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO – 133.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 134.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON – 135.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON – 135.

ARTIGO NONO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON – 135.

ARTIGO DÉCIMO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA PESCA, DO PESCADO E DO PLÂNCTON – 135.

TÍTULO SÉTIMO – SISTEMA DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS – 136.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS – 136.

ARTIGO SEGUNDO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS REBANHOS ALHEIOS – 139.

ARTIGO TERCEIRO – REDIMENSIONAMENTO DOS TERRENOS DE PASTO COMUNITÁRIOS E DO ESPAÇO DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS – 139.

ARTIGO QUARTO – VETERINÁRIA E MATADOUROS – 140.

ARTIGO QUINTO – CRIAÇÃO DE ANIMAIS CASEIROS – 140.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 140.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS – 141.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS – 141.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA PECUÁRIA E DOS ANIMAIS – 142.

TÍTULO OITAVO – SISTEMA DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS – 142.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS – 142.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS – 145.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DE TERRA ALHEIA – 145.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO AGRÍCOLA AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO – 146.

ARTIGO QUINTO – IRRIGAÇÃO DOS TERRENOS AGRÍCOLAS – 146.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 146.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS – 147.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS – 147.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA AGRICULTURA E DOS VEGETAIS – 148.

TÍTULO NONO – SISTEMA DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS – 148.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS – 148.

ARTIGO SEGUNDO – PROSPECÇÃO E SONDAGENS – 151.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DE MINAS ALHEIAS – 151.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO EXTRACTIVO AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO – 151.

ARTIGO QUINTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 152.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS – 153.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS – 153.

ARTIGO OITAVO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS – 153.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA EXTRACÇÃO E DOS MINERAIS – 154.

TÍTULO DÉCIMO – SISTEMA DA INDÚSTRIA – 154.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA INDÚSTRIA – 154.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA INDÚSTRIA – 157.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA ALHEIOS – 157.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO DA INDÚSTRIA AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO – 157.

ARTIGO QUINTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 158.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 158.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA INDÚSTRIA – 159.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DA INDÚSTRIA – 159.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA INDÚSTRIA – 160.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DO COMÉRCIO – 160.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO COMÉRCIO – 160.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO COMÉRCIO – 163.

ARTIGO TERCEIRO – FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS SECTORES DE ACTIVIDADE DO COMÉRCIO ALHEIOS – 163.

ARTIGO QUARTO – ESPAÇO DO COMÉRCIO AO ABANDONO E SEM PROPRIETÁRIO – 163.

ARTIGO QUINTO – ARMAZENISTAS E DISTRIBUIÇÃO – 164.

ARTIGO SEXTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 164.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO COMÉRCIO – 165.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DO COMÉRCIO – 165.

ARTIGO NONO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO COMÉRCIO – 165.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – SISTEMA DAS FINANÇAS – 165.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS FINANÇAS – 166.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS FINANÇAS – 169.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DAS FINANÇAS – 169.

ARTIGO QUARTO – MOEDA – 169.

ARTIGO QUINTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 169.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS – 170.

ARTIGO SÉTIMO – AUXÍLIO DO ESTADO – 170.

ARTIGO OITAVO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS FINANÇAS – 171.

ARTIGO NONO – SISTEMA DAS FINANÇAS – 171.

ARTIGO DÉCIMO – REAL BANCO DE PORTUGAL – 171.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – SISTEMA DAS ENERGIAS – 172.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS ENERGIAS – 172.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS ENERGIAS – 174.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DAS ENERGIAS – 175.

ARTIGO QUARTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 175.

ARTIGO QUINTO – AUXILIO DO ESTADO – 175.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS ENERGIAS – 176.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA DAS ENERGIAS – 176.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – SISTEMA DOS TRANSPORTES – 177.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DOS TRANSPORTES – 177.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DOS TRANSPORTES – 180.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DOS TRANSPORTES – 180.

ARTIGO QUARTO – INSPECÇÃO – 181.

ARTIGO QUINTO – TRANSPORTES COLECTIVOS – 181.

ARTIGO SEXTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 181.

ARTIGO SÉTIMO – PASSAGEIROS DOS TRANSPORTES DE PORTUGAL – 181.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO – 181.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DOS TRANSPORTES – 182.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DOS TRANSPORTES – 183.

TÍTULO DÉCIMO QUINTO – SISTEMA DA CONSTRUÇÃO – 183.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO – 183.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA CONSTRUÇÃO – 186.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA CONSTRUÇÃO – 187.

ARTIGO QUARTO – ALVARÁ E INSPECÇÃO – 187.

ARTIGO QUINTO – PARQUE IMOBILIÁRIO – 187.

ARTIGO SEXTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 188.

ARTIGO SÉTIMO – BAIRROS SOCIAIS – 188.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO – 188.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA CONSTRUÇÃO – 189.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA CONSTRUÇÃO – 189.

TÍTULO DÉCIMO SEXTO – SISTEMA FISCAL – 190.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO FISCAL – 190.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO FISCAL – 192.

ARTIGO TERCEIRO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 192.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO – 193.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES FISCAIS – 194.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA FISCAL – 194.

ARTIGO SÉTIMO – IMPOSTOS – 195.

TÍTULO DÉCIMO SÉTIMO – SISTEMA DO JOGO – 196.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO JOGO – 196.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO JOGO – 198.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO JOGO – 199.

ARTIGO QUARTO – TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS – 199.

ARTIGO QUINTO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 199.

ARTIGO SEXTO – AUXILIO DO ESTADO – 200.

ARTIGO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO JOGO – 200.

ARTIGO OITAVO – SISTEMA DO JOGO – 201.

TÍTULO DÉCIMO OITAVO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO – 201.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO – 201.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO – 204.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA EDUCAÇÃO – 204.

ARTIGO QUARTO – MANUAIS ESCOLARES – 204.

ARTIGO QUINTO – TRANSPORTES ESCOLARES – 205.

ARTIGO SEXTO – REFEITÓRIO E CANTINAS ESCOLARES – 205.

ARTIGO SÉTIMO – BIBLIOTECAS – 205.

ARTIGO OITAVO – ATELIER DAS ARTES CULTURAIS – 205.

ARTIGO NONO – PARQUE ESCOLAR DESPORTIVO – 205.

ARTIGO DÉCIMO – LABORATÓRIOS CIENTÍFICOS – 205.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSELHO DIRECTIVO – 205.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SAÚDE – 206.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – IMPERIAIS ESCOLAS DO IDIOMA PORTUGUÊS – 206.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CANAL ESCOLA – 206.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 206.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AUXILIO DO ESTADO – 207.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA EDUCAÇÃO – 208.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO – 208.

TÍTULO DÉCIMO NONO – SISTEMA DA SAÚDE – 208.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA SAÚDE – 208.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA SAÚDE – 211.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA SAÚDE – 211.

ARTIGO QUARTO – EPIDEMIAS – 211.

ARTIGO QUINTO – HOSPITAIS VOLANTES – 212.

ARTIGO SEXTO – REFEITÓRIO E CANTINAS HOSPITALARES – 212.

ARTIGO SÉTIMO – RELIGIÃO – 212.

ARTIGO OITAVO – ABANDONO DOS PACIENTES NAS UNIDADES HOSPITALARES – 212.

ARTIGO NONO – NEGLIGÊNCIA MÉDICA – 213.

ARTIGO DÉCIMO – REAL INSTITUTO FARMACÊUTICO PORTUGUÊS – 213.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EUTANÁSIA – 213.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CRENÇAS E SUPERSTIÇÕES – 213.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO SOCIAL – 213.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – LINHAS DE APOIO AO PACIENTE – 214.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 214.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AUXILIO DO ESTADO – 214.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA SAÚDE – 215.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – SISTEMA DA SAÚDE – 215.

TÍTULO VIGÉSIMO – SISTEMA SOCIAL – 216.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO SOCIAL – 216.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO SOCIAL – 218.

ARTIGO TERCEIRO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 218.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO – 219.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES SOCIAIS – 220.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA SOCIAL – 220.

ARTIGO SÉTIMO – CONTRIBUIÇÕES – 220.

TÍTULO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SISTEMA NOTARIAL – 221.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO NOTARIAL – 221.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO NOTARIAL – 223.

ARTIGO TERCEIRO – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 224.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO – 224.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES NOTARIAIS – 225.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA NOTARIAL – 225.

TÍTULO VIGÉSIMO SEGUNDO – SISTEMA LEGISLATIVO – 225.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA – 225.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO LEGISLATIVO – 228.

ARTIGO TERCEIRO – ORDEM LEGISLATIVA MUNDIAL – 228.

ARTIGO QUARTO – IMPÉRIO PORTUGUÊS – 229.

ARTIGO QUINTO – AUXILIO DO ESTADO – 230.

ARTIGO SEXTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES LEGISLATIVAS – 231.

ARTIGO SÉTIMO – SISTEMA LEGISLATIVO – 231.

TÍTULO VIGÉSIMO TERCEIRO – SISTEMA JURÍDICO – 231.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO JURÍDICA – 231.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO JURÍDICO – 234.

ARTIGO TERCEIRO – ORDEM JURÍDICA MUNDIAL – 234.

ARTIGO QUARTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 235.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES JURÍDICAS – 236.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA JURÍDICO – 236.

TÍTULO VIGÉSIMO QUARTO – SISTEMA DA PREVENÇÃO – 237.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA PREVENÇÃO – 237.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA PREVENÇÃO – 239.

ARTIGO TERCEIRO – REAIS SAPADORES PORTUGUESES – 239.

ARTIGO QUARTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 240.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA PREVENÇÃO – 241.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA DA PREVENÇÃO – 241.

TÍTULO VIGÉSIMO QUINTO – SISTEMA DA SEGURANÇA – 241.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA SEGURANÇA – 241.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA SEGURANÇA – 244.

ARTIGO TERCEIRO – REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA – 244.

ARTIGO QUARTO – AUXÍLIO DO ESTADO – 245.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA SEGURANÇA – 246.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA DA SEGURANÇA – 246.

TÍTULO VIGÉSIMO SEXTO – SISTEMA DA ORDEM – 246.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA ORDEM – 246.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA ORDEM – 249.

ARTIGO TERCEIRO – GUARDA REAL PORTUGUESA – 249.

ARTIGO QUARTO – AUXILIO DO ESTADO – 250.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA ORDEM – 251.

ARTIGO SEXTO – SISTEMA DA ORDEM – 251.

TÍTULO VIGÉSIMO SÉTIMO – SISTEMA DA COMUNICAÇÃO – 251.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – 251.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA COMUNICAÇÃO – 254.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA COMUNICAÇÃO – 254.

ARTIGO QUARTO – MEIOS DE PUBLICAÇÃO, DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO SOCIAIS – 255.

ARTIGO QUINTO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO – 255.

ARTIGO SEXTO – MARCA, ARTE E PUBLICIDADE – 256.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 256.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO – 256.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA COMUNICAÇÃO – 257.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA COMUNICAÇÃO – 258.

TÍTULO VIGÉSIMO OITAVO – SISTEMA DO DESPORTO – 258.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO DESPORTO – 258.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO DESPORTO – 261.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO DESPORTO – 261.

ARTIGO QUARTO – DEPARTAMENTO DE DOPING PORTUGUÊS – 261.

ARTIGO QUINTO – SAÚDE – 262.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO – 262.

ARTIGO SÉTIMO – ARBITRAGEM – 262.

ARTIGO OITAVO – MAIS-VALIAS EXTERNAS – 262.

ARTIGO NONO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 262.

ARTIGO DÉCIMO – AUXILIO DO ESTADO – 263.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO DESPORTO – 264.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SISTEMA DO DESPORTO – 264.

TÍTULO VIGÉSIMO NONO – SISTEMA HUMANO – 264.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS – 264.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO HUMANO – 267.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER HUMANO – 268.

ARTIGO QUARTO – INSTITUTOS DE ANATOMIA PORTUGUESES – 268.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO HISTÓRICO PORTUGUÊS – 268.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO – 269.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 269.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO – 269.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS CIÊNCIAS HUMANAS – 270.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA HUMANO – 271.

TÍTULO TRIGÉSIMO – SISTEMA NATURAL – 271.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS NATURAIS – 271.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS CIÊNCIAS NATURAIS – 274.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER NATURAL – 274.

ARTIGO QUARTO – INSTITUTOS BIOLÓGICOS PORTUGUESES – 275.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO NATURAL PORTUGUÊS – 275.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO – 275.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 276.

ARTIGO OITAVO – AUXÍLIO DO ESTADO – 276.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS CIÊNCIAS NATURAIS – 277.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA NATURAL – 277.

TÍTULO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – SISTEMA UNIVERSAL – 278.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS CIÊNCIAS UNIVERSAIS – 278.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS CIÊNCIAS UNIVERSAIS – 281.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER UNIVERSAL – 281.

ARTIGO QUARTO – INSTITUTOS UNIVERSAIS PORTUGUESES – 281.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO UNIVERSAL PORTUGUÊS – 282.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO – 282.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 282.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO – 283.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS CIÊNCIAS UNIVERSAIS – 284.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA UNIVERSAL – 284.

TÍTULO TRIGÉSIMO SEGUNDO – SISTEMA DA RELIGIÃO – 284.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA RELIGIÃO – 284.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA RELIGIÃO – 288.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA RELIGIÃO – 288.

ARTIGO QUARTO – SEMINÁRIOS – 288.

ARTIGO QUINTO – PATRIMÓNIO RELIGIOSO PORTUGUÊS – 288.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO – 289.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 289.

ARTIGO OITAVO – AUXÍLIO DO ESTADO – 290.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA RELIGIÃO – 291.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA RELIGIÃO – 291.

TÍTULO TRIGÉSIMO TERCEIRO – SISTEMA DA MÚSICA – 291.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA MÚSICA – 291.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA MÚSICA – 294.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA MÚSICA – 295.

ARTIGO QUARTO – PROJECTOS MUSICAIS – 295.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES – 295.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS – 295.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO – 296.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 296.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO – 297.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA MÚSICA – 298.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DA MÚSICA – 298.

TÍTULO TRIGESIMO QUARTO – SISTEMA DA DANÇA – 298.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA DANÇA – 298.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA DANÇA – 301.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA DANÇA – 302.

ARTIGO QUARTO – COMPANHIAS DE DANÇA – 302.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES – 302.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS – 302.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO – 303.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 303.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO – 304.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA DANÇA – 305.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DA DANÇA – 305.

TÍTULO TRIGÉSIMO QUINTO – SISTEMA DA ESCRITA – 305.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DA ESCRITA – 305.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DA ESCRITA – 308.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DA ESCRITA – 309.

ARTIGO QUARTO – ESCRITORES – 309.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES – 309.

ARTIGO SEXTO – EDUCAÇÃO – 309.

ARTIGO SÉTIMO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 310.

ARTIGO OITAVO – AUXILIO DO ESTADO – 310.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DA ESCRITA – 311.

ARTIGO DÉCIMO – SISTEMA DA ESCRITA – 312.

TÍTULO TRIGÉSIMO SEXTO – SISTEMA DAS ARTES BELAS – 312.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DAS ARTES BELAS – 312.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DAS ARTES BELAS – 315.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DAS ARTES BELAS – 315.

ARTIGO QUARTO – OBRAS DE ARTES BELAS – 316.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES – 316.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS – 316.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO – 316.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 317.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO – 318.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DAS ARTES BELAS – 319.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DAS ARTES BELAS – 319.

TÍTULO TRIGÉSIMO SÉTIMO – SISTEMA DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA – 319.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA – 319.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA – 323.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA – 323.

ARTIGO QUARTO – COMPANHIAS DO TEATRO, DO CIRCO E TAUROMÁQUICAS – 324.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES – 324.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS – 324.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO – 324.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 325.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO – 326.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA – 327.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DO TEATRO, DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA – 327.

TÍTULO TRIGÉSIMO OITAVO – SISTEMA DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA – 327.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DA ORIENTAÇÃO DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA – 327.

ARTIGO SEGUNDO – REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA – 331.

ARTIGO TERCEIRO – UNIDADE, REUNIÃO E FUSÃO DO PODER DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA – 331.

ARTIGO QUARTO – COMPANHIAS DE CINEMA E FOTÓGRAFOS – 331.

ARTIGO QUINTO – DIREITOS DE AUTORES – 332.

ARTIGO SEXTO – CONSERVATÓRIOS – 332.

ARTIGO SÉTIMO – EDUCAÇÃO – 332.

ARTIGO OITAVO – CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 332.

ARTIGO NONO – AUXILIO DO ESTADO – 333.

ARTIGO DÉCIMO – PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS DIRECTRIZES DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA – 334.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SISTEMA DO CINEMA E DA FOTOGRAFIA – 335.

MATÉRIA QUARTA

ORGÂNICA DO PODER LEGISLATIVO – 335.

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 335.

ARTIGO PRIMEIRO – TITULARIDADE E EXERCÍCIO DO PODER LEGISLATIVO – 335.

ARTIGO SEGUNDO – PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA DOS CIDADÃOS – 335.

ARTIGO TERCEIRO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA – 336.

ARTIGO QUARTO – SEPARAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA – 336.

ARTIGO QUINTO – ACTOS NORMATIVOS – 336.

ARTIGO SEXTO – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO ELEITORAL – 342.

ARTIGO SÉTIMO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACTO ELEITORAL – 342.

ARTIGO OITAVO – REFERENDO – 342.

ARTIGO NONO – ÓRGÃOS COLEGIAIS – 344.

ARTIGO DÉCIMO – ESTATUTO DOS TITULARES DE CARGOS LEGISLATIVOS – 345.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA TITULATURA – 345.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA RENOVAÇÃO – 346.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PUBLICIDADE DOS ACTOS NORMATIVOS – 347.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS – 348.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 349.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 350.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA LEGISLATIVOS – 351.

TÍTULO SEGUNDO – SUAS MAJESTADES, EL REI E RAINHA, INFANTES E INFANTAS, MEMBROS DA FAMÍLIA REAL DE SUAS MAJESTADES – 351.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 351.

ARTIGO SEGUNDO – COROAÇÃO – 351.

ARTIGO TERCEIRO – REINADO – 352.

ARTIGO QUARTO – POSSE E JURAMENTO – 352.

ARTIGO QUINTO – SUCESSÃO – 353.

ARTIGO SEXTO – AUSÊNCIA DO TERRITÓRIO – 354.

ARTIGO SÉTIMO – VICE-REIS E VICE-RAINHAS – 354.

ARTIGO OITAVO – PODER JURÍDICO – 355.

ARTIGO NONO – REFERENDA JURISDICCIONAL – 355.

ARTIGO DÉCIMO – EXERCÍCIO DO PODER SUPREMO – 355.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROMULGAÇÃO E VETO – 356.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – FALTA DE PROMULGAÇÃO, ASSINATURA E CARIMBO REAL – 356.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DIREITOS E REGALIAS – 356.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 357.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DECLARAÇÃO DO ESTADO DE SÍTIO E DO ESTADO DE EMERGÊNCIA – 357.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FAMÍLIARES DE SUAS MAJESTADES – 358.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – COMPANHIAS DE SUAS MAJESTADES NA CORTE – 358.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – COMPETÊNCIAS – 358.

ARTIGO DÉCIMO NONO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS – 361.

TÍTULO TERCEIRO – REAIS CONSELHOS DE SUAS MAJESTADES – 361.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO E COMPOSIÇÃO – 361.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 374.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 375.

ARTIGO QUARTO – RESIDÊNCIA OFICIAL – 375.

ARTIGO QUINTO – CONVOCAÇÃO – 375.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 375.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS – 376.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO – 377.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA – 377.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 378.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO – 378.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 379.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 379.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 381.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA – 381.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA – 381.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DIREITOS E REGALIAS – 381.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 382.

ARTIGO DÉCIMO NONO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 382.

ARTIGO VIGÉSIMO – PODERES DOS ELEITOS DOS REAIS CONSELHOS DE SUAS MAJESTADES – 383.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – VENCIMENTOS – 383.

TÍTULO QUARTO – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO – 383.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 383.

ARTIGO SEGUNDO – COMPOSIÇÃO – 383.

ARTIGO TERCEIRO – ORGÃOS DE REPRESENTAÇÃO – 384.

ARTIGO QUARTO – CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – 384.

ARTIGO QUINTO – ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E REPRESENTATIVOS – 385.

ARTIGO SEXTO – REFERENDO LOCAL – 385.

ARTIGO SÉTIMO – PODER REGULAMENTAR – 385.

ARTIGO OITAVO – TUTELA ADMINISTRATIVA – 385.

TÍTULO QUINTO – ORGANIZAÇÃO GOVERNATIVA: PRIMEIRO-MINISTRO, GOVERNANTES, CONSELHEIROS E AUTARCAS – 386.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 386.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 386.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 386.

ARTIGO QUARTO – ORGANIZAÇÃO – 388.

ARTIGO QUINTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 389.

ARTIGO SEXTO – COMPETÊNCIAS – 389.

ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO – 390.

ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA – 391.

ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 391.

ARTIGO DÉCIMO – ACTO NORMATIVO – 392.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 392.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 393.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 394.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ELEGIBILIDADE – 395.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CANDIDATURAS – 395.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS – 395.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA – 396.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA – 396.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DIREITOS E REGALIAS – 396.

ARTIGO VIGÉSIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 397.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 397.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PODERES DOS TÍTULARES DOS CARGOS GOVERNATIVOS – 398.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VENCIMENTOS – 398.

TITULO SEXTO – ORGANIZAÇÃO DIPLOMÁTICA: EMBAIXADORES, JUÍZES EMBAIXADORES, CÔNSULES E VICE-CÔNSULES – 398.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 398.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 399.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 399.

ARTIGO QUARTO – ORGANIZAÇÃO – 400.

ARTIGO QUINTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 400.

ARTIGO SEXTO – COMPETÊNCIAS – 401.

ARTIGO SÉTIMO – POSSE E JURAMENTO – 402.

ARTIGO OITAVO – LEGISLATURA – 403.

ARTIGO NONO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 403.

ARTIGO DÉCIMO – ACTO NORMATIVO – 404.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 404.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 406.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 408.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ELEGIBILIDADE – 408.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CANDIDATURAS – 408.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS – 409.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA – 409.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA – 409.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DIREITOS E REGALIAS – 410.

ARTIGO VIGÉSIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 410.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 411.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PODERES DOS TÍTULARES DOS CARGOS DIPLOMÁTICOS – 411.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VENCIMENTOS – 412.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS – 412.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS – 413.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 414.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 415.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA DIPLOMÁTICOS – 415.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMPERIAL PORTUGUÊS – 416.

ARTIGO TRIGÉSIMO – SEGURANÇA – 416.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – TUTELA ADMINISTRATIVA – 416.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – GABINETES JURÍDICOS DAS EMBAIXADAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS NO MUNDO – 417.

TÍTULO SÉTIMO – ORGANIZAÇÃO LEGISLATIVA: ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS – 417.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 417.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 417.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 418.

ARTIGO QUARTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 420.

ARTIGO QUINTO – ORGANIZAÇÃO – 420.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 420.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS – 421.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO – 424.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA – 425.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 425.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO – 426.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 426.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 427.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 429.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE – 429.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CANDIDATURAS – 429.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FÉRIAS – 430.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA – 431.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA – 431.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITOS E REGALIAS – 431.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 432.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 432.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODERES DOS PRESIDENTES – 432.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – VENCIMENTOS – 433.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS – 433.

TÍTULO OITAVO – ORGANIZAÇÃO EXECUTIVA: ASSEMBLEIAS REAIS DOS SECTORES MINISTERIAIS – 434.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 434.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 434.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 434.

ARTIGO QUARTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 436.

ARTIGO QUINTO – ORGANIZAÇÃO – 436.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 437.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS – 438.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO – 440.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA – 441.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TITULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 441.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO – 442.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 443.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 443.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 445.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE – 445.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CANDIDATURAS – 446.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FÉRIAS – 446.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA – 447.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA – 447.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITOS E REGALIAS – 447.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 448.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 448.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODERES DOS MINISTROS – 448.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – VENCIMENTOS – 449.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS – 449.

TÍTULO NONO – ORGANIZAÇÃO FISCALIZADORA: ASSEMBLEIAS REAIS DAS ARTES BASTONÁRIAS – 450.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 450.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 450.

ARTIGO TERCEIRO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 450.

ARTIGO QUARTO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 452.

ARTIGO QUINTO – ORGANIZAÇÃO – 452.

ARTIGO SEXTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 452.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIAS – 454.

ARTIGO OITAVO – POSSE E JURAMENTO – 456.

ARTIGO NONO – LEGISLATURA – 457.

ARTIGO DÉCIMO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TITULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 457.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACTO NORMATIVO – 458.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 459.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 450.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 461.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE – 461.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CANDIDATURAS – 462.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – FÉRIAS – 462.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – REPRESENTAÇÃO LEGISLATIVA – 463.

ARTIGO DÉCIMO NONO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO LEGISLATIVA – 463.

ARTIGO VIGÉSIMO – DIREITOS E REGALIAS – 463.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 464.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 464.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODERES DOS BASTONÁRIOS – 464.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – VENCIMENTOS – 465.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – QUADROS ESPECÍFICOS – 465.

ÍNDICE – 467.

